



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ASSIS DANIEL GOMES

COTEJOS DA CIÊNCIA:
O PROJETO NORTE-AMERICANO R.I.T.A NO NORDESTE BRASILEIRO
(BRASIL E EUA, ANOS 1960)

FORTALEZA

2020

ASSIS DANIEL GOMES

COTEJOS DA CIÊNCIA:

O PROJETO NORTE-AMERICANO R.I.T.A NO NORDESTE BRASILEIRO

(BRASIL E EUA, ANOS 1960)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G612c Gomes, Assis Daniel.
Cotejos da ciência : o projeto norte-americano R.I.T.A no Nordeste brasileiro (Brasil e EUA, anos 1960) / Assis Daniel Gomes. – 2020.
440 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves .

1. Ciência. 2. Nordeste. 3. Industrialização. 4. Modernização. I. Título.

CDD 900

ASSIS DANIEL GOMES

COTEJOS DA CIÊNCIA:

O PROJETO NORTE-AMERICANO R.I.T.A NO NORDESTE BRASILEIRO

(BRASIL E EUA, ANOS 1960)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

Aprovada em: 11/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. Tácito Thadeu Leite Rolim
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Neste tópico dedicado aos agradecimentos, farei um percurso dos afetos e das marcas. Para isso, rememorarei alguns momentos da minha trajetória acadêmica que culminaram, por um lado, com esta tese, por outro abriram vieses possíveis a serem percorridos e trilhados.

Em 2013, na defesa da minha monografia de graduação, *A “cidade do progresso”: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980)*, fiz um trabalho sobre o município onde nasci. Nesse intuito, trilhei a sua história após 1950. Tal escolha tinha uma justificativa pessoal importante, a saber, queria compreender o passado de parte da minha família que chegara em Juazeiro do Norte nos anos 1960. A sua migração dos sertões dos Inhamuns se juntava a outra parte que já era misturada por cearenses, do Cariri, e imigrantes pernambucanos que adentraram essa terra nos primeiros anos do século XX. Ela se formava, então, por camponeses e artesãos.

Nesse percurso da graduação, busquei as instituições de pesquisa nessa cidade e no Cariri, tendo certa dificuldade, pois as pesquisas naquele momento se focavam muito mais na história do município atrelada a vida de Padre Cícero Romão Batista, ou seja, depois de 1934 (data da morte do sacerdote) não se tinha pesquisa histórica que relacionava a seguinte temática: cidade e cultura. Caminhei, então, para dialogar com as pesquisas existentes em outros campos do saber, como Antropologia e Geografia. As indicações da professora Jane Semeão, minha orientadora na época, foram valiosas para ampliar meus horizontes nesse campo.

Dois elementos nessa pesquisa monográfica me despertaram e inquietaram: as mudanças que passara a cidade com a implantação da Empresa Elétrica Padre Cícero e o Projeto Morris Asimow, implantado em Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha nos anos 1960.

Nesse mesmo ano, tentei a seleção para ingressar no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Ceará. Estava dividido: quais desses objetos deveria escolher para pesquisar? Questionava-me, pois os dois me atraíam. Tal indecisão transpareceu no projeto submetido à banca. Nesse momento, os professores Antônio Luiz e Jailson Pereira da Silva destacavam a primeira opção e a possibilidade de continuar a investigação sobre Juazeiro do Norte. Por outro lado, o Dr. Eurípedes Funes enfatizava a importância do segundo, destacando que seria uma pesquisa pioneira, haja vista que não se tinha pesquisas científicas brasileiras sobre a temática, ou seja, encontrava-se apenas menções curtas sobre o projeto, mas nenhuma pesquisa que o elegeisse como objeto principal de análise.

Com a confirmação da aprovação na seleção, o ano de 2014 foi de aprofundamento teórico e metodológico mediante a participação nas disciplinas do curso, bem como a eleição de um dos caminhos apontados. Empreendi, então, uma reformulação do projeto e trabalhei com a Empresa Elétrica. Essa se justificava por questões bem concretas, existia pouca documentação conhecida sobre o Projeto Asimow no Ceará, sabia que para quebrar com essa barreira deveria me aprofundar nos estudos da língua inglesa, pois o Asimow era um plano norte-americano formulado pelo professor Morris Asimow por meio do convênio Universidade da Califórnia - Universidade do Ceará. A primeira temática seria mais viável a sua realização, olhando o curto tempo do curso (24 meses). Hoje, penso que essa predileção foi acertada.

Nos anos de 2015 e 2016, realizei a pesquisa e a escrita da dissertação. Ainda em 2014, com o foco firmado, fui em alguns centros de documentação, esses novos dados me ajudaram a aprofundar a pesquisa e ampliar espacialmente o seu objeto. O impacto no cotidiano de Juazeiro nos anos 1960 com a energia elétrica mais potente vinda das redes da CHESF não foi um caso isolado. Isso tinha acontecido com o Cariri cearense por meio da criação da Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA). Passei, então, a pesquisar a CELCA e os elementos que estavam em seu entorno, antes e depois de sua implantação.

Em 2016 defendi a referida pesquisa de mestrado, *Faça-se luz: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972)*, orientada pelo Dr. Antônio Luiz Mâcedo e Silva Filho. A sua orientação me guiou por novos caminhos na pesquisa histórica, bem como podou algumas arestas imaturas que carregava da minha formação inicial na área. Nessa banca, estavam presentes os professores Gisafran Nazareno Mota Juca e Francisco Régis Lopes Ramos. Nesse percurso do curso, consegui também catalogar e arquivar alguns documentos referentes ao Morris Asimow que se encontravam nos centros de documentação verificados na pesquisa sobre a CELCA. Agradeço também, nesse momento, o apoio de Daniela Márcia Medine Pereira Agapto e de sua família na estadia em Fortaleza até a liberação da bolsa da FUNCAP, bem como aos colegas que compartilhei a residência posteriormente a isso, Wellington Sampaio da Silva e Francisco Helton de Araújo Oliveira Filho.

No mesmo ano, prestei a seleção para o curso de Doutorado em História da UFC com um projeto sobre o Projeto Asimow. Naquela época, já tinha um rol de documentos sobre ele, bem como tinha aprofundado meus estudos na língua inglesa. Achava-me preparado para enfrentar tal desafio. Com a aprovação nessa seleção, iniciei o ano de 2017 aprofundando as discussões teóricas e buscando reformular o meu projeto original mediante a orientação do Dr. Frederico de Castro Neves. Nesse mesmo ano, tive a oportunidade de iniciar minha atuação

no departamento de História da UECE-FECLESC (2017-2019) como professor substituto. Agradeço a todos os docentes dessa instituição, particularmente os do departamento de História, que me ajudaram no que foi possível nesse árduo momento, em que dividi o meu tempo entre a pesquisa da tese e a função de professor universitário, bem como a partilha de suas leituras e livros. Agradeço também ao corpo de funcionários e a direção dessa instituição pela atenção, carinho e diálogo.

Na UECE-FECLESC tive a liberdade para atuar na pesquisa, no ensino e na extensão mesmo sendo apenas um professor substituto. Apesar das dificuldades com bolsas para os alunos de graduação nas Universidades públicas estaduais, consegui aprovar o projeto de extensão *Alegoria do patrimônio: natureza, técnica e imagens cruzadas do sertão-central cearense (NATIMA)*, um projeto de monitoria acadêmica para a disciplina de História Antiga, ambos realizados em 2018. Essa oportunidade, me fez ter outras experiências dentro da Universidade além do ensino. Esse grupo era formado pelos alunos-bolsistas: Fabrícia dos Santos Sousa, Antônio Samuel Ribeiro de Sousa, Rita de Cássia Pereira Távora e Francisco de Assis de Sousa Lima. Como resultado desses projetos, nasceu em 2019 o Núcleo de Pesquisa e Extensão em História, Filosofia e Patrimônio (NATIMA) e o Boletim Zumé, revista científica do NATIMA.

Entre Quixadá e Fortaleza, minha pesquisa de tese se fiava, e, com o aprofundamento da pesquisa documental, verifiquei que o Projeto Asimow no Cariri era um plano piloto que depois tinha sido ampliado para outros estados do Nordeste, sendo chamado Rural Industrial Technical Assistance (RITA). Empreendi, a partir disso, a sua ampliação espacial e a sua delimitação temporal, ou seja, passei a investigar o RITA no Nordeste brasileiro nos anos 1960. Isso foi possível devido a ajuda que tive de professores, estudantes e pesquisadores que me disponibilizaram alguns documentos digitalizados de seus acervos pessoais e de Instituições no Ceará. Isso me deu fôlego para buscar os rastros do RITA em outros estados a partir da pesquisa em arquivos digitais, como o arquivo da SUDENE (Brasil) e o da *Brown University Library* (EUA).

Além disso, destaco o auxílio na pesquisa e na digitalização que me foi dado pelos funcionários do Instituto do Ceará, particularmente John Alves; a abertura de Edvanir Maia da Silveira, docente da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, por disponibilizar as fontes digitalizadas sobre o período estudado e que tocavam no outro braço do RITA dentro do Ceará, a saber, a PUDINE – implantada em Sobral; a disponibilidade e o auxílio dos funcionários do Memorial da UFC, principalmente, o historiador Rafael de Farias Vieira, amigo desde a turma de Mestrado em História; o serviço carinhoso e prestativo da museóloga

Márcia Pereira de Oliveira, que disponibilizou o acervo digitalizado do antigo Instituto de Antropologia da UFC existente na Casa José de Alencar, material esse de grande valia e cuja pequena porção foi usada nesta tese. Agradeço também aos funcionários das outras Instituições que pesquisei no Cariri e em Fortaleza.

No curso de Doutorado, resolvi fazer, além das disciplinas obrigatórias, as optativas em outros departamentos para na prática adentrar nos modos de proceder e de fazer desses outros cientistas. Agradeço aos professores que compartilharam suas experiências comigo: Eduardo Ferreira Chagas (Filósofo), José Borzacchiello da Silva (Geógrafo), Frederico de Castro Neves (Historiador) e Francisco Régis Lopes Ramos (Historiador). Agradeço aos colegas que encontrei durante o curso, antigos e novos, pelo partilhar das expectativas e angústias.

Essa tese congrega não apenas o aprendizado incorporado em meu percurso acadêmico, começado desde os estudos filosóficos realizados no Seminário Maior São José (Crato), com os padres da Companhia de São Sulpício (Sociedade de Saint-Sulpice – França), mas também os afetos, as formas de proceder e viver a vida – marcadas por tensões e lutas durante, particularmente, esses quatro anos do curso de doutoramento.

Agradeço a Frederico de Castro Neves por ter confiado que minha pesquisa era possível, pelo auxílio dado em vários aspectos, acadêmico e pessoal. Com igual carinho, agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação de minha tese, Tyrone Apollo Pontes Cândido e Tácito Thadeu Leite Rolim, pelas valiosas indicações e contribuições que ajudaram a robustecê-la. E, por fim, a minha família pelo apoio incondicional, principalmente, a minha mãe, Maria Lenilce, pela sua compreensão e carinho.

Obrigado a todos e a todas.

“A dominação e as injustiças do poder e da riqueza são fatos perenes da sociedade humana. Mas no quadro global de hoje pode-se também interpretá-la em relação ao imperialismo, sua história e suas novas formas”. (SAID, 2011, p.56).

RESUMO

Neste trabalho, tencionamos analisar as relações Brasil e EUA a partir do Projeto RITA, implantado no Nordeste brasileiro nos anos 1960. Para isso, caminhamos pela História Social da Ciência, da Técnica e do Trabalho para ponderar também os estudos científicos feitos em prol da industrialização de algumas regiões, por exemplo, o Cariri cearense. Nesse intuito, percebemos que os projetos políticos locais e as Universidades contribuíram para consolidar essa finalidade, bem como firmar o convênio com as IES norte-americanas, por meio da Aliança para o Progresso; gerando-o, assim, efetivamente. Analisar os desejos que moviam o capital interno e externo, o processo de implantação e expansão de seus projetos fabris, clarifica-nos sobre o lugar assumido pela América Latina, particularmente, o Brasil, nos anos de Guerra Fria, assim como nos fornece indícios para compreender o papel assumido pelo imperialismo cultural norte-americano e sua política diplomática nos golpes militares que assolaram as Américas a partir de 1960. Pensarmos, enfim, o RITA, foi caminhar pelo “entre-lugar” e pelos discursos fronteiros que pendulavam de acordo com o vento que vinha de suas relações internacionais. Tal particularidade se metamorfoseou depois do golpe Civil-Militar de 1964, cuja dependência ao capital norte-americano se selara com mais afinco.

Palavras-chave: Ciência. Nordeste. Industrialização. Modernização.

ABSTRACT

In this work, we intend to analyze the relations between Brazil and the USA based on the RITA Project, implemented in the Brazilian Northeast in the 1960s. For this, we walked through the Social History of Science, Technique and Labor to also consider the scientific studies carried out in favor of industrialization of some regions, for example, Cariri Ceará. To that end, we realize that local political projects and Universities have contributed to consolidating this purpose, as well as signing the agreement with North American Universities, through the Alliance for Progress; thus generating it effectively. Analyzing the desires that moved internal and external capital, the process of implantation and expansion of its manufacturing projects, clarifies us about the place assumed by Latin America, particularly Brazil, in the Cold War years, as well as providing us with indications for understand the role assumed by North American cultural imperialism and its diplomatic policy in the military coups that plagued the Americas since 1960. In short, to think, RITA was to walk through the “between-places” and the border speeches that hung according to the wind that came from their international relations. This particularity metamorphosed after the Civil-Military coup of 1964, whose dependence on North American capital was more firmly sealed.

Keywords: Science. Northeast. Industrialization. Modernization.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous avons l'intention d'analyser les relations entre le Brésil et les États-Unis à partir du projet RITA, mis en œuvre dans le Nord-Est brésilien dans les années 1960. Pour cela, nous avons parcouru l'Histoire sociale des sciences, de la technique et du travail pour considérer également les études scientifiques menées en faveur de l'industrialisation de certaines régions, par exemple Cariri Ceará. À cette fin, nous nous rendons compte que les projets politiques locaux et les universités ont contribué à consolider cet objectif, ainsi qu'à signer l'accord avec les universités nord-américaines, à travers l'Alliance for Progress; générant ainsi efficacement. Analyser les désirs qui ont déplacé les capitaux internes et externes, le processus d'implantation et d'expansion de ses projets de fabrication, nous clarifie sur la place assumée par l'Amérique latine, en particulier le Brésil, dans les années de la guerre froide, ainsi que des indications pour comprendre le rôle assumé par l'impérialisme culturel nord-américain et sa politique diplomatique dans les coups d'État militaires qui ont frappé les Amériques depuis 1960. Bref, pour penser, RITA devait parcourir les discours «entre-lieux» et frontaliers qui pendaient selon le vent qui venait de leurs relations internationales. Cette particularité s'est métamorphosée après le coup d'État civilo-militaire de 1964, dont la dépendance au capital nord-américain était plus fermement scellée.

Mots-clés: Science. Nord-est. Industrialisation. Modernisation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Invenção de Morris Asimow.....	63
Figura 2 - Capa do Almanaque do Cariri.....	134
Figura 3 - Trabalhadores da CECASA.....	159
Figura 4 - Trabalhadores da COLUSA.....	162
Figura 5 - Trabalhadores da IMOCASA.....	165
Figura 6 - Anúncios das Indústrias.....	222
Figura 7 - Mensagem da INCASSA.....	225
Figura 8 - Manifesto da ACO.....	297
Figura 9 - Zona de Operações.....	358
Figura 10 - “Canhões contra Guerrilhas”.....	359
Figura 11 - “Uma pausa na manobra”.....	362
Figura 12 - “Antes do Combate”.....	364
Figura 13 - ““Ferido” por guerrilheiro”.....	366
Figura 14 - “O encerramento das manobras”.....	368
Figura 15 - “Em busca de abrigo”.....	400

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção da INCASSA, 1 de novembro de 1967.....	212
Tabela 2	Consumo de queijo, manteiga e doce de leite (1965).....	216
Tabela 3	COSMAC, Sobral (Programa Anual de Produção, 1966).....	219
Tabela 4	Balanço da COSMAC.....	223
Tabela 5	Quadro Comparativo INCASSA, COSMAC e LASSA.....	226
Tabela 6	Projetos financiados pela SUDENE, julho 1967.....	233
Tabela 7	CERAMOS, Mossoró (RN).....	259
Tabela 8	CERAMOS, Custos.....	262
Tabela 9	IRBASA, Campina Grande (PB).....	265
Tabela 10	Indústria de Laticínios de Campina Grande (PB).....	266
Tabela 11	Quadro comparativo IRBASA, CIMASA, CERAMOS e ILCASA.....	268
Tabela 12	Brasil: Indústrias e trabalhadores.....	291
Tabela 13	Nordeste: crescimento dos trabalhadores oficializados.....	291

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Ação Católica Operária
ACB	Ação Católica Brasileira
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito Agrícola e Rural
ABC Paulista	Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo
ACRISA	Algodoeira Cratense Industrial S.A
ACR	Ação Católica Rural
AID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
AIRGRAM	Mala para o envio de documentos da diplomacia dos EUA
ALGOPEL	Companhia Algodoeira de Pernambuco
APP	Aliança para o Progresso
ASA	Nome estadual do Projeto RITA em Alagoas
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco
B.C	Banco Central do Brasil
BRITA	Comércio e Indústria de Pedras Britadas S.A
BRITASA	Indústria de Fertilizante
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA	Companhia de Argila S.A
CECASA	Cerâmica do Cariri S.A
CED	Committee for Economic Development
CED	Conselho Estadual de Desenvolvimento
CELCA	Companhia de Eletricidade do Cariri
CENORTE	Companhia de Eletricidade do Centro-Norte do Ceará
CERAMOS	Cerâmica de Mossoró
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIA	Central Intelligence Agency (EUA)
CIES	Conselho Econômico e Social da OEA
CIMASA	Companhia Industrial de Mandioca S.A
CIMOSA	Companhia de Industrialização de Mossoró

CIMPASA	Companhia de Industrialização da Mandioca do Paranguassu S.A
CINCOSA	Empresa Comércio e indústria cratense de óleos S.A
CHESEF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha
CRUTAC	Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
COBAL	Comissão Brasileira de Alimentos
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEAL	Comissão de Desenvolvimento de Alagoas
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
CODEP	Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco
CODEPE	Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco
CODESE	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Piauí
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
CONTAP	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
COGESA	Cola e Gelatina S.A
COLUSA	Coluna Luna S.A
COMPRAS	Indústria do Milho
COMPER	Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco
CONDESE	Comissão de Desenvolvimento de Sergipe
COSMAC	Companhia Sobralense de Material de Construção
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CTA	Centro de Treinamento e Assistência
DA	Diários Associados
DI	Departamento de Industrialização
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
CEA	Comissão Econômica para África
ESTRASA	Estruturas de Aço e Serviços de Armação S.A
ETENE	Departamento de Estudos Econômicos
EUA	Estados Unidos da América
FAGRIN	Fundo de Desenvolvimento Agro-Universitário

FAO	Food and agricultural United Nations
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FGTS	Fundo de Garantia dos Trabalhadores
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDINOR	Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste
GVJ	Grupo do Vale do Jaguaribe
GTDN	Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBACIP	Indústria Barbalhense de Cimento Portland S.A
IBAD	Instituto Brasileiro da Ação Democrática
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
IES	Instituição Pública de Ensino Superior
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ILCASA	Indústria de Laticínios de Campina Grande S.A
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INESA	Indústria de Eletromáquinas S.A
INAESA	Indústria de Alimentos Enlatados S.A
INCASSA	Indústria de Caju S.A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDALSA	Indústria de Doce
IMOCASA	Indústria de Moagem do Cariri S.A
IPE	Instituto de Pesquisas Econômicas da UC
IRI	Research Institute
IRBASA	Indústria de Rações Balanceadas S.A
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
JTC	Jornal Tribuna do Ceará
JU	Jornal Unitário
JUC	Juventude Universitária Católica
LASSA	Laticínio de Sobral S.A
L.C.C	Líquido de Casca de Castanha

LOC	Liga Operária Católica
MEC	Ministério da Educação
MECOR	Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais
MINTER	Ministério do Interior
NAIS	Núcleos de Assistência Industrial
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OPENO	Operação Nordeste
PB	Paraíba
PIS	Programa de Integração Social
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PLASTINTAS	Indústria e Comércio de Tintas S.A
PND	Plano Nacional do Desenvolvimento
POGAL	Pocilga do Cariri Ltda.
POLITEX	Indústria e Comércio S.A
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUDINE	Programa de Desenvolvimento Industrial
Q.A	Quadro de Acesso
Q.I	Quociente de Inteligência
RITA	Rural Industrial Technical Assistance
SAFC	Serviço da Antropologia Física e Cultural
SAPEL	Sociedade Agropecuária Ltda
SEVOME	Secretária de Aviação
SOSAL	Indústria de Moagem e Refinamento do Sal
SOPESCA	Sobral Pesca S.A
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSG	Serviço Secreto do Governo
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural
SULCEPA	Companhia Sul-cearense de Papéis
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UBCAE	União Brasileira de Ciências Antropológicas e Etnológicas
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UC	Universidade do Ceará
UCLA	Universidade da Califórnia
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Estudantes Brasileiros
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPLAS	Projeto RITA – PARAÍBA
UP	Universidade de Pernambuco
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
USA	United States of America

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	“A DESORDEM, A SUBVERSÃO, O CAOS”	35
2.1	Operação	39
2.2	Aliança	49
2.3	Engenheiro	58
3	A “BELA FLOR COR DE SANGUE”	72
3.1	A “valorização do Nordeste”	75
3.2	Homens e mercado	111
3.3	“Cactus” humanos	123
4	PROJETO ASIMOW	139
4.1	O sonho fabril	142
4.2	Os movimentos das câmeras	152
4.3	Uma americanização afarinhada	169
5	SUDENE E RITA	190
5.1	Imagens	195
5.2	RITA e o desejo de modernização	227
5.3	Os espinhos	269
6	“TRABALHADORES UNI-VOS”	285
6.1	Gritos	287
6.2	Cercos	321
6.2.1	<i>A inversão das imagens</i>	355
7	A OUTRIDADE	379
7.1	As multidões	379
7.2	Para além das Américas	404
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	425
	REFERÊNCIAS	428

1 INTRODUÇÃO

Para visitar os mortos, o historiador precisa de algo além da metodologia, algo como um salto de fé ou uma suspensão da dúvida. Não importa quão cétricos possamos ser quanto à vida futura, mas só podemos sentir humildade em relação a todas as vidas passadas. Não que eu esteja defendendo o misticismo ou o culto aos ancestrais. Tampouco estou questionando a validade da semiótica e da narratologia. Tenho certeza de que precisamos pensar seriamente sobre o que fazemos, ao tentarmos explicar a vida e a morte no passado. Mas como fazer justiça aos mortos? Se algum dia eu tiver a satisfação de consegui-lo, espero recuperar os sentidos com o choque de algo inesperado, como o beijo de Lamourette¹.

Depois da Segunda Guerra Mundial, um novo cenário internacional se impôs com a polarização política e econômica em torno destes países: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)². Tal especificidade emergiu, principalmente, para os países mais pobres e aqueles impactados com as consequências do conflito mundial que buscaram políticas econômicas para sua reorganização. Para isso, criaram-se programas financeiros atrelados às ideologias que perfilavam, procurando firmar acordos de comprometimento com essas potências. Para Tota, tal aproximação entre os Estados Unidos e os países americanos acontecia desde o governo de Roosevelt (1933-1945) com a *Política da Boa Vizinhaça*, cujo foco era proteger o continente americano, especialmente, o Brasil das investidas da ideologia e cultura alemã, bem como da italiana, presentes por meio da literatura, dos filmes e outros recursos artísticos divulgadores do nazifascismo em fins dos anos 1930 e início dos 1940. Posteriormente a 1945, transferiu-se tal imagem-movimento para a URSS³.

Tencionamos, neste trabalho, verificar também as relações Brasil e Estados Unidos da América a partir do Projeto RITA, que foi implantado em algumas espacialidades do Nordeste brasileiro, cujo desejo de modernização e industrialização impulsava as suas elites locais e os seus poderes públicos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Empreendendo, para isso, várias frentes de luta, primeiro para a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), movida pelo sonho de eletrificar o sertão adentro; em seguida, deu-se a construção de projetos para edificar indústrias em seu território como meio basilar para transformar sua economia, seus costumes, suas relações de produção e de trabalho. O Projeto Asimow, posteriormente denominado RITA, fora um plano ligado à

¹ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.18-19.

² RÉMOND, René. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

³ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro que iniciou no Cariri cearense e se expandiu para outras regiões. O imperialismo norte-americano prometia ajuda técnica e financeira para aquelas que participassem desses convênios firmados entre as Universidades brasileiras e as norte-americanas a fim de implantar indústrias, bem como as desenvolver.

Entendemos, segundo Martins, que a expressão “relações internacionais” diz respeito “ao sistema de relações e fluxos transfronteiriços (políticos, econômicos, culturais, demográficos e militares)”⁴. Essas podem ser materiais e imateriais, faz-se entre dois ou mais sujeitos ou grupos, particularmente ocorre entre os estados. Esses dois fatores, a natureza material ou imaterial, articulam-se, ou seja, o econômico com o político-ideológico, o científico com o cultural, o tecnológico com o jurídico⁵. Portanto, as relações internacionais entre o Brasil e os EUA por meio do RITA foram uma outra forma de relação de força pautada por determinadas práticas imperialistas.

Segundo Arendt, o imperialismo estadunidense pós-1945 não era mais exclusivamente o “imperialismo do dólar”, mas um imperialismo mais sutil em que a divulgação de um modelo econômico e cultural (*America way of life*) o colocava como superior para os países em desenvolvimento⁶, erigia formas de prendê-los ao seu mercado mundial, ou seja, o imperialismo deixou de ser a posse do território físico e se tornou uma posição de poder, em sua vertente simbólica⁷, do país prestador concernente ao financiado, e um domínio virtual de sua jurisdição nacional, cujas intervenções econômicas e políticas dos EUA em seu território se deram mediante a ajuda técnica e financeira. No caso do Brasil, no intuito de estudar os dilemas e os empasses em seu processo de industrialização, criaram-se comissões entre os dois países para investigar esses problemas, por exemplo, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (1951-1953) e a Missão Abbink (1948).

Desses estudos, para os discursos dos poderes públicos, algumas medidas se colocaram como urgentes para alavancar o processo brasileiro de industrialização, retirá-lo do subdesenvolvimento e levá-lo ao progresso. Entendemos, segundo Ortiz, que na América Latina o termo desenvolvimento e progresso “é visto como algo do futuro, algo que será realizado”⁸. Dessa forma, modernizar e industrializar uma determinada localidade se revestia de um sentido ontológico que a colocava como boa e pura, em que os homens e as mulheres

⁴ MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.73.

⁵ *Ibidem*.

⁶ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

⁸ “es visto como um proyecto futuro, algo que va a ser realizado”. ORTIZ, Renato. Cultura, modernidad e identidades. **Nueva sociedad**, nº137, mayo-junio, 1995, p.21, tradução nossa.

eram os seus objetos e sujeitos. Essa visão mais ampla de Marshall Berman de tal termo, possibilita-nos verificar a incorporação e a produção de seu discurso por certos sujeitos. Por exemplo, para Berman, esse pensamento se dividia em três tendências, a saber, o afirmativo, o negativo e o ausente⁹.

Neste estudo, por outro lado, ao se perceber essa essencialização nos discursos oficiais, feita por sua comissão técnica e pelos políticos e proprietários locais, buscamos desnaturalizá-los e desessencializá-los, olhando para os que resistiram a ela em seu cotidiano. Portanto, problematizamo-los e olhamo-los como produto histórico, vemo-los como uma forma de manejar práticas e dispositivos em prol de reforçar e assegurar a implantação de indústrias por meio do modelo americano acertado no projeto técnico e científico da Universidade da Califórnia (UCLA) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Nordeste brasileiro. Pois, diferentemente da Europa, os termos “modernidade”, “metrópole” e “industrialização”, consoante Ortiz, vinculavam-se no Brasil à questão nacional¹⁰.

Dessa forma, quando atentamos para sua execução, ponderamos como visualizavam os discursos técnicos que se transvestiram dos políticos e econômicos gerados para a efetivação de um modelo defendido de nação, tendo como foco os anos 1960 enquanto década de sua implantação e propagação, em que se viveu em seus primeiros anos o regime parlamentarista no Brasil e, posteriormente, o golpe Civil-Militar. Nessa segunda fase, esse governo autoritário criou uma visão política em que o “heroísmo histórico-popular” lhe deu vigor e solidez. Para Marcuse, essa visão após a Primeira Guerra Mundial fez uma apresentação heroica do homem, em que três elementos a constituíam: o universalismo; o naturalismo e o existencialismo¹¹.

O projeto norte-americano RITA se vinculou no Brasil a um modelo de nação e foi suporte para o golpe civil-militar, por exemplo, para detectar e espionar possíveis suspeitas de *subversão* no Nordeste brasileiro. Dessa forma, tornou-se clara a relação político-econômica entre esse projeto, os EUA e os militares brasileiros. Muito mais do que a criação de indústrias nessa região, foi implantado um modelo econômico e ideológico que deveria ser assumido. Para isso, naturalizar esse modelo fora uma manobra importante para legitimar determinadas mudanças técnicas, sociais e culturais. Tais transformações acarretaram certa mutação dos costumes regionais, por exemplo, as maneiras manejadas para a fabricação de

⁹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹⁰ ORTIZ, Renato. Cultura, modernidad e identidades. *Nueva sociedad*, nº137, mayo-junio, 1995.

¹¹ MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

elementos de uso pessoal e para o lar, como sandália, candeeiro e outros objetos produzidos nas oficinas domésticas. Dessa forma, compreendemos, segundo Sfez, que a técnica e a política se entrecruzam causando uma inversão relacional, ou seja, “aliada da política em um casamento morganático, a técnica se tem convertido em serva-senhora”¹².

Por exemplo, alguns políticos e intelectuais cearenses criticaram a visão imediatista e utópica de que ao eletrificar o Cariri automaticamente iriam industrializá-lo. Por outro lado, levavam os que defendiam a energização regional pela CHESF a pensar maneiras de atrair indústrias. No governo de Juscelino Kubitschek, essas empresas eram cogitadas como produtoras de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. A partir desse modelo de industrialização, em que o Brasil investiu na indústria pesada, mobilizaram-se líderes locais que atrelaram em seu discurso regional estes alicerces sustentadores de seu projeto de industrialização e desenvolvimento: 1- o aprimoramento técnico e tecnológico; 2- o financiamento interno e externo.

No Ceará, a Universidade do Ceará foi fundada em 1954, e foi eleito para o cargo de reitor o professor Antônio Martins Filho, que criou no mesmo ano o Instituto de Pesquisas Econômicas. A partir dos estudos desse órgão, tal cearense, mediante um encontro com Morris Asimow, construiu uma parceria entre essas duas entidades para implantar no Ceará o projeto piloto que visava industrializar o Cariri por meio de um plano científico alicerçado pelos estudos antropológicos e econômicos. Para isso, contaram com alguns apoios, dentre eles temos o financiamento internacional da USAID e da Fundação Ford, e o nacional, da SUDENE. Ao analisar as regiões cearenses, esse professor americano escolheu o Cariri para implantá-lo, cujo modelo se firmou para o uso de suas ações técnicas em outras sub-regiões brasileiras. Em um dos relatórios de seu grupo de técnicos americanos que participaram e justificaram a escolha por essa região, destacaram as singularidades que o afetavam diretamente no cenário político-econômico. A fundamentação, nesse documento, enviado para a USAID e UCLA, foi feita pelos aspectos históricos, econômicos e sociológicos.

Entendemos, segundo Thompson, que o processo de industrialização não é exclusivamente econômico, mas se associa ao político e ao cultural¹³. Esse olhar por meio da resistência a mudança que emerge na cultura de cada localidade; essa expressada, por sua vez, pelos sistemas de poder e pelas relações de propriedade. Dessa forma, pensamos, nesta

¹² “Aliada de la política en un matrimonio morganático, la técnica se ha convertido en sirvienta-dueña”. SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia**: un juego de poder. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005, p.12, tradução nossa.

¹³ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

pesquisa, em como se deu o processo de sua implementação e suas ligações no período que se convencionou chamar de “Guerra Fria”. Para isso, verificamos a construção do discurso científico, técnico e político que servira para sua implantação, efetivação e propagação. Enfim, como se tornou o modelo para uma intervenção norte-americana, técnica, cultural e econômica, no Nordeste brasileiro?

Para Leroi-Gourhan, deve-se olhar a relação indivíduo e sociedade, homem e natureza mediante as estruturas tecno-econômicas para se compreender as diferenças, as permanências e as construções do corpo social, entendido como organismo societal¹⁴. Nesse processo, toma-se para si e cria-se o *status* de naturalização, tornam-no elementos da essencialidade incorporada aos costumes, superando sua categoria de criação do homem e de seus domínios. Tal característica, para o referido autor, daria elementos traçados e visíveis nas espécies vivas que escapam “ao domínio do homem”¹⁵.

Ao se pensar essa equivalência de pensamentos humanos em seus elementos de ruptura e continuidade, constatamos a simultaneidade do tempo e espaço, pois ao ser “conhecido o seu sistema de referência”¹⁶ podemos tecer considerações sobre os valores que os alicerçam. Tal processo, se realiza mediante a clarificação do referencial enquanto objeto significante. Isso pressupõe uma modelação comportamental realizada pelo homem em sua relação com o mundo material. Essa construção de uma estrutura pode ser comparada ao sistema moral cuja mudança ocorre em uma longa duração. Na perspectiva do referido autor, seria “um determinismo tecnoeconômico”, cuja afirmação partiria da ínfima ligação entre o mundo pensante e o material, bem como da sobrevivência de ambos por meio de uma dependência mútua¹⁷.

Propomos olhar de forma analítica os indícios sociais, políticos e econômicos, ou seja, como uma materialidade humana. Nessa perspectiva, não se construiu uma história etnológica das profundidades, mas uma narrativa histórica que analisa a ciência e a técnica em suas formulações no século XX. Colocando-as, por sua vez, em relação com os mundos do trabalho em que as sensações e as simbologias teceram as formas de lutas e movimentos sociais, as incorporações e resistências ao saber, produzido por determinadas instituições da época, e a sua materialização na vida cotidiana. Essa postura se liga a um olhar para a estética histórica e a ética que emana de sua narrativa, haja vista que os seus usos fabricam e se

¹⁴ LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**: técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1964; LEROI-GOURHAN, André. **Evolução e técnica**: o homem e a matéria. Lisboa: Edições 70, 1964.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibid.*

convertem em propagandas e mitologias a partir de sua recepção. Para Hobsbawn, “a história de grandes coletividades, nacionais ou não, não se apoiou na memória popular, mas naquilo que os historiadores, cronistas ou antiquários escreveram sobre o passado”¹⁸.

Consideramos que a construção de uma história nacional é permeada pela memória e pela cultura oral, que integram, por sua vez, mediante uma circularidade hermenêutica¹⁹, a narrativa sobre o passado e a propaga por meio das transformações subjetivas feitas a partir dos códigos culturais e simbólicos de cada localidade. Portanto, esse consumo cotidiano, por exemplo, da imagem do Projeto RITA e do comunismo, deu-se mediante a sua produção e criação feita por determinados grupos letrados ou não que manejaram seu cabedal de informações ligadas ao seu campo visual, aos seus rituais, as suas mitologias, as suas crenças e as suas emoções. O pensamento de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu possibilitou-nos, neste trabalho, também verificar como se deu as impressões de significados em determinados objetos e as suas bricolages²⁰.

Segundo Rossi,²¹ a defesa de uma ciência pautada pela natureza²² e pela experiência buscava reformar um ideal renascentista, cuja busca de diferenciação com o discurso particular se movia pelas crenças coletivas e individuais que passariam a ser verificadas pela razão e sistematizadas a fim de atingir um público mais amplo. Dessa forma, a revolução científica e filosófica do século XVII colocaram o conhecimento como um patrimônio coletivo, cujas generalizações e universalizações demarcaram essa presença temporalizada. O tempo, portanto, marcaria a sua forma de legitimação, por exemplo, a concepção de progresso, provinda da obra de Francis Bacon, afetou a concepção de ciência dos modernos²³. Para isso, separou-se técnica e ciência, o manual e o racional, esse movido, para Descartes, pela teoria que o dera impulso e sentido²⁴.

¹⁸ HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.377.

¹⁹ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993; BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

²¹ ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²² Rossi (1989), ao pensar a relação entre natureza e arte mediada e construída por uma maquinação do mundo, olhou a integridade dos fatores biológicos e físicos “em termos de matéria e movimento” que promoviam comportamentos que modificaram o conceito de natureza: “Conhecer a realidade significa perceber o modo como funciona a máquina do mundo, e a máquina pode (pelo menos teoricamente) ser desmontada em seus elementos individuais para ser reconstruída a seguir, peça por peça”. *Ibidem*, p.118.

²³ Para Bacon (1980), três fatores alicerçam o conceito de ciência na modernidade: 1- o saber científico aumenta e cresce; 2- Não é um processo completo; 3- A edificação de uma tradição científica. BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza (et all)**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

²⁴ DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Dessa forma, o RITA fora um laboratório onde se colocou em prática as teses do engenheiro Morris Asimow, que teve sua primeira experimentação no Cariri cearense e ultrapassou as fronteiras do Brasil. Para nos aprofundar sobre como se deu a relação entre Brasil e EUA, buscaremos verificar como o Brasil foi colocado no discurso do Asimow, por exemplo, na defesa da implantação desses projetos noutros países. Ao seguirmos os passos desse planejamento no Brasil, foi possível verificarmos como se construíram os efeitos das referências para persuadir os investidores locais e os governos desses países a permitir a entrada da USAID em suas localidades mediante o RITA. Morris Asimow, quando viu o seu projeto ser ampliado, percebeu que a sua missão não estava mais no trabalho laboratorial, e que para sua sobrevivência era necessário sair em busca de recursos e apoio para a continuidade de seu experimento.

Esse duplo movimento, pesquisa e política, constituem-se em trocas intensas que, para Latour, constroem uma imagem do projeto em prol de despertar o interesse dos não cientistas, para que com o seu apoio econômico e político se possa intensificar os trabalhos de “dentro”, ou seja, dos especialistas que estão cuidando exclusivamente do laboratório²⁵. Essa retroalimentação limita o campo de visão de quem está dentro e fora. Essa especificidade visualizamos quando analisamos os discursos de quem participou do projeto ou de intelectuais próximos de seu fundador. Eles viram o RITA como um projeto científico, um laboratório, e não enxergaram, por sua vez, as suas “relações públicas, políticas, problemas éticos, luta de classes”²⁶. Esse isolamento de uma ciência pura não existe, pois há um grupo que está fazendo as relações descritas acima para sua permanência. Detectarmos isso é perceber as teias que promoveram a ampliação e a construção do Projeto RITA nos anos 1960 mediante determinada lógica temporal.

Oswald Spengler, pensando outra lógica do tempo, movida por um ciclo orgânico, legitimou sua narrativa histórica pela noção de destino, essa se diferenciava da noção religiosa²⁷. Para ele, alicerçava-se nas fases que passavam os agrupamentos sociais. Nesse intuito, distinguiu cultura e civilização, caminhou pelas áreas movediças das previsões em seu ofício de historiador. Essa ingenuidade ou audácia de colocar o saber histórico como um elemento importante para se afirmar algo do futuro, engajou a sua obra na ideia da ciência

²⁵ LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

²⁶ *Ibidem*, p.258.

²⁷ SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1980.

como progresso²⁸. Para Oliveira, Spengler afirmou que os embates sobre a técnica, seu contato com a cultura e a história é um “problema específico do século XX”²⁹.

Tais questionamentos derivaram do presente e serviram para em um primeiro momento diferenciar a técnica da ciência, em outro para operacionalizar o conhecimento produzido em instrumentos de intervenção para modificar as condições materiais do homem no século XX. Duas posições se destacaram em meio a esse processo: a idealista e a materialista. Contudo, compreendemos a técnica não em um caráter de essencialidade, mas em seu devir antropofágico. A delimitação conceitual da técnica recorreu em generalizações que desconsideravam as particularidades provenientes de sua produção, seus usos e sua manutenção. Spengler a entendeu como uma “tática da vida”³⁰, uma espécie de ética que fundamentara e movera a sobrevivência daquelas que a produziam. Tal proposição se torna interessante para se pensar sua liberdade de criação em relação ao aprisionamento metodológico criado pela ciência que não considerava o imprevisível e o não racional.

Verificar a técnica enquanto artefato de um simbolismo cultural é ver a rotina e o cotidiano, as lutas e as rupturas que emergem na história de uma comunidade. A criação da técnica e da ciência se faz na relação entre o homem e a natureza, ou seja, é produto de uma cultura de resistência e dominação humana contra o meio ambiente que lhe parece ser agressivo. A circulação entre invenção criativa e dominação perpassa a cultura em sua linguagem gestual, manual e intelectual. Para Spengler, essa mutacionalidade mostra que o trabalho manual transforma o homem e a sua técnica, ou seja, que o contato com o desconhecido o desperta, motiva-o em inventar maneiras para transformar objetos e situações em prol de suas intenções ou do grupo que integra. Esse “roubar da natureza”, em uma linguagem spengleriana, é humanizá-la. Essa filosofia da vida busca ver o *pathos*, os sentidos e se apropria de alguns de seus traços. Neste trabalho, demarcamos a fronteira entre o racional e o irracional, o material e o cultural, bem como a vida em suas várias facetas. Não se caminhou pelo naturalismo irracionalista que se pode trilhar seguindo algumas veredas dessa filosofia, mas cortou-se esse fluxo, buscando ver as dobras que os colocaram em contato³¹.

A história do homem vai se definindo a partir dessa relação que promove uma organização de tarefas e, posteriormente, uma divisão social do trabalho. Para Mumford, isso

²⁸ Para Oliveira, “o termo cultura significa a fase criativa de uma sociedade, desde a sua gênese quase sempre heroica, até a sua consolidação como um conjunto acabado de realizações (batalhas, ideias, artes, ciências, leis, economias, grandes homens e grandes acontecimentos); civilização, por sua vez, é a petrificação de uma cultura, quando se esgotam as possibilidades de crescimento, de depuração e de continuidade”. OLIVEIRA, Rubem Mendes. **A questão da técnica em Spengler e Heidegger**. Belo Horizonte: Tessitura, 2006, p.26.

²⁹ *Ibidem*, p.35.

³⁰ SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1980.

³¹ DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas: Papyrus, 2000.

foi chamado de primeira “megamáquina”, “é uma relação de pleno domínio, onde se manda, e onde se obedece”³². Dessa forma, o Estado é entendido como uma instituição criada pelo “animal de rapina” que o seu único objetivo seria dominar e manter esse poder perante os demais. Tal fito se conseguiria por meio da técnica e da ciência, por exemplo, na construção de novas relações de trabalho, seu elemento mantenedor socioeconômico. Portanto, as relações de trabalho nascem pelo processo de racionalização da vida coletiva, cuja fronteira com o irracional se manteve como forma de ter um elemento simbólico para sua permanência, sua perpetuação e seu aperfeiçoamento. Tal dobradiça se faz pelo desejo de manter a sobrevivência em meio aos desafios do meio natural e humano.

A historiadora Emília Viotti da Costa nos anos 1990 chamou atenção dos historiadores brasileiros sobre a sua dependência intelectual em relação a intelectualidade europeia. Para a referida autora, verificar as particularidades ao se pensar a história social do trabalho no Brasil era importante para a constituição de um campo específico de pesquisa. Para ela, não significava tal chamada uma defesa do isolamento em relação a produção intelectual, mas uma dialética entre essas construções conceituais e as condições objetivas brasileiras, bem como a saída de uma posição submissa e passiva de sua assimilação. Para isso, a crítica a esse pensamento por meio de bases teóricas possibilita, a partir do conhecido de fora e de dentro, construir caminhos de análise³³.

Nesse intuito, a crítica de Jean Paul Sartre a perspectiva mecanicista de uma linha do marxismo que pensava o trabalho se faz pertinente, por exemplo, dentre elas se tinha o caráter reducionista do político ao social praticado por esses grupos³⁴. Com as várias críticas efetuadas a uma abordagem tradicional da história do trabalho nos anos 1990, para Costa, o foco se deslocou “do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos, para os operários, da classe operária para os trabalhadores, da fábrica para a casa e a rua, do operário para a família operária, do trabalho para as atividades recreativas e para a cultura”³⁵.

As novas realidades dos trabalhadores no século XX moveram os historiadores na tentativa de construir abordagens e metodologias que pudessem estudar esses objetos necessários para explicar as questões advindas de seu presente. Destacamos, nessa empreitada, o estudo da política do cotidiano e da subjetividade que, segundo Costa, fez nascer a Nova História Social do Trabalho³⁶. Entretanto, de um olhar sistemático e

³² MUMFORD, Lewis. **Arte e técnica**. Lisboa: Edições 70, 1952, p.39.

³³ COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

³⁴ SARTRE, Jean-Paul. **Os pensadores**: vários textos. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

³⁵ COSTA, *op.cit.*, p.20.

³⁶ *Ibid.*

estruturado, buscando uma visão total do processo, saiu-se para o que privilegiava as suas singularidades, a construção de um reducionismo relativista e de fragmentos desconexos. Para Costa, deve-se primar por uma História Social do Trabalho que busque uma síntese, cuja proveniência seria por meio da dialética entre a macrofísica e a microfísica do poder; entre a teoria da práxis e as novas experiências³⁷. Portanto, tencionamos, neste trabalho, construir uma história social da ciência, da técnica e do trabalho pensando o retorno, segundo Beck, da histórica social que olha para as transformações e metamorfoses dos sistemas sociais e políticos³⁸, buscando essa síntese apregoada por Emília Viotti da Costa.

Para Habermas, os sistemas sociais pautados pela dialética entre natureza interna e externa movem o homem a uma produção que transforma os recursos naturais, dando-lhe forma e agregando-lhe um valor demandado da energia gastada para sua fabricação. São as forças de produção que provocam uma adaptação às condições das sociedades que participam. Tal postura provoca a criação de um mundo do trabalho alicerçado na força física e no treinamento por meio do ensino técnico ou científico. Essas espacialidades são regidas por uma estrutura normativa que, constantemente, se justifica. Entendemos que “a história do conhecimento e da tecnologia seculares é uma história de êxitos manipulados”³⁹, provinda de seu contato com a natureza exterior que provoca mudanças e impõe verdades e normas. A vida cultural se funda em uma “validade discursiva, alteração de estruturas normativas, bem como a história da ciência e da tecnologia é um processo direcional”⁴⁰. Caminhamos também pela história social das ciências que tem como fio condutor o princípio de simetria⁴¹, ou seja, o nosso olhar de historiador se moveu para o desvio em relação ao colocado como ideal dentro das relações de força e dos jogos de poder⁴². Nessa tentativa de análise, relacionamos

³⁷ COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

³⁸ BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

³⁹ HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980, p.23.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012; LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed.34, 2000.

⁴² Segundo Stengers (2002), o princípio de simetria nos auxilia a fugir a uma racionalidade que pode conduzir o discurso do historiador “a tomar emprestado o vocabulário do vencedor” (2002, p.10). Para isso, para ela, faz-se necessário caminhar também pelos resquícios que apontam indecisões e considerados, à época, “não-científicos” para se verificar as relações de força entre os que afirmaram isso e os que a criticaram. É, portanto, nessa tensão entre vencedores e vencidos que se pode perceber as alianças políticas, ideológicas, econômicas e sociais que construíram padrões de normatividade e de ciência em determinado tempo histórico. STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

os campos científicos a fim de construir um caminho, mas nesse processo fronteiro discorremos sobre a ciência, cujos elementos integradores não descartam as especificidades⁴³.

Nesse intuito, o projeto RITA era um plano piloto de estudos científicos que visava intervir na realidade a fim de modificar concretamente as condições culturais e econômicas das regiões consideradas subdesenvolvidas. Nesse foco, escolheu-se como meio para isso a construção de fábricas de médio e pequeno porte orientadas pelos estudos antropológicos e econômicos realizados pelos cientistas vinculados as Universidades norte-americanas e brasileiras.

Segundo Decca, a fábrica surgiu na sociedade ocidental muito mais pela necessidade organizacional que, propriamente, por questões relativas as inovações tecnológicas. Não descartando a sua importância, por exemplo, ao ser usada como meio de controle do tempo do trabalhador e o aumento da produção, com a incorporação do relógio e das máquinas fabris. Decca destacou que o uso e o fomento a inovação tecnológica foram utilizados como forma de resposta às reivindicações dos trabalhadores. Portanto, três elementos se destacaram: 1 - o seu uso para docilizar e submeter o trabalhador; 2 - a construção de uma regularidade e continuidade na produção; 3 - uma resistência aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. A incorporação de tecnologias nas fábricas não tinha somente a finalidade de aumentar a produção e transformar as condições materiais de uma comunidade, mas se ligava “aos imperativos de disciplinar, controlar hierarquicamente e não permitir ao trabalhador o controle do seu próprio processo de trabalho”⁴⁴.

Enfim, averiguamos as construções da esteticidade política que emergira no cotidiano dos nordestinos a partir de 1945. Pensamos, para isso, que a sensibilidade é configurada e reconfigurada de acordo com práticas de um discurso oculto e público⁴⁵. Nesse intuito, o político é visto como espaço do confronto entre o mundo das palavras e das coisas⁴⁶, que atreladas a outros elementos produzem marcações espaciais e tecem tapetes, cujas ligações opacas de seus fios não desestimulam, mas impulsionam a olhar, segundo Ginzburg,

⁴³ Para Donati; Malo; Maspero (2016), “diventa urgente ripensare le scienze da un punto di vista che non pretende di unificarle riconducendole ad unum, ma che si propone di trovar ela loro unitá in una reciproca relazionatà entro la quale esse possano dialogare in modo fecondo, mantenendo e anzi promuovendo la loro specifica autonomia” (“Torna-se urgente repensar as ciências a partir de um ponto de vista que não pretende unificá-la, trazendo-as de volta a um uno, mas que se propõe a encontrar unidade numa relação recíproca na qual dialogam de forma frutífera, mantendo e até promovendo as particularidades, alicerces de sua autonomia”). DONATI, P; MALO, A; MASPERO, G (org). **La vita come relazione: un dialogo fra teologia, filosofia e scienze sociali**. Roma: Studies Series – EDUSC, 2016, p.11, tradução nossa.

⁴⁴ DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.66.

⁴⁵ SCOTT, James C. **A dominação e a arte de resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

⁴⁶ RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Ed.34, 2009.

as “zonas privilegiadas – sinais, indícios”⁴⁷ que as possibilitam decifrar. O recorte espacial, desta pesquisa, é o Nordeste brasileiro, pensá-lo é verificar, segundo Albuquerque Júnior, a produção de enunciados e imagens que, permanentemente, se expressa “com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos”⁴⁸.

Esta tese se divide em seis capítulos, neles construímos uma história social da ciência, da técnica e do trabalho não de uma forma separada, mas em seu conjunto e em suas redes. Para isso, procuramos os elementos que as conectavam nesse processo de síntese, cujo cotidiano político, econômico, cultural e social construíram enquadramentos movidos pela racionalização científica e pela ritualização impulsionada pela crença nas mudanças vindas pela imagem do progresso e modernização do Nordeste; edificadas, por sua vez, pelo discurso de sua industrialização por meio do Projeto RITA. Contudo, atentamos também na descontinuidade, o que não se conectou ao modelo de racionalidade ocidental, em uma causalidade evidente. Para isso, miramos os cortes afiados dos acontecimentos e dos fatos que, segundo Farge, “acham-se na perpendicular do horizonte de expectativa, encontrando-o em ângulo reto” e “transmiti-los em sua singular rugosidade”⁴⁹.

No primeiro capítulo, “A desordem, a subversão, o caos”, pensaremos como se construiu imagens, mitos políticos e imaginários simbólicos sobre o comunismo no Brasil, especificamente, no Nordeste pós-1945. Para isso, destacamos a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso, bem como trabalhamos o campo do saber que foi suporte para a criação do RITA: a engenharia. No segundo capítulo, “A bela flor cor de sangue”, analisaremos a criação do Instituto de Antropologia, particularmente o seu “Projeto para o Ceará”, e do Instituto de Economia como alicerce para a consolidação da Universidade do Ceará – instituição essa que fez o convênio com a Universidade da Califórnia para a implantação do Projeto Asimow. No terceiro, “Projeto Asimow”, trataremos sobre a sua implantação no Cariri, os fatores sociais e econômicos gerados nesse processo. No quarto, “Sudene e RITA”, ponderaremos sobre a ampliação do Asimow e sua transformação em RITA, primeiramente no Ceará com o nome de PUDINE, posteriormente nos outros estados do Nordeste. Para isso, verificaremos a sua ligação com a SUDENE e as interferências ocorridas nesse órgão federal durante os anos 1960 que afetaram diretamente o seu funcionamento. No quinto, “Trabalhadores Uni-vos”, tonificaremos a presença dos

⁴⁷ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.170.

⁴⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006, p.24.

⁴⁹ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.11.

trabalhadores do campo e da cidade nos anos 1960 e as suas lutas por melhores condições de trabalho e salário. E, por fim, o sexto, “A outridade”, onde examinaremos o aprofundamento das péssimas circunstâncias de sobrevivência dos camponeses e operários com a seca de 1970, a construção de multidões que se colocavam em marcha no sertão nordestino e a ampliação do RITA para outros países; agregando-lhe, assim, um caráter global.

2 “A DESORDEM, A SUBVERSÃO, O CAOS”

A alma, o olho e a mão estão assim inscrito no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática⁵⁰.

O empreendimento em grande escala, o sistema fabril, com sua nova disciplina, as comunidades fabris – onde o industrial não só se enriquecia com o trabalho da sua “mão-de-obra”, como também se podia vê-lo enriquecer no decorrer de uma única geração – tudo contribuiu para a transparência do processo de exploração e para a coesão social e cultural do explorado⁵¹.

A revolução cubana de Fidel Castro em 1959⁵² e o nacionalismo político e econômico de alguns países americanos causaram um temor para o presidente dos Estados Unidos da América, à época, John F. Kennedy; que para resolver tais impasses utilizou uma estratégia político-econômica similar à de Dwight D. Eisenhower em suas relações internacionais, a saber, conter os focos da ideologia comunista. Não obstante, o diferente contexto em que vivera demarcara singularidades em sua atuação sobre tal empreendimento. Aquele se via não ameaçado por um espectro que rondava o continente americano, mas pela iniciativa de uma experiência concreta desse modelo político-econômico em uma região privilegiada no território caribenho, diferentemente, deste. Os jogos sociopolíticos para consolidar alianças e granjear o apoio nas áreas empobrecidas, que até aquele momento se posicionavam por debaixo de sua tutela, não contempladas com o Plano Marshall, eram visados pela União das Repúblicas Socialistas Soviética. Então, alguns políticos desses territórios, por exemplo, do Brasil, atrelados a essa perspectiva política, defenderam que a melhoria de suas vidas, materialmente pensadas, proviriam de seu ingresso no modelo capitalista norte-americano.

Tal posição refletia o diálogo em voga desde os anos beligerantes, cuja eleição do Brasil pelos Estados Unidos, como seu principal aliado americano na Segunda Guerra Mundial, consolidava essa posição de destaque perante os outros países do continente. Apesar dessa relação mais estrita com os EUA, para Pinheiro, o governo brasileiro manteve relações com os seus pares, realizando um trabalho de mediador entre esses países e Washington. Esse

⁵⁰ BENJAMIN, Walter. **Mágia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.220.

⁵¹ THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operária Inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.22.

⁵² Para Reis Filho (2000), as experiências socialistas após a Segunda Guerra Mundial tiveram caminhos diferentes daquela vivenciada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Revolução Cubana, nesse quadro, representou essa particularidade de regiões que fizeram um movimento nacionalista/democrático e ao longo do processo “transformara-se em revolução socialista, em larga medida, em virtude das pressões americanas [...] a revolução cubana afirmara sua autonomia ao longo dos anos 60, quando sua extensão para a América Latina foi considerada uma hipótese possível”. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.27.

capital simbólico se manejou pelo governo brasileiro para dar visibilidade a uma imagem de liderança do Brasil na América, alocando-o como vencedor da guerra e espaço privilegiado para os investimentos estadunidenses no continente⁵³.

Para isso, construiu-se maneiras de convencer essas nações. Para exemplificar isso, destacamos a propagação do discurso de que somente essa ideologia favoreceria sua realização, misturando-a com os elementos maniqueístas de superioridade e inferioridade, do bem e do mal. Isso endossou a construção da imagem dos EUA como a civilização mais avançada, detentora de uma missão salvacionista do mundo, isto é, a responsável por disponibilizar aos países mais pobres o conhecimento técnico e a ajuda econômica para se alcançar essa fase de desenvolvimento, cujo modelo era o seu. Para conseguir-la, para o presidente Kennedy, os territórios em questão deveriam se industrializar. Tal acontecimento criaria nesses espaços fatores internos, materiais e simbólicos que não permitiriam a fermentação e o florescimento do socialismo. Consoante Moniz Bandeira, não era a finalidade dos EUA industrializar o Brasil e nem tão pouco a América Latina⁵⁴. Contudo, as condições socioeconômicas e a presença de Cuba, como exemplo de outra forma possível de vivenciar a política, provocaram um desabrochar de maneiras e intenções de resguardá-lo da influência soviética.

Portanto, os planos de industrialização não tinham o foco em si e nem em transformar as condições materiais desses países, mas se moviam pelo desejo de protegê-los dos que denominavam a desordem, a subversão e o caos. Essas três palavras-chave traduziam no discurso diário e propagandístico mediante os meios de comunicação local e internacional, os mitos políticos⁵⁵ que envolveram a luta simbólica entre a ideologia capitalista e comunista. Ao falarmos sobre esses dois grupos, não os colocamos em uma posição excludente e dicotômica, mas, segundo Thompson, em uma relação de força, cuja luta entre as partes promovia o seu fortalecimento, dava-lhes vigor e criava faces para a Guerra Fria⁵⁶. Pois, um sem o outro perderia o sentido, deixaria de existir e submergiria a sua dinamicidade. Esses elementos mitológicos, construídos internamente nos EUA e na URSS, espalhavam-se

⁵³ Para Pinheiro (2013), o Brasil teve benefícios considerados pós-1945 devido ao apoio dado a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, 70% dos investimentos e empréstimos endereçados para o continente foram para os cofres brasileiros. Contudo, o uso desses dados pelos brasileiros para demonstrar uma superioridade perante seus pares não foi bem visto pelos EUA. Portanto, “esse diferencial de poder foi rapidamente contornado pelos Estados Unidos, interessados em não endossar qualquer desequilíbrio no continente que não fosse a favor de si mesmo”. PINHEIRO, Letícia. *O Brasil no mundo: o Brasil e a América Latina*. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p.160.

⁵⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

⁵⁵ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁵⁶ THOMPSON, Edward P. **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

exteriormente em uma política de proteção e embate em favor da manutenção de seus imperialismos; bem como em uma cruzada para defender seus modelos de salvação para a humanidade. Essas três palavras representavam também aquilo que Moniz Bandeira chamou de “Revolução Social”⁵⁷. Para ele, o imperialismo norte-americano aceitou a realização de reformas para “impedir a Revolução Social e salvar a essência do seu domínio”, esse era “o sentido da Aliança para o Progresso”⁵⁸.

Neste capítulo, buscaremos o fio condutor de uma construção de mitos políticos e imaginários simbólicos sobre o socialismo no Brasil, particularmente no Nordeste brasileiro após 1945, bem como refletiremos sobre o saber do engenheiro, suas ideias e seus projetos científicos, cujas experiências se manearam para a criação do RITA.

Esta questão, depois da Segunda Guerra Mundial, tornou-se forte internamente nos EUA e moveu sua política externa: o comunismo. Esse “medo cego e irracional do comunismo”⁵⁹ se vinculava a posição de combate ao modelo político-econômico da URSS, as suspeitas dos que a aderiam não eram apenas externas ao seu território, mas internamente; olhando com suspeição os seus, enxergava-os como subversivos quando não comungavam com as suas ideias mais radicais. Para Rémond, durante a Guerra Fria, os EUA e a URSS não toleravam uma posição de neutralidade dos países, a peleja era recrutar o maior número de apoiadores e membros para cada bloco. Para o referido autor, em relação aos Estados Unidos da América, essa postura promoveu uma edificação de vários pactos para asseverar e firmar uma lealdade política e econômica, uma “pactomania” que edificava uma “cintura de segurança contínua entre países ligados por acordos militares”⁶⁰. Isso provocou “um surto emocional prolongado que levou a uma opressiva conformidade de pensamentos e crenças”⁶¹. Isso se concretizou em sua política internacional depois dos acordos de Yalta em 1945 que delimitaram as suas zonas de influência. Para Ayerbe, os rumos mudaram para uma disputa que objetivava a consolidação da hegemonia dos blocos e os resguardava de um confronto direto⁶². Como esses dispositivos se usaram para fomentar e divulgar a *Aliança para o Progresso* no Nordeste brasileiro?

⁵⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

⁵⁸ *Ibidem*, p.404.

⁵⁹ DIVINE, Robert; BREEN, T.H; FREDRICKSON, George M; HAL WILLIAMS, R; ROBERTS, Randy. **América: Passado e Presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992, p.639.

⁶⁰ RÉMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974, p.152.

⁶¹ DIVINE, Robert; BREEN, T.H; FREDRICKSON, George M; HAL WILLIAMS, R; ROBERTS, Randy, *op.cit.*, p.639.

⁶² AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

Trabalhamos aqui com a confluência de dois conceitos, agregando-os a outros para analisar os elementos racionais e irracionais, ou, segundo Marx, a estrutura e a superestrutura nesse processo⁶³. Colocando-os, contudo, em uma correlação e uma recíproca existencial. Dessa maneira, trilhamos os caminhos da fronteira, verificando os sentidos que os colocavam como elementos de dominação e as suas brechas enquanto horizonte possível de subversão a ordem e ao defendido pelos grupos possuidores de um lugar de poder. Dessa forma, compreendemos que os mitos são feitos por intensões demarcadas por seus produtores, mas os contornos que tomam, ao longo do movimento histórico, são polimorfos; os seus imaginários simbólicos se transformam de diversas maneiras. Mas nessa diversidade há fios que os puxam a determinados enquadramentos sociais, a certas relações de poder e a um conflito de classe imerso em suas condições históricas de possibilidade.

Para Girardet, o mito político se organiza por uma sucessão, por exemplo, o sonho, em uma dada “dinâmica da imagem” para dar-lhe sentido a partir de suas associações visuais. Pode-se relacionar, para ele, essa concepção com os jogos dos “mitos sagrados das sociedades tradicionais”⁶⁴. A partir disso, essa característica polimorfa mobiliza um entendimento que a sua constituição, significação e compreensão é plural, de diversas ressonâncias e ambivalências. Contudo, constrói regras de coerência que os legitimam, essa provinda de elementos permanentes no processo e no elo combinatório de imagens. Essa defesa de um fio condutor da narrativa mítica e da lógica do imaginário se faz presente como um elemento de coesão e coerência, de um recurso de sintaxe e estilo literário. Para o referido autor, a narrativa mítica “é em um código que se tem o direito de considerar como imutável em seu conjunto que ela transcreve e transmite sua mensagem”⁶⁵.

Nessa busca de tornar compreensível a mensagem para os diversos públicos que tem acesso a uma narrativa mitológica, frisamos como seu elemento fundante o imaginário movido pelo simbólico. São, portanto, esses fios condutores que aproximam a representação da efetividade da vida diária, do aparente aos fatores promovedores da experiência e das tensões sociais dos sujeitos em suas relações interpessoais. Concordamos com Durand, que “a imaginação simbólica é dinamicamente negação vital, negação do nada da morte e do tempo”⁶⁶. Essa compreensão, para o autor, desdobra nos seguintes planos: 1- o equilíbrio vital; 2- o equilíbrio psicossocial; 3- o equilíbrio antropológico; 4 - uma teofania.

⁶³ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

⁶⁴ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.15.

⁶⁵ *Ibidem*, p.18.

⁶⁶ DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1964, p.97.

Atinamos, assim, que ao construir essas portas para se trilhar e entender o imaginário, enquanto elemento de constituição de mitos políticos, possibilita-nos compreendê-lo, bem como a edificação de elos com outras esferas que o gera, auxilia a entrelaçar as redes que constituem o encontro individual e grupal. Dessa forma, caminhar por esses artifícios é verificar as arestas, as sonoridades e os sentidos que o concebem.

2.1 Operação

O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil terá outras implicações para os EUA, além da questão da disputa pela hegemonia política e econômica no continente. Ou seja, esta é uma região estratégica porque na ilha de Fernando de Noronha estão instaladas as estações de radar de apoio aos mísseis intercontinentais e ao lançamento de foguetes do cabo Canaveral; logo, haverá também implicações na estratégia de defesa militar⁶⁷.

A Operação Pan-Americana (OPA), que visava agregar os países da América Latina, colocou o governo brasileiro, à época, presidido por Juscelino Kubitschek, em uma posição de destaque na Europa e América em relação às ações de controle e prevenção do avanço da ideologia comunista. Tal ação pontual em favor do capital financeiro estadunidense reforçou a imagem demoníaca e de desvalorização dessa postura nos países americanos. Essa posição de liderança na operação tinha objetivos bem demarcados para a construção de tal ação-proposta pelos governadores dos estados brasileiros para a Europa. Isso edificou-o como personagem importante na ação teatral no campo da economia política internacional nos anos 1950. Para o embaixador Paulo Carneiro, delegado da UNESCO no período, “na Europa, o Brasil é uma espécie de vedeta”⁶⁸. A sua construção se arquitetou para mediar a ajuda estadunidense na América e se fazia urgente devido as reações-resistências aos seus representantes. Segundo Sousa (1981), em 1958 Richard Nixon, vice-presidente dos EUA, em algumas capitais da América do Sul foi “vaiado, cuspidado, agredido e apedrejado”⁶⁹.

Essa visibilidade do Brasil na Europa destacou sua imagem e suas posições como modelo a ser seguido e comprado, isso se construiu a partir da demonstração de poder por meio da OPA e da edificação de Brasília. Iniciativas que, para o jornal do Brasil, “puseram o

⁶⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.233.

⁶⁸ “Atualmente, na Europa, o Brasil é uma espécie de vedete”, diz o embaixador”. **Jornal do Brasil**, quinta-feira, 2 de outubro de 1958, p.10.

⁶⁹ SOUSA, J. Colombo de. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1981, p.119.

Brasil na moda”⁷⁰. Como forma de dar respostas às reivindicações postas pelos líderes americanos sobre a falta de ajuda interna dos Estados Unidos da América no continente, a Comissão de Assuntos Internacionais colaborou com a operação em dois sentidos, a saber, na manutenção da paz no hemisfério ocidental e na melhoria das condições econômicas. Tal discurso se fez para promover uma imagem de aliança e ajuda mútua entre os dois projetos. Tentando, assim, fazer-se presente perante aqueles que os EUA apoiavam, haja vista que 21 países do hemisfério concordaram em participar. A Operação Pan-Americana desejava “determinar as necessidades e problemas da América Latina” e construir soluções para os problemas detectados, a saber, “os problemas de fomento e de preservação das liberdades democráticas”⁷¹. Isso, para Kubitschek, unia-as de uma forma inseparável.

O objetivo de acabar com a pobreza no Brasil e na América não estava imbuído pelos ideais de uma justiça social, nem tampouco a volição da construção de reformas estruturais que garantissem uma divisão igualitária dos lucros e bens nacionais para sua população. A sua meta de crescimento econômico, visando um favorecimento do avanço material na casa dos brasileiros, endossou-se a partir da retomada da mitologia dos pais fundadores da nação e de seus objetivos firmados naquele momento. Isso se erigiu para criticar uma ala intelectual do país que estava dentro e fora das Universidades e que defendia a perspectiva comunista. Para Kubitschek, existiam, na fundação do Brasil, valores espirituais que não podiam ser perdidos. A OPA, por sua vez, atuaria na salvaguarda das novas gerações dessa invasão, dita ideológica, que os estava destruindo. Para ele, dever-se-ia se construir um novo espírito para combater essas posturas e a Operação serviria para tal fito.

Nessa intenção, uma proteção da infância e da adolescência, contra a chamada ideologia comunista que, consoante ele, quebrava os valores, atrelou-se ao discurso de uma defesa da dignidade e dos direitos humanos. Em tal viés, os grupos contrários nas instituições de ensino, de arte e de entretenimento nacional lhe fortaleceu. O ataque se fizera de forma sutil, por exemplo, aproximando-se da esquerda não radical para corroborar uma proposta que garantisse alguns elementos que estavam em sua pauta. Essa estratégia de dominação silenciou posturas mais enfáticas no tocante às posições econômicas e políticas vivenciadas pelo governo brasileiro e pela atitude política de JK. Para o referido presidente,

⁷⁰ ““Atualmente, na Europa, o Brasil é uma espécie de vedete”, diz o embaixador”. **Jornal do Brasil**, quinta-feira, 2 de outubro de 1958, p.10.

⁷¹ “Juscelino: OPA provoca intensa e fecunda troca de ideias”. **Jornal do Brasil**, quarta-feira, 2 de dezembro de 1959, p.4.

A Operação Pan-Americana terá consequências econômicas decisivas, mas o reerguimento material não pode representar, por si mesmo um fim. Visamos mais alto. Para colhermos os frutos almejados, torna-se indispensável que sobre sobre este continente um novo espírito, que nos visite uma fé vivificadora, que retomemos a alma dos pais da independência de nossa pátria, que pretendiam criar, neste pedaço do mundo, não apenas uma expressão econômica, mas um abrigo dos direitos da criatura humana, centro da vida, merecedora de todo o desvelo e que não pode sem grave risco para os nossos valores espirituais mais altos – ser entregue à fome, à doença, à ignorância e a desterrada de sua própria e inalienável dignidade. Para que a Operação Pan-Americana seja realmente fecunda, não há como prescindir às coisas do espírito dos que dirigem a opinião, dos intelectuais e artistas, dos professores universitários dos que tem a seu cargo a formação mental e moral das novas gerações. Nossos planos de desenvolvimento hão de incluir medidas eficazes para a proteção da infância, que não poderemos deixar morrer abandonada pela indiferença nem crescer em condições dolorosas e terrivelmente ameaçadoras para a paz do mundo⁷².

Ao erigir esses dispositivos na fiação do contrato entre as partes, EUA e países americanos, regulou e organizou o campo de enunciação por meio de seu comportamento, de seus gestos e *ethos*. Fez-se “ritual amplo”⁷³, onde as restrições formais eram a base para possíveis previsões e construções de consenso. Contudo, os elos se deram mediante o “conhecimento das instâncias” que, para Charaudeau, seriam as seguintes: política, adversária, cidadã e midiática⁷⁴. Quando analisamos, assim, o discurso de JK, percorremos a instância política e adversária imersa no *locus* governamental. Para o referido autor, a justificativa do poder estaria nele, ou seja, nos que o habitam; movedores, ao mesmo tempo, do seu campo visual e do saber a fim de propor, justificar, criticar e conclamar aquilo que lhe permitisse a permanência, – usando, para isso, “diversas estratégias de persuasão e sedução”⁷⁵.

Nesse sentido, a construção de tal “novo espírito”, defendido pelo referido presidente, era combater esse movimento que adentrava nas universidades brasileiras, logicamente alguns jovens da classe mais favorecida ou não no País tomaram contato com essas ideias e as defendiam. O uso dessa justificativa para afirmar a OPA, dentro e fora, ligava-se às imagens inventadas e propagadas desde o século XIX sobre o comunismo e no XX sobre a Guerra Fria. Esse manejo discursivo para legitimar a OPA, moveu as normas institucionais da OEA construindo novas práticas sociais de *status* e poder no círculo dos líderes políticos da América. O consenso, então, fez-se mediante essa peleja e na busca do reconhecimento das partes, deixando claro a credibilidade do projeto e o visibilizando como

⁷² “Juscelino: OPA provoca intensa e fecunda troca de ideias”. **Jornal do Brasil**, quarta-feira, 2 de dezembro de 1959, p.4.

⁷³ AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: 90 Graus, 1994.

⁷⁴ CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

⁷⁵ *Ibidem*, p.56.

não autoritário – entendido enquanto artifício de dependência, onde o bilateral se tornava unilateral e cuja soberania nacional escoava perante a vontade imperialista do país dominante.

Por exemplo, nessa disputa de espaços de poder, o desejo da manutenção de seu monopólio, produzia reações dos EUA. Sobre a criação da OPA, mesmo tendo a aprovação de uma parte dos países latino-americanos, o presidente dos Estados Unidos, em um primeiro momento, não comungou com a iniciativa, pois a via como elemento que colocaria em xeque a sua posição de liderança no continente. O presidente colombiano, Lleras Camargo, em 1958, afirmou o seu apoio ao projeto, quebrando com uma imagem de frieza que pairava no cenário internacional sobre a questão. Tal clima sócio-político resultava de uma postura de desconfiança em relação aos objetivos de JK com a sua fundação, como também a instabilidade ou divisão decorrente das relações econômicas e políticas dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Quando a OEA percebeu o vínculo econômico do programa com o seu departamento econômico, os seus líderes o apoiaram e negociaram políticas econômicas internas feitas pelos seus governantes, acelerando o seu processo de implantação⁷⁶.

A partir desse acordo entre a OPA e a OEA, criou-se o comitê dos 21 em 1958. A sua finalidade era organizar uma equipe técnica a fim de construir o Banco Interamericano, seu funcionamento se vinculava ao Conselho Econômico e Social (CIES) da OEA⁷⁷. Além disso, seu elo com a ONU colocou o Brasil como principal aliado dos EUA para pelear na América em favor do que chamaram *Paz Mundial* e contra o subdesenvolvimento. A construção da imagem do Brasil como líder dessa postura na América do Sul deu a conhecer uma visibilidade outra em suas posições geopolíticas, em seu posicionamento num cenário diferenciado nas relações políticas e culturais no continente. Para Paulo Silveira, colunista do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, isso se fixou “pela unidade do continente em torno dos esforços para o desenvolvimento dos países latino-americanos” e pela posição ativa da América Latina nas elaborações de decisões que afetariam o seu futuro⁷⁸.

Essa comissão ponderou quais os problemas e as possíveis soluções que seriam determinadas para colocá-los no caminho do desenvolvimento. Outros dispositivos realçados por JK como elemento de unidade foi a “preservação das liberdades democráticas”⁷⁹, as

⁷⁶ “Ministro Negrão de Lima”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, sábado, 23 de agosto de 1958, p.3.

⁷⁷ GUIMARÃES, Renato. “OPA”: Planejada a segunda etapa”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de novembro de 1958, p.4.

⁷⁸ SILVEIRA, Paulo. “Brasil na ONU: pela paz mundial e contra o subdesenvolvimento”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 3 de setembro de 1959, p.3.

⁷⁹ “O marco da OPA”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 e dezembro de 1959, p.5.

liberdades individuais e o resguardo da propriedade privada. Isso, para ele, preservá-la-ia em meio ao fortalecimento da ideologia comunista nesses países.

Na tentativa de colocar o Brasil como corresponsável pelo continente, o governo brasileiro vendeu sua forma de pensar a economia e as relações internacionais para as nações circunvizinhas. Não o consideramos aqui mero reprodutor da postura norte-americana; mas, nesse momento, os políticos brasileiros que a defendiam, colocaram-na como outro modelo em relação aos demais, cujos princípios comungavam com os dos EUA. Por exemplo, a OPA teve como base as ideias e ações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁸⁰. A política cambial adotada pelo governo de JK foi o principal instrumento de sua política econômica nos anos 1950 com a “escassez de dólares” ligada à política de desenvolvimento que se sintetizou no Programa de Metas⁸¹.

O século XX demandou outros caminhos para se pensar a indústria no Brasil, os operários e as relações de trabalho ali produzidas, por exemplo, não se tinha um processo de industrialização como no século XIX, mas uma nova realidade com o aumento da tecnologia pós-1945, a mecanização das fábricas e a urbanização das cidades. Deu-se o aumento da mão de obra e da produção, o público consumidor e produtor tradicional não conseguiu incorporar tanto a crescente lista de trabalhadores (mão de obra) como os produtos fabricados (artefatos de uso e consumo). Portanto, o trabalhador foi colocado nesse processo de consumo como sujeito detentor de um poder de compra, elemento defendido por JK como fundamental para fazê-lo experimentar concretamente as transformações em seu cotidiano advindas do capitalismo e torná-lo seu divulgador. Apesar de tal postura, o referido presidente trazia consigo, como tradução de uma tradição política, algumas técnicas e ideias provindas da forma de proceder inaugurada no Brasil com Getúlio Vargas. Esses “entre-lugares” possibilitaram-lhe arquitetar dispositivos e estratégias de subjetivação que afetaram as questões relacionadas com as condições sociais e econômicas na América, em seus micros e macros espaços geopolíticos. Conforme Bhabha, isso promove o alvorecer de “novos signos

⁸⁰ Conforme Machado (1999), a Cepal não edificou um projeto firme de desenvolvimento, buscando somente realizar estudos sobre as causas que levavam territórios ao desenvolvimento ou ao subdesenvolvimento, como também “a economia de substituição de importação, o modelo associado de desenvolvimento e a sua transição para o capitalismo financeiro”. Portanto, uma ala em determinado momento defendera que alguns países que tinham uma condição financeira favorável na América Latina “como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile ostentavam condições de fechar o ciclo da industrialização com a participação do capital estrangeiro, para transitarem da economia de substituição de importações para a de produção de bens de capital e de materiais estratégicos”. MACHADO, Luis Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.13, n.35, jan.abri, 1999, p.213.

⁸¹ VIANA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-guerra (1945-1955). In: GIAMBIOGI, Fabio (org). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

de identidade” e lugares específicos para a invenção de outras maneiras de colaborar e contestar “o ato de definir a própria ideia de sociedade”⁸².

Portanto, a OPA, os programas de ajuda financeira internacional (EUA ou URSS) e a Aliança para o Progresso se engajavam no impulso de edificar certa identidade americana e afirmar os seus elementos formadores. Dessa forma, ao invocar o passado, os “pais fundadores” e as políticas de Getúlio Vargas, reencenava-a colocando em cotejo outras temporalidades culturais no intuito de inventar a tradição política que assumia. Entendemos que esse passado não foi retomado tão-somente como causa social e estética, mas também se renovava, tornava-se o ““entre-lugar” contingente”⁸³ em sua intervenção no presente, ou seja, demudava-se em passado-presente. Por exemplo, JK incorporou da política varguista a prática de intervenção do Estado, o manuseio dos fundos financeiros nacionais na promoção e nos investimentos em infraestrutura, especialmente, com o Plano de Metas e a anexação dos trabalhadores nas pautas políticas governamentais.

Em suma, no Brasil, entre 1950 e 1970, se defendeu o modelo norte-americano de industrialização. Isso, para Figueiredo, relacionava-se ao uso e a produção tecnológica, a estrutura produtiva e a organização do trabalho, em sua vertente taylorista e fordista⁸⁴. Tal escolha afetou a produção, retirou-a de uma situação de subsistência para uma massificação de produtos industrializados. Isso favoreceu a reorganização da produção de alimentos, que se industrializaram, e fortaleceu as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis. A ênfase nelas se alicerçava na política econômica de JK. Contudo, em fins dos anos 1950 questões econômicas e sociais permeavam um cenário diferente com a desaceleração do ritmo de crescimento, o avanço da inflação e os desajustes provindos das transformações dos anos anteriores.

A luta contra o comunismo se empreendera a partir do incentivo em proporcionar essa experiência aos trabalhadores, antes marginalizados das práticas socioeconômicas. A incorporação desses sujeitos mudava sua concepção de mundo a partir do crescimento material promovido pela aquisição do poder de consumo. Para Robert Meyner, governador do Estado de Nova Jersey - EUA, “a produção em massa e os mercados em massa só poderão ser mantidos se houver poder aquisitivo em massa”⁸⁵. Para ele, a OPA ajudava nesse processo,

⁸² BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.20.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora HUCITEC/História Social – USP, 1998.

⁸⁵ “Gov. Meyner: EUA e Brasil são responsáveis pela solução dos problemas do continente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de fevereiro de 1959, p.6.

cuja efetivação era o ádito de salvação para as indústrias que produziam em massa, mas não distribuía seus produtos com a mesma velocidade. Tal postura clarificava as reformas capitalistas engendradas para a superação de uma crise econômica, bem como sua manutenção e perpetuação depois da Segunda Guerra Mundial. Consoante Lefebvre, a partir de 1960 o cotidiano dos países europeus não era mais o mesmo⁸⁶. Portanto, para ele, o capitalismo se adaptou e, concomitantemente, impulsionou e requereu das pessoas assimilar o *modus vivendi* da “vida moderna”⁸⁷, o controle minucioso do tempo, uma organização contida e um planejamento empresarial que consolidava as novas faces para as práticas sociais.

Para conseguir o apoio dos países americanos, o governo brasileiro afirmou que tal projeto não era um “sectarismo geográfico” e nem “caudatário dos interesses de blocos”⁸⁸, mas impulsionava o desejo de emancipar economicamente um conjunto de países que estavam em uma situação de subdesenvolvimento e que careciam de investimentos para sair de tal estorvo. A crítica a não ajuda a esses países se realizava em meio ao conflito da Guerra Fria e na afirmação dos grupos em conflito, de sua orientação econômica, técnica e científica, cujo foco estava nos países beligerantes da Segunda Guerra a fim de reconstruí-los. A OPA se assentara como alternativa manejada para favorecer os anseios populares e defendê-los do comunismo, ou do que chamou Negrão de Lima de “temerárias experiências imprevisíveis”⁸⁹.

A “guerra do pauperismo” se colocara discursivamente, enquanto mito e símbolo, como essencial para a sua preservação da afirmação ideológica comunista, como acontecera com Cuba. A pobreza, para Lima, era o fermento que impulsionaria o crescimento de tal perspectiva nos países latino-americanos. Para Silveira, com a criação da OPA se estimulou e se construiu teias de sentido para alicerçar o desejo em comum dos países-membros na “luta regional para a erradicação da miséria sobre a criatura humana neste continente de tantas riquezas”⁹⁰. Contudo, a política externa do Brasil continuava a mesma, apesar de propor a OPA não se tinham mudanças substanciais em relação à posição sobre a resolução dos seus dilemas internos e externos concernente ao seu lugar no cenário internacional, por exemplo, na Guerra Fria e nos conflitos vinculados ao processo de descolonização asiática e africana. Para Silveira, as condições econômicas do Brasil, permeada pelos altos “déficits” na balança de pagamento e o impacto decorrente do desenvolvimento, “indicam um vexame, de nossa

⁸⁶ LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ “Juscelino: OPA provoca intensa e fecunda troca de ideias”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de dezembro de 1959, p.4.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ SILVEIRA, Paulo. “Brasil na ONU: pela paz mundial e contra o subdesenvolvimento”. **Última Hora**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 3 de setembro de 1959, p.3.

parte, das posições que ocupávamos no cenário mundial”⁹¹. Dessa forma, rebateu a ideia de que o entendimento nos guiaria à “paz ideal” e à condenação das guerras, usadas para resolver as crises. Para ele, os que achavam que através do entendimento essa paz não se auferiria, pensavam também que o acordo político não era eficaz. Tais intelectuais matutavam sobre a necessidade de outra postura brasileira nas relações internacionais, ou seja, desaprovavam a posição do chanceler brasileiro de quem Paulo Silveira divergia e propagandeava a necessidade de uma “grande revisão em nossa política exterior”⁹².

Construiu-se, assim, um imaginário simbólico do Brasil como “última grande nação” que procurara se desenvolver dentro da perspectiva democrática. O seu sucesso ou insucesso afetaria o continente; se acontecesse o êxito, alguns jornalistas afirmavam que representaria a vitória daqueles que não acreditavam no progresso a curto prazo “sem o socialismo”⁹³. Tal posição defendia os princípios liberais como condutores da democracia brasileira; retirando, por sua vez, de tal posicionamento as possibilidades advindas da política cubana. Para isso, construiu-se o sentimento de unidade continental a fim de uma proteção daquilo acima referido.

A imagem do comunismo como possibilidade ideológica se rebatia por meio do princípio da identidade latino-americana, por sua ideia de nacionalidade coligada aos princípios liberais que, para JK, resguardaria as características da democracia. O representante do Brasil no Comitê dos 21 foi o economista Augusto Frederico Schmidt, que quando discursava em prol do fortalecimento da OPA, destacava, para os demais representantes dos países integrantes, as seguintes palavras: “a menos que haja um rápido progresso na América Latina, os governos cairão em mãos de revolucionários esquerdistas, “se bem que com eleições livres”, e reiterou como afirmou ontem Kubitschek, as regiões subdesenvolvidas são regiões ocupadas pelo inimigo”⁹⁴.

Essa postura se usou para corroborar com o lado apoiado pelo governo brasileiro no conflito mundial, haja vista as transformações das posturas norte-americanas em relação à OPA; bem como construir, por parte do presidente Dwight D. Eisenhower, o fomento para desenvolver os países latino-americanos. Para isso, mobilizou o investimento dos EUA no valor inicial de 600 milhões de dólares em 1960. Tal aproximação adveio de um acordo e

⁹¹ SILVEIRA, Paulo. “Brasil na ONU: pela paz mundial e contra o subdesenvolvimento”. **Última Hora**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 3 de setembro de 1959, p.3.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ “Augusto Frederico Schmidt – representante do Brasil na “Comissão dos 21”. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1960, p.3.

⁹⁴ *Ibid.*

negociação firmados entre JK e John Foster Dulles⁹⁵, que chegou ao Brasil em 1958. A fala desse representante norte-americano se pautava pela defesa de uma proteção contra o comunismo, colocava de forma bem incisiva o aperfeiçoamento nas medidas de segurança e a oficialização do Serviço Secreto (CIA) no Brasil.

Para Moniz Bandeira, Kubitschek defendeu elementos que misturavam o concreto e a aspiração em sua tentativa de gerar a OPA, dentre eles vencer o atraso e a pobreza eram os elementos movedores dos investimentos econômicos, privados e públicos, em prol de um projeto de industrialização⁹⁶. Ligá-los era justificar a OPA e sua amplitude latino-americana, bem como a proposição de que seria tal estado social de sua população que fomentaria a incorporação dos ideais comunistas. Tais ideias se assimilaram pelo intelectual e deputado cariense Alencar Araripe que defendeu em sua obra “O mundo em três dimensões” o seguinte:

Foi quando surgiu a Operação Pan-Americana. O então presidente Juscelino Kubitschek lançou as bases de um movimento de cooperação de todos os países do Hemisfério, que se comprometeriam a empenhar os seus melhores esforços na luta contra o subdesenvolvimento, causa determinante dos males que nos afligem. Juscelino serviu-se de um momento psicológico excepcionalmente favorável. O modo como o vice-presidente Nixon fora recebido em algumas capitais sul-americanas demonstrava a que ponto atingira o descontentamento popular. Em verdade, nas manifestações hostis ao mandatário ianque havia indícios seguros de que o dedo comunista andara por ali. Mas a arregimentação vermelha não alcançaria seus objetivos se não encontrasse um ambiente trabalhado pela ignorância, pelo atraso, pela miséria da massa. O mérito indiscutível da Operação proposta por Juscelino foi o de um novo e dramático despertar da consciência americana para os perigos iminentes. Urgia uma reação, em caráter urgente, para evitar o pior: a desordem, a subversão, o caos⁹⁷.

Em uma tentativa de realizar uma discussão sobre o seu tempo, Araripe deixou claro suas posições conservadoras em relação aos projetos contrários ao liberal. Tais posturas não eram somente defendidas em seus projetos e ações políticas, mas serviram como propagadoras de um imaginário social sobre o modelo político que tinha Cuba e a URSS como exemplo. A invasão vermelha no Brasil tinha acontecido e uma ação para combatê-la fora, para ele, o “governo revolucionário”. Esse foi o golpe Civil-Militar de 1964 que usou como principal marca em seu discurso a ideia de ordem e a de que limparia o Brasil da corrupção. Esse discurso falacioso manejou um imaginário social que colocava a imagem

⁹⁵ Secretário de Estado dos EUA, destacou-se nas negociações internacionais feitas durante a Guerra Fria, tendo uma postura dura e inflexível em relação a URSS, por exemplo.

⁹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

⁹⁷ ARARIPE, J.C Alencar. **O mundo em três dimensões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967, p.75.

daqueles e daquelas contrários à propriedade privada e aos ditames do capital internacional como subversivos. A palavra *subdesenvolvimento* aparece nos discursos políticos e dos intelectuais regularmente vinculada ao sentido de inferioridade. Concordamos com Furtado, que esse termo é “uma criação do desenvolvimento”, ou seja, gestou-se dos impactos do processo técnico e da divisão do trabalho irradiado nos países que vivenciaram as fases da revolução industrial. Para ele, elas são “dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”⁹⁸.

Outro elemento importante foi a construção do Banco Interamericano que não se fez apenas como espaço de crédito para os países membros, mas para impulsionar o processo de desenvolvimento da América Latina; os que se submetessem aos seus créditos teriam que comungar com as suas ideologias político-econômicas e o seu projeto de desenvolvimento. Para Santiago Dantas, a OPA representava “um passo adiante”, pois a velha diplomacia feita mediante as reivindicações regionais, dava lugar a “integração econômica da América Latina”⁹⁹, precisava ser pragmática em seus objetivos e ações; visando, assim, mudanças concretas. Nesse intuito, “o Banco Interamericano será boa iniciativa, uma vez que o capital efetivamente subscrito assegure operações em uma escala adequada”¹⁰⁰.

Dantas enfatizou o elemento da integração como fundamental para a constituição econômica e identitária da América Latina, esse jogo de palavras construiu elos de sentido associados aos fatores concretos nesse território geopolítico, a ereção do novo banco como elemento de homogeneidade que ao mesmo tempo levava em conta as diferenças regionais, sem retirar dos países sua soberania nacional e suas particularidades culturais.

Nesse intuito, aproximaram-se os pensamentos e as ideias de grupos existentes no Brasil, movendo e reerguendo imaginários simbólicos e mitos sobre o comunismo que se espalharam nas décadas anteriores. Esse discurso se tornou prioritário como uma forma de colocar a sua posição no cenário internacional submergido nas tensões e em um temor sobre o avanço comunista na América com a transformação da Revolução Cubana em socialista. Isso impulsionou a aprovação dos EUA que colocavam a luta contra o comunismo como foco de sua atuação político-econômica. Para Moniz Bandeira, os Estados Unidos, apesar de suspeitar

⁹⁸ FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973, p.9.

⁹⁹ MARE, Alberto. Operação Pan-americana. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 29 de outubro de 1958, p.6.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

da OPA, “reconheceram, pelo menos formalmente, os princípios da Operação Pan-Americana, sua doutrina sobre o atraso e a pobreza do Continente”¹⁰¹.

Enfim, depois de um projeto alicerçado nos valores e desejos sul-americanos, os EUA viram a necessidade de se afirmar nesse território, mas não se poderia ampliar o Plano Marshall para essa localidade, nem as outras ações empreendidas para a reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Para os diplomatas norte-americanos, a geopolítica americana precisava de outras posturas e ações, demandava a manutenção de sua aliança e dependência. Para isso, manejaram performances na oratória, no teatro político e econômico, transformando, assim, uma aliança política como fundamental para que os territórios mais pobres conseguissem se desenvolver. A construção da *Aliança para o Progresso*, portanto, mexeu com os desejos de sua elite pela ascensão material e imaterial, em se igualar e viver aquilo considerado moderno e promovedor de certo bem-estar social. Essa figuração do prazer ambicionado, por sua vez, acoplava-se ao imperialismo cultural norte-americano.

2.2 Aliança

Silveira se descreveu como um grande admirador do presidente Kennedy e do senador Fulbright. Ele acredita firmemente na filosofia da Aliança para o Progresso e acha que o presidente Kennedy não apenas entendeu os complexos problemas sociais e econômicos da América Latina, mas também teve o dom único de motivar o povo latino-americano. Ele sente um afastamento dos objetivos originais da Aliança por mudança e desenvolvimento econômico para uma instituição de ajuda estrangeira estática e sem inspiração ¹⁰².

Na citação acima, Silveira fez uma crítica sobre o desmanche da Aliança para o Progresso e de sua filosofia. Na tentativa de defendê-la, usou a imagem e as redes imagéticas que rodeavam a figura de Kennedy e colocava-o como aquele que teve a sensibilidade para compreender quais os problemas que assolavam a América Latina. A exposição de seu discurso no Relatório dos diplomatas norte-americanos em 1967 não se fez somente para expor sua objeção, mas para sentir que os objetivos firmados pela Aliança não se adotavam, dando brechas para se compreender a ereção de sua fachada. Por exemplo, o discurso de que

¹⁰¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.384.

¹⁰² “Silveira described himself as a great admirer of President Kennedy and Senator Fulbright. He believes strongly in the philosophy of the Alliance for progress and feels that President Kennedy not only understood the complex social and economic problems of Latin America but had the unique gift of motivating the Latin American people. He senses a turning away from the original Alliance goals by change and economic development to a static and uninspiring foreign aid institution”. US. “**President Johnson and the Alliance for Progress**”. Recife: DEPARTMENT OF STATE AIRGRAM, january 23, 1967, p.1, tradução nossa.

buscava um desenvolvimento econômico e promovedor de uma autonomia futura para os que a recebiam. Contudo, percebeu-se que foi uma ajuda “estática” de conteúdo e sentimento.

Isso, portanto, possibilitou uma dependência financeira e técnica prolongada, pois a inspiração não gerava, mas promovia uma estética política da repetição à moda brasileira. Dessa forma, consideramos que a repetição é uma criação, não é uma cópia de outra, mas a sobrevivência de traços e marcas de uma experiência coligada com a concretude da vida cotidiana. Tendo, assim, uma meta-mimese e mimese imersa na imanência. A mimese do imanente é movida pelo fluxo das temporalidades, localizada no “entre-lugar” onde suas dobradas montam e desmontam, criam formas, estilos e sentidos.

Segundo Aron, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América tiveram duas posições econômicas e ideológicas diferentes no cenário internacional¹⁰³. A primeira direcionada para a Europa e a sua reconstrução; a segunda aos países do chamado “Terceiro Mundo”. Para estes criou a *Aliança para o Progresso*, para aquela o Plano Marshall. Tais iniciativas, para o referido autor, guardavam uma carga simbólica para os proponentes da imagem dos EUA como uma terra próspera e civilizada, bem como a confiança em sua moeda, o dólar, que levaria os países subdesenvolvidos a mudanças substanciais importantes para a eliminação da pobreza. No velho continente, a ajuda se deu para soerguê-lo para os demais a fim de conseguir um elo de dependência mais profundo. O objetivo da Aliança para o Progresso e sua filosofia era “elevar o nível de desenvolvimento das nações latino-americanas – num prazo aproximado de dez anos – ao das altamente industrializadas”¹⁰⁴.

Por exemplo, o aumento dos empréstimos fornecidos pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a essas nações, programas como *food for freedom* e o *tied loans*, retiraram dos cofres americanos consideradas quantias; em contraponto os norte-americanos aumentaram as suas doações para os órgãos internacionais. Tais posições fortaleceram a imagem dos Estados Unidos como salvadores da humanidade para os norte-americanos, elemento esse, segundo Tota, da americanização dos próprios estadunidenses¹⁰⁵. Esse processo rompeu com seu isolamento desde 1945, colocando-os como modelo mais viável para as democracias existentes e aquelas em processo no continente. Essa diferença regional favoreceu a compreensão de duas posturas díspares daqueles desejosos de

¹⁰³ ARON, Raymond. **República Imperial**: os Estados Unidos no mundo do pós-Guerra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹⁰⁴ SOBRINHO, Barbosa Lima. Depois de Punta Del Este. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, quarta-feira, 7 de fevereiro de 1962, p.3.

¹⁰⁵ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

tal investimento. De um lado, a Europa com receio de tornar-se marionete em suas mãos – para lutar contra essa possibilidade defenderam a manutenção de certa autonomia para sua recuperação plena; para isso, divisas foram orientadas para a reconstrução industrial a fim de pagar a dívida externa – de outro, os países em desenvolvimento não as possuíam e a falta dos elementos de infraestrutura o moveram a pedir empréstimos – não em prol da construção de mecanismos que viabilizassem maneiras para se pagar a sua dívida externa, mas para a manutenção dos subsídios básicos que requeriam os seus espaços administrativos e urbanos. Isso, portanto, promovera a ampliação de sua dependência ao capital internacional norte-americano ao longo dos anos.

Levamos em consideração, segundo Aron, que há uma pluralidade nessas condições pertinentes às singularidades regionais¹⁰⁶, e que as empresas americanas incentivaram seus funcionários a mudar para esses territórios considerados pobres. Tais iniciativas atrelavam-se à ideia de levar o progresso a humanidade, elemento religioso da expansão da fé e a oportunidade de assumir um cargo elevado na empresa. Isso foi uma propagação do sentimento universalista de salvação global, do desejo expansionista ligado a uma defesa civilizatória que se vinculava a questões econômicas, culturais e religiosas.

Por exemplo, esse sonho coletivo movido por uma realização pessoal de caráter empresarial, maquiado por um sentimento religioso em torno do fator da prosperidade financeira, edificara-se por meio da tensão e do dilema em mover uma *opinião pública*¹⁰⁷ para sua aceitação. Sobre esse ponto, podemos exemplificar olhando as pequenas relações de poder que se concretizavam com o espalhar de suas firmas e indústrias, e, conforme Aron, com a “migração de cérebros”¹⁰⁸. Para ele, não se teve um estímulo para a industrialização dos países da América do Sul, como Brasil e Argentina. Essa missão era colocada como dever político e econômico para ajudar esses territórios a superar as suas dificuldades a fim de seu desenvolvimento. Para isso, as empresas estadunidenses instaladas nesse espaço “colocavam

¹⁰⁶ Para Aron (1975), a América Latina pode ser dividida em duas zonas: de um lado o Caribe e a América Central, do outro o restante da América Latina. Desde os patriarcas da independência dos EUA os seus governadores lançaram os seus olhares diretamente mais para a primeira zona, não empregando na segunda os mesmos métodos e procedimentos de afirmação econômica-ideológica até 1945. ARON, Raymond. **República Imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.216.

¹⁰⁷ Segundo Becker (2003), a opinião pública se influencia por dois elementos: a manipulação e o condicionamento. A primeira impulsiona uma reação a algo por meio da incorporação de imagens equivocadas a fim de destruir a respeitabilidade social de outra pessoa ou o seu uso pelos regimes totalitários para conseguir sua legitimidade popular, por exemplo. A segunda se realiza a longo prazo, cuja fabricação se dá por meio de confronto de informações. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

¹⁰⁸ ARON, *op.cit.*, p.258.

capitais no exterior” e “agiam visando lucros ou vantagens estratégicas e não faziam segredo disso”¹⁰⁹.

Essa nova posição, pautada por um teor eminentemente ideológico, disfarçava-se por ações de ajuda técnica, científica e financeira, mobilizava-se mediante um desejo de mudança que focalizava o crescimento material como provocador de uma “onda de renovação” e “revolução contínua e pacífica para construir um Hemisfério melhor”¹¹⁰. O projeto da Aliança serviu como fio para reabilitar uma imagem dos EUA como iniciadores da revolução, para endossar tal assertiva reafirmaram a história de sua independência. Nesse jogo entre a memória e a história, lançaram a partir de seus espaços de experiência e escolhas políticas os seus horizontes de expectativa. Nessa relação, reabilitar e enfatizar para os países da América Latina essa face dos EUA como pioneiro permitiu traçar um cordão de proteção em suas fronteiras contra as ações de outros países. Dessa forma, o uso da história serviu para erigir um elo de irmandade e de experiências comuns; tal particularidade distinguia e era mais forte em relação à URSS.

Contudo, na América em fins dos anos 1950, tinha-se um país que vivenciava a experiência socialista; isso dava-lhe elementos singulares para competir no campo de aproximação com os demais países do continente, principalmente aqueles que se beiravam de sua realidade socioeconômica. Uma palavra que se destacara nesse discurso imagético de convencimento era esta: liberdade. Para os que a defendiam, o desenvolvimento e o progresso não a destruiriam, mas fomentariam e aprofundariam a liberdade individual e, conseqüentemente, a propriedade privada. Dois setores foram responsáveis por propagar essas ideias, a saber, os homens de negócio e os educadores dos EUA. Portanto, a sua interiorização possibilitara uma normatização dos corpos via discurso religioso maniqueísta e construíra as bases para a frutificação de um modelo de vida que tinha como norte a construção do bem pessoal. Foram esses dois setores, promotores de um conflito e luta direta contra a entrada da ideologia socialista, agrupados a pobreza como elemento fertilizador da semente comunista na América.

A reivindicação do apoio dos EUA se impulsionou por meio de promessas financeiras. Por exemplo, a promoção de uma melhoria social determinada pela Ata de Bogotá com a disponibilização de 5.500 milhões de dólares aos países pertencentes a Organização dos Estados Americanos. Contudo, para usar esse fundo econômico, os

¹⁰⁹ ARON, Raymond. **República Imperial**: os Estados Unidos no mundo do pós-Guerra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.265.

¹¹⁰ “Aliança para o progresso é revolução, diz Bewles”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, sexta-feira, 27 de outubro de 1961, p.6.

territórios que o queriam receber destacavam as seguintes áreas como prioridades para o seu uso: “estímulo à reforma agrária e aumento da produtividade da lavoura, o apoio ao combate ao analfabetismo e a criação de mais escolas”¹¹¹.

A ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) se pusera como promovedor da estabilidade econômica, do equilíbrio inflacionário e da solução dos problemas ligados à escassez de divisas. Todavia, não verificaram que essa aproximação tornara os países que acordavam com o FMI dependentes de seu capital financeiro e de sua ideologia político-econômica. Para verificar ações de desenvolvimento para os países detentores dos problemas sociais na América, os EUA realizaram uma pesquisa a fim de constatar as suas condições de vida por meio do Committee for Economic Development (CED). Nesse estudo, misturaram o conhecimento econômico, sociológico e político para realçar as suas ideias e os seus resultados. Em prol de corroborar essas imagens que vendiam, utilizaram a estatística como recurso. Portanto, para o Correio do Ceará, o objetivo da CED era possibilitar uma legitimação dos juízos da opinião pública importante para as decisões internas nos EUA, ser fonte de referência “na ocasião em que os governos e os capitais particulares das três Américas estão tomando as primeiras medidas práticas para aplicação da “Aliança para o Progresso””¹¹².

Os estudos do CED visavam ter uma visão panorâmica de como estava socioeconomicamente a América Latina e como essa realidade movimentava os debates e as posições políticas internas em cada país. Por exemplo, os trabalhadores, considerados os integrantes da classe revolucionária pelo pensamento marxista, foram o foco também do projeto da Aliança para o Progresso (APP). Desmobilizar a sua base, por meio da destruição dos elementos que aproximavam as pessoas mais carentes do pensamento comunista se fizera mediante a introdução do desejo de consumo e de uma outra forma de ver as relações socioculturais. Para o CED, promover a “melhoria de vida das classes trabalhadoras”¹¹³ retirava as condições propícias para a fermentação das ideias socialistas, por exemplo, na declaração feita em Punta del Este se fizera uma lista para se atuar na base; tentando, para isso, possibilitar alguns direitos a fim de empreender um controle sutil. Essa tentativa do consenso era a viabilidade e a crise do mercado que requeria aos capitalistas reverem suas posições a fim de superá-las. Possibilitar esses direitos garantia o afastamento dos operários

¹¹¹ “Subdesenvolvimento: grandes estudos para a América Latina. **Correio do Ceará**, Fortaleza, quinta-feira, 16 de novembro de 1961, p.3.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ SOBRINHO, Barbosa Lima. Depois de Punta Del Este. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, quarta-feira, 7 de fevereiro de 1962, p.3.

dos movimentos políticos de esquerda e a construção de uma relação de dependência mais tênue entre patrão e operário. Dessa lista, destacamos os seguintes pontos: “salários justos e condições de trabalho satisfatórias; relações mais eficientes entre mão de obra e capital; e a praxe de consultas e cooperação entre autoridade, sindicatos de classe e trabalhistas, em prol do desenvolvimento social e econômico”¹¹⁴. Tal defesa atrelava a figura do trabalhador ao desenvolvimento do território. Temos, nesse ponto, o manejo da figuração de uma utopia da ascensão que se alocava para os trabalhadores que se dedicassem aos propósitos defendidos pela nação e empresa.

Nesse processo árduo e vagaroso, o programa assentava o Estado como responsável pela mediação das relações entre os operários e os patrões, formulando políticas trabalhistas que, para eles, distribuiriam de forma igualitária “os frutos do desenvolvimento econômico”¹¹⁵. Para Sobrinho, a APP era um instrumento de ação política do Estado norte-americano que delimitava a ação de Cuba, expulsa do sistema interamericano¹¹⁶. Para esse referido autor, apenas Cuba destoava dos outros países no encontro de Punta del Este, que supostamente não queriam seguir a ideologia marxista-leninista. Tal olhar homogêneo e fortalecedor de uma posição remete ao uso do quantitativo como elemento fundante para a exposição dos desejos e das escolhas feitas para o futuro do continente.

Entretanto, não se levou em consideração os acordos políticos edificados antes da votação, as relações de dependência existentes entre esses países e o capital internacional estadunidense que os intervinha social e politicamente. Em suma, a ideia era desmobilizar e isolar Cuba, bem como sua experiência socialista na América. Para o *Jornal Gazeta de Notícias*, a votação que ocorreu na OEA era para afirmar o capitalismo e desqualificar a perspectiva marxista-leninista como possível modelo econômico e político que se poderia incorporar no sistema interamericano. O resultado dessa consulta destacou a luta interna travada para a afirmação do território americano como espaço pertencente a soberania estadunidense: “20 votos contra 1, que foi o de Cuba”¹¹⁷.

No documento que nasceu desse encontro, os problemas culturais e econômicos da América Latina se puseram em cotejo. Em relação a cultura, sugeriu-se programas decenais de educação que se afinassem com a proposta econômica defendida na conferência. As relações bilaterais entre esses países e os Estados Unidos se fizeram a fim de modernizar e

¹¹⁴ SOBRINHO, Barbosa Lima. Depois de Punta Del Este. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, quarta-feira, 7 de fevereiro de 1962, p.3.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁷ *Ibid.*

expandir o ensino universitário. Contudo, para isso, realizaram-se uma despolitização de seu quadro de funcionários e das práticas científicas ligadas ao ensino, a pesquisa e a extensão, em que o pensamento tecnocrático e o modelo quantitativo eram o principal ideal nas reformas das grades curriculares dos cursos, principalmente, de humanidades. A construção da *Knowledge Industry* (Indústria do conhecimento) em sua relação com a política econômica do imperialismo norte-americano manejou artifícios e meios na difusão de suas ideias e valores.

Isso fora útil na propagação do *American way of life*, na edificação de uma mentalidade que permeava a subjetividade do ser norte-americano, ou seja, elemento característico de sua existência e das condições efetivas de seu pensar e agir. Portanto, entendemos que a difusão da ciência e tecnologia foi usada nos anos de Guerra Fria como forma de propagação desse imperialismo cultural norte-americano e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – essa em sua tentativa de se tornar o modelo soberano para os países socialistas. Para Ianni, devemos considerar “as ideias do Pato Donald da mesma forma que as doutrinas da contra-insurreição e da ação cívica das forças armadas e policiais”¹¹⁸.

Com esse acordo se procurou através de um seminário, organizado pelo setor regional latino-americano da Administração de Desenvolvimento Internacional (ADI) e do Centro Latino Americano de Estudos Monetários, verificar quais os meios mais eficazes para implantá-la, visando “imprimir o necessário dinamismo e urgência na sua execução em vista dos problemas sociais que se acumulam perigosamente na América Latina”¹¹⁹. Para João Batista Pinheiro do BNDE, “os seminários representaram um esforço para deixar preparados os homens e os sistemas de dinamização da “Aliança para o Progresso”¹²⁰. Tais falas misturavam uma inspiração salvacionista da economia norte-americana e o fim da possibilidade de tornar o Brasil comunista, colocando-se como solucionadoras dos seus problemas econômicos e sociais. Esses elementos se reforçaram pelo poder da oratória e do uso da palavra daqueles possuidores do poder econômico, cuja peleja de vender e comprar o apoio dos presentes a esses eventos se puseram como prioridade naquele momento político.

Por exemplo, no período de disputa eleitoral nos Estados Unidos entre John F. Kennedy, democrata, e Richard Nixon, republicano, o elemento que moveu as propagandas e as suas falas era a luta contra o comunismo. Um defendeu que esse “perigo” não era mais real

¹¹⁸ IANNI, Octávio. **Imperialismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.59.

¹¹⁹ “Ritmo de urgência na Execução dos Planos da “Aliança para o Progresso”. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, sábado, 2 de junho de 1962, p.6.

¹²⁰ *Ibidem*.

na América Latina; o outro afirmou a sua existência e colocou-o como problema fundamental que requeria uma batalha urgente na arena dos discursos econômicos e políticos.

Essas tensões internas e externas favoreceram a construção do pertencimento norte-americano por meio da dicotomia: capitalismo *versus* socialismo. O recurso para tal embate não se reduziu a questões econômicas, mas se traduziu em ações concretas que fortaleceram o investimento dos recursos públicos e privados na corrida armamentista. Nesse confronto entre os democratas e os republicanos, alguns de seus políticos eram denunciados como alheios aos problemas da América Latina. Contudo, uma parte defendeu uma política de governo que atingisse as relações internacionais com o continente americano. Para Kennedy, “nossa nova política[...] deve consistir em uma Aliança para o Progresso”. Para isso, clarificou como seria: “Deve ser uma aliança de nações com um interesse comum na liberdade e no progresso econômico, uma aliança que desenvolva um grande esforço comum para fomentar os recursos do hemisfério inteiro”¹²¹.

Segundo a visão de Kennedy, esse programa tinha o apoio dos governos atingidos, isso representava um dado “esforço coletivo”. Tal discurso se colocara como cerne do projeto e caminho para o efetivar. Para isso, as nações contempladas deveriam “formular planos de longo alcance para seu próprio desenvolvimento”. Esses, por sua vez, com objetivos e prioridades demarcadas que fomentassem a estabilidade monetária, as mudanças sociais e a iniciativa particular. Para isso, moveu a ideia de que as perdas do presente recompensar-se-iam no vindouro e invocou a retórica teofânica de um discurso entre-lugar, isto é, aquele que atingiria tanto pobres como ricos, para que ambos fizessem “um esforço nacional máximo”¹²².

Nessa venda da possível estabilidade econômica para os governos latino-americanos, o secretário do tesouro dos EUA, em uma reunião com os seus governadores, defendeu de forma bem enfática e com teor salvacionista que a Aliança para o Progresso solucionaria tanto os dilemas econômicos como sociais. Para eles, as principais metas do programa eram promover o crescimento, a estabilidade e a igualdade social. Colocou-as, por sua vez, em uma relação trinitária dependente, cuja dissolubilidade seria o tombamento do programa¹²³. Para Araripe,

Mobilizando vastos recursos, em decorrência das recomendações de Punta Del Este e dentro do espírito da Aliança para o Progresso, a América, tendo à frente os

¹²¹ “Kennedy: “Estados Unidos sofrerão derrotas desastrosas e trágicas na América Latina””. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 19 de outubro de 1960, p.2.

¹²² “Kennedy: substancial ajuda à América Latina”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 14 de março de 1961, p.1.

¹²³ *Ibidem*.

Estados Unidos, conferia à OEA o incomparável manancial espiritual e material de que precisava para levar avante a ciclópica cruzada. Das suas possibilidades, no combate ao subdesenvolvimento, caldo de culturas ideal para a difusão das doutrinas subversivas, há um julgamento insuspeitíssimo: a campanha virulenta desencadeada pelos comunistas e seus aliados. Fosse a Aliança uma tentativa despreziosa de capitalistas que deseja salvar a sua pele, por que tanta agressividade? O tempo se encarregaria de destruí-la. Os comunistas temem, com efeito, é que a Aliança seja na América subdesenvolvida o que o Plano Marshall foi na Europa devastada pela guerra: o apoio moral, técnico e financeiro, que a ajude na mais ingente das tarefas com que se defrontam as gerações contemporâneas¹²⁴.

Portanto, em junho de 1961, na Conferência de Punta del Este, se criou a carta resumo do evento e a Declaração dos Povos da América, documentos fundamentais para a ereção da Aliança para o Progresso. Contudo, essa ajuda técnica, científica e financeira se constituiu como uma porta para a intervenção política e econômica nos países acordados com a política cultural estadunidense. Para Ianni, em abril de 1965 se verificou “a intervenção militar norte-americana na República Dominicana”¹²⁵ e em 1966 o escândalo em torno do “Projeto Camelot” que se relacionavam com os programas militares anticomunistas.

Dentre as várias atuações da Aliança para o Progresso no Brasil, implantou-se o projeto Morris Asimow que iniciou por meio de uma atuação pontual no sertão cearense e, posteriormente, cresceu e atingiu o Nordeste brasileiro; auferindo-lhe, a partir de sua ampliação, a alcunha de RITA. Para o Diário de Pernambuco, “o convênio agora assinado entre brasileiros e norte-americanos, dentro da “Aliança para o Progresso””, representava a “contribuição do incentivo pioneiro para o desenvolvimento industrial do Cariri cearense, no momento em fase de treinamento tecnológico rural e industrial”¹²⁶. Apesar disso, a sua escolha não se fez por acaso. O Nordeste brasileiro era visto como espaço de suspeita e possível fermentador das ideias comunistas pelos representantes norte-americanos no Brasil e da Aliança para o Progresso, por exemplo, pelo embaixador Lincoln Gordon. Em suma, ter uma intervenção técnica e financeira em um território que ficava em seu centro ajudava na vigilância e na promoção de novos hábitos e costumes na vida cotidiana de sua população.

As tensões promovidas pela Guerra Fria chegavam de forma enviesada na América do Sul, pois os Estados Unidos mantiveram a sua soberania nesse território. Para isso, tiveram que realizar um programa econômico para responder as críticas dos líderes políticos dessas nações, a ameaça do outro e a ênfase na possível fermentação em suas regiões do comunismo foram dispositivos eficazes para conseguir o apoio econômico que desejavam.

¹²⁴ ARARIPE, J.C Alencar. **O mundo em três dimensões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967, p.78.

¹²⁵ IANNI, Octávio. **Imperialismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.121.

¹²⁶ “Desenvolvimento de Indústria no Cariri propõe Brasil USA”. **Diário de Pernambuco**, quinta-feira, 11 de abril de 1963, p.6.

Essa ajuda vinha carregada pelo discurso ideológico que se revelara muito mais forte do que as fachadas dos projetos em prol de seu desenvolvimento e industrialização. As tensões na América do Sul nos anos 1960 exemplificam o uso das imagens que se tinha construído do outro, para corroborar certo caminho para o Brasil.

Consideramos importante expor alguns traços de seu fundador, o professor Morris Asimow, e do seu campo do saber a fim de dar visibilidade ao leitor sobre algumas especificidades técnico-científicas que foram usadas no RITA. Tal empreitada nos ajudou a verificar os contornos dessas experiências em sua formulação e execução, bem como desnaturalizar a sua imagem de projeto científico ligada a uma neutralidade política. Essa redoma protecionista do cientista-engenheiro é uma forma de resguardar o seu laboratório, o financiamento de sua pesquisa e suas posições sociais. Portanto, pensarmos o engenheiro é mergulhar o seu projeto na contingência, em seus usos e suas práticas, nas suas redes sociais e políticas movidas em determinado fito.

2.3 Engenheiro

O projeto RITA foi implantado pelo professor-engenheiro Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, no intuito de construir pequenas e médias empresas em uma região subdesenvolvida, visando, assim, a industrialização local por meio da implantação de fábricas de cunho rural, ou seja, tinha como meta industrializar o campo. Fazia-se essa tentativa, pois, nos países subdesenvolvidos nos anos 1950 e 1960, a força econômica estava na atividade primária, cujo *locus* privilegiado era a zona rural. Asimow era professor da área de engenharia de sistema (gerenciamento e processo de produção), como também fora um dos primeiros a defender uma teoria e metodologia para a disciplina de Introdução ao projeto de engenharia. Tal constructo teórico se colocara em prática no Cariri cearense com o Projeto Asimow, ampliado para o Nordeste brasileiro e alguns países subdesenvolvidos através do RITA.

Na documentação verificada, dois adjetivos o qualificavam: ele era filho de emigrante *russo* e *judeu*. Essa tradição religiosa e cultural, ligada à norte-americana, cuja cidadania possuía, permeavam a sua forma de pensar uma morfologia para a “engineering design” e sua aplicação com o *Asimow project*. Sobre essa experiência o referido professor publicou, além de artigos, os seguintes livros: *Brazil Project: technical assistance for stimulating (1962) (V.1)*; *Brazil Project: technical assistance for stimulating (1962) (V.2)*; *Brazil Project: feasibility studies & preliminary designs (1963)*.

No Brasil não encontramos copias dessas obras, por isso não podemos verificá-las. Entretanto, vamos analisar a construção da teoria e metodologia de Morris Asimow construída no livro “*Introdução ao projeto de Engenharia*”¹²⁷ de 1962, traduzido para o Brasil em 1968, bem como por meio de seus artigos publicados em revistas nos anos 1960 que tivemos acesso nos arquivos digitais norte-americanos. Consideramos que na pesquisa em história da ciência não se pode separar a análise da teoria feita pelos cientistas e a sua prática. Neste tópico, buscaremos destacar essa edificação para podermos ao longo da tese percebermos o conflito entre teoria e prática, o pensado e o realizado, bem como a modificação teórica-metodológica mediante o confronto com as condições objetivas dos espaços onde se implantaram os projetos fabris. Para Merton, o engenheiro possui um papel central no sistema produtivo da sociedade, cujo fio político e social se liga as suas pesquisas e ações. Essa posição social se tece mediante suas redes:

Os estratos sociais com os quais se identificam, o tecido de lealdades de grupo, formado por sua posição econômica e suas carreiras ocupacionais, os grupos aos quais se identificam, o tecido de lealdades de grupo, formado por sua posição econômica e suas carreiras ocupacionais, os grupos aos quais se dirigem em busca de orientação, os tipos de efeitos sociais de seu trabalho que eles consideram em suma, somente explorando toda a variedade de suas alianças, perspectivas e interesses, os engenheiros podem alcançar o auto-esclarecimento de seu papel social, que possa levar a uma participação totalmente responsável na sociedade¹²⁸.

Para ele, seja qual for o tipo de engenheiro, militar ou civil, por exemplo, tem conflitos sociais e políticos, pois tal cientista está imerso na sociedade. As mudanças advindas de seus planejamentos provocam mudanças e erosões sociais. Ele, para Shapin, não possuía a imagem iluminista que o divulgava na sociedade anteriormente, isto é, a partir da Segunda Guerra Mundial, e especialmente nos anos de Guerra Fria acelerou-se a normatização de sua identidade. Isso se deu mediante o afastamento da figuração de seu trabalho como derivado de uma perspectiva vocacional, de cunho religioso, ou seja, “o cientista passou do status de intelectual ao de especialista e técnico, do de buscador da verdade ao de produtor de bens essenciais, visando o crescimento econômico, a saúde pública e o poder militar”¹²⁹.

¹²⁷ ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

¹²⁸ MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Sudia/Editora 34, 2013, p.242.

¹²⁹ “Le scientifique est passé du statut d’intellectuel à celui de spécialiste et de technicien, de celui de quêteur de vérité à celui de producteur de biens indispensables à la croissance économique, la santé publique et la puissance militaire”. SHAPIN, Steven. *Figures de scientifiques*. In: PESTRE, Dominique; BONNEUIL, Christophe (Org). **Histoire des sciences et des savoirs**: 3. Le siècle des technosciences (depuis 1914). Paris: Éditions du Seuil, 2015, p.27, tradução nossa.

Portanto, a relação ciência e guerra se fez presente na reinvenção dessa identidade e se tornou suporte para o financiamento das investigações empreendidas a partir de 1945. Para Pestre, nos anos 1960, os estados se fortaleceram mediante o investimento nas pesquisas científicas, usando-as para demonstrar e exercer o seu poder em prol de seu “desenvolvimento econômico” e de sua “preparação para a guerra”. Dessa forma, tornaram-se empresários da ciência a fim de promover “o desenvolvimento técnico e industrial que visava estabilizar a economia e garantir o estado de bem-estar social”¹³⁰. O Projeto RITA se enquadra nesse processo de afirmação do especialista do saber, de seu financiamento e uso pelo Estado a fim de objetivos econômicos e políticos bem precisos.

Para Morgan, o Projeto RITA, implantado no Nordeste brasileiro entre 1962 e 1968, mobilizou os fundos das poupanças locais e as Universidades regionais para viabilizar o recurso técnico, humano e econômico para a criação de novas indústrias locais. Consoante o referido autor, “Asimow e McNown descrevem um projeto piloto de RITA que resultou no estabelecimento de uma indústria de processamento de milho”¹³¹. Em 1976, o Banco Mundial patrocinou um estudo sobre o projeto feito pelo engenheiro Neil Boyle que juntamente com John S. McNown participaram do RITA. Esse estudo é uma imbricação entre a documentação e as memórias de seu autor, intitulada “*An evaluation of the rural industrialization technical assistance (RITA) program northeast Brazil, 1962 to 1968*” – um relato cronológico e evolucionista do projeto desde sua criação até seu término. Boyle era o chefe “of Party” da USAID entre junho de 1964 e setembro de 1968, para esse engenheiro o RITA conseguiu criar 15 indústrias no Nordeste do Brasil de forma direta até 1968 e tinha como objetivo o uso do chamado “Penny Capitalismo”.

O impacto do RITA não foi apenas no chão da fábrica, na vida dos trabalhadores do campo e da cidade, também influenciaram na formulação teórica e metodológica dos cursos de economia e engenharia das Universidades do Nordeste, afetando o seu currículo base, que incorporaram a nova disciplina defendida por Morris Asimow e o seu modelo de educação. Por exemplo, para Morgan, “atualmente, a Universidade Federal da Paraíba está se preparando para introduzir o conceito de “clínica de engenharia”, onde estudantes, professores

¹³⁰ “Pour le développement économique, et la préparation de la guerre, l’État devient entrepreneur de science, promoteur du développement technique et industriel, centre de la régulation économique et du bien-être social”. PESTRE, Dominique. *Les Savoirs du social*. In: PESTRE, Dominique; BONNEUIL, Christophe (Org). **Histoire des sciences et des savoirs**: 3. Le siècle des technosciences (depuis 1914). Paris: Éditions du Seuil, 2015, p.127, tradução nossa.

¹³¹ “Asimow and McNown describe a pilot RITA project which resulted in the establishment of a corn-processing industry”. MORGAN, Robert P. **Science and technology for development**. Washington: Pergamon Policy Studies, 1979, p.34, tradução nossa.

e consultores de engenharia estão envolvidos na solução de problemas reais para clientes reais”¹³².

Além disso, os programas de pós-graduação *stritu sensu* modificaram disciplinas e métodos mediante a incorporação das sugestões feitas pelos técnicos norte-americanos, bem como da formação recebida pelos professores brasileiros nas Universidades norte-americanas participantes do Projeto, por exemplo, na UFPB “o currículo do mestrado em engenharia mecânica foi desenvolvido por professores da Califórnia State University em Los Angeles”¹³³. Philip Mitchell, misturando ficção e realidade, memória e romance, construiu um livro que contava a história do encontro que teve com aquela que seria sua esposa, bem como sua atuação na América do Sul como representante dos Estados Unidos. Em sua narrativa, o Projeto Asimow figura como um plano de construção de uma teoria da manufatura rural. O professor Asimow o fez mediante a experiência que teve na “New Guinea” depois da Segunda Guerra Mundial, “utilizando mão de obra local não qualificada para montar e gerir uma fábrica para reduzir os aviões de guerra naufragados a sucata utilizável”. Nos anos 1960 “utilizando estagiários de engenharia da UCLA e estudantes universitários brasileiros, ele testou sua teoria no Nordeste rural do Brasil no início dos anos sessenta, lançando uma série de fábricas de pequena escala”¹³⁴.

O conhecimento produzido pela engenharia procura aliar a ciência e a tecnologia, não consideramos a divisão radical entre um e outra, em que a primeira trataria de um saber puro e a segunda o prático, mas que a sua funcionalidade é diferente, como também a metodologia usada para as suas pesquisas. A tecnologia, para Bazzo, é um “conjunto de técnicas modernas baseadas nas ciências”¹³⁵. Essa especificidade nos ajudaria a diferenciar o saber tecnológico do técnico (prática empírica usada pelos artesãos). A ciência e a tecnologia, assim, se inter-relacionam e ampliam sua atuação e progressão de forma paralela. Portanto,

¹³² “the Federal University of Paraíba is presently gearing up to introduce the concept of the “engineering clinic” where engineering students, professors and consultants are engaged in solving real problems for real clients”. MORGAN, Robert P. **Science and technology for development**. Washington: Pergamon Policy Studies, 1979, p.34, tradução nossa.

¹³³ “the curricula for the master’s degree in mechanical engineering was developed by professors from California State University at Los Angeles”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹³⁴ “using local unskilled labor to set up and run a factory to reduce wrecked war planes to usable scrap. Later using UCLA engineering interns and Brazilian college students, he tested his theory in rural northeast Brazil in the early sixties by launching a series of small scale factories”. MITCHELL, Philip R. **Everything happens for the best: a cross-cultural Romance during the early years of the peace corps**. New York: Page Publishing, 2017, seção 23, tradução nossa.

¹³⁵ BAZZO, Walter Antônio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, p.114.

Esta visão de ciência – de ciências – muitas vezes choca, por destruir uma imagem de pureza, de neutralidade e de superioridade que as visões do dia-a-dia nos passam, e que o sistema escolar muitas vezes ajuda a sacramentar. Mas uma engenharia de bom nível também depende de encararmos a ciência com maior abertura, seriedade e com mais realismo quanto às suas possibilidades e limitações¹³⁶.

Essas sugestões nos ajudaram a historicizar os discursos e as práticas científicas de Morris Asimow, dos outros engenheiros e técnicos do projeto, pensando, dessa forma, a relação entre ciência, política e economia. Por exemplo, a engenharia se tornou uma disciplina autônoma e os que atuavam nela se transformaram em profissionais oficialmente regulamentados no período da Revolução Industrial, tanto na funcionalidade de planejar as unidades fabris, como também pensar a infraestrutura urbana impactada por esse fenômeno. Para Agostinho, o processo de industrialização que ocorrera na Europa a partir do século XVIII deslocou o foco “do engenheiro militar para o engenheiro civil”¹³⁷.

Essa elucidação de como entendemos a engenharia é importante para compreendermos o Projeto RITA, pois a base de sua constituição e o saber que o conduziu foi a engenharia – particularmente, o caminho teórico e prático indicado por Morris Asimow. Para a construção dos planos fabris era necessário ter uma experiência que impulsionasse a melhoria das técnicas empregadas. Dessa forma, esclarecemos que ao se falar em técnicas ligadas ao RITA e aos seus engenheiros pensamos na tecnologia que associa a ciência e ação pragmática, essa coloca em funcionamento aquela, a questiona ao deparar-se com as condições objetivas da sociedade afetada. Frisamos também que a ciência concede tal ação como uma racionalização científica que a possibilita ser novamente produzida e observada em um laboratório.

A atividade do engenheiro é produzir o chamado projeto. Para sua formulação é preciso levar em consideração os recursos existentes para sua projeção e efetivação, ou seja, os recursos naturais, humanos e econômicos. Esse processo busca a criação de bens ligados a uma concepção, ou seja, se deve ter um produto ligado a uma concepção norteadora. Os projetos de engenharia não se reduzem a formulações técnicas de desenhos e cálculos matemáticos, mas aos questionamentos da sociedade que solicitam a resolução de determinados dilemas concretos.

O projeto RITA é o momento pragmático do percurso formulado pelo engenheiro Morris Asimow. Esse professor de engenharia da UCLA construiu o modelo de seu Projeto de

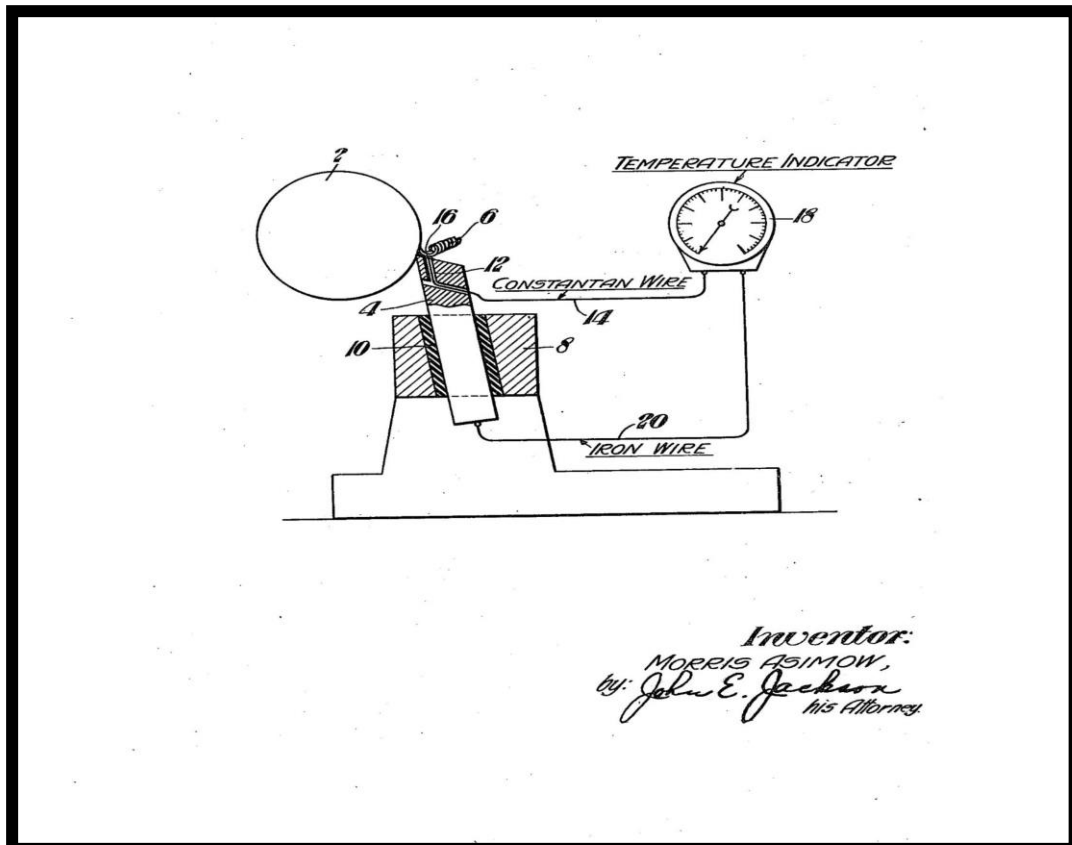
¹³⁶ BAZZO, Walter Antônio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à engenharia**: conceitos, ferramentas e comportamentos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006, p.112.

¹³⁷ AGOSTINHO, Marcia; AMORELLI, Dirceu; RAMALHO, Simone. **Introdução à engenharia**. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2015, p.16.

engenharia e colocou em prática no Cariri cearense, posteriormente o ampliou para outros estados do Nordeste brasileiro. Para Weil, em seu modelo se destacava como norte principal o conceito de pequena e média indústria¹³⁸.

Antes do Projeto Asimow, esse engenheiro fez outros projetos ligados à produção de artefatos tecnológicos para as indústrias¹³⁹. Por exemplo, a invenção do aparelho para indicar a temperatura do corte. Colocamos, em seguida, o desenho para a sua visualização:

Figura 1 - Invenção de Morris Asimow



Fonte: ASIMOW, Morris. **Apparatus for indicating temperature of cutting tools**.
Depositante: United States Patent Office/Patented. Depósito: marc 23, 1943.

Essa invenção feita por Morris Asimow respondia a um problema colocado pelos fabricantes de peças usinadas, que era detectar a temperatura certa e a realização do corte na produção de produtos nas usinas, ou seja, esse artefato favoreceria uma maior “facilidade com

¹³⁸ WEIL, Kurt E. Introdução ao Projeto de Engenharia. **Rev.adm.empres**, São Paulo, vol.8, nº 29, set/dec 1968. Resenha do Livro: ASIMOW, Morris. Introdução ao projeto de engenharia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, 174p.

¹³⁹ ASIMOW, Morris. **Apparatus for indicating temperature of cutting tools**. Depositante: United States Patent Office/Patented. Depósito: marc 23, 1943; ASIMOW, Morris; JR, Walter F. Craig; GRAVENSTRETTER, Paul. **Metalworking apparatus**. Depositante: United States Patent Office/Patented. Depósito: oct 17, 1944.

que os metais podem ser cortados para produzir um produto satisfatório”¹⁴⁰. Esse instrumento poderia ajudar o maquinista a cortar a peça com qualidade e rapidez, como também garantia “uma boa economia de produção”¹⁴¹. Segundo Asimow, “essa ferramenta deve agir mais ou menos como uma matriz extrudada, na medida em que um chip preso firmemente no ombro do corte é pressionado contra a ferramenta e deve mudar de forma abruptamente”¹⁴².

O objetivo em sua construção era medir a temperatura “da ferramenta em sua aresta de corte durante operações reais de usinagem”¹⁴³, controlar o seu uso e sua condição, para ele, poderiam ajudar a mantê-lo e diminuir o seu desgaste com o uso no aquecimento das ferramentas nas usinas. No seu percurso, enquanto pesquisador, destacamos também a sua experiência na Nova Guiné em 1949. Para Lacerda, nesse espaço implantou uma fábrica de redução de sucata a partir do material recolhido da guerra. Isso também lhe deu recursos para a construção de seu modelo de “projeto de engenharia”¹⁴⁴.

No Cariri cearense, no início dos anos 1960, Morris Asimow chegava para colocar em prática o seu mais ambicioso projeto de engenharia, que não visava construir um artefato tecnológico, mas concretizar o seu conceito de indústria. O impacto de sua teoria também modificou a forma como os engenheiros e professores das Universidades brasileiras pensavam o procedimento teórico e metodológico da engenharia no Brasil. Em seu projeto de engenharia, para Weil, “Asimow apresenta a quantificação necessária para que o arquiteto faça com a economia o que o meio escasso (dinheiro) exige”¹⁴⁵.

Para Asimow, deveria se ter uma definição clara sobre o projeto na engenharia, pois esse era o centro de sua atuação e funcionalidade. Sendo, assim, a construção de projetos pelo engenheiro era necessária para a sua profissão. Isso o diferenciava do técnico, pois nessa atividade aliava a técnica à ciência a fim de responder concretamente os questionamentos e as inquietações da sociedade. Definiu, para isso, o projeto de engenharia: “Projeto de engenharia

¹⁴⁰ ASIMOW, Morris. **Apparatus for indicating temperature of cutting tools**. Depositante: United States Patent Office/Patented. Depósito: marc 23, 1943; ASIMOW, Morris; JR, Walter F. Craig; GRAVENSTRETTER, Paul. **Metalworking apparatus**. Depositante: United States Patent Office/Patented. Depósito: oct 17, 1944, p.1.

¹⁴¹ *Ibid.*

¹⁴² ASIMOW, Morris, *op.cit.*

¹⁴³ *Ibidem.*

¹⁴⁴ LACERDA, André Pedrosa de. **Pioneiros dos métodos de Projeto (1962-1973)**: redes na gênese da metodologia do Design. 2012. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

¹⁴⁵ WEIL, Kurt E. Introdução ao Projeto de Engenharia. **Rev.adm.empres**, São Paulo, vol.8, nº 29, set/dec 1968. Resenha do Livro: ASIMOW, Morris. Introdução ao projeto de engenharia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, 174p.

é uma atividade orientada para o entendimento das necessidades humanas, principalmente daquelas que podem ser satisfeitas por fatores tecnológicos de nossa cultura”¹⁴⁶.

O elo entre a pragmática e a lógica científica dá os traços de sua ética profissional. Dessa forma, o projetista (o engenheiro) tem responsabilidade, haja vista que o seu laboratório se faz na sociedade, atingindo, assim, diretamente a vida das pessoas e grupos que autorizam e investem em sua criação e manutenção. Isso orienta o projetista a ter cautela e um rápido raciocínio, movido pela lógica científica, para detectar possíveis erros e solucioná-los a contento. Para Asimow, “no decorrer da produção, um erro causado pelo produtor, na fabricação de qualquer réplica, pode redundar na rejeição da mesma; por outro lado, um erro cometido num projeto, e repetido na produção, pode acarretar um fracasso econômico de grandes proporções”¹⁴⁷. Portanto, a “responsabilidade do projetista é, portanto, muito grande”¹⁴⁸.

As diferenças desse projetar para os de outros profissionais foram especificadas por Morris Asimow pela tecnologia usada, tanto a extensão usada como o resultado produzido, ou seja, para a elaboração se manejavam objetos tecnológicos, como também o seu uso para a produção de outros artefatos dessa categoria. Tal emprego tem objetivos e metas definidas, melhor dizendo, a criação de um produto com determinadas características e funcionalidades. Dessa forma,

A elaboração de um projeto de engenharia se faz necessária quando a tecnologia apropriada é complexa não sendo evidente a sua aplicação, e quando os prognósticos e a otimização dos resultados exigem processos analíticos. Um projeto de engenharia quase sempre exige uma síntese dos fatores técnicos; ademais, torna-se necessário considerar os fatores sociais, políticos e muitos outros, toda vez que qualquer um destes se mostre relevante¹⁴⁹.

Essa modificação e projeção do ato de inventar se deu após a Segunda Guerra Mundial, cuja tecnologia de guerra cresceu e impactou o cotidiano das pessoas durante e após tal conflito bélico. Isso acelerou a criação de novos artefatos, e a tecnologia dava a materialidade não conseguida pela chamada ciência pura. A tecnologia, portanto, foi capaz de responder concretamente, por meio de suas invenções, os problemas colocados pela sociedade, aliando a técnica e a ciência, que modificaram os espaços de convivência social e acionaram novas sensibilidades em seus usuários. Segundo Pestre e Bonneuil, a ciência é

¹⁴⁶ ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, p.9.

¹⁴⁷ *Ibid.*

¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹⁴⁹ *Ibid*, p.9-10.

vista como a grande beneficiária da Primeira e Segunda Guerra Mundial, pois com ela se aumentou consideravelmente os fundos financeiros dos estados investidos nas pesquisas, construindo, assim, os centros de investigação nas diversas áreas existentes e nos espaços públicos da ciência. Para os referidos autores, o fomento a indústria e o seu desenvolvimento também se tornaram tarefas do Estado que usou o saber científico para impulsionar a sua criação e ampliação¹⁵⁰.

Dessa forma, definir também a filosofia do projeto era importante, para Asimow, para agregar-lhe sentido, valor social e ocupar os espaços públicos pertinentes para o seu desenvolvimento. Para isso, diferenciou a filosofia, “sabedoria organizada”, daquela que move uma “atitude pessoal”¹⁵¹. Qual dessas duas fazia parte do projeto de Engenharia? Para ele, essa filosofia devia ser forjada pelos conceitos e princípios que proporcionassem uma funcionalidade e utilidade a disciplina. Essa filosofia utilitarista pensava elementos visando atingir e modificar o meio em que se vivia: “daí, é inevitável que a escolha de princípios, ou a sua formulação, seja influenciada pelas nossas experiências pessoais e idiossincrasias”¹⁵².

A defesa do autor de uma filosofia utilitarista para a engenharia se reforçava e ao mesmo tempo atacava os que dentro da filosofia da história e da ciência defendiam o contrário. A influência da filosofia pragmática britânica e norte-americana o fez conectar a filosofia à ação, a ciência à ação. Dessa forma, esse elo retirava a redoma de uma ciência pura que estaria desassociada da política e da economia. Portanto, se o projeto de engenharia tinha uma filosofia fundada na ação, o plano da imanência se sobrepunha ao da transcendência, fazendo daquele a base para as problemáticas que a ciência deveria responder. Para Asimow,

Uma filosofia que não resulte em ação é estéril: torna-se um exercício sem consequências. Deve incorporar, para ser útil, uma metodologia, pela qual os princípios seja aplicáveis de modo disciplinado. Êste aspecto operacional é a principal problemática da disciplina: implica em técnicas operacionais lógicas e quantitativas que ocupam grande parte do restante desta obra¹⁵³.

¹⁵⁰ Segundo Pestre e Bonneuil, “da guerra de 1914 aos anos 1970, a indústria foi antes de mais nada um assunto nacional. Por causa das Políticas de Autarquia dos anos 1930, por causa dos estados, do keynesianismo e seu papel como modernizadores nas décadas do pós-guerra. Neste período, a investigação industrial é pensada fundamentalmente através do laboratório de uma empresa que planeja uma oferta constantemente renovada e que combina investigação e desenvolvimento” [“de la guerre de 1914 aux années 1970, l’industrie est d’abord une affaire nationale. Du fait des Politiques d’autarcie dans les années 1930, du fait des États, du keynésianisme et de leur rôle de modernisateur dans les décennies d’après guerre. Dans cette période, la recherche industrielle est surtout pensée à travers le laboratoire de firme planifiant une offre toujours renouvelée et allient recherche fondamentale et développement”]. PESTRE, Dominique; BONNEUIL, Christophe. *Le siècle des technosciences* (depuis 1914). In: PESTRE, Dominique; BONNEUIL, Christophe (Org). **Histoire des sciences et des savoirs**: 3. *Le siècle des technosciences* (depuis 1914). Paris: Éditions du Seuil, 2015, p.13, tradução nossa.

¹⁵¹ ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, p.11.

¹⁵² *Ibidem*, p.12.

¹⁵³ *Ibidem*, p.13.

Dessa forma, afirmou que a “origem da filosofia é empírica, porém sua comprovação é pragmática”¹⁵⁴. Por isso, para ele, ela devia ser reavaliada a cada situação em que a pretendia colocar em prática. Nesse viés, a autoavaliação defendida por Asimow retroalimentava a organização lógica do projeto, possibilitando a sua correção. Essa se empreendia para aplicar os princípios em situações concretas e pontuais, cujas falhas seriam um indício que provocaria a sua esterilidade e sua não aplicabilidade. Consoante Asimow, essa filosofia do projeto de engenharia se formava de três partes: “um conjunto de princípios consistentes e suas derivações lógicas; uma disciplina operacional que resulta em ação e, finalmente, um instrumento de crítica, que avalia as vantagens, identifica as falhas e indica as direções de aperfeiçoamento”¹⁵⁵.

O verbo ser, estar e dever foram empregados pela filosofia de seu projeto de engenharia. Isso atrelava o caráter ético a essa atividade. Essa parte do livro do referido engenheiro é importante para entender o restante da obra e a sua ligação com os outros aspectos, como os da ciência matemática e física. Por exemplo, nos indica a influência de dois pensadores, Herbert A. Simon¹⁵⁶ e Robert.S. Woodworth¹⁵⁷. O primeiro atuante na economia e o segundo na psicologia. O elo entre eles se fez pelo caminho trilhado por Simon na psicologia cognitiva a fim de formular o que se chamou economia comportamental. Morris Asimow, ao seguir a perspectiva da economia comportamental no modelo de Herbet Simon, não incorporou totalmente a ideia do comportamento por meio do olhar behaviorista, mas seguia a perspectiva de Robert Woodworth. O comportamento, para ele, deveria ser pensado

¹⁵⁴ ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, p.13.

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ Herbert A.Simon era um economista estadunidense defensor da psicologia cognitiva na economia: economia comportamental. Doutor em Ciências Políticas (1943) pela Universidade de Chicago, atuou nas Ciências Políticas, Ciência da Computação e psicologia. Trabalhando nessas áreas no Instituto de Tecnologia Carnegie e Universidade Richard King Mellon. Destacamos a sua obra “Administrative Behavior” (1947). Para Simon (2020), os elementos econômicos, sociais e mentais influenciam diretamente nas decisões tomadas, sejam pelos indivíduos ou instituições. Dessa forma, essas decisões se dissociam de um quadro que o limitava aos agentes econômicos e se ligava também a outros elementos. Essa abordagem dava a sua teoria um caráter mais realista, fazendo-o, assim, tomar um caminho diferente dos economistas clássicos. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Herbert A. Simon**. Londres: Encyclopaedia Britannica, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Herbert-A-Simon>. Acesso em: 11 maio. 2020.

¹⁵⁷ Robert Woodworth era um professor de psicologia da Universidade de Columbia. Pensou a relação entre o comportamento e a consciência, opondo-se ao modelo behaviorista e se considerando eclético em sua teoria. Destacamos a sua obra “Dynamic Psychology” (1918). O referido cientista colocara suas posições em relação a psicologia behaviorista e defendeu a associação R-O-S, bem como o seu método da psicologia experimental. Para Graham (1967), reescreveu a sua obra sobre o comportamento experimental a fim de incorporar as novas questões discutidas e vistas com as experiências da Segunda Guerra Mundial. GRAHAM, Clarence H. **Robert Sessions Woodworth (1869-1962)**. Washington D.C: National Academy of Sciences, 1967.

por meio de variadas teorias psicológicas, em que a associação behaviorista estímulo-resposta (S-R) se trocava pelo estímulo-organismo-resposta (S-O-R)¹⁵⁸.

Enfim, a teoria do Projeto de Engenharia de Morris Asimow, produzida em 1962, se dividia em 6 partes, tendo como finalidade desenvolver produtos de forma rápida, eliminar e detectar aqueles que podiam prejudicar o conjunto maior. O diferencial na proposta desse engenheiro seria, para Σκορλέτος (Scorletos), o seguinte: “o dinheiro gasto no desenvolvimento de produtos é pequeno comparado ao custo de um capital “afundado” e a reputação perdida da empresa”¹⁵⁹. Contudo, se algum equívoco acontecesse no processo de execução, as decisões deveriam ser tomadas rapidamente para salvar o restante do projeto.

Dessa forma, a ligação das forças econômicas e as tecnologias se faria pelos elementos culturais, políticos e sociais que davam visibilidade as particularidades dos espaços onde se desenvolveriam o projeto de engenharia. Portanto, as relações socioecológicas se aplicavam quando o projetista dialogava com o consumidor e com o produtor, procurando sintetizar e criar elementos que congregassem esses dois lados, como também tentava responder alguns questionamentos feitos por ambos os lados. A ideia de utilidade, para Asimow, era “uma medida subjetiva de valor”¹⁶⁰. Essa impregnação de valor subjetivo se daria mediante o andamento do projeto que incorporaria as particularidades do espaço habitado para a sua realização, ou seja, “à medida que um projeto é iniciado e desenvolvido, desdobra-se uma seqüência de eventos, numa ordem cronológica, formando um modelo”¹⁶¹. O projeto se desenvolveria por meio de fases fundamentadas pela prática e não em abstratos teóricos. As fases organizadas, por ele, eram estas: o estudo de exiguidade, o projeto preliminar, o projeto detalhado, o planejamento do processo de produção, o planejamento da distribuição, o planejamento do consumo e o planejamento da retirada no produto do mercado.

Para mostrar que sua proposição teórica e metodológica para o projeto de Engenharia era válida, evidenciou no último capítulo de sua obra um estudo de caso. Esse fora feito por Morris Asimow na Califórnia (EUA), a saber, a construção de uma fábrica de

¹⁵⁸ GRAHAM, Clarence H. **Robert Sessions Woodworth (1869-1962)**. Washington D.C: National Academy of Sciences, 1967.

¹⁵⁹ “Ωστόσο, τα χρήματα που δαπανώνται για την ανάπτυξη προϊόντων είναι μικρά σε σύγκριση με αυτά που θα κοστίσει ένα «βυθισμένο» κεφάλαιο και η χαμένη φήμη της εταιρίας εάν παρουσιαστεί ένα ελαττωματικό προϊόν στην αγορά”. Σκορλέτος, Χριστόδουλος-Μάριος (Scorletos, Christodoulos-Marios). **Σχεδίαση ηλεκτρικού οχήματος για καθημερινή μετακίνηση σε μεγάλες πόλεις**. Πανεπιστήμιο Αιγαίου Τμήμα Μηχανικών Σχεδίασης Προϊόντων και Συστημάτων Προπτυχιακή Διπλωματική Εργασία, 511/2012088, p.12, tradução nossa.

¹⁶⁰ ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, p.20.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.23.

alumínio que denominou Companhia XYZ. Para isso, fez estudos econômicos da área de Los Angeles onde fora construída a fábrica para recuperar o alumínio de escórias. Nesse intuito, olhou-se as disponibilidades de matéria-prima e mão de obra, bem como o mercado consumidor do produto que deveria ser fabricado. Sintetizou a partir da organização destes requisitos para sua instalação: 1- capacidade; 2 - local; 3 - necessidade de espaço; 4 - capacidade de recepção; 5 - instalações para descarga; 6 - capacidade de preparação; 7- capacidade de estocagem; 8 - capacidade de fundição; 9 - capacidade da fundição em moldes dos lingotes; 10 - colocação de restos; 11 - água necessária; 12 - energia elétrica necessária; 13 – combustível necessário; 14 - condições de transporte; 15 - Contrôlo de pó¹⁶².

Essa experiência de seu projeto de engenharia na Califórnia foi feita a partir de 1962 também no Brasil, que possuía, por sua vez, uma realidade social, cultural e econômica diferente daquela encontrada nos Estados Unidos da América. Em ambos se buscavam recuperar economicamente os espaços onde se instalaram as fábricas (Los Angeles e Cariri cearense), mas possuíam particularidades que afetaram o andamento de seus projetos. Morris Asimow chegou ao Brasil animado com os resultados positivos que teve com a criação da fábrica de alumínio em Los Angeles, mas se deparou com outros desafios que fugiam a sua especialização científica. Dessa forma, buscaremos verificar até que ponto esse engenheiro levou em conta os elementos culturais e mentais detectados pelas pesquisas (antropológicas e econômicas) ligadas ao RITA, por exemplo, na construção das fábricas no Brasil; considerando, para isso, sua experiência e seu método empregado nos EUA, cuja receptividade dos que ali moravam se fazia pelo fio identitário. Portanto, no Brasil, ele era um estrangeiro, não conhecia a cultura local, as tradições e os costumes que ordenavam o tempo e o espaço, que produziam subjetividades e sensibilidades.

Entendemos que a empresa/fábrica é o *locus* da “eficácia e da racionalização capitalista”¹⁶³. Pensando dessa forma, a racionalização do processo de produção foi encarnada por profissionais que construíam e propagavam o que Cornelius Castoriadis chamou de “razão operante”, dentre elas temos os engenheiros e os técnicos. Essa racionalização da produção ignorava e excluía os costumes e os desejos dos homens e mulheres que vendiam a sua força de trabalho, mesmo que em sua retórica pública defendesse o contrário. O Projeto Asimow fez pesquisas econômicas e antropológicas sobre o Cariri para fazer entender que as suas particularidades culturais e sociais seriam levadas em consideração. Contudo, essa

¹⁶² ASIMOW, Morris. **Introdução ao projeto de engenharia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, p.158-161.

¹⁶³ CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero: proletariado y organización**. Barcelona: Tusquets editores, 1979, p.13.

camuflagem da lógica da eficácia produtiva não fora soberana quando os projetos fabris passaram a enfrentar as condições adversas a sua permanência no Cariri e no Nordeste.

Nesse intuito, ligaram a tradição ao novo, agregando algumas técnicas antigas e o uso dos artesãos para a fabricação de seus produtos. Entretanto, a forma como as fábricas e os seus funcionários eram tratados consistia em um sinal da ruptura com velhas relações de produção vinculadas às artes de fazer existentes nas localidades. Esse modo de produção guardava uma estética rústica do produto que representava não apenas o uso ínfimo de recurso, mas tradições culturais e religiosas, a forma como o tempo era pensado e vivido, a manutenção da técnica herdada pelos hábitos e costumes perpetuados de geração a geração. Essa nova racionalização da produção reificou o trabalhador, colocando-o em conflito entre o *tempo vivido* pelos nordestinos, marcado pela tradição, e o *tempo pensado*, caracterizado pela lógica do mercado e imposto pelas fábricas criadas pelo RITA. Portanto, o governar dos corpos subalternos, empreendidos por esses projetos fabris, se exercia em primeiro plano pela ocupação dos espaços públicos em prol da divulgação e promoção da ciência no Nordeste, colocando-a como fundamental para o desenvolvimento regional e, posteriormente, no chão das fábricas, ou seja, no contato cotidiano entre patrão e operário, por exemplo.

A mudança das relações de força na região não se transformou apenas com a imposição por seus engenheiros e técnicos por meio da incorporação de novas formas de produzir, mas também por outros elementos que juntos motivaram a mutação efetiva da forma como esses trabalhadores se relacionavam com a sua própria existência e com o mundo em que se inseriam. Para Castoriadis, nesse momento as velhas normas não tem mais sentido com a lógica da produção capitalista, mas também as novas não se sustentam, o conflito então emerge no cotidiano da fábrica, ou seja, “o fracasso da racionalização “científica” obriga constantemente o capitalismo a usar o empirismo da pura e simples coerção e, conseqüentemente, agravar o conflito inerente ao seu modo de produção, a aumentar sua anarquia e multiplicar seus desperdícios”¹⁶⁴.

A difusão dos projetos fabris de Morris Asimow adveio também do aprimoramento do plano original a partir de suas experiências anteriores, seja no campo teórico ou prático. A entrada de novas tecnologias e modelos de produção se fez de forma paulatina ao fluxo da vida econômica local. Esse caráter de mudança para Mowery e

¹⁶⁴ “El fracasso de la racionalización “científica” obliga constantemente al capitalismo a volver al empirismo de la pura y simple coerción y, por ende, a agravar el conflicto inherente a su modo de producción, a aumentar su anarquía, a multiplicar su despilfarro”. CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero: proletariado y organización**. Barcelona: Tusquets editores, 1979, p.18, tradução nossa.

Rosenberg, afetavam a economia e os fatores que a sustentavam, bem como “influencia a demanda de investimentos de capital físico e humana”¹⁶⁵.

O impacto na produção se dava com o aumento da demanda, passando de uma pequena para uma grande elasticidade. No período entre guerras tal mudança estrutural se fizera mediante a ligação entre indústria e ciência, construindo modelos e caminhos a serem trilhados, principalmente pós-1945. Por exemplo, nos Estados Unidos o investimento em pesquisa industrial, nesse período, auxiliou a sobrevivência de algumas empresas e o crescimento do mercado consumidor. Tal favorecimento impulsionou a construção dos laboratórios que fomentavam o crescimento da indústria como forma de transformar a paisagem econômica e social dos bairros onde se instalavam. Para Mowery e Rosenberg, as Universidades dos EUA se tornaram o espaço privilegiado dos estadunidenses para o monitoramento “das atividades de tecnologia externa de muitos laboratórios industriais de pesquisa dos EUA antes de 1940”¹⁶⁶, dentre essas conexões entre Universidade e Indústria, destacou-se, para os referidos autores, “o desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias e produtos”¹⁶⁷.

Portanto, os vínculos entre pesquisa científica e indústria já eram praticados pelos EUA desde o entreguerra. As experiências provindas dessa tradição se manejaram por Asimow como forma de implantação da indústria de tipo rural em territórios pobres nos anos 1960. Por exemplo, nesse período se fomentara o treinamento de cientistas e engenheiros pelas Universidades públicas dos EUA, como uma forma de vincular essas instituições de Ensino Superior às indústrias para a pesquisa industrial¹⁶⁸.

Verificaremos como essa teoria foi modificada pela sua aplicabilidade, como também o seu inverso; os conflitos existentes desde o projeto-piloto do Cariri até a sua incorporação pela USAID; e a sua ampliação para outros estados do Nordeste e países. Consideramos pertinente pensar os encontros e desencontros da posição científica de Morris Asimow e dos cientistas brasileiros que participaram do Projeto nos anos 1960. Por exemplo, a pesquisa econômica e antropológica fazia parte de seus estudos preliminares, e para isso teve o auxílio do Instituto de Antropologia e do Instituto de Economia da Universidade do Ceará (UC). Quais, então, as pesquisas e ações realizadas por essas organizações feitas em prol de desenvolver o Estado?

¹⁶⁵ MOWERY, David C; ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005, p.14.

¹⁶⁶ *Ibid*, p.36.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *Ibid*.

3 A “BELA FLOR COR DE SANGUE”

Usando a teoria da metamorfose como prisma para analisar as transformações históricas em relações materiais e sociais básicas, concentrando-nos em relações de poder existentes, é necessário introduzir um novo conceito diagnóstico do tempo para examinar a metamorfose categórica e institucional do poder - as relações de definição como relações de dominação¹⁶⁹.

Seguindo as sugestões do sociólogo Ulrich Beck para se pensar as construções das relações de definição, evitamos uma racionalidade superficial e buscamos as estruturas e as agências de poder que a constituíram. Usando a categoria da metamorfose, vamos além do exame das relações de poder para nos determos nas *relações de poder de definição*¹⁷⁰. Para Beck, as relações de definição são os “recursos e o poder dos agentes (especialistas, Estados, indústrias, organizações nacionais e internacionais), aos padrões, regras e capacidades que determinam a construção social e a avaliação do que é um risco global e do que não é”¹⁷¹. Tais relações de definição nos movimentaram por um caminho em que pensamos a metamorfose como revolução, cuja promoção se deu pelas pequenas doses introjetadas na vida cotidiana das pessoas que, por sua vez, possibilitaram mudanças lentas, mas substanciais. Esse dosímetro das radiações promoveu as marcações constantes e profundas nas partes do corpo de quem as receberam. Foi, portanto, a constante exposição a tais condições que configuraram os horizontes possíveis para incorporar os elementos que antes eram estranhos a vida social, tornando-os extensão corporal, afetiva e significativa.

Nesse sentido, entendemos que o convênio realizado entre a Universidade do Ceará e a Universidade da Califórnia nos anos 1960, mediante o projeto-piloto Asimow e vinculado ao programa Aliança para o Progresso, não somente conseguiu sua finalidade institucional – o fomento a política de desenvolvimento e a manutenção do território americano – mas uma edificação e sustentação da visibilidade pública atrelada a política do conhecimento, bem como a ereção de um código cultural mantenedor de sua identidade e integridade regional. Isso assegurou sua lisura, haja vista as diferenças culturais, sociais e econômicas dos espaços em que se implantou, reproduziu e protegeu contra os fatores que os tornaria inviável e sem credibilidade perante a opinião pública, por exemplo, as incertezas em relação ao investimento do capital privado interno e externo em sua construção e manutenção.

¹⁶⁹ BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.129.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibid*, p.130.

Nesse sentido, os estudos econômicos e antropológicos promovidos pelos técnicos do projeto sobre as regiões a serem atingidas no Nordeste se tornaram fatores para tal edificação. Esse plano teve seu piloto realizado no Cariri, região localizada no sul do Ceará. A partir dos estudos realizados pela equipe de técnicos e cientistas, se verificou quais as possibilidades para se construir indústrias locais que usassem os seus recursos humanos e naturais, como matéria-prima e mão de obra, e movesse o capital privado regional, visando sua industrialização¹⁷².

Tal projeto tencionava mover e desenvolver o setor secundário e o tornar a base econômica. Para isso, edificaram fases para sua viabilização, a primeira foi sua instalação no Cariri e, posteriormente, a capacitação de seus propagadores para outros estados no Nordeste. Nesse processo, alguns professores e estudantes, por meio do projeto, foram estudar nos Estados Unidos nas instituições conveniadas, por exemplo, os de economia, engenharia e agronomia. Em sua segunda fase, efetivou tal experiência de intercâmbio estudantil. Um grupo que a vivenciou foi coordenado pelo professor Murilo Perdigão e tinha estes estudantes-bolsistas: José Orcetti Monteiro, Célio Augusto Morais, Mauro Peres Caldeira, Juarez Braga Soares, Airton Cavalcanti Teixeira, Wanderley Coelho Dias e Walter Ary¹⁷³.

A sua construção edificava as bases para sua extensão aos outros estados e países em condição de subdesenvolvimento, eram esses os seus horizontes de expectativa. O encorajamento ao estabelecimento de indústrias regionais com o capital público e privado moveu o seu sonho, haja vista a crise econômica brasileira a partir do final dos anos 1950. O discurso salvacionista demandado pelo projeto direcionado ao Cariri e Nordeste mobilizou suas instituições políticas, religiosas, sociais e culturais em prol da construção do sonhado parque industrial, existente, à época, somente em Fortaleza, capital do Estado. Com a eletrificação de parte do Nordeste pela CHESF e a construção da CELCA, em 1961 – como subsidiária local desse insumo na região – a elite econômica caririense vira um sonho se realizar. Isso impulsionou e deu elementos para o fortalecimento da crença sobre a efetivação de outro, a saber, sua industrialização.

Esse processo não requeria somente a energia para se efetivar, mas demandava investimentos para sua construção, programas para atrair empresas para as localidades e a preparação do corpo técnico que pudesse lhe dar suporte; pois, a região não possuía esses profissionais e nem escolas técnicas que capacitassem seus trabalhadores para atuarem na

¹⁷² “Desenvolvimento de Indústrias no Cariri propões Brasil USA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 11 de abril de 1963, p.6.

¹⁷³ *Ibidem*.

produção industrial e em sua administração. O projeto Asimow e seus técnicos responderam a essa necessidade dando assistência “com o preparo de documentação para empréstimo, treinamento de diretores, orientação na montagem das fábricas”, bem como capacitar os “professores da Universidade do Ceará”, especialmente os que pertenciam a área de “engenharia e administração industrial, a fim de formar, por sua vez, gerentes locais”¹⁷⁴.

Esse anseio de desenvolver o Nordeste, o Ceará e o Cariri, motivou alguns de seus intelectuais antes da vinda do professor Asimow. Eles promoveram pesquisas locais a fim de atingir e modificar a realidade das comunidades investigadas. O projeto Asimow ao ser instalado teve contato com as pesquisas científicas realizadas no Ceará na década de 1950. Tal relação parcial do engenheiro Asimow com os intelectuais cearenses e sua pesquisa, proporcionou embates sobre a conexão entre teoria e prática no planejamento das indústrias cogitadas.

Por exemplo, fez-se um contato de intercâmbio de conhecimento na modalidade de uma atividade de extensão universitária promovida pelo Instituto de Antropologia, vinculado à Universidade do Ceará (UC). Nesse contato, os técnicos manejaram os estudos socioeconômicos para olhar o homem do sertão, suas táticas de sobrevivência e as técnicas para sua manutenção no território nordestino. Buscamos, neste capítulo, analisar como o projeto realizado pelo Instituto de Antropologia da UC, “Projeto para o Ceará”, e as investigações do Instituto de Economia contribuíram para a edificação do Projeto Asimow no Cariri e para suas relações de definição, por exemplo, com a defesa de uma “ciência do homem” no Nordeste, seu processo de rostificação¹⁷⁵ e imagens-movimento feita mediante a metamorfose impulsionada pelo contato entre ciência e sociedade.

Para isso, entendemos que as imagens-movimento não são instrumentos para apreender o tempo, elemento característico do saber histórico, mas olhamo-las como produto de temporalidades e não uma caixa de fixação factual. Dessa forma, o fio da fluidez retira da noção do tempo o mito de dada unicidade e metafísica teórica, para vê-lo como produtor de montagens. Para Deleuze, “o tempo não é mais concluído a partir da composição das imagens-movimento (montagem), é o oposto, é o movimento que decorre do tempo. A montagem não desaparece necessariamente, mas muda de sentido, torna-se “montrage”, como

¹⁷⁴ “Desenvolvimento de indústrias no Cariri”. **Boletim da UFC**, v.9, n.2, março-abril, 1963, p.132.

¹⁷⁵ Segundo Deleuze e Guattari, “a rostificação não opera por semelhança, mas por ordem de razões. É uma operação muito mais inconsciente e maquínica que faz passar todo o corpo pela superfície esburacada, e onde o rosto não tem o papel de modelo ou de imagem, mas o de sobre-codificação para todas as partes descodificadas”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1996, p.32.

disse Lapoujade”¹⁷⁶. A partir disso, a imersão em tempos flutuantes, cujas raízes se espalham por múltiplos espaços e redes, alicerça na noção de que sociedade e indivíduo são duas realidades separadas. Consoante Morin, existe o ambissistema “em que, complementar e contraditoriamente, indivíduo e sociedade são constituintes um do outro, ao mesmo tempo que se parasitam entre si”¹⁷⁷. Nesse “entre-lugar” há contatos dos elementos semelhantes, para ele, os equívocos e “ruídos” provindos da relação de um com o outro, entre desordenamento e coações rígidas, cooperação e solidariedade, competição e antagonismo, nesse espaço sem definições claras é que constitui a interferência existencial da sociedade e do indivíduo.

Em suma, o referido projeto promovido pelo Instituto de Antropologia alicerçou sua constituição como um espaço privilegiado para a “Ciência do Homem” no Nordeste e na defesa da Antropologia enquanto ciência. Verificaremos a associação desse instituto com o de Economia, analisando as junções feitas para ligar essas duas áreas do conhecimento a fim de produzir um saber científico nordestino que possibilitasse o desenvolvimento regional. E, por fim, a construção da imagem-movimento do Professor Morris Asimow, de Antônio Martins Filho¹⁷⁸ e Thomaz Pompeu Sobrinho¹⁷⁹ como seus articuladores e defensores de outras relações entre ciência e sociedade.

3.1 A “valorização do Nordeste”

Para implantar o projeto em prol da industrialização do Nordeste, carecia em seu território de uma força barata e potente. Para isso, o governo federal criou a CHESF para fornecer uma energia elétrica mais barata. Para Cornélio, o investimento da USAID-SUDENE favoreceu a intensificação do programa de eletrificação rural. No Cariri, para consegui-lo, a

¹⁷⁶ “Le temps n’est plus conclu de la composition des images-mouvement (montage), c’est l’inverse, c’est le mouvement que découle du temps. Le montage ne disparaît pas nécessairement, mais il change de sens, il devient “montrage”, comme dit Lapoujade”. DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**, 1972-1990. France: Les Éditions de Minuit, 2003, p.75, tradução nossa.

¹⁷⁷ MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Produções Europa-América, 1973, p.38.

¹⁷⁸ Antônio Martins Filho era caririense, bacharel em Direito. Em sua trajetória como intelectual participou de várias instituições, por exemplo, a Academia Cearense de Letras e do Rotary Club de Fortaleza. Em 1945 se tornou professor catedrático e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará. Em 1948, iniciou juntamente com outros intelectuais cearenses o processo de criação da Universidade do Ceará, hoje UFC.

¹⁷⁹ Nasceu em 1880 e morreu em 1967. Fundador do Serviço de Antropologia da Universidade do Ceará nos anos 1950, posteriormente, Instituto de Antropologia. Presidente perpétuo do Instituto do Ceará, graduado em Engenharia pela Escola de Minas Gerais em Ouro Preto, trabalhou no IFOCS, foi membro da Academia Cearense de Letras e pesquisou no campo da história, geografia e antropologia produzindo obras como “A Proto-história cearense” (1946) e “pré-história cearense” (1955); como também colaborou com a pesquisa antropológica feita pelo Projeto Morris Asimow para sua intervenção no Nordeste. Fundou algumas instituições, por exemplo, a Escola de Agronomia do Ceará.

Companhia de Eletricidade do Cariri fundou em 1966 a Cooperativa de Eletrificação Rural de Barbalha, responsável pelo “quadrilátero canavieiro do Cariri”¹⁸⁰, isto é, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha.

Os discursos de redenção regional, produzidos pelo Governo Federal, usaram a produção energética do rio São Francisco para destacar que tal empreendimento atrairia indústrias e que as desenvolveria. Esses permeavam-se pela (re)invenção da imagem do Velho Chico como civilizador. Esses discursos oficiais começaram a afirmar outras imagens para legitimar a primeira intervenção do país nessa área de serviço. Essas imagens se edificaram no Diário Oficial e, de uma forma mais especial, nas suas apropriações pelos intelectuais caririenses na tentativa de construir a relação de sentido entre sua eletrificação e industrialização.

Para a verificação da expansão das redes elétricas da hidrelétrica de Paulo Afonso se submeteu o projeto ao comitê de técnicos nacionais. Esse grupo do governo se compusera por uma equipe mista do Brasil e dos Estados Unidos. Isso representava a manutenção da dependência brasileira do capital externo, especificamente em sua construção, expansão e relação com o financiamento estadunidense nos primeiros anos da Guerra Fria. Conforme Silva, a postura do segundo Governo de Vargas, entre 1951 e 1954, fez-se na tentativa de conciliar os grupos dos nacionalistas e dos privatistas que compunham as forças políticas do governo¹⁸¹. O financiamento estadunidense se acoplava aos acordos de diplomacia, de apoio mútuo em questões políticas e econômicas. Para isso, o controle dessa verba se fazia através da avaliação de uma equipe norte-americana que conferia a rentabilidade e a pertinência dos investimentos nas regiões escolhidas para a expansão das redes da CHESF.

Esses técnicos-engenheiros eram funcionários do Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e chegaram ao Nordeste em 1955 para fiscalizar as obras dessa hidrelétrica em Recife e Salvador, como também vieram ao Cariri a fim de verificar a possibilidade e a viabilidade do *Projeto Cariri*. Para isso, segundo o Diário Oficial, publicado no dia 6 de abril de 1955, os técnicos da Comissão Mista solicitaram as seguintes petições: “1- programa de expansão do sistema de Paulo Afonso; 2 - estudo dos Sistemas do Cariri e do São Francisco”¹⁸². A notícia da vinda desses técnicos, para verificar a viabilidade

¹⁸⁰ CORNÉLIO, Espedito. **Acordes de Minha Lira/A Saga da Eletrificação**. Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.171.

¹⁸¹ SILVA, Marcelo Squinca. **Energia Elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967**. São Paulo: Alameda, 2011.

¹⁸² BRASIL. **Diário Oficial**. Capital Federal (Rio de Janeiro). Ministério das Minas e Energia, segunda-feira, 6 de abril de 1955, p.5970.

da expansão das redes no Cariri, motivou e fortaleceu as expectativas de sua elite congregada no comitê pró-eletrificação e industrialização.

Nesse documento, símbolo das conclusões até aquele momento alcançadas, delimitou-se, convocou-se, unificou-se e notificou-se através do poder de sua narrativa as decisões que afetaram a vida cotidiana, as necessidades básicas da população, suas questões políticas e econômicas. A relação entre natureza e cultura se associava ao desejo de sua dominação, disciplinarização e controle. Tal ideia não se aliava somente ao objetivo de levar esse insumo às regiões em prol de industrializá-las, mas se “bricolava” pelas construções imagético-discursivas do ideário de conforto pós-eletrificação propagado pelo discurso público. Para o Diário Oficial,

Veja-se o contraste da cachoeira, antes e depois desta intervenção disciplinadora. Ontem, era o rio livre e rebelde, a precipitar-se num esbanjamento de força e a ostentar um espetáculo em que somente a beleza compensava a sensação da riqueza desperdiçada. Hoje está aí um São Francisco diferente, parcialmente domado em seus impostos e colocados a serviço do homem, como fornecedor de energia e bem-estar¹⁸³.

Nessa citação, as ideias de progresso e de ruptura do ciclo da natureza, através da ação do homem e suas artimanhas técnicas, foram basilares para afirmar o caminho do nordestino a partir do uso energético do rio São Francisco para se conseguir a “bonança”. Essa fora uma das palavras imagens-movimento firmadas no período para legitimar tais projetos. Dessa forma, manejaram um discurso cientificista que retirava uma afinidade existente da população local, colocando em seu lugar os benefícios materiais da intervenção humana por meio do uso da tecnologia e da força. Portanto, a sua paisagem natural se metamorfoseava em uma parte artificial, para ser manipulado e controlado pela força humana enquanto intensificador do processo civilizatório, das produções e transformações materiais.

Entendemos, segundo Elias, que “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”¹⁸⁴ e que sua constituição está na fronteira entre o racional e o irracional. Nesse sentido, o mundo Ocidental firmou alguns elementos como símbolo de um aprimoramento das relações humanas, do avanço técnico e material. Dentre eles, a eletrificação foi o fator colocado, pois pensar a sua massificação era cogitar o segundo processo, isto é, a sua industrialização. Os discursos

¹⁸³ BRASIL. **Diário Oficial**. Capital Federal (Rio de Janeiro). Ministério das Minas e Energia, segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, p.754.

¹⁸⁴ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e da civilização. São Paulo: Jorge Zahar, 1994, p.193.

publicados no Diário Oficial da União moveram essas ideias e imagens para reforçar que tal empreendimento era a inauguração de um novo momento para a história do Brasil, colocando-o imerso no processo civilizatório ocidental. Nessa expectativa ambientada por experiências locais, por exemplo, das cidades eletrificadas pelas empresas elétricas privadas, realçou-se o compromisso pela melhoria das condições materiais da população atingida. Portanto, a natureza não despertava mais tanta atenção aos olhos dos visitantes, mas a paisagem artificial onde “surge uma poesia de novo tipo, em que a eletricidade aparece como fonte de uma civilização nova e manancial de melhores dias para os habitantes do Nordeste”¹⁸⁵.

O ciclo natural do rio, sua atuação e intervenção na vida cotidiana das populações dependentes de suas águas, mudara em fins da década de 1950. Antes, o rio promovia a abundância através de suas cheias, umidificando os seus vales e possibilitando o plantio para os camponeses¹⁸⁶ nordestinos. Em 1955, os discursos dos poderes públicos defenderam o seu controle pela técnica moderna a fim de transformar sua força hídrica em energia elétrica¹⁸⁷. Esse projeto passara a ser visto, a partir das imagens e discursos divulgados pelo Diário Oficial, como instrumento ímpar para a irradiação de “múltiplas formas de industrialização e progresso”¹⁸⁸ e a promoção da união nacional no âmbito político e econômico. Utilizara-se o Velho Chico como um elemento natural para consolidar certa unidade geopolítica. A criação, assim, da ideia de redenção econômica do Nordeste através da eletricidade se balizava pelo ideal de progresso e industrialização.

Conforme os discursos dos poderes públicos, para a industrialização e a construção de um mercado consumidor de bens duráveis para essa região, era imprescindível expandir o fornecimento da energia elétrica. Essa ideia de aumentar a produtividade e o mapa de consumidores se expôs nas fontes analisadas como justificava para sustentar essa intervenção pelo Governo Federal. A eletricidade produzida pela CHESF provocaria, segundo

¹⁸⁵ BRASIL. **Diário Oficial**. Capital Federal. (Rio de Janeiro). Ministério das Minas e Energia, segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, p.754.

¹⁸⁶ José de Souza Martins fez uma crítica a Caio Prado Júnior - ele afirmava que no Brasil não existia camponeses. Para Martins (1981), seria “arbitrário reduzir o colono da fazenda de Café ou o morador do engenho de açúcar à condição de assalariado”. Dessa forma, para compreendermos a sua existência e sua ação política no Brasil devemos verificar a sua exclusão do pacto político, sua história e os vários mecanismos da estrutura social usada para a negação de sua existência no Brasil. Portanto, “o escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado”. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981, p.24-25.

¹⁸⁷ Para Cresswell, o “desenvolvimento das técnicas anda a par e passo com o desenvolvimento da civilização”. CRESSWELL, Robert. Técnica. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo-domesticação/cultura material**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p.332.

¹⁸⁸ BRASIL, *op.cit.*

a ideologia liberal contida na escrita do Diário Oficial, “a elevação do nível de vida do Nordeste através da melhora da capacidade aquisitiva de seus habitantes e do seu ritmo produtivo”¹⁸⁹. Além disso, destacavam o fator da rentabilidade para os empresários do sul que seriam os seus desbravadores, levando, assim, para “as populações locais, novos horizontes de prosperidade e conforto”¹⁹⁰.

Delimitaram, assim, o território de sua atuação e expansão, a saber, o chamado *Polígono das Secas*. Nessa linha, para eles, a eletricidade possibilitaria a introdução de um maquinário tecnológico que viabilizaria a irrigação da terra e diminuiria o êxodo rural. Destacaram três expectativas dos discursos contidos nesse documento oficial com a criação da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso: 1- a eletricidade produzida pela CHESF construiria a civilização no Nordeste; 2 - esse recurso o colocaria no mesmo patamar de igualdade material com a região Sul-Sudeste; 3 - provocaria o crescimento econômico e industrial brasileiro de uma forma igualitária.

Esse discurso de valorização espacial atrelava-se, depois de sua eletrificação, ao de sua industrialização. E o Asimow, para os intelectuais que trabalhavam nesse projeto, reafirmava tal projeção para seus financiadores interno e externo. Segundo Davis,

O “Projeto Asimow”, da autoria do prof. Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, Estados Unidos, ora em execução no Cariri, mediante convênio celebrado com a Universidade do Ceará e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, possui em parte as mesmas características do “Projeto para o Ceará”, do prof. Thomaz Pompeu Sobrinho, de vez que estão sendo estudados naquela região todos os problemas relacionados com as atividades agropecuárias, comerciais e industriais, tendo como elemento central a figura do homem caririense¹⁹¹.

As palavras acima foram proferidas pelo antropólogo estadunidense John R. Davis, responsável pela pesquisa antropológica do projeto Morris Asimow. O referido intelectual ao citar o projeto de Thomaz Pompeu Sobrinho não destacou que fazia parte de uma iniciativa de cunho mais amplo, pois construiu pesquisas locais que davam pistas para resolver os problemas do Nordeste brasileiro presentes a partir de 1945. Entretanto, o não contato com as condições concretas das comunidades atingidas, levou-o a algumas generalizações a partir do seu campo visual e do seu lugar social. Sobrinho, comungando com os ideais defendidos por Martins Filho, enfatizou também a característica de universalidade e regionalidade na construção do referido plano.

¹⁸⁹ BRASIL. **Diário Oficial**. Capital Federal. (Rio de Janeiro). Ministério das Minas e Energia, segunda-feira, 17 de janeiro de 1955, p.754.

¹⁹⁰ *Ibid.*

¹⁹¹ “Significado do Projeto Asimow”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1962, p.286.

Tal empreendimento se vinculava, institucionalmente, ao então Serviço de Antropologia, depois Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará. Esse edificava bases de uma antropologia brasileira, bem como tecia ações que valorizassem os seus profissionais e o seu saber como fundamentais para o crescimento econômico e social do Brasil. Quais as especificidades do projeto de Thomaz Pompeu Sobrinho? Como demarcou a ciência antropológica no trabalho de pensar e planejar transformações significativas no Nordeste, especialmente no Ceará?

A intenção era pensar a integridade do homem com o meio, de detectar os dilemas que vivenciavam e construir estratégias para superar os desafios emergidos em seu contato com o espaço que o cercava, seja natural, histórico ou cultural. Martins Filho, à época, reitor da Universidade do Ceará, em parceria com o Instituto do Ceará, presidido por Thomaz Pompeu Sobrinho, criaram o Serviço de Antropologia Física e Cultural (SAFC) em 1957. Tal iniciativa divulgava e fortalecia esse tipo de pesquisa no Nordeste, cuja área se assentara como necessária para entender o homem que habitava as suas terras e erigir os meios para que sobrevivessem aos desafios decorrentes de suas especificidades ambientais. A sua construção se atrelava a afirmação e a edificação da UC como lugar de pesquisa, haja vista sua recente fundação em 1954 e a construção de estudiosos nessa área na e para a região. Portanto, a construção de um campo de atuação com métodos, corpo de profissionais especializados, conceitos, instituições para sua divulgação e sua atuação, dentre outras iniciativas. Para Martins Filho,

Preenchendo considerável lacuna em nosso Estado, como em todo o Nordeste, o Serviço a ser organizado servirá para promover e estimular, no Ceará, *o estudo científico da natureza dos melhores elementos humanos da Nação, em busca do conhecimento integral do homem*. Deverá iniciar-se o novo órgão com a instalação de um Gabinete de Antropologia, bem como de um Museu, em cooperação com o Instituto do Ceará, prestigiosa instituição da nossa terra¹⁹².

Ao utilizar termos de afirmação de seu grupo nesse campo em relação ao Brasil, usou palavras de efeito e expressões que demonstravam sua postura de renovação ou pioneirismo investigativo, por exemplo, “lacuna”. Entendemos que esse grupo construiu o campo da Antropologia no Ceará e Brasil. Para Bourdieu, o campo se edifica e se legitima por meio de relações de forças, fundamentadas, por sua vez, por “tendências imanentes e propriedades objetivas”¹⁹³. As lutas travadas para a afirmação da “Ciência do Homem” no

¹⁹² “Serviço de Antropologia Física e Cultural”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.4, janeiro-fevereiro, 1957, p.6, grifos nossos.

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004, p.27.

Ceará e Brasil eram permeadas pela construção de dispositivos de transgressão a *habitus* utilizados pelos eruditos cearenses em prol de um conhecimento que o dava um *status* antropológico. Portanto, que os eruditos em sua demarcação sociocultural, em sua atividade intelectual e política “são interessados, têm vontade de chegar primeiro, de serem os melhores, de brilhar”¹⁹⁴. Esse outro olhar carregado por uma metodologia, pela construção de um corpo de profissionais e posições teóricas balizavam uma maneira de investigar e marginalizar aquelas que fugiam a esse enquadramento. Para isso, algumas estratégias foram construídas por esses agentes sociais para a afirmação objetiva da proposta do grupo do SAFC de desenvolver nas terras cearenses uma “Ciência do Homem”, por eles, dita moderna.

Conforme Bourdieu, as estratégias de certo agente, capitalista e cientista, é de dupla face, pendulam entre o jogo de interesse e desinteresse, propagam uma imagem cínica e redutora¹⁹⁵. A ciência e a técnica são movimentadas nesse empreendimento por traços da ideologia das classes mais favorecidas que, para Ianni, fez-se em prol de “controlar ou circunscrever os movimentos de ruptura”¹⁹⁶ no Brasil. O grupo congregado no Serviço de Antropologia valorizou esse empreendimento, atraindo para si aqueles que faziam esse trabalho e estavam de acordo com a forma de praticar a antropologia defendida por Thomaz Pompeu Sobrinho. Desse modo, aqueles que descomungavam com sua forma de pensá-la e fazê-la se assentaram como produtores de uma não ciência, isto é, na marginalidade da Antropologia no Ceará. Essa ciência mover-se-ia por uma “atitude científica” e constituía-se pela coligação de duas instituições: o Instituto do Ceará e a Universidade do Ceará. Tal postura era pré-requisito para serem agregados ao grupo.

A defesa do método científico e do SAFC se fez por meio da edificação de planos de pesquisa e intervenção, de lugares de promoção, divulgação e produção da “Ciência do homem”. Essa, por sua vez, colocou-se a partir da carga de diferenciação simbólica entre os que a defendiam e as formas de conhecimento sobre o homem praticadas anteriormente. As pesquisas na área das Ciências Sociais produzidas no Ceará antes foram empreendidas e esquematizadas, segundo Neto, por uma “curiosidade intelectual”, por um corpo de bacharéis e “conservadores diligentes”, movidos por uma historiografia tradicional em que se realizavam uma acumulação de dados sem reflexão crítica¹⁹⁷. Essa postura acadêmica se

¹⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004, p.31.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.8.

¹⁹⁷ NETO, Paulo Elpídio de Menezes. As ciências sociais no Ceará: dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org). **Memórias das ciências sociais na UFC**: um exercício de análise institucional. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p.15-16.

vinculava a suas escolhas sociais e intelectuais, ao seu *lugar social*¹⁹⁸ delimitador de sua forma de olhar e produzir um saber sobre o homem cearense e nordestino. Por exemplo, um dos elementos era sua formação acadêmica, ou seja, a maioria eram bacharéis de Direito, médicos e sacerdotes. Isso promoveu uma “falta de estudos sistemáticos e de recursos teóricos consistentes”, bem como produção de estudos pautados por “percepções particulares e limitadas”¹⁹⁹.

Com a ligação do Instituto do Ceará e da Universidade do Ceará para a construção do Serviço de Antropologia se limitou formas de investigação nessa área tendo traços de uma possível tradição. Pois, quem fazia isso no Estado se vinculava com o Instituto do Ceará, movia traços de uma historiografia tradicional e ao mesmo tempo se afastava dela. Defendendo, assim, uma metodologia moderna para a Antropologia e edificando seu estatuto de ciência no Brasil.

Esse paradoxo demonstrava um percurso de transição entre uma postura amadora de produzir tal saber e uma preocupação nos anos 1950 de erguer um corpo de profissionais, de qualificar sua produção e de dar visibilidade ao seu produto, colocando-o como imprescindíveis para resolver os dilemas socioeconômicos nordestinos. Nesse embate, a peleja contra outros discursos e práticas antropológicas se dera pelo Instituto do Ceará que associava sua imagem ao projeto de construção identitária do Brasil, de sua memória e história. Ideal esse presente desde sua fundação no século XIX como a rede de instituição de saber que o dava suporte científico. Esses homens da ciência, carregados pelos ideários da Revolução Francesa e do pensamento iluminista, ao longo do tempo readaptaram e modificaram suas narrativas a partir da crença no progresso científico e seus aditamentos.

Segundo Oliveira, o Instituto do Ceará se acoplava ao modelo e ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e fazia parte de sua rede, em que a ciência no Brasil tinha um lugar privilegiado para sua produção²⁰⁰. Esse lugar de produção e tradição possibilitou continuar nesse empreendimento. Renovando, contudo, a forma de pesquisar a Ciência do Homem, fez parcerias com a recente e fundada Universidade do Ceará. Tal elo entre passado e presente, representado por essas duas instituições ao se pensar a ciência no Brasil, marcava com signos peculiares a construção de um horizonte de perspectiva para a

¹⁹⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁹⁹ NETO, Paulo Elpídio de Menezes. As ciências sociais no Ceará: dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org). **Memórias das ciências sociais na UFC**: um exercício de análise institucional. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p.16.

²⁰⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**: memória, representações e pensamento social (1887-1914). 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

Antropologia – que até aquele momento em uma boa parte do País se produzia amadoristicamente e, segundo Schwarz, por um “cientificismo retórico”²⁰¹. Esses homens de Ciência no século XIX, conforme a referida autora, participavam de uma rede de instituições de saber e utilizavam seu vínculo com tais entidades para corroborar e propagar sua imagem como intelectual a fim de promover as transformações nacionais.

Portanto, o conhecimento chegado de fora ganhou, para ela, no Brasil, um uso elástico e flexível. Esse saber científico chegou mediado e mediante a narrativa literária, sendo esse tipo de escrita elegido para sua propagação. Essa forma de criar sua imagem pública, suas ideias e posicionamentos em circulação para os seus leitores simbolizava a não institucionalização do campo; e a estratégia de, constantemente, demonstrar, à sociedade, sua importância para os rumos sócio-políticos nacionais. Portanto, o seu “dever de palavra”²⁰² se carregava por um desejo de permanência e pela construção de uma chefia intelectual por meio de suas obras. Usando-as para divulgar as ideias e os valores para o seu público, construíram uma ritualização da escuta e da leitura, levando em consideração que se dava por escolhas pessoais e grupais. Por exemplo, no Ceará com a construção do Serviço de Antropologia, sua institucionalização e defesa de uma “ciência moderna”, afirmou um grupo que construiu para si o “dever de poder”²⁰³.

Tal especificidade representou os manejos e as junções dos pensamentos que descomungavam entre si, mas que usaram a partir dos interesses e posições sociopolíticas dos grupos participantes dessas redes de sociabilidade e saber no século XIX e XX. Para Schwarz, em relação ao Brasil do século XIX, enaltecia-se não os avanços científicos, mas uma ética científica, ““cientificidade difusa” e indiscriminada”²⁰⁴. Para isso, o consumo de manuais e livros de divulgação científica se propagaram mais em relação a leitura de obras ou relatórios dos próprios cientistas. Nesse sentido, conforme ela, “a ciência penetra primeiro como “moda” e só muito tempo depois como prática e produção”²⁰⁵.

²⁰¹ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.34.

²⁰² CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Francisco Alves, 1990.

²⁰³ Para Clastres, “falar é antes de tudo deter o poder de falar”. Esse se relaciona ao exercício de poder e ao domínio da palavra, tal legitimação não provem de uma prática discursiva considerada, mas dos signos de confirmação emergentes da afirmação grupal. Dessa forma, entendemos a palavra correlacionada com o poder, ou seja, “o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama ordem e não deseja senão a obediência do executante”. *Ibidem*, p.106.

²⁰⁴ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.30.

²⁰⁵ *Ibidem*.

No estatuto do IHGB, usado como modelo para a expansão de células nas demais províncias brasileiras, essa imagem e finalidade, espalhada nos vários espaços do território nacional, demandava o resguardo da forma como se produzia o conhecimento da História e da Geografia no Brasil. A eleição desses dois campos de atuação por seus intelectuais marcava o seu projeto de erigir a identidade nacional, empregando tanto o discurso histórico quanto o geográfico para explicar o homem, a sociedade e o meio ambiente. A relação entre eles se dava de uma forma determinista, cujos discursos do evolucionismo social permeavam a escrita e a defesa de um Brasil miscigenado. O estudo desse período e dessa condição nacional possibilitava compreender e arquitetar políticas de intervenção em prol de projetos específicos de Nação. O IHGB e o Instituto do Ceará, ao longo de sua existência, (re)inventaram-se em determinados momentos, compactuaram com os diferentes projetos nacionais, e sua presença servira para a manutenção de traços de certa identidade arquitetada anterior a independência nacional.

A produção do saber, nesse momento, vinculava-se ao corpo de bacharéis, por exemplo, em Direito e Medicina, e autodidatas, atuantes nas áreas de humanidades. Tal particularidade os aproximava no fazer de um saber histórico e geográfico com as perspectivas que dialogavam e com as suas formações científicas e ideológicas. Esse campo científico no Brasil se conectava a outras redes institucionais, nacionais ou internacionais, dando-lhes uma tonalidade, solidez e publicidade para esse processo de afirmação de sua importância aos brasileiros de então. Segundo o estatuto do IHGB,

§1º - O Instituto Histórico e Geographico Brasileiro tem por fim coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geografia do Imperio do Brazil; e assim também promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despeza. [...]§ 3º - Publicará de três em três mezes um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte – Revista trimestral de Historia e Geografia; ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.²⁰⁶

No trecho acima do estatuto do IHGB destacamos a afirmação e o uso do termo filológico. O seu manejo remeteu a ênfase na produção do saber da História e Geografia por meio dos Estudos Clássicos, com uma carga humanística e à moda brasileira. Essa antropofagia era permeada pela leitura enviesada dos intelectuais que escreviam em sua revista a partir da seleção de manuais que chegavam no Brasil por determinados grupos sociais pertencentes a essas redes institucionais. Contudo, consideramos que há exceções, por

²⁰⁶ “Estatuto”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Fortaleza, n.1, 1839, p.18.

exemplo, aqueles que dominavam o conhecimento das línguas modernas e antigas se destacavam no grupo e agregavam para si o dever de fala ao de poder em prol de sua manutenção, de seu *status e habitus*.

Nesse sentido, a sua propagação para as províncias foi erigir uma escola de perpetuação das ideias centrais construídas por seus acadêmicos, corporificando-se a partir da produção e da forma como se fazia pelos intelectuais em suas ramificações locais. Com a fundação dos institutos nas províncias, o diálogo e a presença de um discurso central se encarnavam em seus espaços, enfatizando, por sua vez, dada “celebração da diferença”²⁰⁷. Os Institutos se tornaram lugares privilegiados para a produção do saber histórico e geográfico, serviram para ligar e marcar, simbolicamente, esses espaços e as subjetividades dos que foram atingidos por seus meios de divulgação, suas Revistas ou sua atuação no ensino das referidas disciplinas.

O Instituto do Ceará, conduzido pelo mesmo ideal do IHGB, fundado em 1887, destacou em seu objetivo o estudo da Geografia e História do Ceará, bem como se atrelou ao empreendimento de edificar a história nacional, mergulhando, assim, no propósito de fortalecer as letras e as ciências. A conjuntura de sua criação a requeria dar um olhar antropológico para esse Brasil em fase de transição, cuja defesa da identidade vinculada aos ideais do Império, suas bases de sustentação econômica e ideológica, enfraquecia com as novas questões colocadas naquele momento. Dúvidas, incertezas e crises em suas redes de sociabilidade eram provocadas pelo horizonte ofuscado pelos acontecimentos somados com as condições externas defensoras de novas posturas político-econômicos no cenário internacional, por exemplo, segundo Costa, a crise das relações entre Igreja e Monarquia (1872-1875), Monarquia e Exército brasileiro (1884-1887)²⁰⁸.

Dessa forma, o Instituto do Ceará investiu em pesquisa na área antropológica, em primeiro momento de uma forma dispersa e sem sistematicidade, característica advinda do autodidatismo de seus membros e pertencentes ao *locus* compartilhado por outros campos do saber. Contudo, o procedimento de tessitura do saber antropológico também se dava de outras maneiras nos vários espaços cearenses. Com a parceria do Instituto e a Universidade do Ceará, Thomaz Pompeu Sobrinho, seu presidente, destacou-se como erudito e produtor desse saber, consolidando, assim, uma Antropologia à moda cearense e thomaziana. Pois, acreditava que construir a entidade com o objetivo específico de estudar o homem era fundamental

²⁰⁷ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.26.

²⁰⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

naquele momento para dar respostas aos problemas do Nordeste. Portanto, para ele, a Geografia e a História não eram suficientes para responder e intervir efetivamente nesses espaços, visando usar a Antropologia para proporcionar transformações concretas na vida do sertanejo. Nesse intuito, a criação de um projeto de pesquisa amplo na área antropológica, de convênios e do Boletim serviu para afirmar a “Ciência do Homem” e um *ethos* de seus profissionais, construído pelo grupo em torno da figura de Thomaz Sobrinho e de seu campo no Brasil pós-1945.

Outra entidade criada pelos membros do Instituto, em prol da afirmação desse campo, em 13 de setembro de 1961, foi a União Brasileira de Ciências Antropológicas e Etnológicas (UBCAE), ou chamada também de *Brazilian Union of Anthropological and Ethnological Sciences*. Essa sociedade civil tinha caráter científico e sua sede se localizava em Fortaleza, Ceará. Dentre os seus objetivos, destacamos os seguintes: 1 - “formação e elaboração da Antropologia brasileira como ciência de aplicação à realidade nacional”; 2 - “inclusão da Antropologia como disciplina aos cursos normais e científicos do País”; 3 - “apoio permanente à Campanha Mundial de Luta Contra a Fome, lançada pela FAO, como forma de combate às causas do subdesenvolvimento, da miséria e do pauperismo”²⁰⁹. A UBCAE era filiada a *Internacional Union of Anthropological and Ethnological Sciences* – UNESCO (ONU). Para efetivar os seus propósitos, fundaram a Escola Superior de Antropologia vinculada a Universidade do Ceará, como também um periódico chamado “Antropologia”, que tinha como finalidade divulgar as pesquisas, as ações e as atividades de seus membros²¹⁰.

Os espaços dessas Revistas científicas e literárias atingiram um público mais amplo, não sendo, então, delimitados pelas fronteiras físicas nacionais. O Serviço de Antropologia se constitui como espaço privilegiado para a defesa de uma nova forma de pensar o nordestino, de fortalecê-lo como campo de saber e de fortalecer também o grupo que o defendia. Esses intelectuais atuavam nessas duas redes, utilizaram a linguagem literária para uma popularização de suas pesquisas científicas e delimitaram um público que compartilhasse esse capital simbólico. Verificamos, enfim, a construção dessa forma de divulgação como um instrumento de luta para a consolidação de teorias, metodologias e de um *ethos* profissional específico, cujo fazer-saber se atrelava às estruturas sociais de seus produtores. A crítica de Thomaz Pompeu e Martins Filho ao modo como se fazia a ciência era a restrição da atuação e

²⁰⁹ “Estatuto da União Brasileira de Ciências Antropológicas e etnológicas – UBCAE. **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v.5, n.1, 1961, p.123-125.

²¹⁰ *Ibidem*, p.125-127.

produção científica a universidade, que a desvinculava dos problemas relacionados a vida social.

Ao pensar uma nova postura sobre a ciência e os cientistas, esses intelectuais se acoplavam ao posicionamento de sua época, que olhava a necessidade de aproximar a ciência e a sociedade por meio do trabalho de estudo e intervenção, buscando, assim, a aplicabilidade, visibilidade e importância daquilo produzido na universidade. Para Merton, essa forma de pensar após a primeira Guerra Mundial proporcionou uma “clarificação e reafirmação do éthos da ciência moderna”²¹¹, retirando-a de seu isolacionismo e colocando-a como instrumento importante para uma revolução cultural e econômica. Para os referidos intelectuais cearenses, tal revolução seria retirar o seu estado, a sua região e o Brasil da posição de subdesenvolvimento, incorporando-o, por sua vez, ao projeto e aos valores liberais defendidos pelos órgãos de fomento norte-americanos.

Com o elo entre a Universidade e o corpo de profissionais especializados para esse campo, empreendeu-se o levantamento de fundos de pesquisa para o que chamaram de a “valorização do Nordeste” e a construção de um cânone metodológico por Pompeu Sobrinho. Para isso, assenhoreou-se da palavra, tomando um lugar de poder, em que defendeu uma “Antropologia moderna” como a manutenção do encontro entre o ato de fala e a edificação de lugares de destaque, por exemplo, os museus e uma revista científica (O Boletim), enquanto divulgadora dos termos, das ideias e dos projetos do grupo. Erigiu, dessa forma, caminhos para conseguir um espaço marcado simbolicamente pelas normatizações científicas e sua corroboração pelo público leitor específico.

Para a viabilidade de suas atividades, o Serviço de Antropologia passou a funcionar na sede do Instituto do Ceará²¹², bem como criou em 1957 um veículo de comunicação especializado que pudesse propagar sua produção científica e afirmar o campo da antropologia no Ceará e Nordeste. Nesse intuito, segundo Pompeu Sobrinho, inventou-se o Boletim de Antropologia, órgão responsável pelo registro e divulgação de suas atividades²¹³. Tal iniciativa estava prevista em seu regimento interno e foi “aprovado pelo “Egrégio Conselho Universitário” em sessão de 24 de junho de 1957 (art 8º, letra g)”²¹⁴. No regimento do Serviço de Antropologia, se demarcou as seguintes finalidades:

²¹¹ MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013, p.182.

²¹² Atualmente nesse prédio funciona a Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará.

²¹³ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 1, n.1, 1957.

²¹⁴ *Ibidem*, p.1.

Art1º - O Serviço de Antropologia, subordinado ao Departamento de Educação e Cultura da Universidade do Ceará, de conformidade com o Art 79º do Regimento da Reitoria, tem como objetivo proporcionar os meios necessários a um trabalho sistemático e organizado, concernente à Antropologia no Nordeste, destacadamente no Ceará, congregando para esse fim, especialistas na matéria. [...] Art 6º - O Gabinete centralizará as atividades técnicas do serviço, abrangendo duas secções – uma de Antropologia Física e, outra, de Antropologia Cultural²¹⁵.

Para Pompeu Sobrinho, tinha-se, inicialmente, duas finalidades, que eram as seguintes: verificar a recepção dos cearenses desse campo, percebendo se entenderiam o seu valor para a região, e promover cursos de preparação antropológica, ou seja, a edificação de um corpo de profissionais especializados. Essa qualificação supria a necessidade de peritos para atuarem nessa área e se regia pelo que Thomaz Pompeu Sobrinho chamou de princípios da “Antropologia Moderna”. Essa iniciativa foi exaltada por Sobrinho como forma de afirmar o seu trabalho e a importância do órgão nascente. Por exemplo, quando mencionou a primeira turma do referido curso, destacou que, dos 140 alunos, “30 obtiveram notável realce, revelando decidido pendor para as investigações antropológicas”²¹⁶. Dessa forma, demarcou a importância do Serviço de Antropologia e de seu Boletim para a edificação da “ciência do homem” no Nordeste.

Tal conceituação moderna, para ele, era escassa, pondo assim o Instituto do Ceará como pioneiro em seu uso na produção antropológica, por exemplo, na “revista anual do instituto fala sobre Antropologia Cultural Cearense e Antropologia Física do Brasil”²¹⁷. Para presidir esse projeto, elegeu como responsável Thomaz Pompeu Sobrinho, à época, presidente do Instituto do Ceará. Ligando, assim, a instituição à sua trajetória de pesquisa e reconhecimento nacional e local. Quais as singularidades desse elo? O que se produziu e por quê?

Em 1957, Thomaz Pompeu foi convidado por Martins Filho para iniciar e ser o diretor do Serviço de Antropologia Física e Cultural a fim de “promover e estimular, no Ceará, o estudo científico da natureza dos melhores elementos humanos da Nação, em busca do conhecimento integral do homem”²¹⁸. Nesse intuito, fomentou um curso universitário de preparação antropológica para formar um corpo de pesquisadores cearenses. Para ele, a formação de equipes para a investigação promoveria a divulgação do campo e a fermentação de motivações para angariar futuros pesquisadores. Esse curso de Preparação Antropológica

²¹⁵ “Regimento”. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 2, n.1, 1958, p.77.

²¹⁶ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.1, n.1, 1957, p.1.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ “Serviço de Antropologia Física e Cultural”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.4, janeiro-fevereiro, 1957, p.6.

ficou a cargo de Florival Seraine²¹⁹ e Francisco Alencar, e foi planejado para durar três meses. No intuito de afirmação e consolidação, as matérias produzidas pelo seu Boletim compuseram teias discursivas que enalteciam as suas ações e as colocavam como pioneiras, agregando-lhes, dessa forma, elementos simbólicos para uma visibilidade nacional, por exemplo, o curso de preparação se pusera como o primeiro a se realizar no Brasil ligado a um Serviço de Antropologia.

O foco das aulas era a Antropologia Física e Cultural, com 8 horas semanais a noite. A aula inaugural foi feita pelo Diretor do Serviço Antropológico, em 16 de setembro de 1957, com 141 candidatos inscritos, dentre eles professores universitários, jornalistas e funcionários das IES. Essas aulas duravam 3 meses e contemplavam a antropologia nesses dois aspectos. Com os formandos da primeira e segunda turma, se realizaram algumas experiências de estudo implementadas após a finalização do curso. Isso se fez sob a orientação do professor Francisco Ferreira Alencar e visava “o levantamento antropológico de dois grupamentos localizados no município de Pacajus”, e a verificação do “grupamento de remanescentes de índios Paiacus” e um “agrupamento de elementos negros”²²⁰ que o habitavam.

No setor da Antropologia Cultural, vários aspectos foram observados, destacando-se objetos que provavelmente foram utilizados por indígenas, tais como pilões, restos de cerâmica, etc. Quanto ao setor da Antropologia Física, os resultados foram surpreendentes, tendo sido localizados alguns depósitos de fósseis. Os dados obtidos nessa pesquisa, que é a primeira de caráter especializada, serão submetidos à apreciação dos estudiosos de Antropologia, no próximo Curso de Preparação Antropológica²²¹.

Além do trabalho de coleta de dados, esses intelectuais construíram mapas e gráficos para organizar os achados e o conhecimento produzido. Para divulgá-los, criou-se um projeto de publicação universitária chamado “série de estudos antropológicos”. Nela propagaram o conhecimento produzido pelos primeiros técnicos formados pelo curso, bem como delimitaram a concepção de antropologia defendida nas obras. Para isso, publicou-se, nessa coleção, o “Manual de Antropologia” de Thomaz Pompeu Sobrinho. Em 1959, com a abertura de novas turmas do curso, teve-se uma reformulação de sua grade e as matérias

²¹⁹ Florival Seraine era um médico formado pela Faculdade da Bahia em 1930. Destacou-se nos estudos na área de Folclore e Filologia. Por exemplo, destacamos as seguintes obras: “Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses” (1951) e “Antologia do Folclore Cearense” (1968).

²²⁰ “Levantamento antropológico”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v. 3, n.13, julho-agosto, 1958, p.10.

²²¹ *Ibidem*.

estudadas passaram a ser: “culturologia, etnografia, arqueologia, antropologia física, fisiopsicologia, pesquisas de grupos sanguíneos e noções de estatística antropológica”²²².

Para dar visibilidade às pesquisas antropológicas na Universidade do Ceará, criou-se o Boletim de Antropologia em 1957, em que as matérias sobre a “Ciência do Homem” eram variadas. Por exemplo, no segundo número, havia as seguintes publicações: “Línguas tapuias desconhecidas no Nordeste de Pompeu Sobrinho”; “Curral de pesca no litoral cearense de Florival Seraine”; “Contribuições etnográficas ao estudo das cercas de João Pompeu” e “On the spiny lobster in Ceará de Melquíades Pinto”. Segundo o Boletim institucional da UFC, o Instituto de Antropologia se tornou “uma das mais atuantes instituições científico-culturais cearenses”²²³. Nessa lógica teatral e no jogo de afirmação social, dar credibilidade e funcionalidade a tal ciência era conseguir elementos para usá-la e legitimar projetos de investimento para as suas investigações.

Para isso, destacou a atuação do grupo nos campos tradicionais de sua pesquisa, mas também a possibilidade de caminhar por “novos setores de atividades”, as questões que envolviam o “homem nordestino” e levava “a efeito toda sorte de pesquisas, reconhecimento, observações e experiências diretamente subordinadas à Antropologia”²²⁴. Isso, entretanto, não era suficiente tanto pela amplitude do campo como pelo pequeno número de profissionais pertencentes ao Instituto. Dessa forma, propôs-se ajudar os intelectuais que realizavam tal pesquisa e se associavam ao modelo defendido pela instituição. Nessa primeira fase, construiu-se um acervo que, para isso, recolheu as pesquisas que visavam “colher informações, dados ou elementos antropológicos de utilidade geral, especialmente aqueles que digam respeito à região nordestina, e estudar, sob todos os aspectos sociais e humanos, as comunidades rurais do Nordeste brasileiro”²²⁵.

Thomaz Pompeu realizou em 1961 uma pesquisa sociocultural sobre a pecuária e a cultura algodoeira do Ceará, bem como os fatores sociais e antropológicos que influenciaram as suas condições econômicas. Esse estudo visava a construção, depois de detectada as causas, de um plano de atuação em prol de desenvolver e impulsionar mudanças sociais no Ceará, posteriormente, no Nordeste. Nesses estudos, em que Pompeu supervisionou e José Ferreira de Alencar coordenou, investigaram também os seguintes fatores: o campo econômico, social e cultural do Ceará. No primeiro, analisaram os vários processos que o

²²² “Novo curso sobre Antropologia”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.4, n.3, maio-junho, 1959, p.249.

²²³ “Plano de trabalho do Instituto de Antropologia”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.6, novembro-dezembro, 1961, p.562.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibid.*

compunham. Para isso, utilizaram a teoria do ciclo econômico usada por Roberto Simonsen²²⁶. Dessa forma, para eles, existiam o “ciclo de produção”, o “ciclo da mercantilização”, o “ciclo da transformação” e o “ciclo da indústria”. No segundo fator, debruçaram-se sobre os estudos sobre a “organização familiar”, o “caráter das instituições” e a “mobilidade social (êxodo, correntes migratórias)”. No terceiro, olharam para os hábitos alimentares, higiênicos, de crença e atrelaram-lhe os estudos linguísticos e folclóricos²²⁷.

Thomaz Pompeu Sobrinho firmou a pesquisa sobre as tendências socioculturais das comunidades rurais cearenses, olhando a educação e os processos de socialização. Essa instituição tinha parceria com a SUDENE. Tal ligamento se balizava tanto pelo investimento de um como pelas pesquisas do outro que fundamentaram, por sua vez, as suas ações no Nordeste. Destarte, os resultados obtidos em seus estudos foram usados para erigir o Plano Diretor da SUDENE, que objetivava “levar avante o seu trabalho de recuperação das áreas de grandes possibilidades econômicas, tais como o Vale do Cariri, a região central e o planalto da Ibiapaba”²²⁸. Ligava-se, outrossim, aos estudos antropológicos a fim de edificar um plano de desenvolvimento econômico para o Polígono das Secas.

Em suma, ao se pesquisar o Instituto de Antropologia mencionamos também seu Boletim e Museu, cuja divulgação das ações e das pesquisas se manearam em seus espaços de enunciação e afirmação. Tais investigações se fizera, primeiramente, em Pacajus e Itapipoca. Essas primeiras experiências possibilitaram a construção das demais e de uma estrutura que as assegurava. Nesse enquadramento imagético e de relações de diferença, enaltecera o seu empreendimento como o primeiro Instituto de Antropologia de uma universidade brasileira. Depois surgiram outras experiências no Nordeste, como o Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte e o Instituto de Antropologia Tropical da Universidade do Recife, coordenado por Gilberto Freyre²²⁹.

²²⁶ Roberto Cochrane Simonsen era um engenheiro civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Teve também a experiência na política, por exemplo, foi deputado constituinte por São Paulo e federal (1933-1937). Atuou como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Participou de instituições como o IHGB, *National Geographic Society* (Washington, D.C) e *Royal Geographic Societ* de Londres. Foi autor de várias obras, por exemplo, “História Econômica do Brasil” (1937) e “A evolução industrial do Brasil” (1938).

²²⁷ “Início de uma grande pesquisa”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.6, novembro-dezembro, 1961, p.563.

²²⁸ “O Instituto e a Sudene”. *Ibidem*, p.564.

²²⁹ A equipe que compunha o Instituto e o Boletim de Antropologia eram: “Prof. Thomaz Pompeu Sobrinho, especialista em Antropologia Cultural e Linguística Americana. A seu cargo está a direção do IAUC e a supervisão de todas as suas pesquisas. Prof. Francisco de Alencar, assessor técnico do Instituto, especializado em Antropologia Física e Primatologia. Prof. Edílson Mendes, estatístico e pesquisador. Prof. José Ferreira de Alencar, coordenador das pesquisas e especialista em Antropologia Social e Técnica de Pesquisa. Prof. Francisco José do Amaral Vieira, psicólogo. Prof. Maria L. Pinto de Mendonça, assistente do departamento de Instrução. João Pompeu de Sousa Brasil, técnico de Ergografia e Tecnologia. Baltasar Coelho Neto, Ítala Amaral de Sá Riz e J. Carneiro Girão, assistente do Departamento de Museus do Instituto”. *Ibid.*

Nesse intuito, tal órgão construiu uma rede de relações com outras instituições de âmbito local e nacional a fim de realizar pesquisas que favorecessem sua maior atuação e visibilidade, como o Instituto de Medicina Preventiva, a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Escola de Serviço Social da Universidade do Ceará, a Delegacia Federal de Saúde, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Recife); o Instituto Brasileiro do Sal, a Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o Ponto IV, com os professores vinculados a outras instituições: German Framiniam (OEA), Bosch Gimpera (UNESCO) e Dr. Rubbo Müller, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (USP).

Para realizar o seu primeiro trabalho de campo, a equipe organizou um primeiro projeto no interior do Estado em prol de pesquisar os remanescentes indígenas de Pacajus e uma comunidade quilombola. Tais estudos se fortaleceram para incorporar cada vez mais os estudos antropológicos em outras áreas como a política e o jornalismo, para favorecer um conhecimento do homem sertanejo e construir ações efetivas que o ajudassem a resolver os impasses decorrentes de sua relação com a natureza. Essa defesa se remetia a um desejo de controle e domínio não apenas da natureza biológica e da natureza-ambiente, mas na construção de técnicas que dominassem a exterioridade do meio ambiente, isto é, a natureza do próprio homem. Para esse fim, a Antropologia se assentava, à época, como conhecimento que estudava o homem em sua integridade, em seus aspectos biológicos e culturais. Servindo, assim, de um sutil dispositivo usado para governar os corpos subalternos pelos grupos sociais dominantes.

Thomaz Pompeu fez esta definição sobre a Ciência do Homem: “Pretende, pelo conhecimento conveniente do ser humano, sob os seus mais variados aspectos, encontrar os meios práticos a poder ser conduzido ao seu verdadeiro e feliz destino”²³⁰. Nesse discurso, a sua retórica *manipulou*²³¹ alguns elementos para sua asseveração, colocando-a como interdisciplinar, racionalmente conduzida, derivada das condições concretas que viviam os homens em sociedade, saber verdadeiro e que produzia uma felicidade para aqueles que a usavam. Nesse processo, mudou o nome desse órgão de Serviço para Instituto de Antropologia, favorecendo, assim, um *status* acadêmico e maiores possibilidades de recursos

²³⁰ **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 1957, p.2.

²³¹ Compreendemos que os sujeitos sociais em sua relação cotidiana são atores dentro de um teatro político em seu sentido *stritu e lato*. Nessa perspectiva, para Goffman (2002), várias *artes de manipular* a impressão são praticadas por meio de uma interrelação entre a plateia e os atores. GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

para o aprimoramento das pesquisas, da sua atuação extensionista no Ceará, o alargamento do “círculo de estudos” e a elevação de seu “grau de eficiência”²³².

O esforço de afirmação da pesquisa antropológica se realizara em outras partes do Brasil. Contudo, Pompeu Sobrinho alocava-o como débil. Isso se fizera para valorizar as ações promovidas pelo órgão e por seu Boletim, cujo sentido era afirmá-lo como importante centro de pesquisa no Brasil e enquadrar um modelo metodológico para as demais instituições nacionais. Nesse sentido, clarificou a sua posição política na luta pela oficialização da carreira do antropólogo no Brasil. Para ele,

Este Boletim, mais do que agentes receptores e registradores de estudos, observações e experiências, será também divulgador das mais interessantes novidades que surjam no seio da Antropologia mundial e propugnará pela expansão dos conhecimentos do homem nos meios culturais desta região. Além disso, é propósito dos seus diretores lutar através de suas páginas pela oficialização oportuna da carreira de antropólogo, no Brasil, por isso que estão certos de que, assim procedendo, prestarão os maiores e mais valiosos serviços à Nação²³³.

Neste intento, Thomaz Pompeu Sobrinho publicou um artigo no Boletim para afirmar o seu conceito de Antropologia. Essa primeira sistematização teórica tomara maior fôlego quando escreveu, a partir das pesquisas realizadas pelo Instituto de Antropologia, o Manual de Antropologia. Sobrinho, com formação na área de engenharia civil, transferiu-se para as ciências dos homens, praticando-a de forma autodidata e usando os conhecimentos que aprendera em sua formação acadêmica, como a organização matemática para viabilizar e asseverar esse campo, defendendo um método racionalmente pensado e uma forma de produzi-la no Nordeste. Pompeu Sobrinho, na tentativa de defini-la, fez um percurso sobre a sua história, destacando no final do texto as inovações promovidas pelas propostas metodológicas francesas, especificamente a de Pierre Paul Broca²³⁴.

Dos vários métodos científicos defendidos para esse saber no século XIX, período esse de sua constituição, tal intelectual cearense escolheu e acastelou os caminhos orientados por esse francês. Corroborando com a clássica divisão da Antropologia Física e Cultural, ambientou-as em uma forma de entender suas práticas de pesquisa e suas fronteiras com as outras ciências, naturais ou humanas. Essa separação se fizera de forma simples, usando, para isso, as características e os elementos sensoriais para torná-la cognoscível ao leitor. Por exemplo, para ele, a Física estudava os “elementos hereditários que surgem

²³² **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 1957, p.2.

²³³ *Ibidem*, p.3.

²³⁴ Cientista, médico, anatomista e antropólogo do século XIX. Foi professor de Patologia cirúrgica da Universidade de Paris. No campo da Antropologia se dedicou a Antropologia Física, bem como fundou importantes instituições para a sua afirmação na França, por exemplo, a Sociedade Antropológica (1859), a Revista de Antropologia (1872) e a Escola de Antropologia em Paris (1876).

independentemente da vontade do homem”, a cultural, por sua vez, “estuda a obra humana, material ou espiritual”²³⁵.

Dessa forma, a diferença era a dicotomia entre permanência e mudança, essência e aparência, ser e estar. Uma, portanto, seria ligada ao biológico, ao considerado imutável, ao derivado de uma “evolução” genética; a outra, movida e inventada pelas relações do homem com o meio e consigo, cujo resultado se transformava ao longo do tempo e pelo contato entre as partes. Essa compreensão se fez por meio do seu nascedouro dentro das Naturais, mas também das Humanas – influenciadora na perspectiva de olhar o homem em seu todo, em seu interior e exterior. Para Pompeu Sobrinho, o homem cearense poderia ser estudado a partir da complexidade desse método, buscando não apenas conhecê-lo cientificamente, mas propor maneiras que se casassem com as suas especificidades agroambientais, genéticas e culturais para a melhoria das suas condições de subsistência no Nordeste brasileiro. Para ele, era possível o estudo do homem em sua individualidade, elemento da “Antropologia Geral”, o limiar das manifestações coletivas, e a “Antropologia Étnica”. Enquanto aquela estudava os elementos culturais desligados das redes de ligações mais agudas, esta se dedicava aos “agrupamentos étnico-culturais”, ou seja, “ocupando-se ora da diagnose das raças ou tipos étnicos, ora das culturas específicas, das suas origens, história e correlações no tempo e espaço”²³⁶.

Nesse fito, a Antropologia Física se dividia em zoológica e somática; por sua vez, a cultural chamada de Social tinha um campo de atuação maior que a primeira. Para Pompeu Sobrinho, ela “é ciência mais amena e mais sedutora”²³⁷. Essa particularidade tem relação com os métodos que destoavam da Física, ligada aos experimentos laboratoriais e aos cruzamentos de dados biofísicos. Para ele, isso não desmerecia a Cultural, mas a tornava importante, haja vista a complexidade do seu objeto, por exemplo, no tratamento da mensuração e catalogação dos dados coletados na investigação.

Buscou, assim, na Cultural, os elementos permanentes e utilizou os procedimentos semelhantes às Ciências Naturais, ligadas a certo “evolucionismo social”. Thomaz Pompeu Sobrinho se expressou, dessa forma, sobre a Cultural, colocando como a compreendeu em seu trabalho de investigação, e a defendeu como campo de saber importante para o Brasil. A Antropologia Cultural, para ele, garantiria a vida “segura e duradora”, seria “um processo biológico” em que se atuaria por meio da sociedade. Nesse sentido, “[...] A cultura ajuda a

²³⁵ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Noções sobre o conceito de Antropologia. **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 1957, p.110.

²³⁶ *Ibid*, p.109.

²³⁷ *Ibidem*, p.112.

regularizar o ajustamento do homem, como espécie animal, ao seu meio natural; do ajustamento social, porém, é o fator principal. No Brasil, talvez mais do que alhures, importa o exercício da ANTROPOLOGIA”²³⁸.

Uma das intenções do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará era promover um estudo sobre as particularidades locais para realizar uma intervenção na vida dessa população e favorecer mudanças substanciais em seu modo de existência, em suas relações econômicas e culturais. Para isso, fez-se o seguinte plano de estudo e intervenção: “Valorização do Nordeste: um plano de estudo sociocultural da área Nordestina”²³⁹. A construção de um saber sobre as condições socioculturais de algumas regiões, rurais ou urbanas, colocara-se como promotora de um melhoramento progressivo das condições materiais e imateriais da localidade afetada. Dele, em uma perspectiva escalar micro, Pompeu Sobrinho fez o Plano de Pesquisa Sociocultural do Ceará em 1960, servindo de base para o sustento e as indicações das formas-campos de pesquisa na Antropologia que os membros do Instituto se orientaram. Para isso, reforçou a ideia que esse estudo sobre o Ceará e o Nordeste era global, integral e primava pela pluridisciplinaridade.

Para esse intuito, reuniu uma equipe para a realização dessa primeira investigação que seria um marco para o instituto enquanto lugar de pesquisa. Verificamos que essa fase fora muito mais do que coleta de dados e formação de um arquivo antropológico sobre os espaços estudados. Os membros escolhidos para compor o corpo dos profissionais para realizá-lo foram estes: José Ferreira de Alencar (antropólogo social e coordenador dos trabalhos de campo); João Pompeu Sousa Brasil (etnográfico); José de Oliveira Melo (agrônomo especialista em estudos de solos); Edílson Mendes (estatístico), Gladson Martins de Melo (fotógrafo), José Carneiro Girão, Baltasar Coelho Neto e Ítala Amaral de Sá Roriz²⁴⁰. Para Neto, esse plano tinha caráter global, pois atingiu uma área específica e diversa do Ceará, olhou os impactos exteriores como efeitos e estímulos as suas atividades sociais e culturais. Portanto, para o referido autor, era “integral”, por compreender todas as atividades antropológicas: as “intrínsecas” (sociais, ecológicas, culturais, biotipológicas e raciais) e “extrínsecas ou subsidiárias” (influências fisiográficas, históricas e agrônômicas)²⁴¹.

²³⁸ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Noções sobre o conceito de Antropologia. **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 1957, p.112.

²³⁹ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.3.

²⁴⁰ “Pesquisas sócio-culturais devassam o sertão central”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1962, p.222.

²⁴¹ NETO, Paulo Elpídio de Menezes. As ciências sociais no Ceará: dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org). **Memórias das ciências sociais na UFC: um exercício de análise institucional**. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p.25.

Essa intervenção baseada no conhecimento cientificamente conduzido, bem como a sua construção a partir de pressupostos advindos das relações concretas do homem com o ambiente onde habitava, impulsionou o acionamento de um imaginário político-social nos intelectuais cearenses que viram tal iniciativa como possibilidade de dar respostas às dificuldades econômicas vivenciadas no Nordeste. Dessa forma, a expectativa de transformar o seu meio, até certo ponto colocado como impróprio para o sertanejo, era o principal elemento de produtividade material e permanência desses homens e mulheres em seu local de origem. Essa ideia se embasava na tentativa de diminuir o processo migratório que esvaziava o campo e prejudicava a sua base econômica, a saber, o setor primário.

Para Pompeu Sobrinho, durante décadas, as instituições no Brasil buscaram dar respostas aos problemas do Nordeste, por exemplo, a Inspetoria de Obras contra a Seca (1909), depois Departamento Nacional (1945), o Banco do Nordeste (1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959). Essas, ou faltavam estudos socioculturais sobre as regiões contempladas, ou a sua atuação era muito empírica ou superficial, sem uma reflexão sobre as condições sociais e materiais dos territórios contemplados. Segundo ele, após a instituição da SUDENE se deu a da Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR) que se estendeu para o Nordeste com o nome de Associação Nordestina de Crédito Agrícola e Rural (ANCAR). Outras ações se fizeram pelo “serviço de florestamento da Chapada do Araripe e Apodi, a Comissão mais recente para o “Desenvolvimento do Planalto da Ibiapaba”, a ainda mais moderna, referente a recuperação do vale do Jaguaribe devastado pelo terrível arrombamento do Açude Orós”²⁴².

Conforme Silva, embates na plenária política e na opinião pública se travaram para se detectar os culpados desse arrombamento do açude Orós, colocando no muro da condenação os técnicos e até o presidente Juscelino Kubitschek²⁴³. Uma das alegações fora a diminuição de verbas para sua construção promovida pelo governo federal. Para o referido historiador, nessa busca pelo culpado, a imprensa não ouviu os habitantes locais, reforçando o discurso em que os responsáveis eram “Deus” e a “natureza”, não detendo a sua atenção no impacto social advindo dela.

Dessa forma, devido a esses fatores, o setor econômico, segundo Pompeu Sobrinho, destacou-se como campo de pesquisa para favorecer respostas aos impasses

²⁴² SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.4.

²⁴³ SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Um rio entre diversas temporalidades**: o Jaguaribe a partir da construção do Açude Orós (1958-1964). 2018. Tese (Doutorado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

vivenciados no Nordeste²⁴⁴. Os estudos socioculturais e suas particularidades foram renegados e colocados à margem do financiamento; não tendo, assim, visibilidade enquanto saber científico importante para superar tais problemas. Essa constatação se pusera por Thomaz Sobrinho enquanto estratégia de legitimar as pesquisas do Instituto de Antropologia, defendendo sua importância para a construção de um plano que levasse em conta tanto os fatores econômicos como socioculturais. Nessa busca de marcar simbolicamente o seu espaço no campo da ciência no Brasil, edificou sua fachada pública enquanto instituição de produção de saber que favoreceria uma transformação efetiva na vida material do nordestino. Tal região se exaltara a partir de sua tentativa de tecer uma cartografia geopolítica. Realçando, para isso, sua localização, característica privilegiada para o País e continente americano. Para ele, o Nordeste “merece e carece de estudos especiais neste sentido tão humano”, principalmente por sua posição geoestratégica, por exemplo, para a defesa do continente americano e “por causa do seu inapreciável potencial demo-econômico em relação ao Brasil”²⁴⁵.

Ao defender a sua importância, destacava que a Ciência poderia se produzir nele. Nesse ínterim, o conhecimento da Ciência do Homem nessas terras do Brasil levava em consideração as suas particularidades geradoras, as condições físico-ecológicas e as socioculturais. Nessa luta pela sua afirmação, não mais utilizando a imagem da seca e nem a de atraso cultural, construiu bases metodológicas de uma Antropologia Cultural nordestina. Para isso, defendeu as suas características particulares como meios para promover sua valorização e a manutenção dos homens e mulheres que viviam nele. A defesa de um “esforço ousado, genuinamente nacional”, por esse referido intelectual, fazia-se para colocar em relação, por meio do conhecimento científico, o “homem e o meio nordestino”²⁴⁶.

Ao se atrelar a tentativa de construir essa ciência, enfatizou que uma mudança social somente seria possível se esse saber-intervenção fosse realizado por sujeitos que o vivenciassem, elemento fundante para o elo entre teoria e prática. Para ele, tal junção promovia a construção de planos que levassem em conta os elementos culturais; mas, se fossem produzidos por cientistas não brasileiros, alheios às especificidades regionais, esses fatores seriam renegados. Portanto, a consolidação desse campo científico se ligava à pretensão de realizar por seu meio mudanças sociais significativas na região, pois “não deve jamais quebrar violentamente as profundas tradições de um povo já experimentado e

²⁴⁴ SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.4.

²⁴⁵ *Ibid*, p.5.

²⁴⁶ *Ibidem*, p.7.

aclimado, há três séculos radicado”²⁴⁷. Esse saber favorecia o conhecimento de suas tradições, de sua formação sociocultural, de sua relação com os aspectos geográficos e ambientais, sobre a cultura ibérica, indígena e africana. Para ele, o processo de junção desses fatores, que produziram as particularidades do sertanejo, conectava-se aos “fatores cósmicos”. Buscar tal “integral compreensão” era “dominar aqueles óbices em nossa evolução cultural” e vencer “a primeira fase não científica de ensaios e erros”²⁴⁸.

Realizar um plano de estudo sobre o Nordeste, antes de intervir em seu espaço, foi o que esse intelectual e aqueles pertencentes ao Instituto de Antropologia do Ceará se propuseram, consolidando o caminho de olhar a “integral compreensão” dos fenômenos. Para isso, defenderam que deveria ser pluridisciplinar, pois a produção de conhecimentos sobre o Nordeste seria “cientificamente esquadrihada”²⁴⁹. Esses estudos eram realizados por sujeitos que possuíam um cabedal intelectual e simbólico de legitimação política e econômica no Brasil. Defendendo a sua permanência na liderança brasileira, colocou-o como aquele detentor de uma “confiança do público esclarecido” e das “elites governamentais”²⁵⁰, por exemplo, ter uma cadeira acadêmica nas recentes universidades nacionais.

Para corroborar com essa iniciativa, expôs a realizada por algumas instituições de ensino internacional como a *Carnegie Institution of Washington* e os incentivos feitos pela União Pan-Americana. Esse plano, meticulosamente defendido, ajustava o homem ao meio nordestino, possibilitava estratégias para conviver e usar os seus recursos naturais para um crescimento material. No desejo de abarcá-la como objeto de estudo, os intelectuais em torno do Instituto de Antropologia selecionaram o Ceará para realizar um projeto piloto, levando em consideração que o seu financiamento partia da Universidade do Ceará. Para isso, organizou-se um cronograma esquemático para se estudar os fatores socioculturais e fisiográficos; olhando-os, por sua vez, em um “sentido global”²⁵¹.

Para realizar tal plano, escolheram algumas localidades da zona rural mediante seu percentual demográfico nos anos 1950. Para escrever um esboço panorâmico, selecionaram as seguintes: Juatama e Vila de Dom Maurício, ambas pertencentes ao município de Quixadá, e Jacaúna (Iguape) em Aquiraz. Para isso, verificaram os seus fatores fisiográficos, ecológicos, socioculturais e geoeconômicos; bem como os aspectos gerais contidos e coletados pelos órgãos oficiais do Estado a fim de verificar os elementos globais.

²⁴⁷ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.6.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Ibid*, p.7.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Ibid*, p.10.

Essa metodologia demonstrava a tentativa em ligar uma pesquisa de campo, focalizada na particularidade local, aos fatores mais gerais, por exemplo, estaduais e nacionais; influenciados, por sua vez, direta ou indiretamente, pela vida sociocultural dos espaços pesquisados.

Em uma defesa da Antropologia Cultural, realizaram a chamada “pesquisa de comunidade”, olhando para os fatores ecológicos e humanos, relacionaram natureza e técnica a fim de criar novas condições de sobrevivência para esse homem do sertão brasileiro. Um dos fatores abordados por essa perspectiva era a “cultura folclórica” tanto da zona rural como urbana, pretendia-se com eles “reunir os elementos antropológicos necessários e os complementares de diversas origens para preparar um plano racional de ajustamento, pelo menos, socioeconômico”²⁵².

Essa pesquisa inicial construiu um mapa sociocultural cearense, posteriormente, planejou um ajustamento do homem ao meio a partir dos resultados obtidos. Dos três locais escolhidos para realizá-la, para Pompeu Sobrinho, a vila de Juatama em Quixadá se destacou, pois mesclava características encontradas nos outros espaços pesquisados. Por outro lado, Jacaúna também foi importante para se verificar os aspectos do Ceará litorâneo, visto que se trabalhou com uma comunidade de pescadores. Mesmo assim, o referido intelectual usou os dados da pesquisa em Juatama tanto pelas condições ambientais de seu território como pelas possibilidades de mão de obra para a realização da intervenção naquele local. Para ele, essa vila tinha cerca de 3000 habitantes e extensão territorial de 500 quilômetros quadrados, bem como “a região é tipicamente de criação, mas em certos sítios de solo coluvial ou aluvial há pequenas explorações agrícolas”²⁵³.

Portanto, a escolha de três localidades se alicerçou pelas diferenças que possuíam entre si (ecológicas, culturais e sociais). Essas particularidades ampliavam os elementos a serem analisados, como ecossistemas e elementos culturais cearenses, olhando-as, assim, mediante pequenas amostras retiradas dessa pesquisa. Deste modo, foram utilizados critérios para a escolha e coleta da amostragem, por exemplo, para a seleção de Juatama se verificou o seguinte:

1- É um centro demográfico de valor médio, caracteristicamente sertanejo; 2- As suas condições antropológicas abrangem sensivelmente inalterados, uma grande extensão do sertão do município de Quixadá e dos municípios vizinhos, sendo conseqüentemente os dados ali colhidos aplicáveis a alguns

²⁵² POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.12.

²⁵³ *Ibidem*, p.13.

mil quilômetros quadrados do hinterland; 3- Salubridade excelente para garantir aos investigadores neófitos o prosseguimento dos trabalhos sem receios de doenças sérias; 4- Facilidade de comunicação com esta Capital, de que dista 201 quilômetros pela via-férrea (RVC) e com a sede do município, situada a 11 quilômetros ao norte, pela mesma via-férrea, e a 17 por boa rodovia; 5 – ligação fácil com a região sertaneja ao sul e a leste por mais de 60 quilômetros; 6- facilidade de assistência aos pesquisadores nos seus trabalhos técnicos por parte da Diretoria do Instituto; 7- Facilidade de alojamento para os pesquisadores e, finalmente, 8 – apreciável homogeneidade de costume e outros elementos culturais na área dominada pela vila.²⁵⁴

Essa atividade foi planejada para ser realizada em 6 anos; tal tempo previsto se pusera para atingir o Ceará, requerendo uma quantidade considerada de especialistas para a realização dessa função. Para isso, equiparam os laboratórios e as dependências do instituto a fim de dar as condições necessárias para o seu funcionamento. Tal finalidade requereu dos fundos orçamentários da Universidade do Ceará a quantia de 60 mil cruzeiros. Contudo, seu uso serviu para variadas atividades, seja de coleta ou arquivamento dos dados advindos da investigação. A ideia de construir instrumentos para explorar o meio nordestino retirando elementos para a mudança social de sua população, se fez em uma expectativa que, alicerçados cientificamente, conseguiriam, para Pompeu Sobrinho, “o ajustamento harmônico mútuo da terra ao homem”²⁵⁵.

Para a continuidade desse campo de pesquisa no Ceará, foram criados suportes de conservação dos achados provenientes de seus projetos de investigação. Tal intuito fazia-se pelo desejo de avanços conquistados pelo aprofundamento feito por outros pesquisadores que ao terem contato com o material coletado realizariam projetos originais, contribuindo, assim, para abarcar outros espaços do Nordeste por meio desse método defendido pelo Instituto de Antropologia do Ceará.

Para isso, os estudos fisioantropológicos, os sonológicos e os da Antropologia Social feitos sobre a população do Ceará se sintetizaram em monografias e relatórios que traziam em seu corpo tanto tabelas, diagramas, mapas, cartografias e fotos sobre os objetos pesquisados, como também outros produtos, por exemplo, fitas e discos, registro de relatos e imagens sobre os espaços e as pessoas pesquisadas²⁵⁶, com objetivos precisos, a saber, o de realizar estudos antropológicos, criar um plano promotor de mudança social e um projeto de cunho racional, que visava ajustar as populações, verificando a extensão do território que percorreriam para realizá-la e as diversidades culturais existentes dentro do Estado. Para

²⁵⁴ POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Valorização do Nordeste: um plano de estudo sócio-cultural da área nordestina. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v. 3, n. 1, 1959, p.13.

²⁵⁵ *Ibid*, p.16.

²⁵⁶ *Ibidem*, p.15.

melhor viabilizar o projeto, dividiram o Ceará nestas subáreas: litorânea; sublitorânea; vale do Jaguaribe; vale do Cariri; serras sedimentárias; sertaneja e Fortaleza.

Para legitimá-la e ao seu corpo de profissionais, expunha-se a figura de Thomaz Pompeu e sua trajetória de investigação na época. Esse uso servia para atrair investimentos para seu financiamento e justificar à sociedade os gastos viabilizados pela Universidade do Ceará. Portanto, o “Projeto Sociocultural para o Ceará” nascera da experiência de mais de 40 anos de Thomaz Pompeu Sobrinho na área de antropologia no Nordeste. Para arquitetá-la, partiu das sugestões e concepções teórico-metodológicas da Escola Inglesa de Antropologia Social e da Escola Sociológica Francesa²⁵⁷.

Nessa tentativa, Thomaz destacou a cooperação do Instituto de Antropologia com outros institutos da UC, por exemplo, com a área de geologia no estudo dos recursos naturais existentes nos territórios estudados. Tal aproximação dava visibilidade a finalidade desses estudos como pragmática e funcional, almejava afetar concretamente essas comunidades e tinha um “planejamento futuro com vistas à recuperação econômica e social”²⁵⁸ das chamadas regiões subdesenvolvidas. Essa perspectiva impulsionou a construção de escolas e espaços educacionais que miravam “atender as reais necessidades do meio, contribuindo inclusive para corrigir as deficiências observadas na execução dos planos elaborados pelo ministério da Educação e Cultura, com referência à erradicação do analfabetismo”²⁵⁹.

Realizando pesquisas na área do algodão e da pecuária, mostrou para a opinião pública a importância do trabalho investigativo e do *ethos* científico pregado pelo grupo, bem como sua intenção de intervir na comunidade cearense em prol de seu “desenvolvimento integral”²⁶⁰. Para isso, a instituição afirmava essa atuação e requeria investimentos dos poderes públicos para empreendê-la. Nesse intuito, convocava as suas redes de influência para convencerem os poderes públicos constituídos, utilizando como uma de suas justificativas que “no próprio sertão, onde a sua gente humilde e sofredora aguarda os benefícios das nossas instituições sociais e a boa graça dos nossos homens de governo”²⁶¹.

Nesse intuito, tentando ligar o universal ao regional, o Instituto de Antropologia fez pesquisas que verificaram as várias áreas necessárias para resolver os problemas e não construir instrumentos paliativos. Tal postura utilizava palavras para se referir a essa nova maneira de produzir a ciência e olhar a Universidade em relação a população externa. Elas

²⁵⁷ “A escolha de Juatama”. **Boletim da UFC**. Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1962, p.223.

²⁵⁸ “A marcha dos trabalhos”. **Boletim da UFC**. Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1962, p.224.

²⁵⁹ “A função da escola no meio”. **Boletim da UFC**. Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1962, p.223.

²⁶⁰ “A marcha dos trabalhos”, *op.cit.*, p.224.

²⁶¹ *Ibidem*.

eram auscultar, conhecer, sentir, ter intimidade e aprofundar. Para realizar tal empreendimento, atentaram para as comunidades agrárias do Ceará, especificamente os espaços quixadaenses. Nesse procedimento, realçou o elo entre as condições particulares e o caráter mais generalista, uma pesquisa micro e macro. Isso foi feito para se prevenir de conclusões que enfatizassem o conhecimento teórico ou induções apriorísticas.

Nesse intuito, miravam, para os camponeses, as possibilidades concretas de modificação de sua realidade socioeconômica, movendo-os a um planejamento que promovesse a sua reabilitação social e a recuperação econômica cearense. No projeto de Juatama a cooperação foi para além do quadro de profissionais e técnicos do Instituto de Antropologia, atingindo profissionais pertencentes aos outros centros de pesquisa das universidades nascentes como, por exemplo, os seus geólogos, engenheiros, médicos, economistas e educadores. Enfim, esse projeto era de caráter extensionista, precisando, assim, ligar os vários setores que a faziam, como ensino e pesquisa, para fortalecer sua presença nessas comunidades. Principalmente para colocar ao seu público-alvo, não alfabetizado, as maneiras para transformar sua produção e viabilizar novas condições econômicas permanentes nas comunidades agrárias atingidas.

Almejando efetivar tal trabalho, construiu uma metodologia que pudesse olhar para as particularidades de cada localidade e, a partir disso, empreender maneiras para impulsionar a produção de determinado produto mediante uma transformação material e de costumes. Portanto, segundo o Boletim da UC,

Procurou conhecer e analisar, em todos os seus pormenores, a estrutura econômica daquela comunidade, compreendendo os ciclos de produção, da mercantilização, transformação, industrialização, crédito e transporte; a estrutura social, dentro da qual foi estudada a organização da família, o caráter tradicional das instituições e o êxodo rural; os padrões de cultura, a que subordinou o reconhecimento dos hábitos higiênicos e alimentares e os problemas afetos à educação. Todavia, olhando este último aspecto através de uma diagnose geral, ao contrário, o da unilateralidade dos programas nacionais de alfabetização, o Projeto Juatama partiu do pressuposto de que, para o homem do campo, educar significaria dar-lhe também outras condições de vida e de trabalho para que, suficientemente instruído e orientado, passe a produzir mais e melhor²⁶².

Devido a defesa de uma postura teórica e metodológica, foram concretizadas pesquisas por aqueles vinculados ao Instituto de Antropologia para se verificar a linha dessa ciência, seu uso para a chamada área cultural e física. Qual a ligação feita pelos autores para pesquisar a primeira utilizando os métodos consolidados pela segunda? Para isso, destacamos

²⁶² “O IAUC e o Projeto Juatama”. **Boletim da UFC**. Fortaleza, v.8, n.4, julho-agosto, 1963, p.322.

a pesquisa feita por Francisco Alves de Andrade²⁶³, Cândida Maria S. Galeno²⁶⁴ e Florival Seraine²⁶⁵, “A cerâmica utilitária de Cascavel” (Ceará), realizada em 1957. Tal artigo era uma forma de expor alguns resultados das pesquisas realizadas em um território que abrangia Cascavel e Beberibe e destoava de sua divisão físico-política de 1950, pois se averiguou sua constituição anterior à data oficial de criação do povoado. Nessa intenção, delimitaram e compreenderam a “primitiva comuna em sua unidade física, econômica e social”²⁶⁶.

Em sua escrita, tais fatores apareceram como dando sentido um ao outro, por exemplo, a paisagem e os fatores físicos foram os primeiros a surgirem. Esse olhar para os elementos naturais ligou a feitura de técnicas e de uma cultura material que impulsionava os seus habitantes a modificar suas condições econômicas e sociais. Para eles, a abundância da matéria-prima movimentou uma produção de artefatos que moviam a construção de indústrias em seu território como, por exemplo, a do forno de carvão feito de barro, item importante para a indústria caseira. Esses artefatos e as práticas de produção que os fabricavam se ligavam aos costumes e às formas de vivência rural. Tais elementos se faziam presentes na periferia de suas grandes cidades, como Fortaleza. Para analisar o processo de produção das cerâmicas, escolheram pesquisar a localidade chamada “Moita Redonda”, realçada como lugar privilegiado para se encontrar “artesanato rudimentar e primitivo”²⁶⁷ e cujos produtos eram vendidos internamente na capital cearense.

Nessa análise, os autores destacaram que no Ceará a população alfabetizada chegava a quase 27%, como também naturalizaram a divisão sexual do trabalho percebida na comunidade, colocando em seus resultados a mulher em uma posição inferior ao homem, por exemplo, em que este trabalharia na agricultura e aquela na fabricação de louças. Essa condição se alicerçava por tal saber e pela supremacia do setor primário como sustentador econômico da localidade, verificando, assim, uma situação mista de produção, ou seja, a agricultura para a venda, a lavoura de subsistência e criação (pecuária). Por isso, fazia-se necessário o fomento em seu transporte e a construção de uma indústria artesanal movida pelo carvão. Tal necessidade levou a uma “destruição de árvores frutíferas para fazer lenha”, essa

²⁶³ Engenheiro Agrônomo e Bacharel em Direito, do Instituto do Ceará, professor de Agronomia da Universidade do Ceará.

²⁶⁴ Assistente Social e pertencente à Comissão Cearense de Folclore.

²⁶⁵ Doutor em Medicina, do Instituto do Ceará, Comissão Cearense de Folclore.

²⁶⁶ ANDRADE, Francisco Alves; GALENO, Cândida Maria S; SERAINE, Florival. A Cerâmica utilitária de Cascavel (Ceará). **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.1, n.1, 1957, p.117.

²⁶⁷ *Ibidem*, p.119.

época se apresentava como “uma fase aguda da devastação. Como verificamos, *in loco*, toda a região de “Moita Redonda” e suas adjacências se acham muito devastadas”²⁶⁸.

Para a pesquisa, fizeram uma observação do processo de fabricação das cerâmicas e entrevistaram as suas produtoras. Nos intervalos de sua escrita, deixaram claro as condições socioeconômicas das que as produziam, desvinculando-se, assim, de uma pesquisa pautada por métodos das ciências naturais. Isso nos ajudou a perceber resquícios do cotidiano e das condições de subsistência dos trabalhadores brasileiros que no sertão realizaram uma atividade mista, a saber, conciliavam tarefas paralelas, trabalhavam na agricultura e em outras atividades para complementar a sua renda. Para os referidos autores,

A família em cuja casa estivemos para realizar esta pesquisa, tem como chefe o Sr. Antônio Pereira da Silva, de 50 anos de idade, casado com D. Maria Alves da Silva, de 45 anos, e 9 filhos, 3 homens e 6 mulheres, com idades que variam de 28 a 4 anos, entre o primeiro e o último dos filhos do casal. [...] A casa de morada da família em apreço, de aspecto miserável, é constituída, como geralmente são as casas de palha do campo: 2 vãos, que servem de sala, de quarto e de cozinha, além de um alpendre que serve de local para a feitura da louça. O aspecto físico dos membros da família evidencia o seu estado de desnutrição. O vestuário usado, constituído de roupas grosseiras e estragadas, a ausência absoluta de qualquer espécie de calçado denota a sua pobreza²⁶⁹.

O enfoque era olhar para a transmissão desse aprendizado feito de geração a geração. Para isso, observava-se como essa acontecia, por exemplo, uma das coisas verificadas foi que esse trabalho era doméstico e não possuía uma técnica fechada e padrão. Para eles, a sensibilidade de seus produtores demarcava as singularidades de sua produção. Nesse intuito, mencionaram o processo de saber-fazer: o recolhimento do barro, a queima da louça e a sua venda. Ao destacar essas várias técnicas e os caminhos para sua produção mencionaram que eram produtos artísticos movidos por uma estética, particularmente, cearense, chamando-o de uma “arte expressionista” ligada à “mentalidade essencialmente dinâmica e metamórfica do primitivo” ainda presente nas profundezas psíquicas das oleiras de Cascavel”²⁷⁰. Como uma parte desses pesquisadores se vinculava a Comissão Cearense de Folclore, isso lhes possibilitou fugir da perspectiva de uma antropologia meramente física e caminhar pelos elementos imateriais, pelos costumes e pelas artes de fazer da população local.

Para Vilhena, o movimento em prol da construção do folclore como campo de pesquisa no Brasil a partir de 1947 fortaleceu-se com a criação da Comissão Nacional do

²⁶⁸ ANDRADE, Francisco Alves; GALENO, Cândida Maria S; SERAINE, Florival. A Cerâmica utilitária de Cascavel (Ceará). **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.1, n.1, 1957, p.123.

²⁶⁹ *Ibid*, p.126.

²⁷⁰ *Ibidem*, p.138.

Folclore que congregou e articulou intelectuais em prol de sua defesa e promoção²⁷¹. Para isso, construiu-se um fosso entre literatos e cientistas sociais, primando pelas suas particularidades como objeto e campo de pesquisa. Dessa forma, os intelectuais do Instituto de Antropologia, que pesquisaram a comunidade de Cascavel, analisavam a arte de fazer e as práticas de uso como pertencentes ao processo de subjetivação de cada artesã. Para eles, “não cremos, por completo, em um caráter meramente fisioplástico da arte em apreço, que talvez possa apresentar algum conteúdo próprio e substancial-expressão de complexos emocionais já reprimidos”²⁷². Nesse sentido, continuaram dando sugestões para futuras pesquisas em temas não contemplados com aquele projeto: “e aqui deixamos o campo aberto à investigação minuciosa dos nossos folcloristas”²⁷³.

Dessa forma, a proposta era que sobre a indústria artesanal de Cascavel se poderia estudar os aspectos do folclore e o processo de aculturação que ocorrera no Ceará colonial. Nesse fato, corroboraram com uma visão que negava a presença da cultura africana no Ceará e a sua importância para a construção da identidade cearense: “No caso presente devem ser focalizadas duas culturas fundamentais – uma de nível superior – a portuguesa, e outra primitiva – a indígena, pois não há indícios de presença étnica e cultural africana, significativa, na região”²⁷⁴. Portanto, para ele, a cerâmica de Cascavel é “sem dúvida, aculturação ou mesmo transculturação em aspecto técnicos” que vieram dos “primitivos habitantes da região”²⁷⁵. Esse conceito de transculturação ou aculturação foi utilizado a partir da incorporação teórica de Meville J. Herskovitz, que a definia como “o estudo das culturas em contato”²⁷⁶. Veríssimo de Melo destacou esse autor e o seu conceito como importante para se pensar a antropologia praticada no Ceará.

Em uma tentativa de relatar a sua observação da comunidade, destacou indícios que denominou de uma organização dita “primitiva”²⁷⁷. Os usos dos termos primitivo, inferior, selvagem, superior e civilizado era recorrente na escrita dos que faziam parte do Instituto de Antropologia, mostrando assim o seu diálogo com a bibliografia antropológica de seu tempo. Ao tomar contato com as formas de se viver, de saber e fazer de forma direta a

²⁷¹ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNART/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

²⁷² ANDRADE, Francisco Alves; GALENO, Cândida Maria S; SERAINE, Florival. A Cerâmica utilitária de Cascavel (Ceará). **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.1, n.1, 1957, p.138.

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ *Ibid*, p.139.

²⁷⁵ MELO, Veríssimo de. Assimilação e aculturação de japoneses no Brasil. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.3, n.1, 1959, p.24.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ ANDRADE, *op.cit.*, p.128.

pesquisa de campo, os seus relatos, às vezes, rompiam-se em uma suspensão a pretensão da posição de neutralidade, pregada por grupos intelectuais no período. Para eles, “o abandono, o descaso em que essa pobre gente vegeta é revoltante – trabalham e vivem as oleiras nas mais rudimentares condições de vida”²⁷⁸. A crítica se fez também pela situação das crianças nessa realidade e o descaso dos poderes públicos com a sua educação. Essa narrativa construiu uma imagem que a ligava àquela propagada pela mídia nos períodos dramáticos de secas prolongadas no Nordeste. Para os pesquisadores: “crianças sem escola, maltrapilhas e maltratadas, homens e mulheres desnutridos e analfabetos a viverem em casebres miseráveis, eis o quadro real que emolduramos no âmbito da nossa pesquisa”²⁷⁹.

Nessa narrativa, repleta do sentimento de revolta, do gosto amargo pelo confronto com o discurso alucinante do governo, que enaltecia o “progresso do Brasil”, enfatizava que a pouca distância da capital do Ceará se poderia ter contato com tal situação social e econômica precária. Até a figura de um animal foi acionada para mostrar que os que permanecessem ao lado desses sertanejos também teriam que suportar a carga do abandono e do descaso público: “O próprio cão esquelético”, fixado ao lado da oleira “que trabalha na sua louça, atesta a miséria da região só lembrada pelos homens públicos na época das eleições para colherem os votos inconscientes da sua gente ignorante”²⁸⁰. Nesse sentimento de perplexidade sobre o visto, os investigadores destacaram que o fator favorecedor de um alívio a “pobre gente esquecida” era a sua religiosidade, ou seja, “crê em Deus e nêle espera”²⁸¹. Nessa descrição com traços analíticos, delimitaram as divisões do trabalho na comunidade, por exemplo, as mulheres trabalhavam no artesanato, os homens na agricultura. Enquanto as mulheres faziam louça os homens plantavam, visto ser a região caracterizada por atividades mistas, com predominância da agricultura.

No trabalho de Maria Luiza Pinto de Mendonça²⁸², “algumas considerações sobre rendas e rendeiras”²⁸³, afirmou-se uma divisão sexual do trabalho, naturalizando o papel da mulher na sociedade. Para corroborar com a sua afirmação, destacou que houve “*modus vivendi* feminino” e uma “fértil imaginação feminina”²⁸⁴. Nesse uso do passado, legitimou a perspectiva que nos tempos longínquos “entre os povos primitivos e ágrafos, sempre houve

²⁷⁸ ANDRADE, Francisco Alves; GALENO, Cândida Maria S; SERAINE, Florival. A Cerâmica utilitária de Cascavel (Ceará). **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.1, n.1, 1957, p.128.

²⁷⁹ *Ibid.*

²⁸⁰ *Ibidem.*

²⁸¹ *Ibid.*

²⁸² Membro do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará.

²⁸³ MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. Algumas considerações sobre rendas e rendeiras do Nordeste. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.3, n.1, 1959, p.40.

²⁸⁴ *Ibidem.*

atividades peculiares aos homens e atividades próprias às mulheres”, ou seja, “entre as primeiras, a guerra, a caça, a pesca, entre as femininas, os cuidados da casa e das crianças, a cerâmica, a cestaria, a tecelagem”²⁸⁵. Esses elementos se remetiam a uma ideia não temporal, retirava a experiência do fluxo histórico e a colocava na flutuação de um discurso ontológico, imutável e eterno. Paralelo a isso, tal naturalização cristalizava as atividades como se pertencesse a identidade de ambos os sexos, descartaram a convenção social na imposição de papéis na sociedade ocidental. Esse processo de sujeição se coligava ao desejo de poder que se imbricava a disciplinarização da sexualidade dos que constituíam um grupo social. Tal pesquisa, consolidou e propagou tais princípios que emergiam de uma cultura do masculino, em seu afã de se legitimar superior em relação ao feminino.

Assim, o exame se fizera sobre a rendeira, destacando seu “aspecto humano, isto é, socioantropológico, desde o seu tipo físico condicionado pelo “habitat” até sua formação cultural, produto da sociedade onde vive”²⁸⁶. Nesse intuito, olhou para a “origem racial” da nordestina por meio de um estudo biotipológico. Concluiu que não se poderia enquadrá-la em uma classificação racial: “É mestiça e, conseqüentemente, de tipo físico inconstante”²⁸⁷. Apesar disso, nessa narrativa em que os elementos físicos e biológicos foram colocados como instrumentais para se explicar os aspectos comportamentais e subjetivos, consideravam-na “bonita, agradável à vista, atraente” e em uma erotização de seu corpo expressava que ela tinha até um “sexappeal”²⁸⁸.

Enquadrando-a em uma “camada social pobre”, enfatizou o seu desconhecimento e vivência de uma condição social e econômica existente no Brasil, de um “conforto de uma alimentação adequada e suficiente e o ambiente indispensável de uma habitação sadia”²⁸⁹. Portanto, para verificar as condições internas e externas dessa trabalhadora, examinou-se as suas condições de alimentação e moradia, destacando a fome e a precariedade habitacional em que vivia. Apesar de sua condição social realçaram que era “pobre e limpa; subalimentada, mas relativamente sadia, analfabeta”²⁹⁰. Tal condição não reduzia o seu conhecimento e sua atuação na sociedade, os indícios destacados de uma circularidade do saber por meio de outros recursos desligados da cultura escrita e livresca perpassaram as formas de incorporação e processamento das informações que chegavam naquele espaço. Ela convivia com “pessoas

²⁸⁵ MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. Algumas considerações sobre rendas e rendeiras do Nordeste. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.3, n.1, 1959, p.39.

²⁸⁶ *Ibid*, p.49.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.50.

²⁸⁸ *Ibid*.

²⁸⁹ *Ibidem*, p.54.

²⁹⁰ *Ibid*.

letradas”²⁹¹ e isso lhe possibilitava ter contato com outros mundos, ideias, sabores e cheiros subjetivos, por exemplo, morando em um ambiente sem conforto, mantinha-o “arejado e limpo”. Esses elementos remeteu-nos a política higienista realizada desde o final do século XIX que colocava esses dois fatores como fundamentais para a saúde.

Contudo, estavam perdendo esse cuidado higiênico pelas condições econômicas brasileiras que as levavam a fazer algumas atividades e morar em outras habitações que retiravam esse *status* e a transformava em um sujeito a mais na massa de miseráveis. Esse ajustamento da rendeira a uma condição favorável não existia, a sua defesa seria a perpetuação de uma fratura social entre os trabalhadores e a construção de elementos que favorecessem o seu não reconhecimento em um outro grupo. Essa estratégia de construir um sentimento de inferioridade e superioridade, promovia a ereção de redes, por exemplo. A autora destacou que, apesar desse grupo ser analfabeto, tinha relação com as pessoas letradas, que possuía *habitus* e uma materialidade diferente dos pobres que moravam nos mocambos. Para Mendonça,

Os habitantes destes mocambos do Ceará são pessoas excessivamente pobres, de camada social inferior à da rendeira, são mendigos, velhos doentes, meretrizes decaídas, homens sem trabalho certo, desempregados e numerosas pessoas acometidas de doenças incuráveis ou crônicas, como tuberculosos, leprosos, beribéricos, deformados pelo raquitismo, cegos, aleijados, cancerosos – sub-humanidade relegada ao abandono mais cruel e criminoso, como se a sociedade desconhecesse estes problemas angustiosos de centenas de seres humanos. Os mocambos encontrados em Fortaleza localizam-se na orla da praia conhecida pelo nome de Morro do Moinho e da Praia do Pirambu; também os há pela Praia do Meireles, ali nas imediações do Náutico Atlético Clube, estabelecendo um vergonhoso contraste com o ultra-elegante centro de diversões das famílias abastadas da cidade²⁹².

Teve também a iniciativa para se construir o Museu Antropológico, órgão oficial ligado ao Departamento de Museu e Monumentos do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, criado pela resolução nº 57 no dia 6 de dezembro de 1958. Nesse momento, tal órgão se instalou no espaço em anexo ao Museu Histórico do Ceará, prédio de propriedade do Instituto do Ceará. Nesse processo de instalação e organização, realçou a influência dos estudos do antropólogo norte-americano Chales Wagley, principalmente as suas sugestões sobre as maneiras de tornar o artesanato comerciável e atrativo para o consumidor. Para ele, “o trabalho de barro, modificado, tem possibilidade de ser

²⁹¹ MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. Algumas considerações sobre rendas e rendeiras do Nordeste. **Boletim de Antropologia**. Fortaleza, v.3, n.1, 1959, p.54.

²⁹² *Ibid.*

desenvolvido. Naturalmente, os artigos têm sido produzidos para uso caseiro, mas, um pouco modificado, pode pegar a moda e despertar um consumo de classe média”²⁹³.

Segundo Valdelice Carneiro Girão, a primeira coordenadora do Museu, essa instituição se desenvolvera mediante a sua divisão em duas especializações, a saber, a Antropologia Física e a Cultural. Apesar da tentativa de incorporar e realizar trabalhos com a antropologia aplicada até 1967, não conseguiram firmá-la. A sua situação ao longo dos anos pós-fundação não era favorável, haja vista o reduzido espaço fornecido, que não possibilitava o aumento do acervo e nem o seu manejo como *locus* de exposição ao público externo das coleções coletadas. Não apenas a infraestrutura do museu, mas os recursos para a pesquisa e a construção das coleções se tornaram cada vez mais escassos. Em 1962, a permanência desses impasses dificultava as pesquisas externas e a aquisição de materiais. Contudo, segundo Girão (1960-1965), isso não afetou a realização de algumas atividades, principalmente, de etiquetagem, fichamento e classificação de peças do acervo interno do museu²⁹⁴. O destaque, desse modo, dava-se na feitura de nomenclatura das rendas do Ceará e o catálogo da coleção de renda do museu “com fim de facilitar a divulgação do seu acervo aos interessados em etnografia e folclore”²⁹⁵.

O descaso com a pesquisa antropológica e com o museu de antropologia, que nos anos 1960 não tinha conseguido uma sede própria e espaços para exposições e cursos, dava aos estudos produzidos pelos pesquisadores e colaboradores da instituição uma invisibilidade regional e nacional. Em 1958, foi instalado em uma sala de 9 x 6 metros no prédio do Instituto do Ceará, que possuía o seguinte: três estantes, “mostruários (que apesar de envidraçadas possuem precárias fechaduras)”; três mostruários “(tipo cavalete); uma estante (de livros) servindo de depósito para peças; um bureau e cadeira; uma pequena mesa de madeira, 3 mesas de aço para fichários e máquinas de datilografia; 11 fichários”²⁹⁶.

Destacamos nesse acervo adquirido, a instituição da secção étnico-sociológica e a secção arqueológica. Nos anos 1960, a parceria com outras instituições fortaleceu suas redes de influência e sua presença como um órgão importante para o campo da antropologia no Brasil, por exemplo, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e a Faculdade de Filosofia da USP. No intuito de divulgar os trabalhos realizados, enviaram cópias de seu

²⁹³ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1960**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1960, p.3.

²⁹⁴ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1960-1965**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1960-1965.

²⁹⁵ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1962**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1962, p.6.

²⁹⁶ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1958**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1958, p.1.

Boletim para as redes acadêmicas – o “ICOM News nouvelles de L’Icom” recebeu os trabalhos sobre “Rendas e Bordados do Ceará”²⁹⁷, em uma tentativa também de firmar parcerias e trocas de conhecimento no ramo, asseverando, assim, a produção de um conhecimento antropológico feito por aqueles que compunham parte do Instituto de Antropologia. Contudo, os esforços de seus membros não eram suficientes quando lhes faltavam as condições necessárias para a realização do trabalho, requerendo-lhes um investimento pessoal em suas pesquisas e coleta de peças para a construção de coleções do museu. A coordenadora do Museu, Valdelice Girão, destacou as condições precárias que ao longo dos anos 1960 se agravaram e requeriam resoluções das autoridades competentes.

A precária condição do prédio onde se encontra o Museu favoreceu ao arrombamento verificado por gatunos na noite de 1º de dezembro. Felizmente nem uma peça pertencente à coleção do Instituto de Antropologia foi desaparecida. Apenas, foram danificadas 90 fichas comentadas e uma espada de Ogum, peça esta usada pelos amigos do alheio no arrombamento de portas e gavetas de móveis²⁹⁸.

Em 1968, com a reforma universitária da Universidade Federal do Ceará, se extinguiu os institutos e se incorporou o Instituto de Antropologia, com o seu acervo e corpo de profissionais, ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, que em 1969 se transformou na Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. Segundo Neto, o Plano de Pesquisa Sociocultural do Ceará servira como modelo e orientador dos trabalhos posteriores realizados por seus pesquisadores. Portanto, além do treinamento de professores e alunos advindo de sua realização, demarcou linhas teóricas e metodológicas, por exemplo, para a pesquisa de campo, a construção das linhas de pesquisa e a “formação pós-graduada na área de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará”²⁹⁹.

A construção do Instituto de Antropologia foi uma resposta a elite intelectual vigente que defendia os estudos econômicos como suficientes para realizar mudanças sociais no Nordeste brasileiro. Nessa luta de afirmação, o jogo da diferença foi usado para legitimar um corpo e dar-lhe identidade, como também para requerer financiamento de pesquisa, pois anteriormente os fundos se voltavam para a pesquisa econômica. Thomaz Pompeu clarificou no momento do convênio da Universidade do Ceará com a Universidade da Califórnia por

²⁹⁷ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1966**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1966, p.2.

²⁹⁸ UNIVERSIDADE DO CEARÁ. Museu do Instituto de Antropologia. **Relatório de 1966**. Fortaleza: Museu do Instituto de Antropologia, 1966, p.2.

²⁹⁹ NETO, Paulo Elpídio de Menezes. As ciências sociais no Ceará: dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org). **Memórias das ciências sociais na UFC**: um exercício de análise institucional. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p.27.

meio do Projeto Morris Asimow que os “determinantes econômicos” eram colocados como fatores primordiais nas pesquisas brasileiras feitas para planejar uma intervenção em certos territórios. Entretanto, para ele, sem o estudo, o alicerce e o apoio da pesquisa sociocultural, “qualquer projeto de desenvolvimento ou ajustamento econômico, como é evidente, resulta mais ou menos ineficiente, demorado, dispendioso e incerto”³⁰⁰.

3.2 Homens e mercado

Após a Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o desejo de desenvolver os países se vinculou a tentativa de industrializá-los mediante o apoio técnico e financeiro dos EUA, o caso do Brasil, ou da URSS. Em relação a escolha feita pelo governo brasileiro entre esses dois grupos, possibilitaram-lhe a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, estudo baseado em um conhecimento especializado moldado pela perspectiva econômica capaz de demarcar ações pontuais para favorecer a determinado território mudanças socioeconômicas. Para Nobre, atrelado a isso, teve-se a criação da CEPAL e do BIRD dando tanto o apoio técnico como o financiamento necessário para viabilizar os projetos arquitetados com essa finalidade³⁰¹.

A Missão Cooke, vinda ao Brasil em 1942, fez um estudo para se compreender os problemas econômicos nacionais. Atuante no período de guerra, ponderou-se sobre a produção, combustíveis, petróleo, transporte, energia, têxteis, mineração, metalurgia, indústria química, educação e as possíveis formas de aproveitamento do vale do São Francisco. Para Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, o governo norte-americano ajudara na “consolidação e progresso da economia industrial do Brasil”³⁰². Tal defesa se fez mediante a linguagem comum e recorrente nas redes dos economistas brasileiros que a viam como viabilizador da resolução dos impasses interruptores da industrialização. Em relação a esses laços de amizade entre as nações, na carta posta no relatório da Missão Cooke (1949), o presidente Franklin Roosevelt mencionou a ampliação dos acordos comerciais e a solidez de sua relação bilateral. Para ele, esse elo se fizera antes da escolha do Brasil em entrar na guerra, buscando, assim, esconder e camuflar que os acordos lhe tinham impulsionado e obrigado a tomar um partido no conflito bélico.

³⁰⁰ “Universidade do Ceará participa de convênio para o desenvolvimento”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.4, julho-agosto, 1962, p.285.

³⁰¹ NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-Ce, 1989.

³⁰² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Missão Cooke no Brasil**: Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela comissão técnica americana enviada ao Brasil. Brasil: FGV, 1949, p.8.

Conforme Marques dos Reis, presidente do Banco do Brasil, os EUA e o Brasil era “uma só família” e irmanavam-se como uma “harmonia integral”, destacando que um dos objetivos dessa missão era viabilizar maneiras para que o País não viesse a sofrer as consequências da guerra. A dependência aos EUA, para ele, favoreceria o seu desenvolvimento, seria constituída por meio de uma política de cooperação e “solidariedade do hemisfério”. Essa posição ingênua, até certo ponto, e perspicaz jogo de interesse manejavam a imagem do “Brasil adolescente”, colocando esse elemento como justificador de sua tutela. Por exemplo, destacou a baixa taxa de alfabetização e alta de subnutrição para visibilizar a necessidade de uma nação que o conduzisse a maioridade. Portanto, a imaturidade industrial brasileira se transformaria, para ele, mediante um programa de cooperação internacional. Tal perspectiva se alicerçava nas imagens do passado, ou seja, “toda a história da civilização industrial demonstra que o comércio internacional se desenvolve melhor entre nações prósperas do que entre ricas e pobres”³⁰³, destacando a cooperação e solidariedade, “ou entre as que tentam obter prosperidade à custa do atraso de seus vizinhos”³⁰⁴, realçando o elemento da competitividade.

Essa imagética da irmandade entre esses países tem traços e signos anteriores a década de 1940, por exemplo, em 1938, segundo Cordell Hull, secretário de Estado dos EUA, “a amizade brasileiro-americana é quase uma expressão axiomática no schema das relações interamericanas”³⁰⁵. Para Gilberto Freyre, o progresso da ciência causou convulsões, violências e prejuízos, lembrando o seu uso no aperfeiçoamento armamentista. Para ele, tal uso indevido do saber levou a destruição material e espiritual dos países que o fizeram. Compactuando com a ideia de “evolução” e soberania dos estadunidenses na América, defendeu o progresso sem perder “os princípios pelos quais lutaram os nossos antepassados”³⁰⁶.

Nessa tentativa de se colocar um “entre-lugar”, suspendeu o seu discurso compactuando com o elo, mas reforçando a necessidade de se considerar as particularidades nacionais. Para ele, “os Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil não fazem exceções a esta regra. Os nossos problemas diferem, mas, serão seguramente resolvidos por métodos que ou são americanos ou brasileiros”³⁰⁷. Dessa forma, explicitou a diferença entre

³⁰³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Missão Cooke no Brasil**: Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela comissão técnica americana enviada ao Brasil. Brasil: FGV, 1949, p.15.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ DIÁRIOS DE NOTÍCIA. **Brasil-Estados Unidos**: Factores de amizade entre as duas grandes pátrias americanas. Rio de Janeiro: Edição do Diário de Notícias, 1939, p.11.

³⁰⁶ *Ibidem*, p.129.

³⁰⁷ *Ibid.*

as nações, mais também a viabilidade em usar métodos para desenvolver ambas, levando em consideração as suas especificidades. Isso resguardava a soberania da América para os americanos, a tentativa de resguardá-la do domínio da URSS e Britânico. Para ele, o progresso “jamais” chegaria “por métodos alheios ao nosso continente”³⁰⁸.

O economista Corwin D. Edwards³⁰⁹, relator e técnico da Missão Cooke, compactuando com tal dispositivo de subjetivação, localizou o Brasil em um “estágio primitivo de desenvolvimento industrial”³¹⁰. Para consolidar sua tese, destacou que o foco das indústrias existentes no território nacional era transformar de uma forma simples a matéria-prima, ligada ao mundo rural, onde o boi e a carroça eram mais usados que o automóvel, bem como a permanência de costumes e práticas ligadas às “plantações escravocratas”³¹¹ e a má remuneração do trabalho. No relatório sobre a educação, o referido intelectual, visibilizou a necessidade de uma educação técnica que atingisse todos os níveis de trabalhadores, “indispensável a indústria moderna”³¹². A capacitação da mão de obra, posta por ele, tornaria os operários “melhores indivíduos”³¹³ a partir da ideia de civilizar mediante a educação, ou seja, construir novos hábitos e maneiras, suprir a necessidade do conhecimento básico. Dessa forma, defendeu a ampliação das escolas no interior como forma de conquistá-lo, levando em consideração sua ligação aos elementos da tradição que destoavam do tempo capitalista, por exemplo, o ensino da engenharia e o rural afetaria o lugar em que a vida econômica se desenvolvesse. Para ele,

As Missões Brasileira e Americana reconheceram, em perfeita comunhão de ideias, que tanto o Brasil, como nos Estados Unidos, deve haver, necessariamente, uma relação estreita entre pesquisa e instrução, e que a criação ou ampliação de laboratórios e bibliotecas e o aperfeiçoamento de professores e alunos devem ser de molde a tornar a pesquisa parte normal das atividades de cada instituição de ensino de engenharia³¹⁴.

³⁰⁸ DIÁRIOS DE NOTÍCIA. **Brasil-Estados Unidos**: Factores de amizade entre as duas grandes pátrias americanas. Rio de Janeiro: Edição do Diário de Notícias, 1939, p.129.

³⁰⁹ “Presidente do Conselho de Política da Divisão Anti-Trust do Ministério da Justiça. Ex- economista-chefe, adjunto e consultor econômico da Comissão Federal de Comércio; coordenador dos estudos de prática comercial da Divisão de Revisão da Repartição Nacional de Recuperação, diretor-técnico do Conselho Consultivo dos Consumidores da Repartição Nacional de Recuperação”. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Missão Cooke no Brasil**: Relatório dirigido ao presidente dos Estados Unidos da América pela comissão técnica americana enviada ao Brasil. Brasil: FGV, 1949, p.436.

³¹⁰ *Ibidem*, p.281.

³¹¹ *Ibid.*

³¹² *Ibidem*.

³¹³ *Ibid.*

³¹⁴ *Ibidem*.

Em relação ao Nordeste brasileiro, cujo impacto da seca de 1942 se fazia presente na vida cotidiana dos trabalhadores rurais e urbanos, especialmente nas atividades agrícolas e pecuárias, empreendeu-se uma primeira iniciativa para fomentar sua industrialização com a defesa de sua eletrificação. Para isso, o governo federal criou uma empresa elétrica que tinha como foco e prioridade levar esse insumo para o sertão, bem como fomentar a instalação de fábricas em seu território. Tal iniciativa se alicerçava em outras finalidades, por exemplo, a tentativa de firmar o homem do campo em sua terra e diminuir o seu fluxo migratório interno. Conforme Singer, as migrações internas são condicionadas historicamente e vinculadas aos processos globais de mudanças³¹⁵. A industrialização as impulsiona, torna-se um dos elementos que se marca na configuração histórica, que impregna de sentido tal fluxo de pessoas que transitam pelos territórios em busca de melhoria de vida ou mesmo de sobrevivência.

Órgãos específicos foram criados para fomentar o desenvolvimento do Nordeste. Isso impulsionou e se manejou como elemento de justificativa pelos fundadores da Universidade do Ceará que defenderam sua postura e seu papel nesse processo. Além disso, o BNB e a SUDENE se edificaram para dar suporte e incentivo ao desenvolvimento econômico que era impactado com a seca e outras particularidades pertinentes as diferenças regionais existentes.

Nesse foco, criaram no Ceará outras entidades que pudessem fazer pesquisas sobre os dilemas econômicos que assolavam o norte do Brasil, buscando possíveis soluções. Tinha-se, por exemplo, o Instituto do Nordeste em Fortaleza, norteado pela ideia do desenvolvimento territorial ligado, necessariamente, ao seu processo de industrialização. Mas, para os seus membros, a sua realização seria por meio do capital externo, pela abertura dos portos e da econômica interna às empresas e aos produtos internacionais sem nenhum tipo de proteção ao produtor e ao empresário nacional. Tais questões se infiltravam em todas as equipes políticas e econômicas do Brasil pós-1945, ou seja, de um lado os “tupiniquins” (nacionalistas) e do outro os “privatistas”. Para Nobre, o Instituto do Nordeste estava imerso na defesa acalorada do primeiro grupo que defendia ações protecionistas do estado, por exemplo, o “monopólio estatal do petróleo” e o “controle do capital estrangeiro”³¹⁶.

A construção em 1958 do Instituto de Tecnologia Rural, para Martins Filho, colocou a Universidade do Ceará dentro da realidade universitária mundial, pois, para ele,

³¹⁵ SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

³¹⁶ NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2001, p.174.

universidade pressupunha tecnologia. Essa característica das Instituições de Ensino Superior também se personificava na UC. Dessa forma, colocou-a como uma “Universidade da era tecnológica” que tinha a finalidade de estudar e solucionar os “problemas que interessem imediatamente ao progresso da região, atuando sobre toda a comunidade, direta ou indiretamente, tanto no plano social como no do bem-estar individual”³¹⁷.

Portanto, ao pensar tal iniciativa, começaram pelo rural, mas, para ele, isso não era um antagonismo entre o campo e a fábrica. Compactuando, assim, com um elo entre elas, ou seja, “a expressão “tecnologia rural” traduz bem o sentido de uma tal interdependência”³¹⁸. A sua criação se vinculava ao Plano de Metas Educacionais para o Desenvolvimento do Governo Federal. Para dirigir esse instituto se convidou Dário Soares, catedrático de Engenharia Rural pela Escola de Agronomia da Universidade do Ceará.

Dessa forma, segundo Nobre, construiu-se uma “política de industrialização”³¹⁹ que tinha os seguintes caminhos: atrair os empresários de outros estados para investir nas regiões cearenses, ou partir dos fundos privados e públicos dos cearenses para adquirir os investimentos necessários para tal objetivo. Segundo Samsonowicz, dois fatores se consideram para o desenvolvimento e a construção da indústria em uma região possuidora de um excedente de mão de obra: 1 - “as formas de produção agrícola (ou sua ausência)”; 2 - “a densidade de população”³²⁰. Isso se associava a um fundo financeiro de investimento interno, por exemplo, para ele, a riqueza acumulada pela França e Itália solidificou o seu processo de industrialização. Dessa forma, tanto o progresso técnico como a organização do trabalho resultaram de metamorfoses substanciais impulsionadoras do abandono dos princípios e formas de produção assumidas no passado. As condições naturais e as relações sociais foram determinantes nesse processo, alargado para as outras dimensões que regem a vida humana, como a ética e a moral.

Para Maddison, no pós-1945 os EUA e a Grã-Bretanha se tornaram grandes exportadores de capital para os países em reconstrução, o capital privado norte-americano teve força na Europa antes da afirmação de seu Mercado Comum em 1958³²¹. Outro fator promovedor da aceleração do crescimento e da resolução dos problemas derivados desse

³¹⁷ MARTINS FILHO, Antonio. Missão da Universidade. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.3, n.11, março-abril, 1958, p.1.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2001.

³²⁰ SAMSONOWICZ, Henryk. Indústria rural. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo-domesticação; cultura material**. Portugal: Edições Portuguesas, 1989, p.366.

³²¹ MADDISON, Angus. La política económica y sus resultados en Europa 1913-1970. In: CIPOLLA, Carlo M (org). **Historia económica de Europa**: El siglo XX. Barcelona: Editora Ariel, 1981.

conflito bélico fora o “progresso técnico”. Conforme ele, “não é possível medir em sua totalidade o avanço do progresso técnico, mas o fato de que a vida dos bens de capital foi reduzida parece revelar que é mais rápido do que acontecia em outrora”³²².

Para realizar isso no Ceará e no Nordeste, promoveram-se estratégias para dar visibilidade para a opinião pública de que o retorno desse investimento seria certo. A eletrificação do Ceará pela CHESF nos anos 1960, a presença dessas entidades a fim de realizar estudos para viabilizar mudanças econômicas na zona litorânea e no sertão forneceram aberturas e marcas simbólicas para plantar o sentimento de confiança em tal empreendimento, impulsionando-o. O processo de industrialização acoplava um tripé, a saber, o mercado, as trocas e o transporte. Dessa forma, a meta era fomentar o ligamento do território nordestino pelas rodovias, possibilitando o escoamento da produção.

Portanto, não bastava industrializar o Cariri e deixá-lo isolado do restante do Ceará, pois a efetivação do processo se dava a partir da ampliação do mercado consumidor, ou seja, para realizar tal desejo se defendia a renovação da rede de viação cearense, a pavimentação de suas estradas e a edificação de um mercado consumidor. Sobre a fábrica de cimento, almejada para ser implantada no Cariri devido aos seus recursos naturais, não seria viável pensá-la para o público da Paraíba e Bahia, pois nestes dois estados se tinham fábricas desse tipo. Cogitá-la para o Cariri seria abarcar o público consumidor do Ceará.

A obra síntese das pesquisas feitas pelo Instituto de Economia foi publicada com o nome “Diagnóstico socioeconômico do Ceará”, sob a coordenação de João José de Sá Parente e com tiragem pela Imprensa Universitária do Ceará em 1964. Conforme Parente, nesse referido livro, a justificativa firmada para promover empréstimos industriais se fazia mediante o fluxo de capital, em que na zona litorânea se concentrava 45% dos investimentos devido a quantidade de indústrias existentes. Depois dela, o Cariri recebeu 24% “destes empréstimos e a tendência é aumentá-los com o surto de industrialização em perspectiva na Zona, com a chegada da energia de Paulo Afonso e os trabalhos do projeto Asimow”³²³.

A Universidade do Ceará foi uma dessas instituições que realizou ações de extensão e pesquisa a fim de mostrar a presença e a importância de sua criação. Essa estratégia de sobrevivência perfazia uma luta interna de afirmação em relação a Universidade de Pernambuco e aos seus fundadores que a colocava como modelo para as outras IES

³²² “No es posible medir em su totalidad el avance del progreso técnico, pero el hecho de que la vida de los bienes de capital se haya reducido em muchos países parece revelar que es más rápido de lo que solía”. MADDISON, Angus. La política económica y sus resultados en Europa 1913-1970. In: CIPOLLA, Carlo M (org). **Historia económica de Europa: El siglo XX**. Barcelona: Editora Ariel, 1981, p.97, tradução nossa.

³²³ PARENTE, João José de Sá (org). **Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964, p.397.

fundadas no Nordeste. Com a ampliação das Instituições de Ensino Superior entre 1945 e 1978, teve o fortalecimento de imagens que se remanejaram para recriar espaços de identidade. As delimitações territoriais, econômicas e sociais se conduziram por marcas simbólicas na produção de espacialidades. Essas, por sua vez, carregadas tanto por questões culturais como pelas relações de poder e de força, seja política ou econômica, como também pelos conflitos sociais derivados.

Para Nobre, quando o Nordeste começou a ser citado como região pelos intelectuais brasileiros, fomentou estudos mais abrangentes para abarcar os aspectos gerais e projetar um modelo de intervenção comum, visando integrá-lo. Essas sugestões se recomendaram também pelos “assessores da cooperação Brasil - Estados Unidos”, que defendiam no “plano de industrialização” a observância que “o estágio, já alcançado na região mais desenvolvidas, de onde a irradiação para outras regiões seria uma consequência natural do desenvolvimento”³²⁴.

Essas imagens do Nordeste, delimitadoras de um território geofísico e de aspectos econômicos comuns, manejaram-se pelo poder público para atrair investimentos e políticas públicas que permitissem transformar sua condição de vulnerabilidade. Para Albuquerque Júnior, as fronteiras e os territórios regionais são construções históricas, marcadas pela perspectiva espacial que se tinha em um dado tempo, como também pelas suas compreensões econômicas, políticas, jurídicas e culturais, ou seja, “o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes”³²⁵.

No ano de 1957, em uma tentativa de consolidar a pesquisa científica no Ceará e visando a intervenção na sociedade, o Instituto de Economia, por exemplo, estudou o homem e as suas relações de produção material. Para a área de economia, foi criado também na UC o “Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico”, que tinha por finalidade formar técnicos na área. Para ajudar em seus custos, que tencionava trazer professores e técnicos internacionais para ministrar as suas aulas, o Banco do Nordeste também investiu a fim de conseguir respostas e indicações de caminhos para solucionar os problemas regionais. A união dessas duas instituições se fez para patrocinar o chamado “progresso do Nordeste brasileiro”³²⁶. Esse curso foi instalado no dia 21 de setembro de 1957. Teve um público plural e a inscrição de 75 profissionais de várias áreas assim delimitados: 12 professores, 14

³²⁴ NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2001, p.182.

³²⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006, p.25.

³²⁶ “Conferência do Dr. Otávio Bulhões”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.9, novembro-dezembro, 1957, p.7.

engenheiros civis e agrônomos, 11 economistas, 10 oficiais superiores da 10ª Região Militar, 4 administradores de empresas, 6 advogados, 1 médico e 8 funcionários da Universidade e do Banco do Nordeste.

Nesse momento, a conferência de abertura se realizou por Otávio Bulhões, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Economia e Professor da Universidade do Brasil, sobre a “Industrialização do Brasil e do Nordeste”³²⁷; Alexandre Beltrão, engenheiro e economista, diretor Superintendente dos “Serviços de Planejamento”, ministrou a conferência “Balanço energético no Brasil” e o economista Eduardo Iglésias, da “Food and Agricultural United Nations (FAO)” ministrou a palestra sobre o “problema da agricultura no desenvolvimento econômico”³²⁸.

Outro intelectual que contribuiu nesse curso de formação, para capacitar técnicos e pesquisadores na área da economia, foi Celso Furtado. Suas conferências se deram em outubro de 1958 e trataram sobre os “Aspectos da economia brasileira”. Para legitimar a fala e demonstrar o cabedal do convidado e conferencista, exaltaram a sua formação: “O ilustre conferencista é graduado pela Sorbonne, tendo sido assistente do professor Raoul Prebisch e do professor Kalder, na Universidade de Cambridge, sendo autor do “Diagnóstico da Situação Econômica Brasileira, trabalho que lhe valeu inúmeros elogios”³²⁹. À época também era diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico e diretor executivo da Operação Nordeste (OPENO). Em 1959, Celso Furtado voltou ao Ceará para divulgar a OPENO.

Para servir como divulgador da Universidade do Ceará e de sua proposta de ensino e pesquisa, criara-se o Boletim institucional da UC em 1956. Ele tinha tiragem mensal e a finalidade de registrar a vida universitária. Esse órgão informativo e oficial tinha os seguintes objetivos: 1- “veicular notícias da Universidade”; 2- “divulgar as principais deliberações do Egrégio Conselho Universitário e os atos administrativos de maior relevância”³³⁰. Segundo Nobre, a sua criação e dos órgãos que a solidificaram nos embates da opinião pública cearense movia-se por um ideal de intervenção na comunidade externa, produzindo pesquisas que promovessem mudanças efetivas no Nordeste. Segundo ele, esse “instrumento poderoso” era para ser usado em prol do desenvolvimento do Estado, cujo lema “o Universal pelo regional” [...] “procurou incutir em professores, alunos e funcionários”³³¹. Para isso, promoveu o fortalecimento de um instituto que pesquisasse os fatores econômicos

³²⁷ “Conferência do Dr. Otávio Bulhões”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.9, novembro-dezembro, 1957, p.7.

³²⁸ *Ibid*, p.8.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ MARTINS FILHO, Antonio. Apresentação. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.1, julho-agosto, 1956, p.1.

³³¹ NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2001, p.174.

locais e regionais. Dessa forma, empreendeu-se a construção do Instituto de Pesquisas Econômicas, tendo como diretor o economista Paulo Roberto Coelho Pinto, “um entusiasta do planejamento, como igualmente se revelou no Conselho Estadual de Economia e na Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Ceará – SUDEC”³³².

A Universidade do Ceará, ao ser fundada, tinha o foco em uma nova forma de pensar a relação da instituição com a sociedade. As ideias de seus fundadores comungavam com a perspectiva do governo brasileiro dos anos 1950. O Ministro Clóvis Salgado fez em 1956 uma Conferência na Assembleia Universitária e reafirmou essa visão sobre o papel das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Para ele, o “desenvolvimento socioeconômico e cultural do homem”³³³ se dava mediante os tempos e realçava que no “mundo moderno”³³⁴ tal progresso tinha como um dos principais fomentadores as IES. Defendendo, assim, “as organizações universitárias brasileiras, acentuou que as mesmas devem afastar-se do simples academismo hoje para se tornar centros de formação técnico-profissional”³³⁵.

Dessa forma, a universidade tinha uma missão que era: ao verificar “as necessidades de ordem públicas e, como órgão cooperador dos poderes constituídos, influir decisivamente na solução dos problemas coletivos”³³⁶. Nesse intuito, Martins Filho, por meio do Boletim, defendeu qual seria essa missão da Universidade do Ceará, pensou um novo conceito de cultura, bem como sua ligação com a ciência. Para ele, “fazer cultura” não representava o repasse do saber mediante a instituição escolar, maneira formal de transmitir a tradição acadêmica. A formação profissional, visando os fins “pragmáticos do conhecimento”, não era suficiente para promover transformações substanciais, ou seja, “a técnica não basta e até pode acarretar, nos seus adiantamentos, uma distorção das realidades da vida, se não estiver suficiente impregnada desses fatores espirituais e humanos, com que se norteia o destino dos povos e das civilizações”³³⁷.

Em suma, a cultura não era entendida como um elemento particular e individual, mas colocada em relação ao universal para assim atingir por meio do conhecimento humanístico amplitudes consideráveis. Para ele, isso aconteceria “numa remissível divisão de trabalho e numa frutuosa cooperação de especialidade, para cuja unidade orgânica, todavia,

³³² NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2001, p.174.

³³³ “Conferência do ministro”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.1, n.1, julho-agosto, 1956, p.7.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *Ibid.*

³³⁶ MARTINS FILHO, Antonio. Cursos de extensão. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.2, n.8, setembro-outubro, 1957, p.2.

³³⁷ MARTINS FILHO, Antonio. Missão da Universidade. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.3, n.11, março-abril, 1958, p.2-3.

impõe-se emprestar-lhe, sempre, o toque da universalização”³³⁸. Nesse intuito, aliou os estudos e as pesquisas tecnológicas, defendendo que a “atividade científica deve ter um conteúdo eminentemente humano e social, que constitui, em última análise, a essência mesma da missão universitária”³³⁹. Para legitimar sua ideia, utilizou o pensamento de Ortega e Gasset, que colocava que a função das IES era o ensino dos profissionais liberais, a investigação científica e a formação de futuros pesquisadores.

Além disso, acrescentou mais um viés que era “cooperar com o poder público, na solução de problemas da coletividade”³⁴⁰. Seria essa finalidade que conduziria as demais, dando-lhes os aspectos regionais, e a sua aplicabilidade fomentaria a “recuperação econômica e social do Nordeste”³⁴¹. Nessa tentativa, promoveram conferências e palestras que pudessem pensar o Nordeste e os seus problemas, por exemplo, a proferida pelo professor Aníbal Teixeira de Sousa, diretor do Departamento de Estudos e Planejamento do Instituto de Migração e Colonização, no dia 6 de maio de 1958 sobre os “Aspectos sociológicos da Seca”³⁴².

A Universidade do Ceará fora pensada unindo o caráter liberal, que subordinava a instrução à sistematização, com um outro: uma “Universidade Tecnológica: empírica, analítica e seletiva no campo científico”³⁴³. Esse último caráter enfatizava o desenvolvimento que proporcionaria à região em que se localizava. Os seus idealizadores pensavam a universidade assumindo o papel de intervir e ajudar a comunidade a qual pertencia a sair da condição de subdesenvolvimento. Para ele,

Prende-nos, por exemplo, o compromisso assumido tacitamente pela presente geração de lançar as bases da nossa libertação econômica, como condição necessária e eficiente para a estabilidade social; prende-nos, portanto, a premência com que devemos usar a precisão do método científico e a eficácia da técnica para explorar racionalmente a nossa imensa riqueza potencial; prede-nos, por outro lado, a circunstância excepcional de sermos uma nação democrática por formação, sem aristocracias estratificadas e onde todos são de certo modo “homens do povo”, a ponto de que soem com ressonâncias de ridícula contrafação os arremedos de “alta classe” que em vão se tentam esboçar; prende-nos, enfim, nesta ordem de ideias, a comovente decisão com que as camadas menos favorecidas da população brasileira transpuseram os umbrais das casas de educação, de tal modo que somente na escala

³³⁸ MARTINS FILHO, Antonio. Missão da Universidade. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.3, n.11, março-abril, 1958, p.2-3.

³³⁹ *Ibid.*

³⁴⁰ *Ibidem.*

³⁴¹ *Ibid.*

³⁴² *Ibidem.*

³⁴³ MARTINS FILHO, Antonio. O universal pelo regional. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.4, n.4, julho-agosto, 1959, p.1.

média, de 1937 a esta parte, a matrícula tenha subido de 35.000 a quase um milhão de estudantes.³⁴⁴

Martins Filho defendeu a construção da Universidade do Ceará como Instituição de Ensino Superior de caráter regional que fomentaria o “Humanismo Científico”. Tentando definir tal conceito, destacou que as pesquisas científicas levavam ao conhecimento do homem. O seu caráter de regionalidade partia do “dado concreto da realidade nordestina”, mas isso não retirava o seu aspecto de universalidade. A partir disso, se remeteu ao seu lema, “o universal pelo regional”³⁴⁵ como forma de ratificar o seu discurso de reconhecimento sobre a UC. Tal estratégia se moveu para atrelar uma força da palavra com a das ações em forma de propagar a imagem da UC como importante para o desenvolvimento do Nordeste.

Para o grupo de seus fundadores, não bastava construir cursos que capacitassem e formassem técnicos para produzir algo, mas deveria mostrar que era possível transformar, não com a teoria, mas por meio das práticas e de ações extensionistas, o território cearense. Destacaram-se, nesse sentido, a fábrica-escola do Instituto de Tecnologia Rural e a Estação de Biologia Marinha. Para ele, essas intervenções eram magníficos “pontos de apoio para uma ação mais agressiva, de nossa parte, em prol de um rápido aumento da oferta de bens de consumo, e da própria produtividade, na área geográfica em que atuamos”³⁴⁶. Nesse sentido, orientou-se a construção de vários projetos nos seus institutos³⁴⁷ em prol de solidificar os seus projetos de extensão universitária.

Para esse cearense, a missão dessa IES não se fechava ou se restringia a formar academicamente os cearenses, fornecendo-lhes assim uma titulação de nível superior; mas também fomentar o desenvolvimento regional a fim de contribuir para o seu progresso e o do Brasil. Para isso, defendeu a necessidade de estudos feitos em áreas específicas para favorecer tais mudanças estruturais, procurando soluções para os problemas e olhando para as particularidades mais profundas do Ceará e do Nordeste em prol de seu desenvolvimento³⁴⁸.

Nesse intuito, algumas iniciativas foram realizadas pelo Instituto de Antropologia e pelo Instituto de Economia. No início dos anos 1960, se financiou e promoveu, em parceria com a Universidade da Califórnia, o Projeto Asimow – uma forma de colocar, em uma

³⁴⁴ MARTINS FILHO, Antonio. O universal pelo regional. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.4, n.4, julho-agosto, 1959, p.2.

³⁴⁵ *Ibid.*

³⁴⁶ MARTINS FILHO, Antonio. Universidade e produção. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.1, janeiro-fevereiro, 1961, p.3.

³⁴⁷ *Ibidem.*

³⁴⁸ MARTINS FILHO, Antonio. A Universidade e o Desenvolvimento econômico da região. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.8, n.1, janeiro-fevereiro, 1963, p.1.

proporção considerada, uma ação efetiva na região do Cariri, a saber, um projeto que objetivava organizar e edificar empresas conectadas à realidade local. Segundo nota oficial da instituição sobre o referido projeto: “A Universidade vem atribuindo prioridade a esse programa, na certeza de que está promovendo o seu crescimento interno, ao mesmo tempo que contribui para a ampliação e aceleração do desenvolvimento industrial do Nordeste brasileiro”³⁴⁹.

Esse objetivo e a participação da universidade, em sua execução, construiu sua imagem e sua identidade visando distingui-la das outras IES brasileiras. Outrossim, a afirmação de uma nova postura de mudanças sociais e econômicas que se faziam em seu território caso se tivesse mais recurso. Tais intervenções eram importantes para a política e alguns grupos sociais no Brasil, cuja pauta era a construção de uma política de controle a imigração e a favor da fixação do sertanejo nos espaços nordestinos. Nesse sentido, demarcou como principal problema social do interior “a falta de amparo e oportunidades para que o homem permaneça e vença na própria terra”³⁵⁰, ou seja, tal condicionante aumentava a migração interna no território brasileiro, tornando o nordestino desterritorializado, um retirante permanente. Promovendo um acolhimento, como condição de *ipseidade*³⁵¹, em seu território para os que chegavam, requeria esse tratamento de hospitalidade nas outras regiões brasileiras para onde imigrava. Dessa forma, buscavam uma maneira para fixar o nordestino em seu meio, e os horizontes de expectativas lançados em relação ao Projeto Asimow se acoplava a esse intuito. Para Martins Filho, tal plano “será um fator ponderável no combate ao êxodo da nossa população rural”³⁵².

Enfim, esse sonho de industrializar o Nordeste moveu o projeto inicial de consolidação dessa IES e fomentou convênios entre ela e as universidades americanas. Tais posturas afetaram o desenvolvimento de dois de seus institutos e qualificou o quadro de seus alunos e professores. O elo entre as imagens do Projeto Asimow e da Universidade do Ceará serviu para levar o nome do primeiro para as outras regiões do Nordeste, e para o segundo deu-lhe visibilidade perante as outras instituições nacionais de ensino superior.

³⁴⁹ MARTINS FILHO, Antonio. A Universidade e o Desenvolvimento econômico da região. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.8, n.1, janeiro-fevereiro, 1963, p.1.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.3.

³⁵¹ DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

³⁵² MARTINS FILHO, *op.cit.*

3.3 “Cactus” humanos

Para Albuquerque Junior, o Nordeste e os nordestinos são invenções promovidas por uma relação de poder e saber, ou seja, a sua construção enquanto uma identidade espacial se forjou no campo da linguagem e das relações de força em um determinado momento histórico, a saber, “final da primeira década deste século e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalista””³⁵³. Dessa maneira, o referido historiador, definiu a região como “um grupo de enunciados e imagens” que detém uma regularidade nos discursos; tal posição é transmutada por estilos de acordo com cada época.

Entendemos que o Nordeste é uma espacialidade inventada e híbrida, contudo os dispositivos utilizados nessa feitura são uma confluência de discursos, imagens, ações e a concretude da vida cotidiana. Portanto, o discurso só ganhou força quando os elementos externos corroboraram com a sua apresentação, e quando isso ocorre há uma transformação dos fatores sociais que não aceitam o discurso em sua totalidade, mas em partes, de acordo com as apropriações dos sujeitos. Essa apropriação é uma invenção dialética entre o desejo e a vivência efetiva dos sujeitos em suas comunidades. Tal criação do Nordeste se deu na transformação e geração de vários nordestes que teriam fatores em comum, como a seca. Para Woodward, a identidade é relacional, como marcada pela diferença, por símbolos e construída socialmente. Portanto, “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais”³⁵⁴. Para ela, é uma construção de gênero, ou seja, a forma como os homens a fazem é diferente da maneira tecida pelas mulheres, isto é, essa diferença marca os seus traços espaciais.

Entretanto, essa aceitação se deu em momentos de penúria e necessidade, quando os seus particularismos estavam presentes transformando o sentido desse termo geopolítico que estava *sob rasura*. Para Hall, o conceito de identidade se opera “sob rasura”, “no intervalo entre a inversão e a emergência; uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”³⁵⁵. Por exemplo, em matéria publicada no Almanaque do Ceará por Ademar Távora³⁵⁶ em 1945, a ideia propagada sobre o Nordeste e o homem que o habita se vinculava a algumas imagens propagadas pela

³⁵³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006, p.22.

³⁵⁴ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.10.

³⁵⁵ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.104.

³⁵⁶ TÁVORA, Ademar. O Nordeste e suas possibilidades. **Almanaque do Ceará**, Fortaleza, 1945.

narrativa naturalista de Euclides da Cunha, cujo homem do sertão foi apresentado como forte por continuar tentando viver nessa “terra ignota”³⁵⁷. Ademar Távora, manejando outras referências no imaginário intelectual da época, ligou o discurso do regional ao particular, destacou a “teimosia” como elemento fundamental para a permanência do sertanejo nessa “vasta extensão de território, quase sem água e possuindo precaríssimas condições de vida agrícola e pecuária”³⁵⁸.

Para Távora, as relações de força entre as várias espacialidades no Brasil se mobilizaram por meio de intenções político-econômicas e da ênfase em aspectos que pudessem legitimar a arrecadação financeira ou o apoio internacional a fim de amenizar os problemas da seca, por exemplo. A falta de água como estigma simbólico de sua diferença regional deu-lhe assim fatores de visibilidade identitária para o discurso público. Contudo, isso fora o fio condutor dos outros que acabaram sendo marginalizados, que *sob rasura* marcaram a vivência dos sertanejos positivamente. Távora, nesse relato, entrou em crise, pois não soube como fraturar tal imagem preconceituosa que marcara sua imagem nacional e internacional. Para ele, o embate discursivo no ambiente público não favorecia a propagação para o sul de uma visão diferente do Nordeste. Essa dissonância entre o discurso interno e o oculto se embalava por estratégias de resistência de sua população que continuava sofrendo com os impactos das secas; era uma forma de dar visibilidade ao descaso e ao desvio de verbas públicas dispensadas para solucionar esse impasse, que não era feito.

E como ainda não foi possível convencer os homens do sul de que também os filhos do Nordeste têm um grande destino a cumprir no seio da comunidade brasileira, continua o nosso problema máximo – o do combate aos efeitos das secas, arrastando-se morosamente em busca de sua solução. Ela terá de vir um dia, por força de um imperativo a que não poderemos fugir, mas já a tínhamos encontrado, se tudo entre nós se processasse dentro de um ritmo firme e de uma orientação mais inteligente³⁵⁹.

Dessa forma, a identificação se fez de várias maneiras, mas tendo uma regularidade discursiva, por exemplo, o uso da seca como elemento simbólico de marcação imagética no discurso público brasileiro. Para Silva, tal processo de identificação é indeterminado, usa como instrumento a linguagem, seja sonora ou visual; essa, por sua vez, é indeterminável e instável³⁶⁰. Essa disputa, a fim da imposição de um modelo ou imagem, é

³⁵⁷ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2009, p.37.

³⁵⁸ TÁVORA, *op.cit.*, p.43.

³⁵⁹ TÁVORA, Ademar. O Nordeste e suas possibilidades. **Almanaque do Ceará**, Fortaleza, 1945, p.43.

³⁶⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

uma simetria. Para Derrida, a *différance* – o diferimento e a diferença – promove um balanço, uma incerteza, uma indeterminação – impulsionador de uma postura em devir que guarda a sua principal característica nas relações de força em determinadas temporalidades históricas³⁶¹. Outro elemento que demarcou a espacialidade e os olhares dos poderes públicos para o seu território, foi a imagem de que as suas condições materiais, sociais e culturais eram fermento para o florescimento do comunismo no Brasil, caracterizando-o como uma rentosa indústria, por exemplo, usando-a para conseguir o investimento norte-americano.

Tal postura híbrida, cujas faces do novo não destruiu o velho, produziu práticas sociais e políticas incorporadas aos órgãos criados pelo governo brasileiro nos anos 1950, por exemplo, a SUDENE (1959) e o BNB (1952). Isso favoreceu não apenas sua visibilidade, mas aquilo que defenderam como sendo a sua valorização, cujo elemento impulsionador era o processo de eletrificação e industrialização. Para movê-lo, o estímulo de sua economia se colocara como premente para concretizar mudanças substanciais. A fundação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco em 1945 e sua expansão nas décadas posteriores para os sertões de dentro garantiu o elemento de infraestrutura importante para tal empreitada. Tal fito, que levou energia elétrica para o interior do Nordeste, para Bragança Filho, promoveria a construção de projetos em prol de sua industrialização, tendo em vista que as empresas privadas, que não edificavam uma sede nessas localidades, alegavam a falta de uma força ininterrupta, potente e barata³⁶². Conforme ele,

O advento da CHESF transformou por completo o panorama. Água abundante no rio São Francisco; usina hidráulica, portanto de baixos custos operacional e de manutenção; facilidades de produção em grande escala, sem necessidade de importar combustível; possibilidade de crescimento das instalações absorvendo o produto do incipiente parque nacional da indústria de material elétrico pesado, foram fatores decisivos que caracterizam a implantação e o desenvolvimento da CHESF, propiciando ao Nordeste brasileiro a tão ansiada disponibilidade energética em condições tarifárias compatíveis³⁶³.

O discurso diferencial era a defesa da fertilidade das terras do Nordeste e a falta de condições dos trabalhadores rurais, haja vista que os dilemas enfrentados se faziam pela falta de chuvas e pela privatização dos mananciais perenes existentes em seu território. Nessa construção, destruiu-se a imagem de que o homem nordestino era preguiçoso, para defender o

³⁶¹ DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

³⁶² BRAGANÇA FILHO, Antonio Ferreira de. **A CHESF e o desenvolvimento do Nordeste**. Recife: CHESF, 1969.

³⁶³ *Ibidem*, p.23.

oposto dessa imagem: ele “é trabalhador”³⁶⁴. Contudo, faltava-lhe, para Tavares, estes dois elementos: “instrução que lhe permita um mais racional aproveitamento da terra e maior estabilidade das condições naturais que tem que enfrentar no seu trabalho”³⁶⁵.

Esse embate em torno da construção da identidade espacial do Nordeste e de projetos políticos, que pudessem intervir na vida diária dos nordestinos, foi usado para defendê-lo, para destacá-lo como lugar importante para o Brasil e com potencial rentável para os que o habitavam. Verificamos a edificação de suas imagens por meio do discurso político e econômico, usados, por sua vez, como forma de defender a construção de um novo território que não seria mais lembrado como atrasado, miserável e subdesenvolvido. As rasuras, assim, provocaram novas invenções.

Pensarmos, assim, essa região é entender a sua invenção enquanto espacialidade identitária, sobretudo as orientações e os dispositivos que a manejaram antes dos anos 1960 e que possibilitaram lhe dar visibilidade. Isso nos permitiu compreender qual o tipo de região olhada, planejada e desejada por diferentes grupos, e como manejaram os tabuleiros imagéticos – harmonizando as peças para conseguir elos para a afirmação e legitimação política, econômica e social, colocando-as em conflito para conquistar a vitória em algum momento da partida, aproveitando-se, para isso, das oportunidades advindas dos erros nas estratégias do adversário. Nessa criação, pautada pelos elementos de necessidade e um olhar do masculino para o espaço nordestino, destacou-se os elementos ligados à sexualidade de seus produtores para afirmar o Nordeste como a terra dos “cabras machos”³⁶⁶.

Segundo Furtado, as questões pertinentes as suas particularidades regionais se colocaram como um problema para o Brasil. Para o referido autor, tal cenário não se reduz a ele, mas ao território nacional, ou seja, “o Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo”³⁶⁷. Essa paisagem específica refletiu a sua política de industrialização e a manutenção de uma rachadura entre duas espacialidades diferentes. Essa disparidade regional, para ele, foi demonstrada por meio da concentração de renda e do movimento migratório como elemento que mobilizara o fluxo internamente dos trabalhadores que buscavam uma melhoria de vida em outras terras no território nacional.

³⁶⁴ TÁVORA, Ademar. O Nordeste e suas possibilidades. **Almanaque do Ceará**, Fortaleza, 1945, p.44.

³⁶⁵ *Ibid.*

³⁶⁶ Para Hall (2000), as identidades são construídas dentro do discurso, em locais históricos e institucionais específicos, “no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégia e iniciativas específicas”. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.109. Para além disso, verificamos a sua presença no interior do jogo de modalidade de poder, apresentador, enquanto produto, de marcação de diferença e exclusão.

³⁶⁷ FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.119.

Nesse confronto e defesa do Nordeste, o economista Colombo de Sousa destacou que essa região era vista como elemento problema para o Brasil. Tal posição demandou a criação de uma diferenciação que arrefeceu preconceitos e elementos barristas entre o sul e o norte. Consoante Sousa, em uma tentativa de comover por meio de imagens simbólicas vinculadas à concretude social, tal discurso era “condenar uma enorme massa de população, que não dispõe de autonomia para decidir o próprio destino, à frustração e a miséria”³⁶⁸.

Portanto, a imposição do modelo de industrialização realizada no centro-sul do Brasil para o Nordeste não levou em conta as suas particularidades, em que se deveria construir padrões de consumo decorrentes de suas condições econômicas e não ditar o padrão do sul. Tal coação possibilitaria um endividamento e, conseqüentemente, o desequilíbrio inflacionário. Dessa forma, promover o desenvolvimento regional, para Sousa, era levar em consideração sua baixa renda. Esse intelectual defendeu que primeiro teria uma certa concentração do capital que promoveria, posteriormente, a entrada e o fluxo de produtos de consumo de alto custo, pois o seu contrário provocaria a condenação da “grande maioria da população à condição de pobreza e miséria”³⁶⁹.

A construção de uma política em prol da industrialização do Nordeste, urbano e rural, visava também manter em seu território os camponeses e trabalhadores que saíam para o sul do País em busca de trabalho, utilizando, para isso, as linhas do rio São Francisco e a estrada Rio-Bahia. Essa cristalização de atitudes emocionais ligada à vida do campo e da cidade, se associava ao imaginário que se constituía na pragmática cotidiana de seus habitantes. Para Williams (2011), o campo era visto como um lugar “de paz, inocência e virtudes simples” [...] “atraso, ignorância e limitação”, já a cidade como uma “ideia de centro de realizações, de saber, comunicações, luz” [...] “de barulho, mundanidade e ambição”³⁷⁰. Tal contraste entre cidade e campo se fez por meio das especificidades dos modos de vida. Todavia, não consideramos estes espaços apartados, mas os seus trânsitos e os seus contatos que os transfiguram mutuamente, por exemplo, a migração, cujas formas de existência entram em conflito, e os que a vivenciam se tornam sujeitos fronteiriços entre campo e cidade, possuindo uma flexibilidade que os possibilita habitar em ambos os espaços.

Para Fox, os estudos sobre a política econômica e agrícola do Nordeste se dividia em dois momentos: o primeiro momento entre 1947 e 1963, em que se fez estratégias e deliberações de políticas em prol de sua industrialização, cujo interesse se fazia mais pela

³⁶⁸ SOUSA, J. Colombo de. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1982, p.121.

³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.11.

industrialização urbana que rural, modificando-se entre 1961 e 1963, quando a hiperinflação cessou o investimento na industrialização urbana e fortaleceu o setor da agricultura como forma de equilibrar a instabilidade econômica; o segundo momento fora a partir de 1964 com a expansão e diversificação das exportações³⁷¹. Contudo, para isso, o planejamento do Estado se associou e se tornou dependente do capital internacional. Conforme Fox, “técnicas de planejamento e intervenção não mercantil foram substituídas por uma estratégia mais explícita de controle de preços relativos mediante os mecanismos de mercado”³⁷².

Esse controle do fluxo migratório interno tinha como base as questões financeiras e as ideológicas. Para Sousa, resolver os conflitos provenientes do “deslocamento de milhares de nordestinos em busca de melhores condições de vida no sul do país”³⁷³ era fundamental para o Brasil após 1945. A solução pensada por ele para o Nordeste era assentar essa massa no território nordestino com a criação de novas oportunidades de emprego, dissociada do campo ou de suas profissões tradicionais, ou seja, “somente criando novas formas de atividades econômicas mais produtivas, no local, conseguiremos reter, ali, as suas densas populações”³⁷⁴.

O olhar para essa região, portanto, como mercado consumidor para as manufaturas do Centro-Sul alicerçava sua importância para manter o seu mercado interno e o seu fluxo de capital privado. Nesse período, tinha-se, aproximadamente, oito milhões de brasileiros que moravam em seu território, consumiam uma quantidade considerada desses produtos, ou seja, esse público comprava em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

A industrialização do campo ou de sua zona urbana por meio da construção de fábricas era firmada como uma maneira de viabilizar essas mudanças. No entanto, para Sousa (1951), o modelo que se praticava no Brasil não era eficaz para a “adaptação do homem às condições do meio ambiente”³⁷⁵. Tal crítica feita pelo referido intelectual perpassava e se fortalecia pela ideia de que se fomentava um modelo de industrialização europeia, ou seja, de um tipo de “civilização importada da Europa, de outros climas”³⁷⁶.

³⁷¹ FOX, Roger. **Brazil's minimum price policy and the agricultural sector of Northeast Brazil**. Washington, D.C: Research Report, 1979.

³⁷² “non-market planning and intervention techniques were replaced by a more explicit strategy of controlling relative prices through Market mechanisms”. *Ibidem*, p.22, tradução nossa.

³⁷³ SOUSA, J. Colombo de. **Eletrificação do Cariri**: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza: Impr. Oficial, 1951, p.126.

³⁷⁴ SOUSA, J. Colombo de. **Eletrificação do Cariri**: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza: Impr. Oficial, 1951, p.126.

³⁷⁵ *Ibid*, p.244.

³⁷⁶ *Ibidem*.

O Nordeste, nos discursos públicos e políticos, foi reduzido as suas condições econômicas, colocando, por exemplo, o problema da seca como um dos elementos que prejudicava a população e fomentava a migração interna no Brasil. O deputado Colombo de Sousa, ao reivindicar uma nova postura do governo federal sobre essa questão, trouxe à tona a imagem do Nordeste construída nas décadas anteriores, dando-lhe novas tonalidades a partir de novas experiências da seca vivenciadas pelos nordestinos que lhe agregava mais emoções, mais distorções corporais e psicológicas. Para isso, usaram os discursos que causavam comoções. Tal discursividade imagética e estética das emoções sobre o nordestino e a espacialidade que habitava corroborava com o seu projeto de construir um plano político para dar respostas eficazes ao problema posto.

As secas que assolam a região do Nordeste têm dizimado, pela fome, pela peste, pelo imenso cortejo de misérias que acompanha cada calamidade, populações inteiras, desorganizando-as e jogando-as na mais negra penúria, flagelando-as no corpo e retemperando-as na fortaleza de seu coração. A cada calamidade sobem aos céus os clamores de uma população que sucumbe cheia de fé e vazia de recursos, despertando os mais lídimos protestos de comiseração, de caridade e solidariedade humana. Todo o Brasil chora conosco a nossa profunda tragédia³⁷⁷.

Colombo de Sousa, então, defendia a prática de pesquisas feitas anteriormente sobre a possibilidade de desenvolver o Brasil, e que era vista como um projeto que objetivava amenizar as diferenças regionais, especificamente, os elementos relacionados com as questões econômicas. Um crescimento material igualitário, portanto, serviria para equilibrar a balança comercial. Entretanto, Sousa se esqueceu que caso isso acontecesse o mercado de mão de obra barata e consumidor do sul teria uma queda considerável, constituindo, assim, uma balança comercial desfavorável. Esses eram fundamentais para promover o avanço industrial, os elementos de uma divisão social e classista que demandava uma postura política embasada por discursos ocultos encarnados em práticas cotidianas e propagados pela tradição oral, tanto dos subordinados como dos dominadores.

O embate que se fazia estava para além da arena pública, e se traduzia em práticas que utilizavam os momentos de seca para propagar uma postura de apadrinhamento e uma ajuda interessada para aqueles que necessitavam. Essa maquinação social de uma solidariedade era usada como uma rasura importante para afirmar as diferenças classistas e sociais, para construir dependências naqueles que necessitavam, para manter seus eleitores e para marcar seus corpos com os traços do sentimento de gratidão. Portanto, industrializar o

³⁷⁷ SOUSA, J. Colombo de. **Eletrificação do Cariri**: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza: Impr. Oficial, 1951, p.70.

Nordeste se colocava como a solução dos seus problemas, principalmente, os ligados à seca, à migração e ao trabalho no campo e na cidade.

Necessitamos imprescindivelmente nos INDUSTRIALIZAR. O termo industrialização não significa apenas TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS EM UTILIDADES. Significa, mais propriamente, a utilização de MÉTODOS RACIONAIS DE PRODUÇÃO AJUDADOS PELA MÁQUINA. Assim é que, quando concluímos pela necessidade de nossa INDUSTRIALIZAÇÃO, queremos significar que a nossa AGRICULTURA e a nossa PECUÁRIA precisam ser igualmente INDUSTRIALIZADAS com a adoção de novos MÉTODOS e PROCESSOS de PRODUÇÃO, mais ativos e rendosos que os primitivos, antiquados, hoje, inteiramente ANTI-ECONÔMICOS. Quem diz INDUSTRIALIZAÇÃO diz MAQUINAS, e toda MAQUINA pressupõe ENERGIA. O problema nosso é o de ENERGIA³⁷⁸.

Nos anos 1960, um projeto piloto foi construído em parceria com os órgãos nacionais e internacionais de investimento para efetivar a industrialização do Nordeste: o Projeto Morris Asimow. Contudo, precisava-se realizar sua fase piloto em uma região que tivesse características importantes e que suportasse essa investida, ou seja, também tivesse um capital privado interno forte, condições naturais favoráveis, uma mão de obra considerável e uma localização estratégica para a circulação dos produtos fabricados. O espaço elegido para isso foi o Cariri cearense, localizado no meio do sertão nordestino, dando assim a possibilidade de conexão com os estados que fazem as suas divisas, a saber, Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Outro foi a “Missão Francesa”, criada pelo acordo bilateral firmado entre o governo brasileiro e francês. Para isso, organizou-se a Comissão Mista de Estudos do Vale do Jaguaribe, vinculada a SUDENE, que utilizara a experiência dos técnicos franceses obtida no Norte da África em favor do Nordeste, ou seja, “o programa de valorização do grande vale é muito amplo, pois abrange a agricultura, a mineração, a indústria e o artesanato”³⁷⁹. No relatório do DNOCS de 1970, quando se falou sobre as instituições que favoreceram a sua industrialização, destacou-se o BNDE, as cooperações internacionais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Aliança para o Progresso e os Voluntários da Paz. Ao pronunciarem o Projeto Asimow, colocaram-no também sob a alcunha de “Missão”, tendo essa palavra um sentido religioso de propagação de uma verdade, de conversão do outro às ideias daqueles que chegavam à localidade e de superioridade ligada à ideia de civilização.

³⁷⁸ SOUSA, J. Colombo de. **Eletrificação do Cariri**: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza: Impr. Oficial, 1951, p.247-248.

³⁷⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. **Frentes de serviço**: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.49.

Missão Azimov – A Universidade de Los Angeles (USA) e a Universidade Federal do Ceará firmaram acordo para estudos e projetos de fábricas, no Cariri e em Sobral. Engenheiros, agrônomos e economistas brasileiros e americanos com a supervisão do professor Morris Azimov, após três anos de trabalhos, implantaram um conjunto de fábricas cujos resultados começam a se fazer sentir na região³⁸⁰.

Para possibilitar uma maior visibilidade das transformações ocorridas nessa espacialidade que moveram a compra desse sonho fabril pela sua elite intelectual e econômica, e situar o leitor com algumas informações sobre o Cariri, resolvemos construir sua cartografia socioeconômica. Para isso, verificamos as rasuras e as continuidades que emergiam em alguns sinais indiciários que se rastrearam em jornais, revistas, discursos e projetos políticos, dentre outras narrativas. Dessa forma, a produção de mercadoria se confundia com a do progresso material e social em prol de manter as relações sociais existentes. Tal estratégia de manutenção do *status quo* manejou o discurso econômico como forma de explicação e mudança na vida das pessoas, os seus termos se incorporaram em sua subjetividade, por meio dos ecos sonoros, do paladar e dos cheiros que a particularizavam, e se tornaram palavras recorrentes no linguajar comum, por exemplo, a locução “crise” e “inflação”.

Primeiramente, mencionamos a feitura de seminários promovidos para a discussão sobre as questões econômicas do Ceará, haja vista que a Segunda Guerra Mundial tinha acabado e o seu comércio de venda de algodão começara a decair, as secas devastavam a produção do campo e em alguns territórios não se tinha mais homens e mulheres para trabalhar, ou seja, o aumento da migração interna para o sul-sudeste aumentou consideravelmente nos anos 1950, diminuindo o fluxo interno de trabalhadores do campo na região.

Nesse período, o objetivo era desenvolver o seu espaço a partir da defesa e da incorporação de uma nova postura de seus gestores para aproximá-lo do projeto de nação em gestação desde os anos do governo de Juscelino Kubitschek. Os políticos cearenses afirmaram o Estado como pioneiro nessa política no Nordeste. Para isso, arquitetaram o Seminário para discutir sobre a economia estadual. O Departamento de Estudos Econômicos (ETENE) construiu um estudo que tencionava ajudar a realização do Seminário do Cariri cearense mediante a associação da “Prefeitura e diocese do Crato, Instituto Cultural do Cariri,

³⁸⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. **Frentes de serviço**: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.49.

Associação Comercial, Rotary Club e Lion's Club, sob os auspícios do Banco do Nordeste do Brasil S.A e da Universidade do Ceará”³⁸¹.

A intenção, desse estudo, era abordar a economia do Cariri de forma panorâmica, sem um detalhamento, mas que servisse para detectar os principais problemas e as possibilidades para solucioná-los. Nesse trabalho, compararam a economia do Ceará com a do Cariri e, a partir desse método pautado em uma mensuração quantitativa-economicista, assentaram os seguintes dados: Cariri (Setor Primário – 63, 4%; Secundário – 9, 4%; Terciário 27, 2%) e o Ceará (Setor Primário – 44,5%; Secundário – 10%; Terciário – 45,5%). A partir disso, detectamos que o Cariri tinha como base de sua economia a agricultura. Endossando tal assertiva, verificamos as condições desse setor por meio da distribuição geográfica regional, o fator da terra, as condições climáticas e a pluviosidade entre 1949 e 1960. Essa exposição à construção de mapas serviu para mostrar as condições socioambientais para o seu desenvolvimento. Na ideia de fronteira que ultrapassa os aspectos físicos, o BNB definiu-a como possuidora de 25 municípios, “encravados ao longo da fronteira do Estado de Pernambuco até os limites do Piauí e da Paraíba, pelo prolongamento da Chapada do Araripe”³⁸². Essa demarcação espacial se deu para além das delimitações jurídicas, fez-se também pelas marcações das “influências econômicas, políticas e sociais da faixa úmida do ubertoso vale”³⁸³ que a denominavam de Cariri.

Tal estudo se realizou a fim de divulgar e analisar de forma sistemática as possibilidades econômicas do vale do Cariri, bem como os caminhos que seriam trilhados para o seu impulso material e sua transição para uma fase dita industrial. Essas posições se assentavam desde o fim da Segunda Guerra Mundial, cujas políticas econômicas internas e externas se atrelavam aos programas de investimento, de fomento, de desenvolvimento ou reestruturação dos países mais pobres e daqueles atingidos pelos desastres do conflito. Nesse jogo de tensões, as duas potências de maior destaque nas políticas e auxílios de reconstrução se manejaram em prol de incorporar os países ao seu modelo econômico. O desenvolvimento se atrelava à técnica e à ciência. No caso dos Estados Unidos, teria uma forma incorporada e efetiva de atuação com a construção da indústria, em que a tecnologia possibilitaria um aprimoramento na produção e na construção de um excedente de capital.

O Cariri não dialogava com a Capital do Ceará economicamente, mas com outras praças como a de Recife, fazendo com que os seus recursos escorressem para outros estados.

³⁸¹ BNB. **Aspectos gerais da economia caririense**. Brasil: BNB/ETENE, 1961, p.1.

³⁸² *Ibidem*, p.9.

³⁸³ *Ibid.*

Isso, por sua vez, resultava não apenas nas péssimas estradas do Estado, mas também na não construção de vínculos histórico-sociais entre esses dois espaços e no descaso político do poder público cearense, que se aproximava para recolher seus impostos sem contribuir, por sua vez, de uma forma significativa para o seu crescimento econômico e para a resolução de seus problemas sócio-políticos. Para Alves, “a política econômica do Ceará, em relação ao Cariri, deve consistir em captar a confiança do agricultor, do comerciante e do industrial caririense, para que a produção do Vale seja encaminhada para a praça de Fortaleza”³⁸⁴. Para isso, esse intelectual fez uma sugestão ao governo para que dotasse “a região de meios de transportes eficientes, que aproximem os centros produtores das feiras do Cariri”³⁸⁵.

O escoamento da produção era um dos grandes problemas que assolavam os seus agricultores e latifundiários. Esse descaso provinha de um desconhecimento das dificuldades econômicas regionais. Para Alves, a divulgação deles servia para tornar público o que acontecia e legitimar ações governamentais para sua resolução. Contudo, se isso não ocorresse se usaria como uma forma de imprensa militante³⁸⁶.

Tal militância, todavia, se fez em favor de sua elite intelectual e econômica que se via desprovida de apoio do Estado e migrava para realizar trocas comerciais em outros estados fronteiriços. A partir dessa pauta, alguns intelectuais do Cariri reunidos na figura de Francisco de Assis Leite criaram o *Almanaque do Cariri* em 1949 para responder algumas questões sobre a sua economia, tentando colocá-la como uma terra fértil e promissora, atacar as imagens negativas que se construíram sobre ela. Os trabalhos publicados em suas páginas também representavam “uma contribuição valiosa para a história, a geografia, a economia e a sociologia regionais”³⁸⁷. Percebemos, portanto, que nessa construção, a ideia de progresso se permeava pela relação com a identidade regional que fortalecia tal perspectiva, enfatizando o seu crescimento material e intelectual, destacando as instituições que promoveram e se criaram no Cariri até o ano de 1949. Segundo Alves,

O conhecimento das condições de vida do Vale do Cariri, esquecido e desconhecido foi o que motivou o planejamento e execução da obra que representa o “Almanaque do Cariri”. Trabalho de propaganda e divulgação da terra, sem pretensões políticas, sem ambições econômicas. A edição que apresentamos deu prejuízos avultados ao seu editor, no entanto o “Almanaque” tem o mérito de apresentar a realidade econômica, as possibilidades que a terra oferece, até de contribuir para destruir a

³⁸⁴ ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. *Almanaque do Cariri*, Crato, 1949, p.13.

³⁸⁵ *Ibid.*

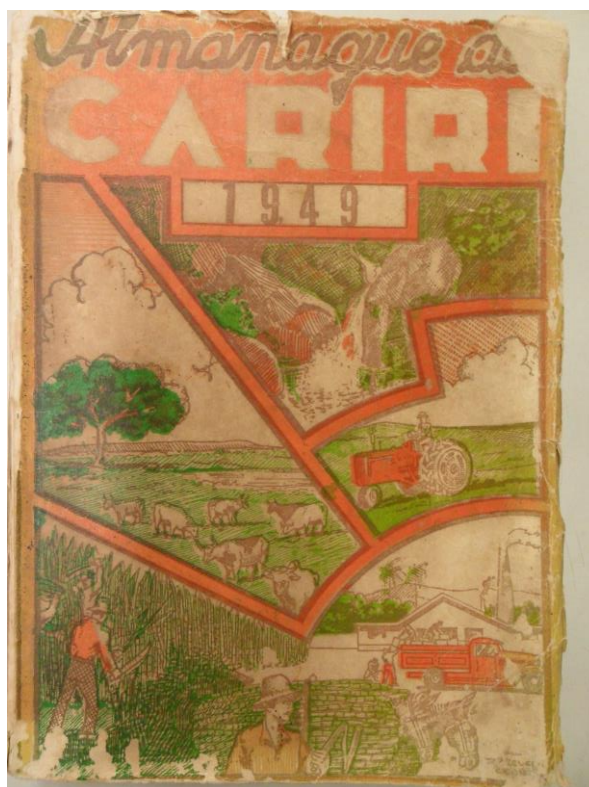
³⁸⁶ *Ibidem.*

³⁸⁷ *Ibid*, p.14.

impressão que, embora não queiramos, permanece entre nós, de terra distante, de fanatismo e de cangaço³⁸⁸.

Para os intelectuais congregados no Almanaque do Cariri, defender a existência no Cariri de uma vida econômica pulsante era propor novos caminhos a serem trilhados para restabelecer as reservas financeiras diminuídas com as prolongadas secas das décadas anteriores, levando em consideração que o Cariri sofreu também com a estiagem naquele ano. O setor primário estampava a capa do Almanaque para simbolizar a sua importância para a região.

Figura 2 - Capa do Almanaque do Cariri



Fonte: ALMANAQUE DO CARIRI, Crato, v.1, n.1, 1949.

Portanto, com esse quadro não promissor para o setor primário, a região ficou nesse período com uma situação financeira crítica, seus fundos e reservas de investimento diminuíram, já que proviam dos lucros dessa atividade. Dessa maneira, não se tinha como investir nas atividades dos outros setores que lhe eram dependentes. Nesse período, para o “Registro Industrial do IBGE”, o Cariri possuía 186 estabelecimentos industriais espalhados, por exemplo, pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha. Esse

³⁸⁸ ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. *Almanaque do Cariri*, Crato, 1949, p.14.

estudo não levou em consideração que no Cariri se tinha as indústrias familiares, de onde poderia partir a resistência a essa invasão e ao modelo de indústria defendida com o Projeto Asimow nos anos 1960. O BNB fez um registro sobre as condições industriais do Cariri, manejou os dados oficiais dos estabelecimentos e trabalhadores, deixando oculto os que não tinham uma certa oficialização.

É que, nos seus levantamentos, o “Registro Industrial” conta somente os estabelecimentos que ocupam cinco ou mais pessoas. Como no Cariri predominam pequenas indústrias de caráter artesanal (computadas pelo censo) e que empregam reduzíssimo número de pessoas por estabelecimento, as diferenças numéricas, entre um e outro levantamento, sobretudo no que diz respeito a número de estabelecimentos e número de empregados, não são suscetíveis de comparação. [...] Possui o Cariri, em janeiro de 1950, 836 estabelecimentos industriais, onde estavam ocupadas 2.937 pessoas. Desse total, 1.927 eram operários³⁸⁹.

Naquela data, para o BNB, essa cifra de estabelecimentos industriais correspondia 29,5% em relação ao Ceará. Os municípios que se destacavam nesse setor era Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, possuindo 80% das indústrias. Esses municípios juntos possuíam 1.152 operários, contabilizando 89% dessa classe, e em 1958 tiveram um ápice na produção que resultou em um valor de 481 milhões de cruzeiros. As mais expressivas eram a têxtil, química, farmacêutica e de produtos alimentares. Movendo esses dados para delimitar o suporte e o impacto dessas indústrias na região, firmou-se por meio do quantitativo estes dados: “10,5% trabalhavam na indústria “Têxtil””; “indústrias “Diversas” (24%)”; “indústria “Química e Farmacêutica” empregou 9,5% e a de “Produtos Alimentares” apenas 3%”³⁹⁰.

Para o BNB, o salário mensal desses trabalhadores no Cariri em 1958 era de 1.335,20 cruzeiros, abaixo, portanto, do “salário da indústria de transformação do estado” de 3.033; o salário-mínimo, à época, era de 2.250 para a Capital e 1.800 para o interior. A realidade salarial e das condições para esses trabalhadores do interior eram muito mais críticas do que a colocada, pois o salário era estipulado pelo empregador que usava seus próprios parâmetros, aumentando, assim, a apropriação da força do trabalhador.

A produção agrícola e os produtos semi-industrializados eram as bases do comércio do Cariri, considerado ativo e forte. Sua fortaleza se fazia pela transação realizada com outras localidades no Ceará, como também fora, por exemplo, Iguatu, “com as de Recife e Salgueiro, em Pernambuco; com as de Campina Grande, Cajazeiras e Souza, na Paraíba; com a de Mossoró, no Rio Grande do Norte e com as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo

³⁸⁹ BNB. **Aspectos gerais da economia caririense**. Brasil: BNB/ETENE, 1961, p.19.

³⁹⁰ *Ibidem*, p.20.

Horizonte e Curitiba”³⁹¹. Os principais produtos exportados para essas praças era o algodão em pluma e o óleo feito com o seu caroço, bem como a rapadura, farinha de mandioca, milho, dentre outros.

Portanto, o projeto Asimow, como um plano de industrialização, teve a presença econômica e cultural norte-americana nesse processo e a eleição do território brasileiro para sua implementação, a saber, o seu Nordeste – terra onde acontecia a produção do açúcar e outros produtos ligados ao setor primário. A retomada do investimento para sua industrialização não foi uma política que possibilitava um crescimento igualitário entre as regiões, mas adveio de uma estratégia de sobrevivência interna e externa, cuja condição de pobreza econômica seria um fermento potente para o florescimento de uma investida comunista no Brasil, uma vez que o país tem proporções territoriais continentais e que, caso essa investida acontecesse, seria uma porta aberta na América do Sul, levando-se em consideração que a revolução Cubana estava em um processo ideológico de socialização.

Além de tal fator central em relação a essa região do Brasil, o Cariri, especificamente, sustentava-se por uma economia agrícola e possuía fatores socioambientais favoráveis para a construção de fábricas que podiam utilizar para sua implementação. Um fator importante seria a energia de Paulo Afonso, que chegou na região no início da década de 1960, favorecendo a força para o funcionamento de uma maquinaria industrial que não existia no território devido a precariedade desse setor de serviço.

Esses elementos elencados acima foram os mais destacados pelo discurso oficial para a escolha de implantação do projeto piloto Asimow. O discurso de redenção do Nordeste com a construção da CHESF, na década de 1960, se metamorfoseou para a efetivação do Asimow no Cariri com a ideia de salvação por meio da industrialização, do uso do modelo norte-americano e da expansão do projeto para outros espaços do Nordeste, principalmente, para áreas estratégicas e de influências geopolíticas. Para além disso, destacava-se no discurso oficial que seria possível a partir da industrialização atrair uma quantidade considerada de habitantes das circunvizinhanças que pudessem experimentar as relações culturais e sociais provindas dessa nova forma de condução regional. Por exemplo, as novas relações entre trabalhador e empregador, a obtenção de uma massa de mão de obra, seja na cidade ou no campo, e o fomento na produção em monopólio na arena dos produtos utilizados nas fábricas. Favoreceram, assim, uma quebra da agricultura familiar e independente, bem como da técnica utilizada por esses trabalhadores na fabricação de seus produtos.

³⁹¹ BNB. **Aspectos gerais da economia caririense**. Brasil: BNB/ETENE, 1961, p.37.

Ponderamos, segundo Prado Júnior, que o ingresso de novas técnicas não necessariamente promove uma melhoria nas condições do trabalhador, mas se liga aos objetivos demarcados para sua produção e ao uso feito pelos que as arquitetam³⁹². Dessa forma, nos discursos sobre o Asimow, o fim se tornou o objeto buscado sem nenhuma reflexão do que estava se fazendo para consegui-lo. Pensando, assim, o fim da técnica como fomentador de seu desenvolvimento era impor modelos e desrespeitar algumas particularidades dos territórios em que foi aplicada. Para Prado Júnior, dever-se-ia olhá-la como meio, pois a sua relação com a realidade concreta do espaço e as condições de possibilidades históricas demarcam uma dialética entre o conhecimento e a sua aplicação, sem balizar, por sua vez, uma relação de comando e subordinação, mas a própria transformação da técnica para promover as transformações necessárias. Esclarecemos essa posição, pois, o que moveu a atuação do projeto Asimow fora o seu teor técnico, científico e político que foi utilizado para sua afirmação como um conhecimento planejado nos Estados Unidos e colocado em prática no sertão nordestino.

A industrialização do Cariri por meio dessas novas técnicas e ciências, que visavam transformar as suas condições econômicas, não demandou modificações para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, pois o discurso de empregabilidade e o aumento da oferta de emprego não afetou substancialmente os trabalhadores que tiveram sua vida cotidiana cortada pelas novas formas de viver o tempo, o espaço, as diversas relações com o dinheiro e os vínculos familiares.

O jogo político de defender o conforto e o bem-estar social por meio da industrialização teve um impulso na crença caririense pelas considerações frágeis que sua economia vivenciava após um período de seca (1958), que proporcionou perdas de fundos financeiros, de sua lavoura e do fornecimento de mão de obra campesina devido a recorrente imigração de trabalhadores para outras regiões do Brasil pela busca de empregos. A industrialização do Cariri, para o poder público, serviria para reter essa população no sertão nordestino, bem como amenizar os dilemas sociais e políticos decorrentes desse processo de imigração tanto nos territórios de que saíam, esvaziados de sua mão de obra, como nos que recebiam, superlotados e enfrentando os dilemas provenientes da não incorporação desses trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Olhando para os seus espaços urbanos e rurais, os trabalhadores caririenses nos anos 1950 sofreram rasura em suas atividades com a seca. A diminuição, assim, de espaços de

³⁹² PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

atuação no campo e na cidade provocavam a imigração, mas para concentrar essa mão de obra em determinados lugares no Ceará se edificaram novas frentes de serviço. As secas que ocorreram após 1950 motivaram a migração, mas, diferente das outras décadas, novos fatores impulsionaram essa leva de homens e mulheres para o sul e sudeste. Por exemplo, os ecos de uma suposta prosperidade econômica e o sonho de adquirir o básico para viver dignamente em outro território que se colocava como uma mina de oportunidades: a construção de Brasília, a capital do Brasil. Falar sobre esse aspecto nos permitiu analisá-lo de uma forma micro e macroespacial, ou seja, como isso aparecia também em outras regiões do Nordeste brasileiro. Como, então, defenderam e implantaram o projeto norte-americano Asimow no Cariri cearense nos anos 1960?

4 PROJETO ASIMOW

A máquina tornou-se a nossa principal fonte de magia, e deu-nos um falso sentido de posse de poderes divinos. Uma época que desvalorizou todos os seus símbolos transformou a própria máquina num símbolo universal: um deus a adorar. Nestas condições, nem a arte nem a técnica podem estar num estado saudável³⁹³.

Para Figueiredo, nos anos 1950 e 1960, aconteceram processos que demarcavam e visavam superar um Brasil agrícola por meio de sua urbanização e industrialização, isso tanto eram símbolos da modernização como tinham a prioridade de uma “missão civilizadora”³⁹⁴. Para sua efetivação, se utilizara a mídia da época para divulgá-la e promovê-la mediante o convencimento da opinião pública. Essa missão comungava com um ideal que demarcava princípios e características de uma política liberal em prol de certa *modernização conservadora*³⁹⁵ no Brasil, fortalecida e praticada após 1964. Conforme Mello e Novais, os empasses políticos e econômicos do Brasil no final da década de 1950 e início da de 1960 eram dois modelos de modernização para a sociedade urbana brasileira: de um lado o capitalismo selvagem e plutocrático, do outro aquele considerado doméstico e fundamentado “pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos”³⁹⁶. Para os referidos autores, em 1964, impôs-se o autoritarismo plutocrático que em vez de promover a reforma agrária, por exemplo, agenciou a chamada modernização selvagem do campo, industrializou e girou o seu capital e produção para a exportação.

Nos anos 1950 e 1960, o aumento da maquinaria e das tecnologias nas fábricas provocou uma ampliação na produtividade, em que os trabalhadores não passaram a ser valorizados por sua técnica e domínio da fabricação do produto, mas como elemento diferenciador “a renda, o poder e o status”³⁹⁷. Nos anos 1960, os jogos de sedução na política feitos pelos candidatos, manejaram-se para convencer o público dos méritos daquilo que

³⁹³ MUMFORD, Lewis. **Arte e técnica**. Lisboa: Edições 70, 1952, p.123.

³⁹⁴ Para Figueiredo, o termo civilização nos anos 1950 e 1960 era sinônimo de “bem-estar social e conforto”, elementos representantes da chamada vida moderna – movida, por sua vez, pelo fluxo de bens de consumo – em sua relação de compra e venda. FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora Hucitec/ História Social- USP, 1998, p.34.

³⁹⁵ Consoante Eisenberg, a modernização e as mudanças econômicas são pensadas no sentido de progresso e de reorganização da produção, cujos agentes da modernização aproveitam “o processo para consolidar a própria posição na economia e na sociedade local. Portanto, não houve mudança, no sentido de uma nova distribuição de poder e de renda”: caracterizando-o, assim, como conservador. EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.17

³⁹⁶ MELLO, Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e Sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.618.

³⁹⁷ FIGUEIREDO, *op.cit.*, p.75.

chamavam “revolução”. A imprensa, por sua vez, foi usada por um aparato de intérpretes do corpo político para arquitetar intervenções, controlar reações e tramar ataques em prol de defender os seus objetivos ideológicos. Essa tática foi manejada para legitimar o governo brasileiro que assumiu a presidência em 1964, em que os discursos e os gestos pontuais ajudavam a reavivar um sentimento de apoio que era requerido pelos generais do exército.

A afirmação de poder transformou sua atuação também por meio de espetáculos, sejam políticos ou militares, que possibilitou o uso de seu corpo como um dispositivo da arte de governar. A opressão serviria para inibir uma possível desordem naquela ordem defendida. Nessa busca de equilibrar uma flutuação que causa crises e incertezas, a palavra “ordem” assumiu uma força que propulsionava momentos de normalização e a integrava à ideia de progresso e crescimento material. Esse discurso político mesclado pelas perspectivas ideológicas sobre a política de industrialização e modernização do Brasil foi um embate entre multiplicidade e unicidade imagética, mas a imposição de uma sobre a outra não promovera a aniquilação do dessemelhante, pois era necessária subsistir a diferença para legitimar e alimentar a existência da imagem-identidade ³⁹⁸. Para isso, não apenas os grupos nacionais se organizaram, como também o apoio norte-americano produziu espetáculos políticos e de terror para legitimar algumas ações em favor de sua ordenação ao modelo do liberalismo econômico defendido naquele momento.

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial, os incentivos e os programas de industrialização da Europa e da América Latina se alicerçavam pela influência estadunidense. O processo de industrialização entre 1850 e 1914 no Brasil se moveu pelas iniciativas britânicas, suas posturas em relação às importações e exportações. Sua presença direta ou indireta, nesse processo, foi um esforço para transformar a economia agrária em industrial. Segundo Grahman, essa iniciativa teve a presença britânica na construção de uma infraestrutura como no setor de transporte, na disponibilização de máquinas e suprimentos para sua manutenção e produção, no empréstimo de capitais, na ajuda técnica e no ensino para os trabalhadores e os donos dos meios de produção (ou seja, os patrões). Isso proporcionou aos britânicos um papel primordial nesse processo. Para o referido autor, a industrialização não

³⁹⁸ Segundo Balandier, “se a desordem não se isola, é importante identificar suas manifestações, sinalizar-lhe uma oposição, convertê-la em energia capaz de efeitos positivos; utilizar o movimento em vez de deixá-lo solto ou sofrê-lo, mesmo sem saber ao certo quais os meios para se chegar a isso e os riscos assumidos por erro e não por passividade”. BALANDIER, Georges. **A desordem**: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.191.

era somente a criação de indústrias em dada localidade, mas representava uma transformação em larga escala³⁹⁹.

Tal processo não se conectava por uma certeza de que daria certo, mas por meio da construção de uma crença vinda não do discurso religioso, mas do discurso científico construído e traduzido pelos discursos de seus líderes políticos. Essa crença, vinda do final do século XIX e início do XX, intensificou-se com os anos de Guerra Fria e aumentou com a tecnologia financiada pela corrida armamentista que levou mudanças significativas nas relações comerciais, culturais, de produção e de consumo. Isso gerou, para Pestre, um aumento dos laboratórios, lugar em que se valorizou a “organização e hierarquia, e a divisão do trabalho como especialização e prevalente”⁴⁰⁰. Tais alterações, segundo o referido autor, ocorreram mediante a imposição de um novo regime técnico científico que buscou dar respostas aos novos estados que se fundavam ou à (re)invenção dos velhos, por exemplo, na constituição de regras mais eficazes de funcionamento.

A presença norte-americana no Brasil, nos anos destacados acima, não foi percebida, como nos anos 1930, apesar das aproximações e da imersão do Brasil financeiramente dependente de seus acordos político-econômicos e de suas relações culturais. Para Holanda, a cultura brasileira naquele período era marcada pelos traços ibéricos e lusitanos, sendo o americanismo resumido às “manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”⁴⁰¹. Essa ponderação está contida em *Raízes do Brasil*, obra em que trabalhou as transformações de um espaço movido eminentemente pelas questões rurais para a construção de uma cultura do urbano. Para ele, esse processo foi marcado pela passagem do elemento monocultor que servia como base da economia brasileira, isto é, da cana de açúcar ao café⁴⁰².

Mas essa análise de Sergio Buarque de Holanda maneja questões imbricadas de um regionalismo contido e da defesa de um novo projeto nacional por meio de uma releitura das raízes do País e de um discurso particularista entre as suas regiões. Por exemplo, quando

³⁹⁹ Para Graham (1973), entre 1850 e 1914, a industrialização fora a edificação de meios de transporte, modificando as distâncias entre as nações; a construção de programas que viabilizassem o financiamento para a compra de maquinarias e produtos – no caso do Brasil vindos dos britânicos; essa disponibilidade de capital favoreceu “uma grande influência sobre o sistema de mão-de-obra e a mentalidade empresarial. Os britânicos estavam profundamente envolvidos no processo da modernização”. GRAHAN, Richard. **Grã-bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p.165.

⁴⁰⁰ “le laboratoire devient un lieu plus organisé et hiérarchisé, et la division du travail comme la specialisation y prévalent”. PESTRE, Dominique. *Savoirs et sciences de la Renaissance à nos jours: une lecture de longue durée*. In: PESTRE, Dominique; BONNEUIL, Christophe (Org). **Histoire des sciences et des savoirs**: 3. Le siècle des technosciences (depuis 1914). Paris: Éditions du Seuil, 2015, p.466, tradução nossa.

⁴⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.172.

⁴⁰² *Ibidem*.

se enfatizou as mudanças de produtos, colocava indiretamente as da região produtora e do grupo de liderança que a governava. Essa postura refletia a crença nas transformações econômica-culturais a partir do processo de industrialização que utilizaria os produtos e as rendas-lucros derivadas da venda para promover a implantação do modelo industrial, colocando também o sul-sudeste como os representantes de um outra experiência econômica-cultural, como o que Antônio Candido chamou, ao pensar que essa transformação se conectava à maneiras singulares de produção e exploração do trabalho, de os “modos de vida modernos”⁴⁰³.

Por isso, nesse processo de industrialização, pautado por um novo momento político e econômico pós-1945, verificaremos como os discursos, incorporados à arte de governar, fomentaram as instituições que se relacionavam com a implantação do Projeto RITA no Nordeste brasileiro.

4.1 O sonho fabril

Segundo Moniz Bandeira, nos anos 1950, a expansão capitalista no Brasil chegou a ritmos expressivos concernentes aos anos 1940. Para ele, principalmente, nos anos do Governo de Juscelino Kubitschek, tais transformações moveram um crescimento material, introjetaram elementos que provocaram mudanças no comportamento, nos hábitos, nos costumes e na cultura brasileira, por exemplo, os jornais que passaram a seguir o modelo dos norte-americanos⁴⁰⁴.

Dessa forma, a base para tal interpretação se alicerçava, dentre outros sustentáculos, na “Aliança para o Progresso” construída pelo Presidente Kennedy em 1961. Nesse mesmo período surgiu a “Carta de Punta Del Este” e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Dessa forma, defendemos que o Nordeste não era um ermo sem vida nos estudos técnicos e científicos; pelo contrário, a produção do conhecimento se dava visando desenvolvê-lo e olhava para suas peculiaridades, por exemplo, as novas relações entre natureza e cultura.

Teve-se nessas regiões, contudo, estudos técnicos e científicos locais que se tornaram invisíveis com o ingresso dos planos internacionais e toda a áurea provinda do conflito da Guerra Fria. Esses respaldados pela construção imagética de que o que vem de

⁴⁰³ CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.18.

⁴⁰⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

fora seria melhor do que aquilo feito pelos seus pares, como as transformações tecnológicas promovidas pelos investimentos dos EUA e da URSS na “corrida armamentista”, provocaram mudanças efetivas no cotidiano das pessoas. Segundo Prost, essas pesquisas acabaram barateando e aperfeiçoando os eletrodomésticos, bem como facilitando sua introdução progressiva na vida privada de um grupo abastado e sua massificação para um grupo de poder aquisitivo menor⁴⁰⁵. A partir disso, entendemos esse processo, segundo Bourdieu, como jogos simbólicos de poder, cujas marcações de *status* estão não apenas em sua visibilidade material⁴⁰⁶, mas também em sua imaterialidade, nos elementos e nas falas movedoras de redes relacionais que construíram uma presença-ausente da Guerra Fria no Brasil.

Dessa forma, o recorte temporal aqui tratado se alicerça em um contexto, cujo embate se deu entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviética. Tal bipolarização entre capitalistas e socialistas moveu essas potências a realizarem programas de apoio financeiro e técnico para defender os seus territórios de domínio. A *Aliança para o Progresso*, assim, estava dentro dessa política internacional vinculada ao capitalismo para a defesa nos anos 1960 das regiões americanas contra o avanço das forças comunistas. Esse imperialismo espacial manejava sutilmente as ideologias, construiu elementos simbólicos, reforçou sinais diferenciadores que pudessem resguardar os territórios americanos da relação com a URSS, como aconteceu com Cuba.

Segundo Ribeiro, três abordagens alicerçavam esse programa de assistência americana: 1 - a abordagem econômica, que levaria ajuda econômica aos países para que saíssem de uma condição de subdesenvolvimento para uma de desenvolvimento – cujo modelo deste era os EUA; 2 - a “doutrina da Guerra Fria” – realçando, assim, ser essa estratégia um molde de apoio financeiro importante para a segurança nacional; 3 – o fortalecimento e a expansão dos sistemas políticos liberais e democráticos nos países ditos de “Terceiro Mundo”⁴⁰⁷.

Consideramos, assim, que tais abordagens expostas acima estão interconectadas, favorecendo uma atuação por parte dos grupos atuantes da Aliança nos países americanos atingidos. Estudamos esse período sem as separar, mas verificando os jogos discursivos, as táticas de sobrevivência e as reações a tais intervenções que as constituíram em seus aspectos microscópicos – dentro dos países, nas relações grupais, familiares e pessoais – e os

⁴⁰⁵ PROST; Antoine; VINCENT, Gérard (org). **História da vida privada**: da guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

⁴⁰⁷ RIBEIRO, Ricardo Alaggio Ribeiro. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

macroscópicos – em seu caráter internacional, os convênios técnicos, científicos e econômicos.

A partir do que foi posto, o Nordeste brasileiro era visto como um espaço em que se podia frutificar o socialismo. As condições de penúria social causavam medo aos Estados Unidos e aos grupos conservadores locais, por exemplo, uma organização camponesa que se fez nos anos 1950 no Nordeste (as “Ligas Camponesas”) demonstrava brechas em que a presença direta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas poderia entrar no País. A sua imagem como um lugar propício para a frutificação das ideias socialistas/comunistas vai tomando corpo pós-1945 quando a União Soviética se visibilizou como a potência internacional que poderia prejudicar as projeções capitalistas estadunidenses em uma perspectiva mundial.

Nos anos 1960, foi implantado no interior do Ceará, especificamente, no Cariri cearense, um projeto americano de ajuda técnica ligado à Aliança para o Progresso a fim de possibilitar a industrialização regional. Para isso, os seus promotores firmaram um pacto a partir de um convênio entre a Universidade do Ceará e a Universidade da Califórnia. Tal plano se chamou de Morris Asimow, nomeação dada em homenagem ao seu arquiteto, professor e engenheiro metalúrgico, Morris Asimow, da UCLA. Em primeiro plano, esse engenheiro tinha como foco realizar seu projeto na Índia, mas com o convite feito por Martins Filho para que visitasse o Ceará, especificamente, o Cariri, viu naquele espaço condições socioeconômicas para o implantar, como também o convênio com a Universidade do Ceará no Brasil, que movimentaria os fundos financeiros nacionais e locais para essa empreitada.

Para Figueiredo Filho, no dia 30 de dezembro de 1960, chegou ao Crato a comitiva do professor Morris Asimow e sua esposa, guiada por Raul Barbosa⁴⁰⁸. Na noite desse dia, reuniram-se no anfiteatro do Ginásio Madre Ana Couto com a elite econômica de Juazeiro do Norte e Crato. Para esse intelectual, buscando mostrar a força econômica caririense, destacou que o “salão ficou superlotado”⁴⁰⁹. Isso representaria “prova evidente de que o Cariri, agora com a energia de Paulo Afonso”⁴¹⁰ ansiava se desenvolver. A novidade para a região saiu da boca de Morris Asimow, a compreensão não se dera de forma clara, pois ele não falava português e comunicou-se em inglês por meio de um tradutor. As suas palavras

⁴⁰⁸ Cearense, bacharel em Direito e ex-governador do Ceará (1951-1954), atuou também como presidente do BNB, deputado federal e funcionário do BID, morreu nos EUA em 1975.

⁴⁰⁹ FIGUEIREDO FILHO, José. “Professor californiano em visita ao Cariri”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano XLIII, n.33.001, domingo, 1 de janeiro de 1961, p.3.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

não eram sobre o “dolar para movimentar as riquezas adormecidas da região”⁴¹¹, mas de um “técnico experimentado no alevantamento industrial de zonas subdesenvolvidas”⁴¹². Portanto,

O que pretende o prof. Morris de acordo com a Universidade cearense é preparar técnicos para a batalha de desenvolvimento desta região, que merecem lugar mais de destaque na vida econômica nacional para que o organismo do Brasil não venha a cambaliar, sob mil sustentáculos. A verdade é que sem o técnico, não poderemos ter indústria. Já passou o tempo em que o curioso, mesmo inteligente, tomava conta das máquinas para manejá-las e conservá-las. O resultado dessa mentalidade sem preparo foi o Brasil converter-se em verdadeiro cemitério de maquinaria imprestável⁴¹³.

Verificamos também que o Cariri era um lugar favorável para provar sua tese de que através de um planejamento científico, olhando as questões estruturais e superestruturais, seria possível a mudança da atividade econômica sustentadora de uma região, a saber, do setor primário para o secundário, erigindo, assim, suas bases capitalistas de produção e de consumo. Depois de seu início, outros projetos nasceram e compuseram o que se chamou o *Rural Industrial Technical Assistance* (RITA), atingindo Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia, por exemplo. Para isso, os convênios se ampliaram para a Califórnia State College e San Francisco State College, dentre outras instituições.

Para Castells, a política empresarial delimita e escolhe a localização espacial para a implementação de suas fábricas, pois tal elemento determina sua inserção no sistema de produção. Dessa forma, para ele, produção e espaço são elementos interdependentes e importantes para sua efetivação e “lógica social de implantação industrial”⁴¹⁴. A escolha do Cariri não foi por acaso e nem aleatória, proveio de um estudo sistemático em prol de localizar no Brasil um território central que tivesse elementos que pudessem sustentar a produção com a mão de obra e a matéria-prima, como também sua viabilidade de comercialização interna e externa. Por exemplo, pensava-se que essas fábricas teriam como consumidores diretos todos os municípios do sertão nordestino e, posteriormente, a possibilidade de expandir seu mercado consumidor para o sul e sudeste brasileiro.

Fizeram, então, uma tentativa de colocar em prática estudos científicos a partir da assessoria técnica que visava construir indústrias para fomentar as transformações econômicas locais. Essa intervenção técnica e econômica de fora para dentro se alicerçou na esperança dos

⁴¹¹ FIGUEIREDO FILHO, José. “Professor californiano em visita ao Cariri”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano XLIII, n.33.001, domingo, 1 de janeiro de 1961, p.3.

⁴¹² *Ibidem*.

⁴¹³ *Ibid*.

⁴¹⁴ CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. São Paulo: Editora Presença, 1980, p.165.

empresários e latifundiários caririenses que estavam passando por uma crise financeira proveniente da estiagem que ocorrera no final da década de 1950 e início da de 1960. Não só os horizontes de expectativa⁴¹⁵ se moveram para tal empreitada, como também o desejo mobilizou um investimento local, provocando, de tal modo, um esvaziamento das reservas financeiras de algumas famílias do Cariri, que retiraram vultosas quantias do plano de recuperação da lavoura para investir na construção das fábricas pensadas pelo projeto em questão. Destacamos as seguintes: Cerâmica do Cariri S/A (CECASA) – 1962; Indústria de Eletromáquinas S/A (IESA) – 1962; Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A (IBACIP) – 1963; Indústria de Alimentos Enlatados S/A (INAESA) – 1962; Indústria de Moagem do Cariri S/A (IMOCASA) – 1962.

O Projeto Asimow, como piloto desse convênio entre a UCLA e a UC, pretendeu, primeiramente, construir uma relação por meio de um diálogo entre as pesquisas científicas existentes na UC e as pesquisas do professor Morris Asimow e sua equipe técnica. Esta chegara ao Cariri para fazer uma observação *in loco* de suas condições econômicas e sociais. Dessa forma, tanto a equipe americana de técnicos como a brasileira eram formadas por dois grupos: os economistas e os antropólogos. Esse convênio era defendido como meio para levar o território a se desenvolver a partir de ações concretas, em que cientistas empreenderiam em parceria com entidades financeiras locais, com o investimento público interno e a ajuda internacional para a realização de obras em prol de prevenir o território das forças ditas subversivas, particularmente, as regiões estratégicas e com potencial para o desenvolvimento industrial.

Promover sua industrialização, naquele momento, era imergi-lo em um novo ritmo temporal, era introduzi-lo em práticas de consumo que favoreciam a construção e o crescimento de uma mentalidade capitalista, era edificar e fortalecer uma divisão classista que o representava, ou seja, burguesia e proletariado. Portanto, esse novo campo de expectativa e experiência entrava em conflito com a divisão social predominante no Cariri cearense, como também com sua base econômica, a saber, de um lado os agricultores – sem posse da terra – e do outro os latifundiários – os seus detentores. Os estudos dessa particularidade regional por essa equipe se tornaram importantes para defender o projeto e conseguir recursos que o financiasse. Segundo uma nota de notícia divulgada pelo Boletim institucional da UC em 1962,

⁴¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

O “Projeto Asimow”, da autoria do Prof. Morris Asimow, da Universidade da Califórnia, Estados Unidos, ora em execução no Cariri, mediante convênio celebrado com a Universidade do Ceará e o Banco do Nordeste do Brasil S.A., possui em parte as mesmas características do “Projeto para o Ceará” do Prof. Thomaz Pompeu Sobrinho, de vez que estão sendo estudados naquela região todos os problemas relacionados com as atividades agropecuárias, comerciais e industriais, tendo como elemento central a figura do homem caririense. Esta revelação feita pelo jovem antropólogo John R. Davis, um dos responsáveis pelas investigações de campo no extremo sul deste Estado⁴¹⁶.

Assim, essa equipe mista de antropólogos e economistas do Brasil-EUA fez estudos que o ajudaram a viabilizar. A primeira se interessava em olhar para as condições econômicas, quais os produtos agrícolas produzidos na região e como transformá-los a fim de edificar uma indústria rural. Para tornar viável esse processo de mecanização e industrialização do campo, se promoveu o ingresso e a ampliação no Cariri da energia de Paulo Afonso tanto na zona urbana como rural. Esse desejo de industrialização regional passou a ter um elemento fundamental com a construção de uma subsidiária regional da Companhia Hidroelétrica de São Francisco nos anos 1960: a Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA)⁴¹⁷.

A segunda equipe avistou os costumes e os elementos culturais que compunham seus homens e suas mulheres, ou seja, perquiriram e estudaram “a formação da família caririense, seus tipos acentuadamente regionais, sua religião, seu índice de educação, seus problemas de abastecimento doméstico e até mesmo alguns aspectos de sua história”⁴¹⁸. Nesse intuito, a ajuda para os antropólogos americanos fora dada pelo Instituto de Antropologia da UC, dirigido, à época, por Thomaz Pompeu Sobrinho, que vinha realizando algumas pesquisas nesse viés na comunidade de Juatama no município de Quixadá⁴¹⁹.

A vila de Juatama foi uma das três localidades escolhidas⁴²⁰ para se realizar esse plano de estudo, tendo como norte o viés antropológico e o caráter pluridimensional. Para isso, o grupo foi composto por profissionais de diversas áreas: geógrafos, geólogos, cientistas naturais, agrônomos, dentre outros. Essa vila tinha aproximadamente 500 pessoas nessa época, e com tal dado demográfico se detectou a necessidade de ter um panorama de estudos outros, como o físico, o técnico e o cultural para descortinar suas diversas singularidades. Essas investigações faziam parte de uma Antropologia Social e Cultural defendida por esse Instituto de Antropologia. Isso se fizera aspirando elaborar um conhecimento a partir de sua

⁴¹⁶ “Significado do Projeto Asimow”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.286.

⁴¹⁷ GOMES, Assis Daniel. **Faça-se luz**: Energia e Força no Nordeste brasileiro (Cariri cearense, 1949-1972). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

⁴¹⁸ “Significado do Projeto Asimow”, *op.cit.*, p.286.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ As outras foram: Jacaúna e as Vila de Dom Maurício.

realidade para transformá-lo mediante o aprimoramento da fonte de renda na zona rural, bem como criar as possibilidades de conviver com os períodos de seca.

A industrialização do Cariri, pretendida pelo projeto Asimow, jogava com os anseios das mudanças sociais, econômicas e culturais que proviriam do percurso e da instalação de pequenas empresas de produtos alimentícios, eletrônicos e de materiais para a construção civil. Além disso, enfatizavam que provinha de um estudo científico e que tinham o acompanhamento da ciência, ou seja, que seria erigida a partir de um planejamento de técnicos especializados. Essa defesa resplandecia o sentido que a ciência e a técnica tomaram durante a Guerra Fria como promotora de transformações econômicas e culturais. Para os arquitetos dessas empresas, “o impulso pioneiro que se pretende dar à industrialização do Cariri firma-se, por conseguinte, numa intenção lógica e devidamente orientada pela Antropologia Cultural”⁴²¹.

A partir disso, percebemos que os técnicos e cientistas que participaram do projeto tinham definições delimitadas de qual seria o campo dentro da ciência que suas pesquisas e atuações decorreriam. Portanto, além de ações viabilizadoras da construção de indústrias, os estudantes e professores participantes instituíram-no como trabalho de campo/pesquisa de onde saíam as suas investigações, monografias, dissertações e teses nas diversas áreas do conhecimento, por exemplo, na Engenharia e na Antropologia. A especificidade de se trabalhar com a Antropologia Cultural expunha também a própria definição que Thomaz Pompeu Sobrinho tinha sobre esse campo dentro da Antropologia. Tal visada se alicerçava nos trabalhos feitos pelo Instituto de Antropologia da UC. Para o referido autor,

A distinção mais importante, sob o ponto de vista prático, entre características culturais e físicas, é que estas são positivamente as mais permanentes, resultam da hereditariedade, do meio, ou das duas origens ao mesmo tempo (cor da pele, grupo sanguíneo, etc). Ao contrário, as características culturais, dependendo do meio social, modificam-se frequentemente e não raro rapidamente, como acontece sempre que uma nova invenção surge numa dada área (Boyd)⁴²².

A dicotomia colocada na definição por Pompeu Sobrinho, mediante a estratégia de comparação, foi a dos bens materiais e imateriais. Em fins dos anos 1940, se tem uma luta de afirmação da Antropologia como ciência no Brasil, para isso tencionaram diferenciar o campo da cultura do de folclore. Para construir o campo de estudos folcloristas no Brasil se

⁴²¹ “A redenção do Vale do Cariri”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.289.

⁴²² SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Noções sobre o conceito de Antropologia. **Boletim de Antropologia**, Fortaleza, v.1, n°1, 1957, p.110.

criou em 1947 a Comissão Nacional do Folclore e em 1961 a Revista Brasileira do Folclore, por exemplo. Contudo, tinha-se o diálogo entre eles e um trânsito de seus profissionais que demarcavam o seu fazer e o campo em que se produzia determinado conhecimento.

Portanto, o Projeto Asimow tinha como idealizador e implementador o professor de engenharia da UCLA, Morris Asimow, iniciado em 1961 no Cariri cearense. Rubens Costa, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, convidou-o para realizar sua assistência técnica no Brasil, para a criação de fábricas em suas regiões pobres a fim de industrializá-las. Para agregar força e empreender tal apelo, se conversou com Gonçalves de Sousa, na época diretor da Assistência Técnica da Organização dos Estados Americanos, para o diálogo com outras instituições, como a UC – cujo reitor, Martins Filho, associou-se a esses intelectuais para convidar o referido professor de engenharia para utilizar o Ceará como espaço para tal intuito. Além do referido engenheiro vieram 9 especialistas por meio do financiamento da Fundação Ford⁴²³. Esses eram estudantes de pós-graduação sendo assim distribuídos: 6 engenheiros, 2 antropólogos, 1 administrador de empresas; tinha-se também a equipe formada pelos brasileiros: 3 economistas e 2 agrônomos supervisionados pela Universidade do Ceará.

O projeto se iniciou em setembro de 1961 por meio do acordo firmado entre a UC e a UCLA. Para isso, Martins Filho devotou o apoio da Universidade do Ceará – Instituição Pública de Ensino Superior (IES), que nascera no Brasil em 1954. Essa IES estava se estruturando e se consolidando enquanto espaço de ensino e pesquisa no Nordeste brasileiro. Martins Filho viu com esse convênio a possibilidade também de qualificar o seu quadro de profissionais (professores e técnicos), que era alvo de críticas dos reitores das universidades brasileiras existentes à época, haja vista seu nível de formação acadêmica considerada precária.

Para os caririenses, a sua realização no Cariri demandaria uma modificação econômica e uma salvação para suas reservas financeiras, fragilizadas com a seca de 1958. Dessa forma, os seus horizontes de expectativa impulsionavam investimentos e visibilidade pública, enfatizando neles que, quando começassem a atuação do projeto no sul do Ceará, 1.500 trabalhadores seriam empregados diretamente nas fábricas criadas, e que indiretamente 5.000 trabalhadores seriam atingidos. Esses elementos de propagação de certo sonho de sua elite econômica, movido pela apropriação da publicidade sobre o projeto, tinha o respaldo de seu vínculo institucional com a Aliança para o Progresso. Isso promoveu a divulgação de que

⁴²³ “Desenvolvimento de indústrias no Cariri propõe Brasil-USA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 11 de abril de 1963, p.1.

se teria o apoio internacional para essa construção e a sua viabilidade se colocara como certa. Para esse programa bilateral (Projeto Asimow), da Aliança para o Progresso, assinaram o convênio os “representantes da SUDENE, do Ministério da Educação e Cultura e da Universidade do Ceará. Em nome do governo dos Estados Unidos, o representante da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) firmou o documento”⁴²⁴.

Visavam também, com esse acordo, diminuir a evasão da mão de obra regional que imigrava, não mais para o Amazônia, mas para o Sul e Centro-Oeste. Essa sangria retirava homens e mulheres que possuíam um conhecimento prático nas atividades agrícolas e artesanais, bem como esvaziava seus campos e tornava precária a produção agrícola. Para o deputado federal udenista Araripe, ao promover uma defesa do Cariri e das medidas para conter essa diminuição demográfica em fins da década de 1950, destacara que “o Cariri esteve sempre excluído das providências relativas ao combate aos efeitos das secas”⁴²⁵. Esse fator se associava, para ele, a sua exclusão do “programa rodoviário, manteve-se fora das cogitações em matéria de açudagem, nunca se cuidou do racional aproveitamento das fontes perenes, das terras úmidas, dos extensos e fertilíssimos baixios que possui”⁴²⁶.

Nesse momento, o referido deputado juntamente com um grupo heterogêneo de políticos trouxe a energia elétrica de Paulo Afonso para o Cariri, travando uma luta interna, no Ceará, e externa, no Brasil, para legitimar esse projeto para o governo federal desde os anos 1950. Naquele momento, fazia-se uma expectativa de que quando essa força chegasse na região favorecesse a construção de fábricas com base nos seus recursos naturais, como sua principal matéria-prima, e o aumento de sua rede rodoviária. Por exemplo, a edificação de uma fábrica de cimento em Crato⁴²⁷.

Quando se efetivou, após sua eletrificação, a construção da CELCA, a região recebeu a presença do professor Morris Asimow, que tinha como objetivo a instalação na região de pequenas e médias empresas. Para isso, ofereceria uma ajuda técnica e financeira. O fator da abundância de força que essa localidade passou a ter naquele momento, a primeira no sertão nordestino, tornou-a um lugar propício para construir uma experiência que pudesse se espalhar pelos territórios que aos poucos iriam ser eletrificados pela CHESF. Por exemplo, espalhavam suas expectativas e esperanças de que esse projeto iria causar uma revolução econômica no Vale do Cariri.

⁴²⁴ “Desenvolvimento de indústrias no Cariri propõe Brasil-USA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 11 de abril de 1963, p.1.

⁴²⁵ ARARIPE, Antonio de Alencar. Possibilidades Econômicas do Cariri. **Itaytera**, Crato, ano 5, n.5, 1959, p.152.

⁴²⁶ *Ibidem*.

⁴²⁷ *Ibid*, p.157.

Morris Asimow, em parceria com John S. McNown, publicou um artigo teórico sobre essa experiência no *Journal of Engineering Education*. Nele, defenderam a ideia de que o desenvolvimento era um desafio, inclusive para os engenheiros, cuja relação com a tecnologia era de transformação e a promoção de maneiras de sua ampliação. Nessa tarefa no Brasil, defenderam este caminho: aliar o conhecimento científico e as realidades estruturais dos territórios, sejam físicas, econômicas e sociais⁴²⁸. Esse intelectual se vinculava ao corpo de cientista norte-americanos financiado pela política cultural norte-americana que se ligava à “doutrina da diplomacia total dos Estados Unidos”⁴²⁹. Os recursos dispensados pós-1945 pelo governo norte-americano para a afirmação de sua liderança nas relações geopolíticas continentais e mundiais mostrou que a “indústria do conhecimento” se tornava primordial para sua efetivação, propagação e atuação. Por exemplo, o lançamento da Doutrina Truman. Para Ianni, documentos norte-americanos firmavam essa política cultural como *Fulbright Act* de 1946, *Smith-Mundt Act* de 1948 e *Fulbright-Hays Act* de 1961⁴³⁰. Nesse intuito, os programas construídos combinavam o capital estatal com o privado, dando-lhes, assim, o caráter de misto. Retirando a dependência das empresas do governo estadual, conferiu-lhe um fluxo e cambio de capital ligado ao financiamento privado, seja nacional ou internacional, o que ocorreu com o Projeto Asimow e o RITA.

Nessa defesa do seu campo de saber, como promovedor de mudanças que levariam o desenvolvimento para os espaços ditos subdesenvolvidos, atraiu para si e para seu campo o investimento do governo dos Estados Unidos para tentar industrializar territórios pobres. Em um primeiro momento, pensava em realizar esse processo na Índia, pautando-se na tentativa de fortalecer a ideologia capitalista em seu espaço, e considerando a sua proximidade da China Comunista. Depois, a realização desse projeto piloto foi transferida para a América Latina, especificamente, para o Brasil no Cariri cearense, pois perceberam que a América não estava protegida como se pensava antes da Revolução Cubana.

Enfim, nesse momento o que envolvia o conflito da Guerra Fria se encarnava na vida concreta das pessoas. Além da demonização do comunismo, se efetivou teias para prender um novo público de consumidores e promover um ritual de iniciação aos *habitus*⁴³¹ capitalistas. A presença-ausente da Guerra Fria no Cariri e no Nordeste, com o projeto Morris Asimow, ou RITA, deu-se mediante o manejo da imagem da potência bélica que tinha ambos

⁴²⁸ ASIMOW, Morris; MCNOWN, John S. Engineering Education and International Development. **Engineering Education** 56, USA, n.3, november 1965.

⁴²⁹ IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.39.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

os lados. No caso do Brasil, a exposição do poder dos armamentos vinculava-se ao medo da perda do *status* que algumas famílias tinham na região com uma possível revolta dos camponeses e proletários. Então, a aderência a essa imagem a metamorfoseou em uma antropofagia à moda brasileira, seus usos se fizeram mediante intenções, suas escolhas se gladiaram entre a compra dessa imagem da Guerra Fria e a venda de que alguns espaços brasileiros seriam importantes locais de sementeira do socialismo. Essa negociação abriu o diálogo, chamou a atenção e atraiu recursos que visavam transformar essas condições de possibilidade.

Buscaremos, no próximo tópico, trabalhar a criação das fábricas do projeto piloto Asimow. Utilizamos, além da documentação escrita, fotografias que fazem parte do arquivo do Memorial da UFC e que compunham o acervo do núcleo administrativo do Asimow em Fortaleza. Essas fotos foram utilizadas para demonstrar sua viabilidade, acompanhar seu progresso e foram utilizadas como documento por Martins Filho para legitimar o uso das verbas da Universidade para a manutenção de suas unidades fabris. As fotografias expostas nesta tese são uma pequena amostra do rol existente. A sua eleição se deu a partir da presença dos trabalhadores, pois nos indicava quais as relações construídas entre os trabalhadores e a nova forma de trabalho que adentrava no Cariri cearense.

4.2 Os movimentos das câmeras

Em 1962 sob orientação pessoal do professor Morris Asimow, da Universidade de Berkeley da Califórnia, a Universidade do Ceará com a colaboração de instituições nacionais e internacionais promoveu um surto industrial do Cariri. O projeto Morris Asimow tinha como objetivo o aproveitamento da mão de obra artesanal utilizando-se dos recursos e matérias-primas da região. O convênio entre as Universidades previa a formação de pessoal especializado na Califórnia e o planejamento de técnicos de ambas as universidades na instalação de pequenas e médias empresas⁴³².

A narrativa acima foi retirada do documentário “Viva Cariri”, de Thomaz Farkas⁴³³, gravado em 1968. Nele o desejo do progresso da elite econômica caririense e a religiosidade local se intercalavam e se mesclavam às imagens e à voz do narrador, que

⁴³² “Viva Cariri!”. Produção de Thomaz Farkas, direção e roteiro de Geraldo Sarno, Cor e b&p, 36/16 mm, ampliado 35 mm, 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SVHxIorCnRY>.

⁴³³ Em sua tese de doutoramento Thomaz Farkas o fez após a experiência nas gravações do “Viva Cariri”, defendendo-a em 1972. Na tentativa de enfatizar o seu modelo de cinema documentário destacou que a produção de espaços existentes no Brasil onde costumes eram presentes, podia-se ver o processo de assimilação e deluição dela ao asfalto, símbolo da imagem do progresso do Brasil de então. Para ele, essas espacialidades “são como ilhas culturais que permaneceram estacionárias com uma tradição oral em vigor, usos e costumes pouco influenciados pelo progresso industrial”. FARKAS, Thomaz. **Cinema documentário**: um método de trabalho. 1972. Tese (Doutorado em Jornalismo e Editoração) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, p.20.

procurava interpretá-los. Um dos elementos destacado nesse suposto Cariri progressista fora o Projeto Asimow. Para isso, mostraram as imagens das unidades fabris criadas, aproximaram a câmera cinematográfica das placas existentes em seu território, como SULCEPA e CECASA. Por exemplo, ““CIMASA” – a implantação desta indústria está sendo financiada pelo Banco do Brasil S.A. Com recursos: “Aliança para o progresso”. Indústria da Mandioca, Crato, Ceará”⁴³⁴.

Nessas placas, além do nome da empresa, se tinha o nome do órgão que investira em sua criação, dando visibilidade a tal instituição financeira, como também agregando valor simbólico a empresa. Em seu início, esse desejo de industrialização se mostrara em desenvolvimento. Uma xilogravura sobre o projeto Asimow sintetizava a estrutura técnica, científica e financeira manejada para sua manutenção, representada por meio da imagem de uma árvore, em que fábricas compunham seus ramos; as instituições também foram retratadas por animais, por exemplo, a Universidade do Ceará era uma cobra e os órgãos financeiros eram pássaros, como CODENO e SUDENE.

Segundo Lucas, o filme documentário da Caravana Farkas buscava aliar estética e ética, transformando o documentar em ato, criando “a partir do contato com uma dada realidade e de um encontro de subjetividades”⁴³⁵. Simbolizando a modernidade e poder, esse recurso midiático era usado para cristalizar determinados “projetos ditos civilizatórios e modernizantes no país”, mas dava indícios da continuidade da “pobreza e exclusão social”⁴³⁶, revelando a sua periferia no anseio de integrar-se ao Brasil urbano e industrial.

Para Farkas, em seu início, o Cariri foi atingido pela “desmedida euforia”, mobilizando as poupanças locais para a compra de suas ações. Entretanto, posteriormente, as empresas enfrentaram uma crise em sua manutenção, por exemplo, o Comércio e Indústria da Mandioca S.A perdeu boa parte de seu mercado consumidor com a lei federal que diminuiu o uso da farinha de mandioca na mistura do trigo. Por causa disso, a empresa não conseguiu funcionar e o seu gerente decidiu fechar as portas até a resolução do problema. Além da fala do gerente, o documentário de Farkas mostrou a imagem da fábrica parada. Subsequentemente, misturou a imagem da venda de sandália com a propaganda fabril, destacando as peculiaridades de sua produção moderna e a produzida pelo artesão local. Esse usava o couro que não é resistente à água, aquele tinha uma “nova palmilha conformada, anti-

⁴³⁴ “Viva Cariri!”. Produção de Thomaz Farkas, direção e roteiro de Geraldo Sarno, Cor e b&p, 36/16 mm, ampliado 35 mm, 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SVHxIorCnRY>.

⁴³⁵ LUCAS, Meize Regina de Lucena. Caravana Farkas: itinerários do documentário brasileiro. **O olho da história**, ano 12, n.9, dezembro de 2006, p.3.

⁴³⁶ LUCAS, Meize Regina de Lucena. Viva Cariri! Imagens do sagrado no documentário brasileiro. **Trajatos: Revista de História da UFC**, v.4, n.8, 2006, p.87.

derrapante, que não quebra, não encolhe e nunca deforma. No clube, na praia ou em casa, sandálias tônico um produto IMOCASA de Juazeiro do Norte-Ceará”⁴³⁷.

A sede geral do projeto Asimow se localizava na Avenida da Universidade em Fortaleza. Possuía a seguinte organização: Coordenador Geral, João José de Sá Parente (engenheiro civil) e coordenador técnico, José Murilo Araujo Perdigão (engenheiro mecânico)⁴³⁸. Para a realização dos projetos fabris do Asimow se firmaram parcerias entre a Universidade do Ceará, o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará, a Fundação Ford, o Ministério da Agricultura, a USAID, a OEA, a Universidade da Califórnia e a SUDENE⁴³⁹.

A PUDINE, mais conhecido originalmente por Projeto Asimow, provém de um intercâmbio técnico e cultural entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia, com o concurso especial do Professor Morris Asimow, do departamento Científico desta última Universidade, tendo duplo objetivo: treinamento de pessoal e implantação de médias e pequenas indústrias no interior cearense⁴⁴⁰.

O geógrafo Hilgard O'Reilly Sternberg, em sua visita ao Cariri cearense nos anos 1960, verificou *in loco* a instalação de suas indústrias. As suas apreciações, pautadas por seus registros e por sua memória, destacavam-na na matéria que publicou no Boletim Geográfico de 1965 intitulada “Brasil – Gigante complexo”. Os aspectos realçados desse projeto foram o método colocado em prática pelo engenheiro da UCLA e os seus elos com os recursos naturais, humanos e morais. Entretanto, também evidenciava que estava em construção, ou seja, ainda não se tinha feito uma experiência desse porte em um país subdesenvolvido. Por isso, não se poderia presumir sobre algo. Outro elemento, era a ênfase dada a iniciativa privada em sua criação e manutenção, quebrando com a ideia de que isso só seria possível por meio do investimento do governo. Esse geógrafo frisava o uso das poupanças privadas para o seu financiamento e mais adiante veremos que tal expectativa se esmoreceu ao longo dos anos

⁴³⁷ “Viva Cariri!”. Produção de Thomaz Farkas, direção e roteiro de Geraldo Sarno, Cor e b&p, 36/16 mm, ampliado 35 mm, 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SVHxIorCnRY>.

⁴³⁸ O corpo técnico que compunha o projeto era formado pelos seguintes nomes e cargos: “Advogados: Elnó Quinderé (Consultor Técnico), Maria Apolline Ramos Viana; Agrônomos: Carlos Brunet Martins, José Airton Cavalcanto Teixeira, Mauro Barros Gondim, Paulo Roberto Silva, Raimundo Holando Farias e Virgílio Marques de Lima Rocha; Desenhista: Antônio Severino Barros; Economista: Américo Barbosa Fortes, Francisco Anílton de Almeida Ramos, José Dantas da Silveira, Luciano de Almeida Arruda, Roberto Pamplona de Moura e Sebastião da Costa Monteiro; Engenheiros: Célio Augusto de Moraes júnior (Civil), Francisco Celso Coelho (Civil), José Walderley Coelho Dias (Civil), Luiz Walderley Coelho Dias (Civil), Luiz Ary Romcy (metalúrgico), Paulo Roberto Augusto de Moraes (Civil) e Raimundo Ferreira Sales (Químico); Geógrafa: Anna Dias da Silva Carvalho; Geólogo: Antônio Ronald Loureiro; Linguista: José Moacyr Pôrto”. UFC. **Catálogo Geral**. Fortaleza: UFC, 1966, p.75.

⁴³⁹ *Ibid*, p.73-74.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p.74.

1960. O comprazimento inicial se acaroou com os cortes orçamentários do governo pós-1964.

Para ele,

Enquanto, estava sendo coletado dos acionistas o capital necessário para o funcionamento da empresa, e emissários iam e vinham na execução de intermináveis tarefas burocráticas e na tentativa de obter a aprovação do banco governamental - e empréstimos - os preços da maquinária necessária subiram a ponto de se tornarem inacessíveis para as indústrias nascentes. Quando visitamos a região, no verão passado, capital adicional estava, sendo subscrito e outros ajustes se faziam á luz da experiência adquirida desde a conclusão dos estudos sobre a viabilidade do projeto. Não somente sendo postos em prática alguns projetos, mas também várias novas indústrias, independentes do programa do professor Asimow, tinham sido controladas, algumas delas encorajadas pelo clima de otimismo gerado por êsse plano⁴⁴¹.

Algumas indústrias instaladas no Cariri cearense foram estas: Cerâmica do Cariri, S.A (CECASA); Indústria Moagem do Cariri, S.A (IMOCASA); Industria Eletro-máquina, S.A (INESA); LUNA S.A; Indústria Barbalhense de Cimento Portland (IBACIP); Indústria e Comércio S.A (POLITEX); Indústria de Alimentos Enlatados do Cariri Ltda (INAESA); ALGOPEL S.A e Pocilga do Cariri Ltda (POCAL); Companhia Industrial de Mandioca S.A (CIMASA)⁴⁴². Além de suas edificações se criou um curso de gerência de empresa com 8 semanas de duração. Esse tinha o seguinte currículo: 1 - Princípios de Administração; 2- Relações Humanas na Empresa; 3 - Administração de pessoal; 4 - Legislação Trabalhista; 5 - Legislação Comercial e Fiscal; 6 - Economia Industrial; 7 - Contabilidade Industrial; 8 - Administração Industrial; 9 - Atividades Complementares⁴⁴³.

A CIMASA foi criada em 11 de janeiro de 1965 com a finalidade de industrializar a mandioca e produzir rações balanceadas. Com o capital social em 1967 de 605 mil cruzeiros novos, tinha-se a expectativa de elevá-lo para 1.084.659,00. A sua diretoria era composta por estes nomes: Antenor Ferreira Lins, diretor-presidente; Antônio Alves de Moraes Júnior, diretor-vice-presidente; Edízio Figueiredo Abath, diretor-gerente; Luiz Gonçalves Pereira, diretor Industrial⁴⁴⁴. O relatório submetido a SUDENE em 1968 em prol de levantar o auxílio financeiro almejava “ampliar seu programa de produção com a introdução de uma linha de farinha torrada aproveitando o bagaço resultante da fabricação de amido”⁴⁴⁵. O seu mercado pretendido era o Cariri cearense e estabelecia para os seus trabalhadores o regime de trabalho

⁴⁴¹ STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Brasil: Gigante complexo. **Boletim Geográfico**. Brasil, ano XXIV, n.188, setembro-outubro de 1965, p.763.

⁴⁴² Segundo Martins Filho (1998), o Projeto Asimow também fundou a Sociedade Agropecuária Ltda (SAPEL) em Capistrano, Ceará. MARTINS FILHO, Antônio. **Memórias**. Fortaleza: UFC, 1998.

⁴⁴³ UFC. **Catálogo Geral**. Fortaleza: UFC, 1966, p.74.

⁴⁴⁴ SUDENE. CIMASA. **Processo. 2.401/65; Parecer – DI- 232/68**, Recife, 10 de agosto de 1968, p.1.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

de 10 horas/dia e 200 dias/ ano⁴⁴⁶. A CIMASA em 1969 passara por uma crise com o seu mercado consumidor. Para o seu gerente, Edísio Abath, a solução da indústria de mandioca seria dada pela INDA, enquanto isso se tinha mantido contato com “a famosa organização GENERAL FOODS CORPORATION, com sede em Nova York”⁴⁴⁷. Essa empresa norte-americana tentava fazer um acordo para comprar a produção da CIMASA. Isso poderia ajudá-la a se recuperar devido ao abalo financeiro derivado do decreto nº210 de 1967⁴⁴⁸ que afetou a indústria de mandioca.

A CECASA foi criada em 16 de setembro de 1962 em Crato, com fábrica em Barbalha, e tinha por finalidade explorar e fabricar cerâmicas e seus derivados, por exemplo, tijolos vasados, telhas e manilhas⁴⁴⁹. Para isso, os seus fundadores içaram o capital de 30 milhões de cruzeiros, fracionado em 30 mil ações ordinária de 1.000 cruzeiros; associado a isso, obteve-se as verbas ligadas ao artigo 34 da Lei nº3.995/61 do governo federal. Sendo uma sociedade aberta, sua presidência em 1963 não possuía sócios ou grupos dominantes, por exemplo, “seu maior acionista possui menos de 10% do capital”⁴⁵⁰. Em 1965, o governador Virgílio Távora isentou a empresa de pagar os impostos estaduais por cinco anos⁴⁵¹.

Em 1963, o seu conselho diretor se montara desta forma: Naldemar Alencar Lima (Diretor-Presidente); Antônio Pereira Bringel, Adjalmo Pereira Peixoto, Antônio Melito Sampaio e José de Alencar Lima (Diretores adjuntos)⁴⁵². O regime de trabalho defendido pela empresa para os seus funcionários era de 286 dias, dividido em 8 horas por dia para os que preparavam a massa do produto; para os que compunham o centro de queima o regime de trabalho era 24 horas por dia⁴⁵³. Segundo o relatório da diretoria da CECASA, o processo de fabricação era ramificado em fases:

O processo tecnológico pode ser decomposto em 5 fases operacionais sucessivas, pela ordem de citação:

- 1- Extração e aeração da argila;
- 2- Desintegração, laminação e preparo da massa úmida;
- 3- Moldagem dos produtos;
- 4- Secagem e queima dos produtos moldados

⁴⁴⁶ SUDENE. CIMASA. **Processo. 2.401/65; Parecer – DI- 232/68**, Recife, 10 de agosto de 1968, p.1.

⁴⁴⁷ “Empresa Americana deseja comprar produção da CIMASA”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXIX, n.1.289, 28 de junho de 1969, p.1.

⁴⁴⁸ Esse decreto reduziu o percentual da farinha de mandioca na mistura da farinha de trigo.

⁴⁴⁹ SUDENE. CECASA. **Processo. 2.401/63; Parecer – DI- 106/63**, Recife, 22 de outubro de 1963, p.1.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

⁴⁵¹ “Crato libera a industrialização do Cariri: fundada a Cimasa – Colusa instalada”. **Jornal A Ação**. Crato, ano XXVI, n.1.060, 25 de abril de 1965, p.1.

⁴⁵² SUDENE. CECASA. *Op.cit.*

⁴⁵³ *Ibidem*, p.2.

5- Expedição⁴⁵⁴.

Nesse processo, os trabalhadores usavam a técnica clássica que tinham apreendido nos outros espaços de produção de cerâmica. Contudo, acrescentavam-se outros elementos para favorecer o ideal de progresso e favorecer as diferenças entre uma indústria artesanal e industrial. Por exemplo, o “emprego de um forno túnel, para secagem e queima dos produtos, se apresenta como inovação tecnológica”⁴⁵⁵, de modelo “americano” e com a assistência técnica da “Ferro Enamel do Brasil Indústria e Comércio Ltda”⁴⁵⁶, empresa especializada na edificação desses equipamentos para esse tipo de indústria.

Construída entre Barbalha e Missão Velha, com 1.972 m², localizava-se nas margens da rodovia que ligava estas cidades que eram seu principal mercado consumidor: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha. Isso tentou suprir esses centros com materiais mais sofisticados, como manilhas, que eram comprados em Fortaleza e Recife⁴⁵⁷. Outro elemento que deu legitimidade ao projeto fabril foi a divulgação de que iria criar 61 novos empregos, aumentar a produção desse material e o vender por um preço mais acessível, movimentando, dessa forma, o setor de construção civil, bem como a “diversificação, inclusive geográfica, do parque industrial do Nordeste, dentro de modernos padrões tecnológicos”⁴⁵⁸. Segundo o relatório da empresa em 1969,

A origem da “CECASA” está apoiada na experiência do projeto Asimow (convênio efetuado entre as Universidades do Ceará e da Califórnia), o qual tinha por escopo revelar oportunidades industriais em áreas que potencialmente apresentavam condições econômicas favoráveis, bem como criar nessas áreas mentalidade empresarial e desenvolver indústrias cuja estrutura de capital fôsse altamente democratizada⁴⁵⁹.

A experiência do projeto Asimow para os diretores fora significativa, mas não logrou o êxito esperado. Isso os direcionou a transmutar o programa das empresas formuladas pelos técnicos norte-americanos, por exemplo, a estruturação de ladrilhos cerâmicos e manilhas vitrificadas, cujo modelo não tivera muita incorporação no mercado consumidor cearense⁴⁶⁰. A sua gerência pediu verbas em 1969 a SUDENE para modernizar e ampliar a produção e as instalações fabris. Nesse relatório, defendiam o aumento da jornada de trabalho

⁴⁵⁴ SUDENE. CECASA. **Processo. 2.401/63; Parecer – DI- 106/63**, Recife, 22 de outubro de 1963, p.1.

⁴⁵⁵ *Ibid*, p.2.

⁴⁵⁶ SUDENE. CECASA. **Processo. 2401/63; Parecer – DI- 189/69**, Recife, 09 de setembro de 1969, p.5.

⁴⁵⁷ SUDENE. CECASA. *Op.cit.*

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p.7.

⁴⁵⁹ SUDENE. CECASA. **Processo. 2401/63; Parecer – DI- 189/69**, *op.cit.*, p.1-2.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

para 360 dias/ano, tanto para os trabalhadores dos setores de produção industrial como para os que se responsabilizavam pelos afazeres administrativos. Nele temos delimitados as pretensões da empresa para o uso desse recurso: “a proponente irá executar inversões referentes a esta rubrica com a construção de quatro galpões, restaurante, ambulatório médico, cozinha, vestuário, secador e forno. Nos quatro galpões ficarão localizados o forno, o secador, sala de controle e ventiladores, prensagem e classificação”⁴⁶¹.

A proposição da construção de um novo forno para a empresa requeria também outros elementos, o foco nessa compra se dava pela crença de que a sua construção solucionaria tecnicamente o problema e a fortaleceria, dando-lhe maiores condições de funcionamento e aumentando a sua capacidade produtiva. A sua construção isolada não modificaria as condições daquele momento da CECASA, era preciso dar as condições de infraestrutura para permitir seu bom funcionamento. Segundo o seu conselho diretor,

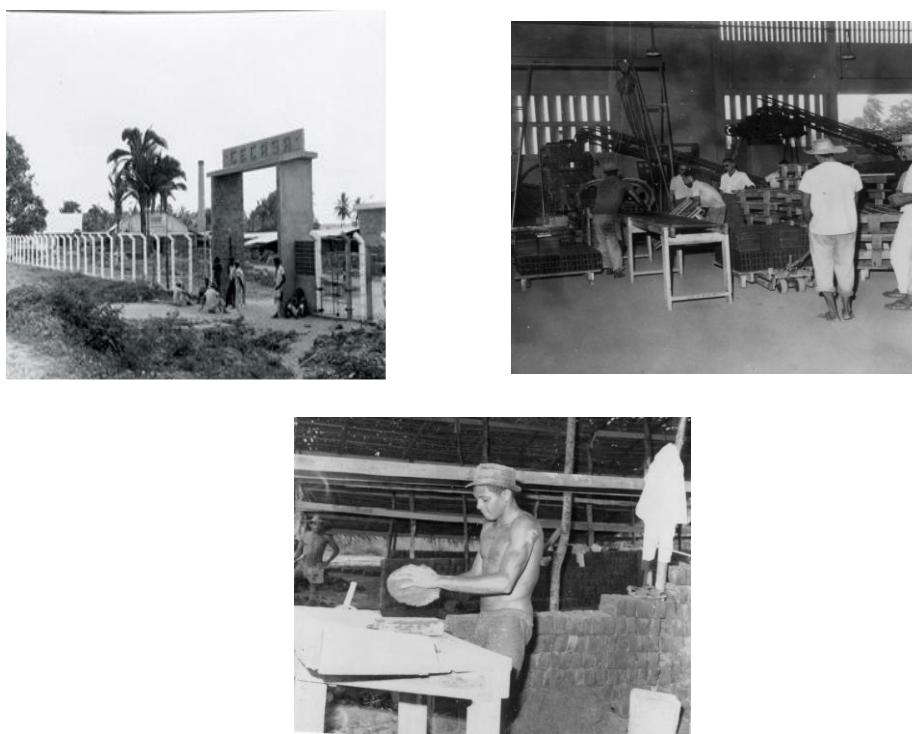
Neste item, se alinham os seguintes componentes considerados necessários ao empreendimento: prensas, peneiras, transportadores, moinhos, secador, máquinas para oficina mecânica e um conjunto gerador movido por motor Diesel. Este conjunto gerador se fez necessário, uma vez que frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica, sem o necessário aviso por parte da firma fornecedora, coloca em risco a produção em elaboração no forno túnel⁴⁶².

Para legitimar a solicitação da ajuda financeira, destacaram a manutenção de 161 empregos e a criação de 135, o uso da matéria-prima local, por exemplo. Esses elementos demonstravam para o mercado local a sua importância como produtor de renda para os que ali trabalhavam. No entanto, ao mencionar a sua manutenção, destacavam para governo que, se tivesse o seu apoio, as vagas iriam ser garantidas com a possibilidade de aumento. Essa estratégia empresarial para angariar recursos deixou no silêncio as condições salariais dos seus trabalhadores para realçar o “ter emprego”, não importando a infraestrutura e as condições que esses homens e mulheres realizariam essas tarefas. Colocamos abaixo fotos da CECASA, em que podemos verificar os seus trabalhadores e a sua estrutura.

⁴⁶¹ SUDENE. CECASA. **Processo. 2401/63; Parecer – DI- 189/69**, 09 de setembro de 1969, p.5.

⁴⁶² *Ibidem*, p.6.

Figura 3 - Trabalhadores da CECASA



Fonte: Arquivo de fotografias do Memorial da UFC.

Selecionamos para a exposição na tese as fotos que retrataram os trabalhadores, temos também outras relacionadas ao processo de construção da empresa, a averiguação de seu funcionamento pelos órgãos investidores e pelos gerentes. Essas fotos, como as outras que colocamos nesse tópico, provém do acervo do Memorial da UFC que recebeu o arquivo da sede administrativa do Projeto RITA em Fortaleza. Tais imagens foram tiradas com o propósito de ser uma prova da execução do projeto, atrelando-lhe um regime de verdade que estava associado a permanência e ao financiamento dos seus projetos. Conhecer, assim, os múltiplos significados dos comportamentos e objetos que compõem a sua criação e o seu funcionamento é vermos os antagonismos que as alicerçam⁴⁶³.

As imagens nos ajudam a detectar esses indícios e a captar as narrativas ocultas existentes nelas. Algumas dessas fotografias sobre o Projeto Asimow foram colocadas em matérias no Boletim Institucional da UFC, e juntamente com essa representação se tinha uma legenda que a enaltecia e descrevia o nome das personalidades retratadas. Entendemos,

⁴⁶³ GÉRÔME, Noëlle. L'anthropologie industrielle sur le terrain: une expérience poitevine. *Anthropologie et sociétés*, v.1, n.10, 1986.

segundo Barthes, que o significado da fotografia está na associação entre imagem e texto⁴⁶⁴. Portanto, na produção desse regime de verdade, a linguagem escrita e imagética se moldava para fixar-lhe determinados sentidos. Dentre estes, tinha-se a do crescimento material e a da UC como a instituição que teve um importante papel nesse processo no interior do Ceará.

Essas fontes fazem parte do que Noëlle Gêrôme chamou de “arquivos sensíveis”, ou seja, compostos de imagens e objetos que nos possibilitam caminhar pela experiência e pelos discursos sobre elas⁴⁶⁵. Por exemplo, de um lado temos as imagens (discurso) do moderno e do progresso divulgado pelo Asimow, por outro lado, vemos as péssimas condições de trabalho submetidas aos trabalhadores nessas novas indústrias indicadas pelas imagens (fotografias) e pelos objetos (a estrutura material fabril, as vestimentas dos trabalhadores, o seu manejo corporal, as máquinas, a hierarquização do sistema capitalista que quebrou com o ambiente doméstico de fabricação, dentre outros).

Percebemos, assim, esse jogo de dominação e de resistência nesses “arquivos sensíveis”, que buscaram petrificar imagens oficiais para divulgar os projetos fabris, mas ao mesmo tempo serviram para retratar alguns aspectos do cotidiano das fábricas⁴⁶⁶. Esses ecos dos aspectos sociais e simbólicos que sobressaíam ao programado pelo fotógrafo, indicaram-nos a subpolítica entre os grupos opostos, mas, sobretudo, entre o mesmo grupo. Pois ela servia para construir uma força em comum a partir da negociação dos desejos individuais e transformá-los em coletivos⁴⁶⁷. Em suma, eram representações estratégicas que deveriam passar a capacidade de produção e qualidade da empresa, como também o uso de maquinários tecnológicos que as diferenciava dos estabelecimentos que tinham como base a atividade artesanal. Isso não significava que uma parte do processo de implantação das fábricas do RITA também não usasse essa técnica, mas que ela era associada ao uso das máquinas. Esses significados explícitos fizeram-se simbólicos e personificaram uma dada etnologia e “etimología visual”⁴⁶⁸. Esse regime visual se fez mediante o entrelaçamento da temporalidade do presente e do passado, da forma de entender o trabalho e o *status* daqueles que o geraram.

⁴⁶⁴ BARTHES, Roland. **A Câmara clara**: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁴⁶⁵ GÉRÔME, Noëlle. Les verriers de Saint-Just-sur-Loire: La demande d’une histoire ouvrière. In: Le Monde alpin et rhodanien. **Revue régionale d’ethnologie**, n.3-4, 1987; GÉRÔME, Noëlle. Une ethnographie des manifestations ou une anthropologie et les manifestations. **Congrès de Association Française de Sciences Politiques**, Bordeaux (France), oct 1988.

⁴⁶⁶ RANCIÈRE, Jacques. **La noche de los proletarios**: arquivos del sueño obrero. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

⁴⁶⁷ Para Beck, “a subpolítica significa, portanto, configurar a sociedade a partir de baixo”. BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Oeiras: Celta Editora, 2000, p.23.

⁴⁶⁸ Segundo Gombrich, a etimología visual nos possibilita verificar a sua “persistência e longevidade” em sua condição simbólica. GOMBRICH, E.H. **Los uso de las imágenes**: estudios sobre la función social del arte y la comunicación visual. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p.169.

Os argumentos racionais que as constituíam eram permeados pelas brechas do imprevisto e do histórico que a tornavam única e a faziam ter múltiplas visibilidades. Esses emblemas e imagens forneceram um movimento de massa às fotografias que tinham a pretensão de cristalizar o tempo. Essa cristalização era escrita no tempo, dando-lhe assim movimento e dinamicidade enquanto produto cultural e simbólico.

A IBACIP foi instalada na rodovia que liga Barbalha ao município de Jardim, como também próximo as jazidas que dariam suprimentos para a construção dos produtos fabris: a Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A. Para a sua diretoria, “A “IBACIP” continuará a adotar o processo de mistura negra desenvolvido por “E. Spohn” e patenteadado pela “Loesche””⁴⁶⁹. A empresa teve a autorização de comprar áreas madeireiras no Cariri para retirar dela a matéria-prima para a produção do carvão, sendo incentivados também a fazerem uma plantação de árvores no local em prol de tal objetivo: “fica, pois, estabelecido, que a Empresa apresentará à Secretária Executiva o chamado “Plano de Enriquecimento Florestal”, para análise das exigências estabelecidas no Parecer DI- 343/67”⁴⁷⁰. No relatório submetido a SUDENE em 1967, a diretoria da IBACIP ligou a sua fundação ao projeto Asimow:

A criação da IBACIP – Indústria Barbalhense de Cimento Porthan S/A originou-se de estudos realizados pelos integrantes do chamado “Projeto Asimow”, em decorrência do programa Universitário de Desenvolvimento Industrial criado pelo acordo existente entre as Universidades do Ceará e da Califórnia. Inicialmente, foi elaborado um ante-projeto para o aproveitamento do calcário da região de Barbalha, objetivando a produção de cimento Porthan comum. Entretanto, êsse estudo preliminar se bem que configurasse possibilidades de que o empreendimento reunisse condições de implantação e operação, apresentava por outro lado, alguns pontos de fundamental importância sem os esclarecimentos necessários⁴⁷¹.

Criou-se, mediante decreto nº54.365, de 1 de outubro de 1964, pelo governo federal, o grupo de trabalho que reunia a Universidade do Ceará, SUDENE, BNB e Ministério da Agricultura com o objetivo de verificar a “viabilidade técnica, econômica e financeira do Projeto” para conseguir o auxílio, fiscais e creditícia⁴⁷². Para defender o seu mérito, expunham que criariam 179 empregos, usariam a matéria-prima local, tornando mais barato o produto que favoreceria um equilíbrio no comércio de cimento na região, com a circulação de 61.200 toneladas por ano, garantindo, assim, seu abastecimento para os consumidores.

⁴⁶⁹ SUDENE. IBACIP. Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A. **Parecer (incentivos fiscais)**, Recife, 20 de outubro de 1969, p.1.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p.4.

⁴⁷¹ SUDENE. IBACIP. Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A. **Processo 1077/64; Parecer – DI – 343/67**, Recife, 04 de julho de 1967, p.1.

⁴⁷² SUDENE. IBACIP. Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A. **Processo 1077/64; Parecer – DI – 343/67**, Recife, 04 de julho de 1967, p.1.

A COLUSA (Correia Luna S.A – Indústria e Comércio) foi criada em Barbalha e Crato em 01 de dezembro de 1966. A fundação dessa sociedade anônima tinha como intenção extrair óleos vegetais do babaçu e da macaúba⁴⁷³. A sua sede se localizava no Muriti do Crato, ficando próximo, assim, a algumas regiões produtoras de sua matéria-prima. Em Juazeiro do Norte se criou a LUNA S.A (Indústria e Comércio de Calçados), dando impulso a produção desse produto que existia, mas de forma bem tímida. Criada em 1963 com um capital social inicial de 60 mil cruzeiros⁴⁷⁴.

Figura 4 - Trabalhadores da COLUSA



Fonte: Arquivo fotográfico do Memorial da UFC.

A IMOCASA foi criada na cidade do Crato em 1964 e objetivava industrializar o milho “para obtenção de creme, farinha (fubá), milho granulado (xerém), farelo e óleo bruto”⁴⁷⁵. O seu capital social inicial era de 63 milhões. Para isso, as suas ações foram

⁴⁷³ SUDENE. COLUSA. **Processo 17/67; Parecer – DI- 34/67**, Recife, 09 de janeiro de 1967.

⁴⁷⁴ A sua diretoria em 1963 era composta pelos seguintes nomes: Diretor-presidente, Martinho de Luna Alencar; Diretor vice-presidente, Othon Luna Sobrinho; Diretor-gerente, José Silton Luna; Diretor-comercial, Pedro Henrique da Costa; Diretor-industrial, Juarez Silton de Luna. SUDENE. LUNA. Indústria e Comércio de Calçados. **Processo 1241/65; Parecer – DI-471/65**, 30 de novembro de 1965, p.1-3.

⁴⁷⁵ SUDENE. IMOCASA. **Processo-SUDENE 2.414/64; Parecer – DI – 72/64**, Recife, 22 de setembro de 1964, p.1.

fracionadas em 63 mil partes iguais, tendo cada uma o valor de mil cruzeiros. A expectativa era que, quando estivesse funcionando, chegasse ao valor de 380 milhões de cruzeiros. Nesse intuito, também solicitou os recursos ligados aos incentivos fiscais (artigos 34 e 18). A sua estrutura administrativa se dividiu em dois níveis: “administração de cúpula e administração executiva”⁴⁷⁶. O seu conselho diretor se compunha pelo seguinte quadro: Presidente, Raimundo de Oliveira; Diretor Gerente Geral, José Justino de Oliveira; Diretores adjuntos, Cleidson de Araújo Rangel e Luiz Américo Sobrinho, Francisco Cícero Pierre, Pedro Bezerra Luna e Aldemir Cavalcante⁴⁷⁷.

Em setembro de 1964 possuía o montante de 253 acionistas, “sendo de 5.000 (7,9% do capital) a quantidade de ações pertencentes ao detentor da maior parcela do capital da Empresa”⁴⁷⁸. A sua construção se deu no modelo de uma sociedade aberta, diferentemente do ocorrido com quase todas as empresas do Cariri que aderiram o de sociedade fechada, ou seja, ligada aos grupos familiares⁴⁷⁹. Esses, por sua vez, pertenciam às famílias de latifundiários, cuja tradição do coronelismo era presente. Com a IMOCASA e as demais empresas ligadas ao Projeto Asimow, outros investidores que não pertenciam a esse quadro poderiam se candidatar a sócios. Os seus quadros se conectaram mais ao capital simbólico de seu nome e sua tradição, do que ao poder aquisitivo. Por exemplo, detectamos a presença dos comerciantes de Juazeiro do Norte que não possuíam esse prestígio, mas se focalizava pelo poder aquisitivo regional⁴⁸⁰. Esses foram inclusos nos projetos fabris do professor Morris Asimow, como também as famílias tradicionais que avistavam nesses empreendimentos um caminho para restaurar o seu prestígio econômico. No relatório feito pelo conselho diretor da IMOCASA, frisava-se alguns elementos que davam visibilidade a empresa e agregava o seu nome a uma imagem de credibilidade para pedir o auxílio da SUDENE em 1964.

O Projeto da “IMOCASA” é resultado dos esforços do grupo do professor Morris Asimow, do Departamento de Engenharia da Universidade da Califórnia-USA e perito em implantação de indústrias em regiões subdesenvolvidas. O programa de assistência técnica, iniciado em 1961, sob a orientação do Prof. Morris Asimow tem como uma de suas finalidades a implantação de indústrias no Cariri cearense, e conta com a colaboração da Universidade da Califórnia, Universidade do Ceará, Banco do Nordeste do Brasil S/A, havendo concluído após o resultado de suas

⁴⁷⁶ SUDENE. IMOCASA. **Processo-SUDENE 2.414/64; Parecer –DI-72/64**, Recife, 22 de setembro de 1964, p.2.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *Ibid*.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁸⁰ GOMES, Assis Daniel. **Da “Terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso”**: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte. Salvador: Pontocom, 2015.

pesquisas, pela viabilidade da implantação de seis fábricas, figurando entre elas a “IMOCASA”⁴⁸¹.

A sua proposta era industrializar o milho por meio do processo seco, o que funcionou no primeiro ano com 50% de suas potencialidades, já no segundo ano atingiram 75%, no terceiro 90% e no quarto 100%. Para isso, o regime de trabalho assumido pela fábrica foi de 24 horas/dia e 225 dias/ano. A matéria-prima usada para realizar as produções era de “7.500 toneladas de milho em grãos”⁴⁸². O terreno utilizado para essa unidade fabril tinha a área de 66.000 m² no Crato.

As máquinas e os equipamentos comprados foram optadas pelo *layout* “racionalmente elaborado por engenheiros integrantes da equipe do Professor Asimow”⁴⁸³. Entretanto, também se tinha exceções como “os moinhos que serão de procedência Tcheca, fornecidos por revendedores nacionais”⁴⁸⁴; os outros equipamentos eram adquiridos nos fabricantes nacionais, “que desfrutam de elevado conceito como produtores de máquinas”⁴⁸⁵

O seu mercado consumidor era as cidades pertencentes ao Cariri e Fortaleza. A proximidade entre produtor e consumidor diminuía o preço final do produto. No intuito de disseminar que a sua concepção era prenúncio, instrumento de promoção e progresso local, destacaram que seu processo de produção, técnicas e maquinários eram modernos. Isso proporcionara um “produto de alta qualidade, com preços inferiores aos dos concorrentes vindos de outras áreas”⁴⁸⁶. Apontamos que a empresa gastava mais com os salários variáveis (7.080) do que com os fixos (18.755), ou seja, essa disparidade dos custos significava que o número de trabalhadores livres, não ligados aos custos fixos da empresa e sua folha de pagamento mensal, era o contingente de mão de obra usado quando se tinha um aumento da demanda. Destacamos que esses eram os valores totais que constavam na folha de pagamento da classe e não o soldo mensal pago para cada trabalhador. A empresa, nesse documento oficial, sublinhava a abertura de 41 vagas de emprego direto. Além disso, ressaltavam, para mostrar a SUDENE que eram importantes para a região, pois proporcionavam o uso e a compra da matéria-prima produzida pelos agricultores locais, como também supriam a região com produtos industrializados a base de milho, comprados no centro-sul do Brasil⁴⁸⁷.

⁴⁸¹ SUDENE. Indústria e Moagens do Cariri S/A (IMOCASA). **Processo-SUDENE 2.414/64; Parecer – DI – 72/64**, Recife, 22 de setembro de 1964, p.2.

⁴⁸² *Ibidem*, p.3.

⁴⁸³ *Ibid*, p.5.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *Ibid*.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p.7.

⁴⁸⁷ *Ibid*, p.11.

Figura 5 - Trabalhadores da IMOCASA



Fonte: Arquivo fotográfico do Memorial da UFC

Para a inauguração da IMOCASA se fez uma festa e a usaram como forma de divulgar a marca e cativar os seus acionistas. Para isso, escolheram seis candidatas a rainha do milho. A vencedora fora colocada em um carro alegórico com o logomarca da empresa para desfilar como a “Rainha da primeira festa do milho”⁴⁸⁸, fez-se também um churrasco e nele se elegeu o acionista que mais produzia o milho em sua propriedade rural, coroando-o como o “Rei do milho”⁴⁸⁹. Dessa forma, criou-se um sentimento de orgulho cratense por ter essa empresa – isso se fazia para elevar o nome de sua cidade como progressista. Tal momento se fizera dentro do conflito regional entre Crato e Juazeiro do Norte pela soberania econômica e cultural do Cariri. Para o cratense Antônio Berrêdo, para exaltar a sua criação como feito na história do referido município, destacou o seguinte: “estava a nossa cidade a exigir obra de tamanha significação no que diz respeito a melhor alimentação do nosso povo”⁴⁹⁰. Para o cratense J.Lindemberg de Aquino, possuía um maquinário moderno para produção do óleo de

⁴⁸⁸ “Festa de inauguração da Imocasa em estudos”. **Jornal A Ação**. Crato, Ano XXVII, 29 de fevereiro de 1966, p.1.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

⁴⁹⁰ “Grande Indústria no Crato”. **Jornal A Ação**. Crato, Ano XXVI, n.1.141, 19 de junho de 1966, p.1.

milho. Essa tecnologia ajudava-a a produzir 12 toneladas diárias em abril e 22 em julho-agosto: “O grande e moderno maquinário, que por si só limpa, penetra, descasca, seca, molha, tira a humidade, faz a moagem, divide os tipos de massa e empacota, sem precisar das mãos dos operários”⁴⁹¹. Tais características eram destacadas como “a garantia mais segura do elevado teor de higiene dos produtos da IMOCASA”⁴⁹².

Esse jornalista fez uma entrevista com José Justino de Oliveira, um de seus responsáveis, para averiguar o seu andamento, haja vista que passava por uma crise orçamentaria derivada da não compra de parte de suas ações. Para Oliveira, essa situação tinha-se resolvido com a integralização do que restava pelo Grupo Edson Castro. Isso ajudava a solucionar seus mais urgentes problemas e lhe lançava uma expectativa para o futuro da empresa no Crato: “entrando com sangue novo e dinamismo para reanimar a indústria, firmou-se definitiva e solidamente no panorama industrial do Crato e do Nordeste”⁴⁹³.

Destacava também que seu mercado, além do Cariri, era Pernambuco e Bahia. Entretanto, não lograram resolver os seus problemas financeiros. Um acordo entre a empresa e o Estado deu um alívio em seu orçamento. O convênio com o setor da Campanha Nacional de Alimentação Escolar do Ceará, garantiu-lhe a venda de 2 a 3 mil toneladas mensais de seus produtos para o uso na alimentação escolar. Isso lhe deu uma renda fixa e segura, como também divulgou a sua marca nas outras regiões cearenses⁴⁹⁴.

A Empresa Comércio e indústria Cratense de Óleos S/A – CINCOA, criada no Crato, solicitou em 1968 o auxílio financeiro para o “projeto de modernização do seu conjunto industrial e diversificação da atual linha de produção”⁴⁹⁵. Para conseguir tal recurso, a fábrica deveria ser reconhecida como uma unidade de produção importante para o “desenvolvimento econômico do Nordeste”⁴⁹⁶, essa solicitação e a reconstrução do histórico das indústrias vinculadas ao Asimow, posteriormente RITA, fizera-se nesse período também em prol desse recurso que para algumas poderia retirá-las do processo de falência que estavam vivenciando, para outras fortaleceria a sua infraestrutura.

A CINCOA foi fundada em 12 de julho de 1962, com um capital social de 40 mil cruzeiros novos e a expectativa de angariar o montante de 500 mil cruzeiros novos, divididos em 500 mil ações de 1.000 cruzeiros. A sua diretoria de 1967 era composta pelos

⁴⁹¹ AQUINO, J. Lindemberg de. “Imocasa acerta o passo: novos e vitoriosos rumos para a indústria do milho”. **Jornal A Ação**. Crato, Ano XXIX, 17 de fevereiro de 1968, p.6.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *Ibid*.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ SUDENE. CINCOA. **Processo 1612/68; Parecer- DI- 134/69**, Recife, 13 de maio de 1969, p.1.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

seguintes nomes: Orlandino Silva (Diretor-presidente); Audízio Rodrigues Pereira (Diretor Gerente) e Wyron Silva (Diretor Industrial)⁴⁹⁷. O processo submetido a SUDENE em 1968 visava a diversificação da extração do óleo de mamona e oiticica realizado pela referida unidade fabril, bem como iniciar a produção de adubos, rações e sabão. Para isso, defendiam o regime de trabalho de 250 dias/ano e 24 horas por dia⁴⁹⁸. Em seu relatório, destacaram que a insuficiência da matéria-prima no Nordeste produziu focos inflacionários, por exemplo, devido a necessidade de importar esse material de outras regiões brasileiras. O uso pelo pequeno agricultor no Nordeste de “equipamentos agrícolas modernos”⁴⁹⁹, como tratores e máquinas não ocorria, devido aos seus altos custos, a falta da produção industrial nacional desses equipamentos e as falhas da comercialização que não viabilizavam maneiras de pagamento.

Dessa forma, percebia-se a permanência de práticas tradicionais que empobrecia o solo e prejudicava o fluxo produtor: “os processos já tradicionalmente adotados na agricultura do Nordeste, tais como a derrubada e a queima, provocam exaustão progressiva dos solos, obrigando aos agricultores à anexação de novas terras”⁵⁰⁰. O realce a esses dados servia para expor aos agricultores de pequeno e grande porte que a CINCOA iria ajudá-los nesse ponto, ou seja, produziria em larga escala adubo orgânico e o comercializaria em um baixo preço⁵⁰¹. Outro produto produzido era a ração balanceada: “tendo em vista que o mercado de rações balanceadas para alimentação de rebanhos apresenta-se ainda insatisfeitos na região”⁵⁰², a sua justificativa tinha como base as investigações feitas pelo “PUDINE/GVJ na região do Cariri Ceará”⁵⁰³. A PUDINE era o nome dado no Ceará ao Projeto RITA, ou Asimow. Para isso, a pesquisa de mercado era necessária para programar a empresa. Na pesquisa de sua viabilidade detectaram que a região possuía 30 mil cabeças de gado, que não eram alimentados com rações industriais em boa parte do ano, pois esse produto tinha que ser importado de outras localidades, aumentando, assim, seus custos, principalmente no verão quando a pastagem diminuía. A localização da fábrica no bairro Muriti do Crato se adequava as disponibilidades de mão de obra, energia elétrica e transporte, sendo instalada em um lugar estratégico para os produtores e consumidores do produto, isto é, na rodovia que passava entre Crato e Juazeiro do Norte. Realçaram também que “os equipamentos a serem adquiridos, são de fabricação

⁴⁹⁷ SUDENE. CINCOA. **Processo 1612/68; Parecer- DI- 134/69**, Recife, 13 de maio de 1969, p.1.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p.1-2.

⁴⁹⁹ *Ibid*, p.3-4.

⁵⁰⁰ *Ibidem*.

⁵⁰¹ *Ibid*.

⁵⁰² *Ibidem*, p.4.

⁵⁰³ *Ibid*.

nacional”⁵⁰⁴, e que promoveriam a manutenção de 43 empregos, a criação de mais 30 e o uso da matéria-prima regional⁵⁰⁵.

O programa dava um impacto em sua propaganda, cujo nome do Asimow se colocava em destaque, principalmente em momentos de construção de sua credibilidade. Faziam também chamadas na imprensa local juntas para homenagear personalidades locais. Vejamos a homenagem especial feita pelas empresas do Projeto Asimow publicada no Jornal A Ação.

Projeto Morris Asimow

Homenagem especial

As indústrias, abaixo-sinatárias, vêm, de público, externar seu agradecimento e reconhecimento, bem assim, prestar sua Homenagem Especial aos idealizadores, benfeitores e executores do “Projeto Morris Asimow”, representados as ilustres pessoas do magnífico Reitor, prof. Antônio Martins Filho, da Universidade do Ceará, do Governador Virgílio Távora, através da “CODEC” e do prof. Morris Asimow, da Escola de Engenharia da Universidade da Califórnia, que vêm contribuindo, valiosamente, para o grande desenvolvimento cultural, econômico e industrial do Cariri e do Ceará, ao mesmo tempo em que se associam as festividades comemorativas do 5ª Aniversário de Instalação da Faculdade de Filosofia do Crato.

Crato (Ce), 15 de maio de 1965

Indústria e Moagens do Cariri, S.A – IMOCASA

José Justinno de Oliveira, gerente.

Indústria de Alimentos Enlatados, S.A – INAESA

Elony Sampaio, gerente.

Indústria Eletromáquinas, S.A – INESA

Moacyr Arrais, gerente.

Cerâmica do Cariri, S.A – CECASA

João Correia Vilar, gerente.

Indústria Barbalhense de Cimento Portland, S.A – IBACIP

Fabrcício Sampaio, gerente⁵⁰⁶.

Essa inscrição cultural e social das fábricas do Asimow no Cariri se fizera como uma forma de participar do convívio e das comemorações locais. Isso indiciava que os seus técnicos submergiram as empresas na mentalidade caririense, visando atrair o seu público consumidor e apresentar os seus produtos. Para isso, o discurso se pautava na ligação do velho com o novo, rasgando, por sua vez, os elementos que impediam a consolidação de seus núcleos fabris.

Tal empreendimento se coligava a divulgação do modo de viver norte-americano conexo a forma de sua produção e aos objetos de consumo. Percebemo-lo, por exemplo, com a propaganda das sandálias produzidas pela fábrica ligada ao Projeto Asimow, que colocava

⁵⁰⁴ SUDENE. CINCOSA. **Processo 1612/68; Parecer- DI- 134/69**, Recife, 13 de maio de 1969, p.7.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.11

⁵⁰⁶ “Projeto Morris Asimow”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, 15 de maio de 1965, p.7.

as qualidades, como durabilidade e conforto, em relação as daquelas produzidas pelos artesãos locais, a saber, o uso do couro como matéria-prima; essa, por sua vez, não tinha os atributos das sandálias industrializadas. A inserção dessa cultura visual e de consumo, no modelo norte-americano, não se deu de forma plena, mas fora uma americanização afarinhada.

4.3 Uma americanização afarinhada

Realizar esse projeto industrial no Nordeste, particularmente em um espaço central, de fácil locomoção e rapidez para se espalhar foi uma tentativa de colocar o modelo de industrialização norte-americana. Para isso, selecionaram o Cariri cearense para efetivar esse projeto piloto, como também o espalhar para os seus territórios circunvizinhos. Nessa região se selecionou três municípios para sua realização, a saber, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. É, assim, um espaço de localização privilegiada, possuidor de uma densidade demográfica considerada e de uma força econômica em destaque no Ceará. Além disso, vivenciava um novo momento com a energia de Paulo Afonso.

Para isso, construíram grupos de pesquisas para estudar os possíveis caminhos para sua implantação. Essa equipe mista verificara os fatores essenciais que afetavam a sua economia em prol de provocar sua transformação, usando, para isso, suas próprias riquezas naturais para efetivá-lo. Nesse sentido, os estudos se deram para construir meios para a mudança de hábitos e costumes meritórios para a manutenção das fábricas e de sua população, em que o início, para os intelectuais envolvidos, demarcava-se com a sua instalação. Os antropólogos norte-americanos tinham a função de estudar “a família caririense, seus tipos acentuadamente regionais, sua religião, seu índice de educação, seus problemas de abastecimento domésticos e até mesmo alguns aspectos de sua história”⁵⁰⁷. Dessarte, pensavam a ciência antropológica como meio de mudar os elementos tradicionais dessa terra que poderiam prejudicar a nova ideologia das relações de trabalho, indústria e capital que queriam implantar no sertão nordestino. O estudo de tais antropólogos conheceu as potencialidades existentes para a ascensão do capital a partir do olhar para a formação do homem e da mulher caririense.

Para realizá-lo, foram feitos estudos sobre a história, a economia e a sociologia do Cariri para verificar as particularidades que explicavam o seu crescimento em tão pouco

⁵⁰⁷ “Significado do Projeto Asimow”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.286.

tempo e a sua transformação no “Rural Industrial Technical Assistance”, que tinha o patrocínio, por exemplo, da USAID. Esse sucesso momentâneo e fugaz promoveu sua expansão de forma aligeirada, não esperando por sua consolidação. Portanto, percebemos que o ideal era muito mais a propagação da ideologia através de projetos de curto prazo, trazida por ela, que propriamente uma implantação a longo prazo e fomentadora de possíveis mudanças mais profundas nas condições materiais das localidades atingidas: “Projeto-piloto objetivando o aproveitamento de recursos locais para o desenvolvimento industrial de pequena escala, o Projeto Asimow do Cariri se reduplica nos demais estados do Nordeste”⁵⁰⁸.

Tal reduplicação do Asimow incorporou a particularidade de cada sub-região que o buscava como forma de redenção, acoplada ao seu processo de eletrificação com a CHESF. Os estudos feitos sobre o Cariri serviram de base aos outros territórios, mas eles possuíam elementos diferentes daquele existente no sul cearense. Tais pesquisas foram utilizadas para corroborar a escolha dessa região para sua implantação, que tinha como financiadora o Programa de Ajuda Americana para o Desenvolvimento. Esses territórios defenderam esses aspectos, haja vista seu desejo em se industrializar de acordo com o modelo propagado pelas diretrizes da Aliança para o Progresso. Por exemplo, os estados contemplados participaram de uma seleção que avaliava se tinham as “características especiais” que suportassem “programas de sucesso promovidos com a ajuda norte-americana, como os projetos RITA”⁵⁰⁹.

Além dos técnicos e dos cientistas norte-americanos, o projeto Asimow possuía os brasileiros, constituindo assim duas equipes. Alguns pertencentes a equipe cearense: João José de Sá Parente, José Orcetti Monteiro e o corpo de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará. A equipe norte-americana compunha-se dos seguintes pesquisadores: John R. Davis e Alan Koloseik (antropólogos); Charles Adams, Davis Monks, Craig Smith e Walter McInerny (engenheiros); Dallas Weaver e Robert Mulvihill (químicos industriais), e o economista James Minton⁵¹⁰. Firmou-se, assim, além dos estudos dos fatores econômicos, a investigação sociocultural do homem caririense. Para isso, tiveram o apoio do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará e os resultados de sua experiência em uma pesquisa semelhante em Juatama, zona rural de Quixadá.

⁵⁰⁸ “A pilot Project devoted to the harnessing of local resources for small-scale industrial development, the Asimow Project of the Cariri is now being reduplicated in the other states of the Northeast”. US. **“The Cariri: profile of a distinctive northeastern region”**. Recife: DEPARTAMENT OF STATE AIRGRAM, A-56, December 1, 1965, p.2, tradução nossa.

⁵⁰⁹ “special features which bear on the success of American aid programs such as the RITA projects” “características especiais que suportam programas de sucesso promovidos com a ajuda norte-americana, como os projetos RITA”. *Ibidem*, tradução nossa.

⁵¹⁰ “Formação das equipes”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.287.

A partir dele se construiu cinco anteprojetos, visando sua industrialização, bem como a inicialização de seu parque industrial. Essas unidades fabris foram “de cimento, de aproveitamento de milho, de madeira prensada, de máquinas de costura e aparelhos domésticos e de cerâmica”⁵¹¹. A construção de uma fábrica de cimento no Cariri se pensara desde o processo de pleito no governo federal e estadual da verba para sua eletrificação. Portanto, pensava-se nisso devido a sua reserva de calcário, isto é, sobre esse desejo antigo de sua elite econômica se somava as novas ideias de Morris Asimow para sua efetivação. Para o Boletim da UC,

Possuindo depósitos abundantes de excelente calcário, o Cariri apresenta-se com grandes possibilidades para a instalação de uma fábrica de cimento, sendo a esse respeito bastante conhecidos os estudos já realizados sob o patrocínio do deputado Antônio Alencar Araripe. Os grupos que trabalham no “Projeto Asimow” chegaram a idênticas conclusões, havendo estudado inclusive a sua consecução através da participação de capitais da terra e do aproveitamento do elemento humano daquela promissora zona do Estado do Ceará⁵¹².

Essas fábricas começaram a ser implantadas em 1962. Para isso, era necessário convencer os empresários locais para o investimento do capital privado nacional, prerrogativa colocada no convênio firmado entre a UC e a UCLA. O professor Asimow empreendeu essa tarefa sendo o garoto propaganda do projeto no Ceará, no Nordeste e no Brasil, a fim de levantar esse fundo interno para sua criação. Para isso, 50% do montante financeiro que se utilizou na construção fora fornecida pelo Banco do Nordeste. Essa industrialização defendida pelo projeto se ligava ao caráter rural dessas comunidades. Buscando, assim, retirar dos recursos naturais os elementos financeiros e as matérias-primas necessárias para a construção das chamadas indústrias rurais, por exemplo, industrializar o milho e construir, a partir dele, produtos para serem comercializados, como farinha, óleo comestível e farelo.

Para se realizar esse procedimento se criou uma sigla que pudesse representar a finalidade do projeto. Segundo Veiga, para tal fito, se edificou a abreviatura de “rural-industry technical-assistance, isto é, RITA. Este bonito nome de mulher corresponde, assim, ao organismo empenhado na assistência técnica à indústria rural”⁵¹³. Conforme Morin (1973), denominar algo ou alguém é ligar a “identidade individual a uma filiação sociocultural”, tornando visível as diferenças e os elementos de pertença que a constituiu em relação a

⁵¹¹ “Formação das equipes”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.287.

⁵¹² *Ibid.*

⁵¹³ VEIGA, José Pedro Xavier de. Revolução Econômica no Vale do Cariri. **Itaytera**, Crato, n.9, 1963-1964, p.206.

outro⁵¹⁴. Dessa forma, ao nomear o projeto de RITA, retirou-o de um caráter exclusivamente local, para jogá-lo em uma imagem mais universal e internacionalista, filiou-o a herança dos projetos e missões realizadas entre Brasil e Estados Unidos nas décadas anteriores. Isso se empreendera a partir do acionamento de mitos sobre esses acordos bilaterais onde o recordar e o cultivar de sua imagem moveram a fiação do pertencimento entre indivíduo e sociedade. Essa temática retoma e se repete, para Morin, “obsessivamente, nos símbolos, nas tatuagens, nos emblemas, nos enfeites, nos ritos, nas cerimônias, nas festas”⁵¹⁵.

Com sua instalação no Cariri, rapidamente sem uma avaliação sobre as dificuldades e sem colher os seus frutos, começaram uma corrida para implantá-lo nos outros estados do Nordeste brasileiro. Esse afogo era para exprimir sua viabilidade, seu progresso e afirmá-lo como projeto redentor do Nordeste, tanto da sua condição de subdesenvolvimento como inibidor de um possível fortalecimento do comunismo em suas paragens. Para Veiga (1963), o Projeto Asimow surgiu “milagrosamente, como o cardo que desabrochasse em bela flor cor de sangue, símbolo de uma vida a renascer”⁵¹⁶.

Os investimentos para a construção desses estabelecimentos eram requeridos tanto dos fundos públicos como particulares. Por exemplo, para a construção da fábrica de milho no Crato, um montante de 66 milhões de cruzeiros foram gastos com o maquinário, a estruturação predial, os espaços de armazenamento do produto e os campos agrícolas. Essa fábrica pressupunha que a sua produção nos primeiros anos custaria 187 milhões, gastos com a manutenção de seus equipamentos, matéria-prima e mão de obra, mas com a venda do produto a sua arrecadação foi cotada para o montante de 266 milhões.

Dentre esses cinco anteprojetos, a sua construção de madeira prensada provocou um horizonte de expectativa e impulsionou os desejos dos investidores locais, haja vista os problemas com as reservas de madeira da Serra do Araripe e a sua devastação. A sua construção poderia responder às necessidades dos consumidores e amenizar as derrubadas de madeira ilegais nessa reserva nacional. Além disso, o seu público consumidor era o Nordeste, que comprava esse material do sul por um excessivo valor e tinha gastos extras com o seu transporte. Outra fábrica fora a de construção de objeto para o uso nos espaços privados e públicos. Essa se distinguiu da construção daquelas ligadas à alimentação e à habitação, para uma que seria o símbolo da tecnologia presente em suas casas: a fábrica de máquinas e de rádios transistores. As suas expectativas eram que exploraria “uma tradição de engenhosidade

⁵¹⁴ MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. Portugal: produções Euro-América, 1973.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p.164.

⁵¹⁶ VEIGA, José Pedro Xavier de. Revolução Econômica no Vale do Cariri. **Itaytera**, Crato, n.9, 1963-1964, p.206.

da gente caririense, cujas aptidões para a mecânica são bastante conhecidas”, ou seja, “trata-se de uma fábrica de máquinas de costuras, motores elétricos e aparelhos domésticos, a que os técnicos cearenses e norte-americanos deram especial atenção”⁵¹⁷.

O discurso público de que a energia de Paulo Afonso não era suficiente para retirar o Cariri da situação de uma economia de base primária e levá-lo a um processo de desenvolvimento foi assumido e colocou o Projeto Asimow como solucionador desse empecilho. Isso se fez na medida em que o desenvolvimento se ligara à industrialização e a essa construção de fábricas como promovedoras da urbanização regional e de suas transformações socioculturais, prevenindo, assim, o não crescimento da ideologia comunista em seu território. Esse intuito não se alcançaria somente com os estudos e as medidas econômicas, mas com o conhecimento de sua natureza tanto humana como física para moldá-la para uma nova forma de vivenciar sua existência espacial. Para esse fim, o elo com o Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará possibilitou o conhecimento para se pensar essas questões.

O “projeto Asimow”, ora em execução no vale caririense, sob os auspícios da Universidade da Califórnia, da Universidade do Ceará e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, constitui, sem nenhuma dúvida, um dos passos mais firmes para a industrialização da zona sul do Estado. E a mudança econômica que ali se operará, será feita cientificamente, de vez que ao mesmo tempo se efetivará uma mudança social fundamentada nos mais modernos princípios antropológicos. Daí a sua semelhança com o “Projeto para o Ceará”, da autoria do Prof. Pompeu Sobrinho, cujos estudos iniciais mereceram integral apoio do Magnífico Reitor Antônio Martins Filho. O impulso pioneiro que firma-se, por conseguinte, numa intenção lógica e devidamente orientada pela antropologia cultural, o que significará dizer que o progresso será introduzido naquela região, sem quebrar ou violentar as profundas tradições do seu povo⁵¹⁸.

Além das relações com o projeto de Thomaz Pompeu Sobrinho, os antropólogos do Projeto Asimow também tiveram o contato com a pesquisa sobre a Estrutura Agrária em Quixadá promovida pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Em abril de 1963, se firmou o convênio entre a UC, a SUDENE, USAID e o Ministério da Educação e Cultura em prol do Projeto Asimow. Nesse momento, Martins Filho intensificou o papel da Universidade do Ceará como veículo imprescindível para a “redenção do Nordeste”, bem como o *slogan* que a definia e a diferenciava em relação as outras universidades públicas do Brasil: *do Regional para o Universal*. Essa solenidade teve a presença do Governador Virgílio Távora, prefeito Murilo Borges, Dr. Parsifal Barroso,

⁵¹⁷ “Formação das equipes”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.288.

⁵¹⁸ “A redenção do vale do Cariri”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.7, n.2. março-abril, 1962, p.289.

presidente do Banco do Nordeste, Dr. Raul Barbosa, Dr. Nailton Santos (diretor do Departamento de Assistência Técnica e Formação de pessoal da SUDENE), “autoridades militares, professores universitários, técnicos em assuntos econômicos e demais pessoas convidadas”⁵¹⁹.

Esse convênio firmado entre a Universidade do Ceará e a UCLA seguiu o conceito norte-americano do “Land Grant College”, bem como tinha a data de sua finalização o dia 30 de julho de 1966. Tal conceito teve origem nas universidades estaduais de agricultura dos EUA que doavam terras federais aos estados para trabalhar esse setor da economia: “a legislação subsequente aperfeiçoou o sistema, facilitando a extensão de conhecimentos aos agricultores e suas famílias”, esses “conseguiram o benefício de resultados imediatos de pesquisas e métodos, dando destinação prática a seus conhecimentos”⁵²⁰. Nesse acordo foi firmado verbas da SUDENE e do Ministério da Educação para custear o plano de 30 milhões de cruzeiros, por outro lado a USAID entrou com 161 mil e 700 dólares. A perspectiva era, além das mudanças nas relações de trabalho, produção e consumo, que essa nova experiência se espalhasse para outras regiões do Nordeste brasileiro. Essa empolgação de uma elite econômica do Cariri, em sua maioria pertencente ao grupo dos latifundiários, via uma forma de impulsionar uma indústria local voltada para as técnicas tradicionais com a sua maquinação a partir do modelo do RITA.

As indústrias caseiras no Cariri foram criadas e se mantinham por meio da produção de subsistência, e tinham a complementação dos vários usos das matérias-primas relativas, por exemplo, aos alimentos, como a macaxeira e o milho. Com o RITA, o anseio da mecanização dessas empresas e o aumento de sua produtividade que atingia uma zona restrita, favoreceu a ampliação do número de emprego proporcionado por esses estabelecimentos, principalmente em Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. A partir disso, expectativas foram lançadas para transformar outras localidades do Nordeste por meio do fomento de uma renda aglutinada à vida urbana e à industrialização das fábricas de cunho rural. Para isso, defenderam a entrada de outras IES a fim de lutarem juntas “no plano de levantamento do nível social e econômico do Nordeste”⁵²¹. Esse discurso de unidade dessas instituições, arquitetadas para transformar as condições sociais e econômicas regionais, impulsionava a criação de sua identidade espacial, dando às suas instituições um notável papel nesse processo.

⁵¹⁹ “Minuta de convênio para realização do projeto Morris Asimow”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.9, n.2. março-abril, 1963, p.128.

⁵²⁰ *Ibidem*.

⁵²¹ *Ibid*.

A previsão feita, à época, pelo vice-diretor da USAID no Nordeste, Arthur F.Byrnes, era que a sua execução favoreceria a abertura de mil e quinhentas vagas para os operários nas fábricas criadas pelo Asimow, 5 mil trabalhadores seriam contratados pelas indústrias auxiliares que dariam o suporte as fábricas medulares. Em uma tentativa de incrementar o apoio estadunidense e a intervenção em sua vida econômica e cultural, o referido representante da USAID demarcou a relação entre o Brasil e os Estados Unidos por meio desse convênio. Em uma tentativa de lançar imagens e elementos simbólicos de afirmação de certa aliança, enfatizou que tanto brasileiros como norte-americanos estavam “trabalhando em conjunto” em prol do “desenvolvimento industrial do Brasil” e da “empresa privada”⁵²². Tais metas eram um esforço firmado nos planos da Aliança para o Progresso, marcada pela Carta de Punta Del Este. Isso acabou fundamentando e servindo de elo entre essas políticas macroeconômicas.

Nessa defesa interna no território nacional, a Universidade do Ceará e os intelectuais cearenses que a compunham destacavam-se como promotores dessa política a fim de levar o progresso para as regiões mais pobres do Estado: “o povo do Ceará pode ficar orgulhoso da mentalidade progressista de seus homens de negócio e de sua grande Universidade, olhando adiante para dias mais prósperos”⁵²³.

O representante da SUDENE, Nailton Santos, realçou a sua importância como veículo qualificador da mão de obra no Nordeste, bem como afirmou o apoio e a união para conseguir “a elevação do ritmo de desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil e o consequente superação de seus padrões miseráveis de vida”⁵²⁴. Esse convênio fazia parte de um programa bilateral da Aliança para o Progresso, a saber, o RITA, e era a sua presença no sertão nordestino. A escolha do Cariri, para executar o seu piloto, foi feita na tentativa de escolher um território em prol de acoroçoar a construção de indústrias procedentes do acordo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Diretoria de Assistência Técnica da OEA. Para isso, os acionistas caririenses investiram 300 milhões de cruzeiros⁵²⁵, representando, por sua vez, a sua linha de orientação, cujas ações dependeriam tanto do capital privado local como do internacional, sendo este de uma curta ajuda.

Em 1963, se teve uma ampliação das verbas com a doação feita pela Fundação Ford, a fim de ser usada para a formação e o treinamento dos seus técnicos. Esse projeto se

⁵²² “Minuta de convênio para realização do projeto Morris Asimow”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.9, n.2. março-abril, 1963, p.128.

⁵²³ “Desenvolvimento do Nordeste”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.9, n.2. março-abril, 1963, p.131.

⁵²⁴ *Ibid.*

⁵²⁵ “Desenvolvimento de Indústria no Cariri propõe Brasil-USA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 11 de abril de 1963, p.1.

conectava ao setor extensionista da Universidade da Califórnia, cujo representante era Morris Asimow. Antes de colher os resultados do programa, os intelectuais que estavam envolvidos destacavam-no como vitorioso e que seu plano mudava a imagem do Cariri ante o Brasil e o Nordeste. Esse projeto se tornou signo de um dos elementos impulsionadores e norteadores para a construção da Universidade do Ceará: o caráter da universalização. Tal traço retirava a condição de subalternidade em relação as outras instituições brasileiras, firmando que sua importância e atuação não se restringia a um território, mas ao Nordeste e ao Brasil. Levou, outrossim, os reitores das universidades brasileiras a defenderem em 1964 que as suas instituições eram as responsáveis em preparar a infraestrutura para a viabilidade industrial. Essa, contudo, movia-se por um modelo conservador defendido pelo regime civil-militar vivenciado à época. Dessa forma, o elo em sua construção e expansão para o RITA se deu mediante o convênio com as Universidades do Nordeste, por exemplo, a Universidade do Recife.

Em 1966, Stuart Van Byke⁵²⁶, diretor da USAID (Brasil), e Dannon Lion, diretor da missão Nordeste da USAID, visitaram Fortaleza para verificar alguns projetos financiados pela instituição. Além do Projeto Asimow, também frequentaram o Projeto de “Ajuda Própria” no Pirambú, onde se construía casas populares “com auxílio dos “Alimentos para a Paz” da Aliança para o Progresso”⁵²⁷.

Com a ampliação do projeto, os técnicos e funcionários da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID, Washington) vieram ao Nordeste verificar como estava o seu andamento. O líder desse grupo era Peter J. Diffley, coordenador dos Programas de Desenvolvimento Industrial Universitário. Eles souberam de sua existência nos Estados Unidos, haja vista que o professor Asimow vinha, constantemente, ao Brasil para resolver algumas pendências e via a possibilidade de iniciar, a partir da experiência do Cariri, a “criação do Projeto no Irã”⁵²⁸. Para o *Jornal Unitário*,

RITA é o nome dado pelos norte-americanos e brasileiros ao programa da Aliança para o Progresso que procura estabelecer pequenas e medias indústrias em áreas do

⁵²⁶ Nasceu em 1915 nos Estados Unidos, formou-se pela Universidade de Indiana, possuindo uma longa carreira no serviço público: participou do Plano Marshall na Europa – fins dos anos 1950; vice Diretor das Operações Europeias em 1954 e Diretor Regional das Operações Africano-Europeias em 1956: “antes de assumir o cargo de Ministro Conselheiro para Assuntos Econômicos da Embaixada dos Estados Unidos e do Diretor da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional no Brasil, o sr. Stuart Van Dyke exercia as funções de Diretor da USAID em Ancara, na Turquia, desde 1959”. CAMPOS, Eduardo. Outra vez o Cariri. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.31.976, domingo, 16 de fevereiro de 1966, p.6.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ CAMPOS, Eduardo. Outra vez o Cariri. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.31.976, domingo, 16 de fevereiro de 1966, p.6.

interior praticamente adormecidas, porém dotadas de algum potencial industrial. Também procura institucionalizar nas universidades o ensino industrial para possibilitar sua fixação e pregação em outras áreas da região⁵²⁹.

A equipe da AID era formada também por Marvin Frankel, da Universidade de Illinois, J. George Robinson, da Escola de Administração de Empresas, da Universidade Washington, em St.Lois, Arthur E.Prell, diretor do Departamento de Pesquisas de Negócios, da Escola de Administração de Empresas, da Southern Illinois University; e Saadia Schorr, da General Electric⁵³⁰.

Nesse momento, tal projeto começou a dar visibilidade tanto ao seu fundador como às universidades no Brasil, que era o seu suporte, levando a afirmar uma posição de exaltação e de honra àqueles que estavam a sua frente. Em seu início se considerava como um “esforço comum” e um “esforço já vitorioso”⁵³¹, cujo apoio e participação do capital privado nacional cresceu de forma considerável nos anos posteriores a sua criação. A maquinação e a tentativa de propagar sua construção como rentável demandara um detalhamento sobre a posição das pessoas que ingressavam como seus acionistas. A generalização desse ato forneceu a sua imagem de viabilidade e prosperidade. A corrida para ser acionista de suas fábricas, em um ritual de afirmação do desejo fabril, para eles, eram “uma pujante demonstração de quanto pode realizar o regime da livre empresa”⁵³².

Isso manejava a ideia da consagração aos chamados “direitos do homem”, cujos elementos principais que o caracterizava era a “liberdade”⁵³³, o crescimento individual e social. A defesa da propriedade privada, do livre comércio e dos direitos do homem se ligava a um projeto burguês que implantava no território do Cariri esse “regime de livre empresa”, que passou a modificar a rotina das cidades atingidas. Primeiramente, com os esforços municipais e privados para sua efetivação e depois com sua reestruturação a fim de ultrapassar a crise com a falência de algumas fábricas e o aumento do desemprego na região.

Enfim, tal experiência industrial que aconteceu no Cariri cearense tencionava implantar a democratização do Capital, o sistema de sociedades abertas, a edificação da livre empresa, o rigor técnico, as pesquisas de produção e de mercado. Esses elementos eram os alicerces de sua experiência por meio do Projeto-Piloto Asimow, em que se verificara a cooperação estrangeira em prol do desenvolvimento dos territórios pobres. Para amenizar o

⁵²⁹ “Suplementação de proteínas para crianças de 1 a 6 anos no Cariri: Projeto Asimow. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.31.782, quinta-feira, 22 de julho de 1965, p.8, grifos nossos.

⁵³⁰ *Ibidem*.

⁵³¹ *Ibid*.

⁵³² “Assinatura do acordo-convênio”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.6, n.5, setembro-outubro, 1963, p.424.

⁵³³ *Ibidem*.

problema da comunicação, considerando que os técnicos americanos não falavam português e nem os brasileiros o inglês, a Universidade do Ceará promoveu aulas intensivas de inglês e de português para os referidos grupos; além disso “um curso de revisão de estudos sócio-geográficos da região para ambos os grupos”⁵³⁴. Esse transmitia o conhecimento sobre as questões geopolíticas, culturais e sociais destacando as características locais, seus desafios e suas peculiaridades.

O seu primeiro ciclo, depois da implantação de algumas de suas fábricas, era treinar na Califórnia um grupo de gerentes e diretores técnicos que ficariam em sua direção, bem como os “cursos de pós-graduação na América, para técnicos e docentes da Universidade do Ceará”⁵³⁵. No segundo, se fizera o estudo e a criação de mais cinco indústrias. Contudo, nessa fase, o projeto Asimow se espalhou para outros estados do Nordeste, sem analisar as experiências do Cariri. As equipes mistas eram feitas pelos técnicos americanos, cientistas e especialistas de outras universidades do Nordeste. A defesa feita pelos que faziam a Universidade do Ceará da necessidade de se olhar para o regional e de sua realidade para propor ações de intervenção na sociedade, colocava-se como fundamental para a promoção, por meio da tecnologia e do desenvolvimento local. Isso serviu como modelo para as demais IES do Nordeste brasileiro. Conforme Camara, isso promoveu uma integração “desejada e real”, usando de seus instrumentos tecnológicos para resolver dados problemas regionais. Para a efetivação dessa atitude, quebrou o enquadramento e a imagem dada de como seria as universidades e a postura de quem nelas trabalhavam: “Longe estamos dos dias em que mentalidade acadêmica, haurida na clausura das salas de aula, dispunha-se, ingenuamente, a empregar na sua intangibilidade a unicidade da doutrina na diversidade dos meios”⁵³⁶.

Para Camara, os problemas econômicos e sociais do Nordeste só seriam equacionados por meio da pesquisa científica, isso possibilitaria dar uma resposta clara e eficaz para o problema. Seria, assim, por meio do estudo racional, das investigações sobre o homem e seu meio que se solucionaria os seus problemas. Ao afirmar e defender um caminho, o seu foco era combater o outro, o comunista: “Tudo o mais resultará no falatório demagógico, inexpressivo e nulo, suporte das promessas falazes de políticos igualmente nulos cuja atividade malsã no cenário nacional é o maior caldo de cultura das fermentações subversivas”⁵³⁷.

⁵³⁴ “Morris Asimow e o Ceará”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.6, n.5, setembro-outubro, 1963, p.434.

⁵³⁵ *Ibidem*.

⁵³⁶ *Ibid*, p.435.

⁵³⁷ *Ibidem*.

A defesa não era uma implantação de indústrias movidas para promover o uso de certa “apurada técnica”⁵³⁸, isto é, essa expressão colocava em pauta a ciência, como promotora de modificações capitalistas por meio das inovações arquitetadas para o crescimento do setor industrial. Apesar de levar isso em consideração, em uma tentativa de convencimento pelo ato de fala e por um exemplo factual, construíram uma expectativa ímpar sobre aquela experiência que se fazia no Cariri cearense. Era preciso “trazer novas oportunidades de emprego e adequada aplicação para a nossa matéria prima”⁵³⁹. Esse elemento respondia tanto ao público que estava excluído do mercado de trabalho, mão de obra barata, como a incorporação e uso dos seus elementos materiais na construção de seus produtos. Viabilizando, assim, um barateamento em sua aquisição e transporte para as fábricas nascentes.

Para seus promotores e propagadores, levava-se em consideração a realidade regional, expondo tal metodologia como “a possibilidade da correta adequação das soluções aos problemas”⁵⁴⁰. Para corroborar com esse convencimento de uma dada imagem do plano, citavam os estudos realizados para a edificação de habitações com características específicas para o homem do campo. Por exemplo, a elaboração de uma habitação padronizada para o sertanejo de 90 m² de área, que utilizaria materiais característicos da região e teria “o conforto e higiene necessários, abaixo preço[...]”. Tal intuito, corroborava, para ele, com a necessidade de imposição de uma forma política do “*Nosce te ipsum*”⁵⁴¹.

Essas especificidades ambientais e geoeconômicas do Nordeste foram usadas como um elemento – não pela individualidade, mas pela sociedade, isto é, as soluções de problemas emergenciais requeriam uma resposta social e coletiva. Contudo, o uso da palavra dava visibilidade a uma resposta e a um projeto político. Esse grupo, que se colocava como defensor de sua proposta, se pôs como ouvinte dos desejos do grande público: “é necessário dar resposta as perguntas que não são gritadas pelos homens, mas pelas realidades”⁵⁴².

A palavra grito transmitia uma ideia de sofrimento, de dor, de imposição de algo pela elevação da voz, de um elemento que demonstrava sentimentos, autoridade por meio da fala e reação à imposição física ou simbólica sobre algo. Os autores usaram essa metáfora sonora para enfatizar o seu projeto como aquele que ouviu o sofrimento desse homem, que o aliviaria de suas dores e de seu sofrimento; que perceberia as condições concretas destoantes

⁵³⁸ “Morris Asimow e o Ceará”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.6, n.5, setembro-outubro,1963, p.436.

⁵³⁹ *Ibid.*

⁵⁴⁰ *Ibidem.*

⁵⁴¹ “Conhece a ti mesmo”. *Ibid*, tradução nossa.

⁵⁴² “Morris Asimow e o Ceará”, *op.cit.*

de suas posições políticas individuais, mas como base para a melhoria de certa realidade. Para sua defesa, se pensava o tipo de profissional que necessitava para o efetivar, ou seja, os técnicos que interveriam em sua vida cotidiana, como agrônomos, engenheiros e médicos.

Na busca de usar a ciência para legitimar o seu projeto, os técnicos favoreceram em seus discursos a ideia de um crescimento material por meio de uma melhor seleção do tipo de trabalho adaptado às condições regionais, por exemplo, na escolha do gado a ser criado e do tipo de algodão. Tais estudos científicos tanto promoviam uma produção, visando uma qualidade do produto, como seu aumento quantitativo. Tal perspectiva se embasava em uma forma de responder aos problemas da seca, e o Projeto Asimow se assentava enquanto um solucionador desse nó: “O fantasma da seca imprimiu num povo um estigma que se usa comodamente para justificar todos os erros e as omissões. Há regiões do mundo com menos água e onde grupos humanos vivem uma vida de progresso e fartura”, mas “Asimow está mostrando que depende de nós mesmos acertar o passo e buscar o caminho certo”⁵⁴³.

A criação da Comércio e Indústria da Mandioca S/A no Cariri pretendia industrializar a mandioca e os seus subprodutos. A sua construção era a tentativa de utilizar um produto fabricado na região por meio dos engenhos artesanais, mecanizando seu processo produtivo e ampliando a fabricação de subprodutos com essa mão de obra. Alguns dos produtos eram as rações balanceadas, os farmacêuticos, os derivados do vinho, da cerveja e o Uísque. Foram gastos para sua construção 500 milhões de cruzeiros arrecadados dos acionistas e dos órgãos de crédito do governo federal. Para o Jornal A Ação,

Muito feliz a ideia de instalação, no Crato, de uma indústria desse gênero. No Cariri, tempos possivelmente a maior área de mandiocultura do País, toda ela em terrenos adequados e excepcionalmente fecundos. A grande Chapada do Araripe com seus vales adjacentes valem por uma garantia da matéria-prima quase inesgotável. Por outro lado, a nova indústria resolverá um grande problema econômico-social, qual seja o de atendimento aos mandiocultores da zona, todos eles sacrificados pela instabilidade de preços dos produtos comuns: goma e farinha. Se vingar o funcionamento regular de “Comércio e Indústria da Mandioca S/A”, os nossos pequenos lavradores de mandioca terão segurança na sua faina agrícola, porque terão mercado fácil e compensador de sua até hoje ingrata laboriosidade agrícola⁵⁴⁴.

Isso proporcionou uma estimada transação de venda desses produtos pelos agricultores da serra e do vale do Cariri. Apesar de uma relação de compra com preços abaixo do cotado na balança comercial nacional, esses camponeses passaram a ter uma renda mensal firmada. A sua construção foi o resultado de uma verificação *in loco* das empresas desse tipo

⁵⁴³ “Morris Asimow e o Ceará”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.6, n.5, setembro-outubro, 1963, p.436.

⁵⁴⁴ “Cimasa”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.073, 24 de janeiro de 1965, p.3.

de produto em São Paulo e Santa Catarina. Esse saber se incorporou mediante o estágio realizado por Edísio Abath e foi divulgado aos outros dois membros da comissão diretora da fábrica: Antônio Alves de Moraes Junior e Antônio Arrais. O seu destaque atraiu os líderes religiosos para um possível investimento na empresa, por exemplo, o Bispo Diocesano de Crato, Vicente Matos, visitou as suas instalações no dia 21 de julho de 1965. O seu alojamento se deu em um bairro periférico do Crato, além da possibilidade de mão de obra barata ficara mais próximo dos produtores de mandioca da serra do Araripe.

A compra de equipamentos para o Comércio e Indústria da Mandioca S.A em São Paulo foi colocado para destacar sua modernidade e seu maquinário, que promovera a fabricação de produtos não convencionais com a matéria-prima usada em suas comidas associada à tradição regional. Portanto, para edificar uma indústria de mandioca, escolheu-se um espaço privilegiado para sua instalação: o bairro Batateira – espaço periférico, de fronteira e com um alto índice de pobreza. O referido Bispo, apoiando sua construção, seu presidente e gerente, respectivamente, Antenor Lima e Dr. Adísio Abath, pronunciou-se desta forma: “a CIMASA, não há mais dúvida, será a mais importante indústria de base do Nordeste, cuja inauguração está prevista para maio de 66”⁵⁴⁵.

Por exemplo, o padre e jornalista Eudes Fernandes fez a vistoria para conhecer as fábricas que foram criadas pelo projeto Asimow a fim de construir uma matéria sobre o assunto. Esse discurso se alicerçava na construção da imagem de progresso do Crato, e que a edificação dessas empresas em seus subúrbios resolveria alguns de seus problemas sociais. Em seu relato de viagem assim colocou:

Desloquei-me, pois, a diferentes pontos dos subúrbios, onde se encontram as Fábricas de Papel Sulcepa (Cia Sul – Cearense de Papéis), CINCO SA (Comércio e Indústria Cratense de Óleos S/A) IMOCASA (Indústria e Moagens do Cariri S/A), COLUSA (Correia Luna S/A), ACRISA (Algodoeira Cratense Industrial S/A), CIMASA (Comércio e Indústria da Mandioca S/A) e várias outras como de SABÃO e de BEBIDAS, para uma observação pessoal do que de mais importante existe naquela progressista cidade do sul do Estado⁵⁴⁶.

A CIMASA tinha como diretor gerente Edizíio Abath, que adotou a mesma linha de produção das fábricas de São Paulo e Santa Catarina, bem como recebeu o maquinário semelhante daquele usado nessas indústrias. Essa fábrica, apesar de ser vinculada ao projeto, tinha algumas particularidades, por exemplo, seus idealizadores negociaram para que tivesse

⁵⁴⁵ “A vida econômico-social”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.116, 5 de dezembro de 1965, p.2.

⁵⁴⁶ “Indústrias fabris na Princesa do Cariri”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.116, 5 de dezembro de 1965, p.2.

uma linha de planificação independente, fazendo, assim, dela uma exceção à regra em sua constituição e administração daquelas projetadas por Morris Asimow. A SUDENE, outrossim, começou a investir na construção de fábricas para além do triângulo CRAJUBAR. Nesse intuito, esse órgão governamental liberou o montante de 62 milhões de cruzeiros a fim de instalar a Carnafibra S.A em Iguatu, cuja finalidade era aproveitar a palha de carnaúba no fabrico de papel, que seguia o modelo da SULCEPA, fábrica de papel do Crato.

Em Juazeiro do Norte, se instalou a fábrica Eletromáquinas S/A, que lançou o seu primeiro lote de produção em 1964: “500 rádios, em duas linhas com características distintas para funcionamento a pilha ou a corrente elétrica”; bem como “motores elétricos de ¼ a 2 HP serão também fabricados, devendo essa atividade evoluir mais tarde para a produção de aparelhos fotográficos”⁵⁴⁷. Em 1965, o Banco do Nordeste concebeu empréstimo de 210 milhões para essa indústria para a fabricação de máquinas, rádios e de suas estruturas metálicas. O investimento nesse setor chegou a 500 milhões de cruzeiros, sendo que em relação a instrumentalização e imobilização técnica se gastou 315 e 185, respectivamente.

Nesse levantamento do capital de giro, a instituição que mais contribuiu no quadro dos acionistas foi o BNB, com 42% dos recursos investidos. Roberto Campos, então Ministro do Planejamento do Brasil, quando veio proferir uma aula inaugural na Universidade do Ceará a convite de Martins Filho, expressou-se sobre a atuação do projeto Asimow no Ceará, buscando usá-lo como forma de barganhar a gratidão dos cearenses, destacando, para isso, que o Morris Asimow tinha vindo pela primeira vez ao Brasil mediante o seu convite quando integrava a OEA. Na tentativa de ampliar o projeto, disse que o seu interesse funcional e pessoal levava a afirmar e dar crédito a tal empreendimento. Para ele,

Estou vendo a sua marcha e ele está tocando a sensibilidade não apenas do Ceará interior, mas também de outros estados da Região – Nordeste do País. É com novos recursos de organismos que se criam no Sul fundos especiais do Ministro do Planejamento, do Ministério da Coordenação, do banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e através dos artigos 34 e 18, a cargo da “SUDENE”, recursos estes para fins de desenvolvimento industrial. Nós pretendemos dar um grande apoio a este programa. Tanto é verdade que, no III Plano Trienal que entreguei, pessoalmente, ao Conselho Deliberativo da Sudene, lá está uma grande partida de recursos para auxiliar, estimular e apoiar, financeiramente, estes projetos industriais que surjam na base de Governo do Estado, dos Municípios e da Sudene⁵⁴⁸.

⁵⁴⁷ “Indústria de rádios no Cariri”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.9, n.3, maio-junho, 1964, p.224.

⁵⁴⁸ CABRAL, Huberto. Cariri recebeu visita do Ministro do Planejamento. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.079, 14 de março de 1965, p.1.

Novos membros foram agregados à equipe técnica norte-americana para a ampliação do Asimow para o Projeto RITA: Jacob Poter Fraukel, Kenneth E. Rose, Robert F. Pietrowsky, Allen E. Abrahams, George Newman, John E. Kroll, Jamison Marshall, Jim Pelan, e ainda Muzaffar Ahmad, Wycliffe A .Mutsune e Olufemi Lalude, do Paquistão, do Quênia e da Nigéria, respectivamente⁵⁴⁹. Com a expansão e mudança de seu nome para RITA, segundo o relatório da *American Consulate-General (AmConGen/EUA)*, outros nomes foram tomados com sua regionalização:

Os projetos do RITA - em funcionamento no Ceará, Alagoas e Paraíba, e planejados em Pernambuco e no Rio Grande do Norte - continuam sendo importantes itens de interesse público em todo o Nordeste. Embora diversas universidades americanas estejam envolvidas em cada estado, Morris Asimow é geralmente considerado como responsável por todo o movimento, e o termo Projeto Asimow é usado em quase todo o Projeto RITA ou outros títulos locais (por exemplo, UNIPLAS na Paraíba e ASA em Alagoas). Os projetos estão se mostrando promissores em um sentido desenvolvimentista, e são provavelmente o aspecto mais publicitário da atividade de ajuda americana nesta parte do país - a publicidade é até agora totalmente favorável⁵⁵⁰.

Em 1965, o Ministro de Planejamento do Brasil, Roberto Campos, visitou o Cariri objetivando verificar a experiência do Projeto Asimow. James Minotto, ex-presidente da USAID-Portugal, também o fez⁵⁵¹. Nessa visita, se examinou as instalações e conheceu a expectativa de sua produção:

Cecasa (Cerâmica do Cariri S/A (empresa destinada à produção de artigos cerâmicos para construção civil, localizada em Barbalha, com uma produção programada de 7.000 milheiros de peças anuais; na Imocasa, Indústria e Moagens do Cariri S/A (industrialização do milho para a produção de farinhas para a alimentação humana, óleo bruto de milho e rações para alimentação animal localizada no Crato, e programada para beneficiar cerca de 7.000 toneladas de milho por ano); IESA, Indústria de Eletromáquinas S/A (produção de rádios transistorizados e motores elétricos de baixa potência, estabelecida no Juazeiro do Norte, que produzirá anualmente cerca de 6.000 motores elétricos e 6.000 rádios transistorizados); Luna S/A (produção de calçados de tipo médio, devendo produzir cerca de 150 000

⁵⁴⁹ CABRAL, Huberto. Cariri recebeu visita do Ministro do Planejamento. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.079, 14 de março de 1965, p.1.

⁵⁵⁰ “The RITA projects - functioning in Ceará, Alagoas, and Paraíba, and planned in Pernambuco and Rio Grande do Norte - continue to be major items of public interest throughout the Northeast. Although different American universities are involved in each state, Morris Asimow is generally considered as responsible for the whole movement, and the term Asimow Project is used everywhere almost as much as “RITA” Project or other local titles (e.g. UNIPLAS in Paraíba and ASA in Alagoas). The projects are showing promise in a developmental sense, and are probably the most publicizing aspect of American aid activity in this part of the country –the publicity is so far entirely favorable”. US. “**Morris Asimow: Citizen of Ceará**”. Recife: DEPARTAMENT OF STATE AIRGRAM, A-36, 9 de julho de 1964, p.06, tradução nossa.

⁵⁵¹ “James Minotto – ex-chefe da USAID – Português- visita aos programas industriais como o Projeto Rita”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.4, maio-junho, 1965, p.293.

pares); Ibacip (empresa que empregará inovação tecnológica, ainda não utilizada no País, na produção de Cimento, com forno vertical e combustível sólido)⁵⁵².

No dia 21 de junho de 1965, foi inaugurada a sede do Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial (PUDINE - Projeto Asimow), na avenida da Universidade em Fortaleza, tendo a presença de Morris Asimow e o discurso de saudação feito por Ary de Sá Cavalcante, então diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UC. Nesse momento, o Projeto Asimow se tornou PUDINE com a sua institucionalização como programa de extensão da Universidade do Ceará. Isso representava que os recursos que deveriam ser usados no projeto passavam diretamente para o setor financeiro da universidade, não iriam para o governo do Estado e sua atuação em outras localidades como Iguatu e Sobral. Essa mudança de nome significou sua ampliação no Ceará e um nome brasileiro para falar dele, haja vista que o nome RITA não se assimilou no discurso corrente cearense. Esses vários nomes para um mesmo projeto foram comuns nesse processo de expansão, adquirindo, a partir de sua regionalização, outras alcunhas: Alagoas – Projeto Asa, Paraíba – UNIPLAS, Bahia – Programa de Desenvolvimento Industrial. Contudo, na Universidade da Califórnia (EUA) era conhecido por “Brazil Project”.

Para firmar as mudanças do projeto piloto, Martins Filho convocou uma reunião com os Reitores das Universidades do Nordeste que participavam do projeto, como o da Bahia e o da Paraíba. Participaram também os representantes da SUDENE e da USAID-Brasil. Essas transformações se alicerçavam no que foi defendido por Martins Filho em Washington com o Conselho Interamericano de Cultura da OEA sobre uma “política de caráter nitidamente regional” que tinha a esperança de abrir “novos horizontes à área de influência cultural e técnica das universidades nordestinas”⁵⁵³. Para o Boletim da UC, a experiência tinha promovido o aumento da renda e do emprego da população atingida.

Além disso, esse convênio possibilitou a capacitação de um corpo de profissionais docentes e discentes da referida Instituição de Ensino Superior, que buscaram conhecer e praticar modelos em prol de um desenvolvimento industrial, cujo olhar desse quadro foi treinado por meio dos estudos sobre os aspectos econômicos e socioculturais. Portanto, o “treinamento de técnicos, gerentes supervisores e operários qualificados”⁵⁵⁴ foi enfatizado como tarefa imprescindível para a ampliação e a manutenção desse novo projeto industrial: “a experiência industrial no Cariri colheu resultados positivos, revelando a idoneidade do

⁵⁵² “Ministro do Planejamento profere aula inaugural e percorre o Vale do Cariri. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.2, 1965, p.86.

⁵⁵³ **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.11, n.5, 1965, p.369.

⁵⁵⁴ **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.6, 1965, p.447.

Projeto”⁵⁵⁵. Isso gerou uma expectativa de ampliar a zona de influência, dando “a convicção de que a Universidade poderia estender seu programa de desenvolvimento industrial a outras regiões do Estado”⁵⁵⁶.

Uma reunião ocorreu em agosto de 1964 com os reitores das Universidades do Ceará, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e os técnicos do Projeto da Universidade da Califórnia, do Colorado, San Francisco State College e Los Angeles State College, técnicos da USAID e da SUDENE. Foi pensada a experiência desse projeto no Ceará, em Alagoas e na Bahia e como se realizava o treinamento dos técnicos, os seus progressos e impasses no desenvolvimento industrial.

A defesa de sua ampliação dava papel preponderante para as universidades brasileiras, tais questões em seu entorno não se reduziram a economia cearense, mas integravam o “plano de desenvolvimento econômico do Nordeste”⁵⁵⁷. Assim, as ponderações se faziam, vendo os impasses e as expectativas dos estados que a compunham. Formar profissionais nessa especialidade servia para preparar uma geração que ampliaria o conhecimento obtido, a forma como seria repassado, as escolhas metodológicas e ideológicas de quem ministrou tal capacitação. Para os presentes nessa reunião, “a concretização de um plano agressivo de formação profissional é a meta principal para a obtenção de recursos culturais e técnicos de que vem carecendo o Nordeste”⁵⁵⁸.

Para tal fim, defenderam uma política econômica que buscasse complementar os recursos para sua implementação e solidificação. Pois, tal projeto se associava às entidades estaduais de desenvolvimento fundadas a partir de 1950 no Nordeste: Bahia – a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e o “Plano de Desenvolvimento da Bahia”, Pernambuco – Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco (CODEPE), Paraíba – Conselho Estadual de Desenvolvimento, Piauí – Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE), Rio Grande do Norte – Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), Alagoas – Comissão de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), Ceará – “SUDEC para a execução do Plano de Metas Governamentais (PLAMEG)” e Sergipe – Comissão do Desenvolvimento Econômico (CONDESE)⁵⁵⁹.

Em Recife, esse encontro feito em 1966 aprovou reformulações, por exemplo, a institucionalização da PUDINE nas Universidades do Nordeste que participavam do projeto, a

⁵⁵⁵ **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.6, 1965, p.447.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ “Encontro dos reitores”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.6, 1964, p.325.

⁵⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁵⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. **Frentes de serviço**: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.48.

integração das universidades do Sul, a solicitação de recursos da SUDENE e a contratação de técnicos que se adaptassem a sua política. Naquele momento, definiu-se o objetivo da PUDINE, a saber, “cooperar para o Desenvolvimento industrial do Nordeste Brasileiro”⁵⁶⁰. Para isso, delimitaram dois campos de atuação: de um lado se tinha a educação e do outro a assistência técnica. Esses dois caminhos se interligavam para favorecer uma ampliação e expansão de sua produtividade, como também auxiliar os grupos detentores do capital privado interno na construção de suas indústrias, sua renovação ou reestruturação, mobilizando, assim, os recursos humanos e financeiros que precisavam para se igualarem às novas propostas colocadas pelo projeto.

Essa adaptação foi uma americanização afarinhada, pois a sua incorporação se realizou com a resguarda do setor primário, buscando, assim, aos poucos, capitalizá-lo e retirá-lo de uma produção de subsistência para uma de exportação e produção de larga escala. Tal perspectiva se alicerçava “numa perspectiva da democratização de capital de modo que favoreça a canalização para o setor industrial de poupanças ociosas ou aplicadas em setores financeiros”⁵⁶¹.

O Projeto Asimow também planejou um subprojeto de Suplementação de proteínas para um programa de alimentação das crianças no nível pré-escolar no Cariri, com uma duração de 5 anos, a fim de favorecer o crescimento físico e psicológico com o fornecimento de proteínas, vitaminas e minerais.

O programa é também destinado a ser uma operação piloto na alimentação em massa de crianças, usando-se alimentos proteicos de baixo custo produzidos localmente que poderiam ser adaptados e repetidos através do Nordeste Brasileiros e em outras áreas subdesenvolvidas onde a subnutrição é endêmica. Apesar de muitos programas de nutrição terem sido efetuados em outras partes poucos talvez nenhum, tem combinado o trabalho experimental de suplementação alimentar em massa de uma população inteira de crianças de 1 a 6 anos com produção local de alimento. O “Projeto Brasil” é um programa em andamento localizado na região caririense e a suplementação do programa se efetuará na mesma área, concretada em Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A Fundação de Alimentos para Milhões se encarregará de assegurar em grande parte as despesas em dólares do programa através de pessoal para as várias fases do trabalho e também facilitando o acesso a certas instalações de laboratório na fábrica experimental de processamento de proteínas e seu laboratório ora em construção perto da UCLA⁵⁶².

Esse programa se ligava a Aliança para o Progresso por meio da Campanha Nacional da Alimentação Escolar. No sul do Ceará, as distribuições dessa alimentação foram

⁵⁶⁰ **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.11, n.1, 1966, p.409.

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² “Programa de Suplementação de proteínas para crianças: projeto Morris Asimow”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.110, 24 de outubro de 1965, p.1.

feitas mediante a sua sede localizada no Crato, que tinha como diretor o professor Joaquim Pinheiro Teles. Em 1966, com a crise provida da instabilidade política vivenciada no País, o setor da construção civil foi afetado. A fábrica de cimento, construída no Cariri pelo projeto Asimow, vivenciou um dilema entre o sonho e a sua destruição demandada pela conjuntura interna desfavorável a venda de seus produtos.

Se o governo não der prioridade a indústria do cimento – considerada básica em todos os planos da comunidade mundial, iremos mesmo ao caos, com a paralização de todas as fábricas provocando maiores dimensões na crise da construção civil, originando, conseqüentemente, uma questão social com o desemprego de milhares de pessoas – declarou o industrial Fabrício Sampaio um dos diretores da Indústria barbalhenses de Cimento Portland, IBACIP, que acrescentou: Não existe neste país uma mística pelos problemas e assuntos que requeiram seriedade. Há uma grande capacidade, nos meios técnicos brasileiros, pela improvisação, fato negativo diante de delicadas circunstâncias com transportes e os preços cobrados pelos impostos são dois fatores que contribuem para o encarecimento do produto, cuja saca sai de Recife pelo preço de 3 mil cruzeiros, e entre nós é vendida ao preço de 9 ou 10 mil cruzeiros⁵⁶³.

Essa perspectiva de greve nas fábricas produtoras desse produto no Nordeste, para ele, era certa se o governo não tomasse as providências cabíveis; bem como a falta para os consumidores de seus produtos ressoava na opinião pública em alguns de seus principais lugares de abastecimento: “se não houver estímulo do governo, a indústria do cimento, iremos mesmo ao caos”⁵⁶⁴, denunciando, assim, o excesso burocrático das agências bancárias brasileiras que demoravam muito para examinar o pedido de crédito e a liberação do capital para a recuperação dessas fábricas.

Em 1967, essa crise ameaçou acabar com o jovem parque industrial do Cariri, criado com a ajuda de Morris Asimow. Alguns caririenses enfatizavam que fora um erro do planejamento técnico da equipe do referido engenheiro; segundo a linguagem dos empresários e os pequenos investidores da região, ele almejou fazer do Cariri uma Califórnia. Das empresas criadas, duas funcionavam a IMOCASA e a CECASA – uma fábrica de produtos à base de milho e a outra de cerâmica. O problema estava no fornecimento da matéria-prima e na baixa produção local, requerendo das fábricas um capital de giro para sua compra em outras regiões com o acréscimo da balança comercial e as despesas com o seu transporte, o que gerou um desequilíbrio entre o capital da empresa e o dos acionistas. Outros elementos desde o início tinham sido detectados, levando os técnicos do Cariri, por exemplo, a terem um

⁵⁶³ “A indústria de cimento vai ao caos, se o Governo não der ajuda”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, n.1.124, 30 de janeiro de 1966, p.3.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

espaço no Jornal A Ação para orientar os empresários e os trabalhadores a fim de resolver os impasses mais simples.

Um dos problemas era que o produto das indústrias não estava sendo vendido a contento: “sem vendas não há possibilidade de sobrevivência”⁵⁶⁵. A maneira como se colocava era de uma forma indireta, pois se buscava construir e consolidar a marca do Asimow no Cariri. Dessa forma, atrelavam para si a autoridade do discurso técnico para transmitir aos leitores do referido jornal os dilemas que os gerentes expunham em suas regiões gerais: “com o produto parado nas prateleiras das fábricas teremos um conseqüente aumento no custo do produto, devido a uma elevação no custo de estocagem e, portanto, menores possibilidades de competição no mercado”⁵⁶⁶. Esse recado, traduzido por uma retórica de lição, cujo ensinamento tinha um público maior que os gerentes do programa, tornava-o o arauto da industrialização regional.

A carência de mão de obra qualificada, destacava-se, outrossim, dentre as dificuldades enfrentadas. Os técnicos do RITA buscavam trabalhadores que tivessem o ensino médio e ensino superior completo, porém, tanto no Cariri, como no Nordeste, boa parte dos camponeses e trabalhadores eram analfabetos e semianalfabetos. Atrelada à ala se tinha a resistência dos que eram empregados (gerentes e operários) em se manterem disciplinados tanto com o tempo da produção fabril, como com o clima e cotidiano do chão da fábrica que destoavam das relações mais próximas que se tinha nas oficinas artesanais e no campo: “a ausência de vivência industrial é outro fator a diminuir o rendimento inicial dos trabalhos”⁵⁶⁷.

Portanto, a frustração em relação ao projeto e as crises econômicas derivadas desse impasse impactaram e causaram medo no governo estadual de uma possível ruína econômica do Cariri, em que as conseqüências dessa política desenvolvimentista fracassada, associada à crise da monocultura da cana, conduziria o Ceará a uma síncope. Para Alencar Araripe, balanceando os impasses, o crescimento do Cariri e da zona norte, a não efetivação dos projetos que se tinha para o Iguatu – relativos à indústria de madeira, papel e tinta, causou-lhe uma imagem local negativa. Contudo, afirmou que apesar disso o Projeto Asimow teve um impacto significativo na América Latina.

Para corroborar a sua importância, mencionou a outorga de cidadão cearense dado ao professor Asimow pela Assembleia Legislativa (27 de agosto de 1964) e o ingresso de outras universidades brasileiras e norte-americana no projeto RITA, garantindo a divulgação

⁵⁶⁵ PUDINE. “Industrialização”. **Jornal A Ação**. Crato, ano XXVII, n.1.159, 29 de outubro de 1966, p.4.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ *Ibid*, p.5.

de certa imagem de sucesso desse programa. Por exemplo, o Instituto Politécnico de Brooklin atuou em Pernambuco, a San Francisco State Colege em Alagoas, a Universidade do Colorado na Bahia e a Universidade de Utah no Rio Grande do Norte⁵⁶⁸.

Para Figueiredo Filho, com a chegada da energia de Paulo Afonso em 1962 no Cariri, se iniciaram transformações consideráveis, porém paulatinas em sua economia. Tais mudanças, para ele, proporcionaram o ingresso dela na “era de mecanização”⁵⁶⁹: “Indústria nova nasceu, não só obedecendo ao plano do economista californiano Morris Asimow, como por iniciativa própria, toda baseada no aproveitamento da matéria prima regional. Muitas delas incentivam até a própria agricultura”⁵⁷⁰. Para exemplificar isso, citou a construção da fábrica de papel no Muriti (Crato), tendo como matéria-prima a cultura do agave. Os produtos agrícolas que se consumiam de forma tradicional e precária, ganhavam novos aspectos, como a transformação do amendoim em óleo comestível, o uso da argila e do gesso dando-lhe novas estéticas, traços e cores, tornando-os, assim, em objetos de consumo para um público fora do Cariri.

Na agricultura também artefatos eram inseridos mudando as técnicas, as formas de produção, o consumo, a venda e o valor do produto. Dentre eles, tinham-se as “máquinas agrícolas, adubos, inseticidas, já estão ficando familiares aos lavradores caririenses”⁵⁷¹. Esse ingresso na transformação e produção do campo se verificava na exposição agropecuária do Crato, que dava visibilidade a essas novas tecnologias e aos resultados a curto prazo de sua aplicação, como o crescimento do gado leiteiro e de corte. Os acordos entre as universidades feitas nesse período, que promoveram a vinda de professores dos EUA para o Brasil, faziam parte de um projeto não de ajuda econômica, mas como uma forma de propagar as ideias cosmopolitas do imperialismo cultural norte-americano.

⁵⁶⁸ ARARIPE, J.C. Alencar. **O mundo em três dimensões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967, p.82-83.

⁵⁶⁹ FIGUEIREDO FILHO, J. de. **Folguedos infantis Caririenses**. Fortaleza: Edição UFC, 2010, p.123.

⁵⁷⁰ *Ibidem*.

⁵⁷¹ *Ibid*.

5 SUDENE E RITA

Há quatro anos, o professor Asimow decidiu seguir seu hobby em uma das áreas mais pobres e politicamente mais problemáticas da América Latina, no estado do Ceará, no Nordeste do Brasil. Seu plano era estabelecer um grupo de pequenas e médias empresas, para as quais os locais deveriam contribuir não apenas com a força de trabalho, mas também - e isso era incomum nos planos de Asimow - o capital necessário. Um grupo de professores e estudantes das universidades americanas e brasileiras deve estar disponível para ajudar e resolver os problemas técnicos e econômicos. Especialistas da América Latina e banqueiros experientes tentaram de tudo para deixar claro para o professor estrangeiro que esse plano não poderia ter perspectivas de sucesso. As dificuldades técnicas eram grandes o suficiente. Mas Asimow não tinha mais ou menos intenção de fazê-lo do que desencadear silenciosamente uma revolução social e criar uma espécie de capitalismo popular em uma área onde a escolha parecia apenas entre feudalismo e comunismo⁵⁷².

A citação acima foi retirada de uma matéria publicada no jornal alemão *Die Zeit*, do autor Von Tom Tugend⁵⁷³: “Experiment in Brasilien” (Experiência no Brasil). Esse periódico de cunho liberal nasceu na Alemanha Ocidental, especificamente em 1946 na cidade de Hamburgo⁵⁷⁴. Pós-Segunda Guerra Mundial a Alemanha foi dividida entre os países aliados: de um lado, França, EUA e Inglaterra (Alemanha Ocidental), do outro a URSS (Alemanha Oriental). Posterior a vitória dos aliados, os países capitalistas ocidentais se desvincularam da URSS, destacando que esse pacto não apagava a rivalidade e a luta contra a perspectiva socialista, tornando tal tensão entre capitalismo e socialismo mais forte nos anos pós-1945.

Essa matéria feita por Von Tom Tugend se especializava e temporalizava no contexto da Guerra Fria, cuja incorporação dessas tensões entre o Ocidente (EUA, Inglaterra e França) e a União Soviética impregnou seu cotidiano, seu corpo e sua percepção sobre o

⁵⁷² “Vor vier Jahren entschloß sich Professor Asimow, seinem Steckenpferd in einem der ärmsten und politisch unruhigsten Gebiete Lateinamerikas nachzugehen, im Staat Ceará im nordöstlichen Brasilien. Sein Plan war, dort eine Gruppe kleinerer gewerblicher Betriebe zu gründen, zu denen die Einheimischen nicht nur die Arbeitskräfte, sondern auch – und das war das Ungewöhnliche an Asimows Plänen – das notwendige Kapital beisteuern sollten. Dafür sollten ihnen bei der Lösung der technischen und wirtschaftlichen Probleme eine Gruppe von Professoren und Studenten amerikanischer und brasilianischer Universitäten mit Rat und Tat zur Seite stehen. Lateinamerika-Experten und erfahrene Bankiers versuchten alles, um dem weltfremden Professor klarzumachen, daß solch ein Plan keinerlei Aussicht auf Erfolg haben könne. Schon die technischen Schwierigkeiten waren groß genug. Dazu aber hatte Asimow sich nicht mehr und nicht weniger vorgenommen, als in einem Gebiet, wo die Wahl nur zwischen Feudalismus und Kommunismus zu liegen schien, in aller Stille eine soziale Revolution auszulösen und eine Art Volkskapitalismus ins Leben zu rufen”. TUGEND, Von Tom. Experiment in Brasilien. Alemanha. *Zeit*, 6 august 1965, AUS DER ZEIT NR.32/1965, p.2, tradução nossa.

⁵⁷³ Nasceu em Berlim, sua família fugiu para os EUA em 1939. Trabalhou mais de 30 anos como escritor de ciência e diretor de comunicação na Universidade da Califórnia. Era correspondente de vários periódicos, cubrindo os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, Guerra da Independência de Israel e da Coreia. Por exemplo, publicou matérias em Jewish Journal of Greater Los Angeles, San Francisco Chronicle e Los Angeles Times.

⁵⁷⁴ Fundado em 1946, jornal político e de periodicidade semanal ligado à República Federal da Alemanha (ou Alemanha Ocidental), divisão essa empreendida depois da Segunda Guerra Mundial.

mundo. Tom Tugend exerceu a função de jornalista e soldado norte-americano, foi enviado também para a França a fim de integrar a infantaria dos EUA na Alsácia, região de fronteira entre a Alemanha e a Suíça, e o 1º Exército Francês. Suas matérias e crônicas estavam imbuídas pelas suas memórias de guerra e do sentimento de revolta contra a Alemanha de Adolf Hitler, pois a sua família teve que fugir para os EUA em 1939 devido a perseguição aos judeus no território alemão.

Nessa matéria, Tom Tugend destacou que o desejo de Morris Asimow com o Projeto RITA era fazer uma “revolução social” que, para ele, era a incorporação dos ideais e ideias capitalistas para a população mais pobre no Brasil, dando-lhe, assim, outro caminho político e econômico. A ênfase de sua retórica era que o foco de Asimow se empreendera na intenção de indicar o caminho do capitalismo para a política e economia dos países pobres. Os dois caminhos destacados por ele, e que esse território americano estava fadado a seguir, tinham em comum serem ambos contra as ideias liberais: o feudalismo e o comunismo. Dessa forma, ao analisarmos o seu discurso, entendemos que o espaço e o tempo em sua narrativa se imbricavam, que o espaço possuía temporalidade e o tempo espacialidade. Portanto, o Projeto RITA fora um programa que colocou em cotejo temporalidades e espacialidades por meio das redes de experiências e estudos científicos que brotaram da gestação, implantação e sobrevivência das pequenas e médias indústrias no Nordeste do Brasil e em outros países subdesenvolvidos.

Dessa forma, olhamo-lo mediante a análise da hermenêutica espacial e temporal, em que, por sua vez, relacionamos tempo e espaço, sucessão e simultaneidade. Examinamos, enfim, o RITA, vendo esses elementos fundamentais para entender a sua rápida ampliação. Para Schlögel, espacializar a narrativa histórica é entender que somos seres espaciais. Esses indícios estavam impregnados nos projetos fabris que levaram em consideração os elementos geográficos e os recursos naturais como características fundamentais para sua construção⁵⁷⁵.

O jornalista Von Tom Tugend mesclou em sua narrativa tempo e espaço para explicar o RITA, sua importância para o desejo do bloco Ocidental de perpetuar e manter o capitalismo, como também o considerou um dispositivo importante para embargar o avanço ou o florescimento de grupos que poderiam aderir aos ideais da URSS nos países subdesenvolvidos na América, África e Ásia. Para ele, as ideias defendidas por Morris

⁵⁷⁵ SCHLÖGEL, Karl. **En el espacio leemos el tiempo**: sobre história de la civilización y geopolítica. Madrid: Ediciones Siruela, 2007.

Asimow foram debatidas na Conferência de Potsdam⁵⁷⁶, realizada para projetar caminhos para a reconstrução da Europa pós-1945.

As expectativas vendidas por seus projetos eram, por exemplo, o aumento do salário dos trabalhadores e uma organização sindical, ambas as ideias foram defendidas a fim de proteger os países de uma radicalidade política. Para isso, implantou o medo do comunismo, bem como usou como forma de dificultar seu florescimento, controlar e disciplinar os sindicatos. Para Tugend, “o salário dos brasileiros que trabalham nessas fábricas deve ser tão alto quanto o de um trabalhador em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil. Isso significa que o salário diário nessa região quadruplicou de 50 centavos para 2 dólares”⁵⁷⁷. Essa fora uma forma de propagar a ideia de conforto e prosperidade, transmitindo, assim, que tais mudanças advinham da apropriação das ideias capitalistas. Alguns princípios liberais popularizados por meio do RITA foram incorporados pelos homens que receberam a incumbência de gerir as empresas dos agricultores que compraram ações nas empresas, gerentes e estudantes que participaram de cursos nos EUA por meio do projeto, por exemplo, em um curso intensivo de três meses obrigatório para os gerentes.

O professor e engenheiro Morris Asimow chegou ao Cariri cearense para realizar o projeto piloto em 1962, acompanhado de nove alunos da Universidade da Califórnia. Em 1963 e 1964, voltou ao Brasil para monitorar os projetos, as suas obras e a implantação de outras fábricas. Para Tugend, esse acompanhamento do professor da UCLA se fundamentava em seu compromisso de pesquisador que teve a possibilidade de pôr em prática sua teoria, mas também na responsabilidade e importância do projeto para os EUA, que investiu em sua concretização a quantia anual de 140 mil dólares, assim como contribuiu também para a comunidade local com a quantia de 1 milhão de dólares, somada ao financiamento dado pelo BNB. O Projeto Asimow, conhecido nos EUA como “Project Brazil”, destacou-se depois de seus primeiros anos. Depois disso, a USAID reconheceu a sua importância e o incorporou em seu quadro oficial de financiamento e projetos vinculados a Aliança para o Progresso⁵⁷⁸; tornando-o, assim, o RITA.

Para Tugend, além da USAID e a OEA, a Fundação Ford e a Organização de Ajuda Privada *Bread for Millions* também investiram nesse programa. A partir desse

⁵⁷⁶ Conferência realizada em 1945 pelos Estados Unidos da América, Reino Unido e União Soviética para decidir os passos a serem trilhados pós-1945, como também o fateamento da Alemanha.

⁵⁷⁷ “Die Löhne der in diesen Betrieben arbeitenden Brasilianer sollten genauso hoch sein wie die eines Arbeiters in Sao Paulo, der reichsten Stadt Brasiliens. Dies bedeutete eine Vervierfachung des in dieser Region üblichen Tagelohns von 50 Cents auf 2 Dollar”. TUGEND, Von Tom. Experiment in Brasilien. Alemanha. *Zeit*, 6 august 1965, AUS DER ZEIT NR.32/1965, p.2, tradução nossa.

⁵⁷⁸ *Ibidem*.

momento, consideramos que foi espacializado e temporalizado ao conflito geopolítico da Guerra Fria, por exemplo, a partir disso o governo norte-americano retirou o nome Projeto Asimow (ou Brasil Project) e deu-lhe a alcunha de Assistência Técnica para a Industrial Rural (RITA), impregnando-o de uma amplitude espacial e temporal acoplada aos objetivos econômicos e políticos dos Estados Unidos da América. Além de sua ampliação para outros estados brasileiros, também o fizeram no México, Equador, Chile e Tailândia, dentre outros países.⁵⁷⁹

Portanto, neste capítulo, analisaremos a sua implantação em outros municípios do Nordeste e seu vínculo com a política de desenvolvimento que se erigiu para o Nordeste brasileiro pós-1945. Destacamos que alguns órgãos de desenvolvimento no Brasil foram criados nessa época, isso lhe deu as condições necessárias para implantar as fábricas: a construção da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1909, transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945; a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) (1945) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (1952); bem como foi criado, em prol do combate aos efeitos das secas, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que sugeriu a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) (1959) e que no final de 1959 se tornou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Essa lista de instituições estabelecidas após 1945 foram pensadas para a promoção regional, construindo caminhos e perspectivas específicas em prol de seu desenvolvimento, modernização e industrialização. Quando o professor Morris Asimow chegou ao Nordeste entrou em confronto com as políticas e ideias de como desenvolvê-lo vindas desses grupos existentes. Isso lhe deu mais uma função, a de defender a sua ideia de progresso *versus* a perspectiva da SUDENE, vinculada à perspectiva do estruturalismo cepalino e de Celso Furtado. Para Tugend, Asimow tinha várias habilidades e as usavam para provar sua teoria em seu laboratório – o Nordeste brasileiro; dentre elas, destacou o seu conhecimento científico como engenheiro, financista, político e planejador⁵⁸⁰.

Dessa forma, analisar as ideias que o compunham e a sua implantação nos ajuda a apreender os desafios e os problemas enfrentados no final dos anos 1960. Para resolver alguns impasses, nesse momento, era preciso fazer reuniões para se detectar as especificidades das localidades atingidas e de seus projetos fabris. Por exemplo, os seus coordenadores brasileiros

⁵⁷⁹ TUGEND, Von Tom. Experiment in Brasilien. Alemanha. *Zeit*, 6 august 1965, AUS DER ZEIT NR.32/1965, p.3.

⁵⁸⁰ *Ibidem*.

e norte-americanos realizaram debates em prol de examinar o seu impacto na economia nordestina, para dinamizá-lo e solidificar as empresas em funcionamento.

A rapidez com que cresceu não foi a mesma dos estudos das particularidades e das dinâmicas espaciais que surgiram ao chegar em outros estados nordestinos, como também em outros países. Tentar implantar o modelo semelhante ao projeto piloto realizado no Cariri cearense não favoreceu sua consolidação, haja vista que seu capital deveria, em sua maioria, dimanar das poupanças locais. Para Jesiek e Beddoes, o coordenador e professor do Rural-Industry Technical-Assistance (RITA), Morris Asimow, iniciou o projeto piloto no Cariri cearense e o ampliou de uma forma veloz para os outros estados nordestinos, tendo o foco nos estudos de viabilidade e na edificação de projetos preliminares de design para as pequenas indústrias. Vinculados a UCLA, os estudantes-estagiários tiveram a oportunidade de aplicar sua teoria sobre os planos de design. Segundo os referidos autores, “em 1965, o programa envolvia 150 alunos seniores e trinta graduados”⁵⁸¹. Esse grupo apresentava uma vasta formação, de administração à economia, de antropologia à agronomia.

Para Serres, a história da ciência é também história da técnica, pois “não há ciência sem técnica, sem máquina”⁵⁸², eficácia e cientificidade seriam faces de uma mesma moeda, cujo método sistematiza a operação de pesquisa e prática. Portanto, pensar os projetos do RITA é sair do laboratório do projeto-piloto, que ocorreu no Cariri cearense – espaço onde se colocou em prática a teoria formulada pelo engenheiro Morris Asimow, e verificar o percurso dessa experiência em novos espaços. Dessa forma, seria difícil desenharmos uma sequência alinhada dos projetos fabris, pois o RITA aconteceu simultaneamente em vários estados do Nordeste e em outros países. Portanto, propomos uma história da ciência, da técnica e do trabalho que flutua em redes múltiplas e complexas, cujos caminhos e temporalidades são variadas. Contudo, há pontos de cruzamento, de dobradiça onde as pontas se encontram gerando contornos apesar das particularidades espaciais e culturais de cada localidade⁵⁸³. Como, então, a SUDENE de opositora de algumas ideias do projeto, após o

⁵⁸¹ “by 1965, the program had involved 150 senior and thirty graduate students”. JESIEK, Brent k; BEDDOES, Kacey. From Diplomacy and development to competitiveness and Globalization: Historical perspectives on the Internationalization of Engineering Education. In: DOWNEY, Gary Lee; BEDDOES, Kacey. **What is Global engineering Education for? The making of International Educators**. California: Morgan & Claypool Publishers LLC, 2011, p.53, tradução nossa.

⁵⁸² SERRES, Michel. Prefácio que convida o leitor a não negligenciar a sua leitura para perceber a intenção dos autores e compreender a disposição deste livro. In: SERRES, Michel *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996, p.21.

⁵⁸³ Para Serres, “uma multiplicidade de tempos diferentes, com disciplinas diversas, de ideias da ciência, de grupos, de instituições, de capitais, de homens em acordo ou em conflito, de máquinas e objetos, de previsões e acasos imprevisíveis compõem conjuntamente um tecido flutuante que representa de forma fiel a história múltipla das ciências”. SERRES, Michel. Prefácio que convida o leitor a não negligenciar a sua leitura para perceber a

golpe civil-militar (1964) incorporou o RITA como importante veículo de industrialização do Nordeste?

5.1 Imagens

Em 1962, o trabalho do programa foi formalmente iniciado. Então, pouco mais de três anos se passaram. Embora esse período seja curto demais para tirar conclusões dos resultados, há muitas indicações de que o programa na região de teste do Cariri foi bem-sucedido. Esse desenvolvimento positivo fez com que parecesse justificado estender o programa como uma empresa totalmente independente da Universidade do Ceará para a região noroeste do estado em torno da cidade de Sobral e iniciar programas mais ou menos semelhantes na maioria dos outros países do nordeste do Brasil. Estes são realizados pelas respectivas universidades em cooperação com as universidades norte-americanas e apoiados pelo programa USAID⁵⁸⁴.

Neste tópico pensaremos as ideias de industrialização criadas pelo pensamento científico da época, suas aproximações e disparidades com o Projeto RITA e a construção da imagem de um “Novo Nordeste”. Essa se ligava ao sentido de integração nacional construído na época – a ligação da política de desenvolvimento e a de segurança nacional promovido pelo golpe civil-militar de 1964. A construção da imagem de um “Novo Nordeste” foi forjada pelo regime militar, levando em consideração os determinantes espaciais, o processo de substituição de importações, as suas condições internas, as relações de produção e o consumo existente. Para Sampaio, “entre 1960 e junho de 1969, a SUDENE aprovou 721 projetos de implantação e modernização de empresas industriais na Região”⁵⁸⁵. Destacamos que na década de 1960 se viveu dois ápices nas relações com o capital estrangeiro que afetaram a política de industrialização brasileira: 1961 – crise na aliança entre Brasil e EUA; 1964 – seu fortalecimento e dependência.

A chamada moderna industrialização brasileira se alicerçou nas políticas desenvolvidas pela SUDENE. Segundo Castro, essa instituição reforçou o modelo tradicional

intenção dos autores e compreender a disposição deste livro. In: SERRES, Michel *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996, p.12.

⁵⁸⁴ “Im Jahre 1962 wurde die Arbeit des Programms formell aufgenommen. Inzwischen sind also etwas mehr als drei Jahre vergangen. Obwohl diese Zeitspanne zu kurz ist, endgültige Folgerungen aus den Ergebnissen zu ziehen, deutet vieles auf einen erfolgreichen Verlauf des Programms in der Testregion Cariri. Diese positive Entwicklung ließ es gerechtfertigt erscheinen, das Programm als völlig unabhängiges Unternehmen der Universität von Ceara auf das nordwestliche Gebiet des Staates um die Stadt Sobral s herum auszudehnen und auch in den meisten anderen Staaten Nordost-Brasilien mehr oder weniger ähnliche Programme in Angriff zu nehmen. Diese werden von den jeweiligen Universitäten in Zusammenarbeit mit nordamerikanischen Universitäten durchgeführt und von dem USAID-Programm unterstützt”. ASIMOW, Morris. **Ein testprogramm is nordost-Brasilien**. In: Entwicklung von unten. VS Verlag für Sozialwissenschaften, wiesbaden, 1966, p.160, tradução nossa.

⁵⁸⁵ SAMPAIO, Paulo Leite. **O Projeto Asimow e a industrialização do interior do Ceará**. 1992. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Regional do Cariri, Crato, 1992, p.10.

de pré-investimento regional e êxito na atração de capital do restante dos investidores brasileiros⁵⁸⁶, sendo que até 1967 o investimento feito se igualava ao capital industrial existente no mesmo ano. Temos então estas duas fases: 1- a movida pelas atividades tradicionais do período expansivo centrado (1954-1964); 2- a de comportamento vegetativo que distanciava o “Nordeste tradicional” do “Novo Nordeste”⁵⁸⁷.

Dessa forma, até 1950 o Nordeste era eminentemente rural, exportava produtos de caráter colonial, sua economia representava o mercado tradicional e de autoconsumo. O macrocomércio exportador se vinculava às empresas extrarregionais e microcomerciais para mover e ampliar o setor de serviços a fim de dar uma nova roupagem à face do terceiro setor, caracterizado por uma imagem obsoleta em relação ao sudeste brasileiro. Os anos 1950 movimentaram essas atividades que provocaram o crescimento urbano e uma ampliação do êxodo rural. Isso gerou o inchamento das cidades, principalmente as capitais dos estados que concentravam as novas oportunidades de trabalho que apareciam, florescendo, também, por outro lado, a “marginalização urbana no Nordeste”⁵⁸⁸. Três fatores se destacaram nesse processo de industrialização do Nordeste: 1- a proteção do mercado contra as investidas externas, tornando proibida a importação de determinados produtos manufaturados, por exemplo, os alimentos; 2- abundância de mão de obra barata; 3- uma quantidade e qualidade em matéria-prima.⁵⁸⁹

Para Moreira, a industrialização era vista como motor que alavancaria o processo de desenvolvimento. Isso se conduzia mediante o fim de dois problemas: 1- absorver os excedentes urbanos; 2- deslocar as fronteiras agrícolas e de irrigação das zonas áridas para ampliar as terras aráveis⁵⁹⁰. A barreira ao modelo proposto era que não se levava em consideração a estrutura regional e o mercado local, tornando-os barreiras e não importantes elementos para o crescimento. Segundo Sousa, a agricultura representava o Nordeste brasileiro “a tradição. A Indústria, a transformação social e econômica”⁵⁹¹.

⁵⁸⁶ CASTRO, Antônio Barros de. **Ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975, p.199.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p.209.

⁵⁸⁸ *Ibid*, p.214.

⁵⁸⁹ CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos; MENEZES, Eugênia Maria Simões César; MELO, José Alberto Távares da Cunha; FILHO, Osmil Torres Galindo. **Nordeste do Brasil: um desenvolvimento conturbado**. Recife: Editora Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

⁵⁹⁰ MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁵⁹¹ SOUSA, J. Colombo de. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1981, p.139.

Depois do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) não se podia mais dizer que o Brasil tinha uma “vocação agrária”⁵⁹², pois, a indústria e o desejo de tê-la dominou as ideias e a es dos governantes estaduais e das classes sociais urbanas, colocando-as como impulsionadores da economia, da política e da cultura; momento esse de destaque para pensar a politiza o das massas de camponeses que passaram a se organizar e a requerer melhorias salariais e de condi es de trabalho⁵⁹³.

A partir de 1960, segundo Costa, iniciou-se no Nordeste um processo de desenvolvimento acelerado, por exemplo, até 1963 a taxa do Produto Interno Bruto era a mesma do Brasil⁵⁹⁴. O que favoreceu essas transforma es fora a disponibilidade de energia elétrica, abundante e barata, com a da CHESF, os investimentos empreendidos pelo BNB, bem como pela SUDENE e os “incentivos fiscais” vindos dos artigos 34/18 dos Planos Diretores. Dessa forma, a ausência da seca p s-1959 também ajudou nesse impulso, pois proporcionou uma colheita agrícola permanente e ininterrupta.

Entre 1963 e 1966 a expansão da indústria brasileira sofreu uma desacelera o. Entretanto, o Nordeste, nesse período, teve uma taxa de crescimento de 100 para 195, em 1948 e 1964, respectivamente. Esse diferencial se unia às políticas empreendidas pela SUDENE para a funda o de indústrias, como também de projetos internacionais como o RITA. Essas a es, entretanto, empreenderam-se em um momento tenso nas rela es entre Brasil e Estados Unidos, em que o primeiro buscava a ajuda do segundo sem comprometer a sua autonomia política e econ mica. O Brasil se retirava em 1963 da indefini o política gerada pelo período parlamentarista vivenciado entre 1961 e 1963. Nesse momento as tensões entre esses dois países se aprofundaram com algumas medidas legislativas que definiram as remessas de lucros do capital estrangeiro, verificando a sua entrada e saída, como também a atitude de alguns políticos brasileiros que as abraçavam, por exemplo, via argumento de Leonel Brizola – o encampamento pelo estado de algumas empresas estrangeiras; Brizola fizera isso com a representante da AMFORP no Rio Grande do Sul em 1959, por exemplo.

O que motivou os desgastes dessa rela o foi principalmente a reabilita o das rela es diplomáticas entre Brasil e União Soviética em 1961, bem como sua abstinência na vota o feita para expulsar Cuba da OEA em 1962. Essa aproxima o com a URSS se fazia por causa da situa o econ mica favorável dos soviéticos. Para Moniz Bandeira, o bloco

⁵⁹² IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1977.

⁵⁹³ *Ibidem*.

⁵⁹⁴ COSTA, Rubens Vaz da. **O primeiro passo: um testemunho sobre o Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973.

soviético tinha um percentual de 6,47% no crescimento comercial e essa taxa era a mais elevada no momento⁵⁹⁵. Contudo, a situação econômica brasileira em 1962 não fluía, o Plano Trienal, arquitetado por Celso Furtado, não conseguiu resolver os problemas com a aceleração inflacionária. Em 1963, o governo anunciava o aumento do preço do trigo, elemento importante para a cesta básica do brasileiro, e do Petróleo. Esse escopo, fizera por meio da “abolição de subsídios” e do “reajuste de tarifas de transportes urbanos”⁵⁹⁶.

Isso corroborava com o discurso interno dos norte-americanos e de seus órgãos de fomento que resolveram atuar diretamente com cada representante estadual nos primeiros anos de 1960 do que diretamente com o governo federal. O projeto RITA fora um desses dispositivos usados para atingir os estados diretamente sem a tutela da União. A edificação de seus projetos vinculados a Aliança para o Progresso foi criticada, à época, por economistas e intelectuais que não concordavam com o tipo de modelo e processo defendido por Morris Asimow. Por exemplo, o economista Rubens Vaz da Costa fez uma crítica a Aliança do Progresso e ao Projeto RITA, seu principal programa no Nordeste. Para ele, em suas memórias sobre o período, essa atividade aconteceu de forma “inteligente e agressiva”. O presidente Kennedy prometeu o investimento de 131 milhões de dólares para a realização desses programas no Nordeste, mas não “se exigiu que a SUDENE, organismo recém-criado, apresentasse previamente os projetos, estudos de viabilidade, análise de custos e benefícios [...] o que obviamente não poderia ser cumprido. Os recursos foram alocados de acordo com prioridades setoriais estabelecidas pela SUDENE e aceitas pela USAID”⁵⁹⁷.

O regime militar a partir de 1964 retirou a autonomia da SUDENE e repassou os investimentos às novas instituições que tinha criado. Por exemplo, esse órgão foi desvinculado da Presidência da República e ligado ao Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR), posteriormente chamado Ministério do Interior (MINTER). Nesse momento, Celso Furtado tinha sido exilado do Brasil. Dessa forma, com o afastamento de seu principal mentor, para Colombo, “abriu-se o precedente para que as forças políticas desagregadoras passassem novamente a fazer parte da instituição”⁵⁹⁸.

⁵⁹⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁵⁹⁶ ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura (1961-1964). In: ABREU, Marcelo de Paiva *et al.* **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. São Paulo: Editora Campus, 1995, p.207.

⁵⁹⁷ COSTA, Rubens Vaz da. **O primeiro passo: um testemunho sobre o Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973, p.165.

⁵⁹⁸ COLOMBO, Luciléia. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.8, n.13, jul-dez, 2013, p.155.

Os militares utilizavam naquele momento um discurso de justificação e manipulação que congregava o desejo de realizar reformas para impulsionar a economia: o combate a corrupção e a infiltração comunista. Esses temas reverberavam como justificativas para financiar projetos e conseguir apoio político e econômico, tornando-se um discurso vazio e de cunho dogmático em que o seu oposto era o culpado pelos problemas enfrentados na economia nacional. O período entre 1964 e 1969 se destacou pela preocupação com a reforma agrária. Para Colombo, apaziguar o campo era fundamental para a estabilidade econômica e a segurança nacional. Essa preocupação não era para garantir uma qualidade de vida para os camponeses, mas torná-los dóceis e submissos aos mandos dos latifundiários e da classe patronal⁵⁹⁹.

A sociedade brasileira passou a viver uma “Guerra fria civil”⁶⁰⁰, o “regime autoritário não aceitava coexistir com a oposição”⁶⁰¹, movimentos contestatórios ao regime e aos Estados Unidos da América eram punidos mediante a Lei de Segurança Nacional. As forças armadas tinham o papel nessa relação de coibir os conflitos sociais, passando a imagem que esses atos compunham o processo de ações revolucionárias. A aproximação liberal entre Brasil e EUA promoveu uma penetração e incorporação dos norte-americanos nas várias formas do *covert action* e *spoiling action*, aprofundou a crise interna e deu outros caminhos para o processo político, radicalizado com o AI-5. Para Moniz Bandeira, as relações entre Brasil e EUA no governo de Castelo Branco chegaram ao ápice da dependência e submissão do primeiro ao segundo, por exemplo, a “Missão Militar norte-americana transformou-se na maior do mundo, apenas superada pela existente no Vietnã. Funcionários da USAID instalaram-se em vários ministérios brasileiros, civis e militares, inclusive nos órgãos de segurança”⁶⁰². Segundo relatório da Missão norte-americana no Brasil,

Desde o início, ficou claro que a agência brasileira responsável pela implantação do programa Nordeste, SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), estava em desacordo básico com os Estados Unidos, tanto em relação aos objetivos quanto à implantação do plano. A orientação política de SUDENE nos anos anteriores à revolução de 1964 foi caracterizada como “nacionalista de esquerda”. Um grande número de seu pessoal tinha concepções de empresa socialista, nacionalista, antifraude e antiprivada.⁶⁰³

⁵⁹⁹ COLOMBO, Luciléia. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.8, n.13, jul-dez, 2013.

⁶⁰⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.354.

⁶⁰¹ *Ibidem*.

⁶⁰² *Ibid*, p.364.

⁶⁰³ “From the beginning, it was apparent that the Brazilian agency responsible for the implementation of the Northeast program, SUDENE (Superintendency of the Development of the Northeast) was in basic disagreement with the United States, both as to the objectives and the implementation of the plan. SUDENE’s political

Nesse relatório, pronunciado na Casa parlamentar norte-americana, a defesa do governo do general Castelo Branco era notória. Apesar da exposição dos chamados pelos membros da missão de “boatos” em relação à dura repressão feita pelo governo, a pretensa estabilidade política com a saída de João Goulart, para eles, retirava a ameaça que pairava com a possível socialização do Brasil. Além disso, destacou-se que com a sua entrada a SUDENE tomou um novo caminho com a expulsão e exílio de Celso Furtado em 1964⁶⁰⁴.

Anteriormente a isso, Furtado listou em 30 de junho de 1961 as prioridades de investimento da SUDENE, ligada diretamente ao gabinete da presidência: infraestrutura, reforma agrária e irrigação, industrialização, produção e distribuição de alimentos, bem como na resolução dos problemas sociais e culturais existente no Nordeste do Brasil. Em setembro de 1962, o conflito entre USAID e o superintendente da SUDENE, Celso Furtado, segundo Roett, tornou-se mais nítido e agudo para aqueles que duvidavam das diferenças de projetos para o Nordeste dessas duas instituições. O governo norte-americano disponibilizou para a região a verba de 131 milhões de dólares, tal quantia chegou ao Brasil através do escritório da USAID-Nordeste. Celso Furtado sugeriu aos dirigentes do órgão norte-americano que fizesse uma reunião com os governadores dos estados nordestinos, os representantes da USAID e SUDENE para planejarem como investir esse dinheiro. Contudo, sua sugestão foi rejeitada, pois deixaram clara a posição contrária do órgão em relação aos projetos construídos pela SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste⁶⁰⁵ e mencionaram que o seu superintendente possuía ideias “muito perigosas”⁶⁰⁶.

A partir da saída de Furtado, esse órgão, que tinha uma teoria do desenvolvimento econômico diferente da dos EUA e USAID, passou a alinhar as suas ações de acordo com as orientações desses países e suas instituições financiadoras. Esse investimento de 131 milhões de dólares foi feito pelos Estados Unidos como forma de angariar os representantes dos estados nordestinos para si, ou seja, aqueles que aderissem ao seu projeto e modelo de desenvolvimento receberiam os investimentos solicitados. Nesse momento, o diálogo se dava

orientation in the years before the 1964 revolution were characterized as “leftist nationalist”. A large number of its personnel had socialist, nationalist, antiforeign, and antiprivate enterprise conceptions”. U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report n°219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.22, tradução nossa.

⁶⁰⁴ Para Roett (1972), Celso Furtado foi removido da SUDENE e perdeu o seu direito político, mas não foi denunciado como um criminoso político. A sua aproximação com o presidente Goulart e com as reformas pensadas por seu governo dava a ele uma posição de desprestígio e era olhado como uma pessoa perigosa pelos militares. ROETT, Riordan. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

⁶⁰⁵ *Ibidem*.

⁶⁰⁶ *Ibid*, p.114-115.

diretamente com cada governador e não pela mediação do governo federal. Por isso, começaram a investir, estimular projetos e aplicar fundos⁶⁰⁷ por meio das alianças políticas e não pelo exame de sua viabilidade técnica. Então, será que os Estados Unidos da América perderam dinheiro investindo em projetos que não deram certo? Se pensarmos nos objetivos divulgados pela USAID mediante o forjamento de um discurso de transparência para a opinião pública brasileira, não teve sucesso. Contudo, o relatório da missão nos deu indícios sobre os objetivos e os discursos ocultos que legitimavam esse investimento no Brasil, mas para os estadunidenses nos EUA eram os objetivos principais.

A missão de estudo viu em primeira mão algumas das falhas nos programas e projetos desenvolvidos e executados nessas condições. Contudo, diga que, com base nisso, a assistência dos EUA falhou nos seus objetivos provavelmente está incorreto. Na época em que os Estados Unidos gastaram essas quantias enormes, os agitadores comunistas estavam ocupados na área. Portanto, “não era do interesse dos Estados Unidos permitir que a recalcitrância de um grupo de burocratas bloqueie os ataques dos EUA para lidar com problemas sérios no país”⁶⁰⁸.

A situação política brasileira levou a esse investimento. A fragilidade das relações entre Brasil e Estados Unidos entre 1961 e 1964 requeria deste uma posição diferente em relação aquele. A marginalização da USAID pela SUDENE, pois este era o principal órgão para se pensar, planejar e investir sobre o desenvolvimento regional antes de 1964, regulara o olhar dessa missão norte-americana para o governo de Goulart. A sua conclusão era que uma ameaça se resolvera com Castelo Branco⁶⁰⁹ e a retirada do presidente anterior. Para sacralizar tal general, destacou que anteriormente o “Brasil estava à beira da anarquia e sua economia estava quase arruinada pela inflação descontrolada”⁶¹⁰. Portanto, depois de 1964, temos a fase da soberania da USAID em relação a SUDENE, esta perdeu o seu caráter de independência para pensar um desenvolvimento contrário ao propagado pelo capital norte-americano.

⁶⁰⁷ U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report n°219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.23-24, tradução nossa.

⁶⁰⁸ “The study mission saw at first hand some of the failures in programs and projects conceived and carried out under these conditions. Yet to say that on this basis U.S. assistance failed in its objectives is probably incorrect. At the time that the United States poured in these huge sums, Communist agitators were busy in the area. Therefore, it was not in the interest of the United States to permit the recalcitrance of a group of bureaucrats to block U.S. efforts in dealing with the serious problems there”. *Ibidem*, tradução nossa.

⁶⁰⁹ Segundo Fausto (2007), a política externa do Brasil entre 1961 e 1964 aconteceu o seguinte: 1 - retomaram-se as ideias da OPA; 2 - o estilo diplomático brasileiro era de uma política externa independente, cujo nacionalismo era sua ideia sustentadora; 3 - Afirmação da autonomia relativa do Brasil no subsistema interamericano. FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil republicano: Economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁶¹⁰ “Brazil was on the verge of anarchy and her economy was practically ruined by runaway inflation”. U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. *Op.cit.*, tradução nossa.

Contudo, para Roett, novo superintendente da SUDENE, o general Gonçalves de Souza pensava que com seu tutelamento pelos norte-americanos, através de uma cooperação assegurada, teria mais investimento⁶¹¹. Esse anseio foi derrubado quando se percebeu que a partir daquele momento aconteceu o inverso, ou seja, quando se tinha os rumores políticos de um Nordeste hostil aos EUA, os investimentos vindos para a região eram altos, e após o golpe não se tinha mais esse medo. Essa estabilidade política, com a afirmação dos generais que ficariam ao lado do modelo político-econômico norte-americano, fez com que o investimento caísse tanto para o Nordeste como para o Brasil.

Esse novo pacto do poder plantou a expectativa que a modernização do Nordeste, via industrialização do campo e da cidade, superaria sua condição de atraso em comparação ao sudeste brasileiro. Isso garantiu o esforço do governo no intuito de disciplinar o campo e se manter presente nessas zonas por meio de imagens ligadas aos militares e ao que chamavam de “Novo Nordeste”, onde o discurso de otimismo e a perspectiva positiva do porvir alicerçava sua propaganda nos meios de comunicação local, regional e nacional. Uma quebra mais radical com os fundamentos teóricos e práticos da SUDENE e de Celso Furtado ocorreu com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) antes da aprovação do IV Plano Diretor⁶¹².

No relatório para a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, feito por Albert Hirschman em 1967, a SUDENE figurava como órgão que tinha a finalidade de “formular um programa de desenvolvimento regional harmônico e global”⁶¹³, tendo o foco nos anos 1960 para o setor industrial, principalmente com o primeiro Plano Diretor, Lei nº 3.995 de 14 de dezembro de 1961 e a Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963, que favoreceu os incentivos fiscais mediante o artigo 34/18. Isso legalizou um sistema administrativo e institucional que favoreceu uma “nova técnica de desenvolvimento industrial”⁶¹⁴. Entretanto, o descontrole nas contas públicas com o aumento dos gastos e a política de isenção de tarifas produziram uma corrosão nas fronteiras da relação capital e produto, sobretudo nas novas indústrias criadas, cujo investimento flutuava entre a legitimação de suas instalações e os gastos com a construção de suas plantas que superavam a escala de produção naquele momento.

⁶¹¹ ROETT, Riordan. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

⁶¹² COLOMBO, Luciléia. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.8, n.13, jul-dez, 2013.

⁶¹³ HIRSCHMAN, Albert. O desenvolvimento industrial no Nordeste Brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v.21, n.4, 1967, p.5.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p.6.

Para Hirschman, o elemento central do artigo 34/18 era legalizar e permitir que pessoas jurídicas retirassem de sua renda tributável até 50% do valor, desde que esse recurso fosse usado nos projetos da SUDENE, tendo 30% de isenção da taxa do imposto de renda. Isso possibilitou o investimento individual por meio da aplicação de suas poupanças em projetos industriais. Essas indústrias existentes no Nordeste se ligavam a agricultura, ao consumo leve, às refinarias de açúcar, dentre outras. Isso dinamizou e diversificou a indústria, agregando-lhe um investimento advindo do capital interno.

Em fins de maio de 1967, o investimento total, representado pelos projetos industriais, que se beneficiaram do artigo 34/ 18, montava a NCr\$ 1.811 milhões. [...] Quando se compara tal cifra, com uma estimativa do estoque de capital industrial do Nordeste. A afirmação baseia-se no valor estimado de NCr\$ 1.801 milhões (também de cruzeiros de 67) para o estoque de capital industrial existente no Nordeste em 1964⁶¹⁵.

O projeto Asimow nasceu como um programa de assistência técnica para a industrialização rural que ao ser ampliado para outros espaços do Nordeste passou a ser conhecido como RITA. Essa sigla foi forjada para o homogeneizar e universalizar, tirando o seu caráter local, especialmente do Cariri cearense, para assumir uma proporção mais ampla tanto no Brasil como nos Estados Unidos da América, por exemplo, com a ampliação do número de Universidades participantes e pertencentes aos dois países. Tal mudança se associava a expectativa de sucesso do programa feito pelo seu idealizador, bem como melhorava os processos de financiamento submetidos à USAID e SUDENE. Na defesa do RITA, Asimow propagou que “o Nordeste tem amplas possibilidades de industrializar-se e o Cariri cearense é um exemplo para toda a região”⁶¹⁶. Essa afirmação assentou o seu projeto como instrumento fundamental para industrializar e construir esse “Novo Nordeste” defendido pós-1964.

Para Porto, o fundamento que o orientava era “a dinamização da vida local, mas levada a cabo pela própria comunidade” e a “participação efetiva dos homens do meio”⁶¹⁷. Dessa forma, as unidades de trabalho, ou seja, as fábricas criadas pelo projeto, deveriam promover o desenvolvimento regional e ter o apoio dos moradores das localidades atingidas que figuravam como seus principais acionistas. Formulando esses projetos fabris, pretendeu-se capacitar profissionais locais para que assumissem sua administração e seu controle. Para

⁶¹⁵ HIRSCHMAN, Albert. O desenvolvimento industrial no Nordeste Brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v.21, n.4, 1967, p.19.

⁶¹⁶ **O Jornal**, Rio de Janeiro, Domingo, 11 de julho 1965, p.1.

⁶¹⁷ *Ibidem*.

isso, pensou-se em pequenos empreendimentos que não demandavam grande volume de capital⁶¹⁸.

Tal discurso da ciência industrial, provindo dos engenheiros e outros técnicos que formavam a equipe técnica de Morris Asimow, tentava popularizar alguns dados da teoria que se pusera em prática, procurando dar a conhecer os seus propósitos. Contudo, a acessibilidade e o entendimento dos termos usados era restrito aos grupos que entendiam aquele linguajar técnico, como também não era de seu interesse dar a conhecer as suas particularidades, fornecendo, assim, um resumo simplista que pudesse esclarecer a opinião pública e não oferecer elementos para sua censura.

Isso se fizera, pois, reproduzir a experiência realizada no projeto-piloto (Cariri cearense) e a replicar era complexo, os seus conflitos e pontos negativos poderiam influenciar a sua não implantação em outros espaços. Concordamos com Browker, que nas tentativas de reprodução “o discurso da transparência mantém-se uma característica essencial”⁶¹⁹. Para demonstrar sua transparência, Asimow buscou o auxílio de uma elite local para divulgar os princípios do projeto. Isso era divulgar o seu resumo de forma mais superficial, pois esses profissionais não eram formados em engenharia e não possuíam o conhecimento para entender alguns termos técnicos. Dessa forma, abriram-se brechas também para as críticas de outros que entendiam sobre o assunto.

Por exemplo, para Porto, o seu cerne era a construção de indústrias com o capital interno majoritário, ou seja, se para o seu funcionamento fosse necessário recorrer imperiosamente ao capital externo era um sinal de sua inviabilidade. A sua afirmação sobre a força econômica, que deveria conduzir os projetos fabris, se alicerçava na finalidade do Projeto RITA em construir a mentalidade empreendedora nos núcleos do interior nordestino, onde as implantariam, dando-lhes, assim, elementos para que a comunidade realizasse seu soerguimento e solucionasse suas dificuldades econômicas. Para corroborar com sua afirmação, citou o caso das cidades de Pernambuco:

Veja-se o caso de Pernambuco. A quase totalidade das cidades matutas leva vida sorna, medíocre, parada, sem movimentação, sem progresso. E toda gente a esperar que o governo tome aos ombros imprimir um ritmo de progresso para montar indústrias e assim apressar o programa de renovação. Raras as cidades em que um filho da terra, como Severino Pereira, em Taquaritinga, um Zito Cavalcanti, em João Alfredo, um Edson Borges, em Nazaré, um Jader de Andrade, em Timbauba, se animem a promover a riqueza local, trazendo trepidação a terra. Os moradores são

⁶¹⁸ PORTO, Costa. O mistério singelo de uma sigla (RITA). **Diário de Pernambuco**, Recife, Terça-feira, 1 de dezembro de 1964, p.4.

⁶¹⁹ BROWKER, Geof. O desenvolvimento da investigação industrial. In: SERRES, Michel *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996, p.113.

pobres, nenhum, sozinho, tem capacidade para laguma empresa de vulto, e aguardando milagres, a comunidade se queda contemplativa e dorminhoca, sonhando com o milagre que nunca vem ou tarda demais. Ora, pelo interior, se não há grandes poupanças, sempre haverá algum pouco dinheiro ocioso, que, isoladamente irrelevante, se pode tornar de peso quando somado para um programa comum. É isto que o projeto RITA pretende objetivar. Com orientação vinda de fora, mas com a participação imprescindível da comunidade, dirigida a resolver os problemas locais com os próprios esforços⁶²⁰.

O projeto RITA nasceu e se impulsionou por meio do desejo aparente tanto da USAID como da SUDENE em construir projetos e estratégias que favorecessem o desenvolvimento e industrialização do Nordeste mediante o modelo defendido pela Aliança para o Progresso. Por exemplo, além do Ceará foram feitos acordos entre outras Universidades brasileiras e norte-americanas para sua implantação na Bahia, Paraíba e Alagoas.

Isso se empreendera na tentativa de resolver problemas internos que faziam fugir o seu capital de investimento e aumentava a migração de sua mão de obra. Para o Diário de Pernambuco, essa “migração de operários” possuía uma alta qualificação que buscava o sul do Brasil. Essa fuga de capital era favorecida pela expectativa de maiores lucros, haja vista que os seus núcleos e parques industriais eram fortes. Dessa forma, tais dificuldades se favoreciam pela sua permanência, no quadro produtor, presa ao setor alimentício, em que a atividade primária era a sua principal. Essa, contudo, não possuía as condições tecnológicas e industriais para um melhor uso da matéria-prima que favorecesse o aumento de sua exportação interna e externa. Isso, para o Diário de Pernambuco, gerava o empobrecimento dos estados nordestinos e essa constatação sobressaía o papel da SUDENE no enfrentamento desses dilemas. Para isso, destacaram-se os seguintes caminhos: 1- Encorajar “o desenvolvimento regional”; 2 - Fomentar a “atuação de capitais”; 3 – “Dotar o Nordeste de pessoal técnico capaz”⁶²¹.

Tais palavras se alicerçavam nas possibilidades de desenvolvimento técnico em algumas áreas, cujos recursos humanos e naturais eram favoráveis. O projeto RITA, para a referida imprensa, incentivara o investimento do capital interno na construção de empresas locais que, por sua vez, favoreceriam emprego e renda, como também despertariam nesses investidores o “espírito de auto-ajuda, preconizado na Carta de Punta del Este”⁶²².

⁶²⁰ PORTO, Costa. Comunidade fator ativo e dinâmico. **Diário de Pernambuco**, Recife, Quarta-feira, 2 de dezembro de 1964, p.4.

⁶²¹ “(SUDENE e USAID) Estimulará estabelecimento de indústrias no Nordeste”. **Diário do Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 13 de março de 1964, p.5.

⁶²² *Ibid.*

Dessa forma, a sua propagação se alicerçava nos seguintes objetivos: 1- a preparação de estudos econômicos das regiões afetadas – a fim de investigar quais as indústrias viáveis para cada realidade, quais os recursos humanos e naturais em abundância em cada localidade; 2- encorajar os investidores internos (da região e do Brasil) para a edificação de empresas; 3- preparar os projetos industriais; 4- treinar a mão de obra (técnicos e gerentes)⁶²³. Limitaram também as responsabilidades dos parceiros. A SUDENE indicaria as Universidades que fariam parte, colocaria a disposição os seus engenheiros-técnicos, acompanharia a execução e avaliaria os resultados. A USAID-NE, por sua vez, investiria o montante de 909 mil dólares para contratar os especialistas norte-americanos. E, por fim, as Universidades brasileiras pagariam os salários dos técnicos brasileiros, suas despesas com a pesquisa de campo e qualificação, por exemplo, em viagens para os EUA.

A SUDENE incorporou, seguindo os objetivos do regime militar, o modelo do Projeto Asimow em seu III Plano Diretor (1966). Para isso, construiu maneiras de financiar e dar assistência para as pequenas e médias indústrias. Esse plano de promoção industrial, oficializado por esse documento, destacava as dificuldades enfrentadas por esse modelo em conseguir apoio financeiro do governo anterior. Isso derivava das seguintes causas: 1 - a falta de especialização e qualificação de seus administradores; 2 – a falta de acesso às fontes e agências de crédito; 3 - “fraco poder de barganha da empresa, tanto na comercialização de sua produção como na aquisição de matérias-primas”⁶²⁴. Destacar e ter um lugar para elas no III Plano Diretor era dar esperanças de que esses empecilhos se resolveriam. Objetivava também incentivar a criação de pequenas e médias empresas, dando-lhes orientação e suporte técnico, favorecendo-lhes melhorias estruturais e o aumento da produção⁶²⁵.

Criou-se, então, o núcleo de Assessoramento Industrial para responder aos problemas técnicos e financeiros. Ele favoreceria o treinamento dos gerentes, supervisores e técnicos (modelo incorporado do Projeto RITA), bem como a edificação dos distritos industriais, dando suporte para a escola da área onde se implantaria e os estudos científicos que garantiriam a segurança da instalação e criação das fábricas locais⁶²⁶. Os trabalhos de treinamento profissional e dos distritos industriais, ligados aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento e as Universidades locais, consideraram a “experiência adquirida,

⁶²³ MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **III Plano Diretor**: de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1966-1968). Recife: SUDENE/ Div. Documentação, 1966, p.124.

⁶²⁴ *Ibidem*.

⁶²⁵ *Ibid.*

⁶²⁶ MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **III Plano Diretor**: de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1966-1968). Recife: SUDENE/ Div. Documentação, 1966, p.124.

implementando-se com as correções cabíveis os chamados projetos RITA (Rural Industrial Technical Assistance), atualmente em execução em diversos estados do Nordeste, sob a coordenação da SUDENE, com a participação de Universidades brasileiras e americanas”⁶²⁷.

Em 1966 os técnicos da UFC⁶²⁸ analisaram a atuação do projeto Asimow no Cariri e propuseram ao reitor Martins Filho a sua construção no município de Sobral. Contudo, esse fora orientado por brasileiros e teve como instituição norteadora a Universidade Federal do Ceará e o Banco do Nordeste, bem como possuía vínculos estreitos com o Morris Asimow, a UCLA e a USAID, compondo, assim, os quadros do RITA. A UFC tomou a responsabilidade técnica, administrativa e financeira do programa em Sobral⁶²⁹. Sendo reorientados, os projetos receberam uma nova designação local e integraram um novo programa, ou seja, passaram a se chamar Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE). Isso garantiu a sua escolha para colocar em prática os novos planos em prol da industrialização do Ceará, destacando os seguintes aspectos que favoreceram sua fundação: a migração de mão de obra especializada; a sua localização geográfica e a disponibilidade em seu território de uma energia elétrica potente, haja vista a instalação da CENORTE distribuidora da CHESF no dia 26 de abril de 1965⁶³⁰. Para o Boletim institucional da UFC, a PUDINE nasceu como uma extensão ampliada do Projeto Asimow, que tinha na UCLA a alcunha de “Brazil Project”⁶³¹.

Isso foi possível, pois se utilizou os técnicos formados pelo Projeto Asimow, como também os dois projetos se ajudavam com o fluxo de profissionais que transitavam entre eles. Para isso, teve a ajuda financeira da Fundação Ford e da USAID, particularmente com o oferecimento de bolsas de estudos para os técnicos; e em Sobral o auxílio da Faculdade de Filosofia Dom José. Enfim, o seu coordenador geral eleito foi João José de Sá Parente⁶³².

A PUDINE administrava as potencialidades industriais existentes na região norte do Ceará, tendo um caráter mais flexível que o Projeto Asimow, cuja centralização dos

⁶²⁷ MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). **III Plano Diretor**: de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1966-1968). Recife: SUDENE/ Div. Documentação, 1966, p.125.

⁶²⁸ Em 1953 se criou no Ceará a Universidade do Ceará que em 1965 se tornou a Universidade Federal do Ceará.

⁶²⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Dois Frentes no Ceará**: Cariri e Sobral (Projeto Asimow e PUDINE). Fortaleza: UFC, 1965, p.22.

⁶³⁰ GOMES, Assis Daniel. **“Faça-se luz”**: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

⁶³¹ “Programa Universitário de Desenvolvimento (PUDINE)”. **Boletim da UC**, Fortaleza, v.10, n.4, julho-agosto de 1965, p.299.

⁶³² Economista cearense, membro do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará (IPE) e da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural (SUDEC). Organizou em 1964 para o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) do Ceará a obra: PARENTE, João José de Sá Parente. **Diagnóstico sócio-econômico do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universidade do Ceará, 1964.

projetos fabris era sua principal característica. Para Sampaio, a PUDINE implantou pequenas e médias empresas em Sobral sem o superdimensionamento das plantas feitas no Projeto Piloto Asimow. Para ele, a partir do “Relatório Sobral”, se norteou as fábricas que se construía no município. Três sugestões se levaram em consideração: a construção de indústrias que beneficiasse a castanha de caju, uma que produzisse materiais de construção e outra que produzisse leite pasteurizado⁶³³.

A fim de implantá-las, fizera-se uma pesquisa sociocultural, em que se examinou as especificidades locais. Tais estudos se empreenderam pelo convênio entre a Universidade da Califórnia e a Universidade do Ceará via Instituto de Antropologia. Esses tinham o intuito de verificar as áreas onde se implantariam as indústrias do projeto e possuíam como coordenador Francisco de Alencar, auxiliado por José Ferreira da Alencar, Hélio Guedes, Edilson Mendes, José Carneiro Girão e Baltasar Coelho Neto⁶³⁴; bem como os alunos da Faculdade de Filosofia Dom José de Sobral. Além de verificar as condições de infraestrutura, averiguaram as sociais, os obstáculos e os possíveis impactos no setor comercial e agrícola. A área de estudo se delimitara pelas redes de influência da cidade, ou seja, o território era Sobral e os seus municípios satélites.

Para averiguar os seus princípios implantados no Cariri, foi realizada uma visita ao sul do Ceará com o intuito de detectar os caminhos acertados pelos técnicos e quais os fatores que não cooperavam para o êxito dos seus empreendimentos fabris. Para o Jornal Correio da Semana, essa comissão era integrada pelos seguintes pesquisadores: Antonio Albuquerque Lopes, “Presidente da Associação Comercial de Sobral”, José Euclides Ferreira Gomes, “professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia Dom José”, Carlos Matos, representante do Rotary Club e Edison Almeida, do Lions Club; J. Baptista Esmeraldo de Vasconcelos, representante da prefeitura municipal de Sobral, e Padre José Inácio Mendes Parente, da Faculdade de Filosofia Dom José⁶³⁵.

Nesse processo de reprodução da experiência do laboratório, Asimow colocou o método como determinante e elemento de sua natureza. A ciência planejava as indústrias e elas fomentariam mais pesquisas nas áreas que a geraram, fazendo, assim, parte de um ciclo que transformaria determinada localidade com o aumento de seu número de indústrias, a incorporação desse tipo de capitalismo e a sua inserção na sociedade do consumo pós-1945.

⁶³³ SAMPAIO, Paulo Leite. **O Projeto Asimow e a industrialização do interior do Ceará**. 1992. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Regional do Cariri, Crato, 1992.

⁶³⁴ “Pesquisa Sócio-cultural é realizada pelo Projeto Asimow em Sobral”. **Correio da Semana**, Sobral, sábado, 14 de novembro de 1964, p.1.

⁶³⁵ “visita ao Cariri”. **Correio da Semana**, Sobral, 14 de dezembro de 1964, p.1.

Dessa forma, misturaram-se os campos, tendo como fio condutor a teoria do desenvolvimento mediante a sua geração. Esses princípios, heterogêneos e de ação, deram sentido aos investidores internos e externos, como também ao financiamento do erário público. Em seus lugares de produção e espacialização dos saberes, por meio da inserção das Universidades brasileiras, inventaram-se nas pesquisas preliminares e em sua prática ligada aos elementos locais e regionais. Isso gerou a sua heterogeneidade em discordância com a sua padronização, vinda de seu projeto teórico.

Em suma, estas etapas se fizeram para implantá-lo seguindo a teoria de Morris Asimow: 1- a pesquisa preliminar, em que se buscou abarcar os setores de Geografia Física e Humana, Economia e a Antropologia Sociocultural; 2 – Estudos da exequibilidade técnica e econômica do projeto, verificando as suas experiências anteriores de industrialização; 3 - elaboração dos projetos técnicos e econômicos para a implantação das indústrias, como os custos com a aquisição do terreno e equipamentos; 4 – assistência às empresas fundadas, por exemplo, na fiscalização das construções e treinamento de pessoal; 5- avaliação dos resultados alcançados⁶³⁶. As comissões de estudos em Sobral tinham os seguintes participantes:

No setor de Geografia:

Coordenador: Prof. Anna Dias da Silva Carvalho

Auxiliar: Instrutor Francisco Coelho Figueiredo

Estudantes: Antônio Renato Aragão, Eduardo Sergio de Alencar, Francisco José da Silva, Marcos José Nogueira de Sousa, Maria Albanita Mendes Leitão e Maria Selma Farias Leitão

No setor sócio-cultural

Coordenadores: prof. Francisco de Alencar e Hélio Guedes de Campos Barros.

Pesquisadores: Dr. José Carneiro Girão (Colaboração)

Fotógrafo: Gladson Martins de Melo

Estudantes colaboradores: Aloylson Gregório de Toledo Pinto, Venda Costa, Laura Tavares da Silva, Cyra de Matos Brito Pinto (Todos da Universidade do Ceará)

Estudantes auxiliares de pesquisa: Pe. José Inácio Gomes Parente; Maria Iêda Frota Mont'Alverne; Maria do Carmo Andrade; Zenira Ferreira Ponte e Ivanira Azevedo (todos da Faculdade de Filosofia Dom José de Sobral)⁶³⁷.

Essa estrutura construiu regimes de legitimação, variações espaciais e simbólicas, como também a possibilidade de normatizar práticas. Esse processo se realizou a partir da relação entre teoria e prática, em que a norma se legitimou pela sua permanência no cotidiano e incorporação *in habitus*; como também a partir de sua prática pelos atores sociais, que

⁶³⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Duas Frentes no Ceará**: Cariri e Sobral (Projeto Asimow e PUDINE). Fortaleza: UFC, 1965, p.23.

⁶³⁷ *Ibid*, p.31.

poderiam derrubá-la, modificá-la ou aprimorá-la de acordo com determinado espaço e tempo⁶³⁸.

Por exemplo, no dia 4, 5 e 6 de janeiro de 1965 se realizou em Sobral o Seminário de estudo da PUDINE em prol de confrontar ideias e ouvir as experiências de implantação de pequenas e médias empresas realizadas pelo Asimow. Nesse momento, conferiu-se os resultados dessas pesquisas e as questões teóricas dos projetos fabris, em que determinaram as linhas de atuação e formaram uma “consciência comum”⁶³⁹.

A sua programação durou três dias. O primeiro dia iniciou-se com a abertura do vice-reitor da UFC, Renato de Almeida Braga, como também a palestra da geógrafa dessa instituição, Amélia Alba Nogueira Moreira, com o título “condicionantes do espaço geográfico num programa de industrialização” e a exposição “Sumário dos resultados da pesquisa realizada pela equipe de Geografia na área de influência de Sobral” apresentada pela geógrafa Ana Carvalho, da mesma universidade. No segundo dia, ocorreu a conferência “A mudança social e as perspectivas de conflitos e tensões em face de um programa de industrialização numa região subdesenvolvida”, de Maria David de Azevedo Brandão, diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia e a exposição “Sumário dos resultados da pesquisa sócio-cultural no município do Sobral”, mediada pelo técnico do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, Hélio Guedes de Campos Barros. No último dia, debateu-se sobre o Projeto Sobral, confrontando pesquisas e exigências, as instruções das etapas que seriam caminhadas pelas equipes e as “indicações de ordem prática para a implantação dos trabalhos em Sobral a partir do dia 9 de janeiro de 1965”⁶⁴⁰.

Dessa forma, três projetos fabris foram criados para iniciar a PUDINE em Sobral, a saber, a Laticínio de Sobral S.A (LASSA), a Companhia de Material de Construção (COSMAC) e a Indústria de Caju S.A (INCASSA). A LASSA era a maior dentre elas, seu capital inicial era de 1 milhão de cruzeiros novos. A sua criação encheu de expectativa a elite local, pois se teria um consumidor de grande porte para o produto leiteiro dos pecuaristas do norte cearense. Para o Jornal Correio da Semana, o seu funcionamento era importante para a pecuária, que a desenvolveria e a tornaria rentável. A COSMAC usaria o mercado existente e a matéria-prima local, tendo como meta a produção de vários produtos, ou seja, desde tijolo comum à cerâmica⁶⁴¹. As expectativas em sua construção se faziam na edificação de uma

⁶³⁸ PESTRES, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/UNICAMP**, v.6, n.1, 1996, p.3-56.

⁶³⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, *op.cit.*, p.33.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p.34.

⁶⁴¹ “Indústria”. **Correio da Semana**, Sobral, 13 de janeiro de 1968, p.3.

“nova mentalidade” dos sobralenses e adjacentes, de novas oportunidades de emprego e da “possibilidade de exportar para as demais cidades da zona Norte e enriquecimento do nosso parque industrial”⁶⁴².

Enfim, a INCASSA visava o aproveitamento da castanha de caju, pois, para o Correio da Semana, tinha-se um “desperdício do caju em sua safra” e a sua permanência “continua sendo um atentado à nossa economia e ao nosso desenvolvimento”⁶⁴³. As esperanças se marcavam nessa empresa pelo seu caráter social, haja vista a quantidade de pequenos produtores e catadores de castanha existentes no norte cearense. Isso possibilitaria o aumento da renda de forma indireta e direta de um número considerável de trabalhadores rurais. A construção da INCASSA simbolizou para Sobral uma oportunidade para superar a crise econômica com a desvalorização do seu principal produto de exportação nacional e internacional: a cera de carnaúba. Essa possibilidade de industrializar a cultura do caju se propagara para a opinião pública como “a solução mais racional e salvadora”⁶⁴⁴ para os sobralenses. Para o Correio da Semana, a INCASSA “é uma sociedade anônima com sede em Sobral e pretende receber apoio financeiro da SUDENE (projeto já aprovado), BNB (também aprovado) e CODEC, em fase de estudos. O montante do investimento previsto é de ordem de Ncr 934.139 00”⁶⁴⁵.

Portanto, essa sociedade anônima foi criada em 07 de junho de 1966, com um capital inicial de 7 mil cruzeiros e a meta de atingir 500 mil cruzeiros. Para isso, venderam 500 mil ações no valor de mil cruzeiros cada. A sua administração entre 1968 e 1971 era composta pelos seguintes nomes: José Valmir Araújo (Diretor-presidente), Carlos Pimentel de Matos (Diretor-administrativo), José Parente Prado (Diretor-comercial) e Fernando Paulo Pessoas de Andrade (Diretor-industrial)⁶⁴⁶. A sua finalidade era a industrialização da castanha de caju e a produção dos derivados como amêndoa crua, torradas e o líquido da casca de castanha (L.C.C). Para isso, a sua diretoria defendeu um regime de trabalho de 300 dias por ano e uma jornada de 24 horas por dia. Tinha como principal comprador das amêndoas torradas o centro-sul do Brasil, cuja renda *per capita* era alta, possuía o costume de consumir o produto e o clima favorecia a venda⁶⁴⁷. Por fim, as inversões totais do projeto eram em torno de 2.443.319 cruzeiros⁶⁴⁸.

⁶⁴² “Indústria”. **Correio da Semana**, Sobral, 13 de janeiro de 1968, p.3.

⁶⁴³ *Ibidem*.

⁶⁴⁴ “Incassa será a grata realidade industrial para 68”. **Correio da Semana**, Sobral, 13 de janeiro de 1968, p.12.

⁶⁴⁵ *Ibidem*.

⁶⁴⁶ SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 26 de outubro de 1970, p.1.

⁶⁴⁷ SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 01 de novembro de 1967, p.5.

⁶⁴⁸ SUDENE. INCASSA, *op.cit.*, p.2.

Na tabela abaixo temos dados sobre a produção da INCASSA construídos por sua diretoria. Nela destacaram as suas potencialidades, haja vista que foi forjada, propositadamente, para conseguir o financiamento da SUDENE. Portanto, essas informações sinalizavam que valia a pena para esse órgão liberar o auxílio para a instituição. Contudo, tais marcas nos ajudaram a perceber o fator financeiro da empresa, a relação de venda do produto e a associação de vários outros elementos, por exemplo, o preço do produto e o valor gasto para sua fabricação.

Tabela 1 – Produção da INCASSA, 1 de novembro de 1967

Produtos	Preço Unitário NCR\$	Quantidade (Toneladas)	Receita total NC\$
Amendoas	2.900	300	870.000
L.C.C	400	266	106.400
Total	-	1.178	976.400

Fonte: SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 01 de novembro de 1967, p.2.

Em 1970 essa empresa tinha 180 trabalhadores, com a expectativa de criar 17 empregos “diretos e estáveis”, sua diretoria destacava que usava a matéria-prima local, valorizando os produtores do norte cearense, como também um maquinário nacional que tinha maiores facilidades no uso pelos trabalhadores, não detentores de uma alta qualificação. Isso favoreceu, por sua vez, uma produção que abarcava um mercado consumidor externo ao Estado⁶⁴⁹.

A INCASSA tinha um programa de produção com o regime de trabalho de 300 dias a fim de beneficiar 1.200 toneladas de castanhas de caju. Isso se propagara pela imprensa sobralense como possibilidade para o aumento do emprego, por exemplo, para os seus dirigentes o número de empregos diretos aumentaria com a abertura de 180 vagas. Destacaram, outrossim, que isso só era possível pela localização estratégica de Sobral em relação aos municípios produtores, que juntos contabilizavam 40% da produção estadual⁶⁵⁰.

A sua construção se associava a algumas decisões firmadas no Seminário realizado na região sobre a “agro-indústria do Caju” promovido pelo Conselho Técnico de Economia, Banco do Nordeste, INDA, Ministério da Agricultura, Secretária de Agricultura do Ceará e Escola de Agronomia da UFC, sendo conduzido pela PUDINE⁶⁵¹. Alguns resultados

⁶⁴⁹ SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 01 de novembro de 1967, p.5.

⁶⁵⁰ “Incassa será a grata realidade industrial para 68”. **Correio da Semana**, Sobral, 13 de janeiro de 1968, p.12.

⁶⁵¹ “Seminário indica novos rumos para a agro-indústria do Caju”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.12, n.2, março-abril de 1967, p.100.

foram divulgados pelo professor João Parente (PUDINE) e pelo economista Paulo Roberto Pinto, diretor do IPE⁶⁵². Por exemplo, o objetivo principal era construir uma “nova política para a economia do caju no Ceará”⁶⁵³ que se atrelava ao desejo de fomentar novos plantios e aprimorar as técnicas usadas nas plantações a fim de se obter maior aproveitamento do solo e aumentar a qualidade do produto. Isso se pensou também em prol de aumentar as indústrias que usavam essa matéria-prima no Estado. Para o Boletim da UFC, no Ceará se concentravam a maior quantidade de sua produção no Brasil devido as suas condições ecológicas favoráveis ao plantio da árvore. O aproveitamento industrial do produto abriu caminhos de possibilidades para os produtores que almejavam investimentos para sua ampliação. Nesse encontro entre técnicos, empreendedores e interessados sobre o assunto se estudou e fixou metas a fim do “benefício da própria economia do Estado”⁶⁵⁴.

As Agências Governamentais do Fomento Agrícola, como a CODEC (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará) tomou também algumas medidas de financiamento, o apoio técnico com o preparo de mudas e a orientação ao produtor rural para ampliar as áreas cultiváveis do cajueiro foram alguns suportes subsidiados às indústrias. Esse apoio técnico era importante, principalmente, para o combate às pragas que diminuía consideravelmente a produção e, conseqüentemente, a baixa taxa de produção da matéria-prima para a indústria local, provocando uma inflação de insumos, o aumento de seu preço e a necessidade de sua importação de outros estados. Provocando, assim, o encarecimento do produto⁶⁵⁵.

A proximidade da matéria-prima barateava os custos, como também o uso da mão de obra local. A INCASSA tinha como fornecedores iniciais estas cidades: Jaguaribe, Quixadá, Aracati, Pacajus, Fortaleza, Itapipoca, Sobral e Camocim. Outros elementos favoráveis eram as possibilidades de escoamento da produção com o fluxo rodoviário, a abundância de energia e água que favorecia o funcionamento das instalações e maquinários da empresa, cuja área era de 7.800 m²⁶⁵⁶.

Dessa forma, para o presidente da INCASSA, sua atuação abarcava o mercado nacional e internacional, focando, principalmente, no último. A industrialização da amêndoa e dos seus derivados possibilitara uma renda a mais, e o uso completo do caju fortalecia a economia local. Para o Correio da Semana,

⁶⁵² “Seminário indica novos rumos para a agro-indústria do Caju”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.12, n.2, março-abril de 1967, p.100.

⁶⁵³ *Ibid*, p.100-101; “Aproveitamento total do cajú”, **Boletim da UFC**, v.12, n.2, março-abril de 1967, p.109.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 01 de novembro de 1967, p.2.

⁶⁵⁶ *Ibid*.

A amêndoa é exportada crua, ou como produto final, torrada e salgada que serão acondicionadas em latas de cinco galões (aproximadamente 18 quilos), depois de previamente classificadas. Em relação às exportações para o exterior, somente os E.E.U.U, adquirem 70,26% da produção brasileira, sendo 63, 14% do estado do Ceará. Outro ponto que merece referência, é que nos últimos anos, os países da ALALE têm importado consideravelmente aquele produto, aparecendo atualmente a Argentina como maior importador de amêndoa do Brasil, totalizando em 1964 mais de 200 toneladas. Outros países como, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Venezuela. Como vemos não teremos problemas de mercado⁶⁵⁷.

Antes o produto vendável era somente o suco da fruta, por isso, propuseram, além da venda da castanha, as dos subprodutos, por exemplo, o líquido da casca da castanha (LCC). O LCC era usado para a fabricação de tintas e vernizes, plásticos, lonas e “fluídos de freios para veículos e material bélico”⁶⁵⁸. A aposta nesse mercado foi feita mediante uma análise do cenário internacional que projetava, à época, o crescimento desse setor. Incorporar a “nova mentalidade” nos produtores era plantar a confiança de que o caju era um produto que, se cultivado em larga escala, daria lucros e geraria riquezas ao investidor e à localidade produtora. Esse líquido servia como insumo para a produção de vários produtos, como mencionados acima. A empresa teve como inversões totais do projeto o valor de “954.159, 00 (novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove cruzeiros novos)”⁶⁵⁹.

No jornal sobralense *Correio da Semana*, encontramos notas oficiais das empresas da PUDINE. Por exemplo, os comunicados sobre as reuniões e Assembleias Gerais. Essa documentação nos ajudou a perceber o seu andamento e cotidiano.

Assembléia Geral Extraordinária
Edital de 1º Convocação

Os acionistas da Indústria Sobralense de Castanha de Caju S.A – INCASSA, ficam convocados para tomarem parte da Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 28 de março de 1968, pelas 17 horas, a ter lugar na sede provisória da sociedade à Praça Monsenhor Linhares, 532, nesta cidade, quando será observada a seguinte ordem do dia: 1- modificações dos estatutos; 2- Aumento do capital social; e 3- Outros assuntos de interesse da sociedade.

Sobral, 7 de março de 1968

Dr. José Valmir Araújo

Presidente⁶⁶⁰.

A estrutura da convocação seguia o modelo acima (INCASSA), delimitando a data, a hora, o endereço e uma pequena pauta do que seria discutido. A recorrente chamada para reuniões era um indício das dificuldades com a sua instalação e consolidação.

⁶⁵⁷ “Incassa será a grata realidade industrial para 68”. *Correio da Semana*, Sobral, 13 de janeiro de 1968, p.12.

⁶⁵⁸ *Ibidem*.

⁶⁵⁹ SUDENE. INCASSA, *op.cit.*, p.6.

⁶⁶⁰ “Indústria Sobralense de Castanha de Caju S.A”. *Correio da Semana*, Sobral, 09 de março de 1968, p.6.

A INCASSA tinha uma possibilidade maior em sair do papel pelo investimento das poupanças internas, não requerendo uma corrida desesperadora pelo financiamento dos órgãos apoiadores da PUDINE, por exemplo, a SUDENE. Entretanto, em 1970 recebeu a quantia de 243 mil cruzeiros novos e a isenção de impostos⁶⁶¹. Nesse momento, a empresa solicitou-a verbas com a seguinte justificativa:

Volta desta feita a Empresa a pleitear da SUDENE atualização dos investimentos, motivada pela elevação dos custos, devido ao processo inflacionário ainda existente, bem como a inclusão de inversões adicionais e ligeira modificação na estrutura do programa de produção representada pela inclusão de amêndoas torradas. O pleito da INCASSA consiste, desta forma, na solicitação de apoio financeiro com recursos derivados do Artigo 18 para a conclusão de seu projeto de implantação⁶⁶².

As verbas dadas pela SUDENE às empresas não eram sem deveres e obrigações. Assim, esse órgão, ao financiar, cobrava, por exemplo, um envio regular de um relatório trimestral, requerido também aos acionistas e credores, e a “remessa aos acionistas com recursos dos artigos 34 e 18, das cauções correspondentes aos valores incorporados ao patrimônio dentro do prazo máximo de 60 dias efetivada a aplicação”⁶⁶³.

A LASSA foi fundada, enquanto sociedade anônima, em 22 de julho de 1965, em Sobral. A sua representação, construída pelos seus fundadores para adquirir investimento, era enfatizar sua atuação para o “desenvolvimento do Nordeste”⁶⁶⁴. O seu capital social era de 83 mil cruzeiros, composto por 83 ações no valor de mil cruzeiros. A sua primeira diretoria se formava pelos seguintes nomes: Edmundo Monte Coelho (Diretor-presidente), José Vilemar, Carlos Parente Soares e Moacir Lima Feijão (Diretores-vice-presidentes), Luciano de Arruda Coelho, José Carlos Lopes Rondal Pompeu e José Walmir Frota (Diretores – adjuntos)⁶⁶⁵.

O objetivo da empresa era implantar um conjunto industrial que realizasse a pasteurização e industrialização de queijo, manteiga e doce de leite, cuja meta era a produção de “20 mil litros diários de leite “in natura””, bem como a de ração balanceada. Para isso, delimitaram o regime de trabalho de 8 horas por dia e 360 dias ao ano⁶⁶⁶.

Possuía um terreno de 2,7 hectares, localizado à margem da Br-22 e distante seis quilômetros de Sobral. Os criadores da LASSA resolveram edificá-la nesse local devido à maior disponibilidade de matéria-prima, ao fluxo rodoferroviário sentido Piauí e Maranhão, e

⁶⁶¹ “SUDENE aprova mais um projeto em Sobral”. **Correio da Semana**, Sobral, 13 de outubro de 1970, p.1.

⁶⁶² SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 26 de outubro de 1970, p.1.

⁶⁶³ *Ibidem*, p.3-4.

⁶⁶⁴ SUDENE. LASSA. **Processo e parecer**, Recife, 17 de abril de 1967, p.1.

⁶⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶⁶ *Ibidem*, p.3.

a uma quantidade considerada de mão de obra, de incentivos fiscais e de créditos⁶⁶⁷. Para demonstrar sua viabilidade, no relatório de sua Diretória submetido a SUDENE, colocaram este quadro abaixo para demonstrar o potencial e o mercado consumidor que a empresa poderia atingir no Nordeste brasileiro, destacando a produção de queijo, manteiga e doce industrializado.

Tabela 2 – Consumo de Queijo, manteiga e doce de leite (1965)

Estados	Queijo	Manteiga	Doce industrializado
Maranhão	151	600	449
Piauí	279	403	407
Ceará	999	1.739	2.322
Rio Grande do Norte	136	104	352
Total	1.565	2.846	3.530

Fonte: Dados fornecidos pelo ETENE/BNB. In: SUDENE. LASSA. Processo e parecer, Recife, 17 de abril de 1967, p.7.

Esse documento fez parte da solicitação de sua diretória a SUDENE de verbas para completar o capital inicial, visando seu funcionamento e o projeto de produzir ração balanceada, que pretendia substituir o farelo da torta de algodão para o gado bovino. Esse objetivo era um investimento de alto custo, pois não se sabia se os produtores consumiriam o produto com o valor dos custos extras agregados à produção. Na fabricação dessa ração se utilizava além a torta de algodão, a mamona desintoxicada, o milho em palha, a farinha de ossos, de ostras e o cloreto de sódio⁶⁶⁸.

Metade do mercado de leite pasteurizado e leiteilho era de Sobral, como também o soro desnatado usado para complementar a dieta alimentar dos suínos. Os produtos como queijo, manteiga e doce de leite eram destinados para o Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e as demais regiões do Ceará. A expectativa era produzir 482 toneladas de queijo, 142 de manteiga e 270 de doce de leite⁶⁶⁹. Em relação à ração, se produzia 2.400 toneladas e tinha como principal destinatário o gado leiteiro das seguintes áreas: Cariré, Coreau, Frecheirinha, Groaíras, Massapé, Meruoca, Santana do Acaraú e Sobral⁶⁷⁰.

Expectativas na região surgiram tendo em vista que se divulgava que a empresa criaria 66 vagas de emprego e que se tornaria autônoma, ou seja, não precisaria importar de outras localidades os referidos produtos. A partir disso, realçavam uma imagem de modernização regional, mencionando, para isso, que a indústria funcionaria com máquinas

⁶⁶⁷ SUDENE. LASSA. **Processo e parecer**, Recife, 17 de abril de 1967, p.3.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p.6.

⁶⁶⁹ *Ibid*, p.7.

⁶⁷⁰ *Ibidem*, p.9.

“modernas padrões tecnológicos” e incentivaria a pecuária leiteira, por exemplo, com a compra dessa matéria-prima dos produtores locais⁶⁷¹.

A LASSA, por sua vez, precisava de mais de meio bilhão de cruzeiros para o seu funcionamento contínuo. Dessa forma, o pedido foi feito a SUDENE que, para aprová-lo, fiscalizou o andamento da obra com os seus técnicos e a contabilidade da indústria até aquele momento, verificando as suas questões técnicas e econômicas. Posterior a isso, aprovou-se o financiamento de 838 mil cruzeiros novos, aumentando sua participação como acionista no empreendimento. Para o *Correio da Semana*, “275, 00 com um “superavit” de NCr\$ 437.845, 00 o que realmente significava um crédito de confiança da SUDENE à vitoriosa indústria sobralense”⁶⁷².

Esse investimento provocou um aumento de capital de 110 mil cruzeiros novos na LASSA, tornando a SUDENE sua acionista majoritária, tendo 75% da empresa, enquanto 25% estava com o capital local. A LASSA então vendeu essas ações para conseguir o restante dos fundos financeiros necessários para o seu funcionamento. Para isso, reforçou a sua importância para os seus sócios e a sua divulgação por parte deles a fim de conseguir novos investidores para compor o seu quadro de acionista. Para o *Correio da Semana*,

Conforme informações colhidas pela nossa reportagem, está previsto o funcionamento da fábrica de ração balanceada, secção da LASSA, para setembro próximo, como preparativo do gado leiteiro que se propõe fornecer o leite á empresa. A secção de laticínios propriamente dito, está previsto para outubro. Esclareça-se, no entanto que o funcionamento da secção de laticínios, vai depender dos fornecedores da Inglaterra e Alemanha cumprirem seus compromissos na remessa do restante das máquinas. Esta é realmente a situação da LASSA que deixa seus sócios e a comunidade que dela se vai beneficiar em absoluta tranquilidade. Parabéns para LASSA⁶⁷³.

Em setembro de 1968, a LASSA começou a funcionar, destacando sua atuação no campo social e econômico, com a fábrica de ração balanceada incorporada a usina de pasteurização de leite. Essa fábrica tinha capacidade para 20 toneladas diárias suprindo, assim, o seu mercado pecuarista. Para o *Correio da Semana*, “o produto é completo do ponto de vista protéico, pois contém todos os teôres exigidos à boa alimentação do gado. O quilo custará aproximadamente 150.00 velhos”⁶⁷⁴. Essa Indústria de laticínio teve o montante de investimento orçado em 1.600.000.00 cruzeiros novos. A justificativa para essa ajuda

⁶⁷¹ SUDENE. LASSA. **Processo e parecer**, Recife, 17 de abril de 1967, p.13.

⁶⁷² “Indústria Sobralense de Ração funcionará em setembro”. *Correio da Semana*, Sobral, 27 de julho de 1968, p.1.

⁶⁷³ *Ibidem*.

⁶⁷⁴ *Ibid*.

financeira era alcançar o “progresso do pecuarista e o desenvolvimento da região”⁶⁷⁵. Para isso, motivaram os criadores locais para visitarem e verificarem os benefícios que teriam se investissem o seu capital nesse empreendimento.

As atividades de forma experimental ainda foram realizadas em julho de 1969 na LASSA, funcionando a contento, tanto seu maquinário, como seu suporte técnico, levando em consideração que seus trabalhadores tinham, naquele momento, o primeiro contato com a tecnologia de produção. A matéria-prima utilizada veio dos produtores leiteiros do município de Sobral. Para o *Correio da Semana*, a ração balanceada foi bem recebida por seus consumidores. O destaque, contudo, estava no equipamento usado nas fábricas, colocado como moderno: “O equipamento é dos mais modernos de origem alemã e dinamarquesa, e lançará no mercado além do leite pasteurizado, queijo tipo prato mussarela, requeijão, doces de leite e produtos derivados enlatados para exportação e em parafina para consumo regional”⁶⁷⁶.

Os técnicos da LASSA foram ao Crato para orientar os técnicos da PUDINE, escritório Cariri (engenheiro Ary Romey e o bolsista acadêmico de Economia Gerval Moreira), a como se criar uma indústria de laticínio. Esse fluxo de profissionais qualificados dentro do próprio programa ajudava na rápida fundação das fábricas, mas depois elas ficavam sem funcionar a contento, pois tais profissionais ficavam na localidade apenas até a sua criação. A SUDENE também esteve presente nesse processo mediante o Grupo Vale do Jaguaribe (GVJ)⁶⁷⁷, que tinha como objetivo pesquisar a viabilidade do fornecimento da bacia leiteira do Cariri⁶⁷⁸, formada pelos seguintes municípios: Santana do Cariri, Missão Velha, Barbalha, Milagres, Juazeiro do Norte, Crato, Caririaçu e Brejo Santo. Para Pedro Antônio, a parceria desses técnicos era importante para solucionar os problemas na qualidade do produto, em seu consumo e venda. Para ele,

A implantação dessa indústria de laticínios no Cariri dará fim, de uma vez por todas, aos abusos que vem sofrendo as populações quando compram leite, ou o mesmo líquido sob forma de outros produtos leiteiros vendem leite com água. Bares e restaurantes impõem ao público produtos deteriorados. Se a indústria for estabelecida o povo comprará produtos higiênicos, saborosos e por um custo mais

⁶⁷⁵ “Indústria Sobralense de Ração funcionará em setembro”. *Correio da Semana*, Sobral, 27 de julho de 1968, p.1.

⁶⁷⁶ *Ibid.*

⁶⁷⁷ A equipe era esta: Mauro Barros Gondim, agrônomo; Roberto Pamplona de Moura, economista; Lúcio Armando de Patrício Ribeiro, economista; Luiz Ary Romey, engenheiro. “Pudine e GVJ levantam Bacia leiteira”. *Jornal A Ação*. Crato, ano XXVIII, n.1.194, 15 de julho de 1967, p.1.

⁶⁷⁸ *Ibidem.*

baixo e de alta qualidade. Mais empregos. Diversificação e industrialização dos recursos naturais⁶⁷⁹.

Dessa forma, o referido colunista do jornal *A Ação*, fazia uma denúncia-propaganda, buscava desprestigiar os leiteiros tradicionais da região e enaltecer os produtos industrializados, colocando-os como símbolo do progresso, promotores do aumento da renda local e das vagas de emprego. Esse embate, por uma propaganda de desprestígio, fizera-se com os produtos artesanais a fim de conseguir seu público consumidor. No final da citação, verificamos que a ênfase dada ao que se esperava do projeto RITA fortalecia a imagem e o apoio a esse programa como fundamental para o seu ingresso no mundo moderno.

A COSMAC, empresa do ramo de construção civil e produtora de cerâmicas, foi criada, enquanto sociedade anônima, em Sobral no dia 26 de junho de 1965. Tinha o objetivo social de fabricar e comercializar produtos cerâmicos; possuindo, para isso, o capital inicial de 20 milhões de cruzeiros⁶⁸⁰. Sua diretoria, eleita em 26 de junho de 1965, exerceu o cargo durante três anos e era composta por Edmilson Moreira (Diretor Presidente), José Maria Sampaio (Diretor vice-presidente) Luciano Arruda Coelho, Francisco Lopes Aguiar e José Aguiar Frota (Diretores Adjuntos)⁶⁸¹.

O projeto dessa unidade fabril foi organizado para ter o regime de trabalho de 8 horas por dia e 300 dias por ano. Na tabela abaixo colocamos informações sobre os seus produtos, suas quantidades e seus valores. Isso nos ajudou a ter uma noção de suas ofertas, o seu diferencial em relação às fábricas existentes na região, bem como a entrada do capital referente ao preço de sua produção⁶⁸².

Tabela 3 - COSMAC, Sobral (Programa anual de produção, 1966)

Descrição	Unidade de Produção	Quantidade	Valor em \$ 1.000
Tijolos Comuns	Milheiro	2.443	128.916
Telhas	-	778	25.687
Manilhas	Metro	56	22.640
Tijolos PM piso	Milheiro	92	19.547
Tijolos PM forro	-	255	10.022
Total			206.812

⁶⁷⁹ Pedro Antonio. “Cariri terá Indústria de Laticínios”. *Jornal A Ação*. Crato, ano XXVIII, n.1.102, 12 de abril 1966, p.7.

⁶⁸⁰ SUDENE. COSMAC. *Processo e parecer*, Recife, 31 de janeiro de 1966, p.1.

⁶⁸¹ *Ibidem*.

⁶⁸² *Ibid*, p.2.

Fonte: SUDENE. COSMAC. **Processo e parecer**, Recife, 31 de janeiro de 1966, p.2.

Para produzir essa variedade de produto se pensou em um projeto de engenharia que ocupasse uma área de 34 hectares, situada à margem da Br-22 e a 3 km de distância de Sobral. A sua localização era importante tanto para o fluxo rodoviário em relação aos outros centros consumidores, como para atingir com maior agilidade e eficácia o município de Sobral. Além disso, estava próxima das jazidas de argila que ofereciam esse material a um baixo custo e o favorecimento de uma economia com o seu transporte. Por exemplo, as suas jazidas tinham o suficiente para suprir a necessidade de matéria-prima durante 50 anos⁶⁸³. Portanto, a sua escolha se fez mediante estes fatores: 1- “a existência de matéria-prima”; 2- “proximidade do mercado consumidor”; 3- “oferta de transporte rodo-ferroviário”; 4 – “inexistência de cerâmica”; 5 - “presença de um mercado insatisfeito”⁶⁸⁴.

No relatório da COSMAC, submetido a SUDENE, a sua diretoria delimitou as seguintes áreas de consumo organizadas por cada tipo de produto: 1- Tijolos Comuns furados (zona urbana e suburbana de Sobral, Camocim, Caririé, Crateus, Ipu, Ipueiras, Martinóples, Massapê, Reriutaba, Granja, Uruoca, Novas Russas e Itapipoca); 2 - Telhas (cidades da área 1 e Itapagé, Santana do Acaraú, Freicheirinha, Tianguá e Coreaú); 3 - Manilhas (área I e II, mais Teresina no Piauí); 4- Tijolos PM para forro e piso (Sobral e Teresina)⁶⁸⁵.

Existia no norte do Ceará 44 olarias, de cunho artesanal, cuja produção anual era de 10 mil milheiros de tijolo comum e 1.964 milheiros de telhas⁶⁸⁶, mas não fabricavam outros produtos ofertados pela COSMAC. Esse era o seu diferencial para vencer a concorrência, além de um uso do maquinário que oportunizava sua ampliação e rapidez na montagem. Esse momento, classificamo-lo de transição – de uma produção de subsistência a uma de capitalismo industrial. De acordo com Thompson, essa fase de resistência e aceitação das mudanças na vida cultural e social de determinada localidade, simboliza a tensão entre as formas, as antigas relações de poder e as novas que buscam reordenar os espaços, bem como os sujeitos que os compõem⁶⁸⁷.

Dessa forma, pensamos que essas fábricas criaram novos sistemas de poder atrelados às relações de propriedade, por exemplo, por um lado, a marginalização da profissão e do papel dos artesãos nas comunidades, por outro, a criação de um *status* social para os trabalhadores de suas empresas. Isso se fazia também no intuito de que os artesãos aceitassem

⁶⁸³ SUDENE. COSMAC. **Processo e parecer**, Recife, 31 de janeiro de 1966, p.2.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p.3.

⁶⁸⁵ *Ibid*, p.4.

⁶⁸⁶ *Ibidem*, p.5.

⁶⁸⁷ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

se incorporar ao seu quadro de funcionário. Contudo, a sua aceitação era incorporar uma nova concepção de tempo advindo do ritmo de trabalho imposto pelos condicionantes tecnológicos e administrativos da empresa. Essa nova forma de entender a produção retirava o tempo de descanso do trabalhador, visando apenas cumprir as metas da produção, dar lucratividade ao patrão e aumentar o seu mercado consumidor. Essa medida do tempo incorporado pelo RITA alocava uma carga horária que não respeitava os costumes locais, encarnava a ideia de que tempo era dinheiro, e não compreendia que o operário no Nordeste também era agricultor. Dessa forma, expormos o regime de trabalho dessas empresas foi dar ao leitor os indícios para se ponderar sobre a exploração da mão de obra por meio da medição do tempo.

Essas empresas passaram a lutar contra os artesãos que forneciam na região alguns dos produtos por elas produzidos. O embate com esse grupo se dava não somente para conseguir o mercado de trabalho, mas era a defesa do capitalismo industrial colocado como progresso e do regime de trabalho ligado a essa perspectiva. Isso assolou as alianças familiares e comunais existentes entre os oleiros, que tiveram de vender a sua força de trabalho e se tornarem operários. Por exemplo, para o Conselho da COSMAC,

As atuais olarias da região operam em regime artesanal e em condições econômicas precárias, dando por seu turno produtos que não atendem as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Não só por esse motivo, como também pela incapacidade de competição frente aos preços dos bens da COSMAC, tais olarias serão gradativamente deslocadas do mercado, pois, inclusive, parte de sua mão-de-obra será recrutada pela requerente⁶⁸⁸.

O lucro bruto da empresa em 1966 foi de 79.596 mil cruzeiros. Esse dado era realçado para destacar a viabilidade do projeto para os acionistas e os possíveis futuros investidores. Para justificar a solicitação da COSMAC à SUDENE de uma colaboração financeira mediante os artigos 34 e/ou 18, das Leis nº 3.995/61 e 4.239/63, destacou-se as suas vantagens econômicas. Dentre as expostas no relatório da SUDENE, destacamos as seguintes: 1- a abertura de 56 empregos diretos; 2- uso da matéria-prima regional; 3- “implantação de uma moderna indústria cerâmica na região com efeitos benéficos na preparação de mão de obra e na oferta de produtos de alta qualidade”⁶⁸⁹. Em 11 de novembro de 1969, a COSMAC solicitou a SUDENE a “redução de 50% do imposto de renda e adicionais não restituíveis que tiver de pagar, até o exercício de 1978”⁶⁹⁰.

⁶⁸⁸ SUDENE. COSMAC. **Processo e parecer**, Recife, 31 de janeiro de 1966, p.5.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, p.7.

⁶⁹⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR/ SUDENE. **Resolução nº4.713**. Recife, 26 de novembro de 1969, p.1.

A construção do *market* para sua criação se fez também necessário para consolidar os seus projetos. Buscando, assim, a confiança do mercado consumidor e daqueles que tinham as condições financeiras para tornarem seus acionistas. Vejamos as publicidades colocadas abaixo.

Figura 6 - Anúncios das indústrias



Fonte: **CORREIO DA SEMANA**, Sobral, 22 de março de 1969, p.6.



Fonte: IMOCASA. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXIX, n.1.259, 16 de novembro de 1968, p.2.

O investimento na propaganda, em sua maioria, não derivava do orçamento oficial da empresa, mas de um apoio das agências que a fazia por meio de uma troca e visibilidade de seus produtos como incentivadoras do progresso regional. Esse discurso sobre o objeto, traduzido pela mensagem publicitária, fez-nos verificar esse imperativo das empresas do RITA que construam sua imagem e autoridade nas localidades em que estavam instaladas. Dessa forma, operacionalizaram a lógica da crença e da regressão para corroborar com o ideal do desenvolvimento, colocado direto e indiretamente nas referidas propagandas⁶⁹¹. Essa operação mexeu com a sensibilidade do indivíduo, destacando fatores como estética e conforto no consumo do visível, onde a propaganda se tornou também objeto de venda⁶⁹².

⁶⁹¹ BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

⁶⁹² Conforme Baudrillard, "o jogo publicitário reconcilia-se assim habilmente com um ritual arcaico de dom e de presente, ao mesmo tempo que com a situação infantil de gratificação passiva pelos pais. Todos os dois visam

Na tabela abaixo colocamos um exemplo do balanço das empresas vinculadas ao RITA em Sobral. Nela, percebemos o montante do capital investido, quais os setores que receberam tal recurso, quais as prioridades para cada empresa, ou seja, além do lucro também as perdas, os bens hipotecados e os custos com a sua manutenção.

Tabela 4 - Balanço da COSMAC

COMPANHIA SOBRALENSE DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (COSMAC)	
Balanço realizado em 31 de dezembro de 1968	
Ativo	
Imobilizado	
Terrenos	12.784,00
Obras preliminares e complementares	1.263,41
Especificações principais e secundárias	151.833,07
Instalações	43.503,04
Máquinas, aparelhos e equipamentos nacionais.	77.967,04
Móveis e utensílios	4.330,25
Ferramentas e equipamentos de serviços	3.655,20
Total	295.336,01
Realizável	
Adiantamentos e fornecedores	79,40
Contas correntes	1.580,21
Acionistas	34.437,50
Duplicatas a receber	32.232,96
Matérias-primas	2.561,91
Combustíveis	2.300,90
Caução de luz	4,20
Almoxarifado	660,74
Produtos Acabados	23.564,51
Total	97.422,33
Disponível	
Caixa	1.707,28
Bancos	10.528,22
Total	12.235,50
Compensação	
Ação em caução	250,00
Bens hipotecados	140.000,00
Total	140.250,00
Total geral	545.243,84
Passivo	
Não exigível	
Capital	180.000,00
Fundo para Depreciação de instalações	3.887,07
Fundo para Depreciação de máquinas	6.327,96
Total	190.215,05
Exigível	

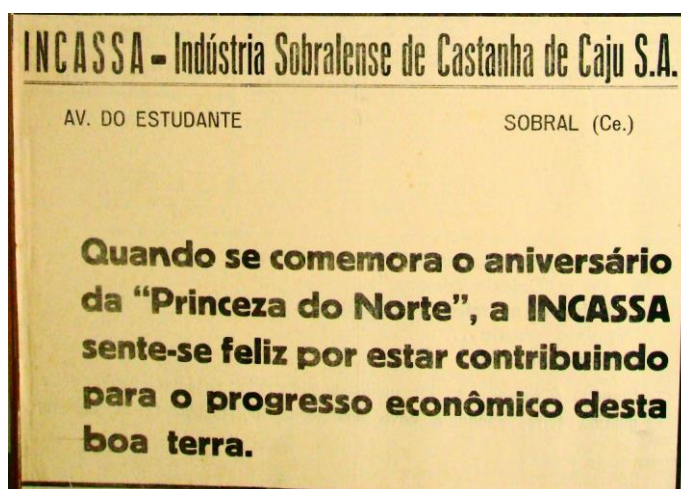
Duplicatas Descontadas	20.408,66
Empréstimos Industriais	147.300,00
Obrigações a pagar	35.308,10
Obrigações sociais a pagar	2.461,65
Imposto de Renda retido na fonte	67,31
Retenção para fundo rural	43,55
Imposto sobre produtos industrializados	5.691,23
Impostos a pagar	3.298,30
Total	214.778,79
Compensação	
Caução da Diretoria	250,00
Contrato de empréstimos sob hipotecas	140.000,00
Total	140.250,00
Total geral	545.243,84
Demonstração da Conta, Lucros e Perdas	
Débitos	
Encargos do exercício; despesas de administração	
Honorários da Diretoria	5.470,57
Ordenados de escritório	18.232,32
Despesas bancárias	25.420,35
Propaganda e publicidade	1.949,33
Outras despesas	9.036,62
Total	60.109,19
Despesas de conservação	8.364,15
Despesas de vendas	2.163,71
Imposto sobre circulação de mercadorias	16.241,26
Imposto Único sobre minerais	1.119,47
Resultado do Exercício	
Fundo para depreciação de instalações	3.887,07
Fundo para depreciação de máquinas	6.327,98
Total	98.212,83
Crédito	
Produtos	
Produtos acabados	97.460,59
Rendas diversas	752,24
Total geral	98.212,83
Sobral (Ce), 31 de dezembro de 1968	
Edmilson Moreira – presidente	
Francisco Lopes de Aguiar – Diretor Adjunto	
José Maria Sampaio Veras – vice-presidente	
José Aguiar Frota – Diretor Adjunto	
Luciano Arruda Coelho – Diretor Adjunto	
Joaquim Arcanjo Tomaz de Vasconcelos – contador – C.R.C 2419 – Ce.	

Fonte: **Correio da Semana**, Sobral, 19 de abril de 1969, p.5.

Essas empresas do projeto RITA, mediante os estudos antropológicos e econômicos realizados nas regiões em que se implantaram, incorporavam uma imagem local, buscando investir em festas e comemorações de caráter tradicional. Isso para divulgar a imagem de uma empresa comprometida com a comunidade e que valorizava a terra onde se instalara. Tal ideia era a tentativa de ligar o moderno (que vinha com a sua instalação, as técnicas e os maquinários instalados, a capacitação dos técnicos e o desenho fabril) à tradição,

bastante presente no sertão nordestino, em que os elementos sociais, econômicos e culturais da zona rural eram mais fortes que os urbanos. Vejamos a matéria em que a empresa INCASSA reafirmou uma imagem tradicional de Sobral construída por uma cultura histórica que a intitulou de “Princesa do Norte”. Essa denominação marcada pelos fluxos temporais se associava aos discursos do momento, ou seja, o “progresso econômico”. Esse, por sua vez, seria conseguido mediante a sua ajuda.

Figura 7 – Mensagem da INCASSA



Fonte: **CORREIO DA SEMANA**, Sobral, 12 de janeiro de 1971, p.10.

Essas empresas em seus documentos oficiais afirmaram a contratação e as pretensões de recrutamento dos trabalhadores, colocando-os uma jornada de trabalho excessiva. Por exemplo, os administradores da LASSA afirmavam que para conseguir a sua meta se deveria trabalhar os 360 dias. Isso é um indício de que as condições de trabalho nessas empresas eram precárias, tanto as salariais como as de infraestrutura. O embate entre os artesões e as diretorias das fábricas por causa do mercado consumidor, por exemplo, fez com que boa parte fossem incorporados nessas fábricas, cujos salários eram certo, mas baixos. O quadro comparativo a seguir nos ajudou a pensar as diferenças com os gastos com a folha de pagamento das empresas, os encargos sociais e trabalhistas. Detectamos que além desses custos fixos, as empresas contratavam em um curto período de tempo trabalhadores – custos variáveis. Essa despesa extra se referia ao aumento de pedidos e a necessidade de ampliar a mão de obra para entregar o produto na data acertada com o cliente. Outro elemento era a despesa com as propagandas sobre a empresa, seja em jornais, rádios ou em outros meios de comunicação da época. Verificamos que a COSMAC não tinha gastos com essas atividades

em seu balanço administrativo; contudo, detectamos no Correio da Semana artigos, manchetes e quadros que apresentavam essas mensagens.

Tabela 5 – Quadro Comparativo INCASSA, COSMAC e LASSA.

	INCASSA Janeiro de 1966	COSMAC Outubro de 1965	LASSA Junho de 1966
Custos Fixos			
Salários	50.988	19.440	60.444
Encargos sociais e trabalhistas	18.508	7.380	27.200
Custos variáveis			
Encargos sociais e trabalhistas	35.928	10.580	17.674
Impostos	63.831	11.376	172.115
Despesas de propaganda	5.706	-	26.831
Salários	98.976	27.840	39.276

Fontes: SUDENE. COSMAC. **Processo e parecer**, Recife, 31 de janeiro de 1966; SUDENE. LASSA. **Processo e parecer**, Recife, 17 de abril de 1967; SUDENE. INCASSA. **Processo e parecer**, Recife, 01 de novembro de 1967.

Outro empreendimento da PUDINE em Sobral fora a industrialização da pesca, cujo engenheiro responsável era João José de Sá Parente. Essa foi chamada de Sobral Pesca S.A (SOPESCA). Além dele se tinha a seguinte equipe: José Murilo de Araújo Perdigão, Sebastião da Costa Monteiro e Antônio Moreira Filho, que foram auxiliados pelos estudantes: Miguel Costa (Engenharia), Marcos Nogueira (Geografia) e Raimundo Nonato (Economia)⁶⁹³.

A SOPESCA estava programada para operar e usar 1.200 toneladas anuais, trabalhando com 612 peixes de primeira qualidade e tinha as seguintes subdivisões: “360 toneladas para venda de peixe fresco; 252 toneladas destinadas ao processo da salga, sendo as 588 restantes constituídas de peixes de terceira qualidade subdivididas em 150 toneladas para venda do peixe fresco e 438 para a salga”⁶⁹⁴. A distribuição para o público se fazia de duas maneiras, cuja escolha de um ou outra acrescentava em seu preço. As embalagens eram em caixa de madeira e surrões de palha de carnaúba. O peixe seco de primeira qualidade era vendido na caixa de madeira “de cinquenta quilos líquidos, protegidas contra a umidade por

⁶⁹³ “Industrialização da Pesca em Sobral”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.4, julho-agosto de 1965, p.302.

⁶⁹⁴ *Ibidem*.

papel impermeável”. O peixe de terceira, por sua vez, era depositado nos “surrões de palha de carnaúba de trinta quilos líquidos cada”⁶⁹⁵.

O mercado consumidor pretendido para a SOPESCA era Sobral, Fortaleza e a serra da Ibiapaba. O preço desses artigos demarcava posição social e prestígio na localidade: a caixa do pescado de melhor qualidade custava 1.100 cruzeiros, o de terceira era embalado em surrões comprado na praia e custava 120 cruzeiros. A estimativa da produção anual era 626 mil quilos de uma frota de sete barcos de pesca. Para tornar mais eficiente o sistema da pesca e para o aproveitamento do produto foram criados os frigoríficos, bem como a PUDINE financiou “a construção de um barco de pesca” que aumentou “a capacidade pesqueira da região”⁶⁹⁶. Para sustentar os frigoríficos se investiu na suinocultura e na industrialização de frutas na serra da Ibiapaba, particularmente na ampliação de sua atividade. Para isso, forneceu-se a “técnica adequada para garantia de um efetivo de matéria-prima capaz de preencher a capacidade de produção da indústria”⁶⁹⁷.

Realizamos, portanto, uma explanação sobre algumas empresas criadas pelo RITA em Sobral, essas se constituíram após o golpe civil-militar de 1964 e, conseqüentemente, incorporaram tanto o discurso econômico vigente do governo federal em prol de levantar fundos para os empreendimentos fabris como as ações de repressão à classe trabalhadora que não podia mais se expressar e reivindicar em defesa de seus direitos. Esses projetos de industrialização foram feitos mediante o apoio das poupanças internas, debilitadas com a crise econômica do norte cearense. As perseguições aos líderes sindicais, a “esquerda católica”, às Ligas Camponesas e ao Partido Comunista se davam mediante a Lei de Segurança Nacional. Os camponeses e artesãos incorporados nessas fábricas eram imprensados pela nova disciplina oriunda do capitalismo industrial, pelo regime militar que amparava a classe patronal e reprimia de forma dura os trabalhadores que se pusessem contrários a esse “Novo Nordeste”. Quais, então, os projetos fabris do RITA criados em outros estados do Nordeste?

5.2 RITA e o desejo de modernização

O chamado ideal de poupança das indústrias norte-americanas era transmitido nas reuniões empreendidas pelos técnicos do Projeto RITA e da USAID. Na cidade de Olinda, em

⁶⁹⁵ “Industrialização da Pesca em Sobral”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.10, n.4, julho-agosto de 1965, p.303.

⁶⁹⁶ “Nova Indústria em Sobral”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.11, n.3, maio-junho de 1966, p.188.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

1964, Albert W. Huseby transmitiu esse pensamento, realçando que o RITA pertencia à Aliança para o Progresso. Para ele, “o povo norte-americano está pronto para auxiliar o povo brasileiro a realizar suas aspirações para uma vida melhor. E o mais seguro modo de ser é uma das pedras fundamentais da vida democrática e cristã e da nossa Aliança para o Progresso”⁶⁹⁸.

Para o Jornal do Brasil, a Aliança para o Progresso, representada pelos técnicos norte-americanos, associada à Universidade da Paraíba iniciou em 1964 pesquisas em prol da instalação dos projetos fabris ligados ao RITA⁶⁹⁹. A sua primeira fase, mediante o convênio SUDENE e USAID durou dois meses em que se verificaram os espaços mais viáveis para a construção de indústrias na Paraíba. Esses trabalhos duraram dois anos e foram coordenados pelo professor George Mann, “Diretor do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Superior de Los Angeles”⁷⁰⁰.

Portanto, o RITA era a prática da teoria científica criada pelo engenheiro Morris Asimow. A sua implantação no Cariri e Nordeste, usado enquanto laboratório, moveu o conhecimento técnico necessário para sua implantação. Dessa forma, a chamada teoria pura foi transformada pela experiência e pelos estudos preliminares feitos antes da implantação das fábricas. Falar sobre esse plano era dar visibilidade a opinião pública do saber técnico e da ideologia política que o movia. Por isso, a presença dos professores, detentores de uma alta qualificação das Universidades norte-americanas, era colocada como elemento de viabilidade do programa, pois se reavivava o mito de que o saber científico poderia mudar a realidade local e aquele que o possuía poderia fazê-lo. A ideia de que saber é poder, a consolidação do saber científico e a ideia de progresso, que a ligava como forma de justificação, eram (re)inventadas pela ideia do pragmático, elemento esse da técnica. O saber técnico juntaria, assim, o saber científico abstrato e a empiria, buscando usar o primeiro mediante as condições concretas encontradas para modificar de forma efetiva a realidade onde se imergia.

Segundo Sfez, tanto o técnico como o político podem ser sentidos na vida pública⁷⁰¹, são saberes colocados em discussão pela opinião pública, principalmente, quando afetam o andamento econômico de determinada localidade. Dessa forma, o saber técnico, o seu uso e os dilemas afetam a nossa vida cotidiana quando se tem conflitos sobre as várias culturas técnicas, por exemplo, o procedimento artesanal e industrial. A técnica e o seu uso

⁶⁹⁸ “Técnico da USAID diz que colaboração dentro da “Aliança” será maior”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 22 de maio de 1964, p.6.

⁶⁹⁹ “Nordeste terá fundação para instalar indústrias com os fatores da SUDENE”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1964, p.7.

⁷⁰⁰ *Ibidem*.

⁷⁰¹ SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia**: un juego de poder. Argentina: Siglo XXI Editores, 2005.

promovem uma intenção na economia, agenciando a edificação de horizontes de expectativas sobre mudanças que provocariam transformações substanciais na vida dos seus afetados. As suas riquezas produzidas não ficariam somente no campo do saber, mas se concretizariam e se materializariam em objetos que auxiliariam na ideia de conforto e lazer. Esse elemento da técnica, que a liga à ideia de progresso desde o século XIX, construiu um caminho para justificar à sociedade civil os gastos demandados no processo de pesquisa e fabricação de objetos. Destacamos esse aspecto, pois os anos 1960 foram marcados pelo discurso tecnológico, em que o seu centro e embasamento estava no conflito político e econômico chamado Guerra Fria. Para Ellul,

O homem é, portanto, vítima de uma ilusão sagrada na presença da trilha brilhante do Sputnik, ou diante da imagem dos milhões de toneladas de comida que lhe são reservadas e projeta essa ilusão no mito de que ele precisa para manter o controle e ao mesmo tempo explicar, guiar e justificar sua ação e sua servidão atual. Destruindo o mito e o mito da ação que têm raízes subterrâneas no encontro do homem com promessas técnicas, em seu espanto ⁷⁰².

A mescla em algumas situações entre a política e a técnica constroem uma *tecnologia política* ou uma *política tecnológica*. A mescla dessas práticas discursivas endereçada para um público erige um estatuto do discurso sobre a técnica. Buscaremos, então, verificar como se construiu um estatuto sobre o RITA, o que o legitimava e como foi expresso. Enfim, qual era a filosofia do projeto RITA?

Para Porto, o pensamento orientador era que o desenvolvimento local tinha como impulsionador a própria comunidade, ou seja, deveria tomar para si a responsabilidade desse processo, não esperando uma “salvação como um esforço do governo federal ou estadual, da iniciativa privada vinda de fora, mas pela conjugação das energias da gente mesma do meio”⁷⁰³, destacando, nessa filosofia, palavras fortes que se incorporaram no linguajar cotidiano dos técnicos e gerentes como, por exemplo, “assistência sistemática” e “racionalização”⁷⁰⁴, tornando, assim, um elemento fundamental para o processo de invenção de seu estatuto, percebidos, por sua vez, nos discursos de criação das fábricas nas várias localidades do Nordeste, como também em outros países.

⁷⁰² “El hombre es así presa de um delírio sagrado em presencia de la estela rutilante del Sputnik, o ante la imagen de los millones de toneladas de alimentos que le están reservados y proyecta este delirio en el mito que necesita para conservar el control y a la vez para explicar, para orientar y para justificar su acción...y su servidumbre actual. Mito destructor y mito de acción que tienen raíces subterráneas en el encuentro del hombre con las promesas técnicas, en su asombro”. ELLUL, Jacques. **La edad de la técnica**. Barcelona: OCTAEDRO, 2003, p.197, tradução nossa.

⁷⁰³ PORTO, Costa. “A filosofia do programa RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 4 de dezembro de 1964, p.4.

⁷⁰⁴ “Nova Indústria em Sobral”. **Boletim da UFC**, Fortaleza, v.11, n.3, maio-junho de 1966, p.188.

Nessa proposta, a industrialização rural utilizaria os recursos disponíveis na comunidade, se aproveitando desses elementos para dinamizar a economia por meio da construção de fábricas, que tinham como meta prestar serviço e produzir artigos necessários para sua sobrevivência. Dessa forma, promoveria o desenvolvimento econômico da cidade-centro e geraria uma especialização para essas fábricas, que não existiam. Para Samsonowicz, o desenvolvimento da indústria cria “condições favoráveis a uma especialização crescente”⁷⁰⁵; incorporando, assim, novas técnicas, aumentando o número de atividades, criando possibilidades de produção de grande escala e movimentando o comércio e o transporte. Mas, segundo Porto, tinha-se um problema em relação ao modelo de indústria rural e do capitalismo industrial defendido por Morris Asimow para o Nordeste brasileiro,

Mas o povo é pobre, não há capitalistas ousados, pois os donos de dinheiro preferem emprestá-los a juros altos, sem o ônus e percalços de empreendimentos trabalhosos. Então é esperar que venha o milagre: que o governo tome a si a tarefa de investir, ou que algum estranho venha de longe ajudar o trabalho empresarial, criador de riquezas. E como isto raramente ocorre, permanece a pasmeira, a rotina, o rameirão de sempre, as comunidades do Interior, sobretudo as rurais, estagnadas, vegetando á toa, estacionárias, quando não em regressão. Ora, o programa RITA procura enfrentar o problema realisticamente. Quase toda gente do interior – a maioria maciça, pelo menos – é pobre, não tem como amealhar reservas, não dispendo, por isso mesmo, de recursos para tomar aos ombros a tarefa de grandes empreendimentos. Mas o que os fracos isoladamente não podem fazer, pode-lo-á a soma de parcelas mudas que, aliando-se e formando um todo, se tornarão fortes⁷⁰⁶.

Conforme o referido intelectual, o RITA era resumido pela palavra *cooperação*. O discurso do professor Asimow era o de que a industrialização das regiões nesse molde proporcionaria melhores condições de vida para a população, com o aumento de sua renda que favoreceria uma melhoria nos meios de sobrevivência, enfatizando o seu papel em dar os meios para que os seus trabalhadores vivessem como “pessoas humanas”⁷⁰⁷. Pensaram em usar as poupanças da população atingida pelo processo, isso se alicerçava como princípio básico para não realizar empreendimentos que demandassem investimentos altos e inversões largas de capital. Pensou-se também em iniciativas modestas que o capital interno pudesse suportar e manter. Teoricamente era isso que se pregava sobre o projeto nas várias regiões do Nordeste brasileiro, dando-lhe a imagem de renovador da imagem regional: de uma espacialidade rural e agrícola para uma urbana e industrial. Tal discurso se incorporara pelos

⁷⁰⁵ SAMSONOWICZ, Henryk. Indústria rural. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989, p.364.

⁷⁰⁶ PORTO, *op.cit.*

⁷⁰⁷ PORTO, Costa. “A filosofia do programa RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 4 de dezembro de 1964, p.4.

representantes dos EUA no Brasil, por exemplo, para o cônsul Francis Robert Campbell, o RITA impulsionou a “marcha desenvolvimentista do novo Nordeste”⁷⁰⁸.

Como, então, aproveitar os recursos naturais para construir as indústrias rurais? Consoante Porto, o agricultor do agreste de Pernambuco se limitava a cultura dos cereais e do algodão, sendo que, para isso, realizavam um processo de fabricação e propagação como se fez na época do Brasil colônia. A vida rural e o clima quente e árido, onde o sol ou a chuva eram em demasia e irregulares, respectivamente, determinava os elementos específicos que se levavam em consideração em sua criação. O referido autor se questionara sobre o monopólio em algumas regiões da produção de grãos, como feijão, mandioca e algodão, pois, para ele, se podia usar a terra para a apicultura, a ovinocultura, a criação de animais e a produção de fibras. Mas para ampliar essas novas possibilidades, como atividade econômica, somente era possível se tivesse outros serviços e produtos que a sustentassem sem um aumento considerado do capital dilapidado para sua manutenção, que se dava, por exemplo, com a importação do material que não produzia.

Como, porém, pensar em criar galinhas, por exemplo, se não há forragem? Como derivar para a fruticultura, se não há indústria que absorva os excessos do que o mercado in natura não pode absorver? Onde as fábricas de doce, as indústrias de fubá, de amido ou massa de mandioca, de passas de banana, de cajú, de figos, de tudo quanto o solo produziria se fosse explorado convenientemente? Mas vem a advertência do economista que lembrava: “os países não são ricos porque são industriais, mas são industriais porque são ricos”, isto é, industrialização pressupõe capitais, riqueza anterior, que, bem manipulada, se desdobra, germinativamente, em novas fontes de enriquecimento individual e coletivo. O que o projeto RITA cogita é quebrar este círculo vicioso⁷⁰⁹.

O RITA promoveu uma sensibilização das comunidades que participaram de seus projetos para que investissem suas poupanças a fim de construir empresas locais; a sua direção e o seu treinamento se fizeram pelos técnicos que ajudaram a superar as dificuldades ao longo do processo de sua consolidação. Esse convencimento dos agricultores e latifundiários do Nordeste em investir o seu dinheiro nessas empresas foi chamado de “revolução renovadora”, ou seja, que a redenção não viria de fora: “A mentalidade de que a salvação das comunidades do Interior, seu progresso, a recuperação de meios atrasados e pobres, pode resultar – e resultará fatalmente – do esforço dos homens do local. Um desafio às comunidades. A porta aberta à sua redenção”⁷¹⁰.

⁷⁰⁸ **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 4 de abril de 1968, p.2.

⁷⁰⁹ PORTO, Costa. “A filosofia do programa RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 4 de dezembro de 1964, p.4.

⁷¹⁰ *Ibidem*.

Asimow projetava para o futuro uma imagem diferente do Nordeste, vendendo uma imagem-sonho que em 15 anos teria o desenvolvimento que a integraria e igualaria economicamente ao sul do Brasil. Em reunião com a SUDENE, especialmente com os técnicos do departamento de Industrialização, Assessoria Internacional e Departamento de Recursos Humanos, afirmou-se a previsão dos 15 anos para modificar sua face, prevendo criar 900 empresas no Cariri usando o mesmo modelo das que atuavam e foram criadas, à época, pelo RITA. Nas suas reuniões com os técnicos enfatizavam, outrossim, que não estava em pauta uma “solução salvadora”, mas treinar as suas mentes⁷¹¹. Para Lion,

Havia um programa chamado RITA, que era Assistência Técnica Industrial Rural. Onde conectamos uma universidade americana a uma universidade de um estado, um dos estados do Nordeste do Brasil. A Universidade dos EUA enviava um ou dois professores e alguns agradavam os alunos por apenas três meses ou quatro meses por ano e então haveria rotação. Eles trabalhariam com o pessoal da universidade no estado do Nordeste e com o pessoal do governo para identificar oportunidades econômicas, possibilidades da empresa, perspectivas de pequenas empresas. E, em seguida, ajudava a promover o financiamento dessa empresa, com a propriedade da comunidade⁷¹².

Na citação acima, retirada da entrevista de Dolor M. Lion, feita por W.Haven North em 1997, Lion relatou as suas experiências no Nordeste brasileiro quando estava no cargo de Diretor dos programas da USAID na região, tanto em 1964 quanto em 1968⁷¹³. North perguntou a Lion quais as atividades econômicas realizadas em prol de melhorar a produção agrícola e o desenvolvimento industrial. Uma parte da resposta de Lion fora citada acima, em que se destacara os projetos RITA como principal atividade da USAID para se industrializar o campo; como elemento da qualificação de técnicos, que poderiam propagar nas Universidades brasileiras o conhecimento adquirido nos cursos de curta e longa duração, fornecidos pelos EUA. Para ele, alguns limites embargavam o seu crescimento, por exemplo, possuía um clima árido que tornava a produção agrícola instável.

⁷¹¹ “Dentro de 15 anos, Nordeste será outro, diz Asimow”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 15 de dezembro 1964, p.3.

⁷¹² “There was a Program called RITA which was Rural Industrial Technical Assistance. Where we connected a US university with a University in a state, one of the states in northeast Brazil. The University in the US would send down a professor or two and some graduate students for only three months or four months a year and then there would be rotation. They would work with the university people in the Northeast state and the government people to identify economic opportunities, company possibilities, small business prospects. And then help to promote financing of that company featuring community ownership”. LION, Dolor M. **FOREIGN ASSISTANCE SERIES – EUA. The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project**. Interviewed by W. Haven North. Initial interview date: June 25, 1997, p.18, tradução nossa.

⁷¹³ LION, Dolor M. **FOREIGN ASSISTANCE SERIES – EUA. The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project**. Interviewed by W. Haven North. Initial interview date: June 25, 1997, 85f.

Destacou, assim, o papel da SUDENE para resolver os impasses gerados nos períodos de estiagens. Por exemplo, esse órgão em 1967 aprovou a criação de 20 projetos fabris que pertenciam aos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. O investimento total foi de 169 milhões de cruzeiros vindos dos recursos derivados dos artigos 34 e 18. Como resultado disso, destacou a abertura de 2 mil vagas de empregos nesses estados. Contudo, esse foi o resultado da submissão de 101 projetos industriais, cujo valor cotado era 389, 2 milhões de cruzeiros que proporcionaria 14.946 novos empregos⁷¹⁴.

Na tabela abaixo temos como visualizar a quantidade de projetos aprovados para cada estado, a quantidade de vagas de emprego criada com sua fundação e o montante do investimento usado. Pernambuco e Bahia se destacaram como os espaços em que se criaram o maior número de fábricas, porém a Bahia ganhou mais investimentos pela cifra de projetos aprovados. Por outro lado, em Pernambuco se teve a criação de mais vagas de emprego.

Tabela 6 – Projetos financiados pela SUDENE, julho de 1967

Estados	Nº de projetos	Mão de obras	Investimentos	Arts.34/18
Ceará	3	179	7.389.506	2.990.225
Paraíba	1	-	-	15.000
Pernambuco	6	945	95.290.307	47.086.252
Alagoas	2	227	6.249.781	4.537.335
Bahia	8	848	60.852.944	25.694.439
Total	20	2.199	169.782.538	80.323.251

Fonte: MECOR/SUDENE. **Assessoria Técnica, coordenação do Plano Diretor.** Relatório da Secretária executiva, julho de 1967.

Uma parte desses projetos fabris aprovados fazia parte do RITA, cujo apoio técnico e financeiro da SUDENE se tornou prioridade a partir de 1964. Por isso, a “participação nos trabalhos de inspeção nos programas RITA/Nordeste”⁷¹⁵ era constante. No processo de pré-estruturação do RITA em 1962, o economista Rubens Costa, representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, teve um diálogo com Morris Asimow sobre o modelo de ajuda técnica pensada no projeto para algumas regiões nordestinas, como também da América Latina. Entretanto, nessa disputa as ideias de Morris Asimow conquistaram o público, dentre elas, temos a intenção de edificar grupos mistos (brasileiros e norte-americanos) de engenheiros, economistas e administradores⁷¹⁶.

⁷¹⁴ MECOR/SUDENE. **Assessoria Técnica, coordenação do Plano Diretor.** Relatório da Secretária executiva, julho de 1967, p.24.

⁷¹⁵ *Ibid*, p.28.

⁷¹⁶ “Universidade aprimora cultura e inteligência paraibana”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 18 de maio de 1966, p.3.

Para Rubens Costa, os investimentos da SUDENE aumentaram entre 1962 e 1968, e a União renunciou ao imposto de renda das pessoas jurídicas e de empresários que desejavam investir no Nordeste. Para ele, a região em 1969 era aquela que “próspera e rapidamente se desenvolve”⁷¹⁷, pois a renda *per capita* do Nordestino crescera 58% em 1964 e a previsão era a de que chegaria a 63% em 1968⁷¹⁸. A construção do “Novo Nordeste” se ligava a essa ideia de desenvolvimento associada à industrialização assentada no capital estrangeiro, retirando, assim, a sua condução pelo capital nacional.

Esses fatores contribuíram para o seu uso como exemplo para a implantação e defesa do modelo de industrialização de Morris Asimow para outros países. Conforme Stefan Robock, o professor John Lewis, ao pensar a urbanização e industrialização da Índia, ressaltou o papel importante da tecnologia nesse processo. Para justificar sua posição, destacou o projeto Asimow que ocorreu no Nordeste brasileiro como um exemplo real de que se poderiam modificar as condições econômicas de uma localidade e que nele se “desenvolveu uma tecnologia de pequena escala para a produção de cimento, a fim de atender às necessidades de uma zona do interior”⁷¹⁹.

Tais dados também eram divulgados nos EUA, principalmente na USAID e Universidades que faziam parte com o propósito de justificar o investimento nessas fábricas. Por exemplo, em 1967, segundo o Boletim da Universidade da Califórnia, o professor Asimow se reuniu na UCLA com 10 professores especializados e envolvidos no RITA e 30 alunos-bolsistas do projeto para discutir o seu andamento⁷²⁰.

Em Pernambuco se implantara por meio da parceria entre o Instituto Politécnico do Brooklyn de Nova Iorque, a Universidade de Recife e o Centro de Produtividade da Indústria, representante da federação estadual das indústrias. Essa “operação Rita” tinha sido iniciada no Ceará e Paraíba pelo Asimow, “professor judeu-norte americano”⁷²¹. Dois técnicos norte-americanos também compunham a equipe: R.F. Pietrowski, diretor executivo do Instituto de Administração da Universidade Estadual de Utah, Allen E. Abrahmas, dirigente industrial do Instituto Politécnico do Brooklyn e John Gregory, assistente da Divisão Industrial da USAID-Nordeste. A SUDENE ficou como sua coordenadora e a Universidade

⁷¹⁷ COSTA, Rubens Vaz da. **O Desenvolvimento Regional no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Ministério do Interior/BNB, 1969, p.18.

⁷¹⁸ *Ibidem*; COSTA, Rubens Vaz da. **O primeiro passo: um testemunho sobre o Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: APEC editora, 1973.

⁷¹⁹ ROBOCK, Stefan H. **Estratégias do desenvolvimento Econômico Regional**. Revista Econômica do Nordeste, n.1. v.1, 1969, p.11.

⁷²⁰ “UCLA students plan watts Car Wonderland. **University Bulletin of UCLA**, Califórnia, v.15, n.38, may 22, 1967, p.169-170.

⁷²¹ “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 1 de agosto de 1964, p.4.

do Recife, a responsável pela execução. Para isso, fez-se um levantamento dos recursos humanos qualificados em suas áreas de atuação e o território deveria ter as seguintes condições para ser contemplado: “proximidades de centros consumidores, recursos naturais (água, energia, comunicações e transportes)”⁷²² – elementos esses presentes em sua justificativa para conseguir o financiamento para implantá-los no Brasil. O objetivo era instalar no mínimo 5 indústrias por ano. Para isso, buscaram técnicos com as seguintes especialidades: engenheiros químicos, civis, mecânicos, agrônomos e economistas.

Em 3 de agosto de 1964, uma reunião foi realizada com Morris Asimow, Allen.E.Abraham, Gregory e Alberto de Figueiredo, do Centro de Produtividade da Indústria (Órgão da FIEP), para se discutir a sua implantação em Pernambuco. Dois setores foram escolhidos para realizar o treinamento técnico profissional: engenharia industrial e administração de empresas. Esse projeto teve duração de três anos e início em 1 de junho de 1965, os objetivos pensados nessa reunião para sua execução eram: 1 - preparar estudos econômicos sobre os centros populacionais de destaque em Pernambuco; 2- os projetos ou oportunidades existentes ou pensadas para esse território; 3 - selecionar os projetos industriais compatíveis com cada localidade; 4 – elaborar os projetos para obter os créditos para sua implantação; 5 – acompanhamento e assistência “nas diversas fases de construção e técnica de funcionamento de pessoal ao nível técnico e administrativo para administração das fábricas de engenharia industrial e fluxogramas para as fábricas selecionadas”⁷²³.

A USAID financiou as despesas com a contratação de técnicos do Instituto Politécnico do Brooklyn e com o treinamento dos brasileiros no exterior. A Universidade do Recife forneceu os técnicos brasileiros. A federação das indústrias disponibilizou as informações e as documentações, bem como a sua divulgação e a coordenação dos empresários participantes. A SUDENE assumiu a função de seu fiscalizador e ajudou quando necessário nas questões técnicas. Outros projetos também se fizeram desligados ao RITA em Pernambuco, mas ligados aos seus fundadores. Para o jornal de Pernambuco, Morris Asimow realizou também projetos de pequenas e médias empresas que não se conectava diretamente ao referido projeto, mas eram vinculados à Divisão Industrial da USAID e ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, por exemplo, tal iniciativa aconteceu no estado de Pernambuco, onde se investiu a quantia de 3 milhões de dólares⁷²⁴.

⁷²² “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 1 de agosto de 1964, p.4.

⁷²³ “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 4 de agosto de 1964, p.4.

⁷²⁴ *Ibid.*

Morris Asimow era conhecido como o “pai do projeto” RITA. Em sua visita a sede nos estados do Nordeste que a compunha, fez um balanço geral, os seus técnicos debateram e expuseram os relatórios sobre a sua atuação na Bahia, Alagoas e Paraíba. Três professores que atuaram no plano piloto no Cariri foram os transmissores dessas experiências aos outros estados. Um deles foi enviado para um país da América Latina que iniciaria também o projeto, os outros dois designaram-se para coordená-los em Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente, Alan Abrahams, do Instituto de Brooklyn, e Robert Piotrowski, da Utah State College.

No dia 13 de agosto, foi realizada em Fortaleza uma reunião dos reitores das Universidades que participavam do projeto e os membros da Agência para o Desenvolvimento Internacional, que também o financiou. Nela estava presente o Ministro Cordeiro de Farias e o superintendente da SUDENE, Gonçalves de Sousa, que pensaram uma maneira de atingir os estados do Nordeste; bem como visavam modificar os caminhos trilhados até aquele momento pelas Universidades regionais, por exemplo, a Universidade de Recife. Portanto, antes o foco das Instituições de Ensino Superior no Brasil era em programas de alfabetização e extrauniversitários, pós-RITA essas instituições foram “chamadas a desempenhar um papel ativo na formação de quadros técnicos requeridos pela industrialização e o desenvolvimento econômico”⁷²⁵.

Nessa mesma época, Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas desenvolviam um diálogo para possíveis convênios a fim de implantá-lo em seus territórios. Para convencer os presentes de sua viabilidade e benefícios, os coordenadores do Ceará e da Paraíba em reunião, no dia 12 de agosto de 1964, com os reitores das universidades expuseram as suas experiências e os primeiros resultados obtidos. Construindo, assim, um “documento informativo”⁷²⁶, em que expuseram as qualidades do programa.

As reuniões estaduais também eram compostas pelo professor Asimow, sua equipe técnica, pelos reitores das Universidades brasileiras e pelos representantes dos órgãos financiadores. Firmar esse convênio para sua criação em Pernambuco tinha como objetivo “promover o desenvolvimento industrial de uma área geográfica do Estado, a ser ainda escolhida, através do aproveitamento racional de suas potencialidades humanas e naturais”⁷²⁷. Para isso, o uso dos técnicos das Escolas Superiores era simbólico para a identidade da instituição e sua ligação com a do Estado. A participação da Universidade do Recife no RITA

⁷²⁵ “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 1 de agosto de 1964, p.4.

⁷²⁶ *Ibid.*

⁷²⁷ “Caruaru tem as condições para implantação do projeto”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 28 de agosto de 1964, p.1.

se colocara como elemento que lhe dava visibilidade e demonstrava sua importância para os pernambucanos no “processo do desenvolvimento econômico-social do Estado”⁷²⁸. Para isso, reforçavam a necessidade de usar “os seus valores intelectuais e de suas disponibilidades orçamentárias, de instalações e de equipamentos, a exemplo do que já vem sendo realizado por outras Universidades do Nordeste”⁷²⁹.

Em Pernambuco o projeto estava previsto para durar três anos, tendo início no dia 1 de junho de 1965. Para isso, realizaram estudos sobre as suas condições econômicas e as oportunidades industriais que se fizeram pelos pernambucanos nesse viés. Isso ajudou aos técnicos averiguar quais os tipos de indústrias compatíveis com os recursos humanos, naturais e econômicos existentes, construir projetos de viabilização de créditos, planejar sua construção e a formação de sua gerência, bem como a “elaboração de projetos técnicos de engenharia industrial e fluxogramas para as fábricas selecionadas”⁷³⁰.

A USAID contribuiu por meio do pagamento dos técnicos do Instituto Politécnico do Brooklyn para que viessem para o Brasil realizar a sua formação e aplicar sua teoria, bem como forneceu bolsas para que os gerentes brasileiros fossem se capacitar nos Estados Unidos da América. A Universidade do Recife forneceu os seus técnicos, a Federação das Indústrias, mediante o Centro de produtividade, contribuiu financeiramente, disponibilizou a documentação e informação necessária para convencer o empresariado local em investir o seu capital nas empresas. A SUDENE fiscalizou as obras e o projeto, dando, quando necessário, também o auxílio técnico.

Os coordenadores do projeto RITA no Nordeste era Donald Culverwell e John Gregory. Os professores e estudantes norte-americanos voltavam ao Brasil nos períodos de férias para trabalhar em sua implantação, por exemplo, em Alagoas e Bahia. A meta era fomentar e dar visibilidade a esses projetos fabris que não seriam possíveis sem a ajuda do capital interno, e isso era usado para despertar o “espírito de auto-ajuda preconizado na Carta de Punta del Este, a Bíblia da Aliança para o Progresso”⁷³¹.

Caruaru foi um dos territórios escolhidos para realizar o projeto em Pernambuco. Para isso, entrou-se em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Econômico do São Francisco (CODESF) para buscar o apoio político e financeiro das localidades escolhidas para a implantação de suas fábricas. Os técnicos elegeram esse município para implantá-lo levando

⁷²⁸ “Caruaru tem as condições para implantação do projeto”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 28 de agosto de 1964, p.1.

⁷²⁹ *Ibid.*

⁷³⁰ *Ibidem.*

⁷³¹ “Pai do projeto RITA ouve no Recife o que já se fez na região”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 04 de agosto de 1964, p.16.

em consideração os seus recursos naturais e a sua abundância de mão de obra. Contudo, tê-lo era um *status* social. Isso movia também os políticos para empreender uma luta para implantá-lo em sua região ou localidade, não levando em consideração os fatores técnicos importantes para sua viabilidade. Em Caruaru, o encontro para sua implantação se fez com o secretário e engenheiro Telmo Maciel e John Gregory (USAID), Alberto Figueiredo (Centro de produtividade da Indústria) e Abrahams do Instituto Politécnico do Brooklyn. Telmo Maciel também viu a necessidade, para que fosse viável, do apoio do bispo de Petrolina, Dom Antônio Campelo de Aragão, haja vista que a Igreja possuía um capital interno de destaque em sua economia.

A CODEPE também foi acionada a fim de dar assistência e atendimento a esses projetos que visavam desenvolver a indústria rural, levando o crescimento econômico para os municípios afetados. Essa decisão de realizar o projeto em Caruaru não foi aceita facilmente, os representantes de Petrolina e Palmares defenderam a importância de sua localidade como um espaço de potencialidades econômicas para consegui-lo. Entretanto, Caruaru fora escolhida levando em apreço que a instalar em seu território daria resultados em um curto prazo, pois possuía a infraestrutura básica para isso, por exemplo, energia elétrica e estradas⁷³². Para o seu prefeito, Drayton Nejaim,

USAID e CODEPE escolheram Caruaru para a implantação do projeto Rita, em face dos estudos econômicos já realizados pela prefeitura do município, quando ficou patenteado que possuímos condições privilegiadas para a instalação de novas indústrias. Em torno de Caruaru gravitam nada menos de 16 cidades, todas comercialmente dela dependentes. Não há como negar, também, que a população dessa habitada região é 90 por cento da classe média, de poder aquisitivo que garante a rentabilidade de qualquer investimento⁷³³.

Nessa reunião, o prefeito expôs aos presentes a importância do projeto para angariar o apoio financeiro e logístico das entidades presentes. Nela se fazia presente Armando da Fonte, presidente da Associação Comercial de Caruaru (ACC), Lourinaldo Fontes, diretor da ACC, general Agnaldo Costa, assessor técnico de desenvolvimento da ACC e “frei Tito”, frade franciscano que representava “o bispo do município, Dom Augusto de Carvalho”⁷³⁴.

O referido prefeito destacou o caráter centralizador e descentralizador de Caruaru, mencionando que dela se poderia ir para vários locais, como também era um centro

⁷³² “Caruaru seria zona para o Projeto RITA em Pe”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 19 de agosto de 1964, p.3.

⁷³³ *Ibidem*.

⁷³⁴ *Ibid*.

econômico para a região pernambucana em que se localizava. Esse fluxo e trânsito favorecido pelas estradas era, para os técnicos, elemento fundamental para a sobrevivência e o crescimento das indústrias. O município, além desse fator, possuía reservas minerais e outras matérias-primas que diminuía os custos da produção, mencionando os referidos recursos naturais: o agave, o aveloz, o quartzo, o couro e os “vegetais aproveitáveis na extração de óleos comestíveis, além de uma nascente indústria alimentícia”⁷³⁵.

A fala desse prefeito se justificava pelo embate político para consegui-lo em um discurso irônico, mas pautado por uma retórica que convencia e ganhava a confiança das instituições envolvidas no RITA, pois os representantes de Petrolina e Palmares recorreram à decisão da USAID e da CODEP. Para ele,

Não nos move, ao reivindicarmos o plano Rita, qualquer interesse pessoal. Lutamos, no momento, por aquilo que foi aconselhado pelos técnicos e porque sabemos que injunções políticas pretendem prejudicar a escolha da USAID e CODEP. O governo e as classes produtoras de Caruaru lançam o mais veemente protesto e dirigem, ao mesmo tempo, um apelo ao magnífico reitor Murilo Guimarães, ao Diretor da USAID, ao Superintendente da SUDENE, à CODEP e a todos que tomaram conhecimento da nossa campanha, no sentido de que o bom senso predomine sobre as interferências políticas⁷³⁶.

Para endossar o seu discurso, destacou que a sua construção no município aumentaria a oferta de emprego e isso resolveria “o problema social que tanto preocupa o poder executivo caruaruense”⁷³⁷. A Comissão de Planejamento de Caruaru realizou um levantamento dos recursos naturais e dos perfis de possíveis indústrias. Essa comissão, juntamente com o prefeito Drayton Nejaim e o general Almeida elaboraram a construção do plano do “Distrito Industrial”⁷³⁸, o aproveitamento das águas do rio Ipojuca e a construção de vilas industriais, ou seja, a construção de casas perto das fábricas para a habitação dos trabalhadores, pensando, assim, nas várias possibilidades para o crescimento local e na estruturação da renda das pessoas que ali morariam. Os projetos de Caruaru se alicerçavam por possuir os seguintes objetivos: 1- integrar a economia do município à economia do Estado; 2 – possuir uma rede de serviços e transportes, uma infraestrutura básica; 3 - ter uma classe média possuidora de uma poupança que pudesse abancar os empreendimentos; 4 - sua

⁷³⁵ “Caruaru seria zona para o Projeto RITA em Pe”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 19 de agosto de 1964, p.3.

⁷³⁶ *Ibid.*

⁷³⁷ *Ibidem.*

⁷³⁸ *Ibid.*

proximidade com o porto de Recife; 5 – ter uma acessibilidade com rodovias e ferrovias em boas condições, por exemplo, asfaltadas⁷³⁹.

No dia 24 de outubro de 1964, se reuniram novamente os técnicos brasileiros e norte-americanos para discutir sobre o seu andamento, agora na cidade de Salvador, colocando que a sua execução e construção tinha como base a Aliança para o Progresso. O reitor da Universidade da Bahia, Miguel Calmon⁷⁴⁰, também estava presente no encontro. Além dessas reuniões, detectamos a aproximação dos representantes do golpe militar presentes e atuantes em sua execução e averiguação, por exemplo, a visita do Ministro do Interior, general Osvaldo Cordeiro de Farias às fábricas do RITA construídas no Cariri cearense no dia 27 de outubro de 1964, juntamente com ele se fizera também presente na comitiva o superintendente da SUDENE, João Gonçalves de Sousa⁷⁴¹.

Em 1965 o governo norte-americano aprovou a instalação do RITA em Pernambuco, especificamente, em Caruaru. Isso se fez reverberar pelas posições da ACC em relação ao Projeto RITA, que juntamente com a USAID e as Universidades participantes firmaram a ajuda na facilitação dos recursos humanos e na sua atividade de propaganda no setor empresarial local. Esse acolhimento estava repleto de expectativas sobre uma “integração do Agreste de Pernambuco à economia nacional” e a promoção do “bem-estar econômico e social das populações urbana e rural da “área problema” do Nordeste”⁷⁴².

O Diretor da USAID-Nordeste, Donor M. Lion, mandou em 1965 uma carta para o prefeito de Caruaru comentando sobre as perspectivas do RITA naquela localidade; o financiamento para a implantação das fábricas arquitetadas e a realização de suas outras atividades. Para ele, seria feito o seguinte com a ajuda econômica dada pela USAID ao município:

- 1-Assistência Técnica Rural e Industrial – Dentro de poucos meses, um projeto “RITA” será iniciado em Pernambuco. Caruaru será a sede de sua primeira fase.
- 2- Estradas – Caruaru será beneficiada pelo Projeto da PE-91 Agrestina-Catende, por meio do aumento do tráfego previsto na N-S BR-11. A PE-91 proporcionará uma redução de 11kms na BR -25, de Caruaru a Catende e outros 11kms, em concreto na BR-11 para Palmares.
- 3- Alimentos para a Paz – Presentemente, encontram-se à disposição de pessoas necessitadas ou instituições de caridade, gêneros alimentícios que serão fornecidos

⁷³⁹ “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 22 de setembro de 1964, p.4.

⁷⁴⁰ Miguel Camon era um banqueiro, professor e engenheiro formado pela Escola politécnica da Bahia (1932), especialista pela École des Ponts et Chaussées e na École Centrale de Paris (1934). Atuou, dentre outros cargos públicos, como reitor da Universidade Federal da Bahia e deputado federal pelo PSD (1959-1963).

⁷⁴¹ “Cordeiro verá de perto o que o projeto RITA realiza no Ce”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 27 de outubro de 1964, p.18.

⁷⁴² “EUA aprovam Projeto Rita para Pernambuco: Caruaru é a sede”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 5 de março de 1965, p.11.

por intermédio da Cáritas brasileiras ou Confederação Evangélica do Brasil. Leite para merenda em escolas primárias está sendo distribuído pela Campanha Nacional de Merenda Escolar e leite para lactantes, pela Comissão Nacional de Alimentação.
4- Habitação – Caruaru está incluído no empréstimo do BID para habitação em Pernambuco⁷⁴³.

Segundo Vicente Campelo da Costa Pereira, representante do coordenador do projeto RITA na Universidade de Pernambuco, a ACC contribuiu com o alojamento dos universitários norte-americanos e brasileiros que trabalharam no projeto em Caruaru⁷⁴⁴. Contudo, o conflito entre os municípios pernambucanos não cessaram com a escolha de Caruaru para sediá-lo. Os políticos e a elite econômica de Petrolina continuavam reivindicando. O superintendente Gonçalves de Souza procurou brechas dentro do convênio firmado entre SUDENE, USAID e Universidade de Pernambuco (UP) para poder contemplá-lo. Para isso, criou a chamada “frente de desenvolvimento de Pernambuco”, justificando, para isso, que “Petrolina serve muito mais ao eixo econômico de Juazeiro e é econômica, social e culturalmente convergente da Bahia, mesmo parcial”⁷⁴⁵. Portanto, “em Petrolina concorreria para deslocar toda a região sanfranciscana para o eixo Juazeiro, em detrimento de vantagens imediatas para a economia regional do Estado”⁷⁴⁶.

Os primeiros projetos construídos em Caruaru não ultrapassaram 200 mil cruzeiros. Para melhor usar esses recursos, a UP teve que institucionalizar o seu conceito industrial para garantir a qualificação dos estudantes e profissionais que os administravam. Por exemplo, a criação de cursos e disciplinas universitárias relacionadas à engenharia industrial, administração, economia e matérias correlatas àquela finalidade, como também a defesa da relação Universidade e Indústria⁷⁴⁷.

Até aquele momento se teve três encontros, o primeiro realizado no Cariri cearense, sede do projeto piloto Asimow, o segundo em Salvador, Bahia, e o terceiro em Campina Grande, Paraíba. O objetivo desses encontros era “discutir e avaliar os resultados do trabalho realizado por equipe que estudam os esforços completos do projeto RITA no Nordeste”⁷⁴⁸. Esses encontros duravam três dias, no caso de Campina Grande se realizou no Hotel Ouro Branco, onde se discutiram e partilharam as experiências das equipes atuantes nos

⁷⁴³ “Projeto Rita será iniciado em breve: Caruaru é sede”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 13 de abril de 1965, p.6.

⁷⁴⁴ “Projeto Rita em Caruaru”. **Diário de Pernambuco**, quarta-feira, Recife, 5 de maio de 1965, p.4.

⁷⁴⁵ *Ibidem*.

⁷⁴⁶ *Ibid.*

⁷⁴⁷ *Ibidem*; “Informativo Econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 5 de maio de 1965, p.4.

⁷⁴⁸ “Coordenadores do Projeto RITA fizeram ampla exposição”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 23 de março de 1965, p.5.

estados do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia) e incluíram os projetos especiais⁷⁴⁹.

Em 1965 o economista Stenio Correia de Queiroz reivindicou a criação de um estabelecimento de crédito em Caruaru e uma Agência do Banco do Nordeste. A sua criação, para ele, era fundamental para implantar as fábricas ligadas ao RITA. Então, a sua fundação servia como justificativa para reivindicar a construção de uma infraestrutura que o município precisava, mas não tinha. Para ele, a Agência do município de Bezerros não seria eficaz, pois os investidores não teriam contato direto com a instituição. Nessa tentativa de defender a sua criação afirmou que “a industrialização exige uma maior assistência” financeira e técnica⁷⁵⁰.

Pesquisas preliminares foram feitas para averiguar os recursos naturais, o mercado e as condições do comércio, da agricultura e da indústria, como também os bancos, os profissionais existentes e as situações socioculturais da chamada “Grande Caruaru”⁷⁵¹. Para isso, criaram-se cinco grupos de trabalho: 1 – os de recursos naturais; 2- os de profissões; 3 – o de comércio; 4- o de banco; 5 – o doméstico. No dia 23 de julho de 1965, se analisou o levantamento de dados feitos pelos referidos grupos em uma reunião na cidade de Caruaru sob a orientação do professor norte-americano Robert Wiley. Nela, podemos selecionar, a partir dos dados coletivos, os tipos de indústrias que seriam criadas no referido município. Viu-se a necessidade de ampliar os grupos, criando os seguintes: os de produtos químicos e cerâmica, de vestuário, da agricultura, pecuária e dos produtos industriais. Para o Diário de Pernambuco,

Estiveram em Caruaru, em visita ao Projeto, funcionários norte-americanos encarregados da fiscalização dos “Projetos RITA” no Nordeste. A missão norte-americana era constituída dos senhores George Robinson, Peter Diffley, Morvin Frankel e Julian Lauchner e estavam acompanhados dos Senhores George Hawbaker e Jon Gregory da USAID/ Nordeste. Após demorado contacto com os participantes do projeto, a missão norte-americana manifestou-se entusiasmada com o andamento dos trabalhos e fez elogios às ótimas condições de trabalho e de alojamento em Caruaru⁷⁵².

Para mostrar à população local seu apoio, Paulo Guerra, governador do Estado, entregou a verba em uma solenidade no dia 28 de julho de 1965. Nesse momento, o economista Vicente da Costa Silva, do CODEPE, destacou o apoio desse órgão para o

⁷⁴⁹ “Coordenadores do Projeto RITA fizeram ampla exposição”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 23 de março de 1965, p.5.

⁷⁵⁰ “Reitores aprovaram medidas para melhorar ação do Projeto RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 25 de maio de 1965, p.9.

⁷⁵¹ *Ibid.*

⁷⁵² *Ibidem.*

recrutamento de pessoal a fim de atuar nas fábricas criadas em Caruaru. Ato esse realizado no gabinete do governador com a presença dos representantes das instituições parceiras.

Tal ação afirmou a sua execução em Caruaru. Contudo, o deputado Souto Dourado se reuniu com o Alberto Cavalcante de Figueiredo, coordenador geral do projeto RITA, para solicitar que também o município de Garanhuns fosse contemplado. Para isso, o referido parlamentar fez um projeto de lei autorizando-o a doar terreno para tal objetivo, empreendeu a construção dos fundos financeiros para o projeto, procurando uma brecha que pudesse ser beneficiado a partir do artigo 18 e 34 da SUDENE. Para ele,

Pernambuco poderá perder mais de 150 bilhões no próximo exercício se as empresas industriais e agrícolas não se prepararem para a sua aplicação. Houve este ano devolução ao Tesouro Federal de recursos que poderiam ter sido utilizados no Estado. Se houver no ano que vem devolução ainda maior dos recursos dos artigos 18 e 34, estaremos dando demonstração de incapacidade. Torna-se necessária uma campanha de esclarecimento sobre as condições de aplicação desses recursos, da qual devem fazer parte o governo do Estado e os órgãos de classes⁷⁵³.

Isso se impulsionou com a divulgação no auditório da Rádio Educadora de seus primeiros resultados em Caruaru. Nesse momento, colocou-se que por meio dos dados coletados se resolveu criar nove fábricas em vez de 19 como no projeto inicial. No dia 14 de agosto de 1965, Vicente Costa, seu representante, e uma comissão viajou para Glória de Goitá e Apotí para realizar estudos a fim de transferir uma indústria de beneficiamento de mandioca para o quadro de suas empresas, bem como a colaboração na “consecução da transferência do missionário Frei Tito⁷⁵⁴, que exerce a liderança na região de Apoti”⁷⁵⁵.

Sobre as potencialidades do agreste pernambucano, a produção de ração balanceada era viável, pois se tinha uma fabricação considerada de mandioca, banana, agave, aveloz, resíduo de matadouro e curtume local: “temos já elaborado um vasto programa de abastecimento de pecuária regional e particularmente Caruaru, com a cooperação da Associação comercial deste município”⁷⁵⁶, por isso, “apelamos para o projeto Rita e para o governador Paulo Guerra, tão civicamente empenhados na pecuária de Pernambuco e de toda a região nordestina”⁷⁵⁷. Para auxiliar nesses trabalhos, a Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) empreendeu uma campanha para arrecadar capitais e atrair investidores do sul do Brasil. A USAID, por sua vez, colaborara com 250 milhões de

⁷⁵³ “Encerrou-se reunião de reitores do Nordeste com os coordenadores do Projeto RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 de novembro de 1965, p.28.

⁷⁵⁴ Frei Tito era um missionário franciscano e Superior da Ordem dos Capuchinhos.

⁷⁵⁵ **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 de agosto de 1965, p.13.

⁷⁵⁶ **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 de agosto de 1965, p.14.

⁷⁵⁷ *Ibidem*.

cruzeiros e 30 mil dólares para contratar os especialistas nos EUA que participaram em Pernambuco da equipe técnica norte-americana⁷⁵⁸.

Esse órgão forneceu 140 mil dólares para estudos especializados na área açucareira pernambucana a fim de solucionar os problemas que impediam o aumento da produtividade, como também construir caminhos para diversificar sua produção⁷⁵⁹. O departamento da Secretária de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco ajudou no “controle da qualidade da matéria-prima a ser utilizada por essas indústrias”⁷⁶⁰. O destaque dentro e fora do país do projeto RITA despertou a curiosidade do Rei belga Balduino e sua rainha que em sua visita ao Brasil decidiram conhecer as instalações das fábricas criadas no Cariri, especialmente no Crato em 17 de novembro de 1965.

Na reunião realizada no Centro de Produtividade da Indústria se criou o anteprojeto do estatuto da sociedade anônima responsável pela COGESA (Cola e Gelatina S.A) em Caruaru. Ela tinha um território de 4.500 m², localizado às margens da Br-25 e doado pelo comerciante Antônio Oliveira Melo. Para o Diário de Pernambuco, a COGESA tinha a missão de industrializar “os resíduos dos curtumes da região (raspas de couros), transformando-os em cola e gelatina industrial”⁷⁶¹. Teve um investimento inicial de 200 milhões de cruzeiros e deveria absorver 100 toneladas por mês de restos dos curtumes de Caruaru, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Natal e outras cidades de pequeno porte do interior pernambucano. A estimativa era que a produção mensal fosse de 150 toneladas de Cola e 100 toneladas de gelatina industrial. Para isso, destacaram o uso pela empresa de “modernos processos de fabricação”, ou seja, a utilização da técnica de fabricação alemã chamada “WIEGAND APPARETEBAU GMBNKARLSRUHE, que utiliza um tríplice efeito no sistema de evaporação”⁷⁶²; o uso dessa técnica de produção e de seus equipamentos tecnológicos se fizera para abastecer o mercado consumidor previsto.

Em Caruaru a sua coordenação geral se constituía pelo prof. Alberto Cavalcante Figueiredo, da Universidade Federal de Pernambuco, prof. Robert Wiely, do Polytechnic Institute of Brooklyn, pelo técnico Carlos Maia Reis, Paulo José Barbosa, Rodolpho Moreira,

⁷⁵⁸ **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 de agosto de 1965, p.14.

⁷⁵⁹ *Ibidem*.

⁷⁶⁰ “Iniciadas em Caruaru os trabalhos do Projeto Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 de julho de 1965, p.9.

⁷⁶¹ “Indústria transformará raspa de couro em cola e gelatina”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 de novembro de 1965, p.5.

⁷⁶² *Ibid.*

Frederico Fragoso Costa, Ricardo Jorge Hinrichsen Edward Xavier e Ubirajara Leal de Castro⁷⁶³.

O quarto encontro dos reitores e coordenadores do RITA foi realizado em Recife nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1965. Nele, compareceu os seus coordenadores brasileiros e norte-americanos, os reitores das Universidades, os representantes da USAID, do governo do Estado, da Federação das Indústrias de Pernambuco, da SUDENE e da FUNDINOR. Vejamos um exemplo da programação que se fazia nesses encontros:

Reunião de coordenadores
 Dia 24/11 (9h às 10h30) – Resumo das atividades de cada projeto pelos coordenadores americanos e brasileiros (15 minutos para cada projeto)
 (10h30 às 12h) – verificação do cumprimento das recomendações da III Reunião de Coordenadores.
 (14h30 às 18h) – Discussão de assuntos do projeto.
 Temário
 Programa de Treinamento nos E.E.U.U
 Aproveitamento de técnicos do projeto nas Universidades
 Institucionalização dos projetos
 Financiamento dos projetos
 Necessidade de definição dos objetivos básicos do projeto.
 Dia 25/11 (9h às 12h)
 Problema da democratização do capital
 Intercambio entre os projetos
 Participação de representantes de prefeituras municipais nas equipes dos projetos.
 14h30 às 18h
 Participação da SUDENE nos projetos
 Seleção de recomendações aos reitores
 Realização de uma terceira reunião anual exclusiva para coordenadores (agosto)
 Assuntos não previstos
 Reunião dos reitores
 Dia 26/ 11 (das 9h às 12h e das 14h30 às 17h)
 Dia 26/11 (17h) – Sessão de encerramento
 Local – Sala de Reunião do Conselho da SUDENE – Edifício J.K – 19º andar⁷⁶⁴.

Os reitores debateram sobre a inclusão de dispositivos nos convênios que garantiam a sobrevivência do programa de treinamento dos brasileiros nos EUA; que aqueles que usufruíram desse acordo deveriam estar vinculados as IES participantes do programa, que se abrissem bolsas tanto para os solteiros como para os casados para esse treinamento, seguindo o modelo da CAPES; a realização de duas reuniões anuais entre os coordenadores e que o seu orçamento pela USAID seja em dólares. Essa medida visava vencer a inflação e revalorizar esse recurso para os projetos, haja vista a desvalorização da moeda brasileira. Destacamos também que sugeriram a fundação de um programa Universidade-Indústria,

⁷⁶³ “Indústria transformará raspas de couro em cola e gelatina”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 de novembro de 1965, p.5.

⁷⁶⁴ **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 27 de novembro de 1965, p.12.

visando garantir-lhes o suporte financeiro dos fundos universitários brasileiros, bem como a criação de uma comissão de “representantes da USAID, SUDENE e do RITA de Pernambuco” a fim de “estudar a viabilidade jurídica e financeira desta fundação Regional; aprovando aspectos da proposição dos magníficos reitores, quando do III Encontro de João Pessoa”.⁷⁶⁵

O professor Murilo de Barros Guimarães discursou no encerramento da IV Reunião de Reitores, destacando a sua importância. Para ele, “vivemos uma era em que todas as nações se lançam à execução de programas de desenvolvimento econômico” a fim de “alcançar o conforto material, o bem estar, que as técnicas da civilização moderna puseram à disposição do homem de fortalecimento das comunidades na defesa do seu patrimônio comum”⁷⁶⁶. Essa fala reforçava as ideias de modernização ligadas aos princípios da Aliança para o Progresso, bem como o mito provindo da industrialização de um espaço mediante o modelo capitalista de produção. Dentre os convênios internos firmados se teve o do projeto RITA-PE e o do Ministério da Agricultura. Esse tinha a finalidade de qualificar a mão de obra e promover o desenvolvimento agroindustrial, tendo um orçamento de 50 milhões de cruzeiros mediante o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário⁷⁶⁷.

Em visita a Cachoeirinha e Bezerros, os técnicos do RITA viram a possibilidade de instalar uma fábrica de suco e de fruta, de pregos e cerâmica. O governador colocou a sua disposição o promotor público de Cachoeirinha, bacharel Darley Correia. Pesquisas eram feitas para se averiguar quais as possíveis indústrias que se implantariam no Nordeste. Na Paraíba esse projeto nasceu com o convênio entre SUDENE, Universidade da Paraíba, USAID e Universidade da Califórnia dentro da Aliança para o Progresso. Os trabalhos da primeira fase tinham a duração de três meses, relativos às pesquisas preliminares e aos estudos de suas oportunidades industriais. A sua coordenação era composta por George Mann, diretor do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Superior de Los Angeles⁷⁶⁸.

A equipe norte-americana na Paraíba, além de George Mann, se formava por 11 especialistas: engenheiros, economistas e administradores. Desses, temos seis professores e seis estudantes que atuaram durante dois anos. A primeira atividade foi visitar as fábricas existentes no território, tendo em vista a verificação das possibilidades relacionadas à matéria-

⁷⁶⁵ **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 27 de novembro de 1965, p.12.

⁷⁶⁶ “Encerrou-se reunião de reitores do Nordeste com os coordenadores do Projeto RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 de novembro de 1965, p.28.

⁷⁶⁷ “Elaborada minuta do convênio a ser firmado entre projeto RITA-Pe e Ministério da Agricultura”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 de março de 1966, p.10.

⁷⁶⁸ “Pesquisa da Aliança dirá de que indústrias a Paraíba necessita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 16 de junho de 1964, p.1.

prima. Essa região do Cariri paraibano, pelo grande depósito de calcário localizado no Boqueirão, era um espaço privilegiado e importante para se industrializar. Para Mann, “o Calcário é o minério que se explora em maior tonelagem em todo o mundo, encontrando inúmeras aplicações na indústria química”⁷⁶⁹. Contudo, realçou que o mau uso dos recursos naturais não estava promovendo a lucratividade necessária para a transformação social e econômica da localidade: “Infelizmente nossos grandes depósitos de calcáreo não são explorados convenientemente, impedindo assim o aproveitamento racional do hidróxido de cálcio produto oriundo do calcáreo”⁷⁷⁰.

O município de Campina Grande também foi escolhido para se implantar o RITA⁷⁷¹. Nesse processo, além da verificação dos recursos econômicos e humanos, verificou-se os naturais. Nesse intuito, os técnicos brasileiros e norte-americanos começaram a negociar com os plantadores de sisal a fim de convencê-los da viabilidade e rentabilidade econômica da industrialização dessa fibra. Além da Indústria que usava essa matéria-prima, esse projeto lançou uma indústria de pedra britada.

Advogados, banqueiros, construtores, agricultores e industriais decidiram que uma indústria de pedra britada é bom investimento para eles e para Campina Grande. A nova indústria, que deverá estar funcionando dentro de cinco meses, é o resultado das pesquisas e do trabalho de grupo de brasileiros e norte-americanos que faz o Projeto RITA (Rural Industrial Technical Assistance), um programa que está semeando indústrias no Nordeste. RITA é um dos projetos financiados no Nordeste pela USAID, dentro da Aliança para o Progresso⁷⁷².

Para sua construção, se precisava dos testemunhos e divulgadores das experiências anteriores em prol de corroborar sua viabilidade e comprovar sua lucratividade. Nesse jogo de máscaras e manejos da opinião pública, os jornais locais expressavam a fala da classe média local que investia sua poupança nesse projeto. Para o proprietário rural que esteve na reunião com esses técnicos, Severino Farias da Fonseca, esse “é empreendimento compensador”⁷⁷³. Para o acionista da Indústria de Pedra Britada instalada em Campina Grande: “acho que o empreendimento é bom para Campina Grande e meus companheiros acionistas são todos homens idôneos, capacitados” e de “critérios”⁷⁷⁴.

⁷⁶⁹ “Calcário da Paraíba impressiona bem técnico americano: Industrialização”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 29 de novembro de 1964, p.30.

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

⁷⁷¹ “Debates sobre o Projeto RITA, da AID, na Paraíba”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, domingo, 30 de maio de 1965, p.23.

⁷⁷² “Projeto RITA constrói indústria de pedra britada em Campina Grande”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 28 de agosto de 1964, p.3.

⁷⁷³ *Ibid.*

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

O projeto RITA na Paraíba tinha o nome de UNIPLAS e a meta de construir seis indústrias. Esses projetos foram construídos pelos alunos e professores da Universidade da Paraíba e da University Los Angeles States, coordenados, respectivamente, por Alvanir Bezerra de Carvalho e George E. Mann. Além da Indústria de Pedra Britada, criou-se uma que produzia peças e acessórios para automóveis operando a borracha como matéria-prima, uma fábrica de cerâmica e de tintas. A primeira etapa se fizera com a implantação da fábrica de cerâmica e tinta; na segunda se previa uma indústria que aproveitasse o sisal e a “produção de algodão cirúrgico”⁷⁷⁵.

Uma das justificativas de sua viabilidade era que não se precisava de um grande capital para sua criação, nem automatização, haja vista que seu caráter de indústria rural requeria uma quantidade pequena de máquinas, sendo, assim, o seu maior custo foi com a compra da matéria-prima e com o pagamento da mão de obra. A ênfase no aumento do número de emprego respondia aos questionamentos e à crise vivenciada pelos brasileiros nos primeiros anos da década de 1960. Por exemplo, para o *Diário de Pernambuco*, para a instalação da Fábrica de Pedra Britada em Campina Grande era necessário empregar 25 pessoas, ter um capital de 80 milhões de cruzeiros e possuir pedreiras que fornecessem o insumo necessário. Para Severivo Farias da Fonseca, “todo mundo que quiser entrar na sociedade é só dizer. Acredito que dentro em pouco tempo não restará uma só ação da nova indústria”, pois com três carretas se arrecadavam 300 milhões de cruzeiros, isso fundamentava a viabilidade e importância de sua fundação para o “desenvolvimento da nossa cidade e do nosso Estado”⁷⁷⁶. Portanto, a UNIPLAS se tornou órgão oficial da Universidade da Paraíba que tencionava dar assistência técnica industrial ao Estado.

Criado em abril de 1964, segundo acordo firmado pela Universidade da Paraíba, Governo do Estado, SUDENE e USAID, o Projeto UNIPLAS (cuja sigla deriva da Universidade da Paraíba e do Los Angeles State College) tem por objetivo os seguintes princípios: 1 – formação e aperfeiçoamento de professores e técnicos graduados pela Universidade da Paraíba, dando-se ênfase ao ensino da técnica e economia industrial moderna; 2 - formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico do Estado; 3 - treinamento intensivo de gerentes e diretores técnicos de empresas industriais atuando no Estado; 4 - aproveitamento das oportunidades industriais dos Estados para fomento e implantação de pequenas e médias indústrias na região⁷⁷⁷.

⁷⁷⁵ “Plantação de Sisal”. *Diário de Pernambuco*, sexta-feira, 28 de agosto de 1964, p.3; “Também quer Rita”. *Diário de Pernambuco*, Recife, sexta-feira, 28 de agosto de 1964, p.3.

⁷⁷⁶ “oito brasileiros do Projeto Rita viajam para curso: EUA”. *Diário de Pernambuco*, Recife, terça-feira, 29 de setembro de 1964, p.3.

⁷⁷⁷ *Ibidem*.

Esse programa organizou a criação e o funcionamento das seguintes empresas a partir de 1964: 1- Brita S.A (Comércio e Indústria de Pedras Britadas), cujo investimento inicial era de 10 milhões de cruzeiros; 2- Plastintas S.A (Indústria e Comércio de tintas), com uma inversão nascente de 180 milhões de cruzeiros; 3 – Casa (Companhia de Argila S.A), que trabalhava com a cerâmica branca e teve uma aplicação preliminar de 450 milhões de cruzeiros.

Em Campina Grande se tinha a mesma engrenagem que no Cariri, mas usava a sigla local de UNIPLAS⁷⁷⁸. A ligação dos professores e estudantes da Universidade da Paraíba e da Los Angeles State College firmou em três meses a criação das referidas indústrias. Para o Diário de Pernambuco, “a última esperança de desenvolvimento e elevação do nível de vida para as populações rurais”⁷⁷⁹ era o RITA. Dessa forma, expunha o que pensava alguns líderes de suas comunidades rurais. Para o reitor da Universidade da Paraíba, Guilardo Martins Alves, esse projeto proporcionara o “bem estar social”⁷⁸⁰ para uma área que contemplava 25 milhões de pessoas, defendendo a sua integração à comunidade externa e interna à academia, que essa IES proporcionara a condução e o estímulo aos projetos que visavam desenvolver o Estado.

Nesse discurso de instalação do III Encontro de Coordenadores dos Programas Universitários de Desenvolvimento Industrial se procurou defini-lo desta forma: “poupar para formar indústrias e daí conseguir-se a estabilidade e o equilíbrio”⁷⁸¹, destacando que tais ações promoveram uma “consciência desenvolvimentista”, que poderia ajudar a deixar “para trás aquela época de fome e atraso”⁷⁸². Dela participaram o técnico da SUDENE, Valfrido Salmito Filho, o seu coordenador na Paraíba, Alvanir Carvalho, George Mann – representante da Califórnia State College, os representantes do Banco do Brasil e do Nordeste. Como também Wilson Martins, Rio Grande do Norte, José Airton Cavalcanti e Célio Moraes, Ceará, Robert Waldron, coordenador norte-americano do Projeto ASA (RITA-Alagoas), Robert Warren Hayman⁷⁸³, coordenador norte-americano do RITA-Bahia, e Carlos Sá, coordenador

⁷⁷⁸ “Cordeiro verá de perto o que projeto Rita realiza no Ce”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 27 de outubro de 1964, p.18.

⁷⁷⁹ “Projeto Rita é êxito no Nordeste e tema de estudo na Paraíba”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 20 de maio de 1965, p.15.

⁷⁸⁰ *Ibidem*.

⁷⁸¹ *Ibid*.

⁷⁸² *Ibidem*.

⁷⁸³ Robert Warren Hayman nasceu no estado do Colorado – EUA. Doutor em Pesquisa Operacional pela Universidade do Colorado e docente dessa mesma IES. Fundou também o Institute for Advanced Computing Technologies. Nos anos 1960 trabalhou no Departamento de Estado dos EUA, especificamente na Bahia-Brasil com o projeto RITA. Para isso, levou a sua família para morar no Brasil.

brasileiro do RITA-Bahia⁷⁸⁴. Nessa reunião foi comunicado que o projeto fora contemplado com o montante de cinco bilhões de cruzeiros vindos do III Plano Diretor da SUDENE e que os reitores apelariam aos governadores para reporem as verbas estaduais investidas nos projetos estaduais⁷⁸⁵.

Em João Pessoa tiveram uma reunião oficial com o governador Pedro Godim, nela se criou um órgão Colegiado que tinha o nome de Conselho Deliberativo. Esse se formava pelos integrantes das duas comissões (brasileira e norte-americana) sob a presidência do reitor de alguma Universidade brasileira responsável pelo programa em um estado nordestino⁷⁸⁶. Nessa reunião reforçaram dois de seus objetivos: o treinamento de técnicos das universidades brasileiras participantes e a extensão universitária que garantia a sua atuação no desenvolvimento industrial estaduais⁷⁸⁷. Para reforçar esses propósitos, criaram o curso de Desenvolvimento Industrial, que se executara em duas partes: 1- na Universidade brasileira ligada ao projeto; 2- em uma universidade que congregasse “todo o Nordeste”. Nesse intuito, entregaram-no para que os técnicos da SUDENE o coordenassem⁷⁸⁸.

Nessa reunião se publicizou que o RITA tinha sido institucionalizado como um projeto da USAID, nesse momento, com um entusiasmo frenético, os reitores aplaudiram tal decisão do governo norte-americano⁷⁸⁹. Para o Diário de Pernambuco, a sua institucionalização se colocara como uma maneira de “contribuir para o desenvolvimento regional nordestino”, de oferecer possibilidades de diversificar a “estrutura monoculturista da região, através da criação de indústrias”, propagação da ideia de companhias democratizadas e de “livre empresa, através da congregação das economias de todos os setores interessados” e, por fim, o “surto desenvolvimentista regional que o aparecimento de novas indústrias forçosamente irá criar”⁷⁹⁰.

Esse discurso se reforçava pelas visitas do Morris Asimow que quando estava no Brasil destacava em suas palestras e entrevistas que encontrava “uma verdadeira inquietação de desenvolvimento”, tanto nas classes produtoras e políticas, como “no próprio povo nordestino”⁷⁹¹. Ele visitou o Nordeste no dia 16 de junho de 1965, especialmente os estados

⁷⁸⁴ “Projeto Rita é êxito no Nordeste e tema de estudo na Paraíba”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 20 de maio de 1965, p.15.

⁷⁸⁵ *Ibidem*.

⁷⁸⁶ “Reitores aprovaram medidas para melhorar ação do Projeto RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 25 de maio de 1965, p.9.

⁷⁸⁷ *Ibid.*

⁷⁸⁸ *Ibidem*.

⁷⁸⁹ *Ibid.*

⁷⁹⁰ *Ibidem*.

⁷⁹¹ *Ibid.*

que o tinham aderido. Nessas visitas, o Ceará e Cariri eram destacados como exemplo de seu sucesso. Esses projetos lhe deram visibilidade, por exemplo, era convidado para fazer conferência sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico nos EUA a convite da União Pan-Americana na Universidade de Berlim e no Irã. Nelas destacava que o Nordeste fora o laboratório de sua teoria sobre o desenvolvimento de localidades por meio da implantação de pequenas e médias empresas e que os avanços conquistados no Cariri o entusiasmava para realizá-lo em outros lugares⁷⁹². Contudo, críticas se faziam ao projeto, segundo o Diário do Nordeste,

Já seria tempo, é certo, de opor certa barreira de bom senso a esta balela de “valorização” da poupança, porque poupança é o que mais nos falta. Um círculo vicioso: não se junta dinheiro, porque todos são famintos e pobres e cada vez nos empobrecemos mais exatamente porque ninguém poupa. Mas, mesmo assim, o Interior ainda poderia reunir muita coisa – muita margem material para apressar a própria recuperação. O que falta é, talvez, espírito de comunidade⁷⁹³.

Em 1 de maio de 1966, se teve a assinatura pública da fundação em Caruaru (Pernambuco) da fábrica do RITA: a Fábrica Cola e Gelatina S.A (COGESA). Ao seu lado se tinha oito cidades que a davam suporte.

A COGESA é precursora de uma série de médias e pequenas indústrias que o PROJETO almeja implantar naquela região do agreste pernambucano, e terá para finalidade industrial, a produção de Cola e gelatina para uso industrial e comestível. A COGESA que utilizará para matéria-prima resíduos de curtumes, utilizará no processo produtivo moderna tecnologia alemã, e nela serão adotadas modernas técnicas de administração e controle industriais. A COGESA representará, sem dúvida, um grande passo no sentido de desenvolvimento industrial da região, do agreste, e uma demonstração evidente do que é capaz um esforço coordenado de professores e estudantes das Universidades brasileiras e americanas, assistidos por técnicos de alta capacidade dos quadros do GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO⁷⁹⁴.

Outros êxitos do RITA se destacaram: os cursos de preparação de mão de obra especializada, o convênio MEC-USAID; os cursos e treinamentos em Administração Financeira, a Produtividade Industrial e o envio de técnicos para estudar no Instituto tecnológico do Brooklyn⁷⁹⁵. Depois de sua inauguração, uma nova turma de estudantes e professores norte-americanos chegou a Caruaru para desenvolvê-lo. A equipe existente visitou

⁷⁹² “Reitores aprovaram medidas para melhorar ação do Projeto RITA”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 25 de maio de 1965, p.9.

⁷⁹³ “Periscópio”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 21 de julho de 1965, p.16.

⁷⁹⁴ “Projeto RITA de Pernambuco alcança seus objetivos”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 1 de maio de 1966, p.24.

⁷⁹⁵ *Ibidem*.

as indústrias das cidades de Gravatá e Belo Jardim para entrevistar, coletar informações e dar algumas orientações para os gerentes⁷⁹⁶. Como também visitou as faculdades do estado com o intuito de proferir conferências e palestras para esclarecer e divulgar o RITA. Ela tinha os seguintes componentes: Darley Ferreira, chefe do escritório técnico, Luis Carlos do Nascimento, do setor universitário e Emilie Roy, do setor de relações públicas⁷⁹⁷.

Em Caruaru, segundo o Diário de Pernambuco, propagava-se que a iniciativa seria infrutífera. Tal pensamento começou a se transformar quando se planejou a implantação de nove fábricas e algumas verbas começaram a chegar. Por exemplo, a SUDENE investiu 10 milhões de cruzeiros. Esse investimento se alicerçava com a ideia de que as pesquisas e o seu impacto se sentiriam nos 22 municípios, que juntos possuíam 600 mil habitantes⁷⁹⁸. Nesse momento, o RITA foi visitado pelo Research Institute (IRI), representado por R. Fulton, M. Pcperson, L; Johnsom e S. Miller. Esse grupo foi a Caruru fazer estudos no campo da agricultura⁷⁹⁹.

No dia 5 de agosto de 1966, se realizou mais uma reunião em Cachoerinha, tendo em vista a construção de um fábrica que produziria queijo e teria como principal capital de giro o investimento local. Conseguiram, para isso, 61 sócios iniciais. Darley de Lima Ferreira, chefe do escritório do projeto em Caruaru, destacou sua importância para o desenvolvimento da indústria pecuária. Para sua instalação, participaram o professor Robert Wiley, Richard Arellano e o engenheiro-técnico John Von Essen, do Instituto Politécnico de Brooklyn, que defendiam o que chamaram de “capital democratizado”⁸⁰⁰.

Em Alagoas o projeto RITA recebeu a alcunha de ASA e planejara a criação destas indústrias: “COMPRAS (industrializará o milho); CIMASA (produzirá cimento); BRITASA (fabricará fertilizante)”⁸⁰¹, por exemplo; mas sabemos que em Alagoas se planejou e criaram-se cinco indústrias ligadas ao projeto. Na Bahia a Universidade do Colorado entrou em contato com a Universidade da Bahia que iniciou os estudos em 1964 para a instalação de indústrias desse tipo em seu território, dentre elas destacamos a fábrica de aves e a de amido de milho⁸⁰².

⁷⁹⁶ “Nova equipe de Universitários Ianques em Caruaru a serviço do Projeto Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 10 de maio de 1966, p.9.

⁷⁹⁷ *Ibidem*.

⁷⁹⁸ “Projeto Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 5 de julho de 1966, p.5.

⁷⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 7 de agosto de 1966, p.35.

⁸⁰⁰ “Cachoeirinha terá indústria com ajuda do Projeto Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 11 de agosto de 1966, p.5.

⁸⁰¹ “Cordeiro verá de perto o que projeto Rita realiza no Ce”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 27 de outubro de 1964, p.18.

⁸⁰² MIDKIFF, Hardd M. **Rita team arrives**. USA: Departmente of State Bureau of Inter-american affairs, A-83, jun 25, 1965.

A possibilidade de ser atingida por esse projeto gerou um entusiasmo por parte de sua elite intelectual, política e econômica. Isso fora reforçado pelas palavras do ministro general Cordeiro de Farias que juntamente com o superintendente da SUDENE destacaram que para tornar viável a sua industrialização era necessário construir estradas que ligassem o Nordeste interna e externamente com o Brasil⁸⁰³. Nas palavras de João Gonçalves,

Dentre as obras que não de ficar como marcas na evolução econômica e humana de nossa história atual, cito a barragem de Boa Esperança, entre o Piauí e Maranhão; a grande unidade de povoamento do Maranhão; as indústrias estimuladas por Paulo Afonso e pelo Projeto RITA (programa Asimow) ao sul do Ceará e em outras áreas nordestinas, e a abertura de poços e aguadas para populações humanas e gado no Cariri paraibano. Estes projetos RITA, que até agora nasceram como fruto da iniciativa privada e que da SUDENE receberam apenas ajuda para treinamento de técnicos no exterior, deverão receber apoio firme e consciente por parte da instituição que dirijo. Neste sentido, convidei o prof. Asimow a vir ao Recife, em fins de novembro, para conversar com os setores interessados no tema⁸⁰⁴.

Para João Torres, correspondente do Diário de Pernambuco, seis universitários acoplados a Faculdade de Direito de Caruaru foram fazer pesquisas para o RITA em Bituri durante 15 dias. Ela se realizara na zona rural desse município e se reuniram na ocasião “autoridades, dirigentes de classe, empresários e comerciantes”⁸⁰⁵. Outros municípios atingidos foram Belo Jardim, Bonito, Bezerros, Gravatá, São Caetano, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru⁸⁰⁶.

Contudo, em 1965 se percebeu que o capital interno das comunidades era insuficiente para investir no treinamento e que o apoio das Universidades brasileiras escasso para suprir os gastos. Dessa forma, os reitores das Universidades do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba solicitaram ao Superintendente da SUDENE, João Gonçalves, a liberalização de recurso do 2º Plano Diretor, para incrementar os programas de formação, expandir os cursos e criar novos programas⁸⁰⁷. Para corroborar a sua importância se colocou a sua ligação com o golpe civil-militar, sua ideologia e planos para o Brasil. Dessa forma, a sua visibilidade era enaltecer e propagar os objetivos defendidos pelo governo brasileiro de então. O colunista do “Informativo Econômico”, Marco Aurélio de Alcantara, do Diário de Pernambuco, assentou nestes termos a relação entre RITA e Golpe Civil-militar de 1964: “O

⁸⁰³ “Maranhão e Projeto Rita entusiasma gen. Cordeiro”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 31 de outubro de 1964, p.16.

⁸⁰⁴ “Cordeiro e João Gonçalves reexaminam os planos da SUDENE: medidas práticas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 1 de novembro de 1964, p.12.

⁸⁰⁵ “Correspondência de João Torres para o Diário de Pernambuco”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 12 de outubro de 1967, p.16.

⁸⁰⁶ *Ibidem*.

⁸⁰⁷ “Reitores pedem verbas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quinta-feira, 14 de janeiro de 1965, p.10.

governo da vitoriosa e progressiva Revolução de 31 de Março é justamente o oposto desse estado de coisas, durante muito tempo alimentado pelas facções mais reacionárias do Marxismo-Leninismo”⁸⁰⁸. Para ele, se estava dando um novo olhar para o campo, por exemplo, “incentivando a industrialização rural (daí exemplos admiráveis, no Nordeste, como o projeto RITA, do prof. Asimow [...])”⁸⁰⁹. O projeto, dentre outros, era usado para minar por dentro possíveis projetos comunistas no território brasileiro, levando em consideração que essas revoluções partiram do campo, por exemplo, na China e em Cuba. Uma estratégia para impedi-la era industrializá-lo e introjetar em sua população os ideais capitalistas.

Em 22 de março de 1965, aconteceu o terceiro encontro de seus coordenadores. Nessa ocasião o general e ministro Cordeiro de Farias falou-lhes algumas palavras, ou como as intitulou, o “chamamento”. Essas locuções usadas pelo ministro tinha uma conotação militar de convocar para uma batalha, de um entusiasmo patriótico ufanista e alienante, destacando que se precisassem os brasileiros dariam a vida pela pátria. Nesse discurso frenético para a defesa de suas posições políticas e econômicas destacou: “Trabalhem (referindo-se aos coordenadores do projeto RITA) como vêm trabalhando, para que as perspectivas do Brasil não sejam sombrias”⁸¹⁰.

Em 1966 se inaugurou a primeira empresa em Alagoas, Estruturas de Aço e Serviços de Armação S/A (ESTRASA), organizada enquanto sociedade de quota de responsabilidade limitada, com um capital inicial de 17 milhões de cruzeiros e 69 sócios. A perspectiva era aumentar para 100 milhões de cruzeiros quando se transformasse em Sociedade Anônima⁸¹¹.

Em Alagoas o RITA foi criado pela parceria entre a Universidade Federal de Alagoas e a San Francisco State College. Para o Diário de Pernambuco, a ESTRASA era a primeira fábrica criada, por isso, contou com o apoio do governo estadual, mediante a CODEAL “que forneceu terreno e Cr \$ 15 milhões”. Os bancos também cooperaram, principalmente, para o financiamento da produção e industrialização do milho, bem como a fundação de uma indústria de cimento em Palmeira dos Índios⁸¹². A ESTRASA se localizara no Distrito Industrial de Alagoas, às margens da Br-101 Norte. Para isso, abriu 10 vagas de emprego e possuía um capital de giro preliminar de 40 milhões de cruzeiros.

⁸⁰⁸ ALCANTARA, Marco Aurélio. “Informativo Econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 26 de fevereiro de 1965, p.4.

⁸⁰⁹ *Ibidem*.

⁸¹⁰ “Coordenadores do Projeto RITA fizeram ampla exposição”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 23 de março de 1965, p.5.

⁸¹¹ “Primeira fábrica em construção do Projeto Rita em Alagoas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 de maio de 1966, p.29.

⁸¹² *Ibidem*.

A equipe que fazia parte de seu grupo de trabalho em Rio Grande do Norte era Wilson Miranda e Antomar Ferreira de Souza, da Escola de Engenharia, e Wilson Mendes Melo⁸¹³, da Faculdade de Ciências Econômicas. As pesquisas realizadas para sua implantação tiveram convênio com a Universidade de Utah e se realizou pelo Centro de Pesquisas e Treinamento da Faculdade de Ciências Econômicas. Essas instituições orientaram os trabalhos em Natal e Mossoró⁸¹⁴.

Instalou-se um escritório do programa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O convênio que o originou se fizera entre a UFRN, a USAID e a SUDENE a fim de formar a “mentalidade empresarial” e a “criação de pequenas e médias empresas”⁸¹⁵. Esse projeto ficou sob a direção em Natal do Prof. Antomar Ferreira de Souza.

Em Mossoró também se criou o seu escritório. Para o aproveitamento da matéria-prima local se esperou a chegada dos técnicos norte-americanos da Universidade de Ohio. Isso se fizera pela orientação do seu coordenador geral no Estado, Wilson Miranda, que juntamente a João Batista Cascudo supervisionara os trabalhos em Mossoró e Natal⁸¹⁶. Com a chegada de 12 técnicos da Universidade de Ohio (professores e estudantes), com os da Faculdade de Engenharia e Ciências Econômicas de Natal e Mossoró se organizaram estudos para verificar a sua viabilidade⁸¹⁷.

Teve-se, nesse estudo, a participação dos professores da Universidade de Utah (EUA), por exemplo, o professor Robert P. Collier, diretor de seu Colégio de Administração e Ciências Sociais que chefiou a equipe até a chegada do professor Marshall Verdi Jamisson. Para Collier, “os responsáveis pelo Projeto RITA estão confiantes de puderem iniciar algumas indústrias na zona oeste do Estado e [...] acredita no êxito do projeto Morris Asimow, que serviu de base ao Plano RITA”⁸¹⁸. Salientou que as duas Instituições de Ensino Superior ganharam com o projeto e se levava para os EUA uma bagagem importante dessa experiência, a sua esposa Constance Collier o acompanhou também nessa atividade no Brasil.

⁸¹³ Wilson Mendes Melo nasceu em Mossoró em 1921. Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Faculdade de Direito de Alagoas. Fora um dos fundadores da UFRN e membro da Academia Norte Rio-Grandense de Letras.

⁸¹⁴ “GT do Projeto Rita será instalado breve”. **Diário de Natal**, Natal, 1964, p.6.

⁸¹⁵ “Instalação de escritório para executar o Projeto Rita no RN”. **Diário de Natal**, Natal, 30 de abril de 1965, p.1; “Em fase de instalação escritório do Projeto Rita, em Mossoró”. **Diário de Natal**, Natal, terça-feira, 15 de junho de 1965, p.1.

⁸¹⁶ “Chegaram técnicos americanos para trabalhar no Plano RITA”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6; “Dirigente americano do projeto RITA confiante no êxito do empreendimento”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6.

⁸¹⁷ *Ibid.*

⁸¹⁸ “Chegaram técnicos americanos para trabalhar no Plano RITA”, *op.cit.*, p.6.

Para a continuidade desses projetos Dalton Melo, da UFRN, e Marschall Jamisson, da Universidade de Ohio, foram a São Paulo comprar máquinas para as indústrias e orçamento para adquiri-las, destacando primeiramente a implantação das fábricas na zona oeste do Estado. Para o Diário de Natal, a sua implantação e a compra de maquinário foi financiada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, SUDENE e Projeto RITA; essas instituições elegeram também o escritório de Mossoró como sede de suas pesquisas na região⁸¹⁹.

Para o colunista Marco Aurélio de Alcantará, o projeto RITA em Mossoró arquitetou a criação de uma fábrica para a produção de cerâmica, rações balanceadas, cal, refrigerante e calçados. Para ele, “a sugestão para uma fábrica de rações encontra algumas críticas objetivas, pois a experiência de empresas do ramo indica numerosas dificuldades para importação de matérias-primas necessárias aos compostos”⁸²⁰.

O reitor da UFRN, Onofre Lopes, convocou em 1965 as entidades e as classes sociais para uma apresentação feita pelos professores da Universidade de Utah sobre o projeto. Nela se sistematizou a experiência vivenciada em Mossoró, bem como motivou comerciantes e industriais para visitar as suas instalações⁸²¹. A fim de saber mais sobre os ideais e os modelos fabris, criaram-se grupos de trabalho nos estados nordestinos em prol de visitar o Cariri cearense que fora seu projeto-piloto. Por exemplo, os coordenadores do RITA-Rio Grande do Norte (Wilson Miranda, Marschall Jamison, Fernando Guerreiro e Antomar Ferreira de Souza) foram no mês de outubro e novembro de 1965 a Fortaleza, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha a fim de observar as técnicas usadas para a instalação e manutenção de suas fábricas⁸²².

Para Zoivo Barbosa de Meneses, técnico de futebol e alfaiate de Mossoró, o Projeto RITA é o “Pelé dos projetos”⁸²³. Essa comparação se fez na tentativa de externar o seu entendimento sobre a sua importância, colocando que era uma das “faces da Aliança para o Progresso”⁸²⁴. O destaque em Mossoró se dera devido ao processo de modernização de

⁸¹⁹ “Chegaram técnicos americanos para trabalhar no Plano RITA”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6; “Dirigente americano do projeto RITA confiante no êxito do empreendimento”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6.

⁸²⁰ ALCANTARA, Marco Aurélio de. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de abril de 1966, p.4.

⁸²¹ “Professores foram adquirir máquinas, para as indústrias do “Projeto Rita”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6; “Reitoria promove encontro, hoje para debater o “Projeto Rita”. **Diário de Natal**, Natal, 1965, p.6.

⁸²² *Ibid.*

⁸²³ “Zoivo diz em Mossoró que o Projeto Rita é o pelé dos projetos”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 18 de junho de 1966, p.5.

⁸²⁴ *Ibid.*

algumas atividades econômicas mediante a sua presença e tutela, por exemplo, a arte da cerâmica. Para o Diário de Pernambuco,

Uma cerâmica que usa métodos superados, e onde os operários moldam com as próprias mãos o barro para fazer telhas, tijolos e manilhas, está prestes a se modernizar. O convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Utah State University permitirá que uma indústria de capacidade reduzida passe a produzir muito mais. A Cerâmica Mossoró S/A passará a produzir, dentro de poucos meses 20 mil telhas ao invés de 2.800 diárias; 20 mil manilhas e não apenas 70; 20 mil tijolos, aumentando em 16 mil sua produção diária⁸²⁵.

Outras empresas foram pensadas pelo grupo de Rio Grande do Norte como a de ração balanceada, cal hidratado, sapatos e refrigerantes. No Vale do Açú se fez uma experiência em cultivar alguns produtos que compuseram essa ração balanceada. Por exemplo, o Safflower trazido pelo USAID do Estado de Utah – EUA. Já o Cal hidratado se extraiu do recurso natural de Mossoró, cujo calcáreo foi analisado para a verificação de sua qualidade na Escola de Minas do Colorado – EUA. Outra era a Indústria de Calçados que usara métodos e *layouts* artesanais, haja vista o seu público consumidor ser em sua maioria a população local. Esse modelo levou em consideração tanto a tradição local, como também as características ligadas às condições geográficas e econômicas⁸²⁶.

A elite de Mossoró reivindicava a fábrica de cimento. Essa tinha prioridade para eles. Para corroborar com essa postura, realizaram uma pesquisa de opinião pública para afetar os ânimos no cotidiano político e social. Ela tinha como base o calcáreo e era considerada uma indústria motriz. Contudo, em 18 de junho de 1966 se tinha 50% do investimento. Por causa disso, a prefeitura municipal criou a Campanha de Industrialização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico. A sua fundação se fez mediante o uso de 5% do Imposto de Indústria e Profissões. Essa instituição objetivava elaborar perfis industriais e a realização de avaliações econômico-financeiras. Isso fora corroborado pelo economista José Soares dos Santos, que expressou seu olhar para os municípios reforçando a escolha em realizar o Projeto em seu território: “a tradição industrial do Rio Grande do Norte está em Mossoró”⁸²⁷.

O primeiro projeto elaborado em Mossoró foi a CERAMOS, suprimindo assim a necessidade e realizando a vontade dos vários grupos políticos e econômicos que

⁸²⁵ “Zoivo diz em Mossoró que o Projeto Rita é o pelé dos projetos”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 18 de junho de 1966, p.5.

⁸²⁶ *Ibid.*

⁸²⁷ *Ibidem.*

reivindicaram a sua criação. O seu objetivo social era industrializar os produtos cerâmicos⁸²⁸. Para isso, solicitaram a colaboração financeira da SUDENE e do BNB mediante os artigos 34/18 e 27/28. Em 12 de novembro de 1965, se fundou tendo o caráter de sociedade anônima, cabedal nascente de 144 milhões de cruzeiros, dividido em ações ordinárias e preferenciais cada uma contendo 72 mil. Segundo o relatório construído pelos diretores da empresa a fim de solicitar o apoio da SUDENE, “a “CERAMOS” tem sua origem nos trabalhos em conjunto das equipes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Utah State University (USA) dentro do programa denominado “Projeto RITA””⁸²⁹.

O seu Conselho diretivo era composto por Jeremia Jussieu da Escossia (Presidente), Josete Tomaz Neto (Vice-presidente) e Ernani Monteiro Ciarlini (Diretor-adjunto). Tinha a capacidade anual de produzir 4.262.000 tijolos, 1.438.000 telhas e 26.400 manilhas, dentro de um regime de trabalho de 300 dias dividido em 8 horas diárias. Essa fábrica, portanto, produzia tijolos furados, telhas e manilhas a fim de suprir o consumo de Mossoró, Grossos, Areia Brancas e Governador Dix-Sept Rosado⁸³⁰.

Na solenidade de sua entrega teve a presença do vice-reitor da UFRN, Aldo Fernandes, e do Departamento de Industrialização da SUDENE, engenheiro Aristofanes Pereira. Para o Diário de Natal, “o primeiro projeto elaborado pelo RITA diz respeito a CERAMOS – Cerâmica de Mossoró – que será financiada pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste”⁸³¹. O BNB investiu 50% e a SUDENE 25% por meio de ações preferenciais de acordo com o artº 34 do Plano Diretor, os outros 25% se recolheram mediante a venda de ações populares⁸³².

Na tabela abaixo temos a quantidade de sua produção anual de acordo com cada produto, em que o crescimento da produção de tijolos fora expressivo, quase dobrando em seus primeiros 5 anos, a de telhas também se aproximou desses números, contudo, a de manilhas não teve um aumento expressivo. Ambos os primeiros produtos faziam parte dos materiais básicos de construção, cuja quantidade do uso se associava ao tamanho do que e como se planejava construir.

⁸²⁸ SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.1.

⁸²⁹ *Ibidem*, p.1.

⁸³⁰ *Ibid*, p.2.

⁸³¹ “Programa RITA entregou em Mossoró o primeiro projeto industrial: CERAMOS”. **Diário de Natal**, Natal, 1966, p.6.

⁸³² *Ibidem*, p.4.

Tabela 7 – Ceramos, Mossoró (RN)

(Programa de Produção) – 1967/1971			
(Em 1.000 unidades)			
Ano	Tijolos	Telhas	Manilhas
1967	2.430	990	23
1968	2.783	1.095	24
1969	3.154	1.204	25
1970	3.520	1.318	26
1971	4.262	1.438	26

Fonte: SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.2.

Para a produção desse material se buscou jazidas de argila localizadas a uma distância de 200 a 900 metros da fábrica, entre Mossoró e Área Branca, à margem da rodovia Br-110⁸³³. A sua estrutura física ocupava a área de 1.968 m², dividida em galpão de 1.836 m², almoxarifado e escritório (60 m²), banheiros e vestiários (70 m²)⁸³⁴. Encontrou-se em Mossoró jazidas que tinham a capacidade de 216.000 m³, e se o consumo anual fosse por volta de 18.360 toneladas ou 9.180 m³ então se tinha garantido a matéria-prima para 20 anos. O consumo em Mossoró em 1964 foi de 3,5%, levando em consideração que o produto vinha de uma produção artesanal e não massificada, tais condições aumentavam o valor do produto mediante a lei da oferta e da procura⁸³⁵. Para o relatório da CERAMOS,

No que diz respeito à oferta, existem na área cerca de 353 caieiras de baixa produtividade, cuja produção sazonal varia de conformidade com a demanda de mão-de-obra agrícola, caracterizando-se mais como atividade artesanal do que como unidades industriais. Em muitos lugares 1 homem é responsável por até 4 caieiras. Com exceção das manilhas – totalmente importadas – e de grande parte do consumo vem satisfazendo o atual mercado consumidor de tijolos⁸³⁶.

Dessa forma, percebemos as condições de trabalho de um trabalhador-artesão, colocado como pertencente à atividade artesanal e fora dos investimentos públicos feitos à indústria. A produção arquitetada pela CERAMOS era colocada como industrial, em que a racionalidade da produção, o elemento da lucratividade e a ampliação da fabricação por meio do uso de técnicas favoreceram o empreendimento. Isso era manejado também para desqualificar o ofício dos artesãos, retirá-los do mercado e incorporar sua mão de obra. Esse processo retirou a autonomia de sua produção, desqualificava-a, por exemplo, expondo que sua característica se ligava à atividade familiar. Isso retirava sua condição de dono dos meios

⁸³³ SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.5.

⁸³⁴ *Ibidem*.

⁸³⁵ *Ibid*, p.2.

⁸³⁶ *Ibidem*, p.4.

de produção e do domínio de seu tempo para torná-lo trabalhador que tinha apenas a sua mão de obra para oferecer. Tais condições afetavam sua estrutura familiar, sua forma de viver e sua liberdade em administrar o seu tempo. Na matéria acima, quando se mencionou que “1 homem é responsável por até 4 caieiras”, camuflava que esse era o dono perante a sociedade heteronormativa que não via com bons olhos a mulher fazendo esse papel, contudo, a sua presença e a de seus filhos eram a realidade no cotidiano desses núcleos de produção. A sua ajuda se fazia a fim de poderem sustentar essas 4 caieiras⁸³⁷.

Para os diretores da CERAMOS, a expectativa era que os consumidores aceitassem os itens produzidos pela empresa. Isso se reforçava mediante a divulgação que eles eram de “melhor qualidade” e maior volume, comparando-a com a produção artesanal existente na localidade⁸³⁸. Para baratear o preço, decidiram comercializar diretamente com os centros consumidores em Mossoró, retirando, assim, os custos com praticistas tanto para a empresa como para os consumidores. Apesar dessas medidas, os custos da fabricação estavam elevados, deixando o valor do produto mais caro.

Embora reconhecendo a resistência implícita de todo mercado na aceitação de novos produtos a preços relativamente mais elevados, os melhoramentos técnicos introduzidos e a oferta dos produtos na época do inverno, permitem concluir com relativa margem de segurança, que a nova Empresa não enfrentará obstáculos intransponíveis na colocação de todos os seus produtos no mercado previsto⁸³⁹.

Os equipamentos comprados pela empresa eram de origem nacional, medida tomada para diminuir os custos. O fornecedor das máquinas fora a Organização Máquinas Cerâmicas Morando S/A, destacando que o seu modelo podia suprir as necessidades da produção industrial planejada⁸⁴⁰.

Do montante de artigos produzidos, buscamos também organizar uma tabela mediante dados disponibilizados pelo relatório da CERAMOS submetido à SUDENE sobre os custos fixos e variáveis. As informações disponíveis nas empresas dos projetos RITA, nos possibilitaram verificar a permanência dos gastos com a folha de pagamento fixa e no último ano um aumento com a contratação de mão de obra momentânea, em que o acréscimo de pedidos favorecia não uma contratação oficial de trabalhadores, mas a contratação de homens e mulheres que se desligava dos deveres e direitos firmados pelo Ministério do Trabalho.

⁸³⁷ SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.4.

⁸³⁸ *Ibidem*, p.5.

⁸³⁹ *Ibid.*

⁸⁴⁰ *Ibidem*, p.6.

Para Resende, até 1930 não se tinha uma lei que regulava as políticas salariais no Brasil, destacando no cotidiano do mundo do trabalho a soberania da chamada “doutrina da “liberdade de trabalho””⁸⁴¹. Com a criação do Departamento Nacional do Trabalho em 1931, teve-se a regulamentação dos sindicatos e a incorporação dos trabalhadores brasileiros nessa instituição, que serviu como meio de controle do governo brasileiro dos operários ali coligados.

Em 1943 se reajustou o salário-mínimo nacional, demarcando um padrão para o acordo salarial entre patrão e empregado. Essa medida foi sugestiva para percebermos que esse acordo não estava sendo cumprido pela parte empregadora, gerando assim a necessidade da defesa e tutelamento do governo para mediar à relação entre esses dois grupos. Favorecendo, assim, o supervisionamento para que ambas as partes cumprissem o acordo. Entre 1961 e 1964, com a crise inflacionária e política, embora se tenha feito ajustes salariais, o poder de compra do trabalhador foi reduzido.

Essas novas mudanças no salário-mínimo não eram pensadas para favorecer o operário, mas dava para aqueles que não recebiam essa quantia a obrigatoriedade e o aumento de sua renda. Entretanto, olhando para esse setor econômico o modelo dessa regulamentação serviu para o acúmulo de capital e a maior exploração do trabalhador. Para Oliveira, a oferta paga pela força de trabalho não era mais negociada, mas imposta pelo governo⁸⁴². Vejamos os versos do poeta Cuíca de Santo Amaro⁸⁴³ contidos em seu cordel “O salário mínimo e o aumento...da fome”. Para ele, a política de definição salarial firmada por Jango deveria ser associada com o congelamento dos preços dos produtos.

Eu achava que o Jango
Presidente da Nação
Antes de assinar
Tal proposição
Devia encarar
Primeiro a situação ⁸⁴⁴

Por que há muitos patrões
Como ninguém ignora
Que já estão botando
Empregado pra fora
Não podem pagar
O salario que vem agora [...] ⁸⁴⁵

⁸⁴¹ RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma (1964-1967). In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. São Paulo: Editora Campus, 1995, p.216.

⁸⁴² OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o onnitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁸⁴³ Cuíca de Santo Amaro ou José Gomes, nasceu na Bahia e morreu em 1964. Atuou como poeta, cordelista e trovador brasileiro.

⁸⁴⁴ GOMES, José. **O salário mínimo e o aumento...da fome**. Bahia, 1962, p.1.

Recebe no fim do mez
 Metade do capital
 Depois assina no livro
 Prá tapiar o fiscal
 Dizendo que o patrão
 Pagou a verba legal[...] ⁸⁴⁶

Só serve o salário mínimo
 Para quem é poderoso
 Protegidos da sorte
 Para quem é orgulhoso
 Mais o aumento de salário
 Faz do pobre criminoso

⁸⁴⁷.

Entre 1964 e 1973 a repressão dos sindicatos e das classes trabalhadores se intensificou com a proibição da greve como forma de protesto legal. Os militares pegaram para si o direito de impor à classe trabalhadora o que achavam certo, sem o diálogo com os seus representantes. Essa política do reajuste afetou essa classe que viu os seus direitos, conquistados por meio de lutas e reivindicações, destruídos em favor do capital internacional que impunha medidas que tornavam precárias as suas condições de trabalho e de sobrevivência. A situação regressiva da economia promoveu até 1966 uma crise na estrutura da indústria nacional, principalmente, para Resende, as ligadas ao seu capital interno, provocando falências, por exemplo, no setor de alimento e na construção civil ⁸⁴⁸.

A criação do Banco Central incorporou as atividades da SUMOC e do Banco do Brasil ligadas à política monetária e de câmbio. Isso visava fortalecer a economia e dá-la uma administração do serviço público mais eficaz.

Tabela 8 – Ceramos, custos

	1967	1969	1971
Custos Fixos			
Mão de obra	16.128	16.128	16.128
Encargos sociais e trabalhistas	7.432	7.432	7.432
Custos variáveis			
Mão de obra	29.076	29.076	35.112
Encargos sociais e trabalhistas	15.120	15.438	18.258

Fonte: SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.6

⁸⁴⁵ GOMES, José. **O salário mínimo e o aumento...da fome**. Bahia, 1962, p.3.

⁸⁴⁶ *Ibidem*, p.4.

⁸⁴⁷ *Ibid*, p.6.

⁸⁴⁸ RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma (1964-1967). In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. São Paulo: Editora Campus, 1995, p.216.

A CERAMOS destacava que se criara 48 empregos permanentes, que os seus produtos eram de melhor qualidade e a sua produção se pautava pelo “processo tecnológico mais moderno”⁸⁴⁹. Para realçar esses elementos, que divulgavam para construir uma imagem positiva, se destacava a presença de especialistas no ramo. Por exemplo, o norte-americano Paul Harold, diretor do Departamento de Engenharia Metalúrgica da Escola de Minas do Colorado, EUA, estava também presente em Natal a fim de criar as fábricas do RITA. Um dos elementos que lhe provocou interesse foi à quantidade de matéria-prima para a produção de cerâmicas. Os administradores da UFRN, verificando o fluxo de profissionais qualificados, que o projeto colocou em contato com a instituição, buscaram outras vantagens dessa relação, como a cooperação técnica e a “doação de equipamentos para instalação de laboratórios de ensaios”⁸⁵⁰.

Para Alcantara, o RITA juntamente com a UFRN iniciou estudos para a construção do Distrito Industrial, verificando as suas possibilidades e a sua localização, pensando a infraestrutura para a sua realização, como os serviços de água, energia elétrica e saneamento básico⁸⁵¹. Para administrar o Distrito Industrial o município de Mossoró criou a CIMOSA: “Companhia de Industrialização de Mossoró, reservando a aquisição de 27 hectares à margem da estrada Mossoró-Areia Branca (Br 110) e a 8 Km de distância da cidade”⁸⁵².

Para o Jornal O Poti, também no Vale do Açú o RITA instituiu uma fábrica de doce, chamada INDALSA, que foi criada mediante o modelo do capital misto (SUDENE, RITA-USAID e a poupança local) e presidida por Sandoval Martins de Paiva⁸⁵³.

Para Marco Aurélio de Alcântara, na Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba fez um relatório sobre a atuação do projeto em seu território - chamado UNIPLAS e cujo coordenador era Luis José de Almeida. Para ele, “o projeto RITA da Paraíba concentrou-se no estudo das seguintes oportunidades de investimento: ração animal; artefatos de borracha; alimento básico para crianças; produtos de cerâmicas e organização administrativa”⁸⁵⁴.

Contudo, destacou-se que para a indústria de ração se teria dificuldades para adquirir toda a matéria-prima necessária para a mistura. Para Alcântara, muitas dúvidas surgiram do projeto, pois, pela experiência de algumas fábricas desse mesmo produto no

⁸⁴⁹ SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966, p.8.

⁸⁵⁰ “Orientador americano do Projeto RITA observa trabalhos do plano no R.G.N”. **Diário de Natal**, Natal, 1966, p.4-6.

⁸⁵¹ ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Informativo”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 26 de março de 1968, p.5.

⁸⁵² *Ibidem*.

⁸⁵³ **O Poti**, Natal, 1968, p.8.

⁸⁵⁴ ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Informativo”, *op.cit.*

Nordeste, o seu insumo estava à mercê da flutuação dos preços e da expressiva importação do sul de produtos como farinha de peixe, proteínas e vitaminas que impactava o valor final do produto⁸⁵⁵. Para ele,

A IRBASA (Indústria de Rações Balanceadas S.A) foi formada em 19 de janeiro de 1966. O capital piloto teve um grupo de 50 acionistas, cada um subscrivendo Cr\$ 100.000 em ações ordinárias. Cada um dos cinquenta acionistas já integralizou dez por cento de sua subscrição. Até o presente, seis acionistas já integralizaram os Cr\$ 90.000 restantes de suas subscrições. Em adição ao capital-piloto acima mencionado, 110 ações ordinárias foram subscritas, com o valor nominal de Cr\$ 10.000, perfazendo um total subscrito de Cr\$ 1.100.000. Dessa última subscrição foram integralizados Cr\$ 60.000, por duas pessoas. Por ocasião da formação da IRBASA, no encontro de todos acionistas, foram eleitos cinco diretores em Assembléia Geral, no dia 19 de janeiro⁸⁵⁶.

A prefeitura de Campina Grande doou o terreno para sua fundação sem nenhum ônus ao seu “Distrito Industrial”. A sua câmara de vereadores colocou que se não fosse iniciada a sua construção em seis meses a contar da data da doação do lote, 18 de julho de 1966, o terreno deveria ser restituído ao município, pois a sua aquisição foi realizada mediante uma compra que a prefeitura fez ao FAGRIN. Para sua instalação, se fez um pedido para análise da SUDENE em vista também de seu apoio financeiro.

O seu objetivo era produzir rações balanceadas para aves, bovinos e suínos. Para isso, possuía um capital social de 5 milhões de cruzeiros. A sua diretoria para os primeiros três anos de funcionamento era formada por Massilon Caetano de Pontes (Diretor-presidente), Waldemar Virgolino Silva (Diretor-superintendente), Jaime Barbosa Maia, Manoel Buarque Gusmão e Aristoteles Correia de Queiroz (diretores). A fabricação desse produto visava atender a zona pecuária dos Cariris Velhos (Campina Grande e municípios vizinhos), com o objetivo de melhorar a alimentação e, conseqüentemente, a qualidade da carne a ser comercializada; desenvolver o setor de avicultura e dar suporte aos produtores no período de estio, momento de maior consumo de ração⁸⁵⁷.

De acordo com o seu cenário econômico e natural, a IRBASA dividiu sua atividade produtiva em duas fases: 1 - “de agosto a fevereiro (época de estio)” - plena capacidade; 2 - de março a julho – redução da produção de 50% para os bovinos, mantendo o nível de produção regular para aves e suínos. Para isso, firmou o regime de trabalho de 8

⁸⁵⁵ ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Informativo”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 26 de março de 1968, p.5.

⁸⁵⁶ *Ibidem*.

⁸⁵⁷ SUDENE. IRBASA. **Processo e parecer**, Recife, 3 de fevereiro de 1967, p.1.

horas diárias e 300 dias anuais⁸⁵⁸. Na tabela abaixo, visualizamos a quantidade e a receita da produção feita pela IRBASA no ano de 1966.

Tabela 9 – IRBASA, Campina Grande (Pb)

(Programa de Produção) - 1966		
Produto	Quantidade (Toneladas)	Receita em \$ 1.000
Rações para bovino	4.240	551.200
Corte	1.960	296.400
Leiteiro	2.280	254.800
Rações para Suínos	480	64.800
Rações para aves	2.880	528.000
Inicial	960	192.000
Crescimento	960	163.200
Poedeiras	960	172.800
Total	7.600	1.144.000

Fonte: SUDENE. IRBASA. **Processo e parecer**, Recife, 3 de fevereiro de 1967, p.2.

A área usada para sua implantação foi de 1.56 hectares, localizada na rodovia Br-104, rua B-5, lote nº 7, quadra “F”. Para conseguir efetivar essa primeira etapa, usou o recurso em torno de 590 milhões de cruzeiros⁸⁵⁹. Enfatizaram também que 21 vagas de empregos seriam criadas e que se aumentaria a demanda de matéria-prima, ocasionando, assim, o aumento da venda dos produtores-fornecedores, provocando o fim de sua importação de outros estados e a melhoria da alimentação das criações, acarretando a alta da qualidade e do seu preço final⁸⁶⁰.

Uma parte do insumo usado para a produção vinha de Pernambuco para completar os recursos necessários para fabricar 4.240 toneladas anuais. Outro fator que auxiliou em sua instalação fora a criação em Campina Grande de uma indústria de beneficiamento e pasteurização de leite, chamada Indústria de Laticínios de Campina Grande S.A (ILCASA), a sua fundação incentivou o aumento do rebanho e o investimento em ração.

Essa unidade industrial visava beneficiar o leite *in natura*, bem como industrializar os seus subprodutos e comercializar a produção de Campina Grande e João Pessoa, visando também promover o desenvolvimento da atividade pecuária⁸⁶¹. O seu capital preliminar era de 1 milhão de cruzeiros, levantado com a venda de mil ações ordinárias nominais de 1.000 cruzeiros e o financiamento de órgãos de fomento como SUDENE e BNB. A sua diretoria era formada pelos seguintes nomes: Amaury Abrantes Pinto de Oliveira

⁸⁵⁸ SUDENE. IRBASA. **Processo e parecer**, Recife, 3 de fevereiro de 1967, p.2.

⁸⁵⁹ *Ibidem*, p.8.

⁸⁶⁰ *Ibid*, p.10.

⁸⁶¹ SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 15 de janeiro de 1965, p.1.

(Diretor-presidente); Danilo Bruno (Diretor de operações) e Patrício Leal de Melo (Diretor administrativo) ⁸⁶². Para alcançar o montante da produção requerida à diretoria da ILCASA defendeu um regime de trabalho de 8 horas diárias e 360 dias por ano. No relatório da empresa, submetido à SUDENE, não se tinha a informação de que se teria permuta de mão de obra. Dessa forma, inferimos que os trabalhadores não teriam férias e nem dias de descanso. Isso também aconteceu em outras empresas do RITA. ⁸⁶³

Para sua construção, se destacou as condições precárias na produção e distribuição de leite nos centros urbanos de Campina Grande e João Pessoa. ⁸⁶⁴ Essas duas cidades eram o seu principal mercado consumidor, a primeira cidade consumia 15 mil litros diários de leite, a segunda 8 mil. Na tabela abaixo, colocamos o seu programa de produção, comparando, para isso, o ano de 1965 e 1966.

Tabela 10 – Indústria de Laticínios de Campina Grande (ILCASA)

Programa de Produção – 1965 e 1966					
Produto	Unidade (1965)	Quantidade (1965)	Unidade (1966)	Quantidade (1966)	Receita total (1.000)
Leite pasteurizado	1.000 lt	7.560	litros	7.560	959.400
Caseína	Tonelada (t)	55	kg	55	27.500
Manteiga	t	178	kg	178	285.120
Total	-	-	-	-	1.272.020

Fonte: SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 15 de janeiro de 1965, p.2; SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 27 de outubro de 1966, p.2.

Em 1965 a sua diretoria afirmou que se criariam 74 novos empregos, retiraria essas cidades da dependência da importação do centro-sul e regularizaria o “mercado de leite da área geoeconômica de Campina Grande - PB” ⁸⁶⁵. Em 1966 mencionaram no relatório submetido à SUDENE que se criaria 79 novos empregos diretos, “representando 14% do valor agregado Bruto” ⁸⁶⁶.

Realizou-se também o projeto para a instalação de uma fábrica para a produção de Borracha esponjosa, como também outros produtos, por exemplo, sandálias. Segundo o Diário de Pernambuco, este seria o cronograma de sua implantação:

⁸⁶² SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 15 de janeiro de 1965, p.1.

⁸⁶³ *Ibidem*, p.2.

⁸⁶⁴ *Ibid.*

⁸⁶⁵ *Ibidem*, p.9.

⁸⁶⁶ SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 27 de outubro de 1966, p.2.

- Borracha Esponjosa
- a. Estudo de viabilidade
 - b. Conclusão do estudo de viabilidade
 - c. Organização da empresa
 - d. Compra do terreno para construção da fábrica
 - e. Projeto de pedido de financiamento
 - f. Início da construção edifício da fábrica
 - g. Início da compra do maquinário
 - h. Início da produção⁸⁶⁷

Escolheu-se para sua instalação um edifício já construído em uma localização que favorecia o fluxo da produção, pois tinha uma infraestrutura necessária: estradas, água, luz e rede de telefone. Dessa forma, o seu funcionamento poderia ser rápido, a espera se fizera pelo maquinário e matéria-prima. Estudos preliminares foram feitos para a produção de sandálias de tipo borracha esponjosa “japonesa”, verificando as possibilidades de produção das placas, usando as fontes e o mercado local. O resultado dessa averiguação confirmava o mercado e a viabilidade de sua criação na Paraíba⁸⁶⁸.

Para o Diário de Pernambuco, mesmo sendo construídas em outros lugares do Nordeste fábricas deste tipo, não se conseguia suprir a demanda. O custo para adquirir esse maquinário era de 70 milhões de cruzeiros, mas a expectativa do seu uso era a possibilidade de produzir duas toneladas diárias. Apesar dos emblemas em relação ao projeto na Bahia, se teve a construção de fábricas ligadas ao RITA,

Uma fábrica de raspa de mandioca foi inaugurada, domingo último, em Cachoeira, na Bahia. Trata-se da CIMPASA (Companhia de Industrialização da mandioca do Paraguaçu S.A). Com a inauguração, os agricultores de lá não mais ficarão em dúvida se devem plantar fumo ou mandioca. E o primeiro a acreditar que é melhor plantar mandioca foi o Banco do Brasil, que já aumentou a quota de financiamento para os plantadores da área. Agora, há mercado certo para o produto. A ideia de criar uma fábrica de raspa de mandioca em Cachoeira nasceu do Projeto RITA, programa de desenvolvimento industrial das áreas rurais, que reúne universidades brasileiras e norte-americanas⁸⁶⁹.

A criação da Companhia de Industrialização de Mandioca do Paraguaçu S/A – CIMPASA na cidade Salvador e Cachoeirinha era colocada como de “interesse para a economia regional”⁸⁷⁰. Em Salvador essa sociedade anônima foi fundada em 10 de junho de 1965 a fim de industrializar e comercializar a mandioca e os produtos advindos de seu manejo. Tinha também o capital social de 12 milhões de cruzeiros e, para conseguir levantar

⁸⁶⁷ ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Informativo econômico”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 26 de novembro de 1966, p.5.

⁸⁶⁸ *Ibidem*.

⁸⁶⁹ “Periscópio”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 27 de outubro de 1967, p.24.

⁸⁷⁰ SUDENE. CIMPASA. **Processo e parecer**, Recife, 18 de outubro de 1966, p.1.

esse montante, o dividiu em 2.400 ações de 5 mil cruzeiros cada⁸⁷¹. Esperavam que depois de consolidada içasse a quantia de mais de 38 milhões de cruzeiros.

A sua diretoria era composta por Carlos Furtado de Simas⁸⁷² (Diretor-presidente), Aauto Sales Ribeiro (Diretor vice-presidente), Waldo Herundino de Azevedo (Diretor financeiro), Humberto Augusto Alves (Diretor Superintendente) e Manoel Silva Lobo (Diretor- secretário)⁸⁷³.

A previsão era produzir 6 mil toneladas anuais de mandioca, no regime de trabalho de “8 horas por dia (20 horas em algumas unidades da fábrica) e 300 dias ao ano”, empregando 21 trabalhadores. O terreno usado para sua construção era de 5.000 m², localizado no distrito de Belém que ficava 120 km de distância de Salvador. Os fornecedores da matéria-prima era o Vale do Paraguaçu, que produzia 35 mil toneladas, e os municípios vizinhos que tinham em torno de “1.000 tarefas de plantação financiadas pelo Banco do Brasil”⁸⁷⁴. O principal centro consumidor era Salvador que adquiriria 500 toneladas.

Na tabela abaixo comparamos os custos de quatro empresas criadas pelo RITA, a IRBASA, a CIMPASA, a CERAMOS e a ILCASA. Nas informações sobre os custos com a folha de pagamento e os encargos com a seguridade social do trabalhador se tem uma diferença singular. Na ILCASA não encontramos gastos com os encargos sociais e trabalhistas. Todas essas empresas foram instaladas nos centros urbanos do Nordeste de maior destaque em cada estado, porém verificamos na CIMPASA que os custos fixos com o pagamento de salários eram muito aquém em comparação com as outras - isso fora um indício das artimanhas, brechas e acordos entre o patrão e o operário. Esse pacto nada mais era que opressão, haja vista que o trabalhador queria manter o seu emprego e que, ao serem instaladas essas empresas, fizeram uma campanha para desmobilizar e desmontar a estrutura que se tinha com a atividade artesanal nas várias localidades onde o RITA foi implantado.

Tabela 11 – Quadro Comparativo IRBASA, CIMPASA, CERAMOS e ILCASA

	IRBASA 1966	CIMPASA 1965	CERAMOS 1967	ILCASA 1965
Custos Fixos				
Salários	16.080	3.360	16.128	7.200
Encargos sociais e trabalhistas	9.650	7.680	7.432	-

⁸⁷¹ SUDENE. CIMPASA. **Processo e parecer**, Recife, 18 de outubro de 1966, p.1.

⁸⁷² Carlos Furtado de Simas nasceu em Salvador (1913). Foi um político e ministro das Comunicações no governo Costa e Silva (1967-1969).

⁸⁷³ SUDENE. CIMPASA, *op.cit.*

⁸⁷⁴ *Ibidem*, p.3-6.

Custos variáveis				
Encargos sociais e trabalhistas	3.428	4.320	15.120	10.189
Despesas de propaganda	3.310	-	-	-
Salários	5.712	8.660	29.076	29.112

Fonte: SUDENE. CIMPASA. **Processo e parecer**, Recife, 18 de outubro de 1966; SUDENE. ILCASA. **Processo e parecer**, Recife, 15 de janeiro de 1965; SUDENE. IRBASA. **Processo e parecer**, Recife, 3 de fevereiro de 1967; SUDENE. CERAMOS. **Processo e parecer**, Recife, 5 de dezembro de 1966.

Outro aspecto interessante fora à falta de investimento oficial em propaganda da CIMPASA, CERAMOS e ILCASA. Isso não significa que não a fizeram, mas que os custos com esse serviço não entraram em seu orçamento financeiro. Destacamos também o montante expressivo da CERAMOS e da ILCASA com o pagamento dos salários não fixos, sinal de uma alta nas vendas e do uso de uma mão de obra de curto tempo para suprir a necessidade, sendo essa precarizada e subordinada.

Dessa forma, verificamos a ampliação do RITA em alguns estados nordestinos. Tal expansão atraía para as localidades fios de esperança de que os seus problemas econômicos seriam resolvidos, como também traços de um simbolismo da imagem do moderno que adentrava suas cidades, particularmente as que se destacavam econômica e politicamente. Disputas foram travadas entre elas para angariar esses projetos fabris, por exemplo, o ocorrido com Petrolina e Caruaru. Tal desejo em consegui-los se fazia também por motivos políticos, cujo apoio financeiro e capital simbólico agregava-se aos que os conseguiam e impulsionavam a sua perpetuação no governo local. Para Rowell, “minister consul general” dos EUA, tais projetos se tornaram populares, dando tanto incentivos econômicos como políticos, principalmente, aos que exerciam grande influência nos eleitores de cada localidade⁸⁷⁵. Enfim, o RITA, como mencionado nesse tópico, também foi instalado em outros países e recebeu críticas ao longo do processo de criação de suas empresas.

5.3 Os espinhos

A arrecadação federal, estadual ou municipal, decuplicou e já temos capacidade para exigir melhoramento substanciais, principalmente, que venham a minorar o sofrimento da população pobre. Luz e força, em abundância, vieram-nos de Paulo Afonso, embora, algumas vezes, por preço, inacessível para os pequenos. Provocou verdadeira revolução na economia. Nasceram novas indústrias. Com a planificação mal orientada pelo americano Asimow, que desconhecia totalmente o meio, houve colapso no começo. Quase nos abalava. O ressurgimento, porém, foi vigoroso. No setor da CERAMICA, temos duas fábricas, em mãos de técnicos abalizados,

⁸⁷⁵ ROWELL, Edward J. **Who will get Rita in Pernambuco?**. USA: Department of State Bureau of Inter-american affairs, A-26, sep 4, 1964, p.3.

carreando sua produção, de primeira, para as mais importantes cidades do Norte. Outras reagiram bem, com planificação orientada⁸⁷⁶.

O texto acima escrito por José de Figueiredo Filho tece críticas ao RITA e também destaca os elementos positivos que favoreceram a região com a implantação de suas unidades fabris. Esse olhar retrospectivo feito por esse intelectual, misturou suas memórias e os impactos econômicos vivenciados no final dos anos 1960 e início dos 1970. O professor Asimow fora colocado como idealista e autoritário quando não aceitou as sugestões dos intelectuais cearenses que tinham falado sobre a realidade local. Não seria somente o desconhecimento, pois a comissão de pesquisadores na área da economia e antropologia deram-lhe suporte e os nomes brasileiros que a compunham possuíam um respaldo na produção de tal saber no Ceará.

Temos, então, um indício da resistência desse engenheiro em concordar com os dados e as informações fornecidas pelo Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, por exemplo. Morris Asimow, “um americano descendente de russo e formado em engenharia industrial”⁸⁷⁷, defendia o uso das poupanças dos membros da comunidade para levantar as verbas a fim de criar as indústrias, bem como “a sua filosofia de que o capitalismo se faz por si mesmo e, aproveitando-se do misticismo da gente daquela parte do Nordeste, motivou agricultores, pecuaristas e artesãos em projetos de fábricas de cimento, de cerâmica, de sapatos, de rádio transistores, etc”⁸⁷⁸.

O Asimow chegou ao Nordeste em 1962. No ano de 1966 fez uma avaliação mais ampla do que se tinha ou não realizado no RITA. Para o Diário de Pernambuco, algumas questões foram apontadas: 1- o projeto não corresponde às expectativas dos investidores; 2 - não se teve o retorno financeiro esperado e divulgado pelos projetos para os acionistas. Esse diagnóstico teve a finalidade de detectar os erros e a ineficácia da filosofia defendida pelo projeto: “o capitalismo é fruto do esforço de cada um”⁸⁷⁹. Para resolver o problema se arquitetou uma “política de ação”, mudou-se a sua sede do Cariri para Mossoró. Nesse intuito, planejou-se a implantação de uma fábrica de cimento, de um frigorífico e uma fábrica de sapatos. Para isso, a SUDENE liberou 500 milhões de cruzeiros⁸⁸⁰.

A USAID em 1968 tinha firmado, além do Projeto Asimow, contratos com cinco faculdades e universidades no Brasil para desenvolver o RITA (Bahia, Alagoas, Paraíba,

⁸⁷⁶ FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. O Cariri no todo cearense. *Itaytera*, nº17, 1973, p.149-150.

⁸⁷⁷ “Idéia boa em perigo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, sexta-feira, 28 de outubro de 1966, p.4.

⁸⁷⁸ *Ibid.*

⁸⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁸⁰ FERNANDES, Calazans. “Polígonos”. *Diário de Pernambuco*, Recife, terça-feira, 1 de novembro de 1966, p.5.

Pernambuco e Rio Grande do Norte), bem como o investimento de US\$ 1.800.000⁸⁸¹. Realizou-se uma missão especial em 1964 para fundá-lo na Bahia por meio da Universidade da Bahia em Salvador, sendo conhecido pela alcunha de “Projeto Colorado”. Esse nome se dera devido a sua filiação à Universidade Estadual do Colorado (EUA). Contudo, o entusiasmo inicial fora se definhando quando se percebeu que o lucro viria em longo prazo, requerendo tanto do governo brasileiro como do norte-americano a emissão de mais recursos para os sustentar. Alguns dos resultados obtidos não animaram nem as instituições de fomento e nem tampouco o investidor local que não possuía mais a sua poupança e nem tinha o retorno do investimento feito nas empresas: “Os planos para o desenvolvimento de uma pequena indústria pesqueira resultaram na compra de um pequeno barco de pesca”⁸⁸².

Críticas começaram a serem feitas em relação ao erro no planejamento das fábricas: “Planos grandiosos para o processamento de mandioca e para a produção e processamento de mel foram descritos para nós, mas foi reconhecido que essas mercadorias não podiam ser precificadas competitivamente”⁸⁸³. Esse clima de insatisfação nasceu em 1967, quando a rentabilidade das empresas fundadas no Cariri cearense há mais de 4 anos não conseguia sustentá-las sem o apoio das instituições de fomento nacional, por exemplo, a SUDENE.

Além disso, o governo brasileiro após golpe de 1964 retraiu o investimento no setor industrial e destruiu os planos arquitetados pela SUDENE, via Celso Furtado, que era contrário à sua pauta política. O desmonte da SUDENE entre 1964 e 1967 buscava retirar dela os projetos anteriores e colocá-la em função dos objetivos e metas do então governo. Nesse período, também os Estados Unidos da América restringiram o seu financiamento, a posição anterior de negociação direta com os governadores se trocara via burocratização federal. Essa, por sua vez, sustentava-se pela análise feita pela CIA e pelo órgão de Segurança Nacional para verificar se o solicitante tinha ligações com os grupos opositores ao governo.

Por exemplo, para Rubem Prado, correspondente do Diário de Pernambuco, em Caruaru, o RITA estava passando por problemas. Isso derivava da falta de recursos arrecadados pelo não depósito das verbas destinadas às fábricas, ou seja, nem o Governo do Estado e nem a SUDENE “se lembraram de que o Projeto existe em Caruaru”⁸⁸⁴. Para Prado,

⁸⁸¹ U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report nº219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.30.

⁸⁸² *Ibidem*.

⁸⁸³ *Ibid*, p.31.

⁸⁸⁴ “Atravessa fase difícil o projeto Rita, de Caruaru”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de março de 1967, p.29.

Enquanto isto, os que fazem, o Projeto Rita, nesta cidade, sofrem tremendas decepções, pois os planos de várias indústrias que já estavam em andamento estão completamente parados e já ao caminho do arquivo. E como se isso não bastasse, recolheram uma Rural Willys, que estava a disposição do projeto aqui, em Caruaru. O prefeito Drayton Nejaim, que abastecia aquela viatura, oficiou ao Governador do Estado e ao superintendente da SUDENE, solicitando providências, para sanar essas irregularidades e pedindo que sejam oferecidas condições para a continuação do PROJETO RITA⁸⁸⁵.

Para Calazans Fernandes⁸⁸⁶, a filosofia e a mística do projeto RITA estavam morrendo lentamente nas áreas de atuação no Nordeste. Para resolver o problema em Pernambuco, o Centro de Pesquisa Econômica da Universidade Federal de Pernambuco o encampou, tendo estes dois objetivos: 1- institucionalizá-lo; 2- “transformá-lo em instrumento de treinamento de pessoal de nível universitário”⁸⁸⁷. Para ele, a sua morte resultava das seguintes razões: 1- Quando Asimow o pensou tinha em mente as experiências em outros países, que possuíam uma cultura e uma perspectiva econômica diferente da do Brasil; 2- No Brasil foi assistido pela OEA e pela SUDENE, mas não se conseguiu introduzi-lo na realidade local; 3 – Morris Asimow criou uma imagem para si de “docilidade de um apóstolo do desenvolvimento e um pouco da mística de um Padre Cícero”, plantando, assim, o “seu programa de trabalho”⁸⁸⁸.

Em menos de um ano, tal professor tinha organizado no triângulo caririense fábricas, por exemplo, de cimento e de máquina de costura. Além dessa ajuda técnica e financeira para a sua fundação, fomentou-se, por meio da USAID, a capacitação de uma equipe de brasileiros para atuarem e ampliarem a sua filosofia dentro do Brasil. Na medida em que os projetos iriam tramitando para o financiamento e ajuda externa, o professor Asimow regressava para os EUA. A publicidade que o programa teve, a sua fama forjada no bojo da Guerra Fria, juntamente com a de Morris Asimow como o “apóstolo do desenvolvimento”, favoreceram em primeiro plano os projetos acoplados ao programa na USAID-Nordeste que integravam a sua imagem e assinatura como um homem de prestígio e respeito na instituição dentro dos programas da Aliança para o Progresso⁸⁸⁹.

⁸⁸⁵ “Atravessa fase difícil o projeto Rita, de Caruaru”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de março de 1967, p.29.

⁸⁸⁶ Calazans Fernandes nasceu em Marcelino Vieira – Rio Grande do Norte. Estudou filosofia no Rio de Janeiro (1948) e começou atuar como jornalista. Foi Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, implantando em seu pleito o método Paulo Freire, um dos fundadores da Fundação Roberto Marinho (responsável por seu Departamento de Educação, 1975-1992) e criou o Telecurso.

⁸⁸⁷ FERNANDES, Calazans. “Morte lenta do Projeto Rita no Nordeste compromete a filosofia e a mística do seu inventor: M. Asimow”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p.5.

⁸⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁸⁹ *Ibid*.

Contudo, alguns planos fracassaram em sua implantação, causando uma imagem negativa e de inviabilidade para os outros. Para Fernandes, a frustração do objetivo de “se transformar o cipó de marmeleiro em madeira prensada, por processos tecnológicos altamente complicados, no Cariri, levou a que os técnicos do DI (Departamento de Industrialização) da SUDENE passassem a suspeitar da viabilidade econômica do programa”⁸⁹⁰. Esse fracasso passou a influenciar e afetar outras empresas, espalhando, assim, o desânimo e o espectro da falência aos seus sócios.⁸⁹¹

A SUDENE fez uma avaliação dos projetos fabris do RITA para salvá-los e torná-los viáveis, economicamente, para a realidade de cada local. Entretanto, isso não se fizera a contento, causando um desalento em seus acionistas. Uma exceção a isso fora Pernambuco, cujo coordenador Alberto Figueiredo, estava atualizado sobre o andamento do projeto local e não “havia sido contaminado pelos fracassos do Ceará”, não sabia o que ocorrera com as empresas fundadas naquela região, por exemplo. Por outro lado, a sua resistência não durou muito tempo. A SUDENE detectou algumas das causas do seu estrangulamento. A implantação demorada das fábricas e a falta de estimativa de quando os lucros seriam colhidos causavam um efeito dominó da saída de seus sócios. Segundo Fernandes, pragmaticamente o que prejudicava era isto: “(1) pela falência do princípio do capital associativo; (2) pela falta de dinheiro”⁸⁹².

Nesse balanço, se destacou os projetos aprovados e implantados no Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, como também as bolsas dadas para a qualificação dos técnicos e estudantes brasileiros nos Estados Unidos da América. Segundo Diário de Pernambuco, esses profissionais, quando voltaram desse intercâmbio, não se incorporaram ao mercado, haja vista a não existência de vagas de trabalho para sua qualificação no setor privado e o precário funcionamento de suas fábricas. Para Fernandes, no Rio Grande do Norte, dois recentes economistas de Mossoró, José Rodrigues e Gilson Fernandes, foram contratados pela SOSAL; essa oportunidade nasceu devido aos seus estudos na Universidade de Utah, onde fizeram um estágio na Morton Salt. Ao chegarem a sua região não se tinha empresa que absorvesse o seu serviço especializado, fazendo-os migrar para assumir uma proposta de emprego dessa indústria de Sal.

O setor que teve sucesso foi o de bolsas de estudos da USAID, dando as condições financeiras para os estudantes nordestinos realizarem seus estudos nos EUA, já os

⁸⁹⁰ FERNANDES, Calazans. “Morte lenta do Projeto Rita no Nordeste compromete a filosofia e a mística do seu inventor: M. Asimow”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p.5.

⁸⁹¹ *Ibid.*

⁸⁹² *Ibidem.*

outros setores tiveram desfalques. No caso de Pernambuco, especialmente das fábricas de Caruaru iniciadas em 1965, a SUDENE deveria investir 20 milhões, mas deu 10, o Estado 20 milhões, deu 15, a Federação das Indústrias 12 milhões, não contribuiu, e a USAID as bolsas de estudos. Isso conduziu à sua crise orçamentária e financeira. Para acentuá-la, o engenheiro Alberto Cavalcante de Figueiredo saiu da direção geral⁸⁹³.

Para amenizar essa situação, o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Murilo Guimarães, convidou o economista Vicente Silva para assumir o cargo e agregá-lo ao Centro de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, e focalizou na área de formação para os administradores industriais⁸⁹⁴. Segundo Silva, “em vez de se mandarem os bolsistas cursarem nos Estados Unidos, a melhor maneira será trazer professores americanos até o Recife (ou o Nordeste), falando português ou espanhol”⁸⁹⁵, isso resolveria o problema da comunicação entre os ministrantes e os participantes, bem como “aqui, na vivência prática dos problemas, façam cursos que se adaptem à realidade”⁸⁹⁶. Para o Diário de Pernambuco,

O Projeto Rita teve um início promissor no Ceará e o êxito dessa experiência pioneira fez com que a ideia transbordasse e se estendesse por todo o Nordeste, com o apoio da própria SUDENE. Mas alguma coisa deve ter sido mal prevista ou conduzida, porque até no Ceará o pessimismo e o derrotismo substituíram o otimismo inicial. A SUDENE, aliás, pelo seu Departamento de Industrialização, sempre advertira contra os riscos que o Projeto Rita oferecia, sobretudo porque se consideravam muito altos os custos globais do empreendimento. Se tal opinião corresponde à verdade talvez aí esteja identificada: grande contradição do Projeto Rita, cuja filosofia central a de aglutinar recursos humanos e financeiros das comunidades locais para a implantação de empresas industriais voltadas para as transformação de matérias primas também locais. Paralelamente a isso, há um programa de treinamento pessoal, de que participam universidades brasileiras e norte-americanas, e a montagem de uma infra-estrutura técnica, também integrada de brasileiros e norte-americanos – e, na opinião da SUDENE, é esse aparte que encarece o Projeto RITA⁸⁹⁷.

A SUDENE tomou algumas precauções com o RITA para não o misturar com o seu programa de Industrialização. Para os seus técnicos, o fracasso se deu pela falta de apoio da SUDENE e por alguns detalhes técnicos secundários não realizados a contento, causando obstáculos que não se conseguiu ultrapassar. Para Alcantara, estava fracassando em Pernambuco devido à falta de interesse dos órgãos patrocinadores, por exemplo, citou a

⁸⁹³ FERNANDES, Calazans. “Morte lenta do Projeto Rita no Nordeste compromete a filosofia e a mística do seu inventor: M. Asimow”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p.5.

⁸⁹⁴ *Ibidem*.

⁸⁹⁵ *Ibid.*

⁸⁹⁶ *Ibidem*.

⁸⁹⁷ “Rita ameaçado”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 22 de março de 1967, p.4.

Universidade Federal de Pernambuco. Para ele, a “Universidade Federal de Pernambuco tem feito muito pouco para estimular o entrosamento das Escolas Superiores com o processo de desenvolvimento industrial”⁸⁹⁸.

Conforme o referido intelectual, era o professor Alberto Figueiredo que tinha detectado as suas dificuldades. Tal engenheiro era diretor do Centro de Produtividade da Indústria e especialista nesse campo de conhecimento⁸⁹⁹. Para Figueiredo, a falta de clareza sobre os objetivos e a forma de sua atuação era “fruto da fantasia e exagerada propaganda”⁹⁰⁰ feita por algumas Universidades e pela USAID sobre o RITA. Para ele, o projeto era modesto, mas faltavam recursos para sua implantação, ou seja, muita propaganda feita pelas instituições participantes, mas pouco investimento efetivo para a sua execução. Para Figueiredo,

Deu uma publicidade exagerada ao Projeto Rita, que nada tem de grandioso ou de extraordinário. É uma ideia baseada no desenvolvimento industrial rural – só e só. Em alguns casos, entregue a sua direção e orientação a professores universitários norte-americanos caíram alguns projetos (o caso do Projeto Rita-Bahia é típico) na procura de um “modelo ideal”. A Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos, cometeu um erro clamoroso: chamou para assistir tecnicamente os projetos professores universitários, em lugar de empresários com a dose necessária de senso comum. Faltou o sal da vida – o tão apregoado common sense – para que esses projetos andassem. Por outro lado, as entidades brasileiras chamadas a cooperar, financeiramente, com o projeto RITA sempre o viram como uma “iniciativa americana” a qual, por uma questão de coerência política internacional, eram obrigadas a dar o seu apoio apenas formal; sem elán. Eis aí a razão principal do fracasso do projeto RITA: falta de quadros técnicos e administrativos motivado, falta de apoio das comunidades, desinteresse⁹⁰¹.

Dessa forma, o fracasso se dera devido a vários fatores. Antes de sair da coordenação, Alberto de Figueiredo deixou um documento com sugestões para reformulá-lo e tentar salvar algumas indústrias que deram certo. Como não se tinha verbas mais para a capacitação da mão de obra, no caso do RITA – Pernambuco, o não cumprimento do financiamento acertado pelos parceiros levou a não realização dos seus objetivos prioritários. Dessa forma, como a Universidade Federal de Pernambuco tinha o segurado financeiramente até 1967, para ele, não se deveria perder esse sacrifício e as experiências até aquele momento adquiridas. Por isso, propôs o seguinte: o treinamento técnico em prol do desenvolvimento industrial, o fomento à pesquisa e extensão industrial – tanto com a capacitação dos técnicos

⁸⁹⁸ ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Projeto Rita vai mal e professor diz por que”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 9 de maio de 1967, p.5.

⁸⁹⁹ *Ibidem*.

⁹⁰⁰ *Ibid.*

⁹⁰¹ *Ibidem*.

como com a construção de pequenas e médias empresas⁹⁰². Para ele, algumas razões foram fundamentais para pensar as causas de sua crise.

1- A Universidade Federal de Pernambuco, após a aprovação pelos órgãos intervenientes promoverá a identificação dos profissionais no âmbito universitário, que seriam prioritariamente treinados; 2- levantamentos de dados e preparação de pesquisas economicas visando à elaboração de estudos de viabilidades industriais. Tal meta seria concretizada através da atuação conjunta entre UFPE e do estado de Pernambuco através da COMPER, BANDEPE e CONDEPE mediante plano específico que deverá ser aprovado em nível técnico pela SUDENE e USAID; 3 – no que respeita a um programa visando o desenvolvimento das pequenas e médias indústrias igualmente a UFPE e o estado de Pernambuco através de seus órgãos competentes elaborariam plano de ação, aliás, neste setor seria interessante um entrosamento com o banco do nordeste do Brasil que desde 1963 vem tentando atuar nesse campo⁹⁰³.

Alberto Figueiredo aconselhou a criação de um Centro de Pesquisa e Assistência Técnica. O projeto RITA-PE seria o seu piloto. A sua linha de atuação seria as seguintes: 1- melhorar a qualificação dos técnicos e administradores; 2 – prepará-los para os pedidos de financiamento e assessoramento⁹⁰⁴.

Fernando Navarro, na matéria “Asimow e Rita”, fez uma descrição sobre a chegada e importância do professor Morris Asimow. Para ele, esse intelectual chegou ao Cariri de livre vontade, ou seja, destacou que veio “sem fanfarras, sem publicidade, sem governo”. Nesse momento, ao chegar a Crato para fazer uma pesquisa simples de mercado, se tornou o nome “mais falado” ao se pensar no desenvolvimento industrial nordestino. Ao chegar nas férias escolares com os estudantes bolsistas da Universidade da Califórnia, começou a arquitetar possíveis construções de pequenas e médias empresas no sul cearense. Com o apoio da Universidade Federal do Ceará iniciou a organização dos projetos, uma propaganda interna para conseguir o investimento de empresários locais e a construção de solicitação de financiamento das entidades brasileiras, por exemplo, o Banco do Nordeste⁹⁰⁵.

Ao voltar ao Brasil novamente veio para firmar um acordo entre a UFC e a UCLA a fim de proporcionar capacitação técnica de profissionais ligados ao RITA. Para ele, Asimow virou “quase folclore”, tinha livre “trânsito no BNB e na SUDENE, bem como a sua assinatura tinha um valor simbólico que “valia como aprovação de projetos”⁹⁰⁶. Rapidamente essa experiência começou a se espalhar, com a sua encampação pela USAID, ampliou e

⁹⁰² ALCANTARA, Marco Aurélio de. “Projeto Rita vai mal e professor diz por que”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 9 de maio de 1967, p.5.

⁹⁰³ *Ibidem*.

⁹⁰⁴ *Ibid*.

⁹⁰⁵ NAVARRO, Fernando. “Asimow e Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 4 de junho de 1967, p.7.

⁹⁰⁶ *Ibidem*.

ganhou o nome de RITA. Essa crise que passava se alicerçava na rapidez com que se expandiu, como também, para ele, na falta de verbas.

Como entidade governamental, o Projeto RITA precisava, antes de mais nada, de verbas, e convênios tríplex foram elaborados envolvendo o Governo do Estado, a Universidade local e a USAID. Tudo muito bonito, mas ninguém queria gastar muito dinheiro e as verbas ou eram escassa ou inexistentes, e o projeto RITA foi caindo e hoje tem dificuldades de sobrevivência. Em Pernambuco, estava entregue a dois excelentes técnicos, Alberto Figueiredo e Vicente Costa Silva. O primeiro desencantou-se, e foi ganhar dinheiro em S. Paulo, e galante, procurando movimentar o que ficou. O fato é que o Projeto RITA, hoje, tem uma estrutura, técnicos, não tem verbas nem apoio, e acabou-se o encanto⁹⁰⁷.

Para Navarro, quando o projeto tomou “ares de grandeza”, “pifou”: “e a pequena indústria, a sempre abandonada no Nordeste, continua abandonada”⁹⁰⁸. Em Mossoró, segundo Ney Lopes de Souza, estava-se tendo o esforço para a implantação dos projetos industriais do RITA, “entretanto, parte da população indaga das finalidades dos técnicos do Projeto que residem em Mossoró, alegando que até o momento nada de concreto foi conseguido”⁹⁰⁹.

Dessa forma, as inquietações sobre o andamento do projeto chegaram a Câmara dos vereadores de Mossoró, levando assim o vereador José Aldivã a solicitar aos responsáveis pelas atividades do RITA um relatório para que fossem clarificados para a população os seus objetivos. Para Souza, “o requerimento, recebido pela Mesa da Câmara, mereceu pronta resposta dos dirigentes do Projeto RITA que deste modo apagaram as indagações que existiam sobre suas atividades na região oeste do Rio Grande do Norte”⁹¹⁰.

Reunidos, brasileiros e norte-americanos, mediante o intermédio dos técnicos atrelados a Aliança para o Progresso, resolveram continuar alguns desses projetos, os que estavam acontecendo no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Para isso, firmaram um documento que, mediante a USAID, proveria o projeto com a quantia de 300 mil dólares para serem gastos até junho de 1969, essa foi dividida pela metade, ficando assim uma parte para cada estado. Antes a “USAID, dentro da Aliança para o Progresso, já desembolsara US\$ 300 mil para o Rio G. do Norte e US\$ 400 mil para Paraíba”⁹¹¹. Contudo, a Universidade Federal da Paraíba se responsabilizou em pagar os salários e as despesas do quadro de técnicos e professores do programa, bem como contribuiu com 28 mil cruzeiros. Criou-se também o

⁹⁰⁷ NAVARRO, Fernando. “Asimow e Rita”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 4 de junho de 1967, p.7.

⁹⁰⁸ *Ibid.*

⁹⁰⁹ SOUZA, Ney Lopes de. “Projeto Rita diz o que faz”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sexta-feira, 23 de junho de 1967, p.10.

⁹¹⁰ *Ibidem.*

⁹¹¹ “US\$ 300 mil para continuidade do projeto Rita no Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 1 de julho de 1967, p.5.

Instituto de Desenvolvimento Industrial agregado às faculdades de Engenharia e Economia de Campina Grande. O seu governo comprometeu-se em dar 28 mil cruzeiros e a SUDENE 28 mil. No Rio Grande do Norte, o RITA trabalhara em parceria com o Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)⁹¹².

A continuação dos projetos fabris retirava o caráter regional (Nordeste) do projeto, dando novamente o aspecto local, ficando assim a cargo das respectivas universidades a sua criação e administração. Na Paraíba o CRUTAC criou o Centro de Treinamento e Assistência (CTA), que assumiu essa responsabilidade. O CTA tinha o objetivo de dar suporte técnico aos empresários tanto na execução de seus projetos de produção como em sua capacitação. Essa assistência visava “garantir a continuidade das soluções propostas pelo plano de assistência”⁹¹³.

A CTA era composta pela Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba e o Centro de Produtividade da Federação da Indústria do Estado da Paraíba. Eles usaram recursos humanos e a estrutura física dos estabelecimentos. Dessa forma, o RITA se ligou ao Conselho Superior de Cultura e Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Manteve também o convênio com a SUDENE e USAID ficando a UFPB responsável por sua execução. A ligação e a permanência do convênio entre as universidades brasileiras e norte-americanas também continuaram.

Alegava-se, outrossim, que a falta de entusiasmo provocou a falta de apoio da SUDENE. Para o Diário de Natal,

Entendemos que todo o esforço deve ser empregado no incremento de atividades industriais nas zonas rurais. A etapa atual do desenvolvimento do Nordeste, mercê da política de incentivos oficiais, tem propiciado condições de maior expansão nos centros urbanos, acarretando, em consequência, absorção volumosa e crescente da força de trabalho até então concentrado no interior. Milhares de sertanejos abandonam as suas atividades agro-pastoris ou outras, seduzidos pela promessa de vida melhor no trabalho das fábricas que se instalam e se ampliam nas capitais. Essa migração, além de ilusória, está desfalcando seriamente a vida dos campos, esfacelando os contingentes dedicados à produção de matérias-primas e de gêneros alimentícios⁹¹⁴.

A relação entre industrialização e urbanização, para Raanan Weitz, diretor do centro de Estudos de Colonização de Israel, nas cidades onde possuíam a atividade industrial se tinha um crescimento rápido. Isso provocava, por sua vez, um impacto na zona rural,

⁹¹² Agência Estadual de Desenvolvimento em Rio Grande do Norte realizava trabalhos na área de saúde, educação, agricultura e indústria. “US\$ 300 mil para continuidade do projeto Rita no Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 1 de julho de 1967, p.5.

⁹¹³ *Ibid.*

⁹¹⁴ “Projeto Rita”. **Diário de Natal**, Natal, terça-feira, 28 de março de 1967, p.3.

“gerando graves contingências de desajuste social”⁹¹⁵. Ao mencionar esse intelectual, o Diário do Natal realçava que o crédito do projeto se ligava a expectativa de bons resultados para a vida do interior que se tencionava construir.

Na matéria publicada na Tribuna da Imprensa, “Congresso americano constata: auxílio ao Brasil é mal empregado”⁹¹⁶, Hedyll Rodrigues Valle propagou as notícias que chegaram em 1967 ao Congresso norte-americano que revisavam os investimentos feitos no Brasil. Para Valle, o RITA estava fadado ao fracasso, as indústrias não possuíam condições mínimas de rentabilidade, nem a possibilidade de reembolsar os seus investidores e acionistas do dinheiro aplicado. Enfatizou também que os congressistas norte-americanos destacaram que a “democratização do conceito de capital tem sido por demais acentuadas e estava impedindo o desenvolvimento dos projetos”⁹¹⁷.

As críticas se faziam igualmente sobre os projetos fabris RITA-PUDINE em Sobral, os acionistas começaram a sair da empresa, a desconfiança em relação ao retorno do capital investido pairava sobre a sua imagem, tornando-a inviável. Para reconstruir a imagem de confiança da empresa e tentar destruir com os boatos, o seu presidente, Edmundo Monte Coelho, convocou os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária, que ocorreu no dia 26 de abril de 1969 em sua sede social, localizada no bairro Da. Sinhá Saboia, Sobral⁹¹⁸.

Essa “onda de descontentamento” dos acionistas em relação à LASSA fora discutida nessa Assembleia a fim de averiguar as razões e os motivos que a embasava. Essas tentativas de esclarecimento se empreenderam para impedir o desenvolvimento de boatos sobre a corrupção na empresa, que vinham afastando os investimentos internos, deixando assim a SUDENE como sua acionista majoritária. O aumento desses boatos, pensavam os diretores da LASSA, poderia levar ao seu fechamento. Para o seu presidente, Edmundo Monte Coelho,

É insensato fazermos críticas ou mesmo sensuras á pessoas físicas ou jurídicas, sem conhecimentos de causa. Tive oportunidade de ouvir referências desastrosas e elogiosas sobre a administração da Empresa. Nestas circunstâncias só há uma titude razoável. Comparecer à Assembleia com espírito desarmado e inteirar-se solidamente da situação da empresa que julgamos nossa. Na hipótese que encontremos falhas ou mléstias na entidade, resta-nos aplicarmos a correção ou terapeutica que o caso exige. Incorreto e desleal é a posição assumida por alguns ao fazer comentários os mais deprimentes até mesmo contra a idoneidade moral de seus dirigentes sem provas concretas, baseados simplesmente em suposições. Se

⁹¹⁵ “Projeto Rita”. **Diário de Natal**, Natal, terça-feira, 28 de março de 1967, p.3.

⁹¹⁶ VALLE, Hedyll Rodrigues. “Congresso americano constata: auxílio ao Brasil è mal empregado”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 1967, p.7.

⁹¹⁷ *Ibid.*

⁹¹⁸ “LASSA em foco!”, **Correio da Semana**, Sobral, 19 de abril de 1969, p.1.

averiguassemos algum deslize moral no desempenho de suas funções na Lassa por parte de sua diretoria, a Assembleia Geral é plenipotenciária para dimiti-los de conformidade com o artigo 31º que assim reza: “Compete a Assembleia Geral resolver todos os negócios da Sociedade, de acordo com o que dispõe a Lei das sociedades por ações. A posição mais correta do acionista é conhecer primeiro a verdade e depois agir. A crítica construtiva, constitui uma ajuda eficiente para o soerguimento do conceito de nossa iniciativa, a Lassa⁹¹⁹.”

Em 1973, se pensou colocar em prática no Rio Grande do Norte outro projeto importado, cujo modelo fora fabricado a partir das experiências das cidades italianas. A sua filosofia importada da Itália seguia a linha teórica de Joseph Alois Schumpeter⁹²⁰. Contudo, para o Diário de Natal, tal linha se tinha experimentado no Estado “há algum tempo, num badalado programa de colaboração internacional – O Projeto RITA – e os seus resultados não foram em nada animadores, mesmo porque não se pode mostrar hoje um só fruto da experiência desenvolvida que tenha subsistido a este curto período”⁹²¹.

A SUDENE também fora repreendida por não investir no fortalecimento e crescimento dos pequenos e médios empresários. Esses grupos eram os existentes no Nordeste, ou seja, o grande empresário ou era do sul do Brasil ou de fora dele. Financiar as indústrias locais era um investimento direto de seus lucros na região, seja no aumento de suas empresas ou no uso desses recursos em outros empreendimentos⁹²². A pressão se fortaleceu com a chegada das multinacionais no Nordeste que provocaram o fechamento gradativo de pequenas e médias empresas, pois não conseguiam competir com elas, tanto pelo seu alto capital de giro, como por sua estrutura e pelo uso de uma tecnologia que favorecia uma elevada produtividade a baixo custo. Conforme o Hélcias,

Em 1965 a situação se agravou. Grupos da Universidade da Califórnia, sob inspiração da USAID, tentam sustentar a pequena empresa e lança o famoso e falido “Projeto RITA”. Falhou por tentarem impingir ao pequeno empresário da região um

⁹¹⁹ “LASSA em foco!”. **Correio da Semana**, Sobral, 19 de abril de 1969, p.1.

⁹²⁰ Joseph Alois Schumpeter, economista e cientista político austríaco, destacara-se com a construção da teoria da “destruição criativa” e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. Para ele, o desenvolvimento do capitalismo se dá mediante revoluções permanentes na estrutura econômica. Isso se faria com a criação de novas firmas, tecnologias e produtos que substituiriam os anteriores, dando assim ao sistema novas roupagens. Para isso, diferenciou crescimento de desenvolvimento. Conforme Schumpeter, o crescimento se poderia perceber pelo aumento populacional e da riqueza material, o desenvolvimento deve ser um fenômeno qualitativo. Sendo o primeiro uma adaptação as mudanças, quantitativas. Portanto, “o desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes”. SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento; uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. In: SCHUMPETER, Joseph Alois. **Os economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, p.75.

⁹²¹ “O novo fato velho”. **Diário de Natal**, Natal, 1973, p.4.

⁹²² HÉLCIAS, Anchieta. “Nordeste: SUDENE quebra círculo vicioso que prendia pequena empresa”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1970, p.16.

conceito e uma técnica administrativa tão avançada e, conseqüentemente, tão complicada que fugia a percepção comum. Também por darem maior importância à publicidade externa (pró-América) que mesmo ao trabalho de alto interesse comunitário-social a que se dispuseram – isso não é novidade em se tratando da USAID.⁹²³

No dia 28 de novembro de 1968, a SUDENE, representada pelo superintendente Euler Bentes Monteiro, aprovou o convênio CONTAP-NE-53 que se realizara em 12 de novembro de 1968 entre esse órgão, o Estado da Paraíba, a UFPB, o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) e a USAID/Brasil a fim de levantar recursos para a continuação das atividades do “antigo Programa RITA/PB”, orientado dessa vez pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial⁹²⁴.

Quando a SUDENE se tornou majoritária no Projeto, realizou com os seus técnicos uma análise das experiências e verificou a manutenção de um “círculo vicioso”⁹²⁵. Primeiramente, a pequena empresa não tinha como elaborar um projeto, levando em consideração o desconhecimento de seu processo e de sua importância para o empresário. Esse estava, por sua vez, desmotivado e não sabia como gerenciar esses investimentos; quando se animava não encontrava pessoal qualificado para executá-lo com o seu curto orçamento e crédito. Isso era reforçado pela mentalidade incorporada e existente na época: “quem é doido para financiar pequeno?”⁹²⁶.

Fazia-se urgente que a SUDENE construísse uma política para que isso não levasse os estados que participaram do RITA a uma situação econômica caótica, pois isso resultaria em empresas falidas e o empresariado local sem capital para investir em suas antigas atividades econômicas. Para Hélcias, a SUDENE concluiu que havia dois tipos de pequenas e médias indústrias: 1- a pequena por natureza; 2- a pequena por conjuntura. A primeira não tinha possibilidades de crescimento, pois nascera assim, mas possuía a chance de competir com as grandes; a segunda, unida às questões econômicas e temporais, teria a oportunidade de crescimento ou não. Esse órgão sugeriu o seguinte: “Solução: fortalecer imediatamente o primeiro tipo e dentro do mesmo esquema de trabalho, assegurar o crescimento do segundo”⁹²⁷.

A criação dos Núcleos de Assistência Industrial (NAIS) ajudaria em sua recuperação mediante uma função integrada de financiamento e administração, pois era

⁹²³ HÉLCIAS, Anchieta. “Nordeste: SUDENE quebra círculo vicioso que prendia pequena empresa”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1970, p.16.

⁹²⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR/ SUDENE. Resolução nº4.126, Natal, 28 de novembro de 1968, p.1.

⁹²⁵ HÉLCIAS, *op.cit.*

⁹²⁶ *Ibidem.*

⁹²⁷ *Ibid.*

necessário o recurso, mas também ensinar ao empresariado a melhor maneira de usá-lo para visar a recuperação de suas indústrias. Isso fora feito em parceria com os Bancos regionais e o BNB que liberaram os empréstimos aos pequenos e médios empresários. Essa Assistência técnica e financeira se realizara paulatinamente e de acordo com cada estado do Nordeste. Por exemplo, em Pernambuco a ligação fora entre o NAIS e o BANDEPE a fim de recuperar o seu parque industrial de calçados da Timbaúba. Para Hélcias, “assegurou-se que não haveria a falência do outrora decantado “Projeto RITA”, graças ao realismo da SUDENE e o anonimato no trabalho das equipes dos NAIS e bancos estaduais de desenvolvimento”⁹²⁸. A construção, portanto, do I Encontro dos órgãos executores do Programa de Assistência às pequenas e médias indústrias do Norte se realizou a fim de aperfeiçoar e partilhar os novos caminhos tomados pelos projetos industriais que pertenciam ao RITA e foram incorporados pela SUDENE.

Para Sousa, os técnicos da SUDENE planejaram industrializar o Nordeste tentando mudar as suas estruturas, impulsionar o seu desenvolvimento e aumentar o produto interno. Isso se fez no intuito de resolver os problemas regionais que dificultavam o seu crescimento econômico. Para isso, construiu medidas para valorizar a indústria e esqueceu-se de impulsionar o sistema de irrigação, elemento esse importante para o aumento da agricultura – base econômica regional. Para ele, tal programa de “industrialização indiscriminada” tinha como base o “boom dos incentivos fiscais”. O desejo em industrializar o Nordeste impulsionou a construção de projetos fabris “mal projetados, pessimamente dimensionados” em que a falência fora rápida: “Naquela ocasião, em artigo na imprensa, discordei dos rumos da industrialização a ser implantada pela SUDENE. Ela não era a reclamada pela nossa situação nem pela nossa natureza”⁹²⁹.

Essa análise se fizera quando se olhou para o processo de industrialização de outros países, que tiveram mudanças científicas, tecnológicas e industriais, como também a criação de uma sociedade com características que retroalimentavam o crescimento do capital industrial. A ascensão da Europa Ocidental e do EUA, para Barraclough, mediante o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, foi mediada pelo acesso à tecnologia e não ao processo de sua criação. Dessa forma, a criação de um grande mercado consumidor e de mão de obra barata favoreceria a fabricação do produto em larga escala, tendo, portanto, as

⁹²⁸ HÉLCIAS, Anchieta. “Nordeste: SUDENE quebra círculo vicioso que prendia pequena empresa”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1970, p.16.

⁹²⁹ SOUSA, J. Colombo de. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1981, p.140.

crises como impulsionadoras desse processo, por exemplo, a Primeira e Segunda Guerra Mundial⁹³⁰.

Para David Cohen, os Estados Unidos da América estavam preocupados com as incursões comunistas na América do Sul, particularmente no Brasil, destacando o Nordeste brasileiro como a região em que os estadunidenses temiam o florescer das ideias comunistas. Para reverter esse quadro, a Aliança para o Progresso empreendeu vários projetos em sua área. Foi nesse momento que Cohen conseguiu uma bolsa pelo Projeto RITA para fazer suas pesquisas no Brasil. Ligado à Universidade de New York, ganhou uma bolsa de verão para estudar um tópico de sua dissertação de mestrado na América Latina, especificamente no Ceará, Brasil. No verão de 1967, chegou a Fortaleza, capital do Ceará para participar do PUDINE. Esses programas visavam comunidades rurais, destacando, para isso, que possuíam uma condição favorável em recursos naturais e transporte. O seu trabalho não se resumiu a PUDINE, mas atuou também nos outros projetos do RITA na USAID. Segundo ele, “todos nós em Fortaleza concordamos que a USAID não havia feito um bom trabalho de replicação de programas, pois esse esforço não incorporou várias das principais lições apreendidas no esforço original”⁹³¹.

Em 1966 se tinha 24 projetos industriais ligados ao RITA no Nordeste brasileiro. Segundo relatório lido pelos parlamentares norte-americanos em 1967 em seu Congresso, o RITA não tinha desenvolvido os conceitos reais, em outras palavras, os projetos não comungavam com a realidade social e econômica das localidades atingidas.

Defendeu-se que 25% das ações deveriam ser compradas pela comunidade local – essa ideia não funcionou; tendo um financiamento proibitivo, por exemplo, no Projeto RITA Colorado⁹³²; o programa de bolsas de intercâmbio de estudantes não foi valorizado pela USAID, cortando, assim, essas verbas; a falta de consistência do projeto sobre o valor líquido do lucro, como também a falta de clareza aos seus acionistas e diretores; a falta de relacionamento com as empresas privadas já existentes no Brasil e nos Estados Unidos da América; a sua expansão se deu rapidamente; o “marketing” foi descuidado no processo de implantação fabris, destacando, assim, o pouco investimento nessa área por parte das empresas; não se esclareceu que entre a venda da ideia e a produção se tinha um grande

⁹³⁰ BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. São Paulo: Editora Guanabara, 1976.

⁹³¹ COHEN, David. FOREIGN ASSISTANCE SERIES – EUA. **The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project**. Interviewed by John Pielemeier. Initial interview date: January 23, 2018, p.7.

⁹³² U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report nº219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.31-32.

espaço de tempo; as equipes dos técnicos norte-americanos não foram bem pensadas a fim de dar suporte necessário a realidade do Nordeste brasileiro; a estrutura organizacional e a hierarquia do RITA era frouxa, dando espaços para conflitos internos que impediam o andamento dos projetos. No final dessa lista de críticas sobre o RITA, deu-se o veredito: a experiência só seria considerada um sucesso se desse retorno financeiro aos seus investidores, pois, o capitalismo industrial deve dar lucro. Esse, por sua vez, era um sinal concreto do sucesso. Levando em consideração que boa parte de seus contratos terminavam em maio ou junho de 1967, defenderam rescindi-los⁹³³.

Financeiramente o RITA não provocou o aumento da renda de seus acionistas, como também não deu retorno aos órgãos que investiram nele. Entretanto, tornou-se um projeto importante que se ampliou e se tornou presente em vários espaços estratégicos no Nordeste brasileiro nos anos 1960, uma década de transição, crises e conflitos em que o Brasil saiu de uma situação democrática para uma autoritária; de uma política inicial de certa liberdade em relação a política internacional, para uma dependência dos EUA, atrelando, por exemplo, em seu quadro de funcionários, os norte-americanos. Ele, enfim, não era só um projeto de criação de fábricas, mas uma das estratégias norte-americanas de se fazer presente no Brasil, de influenciar seus rumos políticos e econômicos. A resistência a isso, provinha de gritos que ressoavam com mais robustez pós-1964: “trabalhadores uni-vos”⁹³⁴.

⁹³³ U.S. **Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay**. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report nº219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.31.

⁹³⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Montecristo Editora, 2012.

6 “TRABALHADORES UNI-VOS”

A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis socioeconômico, político, cultural, ideológico e “histórico” – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas⁹³⁵.

A partir de 1945 transformações urbanas e industriais ocorreram no Brasil, novos problemas foram colocados para a classe trabalhadora que não era mais a mesma. Dessa forma, os sujeitos que a compunha possuíam uma diversidade cultural e política, as ideias se mesclavam com a sua incorporação ao mercado consumidor e com algumas melhorias nas infraestruturas urbanas. Para Fontes, no cenário político brasileiro, entre 1945 e 1964, construiu-se um relacionamento diferenciado entre Estado e trabalhadores, cujo populismo era um conceito que o caracterizava e cujas relações pendulavam entre as tensões e as reciprocidades “em um sistema dinâmico de alianças e disputas entre esses atores sociais”⁹³⁶.

Os anos 1960 foram de tensões, crises e conflitos entre os trabalhadores e o Estado, por exemplo. Nesse período, verificamos as relações entre a urbanização dos principais centros nos estados brasileiros, as crises na indústria e no comércio devido a instabilidade política que contribuiu para o aumento da inflação, o golpe militar que retirou a República brasileira de seus caminhos democráticos e a imposição autoritária dos generais com o AI-5. Nesse capítulo, analisaremos as relações entre trabalhadores e Estado em meio a luta para a permanência de seus direitos garantidos que estavam pós-1964 sendo tirados pela agenda militar colocada em prol de dada modernização e industrialização nacional. Por exemplo, a defesa do “Novo Nordeste” feita pela cúpula dos generais, reunidos em Brasília, fora um discurso retórico e falacioso que reverberava pelos meios de comunicação da época. Mas, sobretudo, em ações e investimentos governamentais que tornava precárias as condições de trabalho e colocavam tais medidas como imprescindíveis para se retirar o Brasil da corrupção e da crise econômica.

Esse “Novo Nordeste” defendido nada mais era do que um velho Nordeste, desmontado do projeto anterior firmado pela SUDENE, quando coordenada por Celso Furtado, que buscava romper com as práticas antigas em relação às políticas implementadas em prol de sua industrialização e desenvolvimento. Qual a sua relação com o projeto RITA?

⁹³⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p.30.

⁹³⁶ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2002.

O RITA foi o projeto que ganhou maior visibilidade na SUDENE a partir de 1964, os militares deram credibilidade a ele e o ampliaram rapidamente para outros estados nordestinos sem uma análise prévia de seus primeiros resultados no Cariri cearense. Esse crescimento não fora apenas impulsionado pelo governo norte-americano, mas, sobretudo, brasileiro, que se figurara como seu maior investidor. Portanto, a sua política industrial tinha-o como modelo, espalhando-o no sertão nordestino. Para isso, movimentou as poupanças dos produtores rurais, comerciantes urbanos e donos das fábricas artesanais existentes.

Dessa forma, os trabalhadores, do campo e da cidade foram atingidos por essa iniciativa. Os artesãos viam a sua atividade sendo cada vez mais desvalorizada e eram bombardeados por uma propaganda de convencimento em prol de sua incorporação nos quadros de seus funcionários. Contudo, alguns desses empreendimentos começaram a falir no final da década de 1960 e os camponeses ficaram sem trabalho e renda. Isso piorou devido a defesa dos latifundiários nos anos 1960 da monocultura em sua propriedade; dentre outros motivos, tal mudança de plano de produção se fez visando suprir as empresas do RITA com matérias-primas necessárias. Isso as tornou dependentes de pequenos proprietários rurais que plantavam uma diversidade de produtos em seus territórios; que, por sua vez, não supriam a demanda de consumo, impondo o aumento da importação de insumos de outras regiões e acarretando a alta de seu padrão de vida. Para esse fluxo econômico era preciso ter dinheiro, com a falência das empresas o custo de vida aumentou, a imposição de grandes jornadas de trabalho e os cortes salariais se tornaram constantes. Os trabalhadores também estavam amordaçados sem poder reivindicar, pois o Estado autoritário pós-1964 retirava o direito de manifestação, a liberdade de lutar pelos seus direitos e pelo alimento diário.

A supressão das liberdades gerou explosões de resistências, os gritos, se não poderiam ser dados nas ruas, se faziam de outras maneiras, construíram-se outras estratégias mais sutis para minar o regime. Portanto, a resistência a esse “novo Brasil” se fazia presente no cotidiano de homens e mulheres no campo e na cidade, o seu silenciamento a partir de 1967 para o regime militar se colocava como urgente e fora um dos motivos do seu endurecimento com o AI-5. Esse Ato Institucional não nascera por acaso, mas fora resultado do medo dos militares do retorno da condição democrática do país, medo dos trabalhadores do campo e da cidade que estavam se mobilizando, de parte da sociedade civil e da Igreja Católica que não mais compactuavam com o golpe. Enfim, as suas bases não eram mais tão sólidas como imaginavam.

6.1 Gritos

Pelo menos dois terços da humanidade vivem em condições verdadeiramente sub-humanas, sobretudo na Ásia, na África e na América Latina [...] Dentro da América Latina, o Nordeste brasileiro tornou-se alvo de atenções especiais como região-problema e, a partir de 1959 – quando foi criada a SUDENE -, iniciou-se, nesta região, uma experiência de desenvolvimento econômico que hoje é considerada exemplo para todo o continente Latino Americano e, até, para o Terceiro Mundo.⁹³⁷

Nessa citação, retirada do manifesto da Ação Operária Católica, temos uma oposição clara ao projeto de “desenvolvimento econômico” que se realizava no Nordeste pós-1964. Tal documento se forjou por meio das denúncias feitas pelos órgãos ligados aos trabalhadores do campo e da cidade que sentiam o impacto dessas medidas governamentais em sua vida diária. Esses órgãos, especialmente os de imprensa, buscavam denunciar por meio de suas matérias as condições desumanas imposta a essa classe nos anos de chumbo. Nesse momento, o processo de industrialização regional tomava outros rumos, a SUDENE mudara de posição sobre tal empreitada, o modelo estrangeiro e os seus ideais tornaram-se predominantes. O elemento de desqualificação dos que chegavam às fábricas e a pobreza com a qual se deparavam nas cidades fazia com que se enchessem de expectativa pela mudança e pelo sentimento de frustração de seu sonho, por exemplo, em melhorar a sua qualidade de vida.

O discurso sobre a pobreza no Nordeste se atrelava à questão das secas, em que emergia a figura dos flagelados. A partir disso, os agentes sociais movidos para a resolução desse problema não foram apenas os engenheiros das frentes de serviço, que buscavam empregar mediante obras públicas os homens do campo e da cidade – resolução característica de um Nordeste agrário, mas também o investimento em projetos dos engenheiros industriais que planejavam a industrialização do campo em prol de promover sua modernização, enfatizando, por sua vez, a sua imagem vinculada ao urbano e à indústria. Por exemplo, o projeto RITA do engenheiro Morris Asimow fora um dentre outros ampliados no Nordeste nos anos 1960; outro elemento foi a criação de instituições estaduais para o desenvolvimento, como CODEPE e CODEAL. Portanto, examinaremos, neste capítulo, os discursos desses atores sociais. Para Decca (1983), ao analisarmos os enunciados produzidos pelos operários,

⁹³⁷ ACO. Ação católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.69-70.

temos que levar em conta que eles não eram homogêneos e possuíam uma multiplicidade de tendências políticas⁹³⁸.

Dessa forma, olhamos as suas experiências por meio de sua participação em movimentos sociais, de sua reminiscência visual, de sua descrição, da narração de imagens e do uso do fotojornalismo, enquanto formador de um regime imagético, cujo tempo e espaço os atribuíam significado e concretude. Dessa forma, a escrita do visível, a operação de tornar o olhar referência cristalizada no papel, torna-o histórico em seu rastro impresso e na produção cinematográfica, por exemplo. Enfim, o seu escrever transmitia o que se apreendia por meio das experiências do sentido, tocando assim o consciente e o inconsciente dos que a praticavam; o visual e a oitiva, nessa operação, eram viscerais.

Dessa forma, caminhamos pelos traços dessas experiências dos trabalhadores e seus movimentos sociais – entendidos de uma forma mais ampla que o discurso clássico de resistência de classe. Para Merton, aqueles que trabalham na fábrica são impactados com o método de produção que em longo e curto prazo agrega elementos estranhos e gera mudanças “nas rotinas de trabalho que modificam o ambiente social imediato do trabalhador”⁹³⁹. Dessa forma, a presença do novo gerou no Nordeste efeitos colaterais vindos do uso da tecnologia e da fundação de unidades fabris, gerando a desvalorização do trabalho artesanal. Contudo, esse tipo de produção não conseguiu incorporar a quantidade de mão de obra existente. Essa mudança abalou a sua rotina e a capacidade do trabalhador em conseguir a sua subsistência. Isso gerou na região bolsões locais de desemprego, instalando no trabalhador dois sentimentos: a insegurança e a ansiedade.

Esse ambiente de incerteza após 1964 se instalou no Nordeste brasileiro, em sua zona urbana e rural. Isso não colocou em suspensão a rotina do trabalhador, mas destruiu a sua autoimagem que tinha edificado mediante os vínculos entre as suas habilidades e as lutas sociais. Como continuar labutando no clima de repressão imposto pelos militares? Como sobreviver as novas formas de trabalho prescritas pelo advento da tecnologia e da repressão militar?

O processo de alienação do trabalhador, para Merton, gera-se em um descompasso entre a atividade laboral e o sentimento de pertencimento a um grupo social. Esse fosso se edificara pelo uso da remuneração como forma de distinção social, ou seja, “como o principal

⁹³⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934). 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 1983.

⁹³⁹ MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013, p.235.

símbolo de *status* social são ambas desenvolvidas pela ausência de significado social que se possa atribuir à tarefa [de trabalho]”⁹⁴⁰.

A remuneração se tornou elemento de seu *alter ego*, a sobrevivência individual se fazia presente mais do que o sentimento coletivo de luta de classe, o ideal capitalista de consumo e de individualismo-competitivo adentrava nas brechas dos costumes e valores do sertão nordestino a partir da década de 1960. Nesse momento de transição, percebemos a construção de pontes de convivência entre o moderno e o antigo. Entretanto, as tensões entre as mudanças impostas às condições e aos modos de se fazer ligados às tradições familiares, nos mundos do trabalho, movimentaram novas resistências. Nos anos pós-1964, essa modernização se fez no modelo conservador e plutocrático. Por exemplo, expor publicamente que se levantava uma bandeira em favor das melhorias salariais e das condições de trabalho no Brasil era impregnar-se do estigma de subversivo. Essa caracterização-estigma não ficava presente somente na retórica discursiva da elite econômica e do governo militar, mas se encarnava nas perseguições aos trabalhadores no chão da fábrica, com prisões e torturas.

Contudo, o crescimento do número dos trabalhadores, nessa década, requereu uma organização do grupo, pois tal ampliação criou elos de semelhança por meio de uma solidariedade subjetiva. Nesse embalo se agregaram ao seu tratamento, em sua relação face a face, outros termos como companheiro e militante, dando-lhe igualdade e o direito ativo no grupo. A destruição da subjetividade do operário e do camponês, de sua transformação em um quantitativo opaco, conduzido pelo desejo de produção, era uma forma de agregar a disciplina capitalista em sua rotina. Esses laços de amizade teciam o convívio social fora e dentro da unidade de trabalho, seja uma fábrica ou fazenda, e, principalmente, quebrava com o seu assujeitamento e reificação.

Verificamos, então, um crescimento da classe trabalhadora no Nordeste, e sabemos que esses dados são oficiais, ou seja, existiam mais trabalhadores que o apontado pela documentação analisada. Entretanto, tornaram-se invisíveis, pois sua prática informal não lhes garantia as condições salariais dos formalizados. Mesmo sabendo dessas questões que envolvem esse tipo de fonte, destacamos tais elementos, pois o crescimento formal dos trabalhadores levava a criação de unidades sindicais – órgãos oficiais usados para a luta dos trabalhadores. Por exemplo, em Crato, um dos municípios em que se implantou o RITA, em 1966 se tinha estes sindicatos, dentre outros: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil (Francisco Fernandes de Moura, presidente); Sindicato dos Trabalhadores

⁹⁴⁰ MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013, p.237.

das Indústrias de Extração de Óleo Vegetais e Animais de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão (Pedro Sebastião de Holanda, presidente); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados (Wilson Borba, presidente); Sindicato dos trabalhadores Rurais (José Teófilo Almeida, presidente)⁹⁴¹. Sobre os projetos fabris e o aumento das vagas de trabalho no Nordeste, segundo Hirschman,

Os projetos aprovados até junho de 1967 criam 67.800 empregos novos. Compare-se a cifra com a força de trabalho industrial que, em 1959, era de 176.800. Cada NCr\$20.580 investido cerca de US\$ 600 à taxa de câmbio corrente, cria um novo emprego. Esta não é, certamente, uma taxa trabalho-capital animadora para uma região com problemas de desemprego, mas é a contrapartida inevitável da modificação da estrutura industrial, já notada, do setor de bens intermediários e de capital. A relação que caracteriza os investimentos industriais do Brasil, em geral, não leva em consideração as atividades que surgirão para servirem às indústrias criadas pelos incentivos do artigo 34/18. É precisamente nesse setor de serviços que a relação trabalho-capital é mais alta que nas indústrias mais básicas que compreendem as induzidas pelo artigo 34/18⁹⁴².

O seu crescimento formal mediante o investimento dos órgãos federais, como a SUDENE, significava sua ampliação, mas também a precarização de suas condições salariais. Tais fábricas usavam o batalhão de desempregados que aceitavam, por sua vez, as condições postas pelo serviço informal. Isso se fizera pelas novas relações entre trabalho e capital, que passava a ser entreposto pela incorporação da tecnologia no campo e na cidade, com a imposição aos trabalhadores formalizados em usar com perícia esses artefatos tecnológicos, como também de fabricar o produto comercializado sem o seu uso, caso o equipamento quebrasse. O trabalhador no Nordeste tinha outra face, a do artesão ou do camponês; essa diferença se fazia de acordo com o espaço de sua atuação. Dessa forma, uma parte considerada das fábricas criadas na região era de cunho rural, sendo uma tentativa de industrializar o campo e conseguir aumentar o seu mercado a partir da construção de uma linha de produção. Enfim, o projeto RITA nasceu nessa perspectiva e isso lhe deu visibilidade dentro dos órgãos de financiamento federal como SUDENE e BNB. Na tabela abaixo, podemos visualizar o crescimento dos estabelecimentos industriais e dos operários no Brasil.

⁹⁴¹ “Edital de convocação da Assembleia Geral ordinária”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, 06 de março de 1966, p.2; “Edital de convocação da Assembleia Geral ordinária”. **Jornal A Ação**, Crato, ano XXVI, 19 de junho de 1966, p.3.

⁹⁴² HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. **Revista Brasileira de Economia**, v.21, n.4, 1967, p.22.

Tabela 12 - Brasil: indústrias e trabalhadores

Ano	Estabelecimentos industriais	Quantidade de Operários
1940	49 418	781 185
1948	34 681	1 309 076
1960	110 771	1 512 239
1970	164 793	2 699 969

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941; IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1961; IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

A partir dos dados acima, averiguamos um entremeio, a década de 1950, mas não o conseguimos encontrar. Entretanto, consideramos que fora o momento de impulso na construção de unidade fabril que saiu de 34 681 fábricas oficiais em 1948 para 164 793 em 1970. Nos anos 1950, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, se fomentou programas que buscavam industrializar e urbanizar o Brasil. O aumento fabril se deu em seu Sudeste, aumentando o fosso entre as suas regiões, como também impregnando-o do seguinte capital simbólico: a região brasileira mais industrializada e urbanizada. Essa ampliação dos investimentos do capital privado e público promoveram a criação de fábricas de grande porte em São Paulo, por exemplo. Essa ampliação do campo de trabalho no Sudeste impulsionava também a propagação da imagem de prosperidade ligada às possibilidades abertas por suas indústrias. Esse desejo de conseguir a sobrevivência ou condições melhores de vida impulsionaram a migração dos artesãos e camponeses para esse espaço em prol de obter essas vagas de trabalho entre 1948 e 1970. Vejamos a tabela abaixo sobre o aumento do número de trabalhadores oficializados no Nordeste:

Tabela 13 - Nordeste: crescimento dos trabalhadores oficializados

Estados	1948	1958	1970
Maranhão	5 663	5 120	12 322
Piauí	2 636	1 264	6 779
Ceará	8 643	11 834	39 951
Rio Grande do Norte	2 333	8 265	16 768
Paraíba	15 155	11 240	19 762
Pernambuco	62 982	58 460	89 331
Alagoas	15 800	14 512	20 725
Sergipe	11 255	9 060	11 295
Bahia	26 748	24 019	59 329

Fonte: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949; IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959; IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

Verificamos que o aumento dos formais se dera de um modo mais lento em relação aos dados da tabela I. Isso nos ajudou a perceber como na primeira tabela a presença da região Sudeste impulsionara a elevação do número de vagas de trabalho e fábricas. Dessa forma, se não tomarmos cuidado, introjetaremos o discurso oficial de que o Brasil se transformou em um país moderno, urbano e industrial. A construção dessa imagem buscou homogeneizar o discurso por meio dos dados quantitativos. Entretanto, ao compararmos com os dados específicos de cada estado, podemos questionar os gerais e detectar qual o estado e a região em que a industrialização e a urbanização acontecia.

Portanto, não podemos pensar o trabalhador do Nordeste da mesma forma daquele do Sudeste, ou seja, os que atuavam nas fábricas de Juazeiro do Norte (CE) não eram os mesmos de São Paulo (SP), as suas relações subjetivas, econômicas, sociais, culturais e políticas com o trabalho eram outras. O Nordeste tinha nos anos 1960 como sua principal atividade o setor primário, a industrialização pensada para mudar essa realidade era a do campo e de seus produtos, por exemplo, o modelo adotado pelo RITA. O aumento que se fez no Nordeste do número de trabalhadores e, conseqüentemente, de unidades fabris se associava a esses projetos de construção de fábricas coligadas ao financiamento privado e público que ocorrera nos anos 1960, como também o processo de urbanização das capitais dos estados nordestinos com o processo de migração interna provocado pela crise econômica e política de então.

Para Castoriadis, os trabalhadores são sensíveis aos aspectos que caracterizam a crise de uma sociedade, sentem as rupturas sociais e econômicas nos espaços em que habitam. Isso provoca, por sua parte, uma reação às mudanças, uma “erupção da atividade revolucionária de massa”⁹⁴³. A criatividade dos trabalhadores da cidade e do campo na formulação de estratégias e táticas de luta nos fez perceber os traços de dada autonomia que provocou fissuras nas redes das relações socioeconômicas. Essa potência oculta, para Castoriadis, moveria o dinamismo da luta e se encarnava em atos revolucionários. Dessa forma, a existência do trabalhador afetava a suas decisões e as formas pelas quais escolhia lutar contra as injustiças sociais: “os operários se apropriam da cultura burguesa, mas a faz invertendo seu significado”⁹⁴⁴. Para ele, essa luta cotidiana se dava por meio implícito e explícito, dando outros contornos aos conceitos tradicionais de luta de classe e não os separando do processo cognoscível da história dos trabalhadores.

⁹⁴³ “de una irrupción de la actividad revolucionaria de las masas”. CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero: Cómo luchar**. Barcelona: Tusquets editores, 1979, p.11, tradução nossa.

⁹⁴⁴ “Los obreros se apropiaran de la cultura burguesa, pero al hacerlo invierten su significación”. *Ibidem*, p.66, tradução nossa.

Por exemplo, manifestos foram feitos pelos membros da Ação Católica no território brasileiro nos anos 1960. A Ação Católica brasileira (ACB) teve como base de sua organização a Liga Operária Católica (LOC), que, para Estevez, era destinada “aos adultos e com raízes fortes no assistencialismo Católico”⁹⁴⁵. A ACB foi fundada em 1935 no Brasil por D. Sebastião Leme como uma forma de restaurar o catolicismo no modelo italiano, alguns de seus ramos eram a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Dessa forma, ligava-se a um olhar mais conservador da Igreja e objetivava servir como uma opção para os operários contra o partido comunista. Entretanto, a partir de 1960 com o nascimento do “cristianismo da libertação”⁹⁴⁶ dentro da Igreja Católica no Brasil a ACB incorporou esse discurso e reorientou as suas práticas, aproximando-se assim dos sindicatos e do Partido Comunista. Para Soares, por exemplo, a JUC se tornou mais militante para as questões políticas e sociais, tendo por isso conflitos com alguns sacerdotes da Igreja, que condenavam sua leitura da realidade que misturava socialismo e Sagrada Escritura. Entretanto, por outro lado, a ala mais progressista da Igreja a apoiava, como D. Helder Câmara⁹⁴⁷.

Em 1965 a Ação Católica da Arquidiocese de São Paulo, coordenada pelo monsenhor José Lafayette Ferreira Alves, tratou o tema do desemprego que atingia os trabalhadores. Em uma reunião com os seus membros e militantes, destacaram que o “desemprego é o problema que mais aflige as famílias dos trabalhadores”⁹⁴⁸. Para isso, destacaram que as fábricas que empregavam 1.400 operários, reduziram o seu corpo de funcionário para 600, outras reduziram a jornada de trabalho. Essa, entretanto, ocasionou a “diminuição nos salários de seus empregados de 20 e 25%”⁹⁴⁹. O medo do corte os rondava, tornando-os apreensivos e instáveis naquele momento. Os embates entre a ACO de São Paulo e aqueles que defendiam o contrário se faziam por meio da depreciação de seu manifesto. Por exemplo, colocando-o como mera abstração dos seus membros. Dessa forma, a ACO

⁹⁴⁵ ESTEVEZ, Alejandra Luisa magalhães. **A Igreja e os trabalhadores Católicos**: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p.106.

⁹⁴⁶ Segundo Löwy (2007), o “cristianismo da libertação” foi uma linha dentro da teologia brasileira que nasceu nos anos 1960. Nesse empreendimento, a Juventude Universitária Católica brasileira (JUC) foi o grupo que realizou a sua implantação tendo como base o pensamento progressista católico francês, por exemplo, Emmanuel Mounier e o movimento “Economia y Humanismo”. Isso o ajudava a responder aos problemas sociais vivenciados no campo e nas cidades brasileiras propondo assim mudanças sociais importantes. Nos anos 1970 esse movimento da JUC ganhou solidez tanto política como teológica, tal nova situação se expressou pelo termo “Teologia da Libertação”. LÖWY, Michael. La théologie de la libération : Leonardo Boff et Frei Betto. Bruxelles, Belgique, **RISAL.INFO**, article publié le 14 mars 2007. Link: http://risal.collectifs.net/article.php3?id_article=2065.

⁹⁴⁷ SOARES, Eudaldo. **Pensamento católico brasileiro**: influências e tendências. Marília: Oficina Universitária, 2014.

⁹⁴⁸ “Manifesto da Ação Católica”. **O Estado de São Paulo**, 1 de junho de 1965, p.4.

⁹⁴⁹ *Ibidem*.

construiu um modelo de manifesto que desse visibilidade às experiências dos trabalhadores, a saber, colocou-as em uma narrativa dentro do texto para derrubar o discurso oposicionista⁹⁵⁰. Alguns desses relatos foram citados de forma direta por alguns jornais, por exemplo, em “O Estado de São Paulo” e o “Jornal do Brasil”.

Uma viúva e 3 filho se estão alimentando apenas de arroz e chuchu porque os dois perderam o emprego. Um chefe de família, por estar desempregado há meses, desesperado, abandonou o lar na miséria, dizendo que só retornaria quando arranjasse trabalho; outra família vendeu vários de seus pertences porque dois dos quatro que trabalhavam foram demitidos e o orçamento doméstico reduzido a mais de 40%; um pai intimou uma senhora na feira, com a carteira cheia, a lhe dar algum dinheiro para comprar alimento para os filhos, dado o alarma ele foi preso e espancado como ladrão⁹⁵¹.

A palavra de ordem da ACO em São Paulo era recusar o silêncio, pois eram trabalhadores e a única renda que possuíam provinha de seu trabalho. Nesse embate, lembraram que era preciso pedir a ajuda dos sindicatos e se mobilizar para lutar contra os abusos “a dignidade do homem”⁹⁵². Para isso, esclareceram que a ACO de Santo André também tinha feito um manifesto contra a situação de seus trabalhadores em 9 de maio de 1965. Portanto, a luta deveria, para eles, ser coletiva mediante os órgãos sindicais e a política, pois a “ação coletiva é o único meio de fazer respeitar os seus direitos”⁹⁵³. Dessa forma, fazem apelo aos trabalhadores para que consigam vencer o “flagelo do desemprego”⁹⁵⁴.

Em Santo Amaro, o padre francês José Maon, criador da ACO naquele espaço, destacava que o número de desempregados cresceu para 40% e a “angústia e o desespero crescem entre as famílias operárias de Santo André, São Bernardo e São Caetano”⁹⁵⁵, ou seja, no ABC paulista. A ACO do estado de São Paulo denunciava que o desemprego gerou o “espectro da fome”⁹⁵⁶. Nesse clamor de denúncia do manifesto, esclareceram que não havia inocentes e nem o desconhecimento sobre o que ocorria “no mundo do trabalho”, que o silêncio em relação a isso era uma autorização para a perpetuação das injustiças contra os operários e operárias: “o desemprego ameaça a unidade da família, com o espectro da miséria. A atual crise, como pode ser constatada por estes fatos leva os chefes de família ao desespero,

⁹⁵⁰ Em São Paulo os membros da Ação Católica eram operários que em sua maioria vinha da Juventude Operária Católica. “Desemprego Igreja faz advertência”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de junho de 1965, p.7.

⁹⁵¹ “Manifesto da Ação Católica”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de junho de 1965, p.4.

⁹⁵² *Ibidem*.

⁹⁵³ *Ibid.*

⁹⁵⁴ *Ibidem*.

⁹⁵⁵ “Clero escreve a Castelo tratando do desemprego”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 19 de maio de 1965, p.17.

⁹⁵⁶ “Desemprego Igreja faz advertência”, *op.cit.*

à revolta e até a loucura”⁹⁵⁷. Tal condição reduzia o seu orçamento doméstico, gerava o conflito dentro da família: “decepção dos adolescentes e das crianças, quando não chega a forçar até a prostituição para sobreviver”⁹⁵⁸.

A Ação Católica Operária do Nordeste construiu também manifestos para denunciar as condições de trabalho dos seus operários e camponeses. Para isso, recolheu testemunhos dos vários estados que o compunha. O primeiro manifesto foi criado em 1966, cuja pauta principal era pedir o apoio para os trabalhadores do Nordeste “vítimas de perseguições de todo tipo”⁹⁵⁹: “*Manifesto sobre a situação dos trabalhadores no Nordeste (1966)*”. Esse documento fora construído a partir de uma reunião de padres e leigos no Recife em fevereiro de 1966. Nele destacaram desde o não pagamento de horas extras, colocadas como obrigatórias para os patrões, até a imposição de “trabalhos pesado aos operários mais idosos e as mulheres”⁹⁶⁰, dispositivo declarado do controle por meio da punição. Nessa situação, os filhos eram postos para trabalhar desde jovens e com o aumento da miséria da família as filhas ingressavam no mundo da prostituição.

Portanto, a denúncia dos trabalhadores contra a apatia e condescendência dos poderes públicos na resolução da situação e a sua proteção a classe patronal reverberava nos dilemas cotidianos que as famílias operárias passavam, criando uma clima de indignação e revolta: “vez por outra um desses chefes de família, desesperado e impotente, abandona o lar ou procura refúgio noutros ambientes, para fugir à visão do filho com fome”⁹⁶¹. Sem ter o que fazer e abandonados à opressão do patrão que ditava as regras, os trabalhadores buscavam os meios possíveis para sobreviver diante disso: “nesses lares nasce a medicância disfarçada ou declarada e, até o ladrão precoce. É a família destruída, porque sem condições para atender e alcançar suas finalidades”⁹⁶².

Essa imagem confluiu vários elementos que reverberava problemas sociais, utilizados para indicar à sociedade que os operários estavam sofrendo, mas que a classe abastada criava um ambiente avesso. Os membros da ACO defendiam o modelo de família tradicional, combatiam o “espetro da fome” e o “flagelo do desemprego”, pois temiam que tais condições gerariam consequências imprevistas e, principalmente, provocassem a destruição da instituição “família”, reguladora e controladora dos homens e mulheres por

⁹⁵⁷ “Desemprego Igreja faz advertência”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de junho de 1965, p.7.

⁹⁵⁸ *Ibidem*.

⁹⁵⁹ “Manifesto da Ação Católica denuncia terror no Nordeste”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Sábado, 30 de abril de 1966, p.3.

⁹⁶⁰ *Ibid*.

⁹⁶¹ *Ibidem*.

⁹⁶² *Ibid*.

meio da perpetuação de uma moral conservadora dos costumes. A fragilidade dessa instituição como pensada pela Igreja Católica colocaria em risco a estrutura econômica e social que alicerçava a sociedade. Portanto, o medo do abalo da superestrutura criada por essa instituição favoreceria uma revolução de valores que abriria precedentes para uma profunda revolução estrutural – tal constatação era feita pela Ação Católica à sociedade brasileira de então.

Os sindicatos deveriam proteger os operários, mas a sua força política após 1964 foi retirada, não tendo mais respaldo nem para a classe que deveria defender e nem tampouco para a opinião pública: “A região nordestina está cheia de sindicatos sem qualquer expressão classista, sem capacidade reivindicatória e sem prestígio. A classe operária do Nordeste é menos uma classe e mais um imenso agrupamento de pessoas destruídas”⁹⁶³. Os Bispos do regional Nordeste II lançaram um manifesto que esclareceu ao governo que se não melhorassem as condições dos trabalhadores se declararia sua opositora. Esse documento provocou tensões dentro da região, por exemplo, entre o sociólogo Gilberto Freyre e Dom Helder Câmara. O padre Guilherme Andrade, diretor do Jornal Católico Nova Era, combateu a postura de Gilberto Freyre e caracterizou-a de “estranho comentário”. Esse intelectual criticou as posturas dos bispos do regional Nordeste II, coordenados por Dom Helder. Para o padre Andrade, o prestígio de Freyre não iria protegê-lo de uma crítica e que os Bispos tinham direito de protestar contra o governo⁹⁶⁴. Gilberto Freyre defendia o golpe militar e acusou D. Helder de ser político, de incorporar e defender o comunismo e ser o responsável pela decadência moral dos jovens nordestinos. Para deslegitimar a fala do arcebispo de Olinda e Recife, o referido sociólogo o comparou ao nazista Goebbels e ao russo Kerenski, afirmando que ele estava arquitetando se candidatar à presidência da República e abrir o Brasil ao comunismo⁹⁶⁵.

Em 1 de maio de 1967, momento em que o Brasil comemorou o Dia do Trabalho, a Ação Católica Operária (ACO - Nordeste) lançou outro manifesto com o seguinte título: “*Nordeste: desenvolvimento sem justiça*”. Esse documento foi divulgado no Nordeste

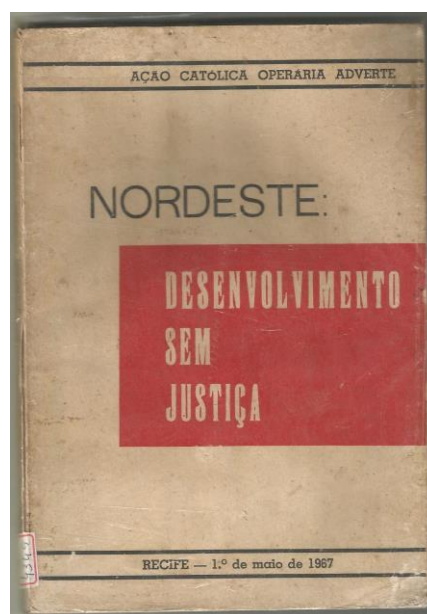
⁹⁶³ “Manifesto da Ação Católica denuncia terror no Nordeste”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Sábado, 30 de abril de 1966, p.3.

⁹⁶⁴ “Represálias não mudam a ação da Igreja: Nordeste. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 13 de setembro de 1966, p.1.

⁹⁶⁵ CUNHA, Diogo Arruda Carneiro. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva neto**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007; CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculos no meio dos caminhos: modelos eclesiais em conflito na Região Nordeste II (1965-1990)**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

brasileiro e no Brasil antes da encíclica “*Populorum Progressio*”, do papa Paulo VI, que defendia a política de desenvolvimento, mas essa comprometida com a justiça e a paz⁹⁶⁶. Tal documento foi uma construção coletiva dos operários que compunham o movimento, ou seja, o manifesto “nasceu da angústia e do sentido de responsabilidade de um grupo de operários do Nordeste, militantes da Ação Católica Operária, depois de analisarem em comum a situação da classe trabalhadora na região – região que se diz em franco desenvolvimento”⁹⁶⁷. A divulgação e feitura do documento foi apoiada também por D. Helder Câmara, pela Ação Católica Rural (ACR), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Figura 8 - Manifesto da ACO



Fonte: ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste:** Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967.

Para a Tribuna da Imprensa, o “Manifesto” não tinha vinculação partidária. Tal fator era destacado a fim de rebater as críticas e as perseguições que ocorriam contra a ACO. Para isso, reforçaram que os elementos que o compunham eram balizados por uma “filosofia nobre” e uma “ideologia superior”; ligando-o, portanto, à Igreja e à chamada “Doutrina Social”⁹⁶⁸. Outro elemento era o que chamou “sôpro de humanismo” que o animaria. Dessa forma, também afastavam aqueles que o colocava como um manifesto comunista. Essas

⁹⁶⁶ Papa Paulo VI. **Populorum Progressio**: sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Paulus, 2000.

⁹⁶⁷ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste:** Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.1.

⁹⁶⁸ “O manifesto da Ação Católica Operária”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1967, p.4.

especificações e limitações foram importantes para reforçar as reivindicações feitas, afastar as críticas que usavam da cristalização de um imaginário preconceituoso para deslegitimar e desvalorizar tal luta e reforçar que provinha da análise das condições e experiências concretas dos trabalhadores no Nordeste, seus dilemas e suas dificuldades: “Não se trata de um humanismo piegas, formalista, de laboratório ou de gabinete, mas de quem lança raízes na sociedade, na realidade brutal de uma região, como o Nordeste, onde a exploração humana, a desagregação, atinge os limites do inimaginável”⁹⁶⁹.

Dessa forma, os que escreveram eram trabalhadores, tiveram contato direto com os do campo e da cidade por meio das reuniões católicas de setor, por exemplo. Expunham, para o referido jornal, um “humanismo vivido”⁹⁷⁰, cujos traços se verificava ao condenar o projeto de industrialização e desenvolvimento implantado no Nordeste desde 1964. Esse processo não levava em consideração o próprio homem, colocando o mercado acima da vida humana. Portanto, tal projeto de desenvolvimento estava “desvinculado do homem, seja ele o assalariado das cidades, ou o produtor marginalizado dos campos. É a crítica que se faz ao projeto RITA, do professor Morris Asimow, à Aliança para o Progresso e, inclusive aos próprios planos diretores da SUDENE”⁹⁷¹.

A miséria relatada dos trabalhadores no Nordeste era paralela a construção de grandes fortunas, o aumento do fosso entre o pobre e o rico impulsionado pelo modelo de industrialização defendidos pós-1964. A denúncia da ACO, para a Tribuna da Imprensa, não era “subversão” como colocada pelo governo e por outros meios de comunicação. Para isso, ligou o discurso da ACO a encíclica papal “Populorum Progressio”⁹⁷². Essa estratégia era uma forma de proteger o grupo e de retirar a carga negativa que se colocava na opinião pública: a negação dessa denúncia tinha como base um discurso preconceituoso, pejorativo e de demonização.

Dessa forma, os mercadores do ódio buscaram implantá-lo nas pessoas naquele momento da crise brasileira, elevando um inimigo e buscando sacrificá-lo como maneira de expor-lhe que os problemas eram causados pelos subversivos e ao destruí-los essas dificuldades seriam solucionadas. Para isso, manejaram os reservatórios de ódio existentes na sociedade brasileira, dando-lhes novas espessuras e aprofundando-os como dispositivos temperamentais em sua política e economia. Isso servia como justificativa para as agressões, as práticas de tortura mental e física nos anos de chumbo no Brasil.

⁹⁶⁹ “O manifesto da Ação Católica Operária”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1967, p.4.

⁹⁷⁰ *Ibidem*.

⁹⁷¹ *Ibid*.

⁹⁷² *Ibidem*.

Entretanto, esses dispositivos manejados pela cultura burguesa não foram suficientes para conter os grupos subalternos que reagiram às suas ameaças. Dentre as denúncias dos trabalhadores, por exemplo, destacavam a redução dos salários, a perseguição aos que pediam demissão (isso retirava do empregador os encargos com a demissão) e a utilização da “Justiça do Trabalho como meio de capitalização, de retenção da moeda, ainda que isso signifique a deterioração da economias operárias e camponesas”⁹⁷³.

Ao fazê-lo, para essa Imprensa, o operariado cristão sabia que poderia ser perseguido pelo governo. Ao denunciar essas “injustiças e imperfeições sociais” defendiam que “nenhuma distorção se corrige com a passividade, a omissão, o alheamento”⁹⁷⁴. Portanto, o colunista anônimo terminou conclamando a sua leitura, mas com o coração aberto para entender as suas mensagens e os seus pedidos:

Leiamos, pois, com respeito, o humilde pronunciamento dêsses operários cristãos. Meditemo-lhes as palavras, pesemo-las e depois conceda-se ajuda para encontrar soluções justas aos seus sofrimentos, sem pensar em votos, em usufruto como se tornou comum há dezenas de anos, nas sofridas e pobres regiões do país⁹⁷⁵.

Endereçados a todos os homens de boa vontade e que eram responsáveis pelo que estava ocorrendo, particularmente aos que moravam no Nordeste. Nele não se tinha soluções concretas, mas sugestões e críticas usadas para que os responsáveis pudessem meditar sobre as suas ações através dos recursos da retórica religiosa. Os construtores do manifesto afirmaram que o seu objetivo era “despertar as consciências com e para a verdade”⁹⁷⁶. Para isso, a equipe teve contato com dados vindos dos estados nordestinos por intervenção das células da ACO, contemplando assim boa parte dos estados pertencentes a essa região.

Levando em consideração a perseguição sofrida pela classe trabalhadora nesses anos de ditadura militar, os redatores do manifesto resolveram evitar “os detalhes identificadores de pessoas e empresas, porque se pretendeu, apenas, extrair o significado das atitudes”⁹⁷⁷. Nele destacaram a tentativa de incentivar a mudança de atitudes, o compromisso com a justiça e a dignidade humana. Para justificar as suas ideias, ligaram-nas aos documentos da Igreja, como uma forma de se protegerem da perseguição e da taxaço por criticarem o governo e a classe patronal, por exemplo, da alcunha de comunista, bem como

⁹⁷³ “O manifesto da Ação Católica Operária”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1967, p.4.

⁹⁷⁴ *Ibidem*.

⁹⁷⁵ *Ibid.*

⁹⁷⁶ ACO. Ação católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.1.

⁹⁷⁷ *Ibidem*, p.2.

minar os seus reservatórios de ódio. Citando os documentos da Igreja, buscavam, através do recurso religioso, levar esses grupos a uma reflexão sobre qual Nordeste e desenvolvimento se buscava. Por exemplo, destacaram a encíclica “*Pacem in Terris*”, de João XXIII, e o “*Manifesto dos Bispos do Nordeste (1966)*”.

No Manifesto resumiram as principais pautas discutidas nos outros documentos construídos anteriormente, dando também espaço nessa narrativa para os exemplos concretos ou, no linguajar religioso, para “os testemunhos”. O Nordeste estava passando por mudanças, problemas sociais e econômicos. Para solucioná-los investiram em infraestrutura, como a expansão das redes da CHESF e a construção de estradas que ligavam internamente os estados. Além disso, construíram uma política de industrialização que usara os incentivos fiscais e financeiros para mover e fortalecer o capital interno e externo⁹⁷⁸. Isso se fizera levando em consideração o alto índice de trabalhadores e trabalhadoras desempregados que se tornavam para as empresas, criadas em seu território, mão de obra barata, como também migravam para os principais centros urbanos em seus estados, onde sua habitação era edificada nos bairros periféricos. Para a ACO,

Nesses bairros – que são uma constante em toda a América Latina, com nomes diversos: alagados, no Recife; favelas, no Rio de Janeiro e São Paulo; malocas, no Rio Grande do Sul; alagados ou invasão, na Bahia; vila miséria, na Argentina; invasão ou tugúrios, na Colômbia; barriada, no Perú; quilombo, no Panamá, etc – se concentram os grandes contingentes de desempregados do Nordeste. São homens e mulheres com famílias numerosas, na sua maioria sem especialização profissional, com empregos mal remunerados, sub-empregados ou, simplesmente, desempregados⁹⁷⁹.

Conforme a ACO, Recife se utilizou disso para pensar essa condição, haja vista que esse processo migratório lhe era forte. Quando se falava de Recife, significava, à época, a “Grande Recife”, que se compunha pela capital e quatro municípios circunvizinhos que representavam juntos 1,5% do território pernambucano onde se encontrava 30% da população estadual. Nessas zonas urbanas o aumento demográfico era desproporcional às vagas de emprego ofertadas, provocando, assim, uma erosão social. Segundo a SUDENE, em 1965 se detectou que nas zonas urbanas nordestinas se tinha um milhão de sub empregados⁹⁸⁰.

Essa cifra se manuseara como indício para se pensar a marginalização do operário e do camponês no Nordeste. A ACO, por meio do manifesto, criticou os técnicos da SUDENE

⁹⁷⁸ ACO. Ação católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.9.

⁹⁷⁹ *Ibidem*, p.10.

⁹⁸⁰ *Ibid.*

que levavam em consideração os “índices de crescimento global”, as metas econômicas, o recuo ou avanço dos investimentos mais do que as condições sobre-humanas postas aos trabalhadores. Nesse intuito de convencimento da população, demonstraram isso com gráficos vazios e o recurso matemático para dar visibilidade ao chamado crescimento econômico e o recuo da inflação. Para a ACO, edificava-se paralela a isso uma “criminosa contradição”: “na mesma medida em que a região se torna mais rica pelo desenvolvimento, maior é o número dos marginalizados, dos que não participam dessa riqueza, dos que não se beneficiam desse desenvolvimento”⁹⁸¹. Na defesa de um “Novo Nordeste” pelos poderes públicos, pautado por esse ideal de desenvolvimento, solicitava-se uma formação profissional do trabalhador, que não tinha condição de arcar com ela; e para analisar os dados que chegavam aos órgãos do governo para balizarem políticas de auxílio a essa população em estado de vulnerabilidade, usavam a “objetividade fria do tecnicismo”⁹⁸².

Para não entrarem em conflito com a classe patronal, resguardarem-se dos dispositivos temperamentais movedores dos reservatórios de ódio, que dizia estar movendo o desenvolvimento do Brasil, a ACO afirmou que não lhe era contra, pois se o desenvolvimento fosse pensado para modificar as condições estruturais impulsionaria a construção de um mundo melhor para as classes sociais, levando em consideração o homem e a sua humanização. Processo esse impulsionado pela sua relação consigo e com a coletividade que participa. Defendia, assim, que o homem não podia ser somente a meta prioritária desse projeto econômico, mas também o seu agente consciente que transformaria os aspectos econômicos, mas, sobretudo, os sociais⁹⁸³.

Essa ideia de desenvolvimento usada pela SUDENE e pelo governo brasileiro pós-1964 destoava com a defendida anteriormente, alicerçada pelo principal teórico naquela década da teoria econômica do desenvolvimento, François Perroux⁹⁸⁴. Para Perroux, esse processo deveria promover os homens em uma interação de trocas de bens, informações e símbolos⁹⁸⁵.

O processo de desenvolvimento praticado no Nordeste pós-1964 estava construindo mais distinções sociais, aumentando o fosso entre pobres e ricos. O desenvolvimento como um “ciclo de conflito” estava se fazendo por embates sem tensões

⁹⁸¹ ACO. Ação católica Operária adverte. **Nordeste: Desenvolvimento sem justiça**. Recife, 1º de maio de 1967, p.10.

⁹⁸² *Ibid.*

⁹⁸³ *Ibidem*, p.11.

⁹⁸⁴ François Perroux, economista francês e professor do Collège de France, Universidade de Lyon e Paris. Destacamos também a sua elaboração em 1955 da teoria dos pólos de crescimento.

⁹⁸⁵ Essa era a diferença entre progresso e desenvolvimento para ele. PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

diretas, em que a classe patronal mandava e desmandava e o trabalhador não tinha como contra-argumentar sobre essas situações. Para ACO,

E o trabalhador é uma vítima desses conflitos, porque não é defendido nem está preparado para se defender. Assim, enquanto se afirma que “o Nordeste é a região que mais cresce no Brasil”, a classe operária nordestina sofre uma miséria gradativa, que pode ser retratada;

- nos salários reduzidos e sonegados;
- no crescimento vegetativo do desemprego e no desemprego que a modernização industrial provoca;
- no clima geral de exploração do trabalho;
- no desrespeito cada vez maior e mais refinado às leis trabalhistas;
- na ausência de uma política de criação de empregos, o que causa um progressivo descompasso entre a oferta de novos empregos (muito pequena) e a oferta de mão-de-obra (muito grande)⁹⁸⁶.

Denunciavam a materialização capitalista dos problemas e o uso do homem nesse jogo, que no Nordeste se construía em uma economia de “valorização do capital” e do “pragmatismo liberal”⁹⁸⁷ que tinha como meta prioritária o lucro. Isso fugia com os projetos para a região construídos anteriormente pela SUDENE e por outras instituições. Na edificação desse “Novo Nordeste” se fomentou a instalação de grupos privados, sejam nacionais ou estrangeiros, que tomaram conta da economia regional; a lei da oferta e da procura se figurou como principal conceito econômico nesse processo de industrialização; bem como as “grandes reformas setoriais (economia canavieira, indústria têxtil, as variáveis dos grandes mercados, dominados pelo capitalismo nacional e internacional)”⁹⁸⁸.

A SUDENE, responsável pelo planejamento regional em prol da industrialização, adaptou-se ao interesse do capital dos grandes grupos econômicos. Isso favoreceu o aumento da concentração de renda nas mãos de poucos. Nesse cenário, o trabalhador nordestino se tornou mão de obra barata e desqualificada nesse processo de industrialização em que se usava uma “alta tecnologia”⁹⁸⁹. Por exemplo, os trabalhos criados, para a ACO, eram limitados, pois a “máquina substitui o homem com maior rentabilidade” e as vagas criadas requeriam do empregado uma “especialização profissional que o trabalhador nordestino não possui, por falta de oportunidade”⁹⁹⁰. Dessa forma, a Ação Católica Operária, ressaltou que esse estilo de industrialização não resolvia o problema do desemprego e não distribuía renda,

⁹⁸⁶ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.12.

⁹⁸⁷ *Ibidem*.

⁹⁸⁸ *Ibid*, p.12-13.

⁹⁸⁹ *Ibidem*, p.13.

⁹⁹⁰ *Ibid*.

criticaram o papel da SUDENE que reforçava essa política e não criava uma que visasse o trabalhador nordestino.

Dessa forma, o que fazia era beneficiar “os grandes proprietários, para os quais os sistemas de financiamento funcionam”, por sua vez, o lavrador e o “pequeno agricultor, sem crédito, sem assistência técnica, sem instrumentos de comercialização, perde, normalmente, os lucros na ganância do intermediário e do agiota e cai, por isso, não poucas vezes, também no ciclo da miséria”⁹⁹¹. Por exemplo, os camponeses estavam em uma situação de miséria, de fome e injustiça. Nesse sentido, destacaram que 70% dos nordestinos trabalhavam com a agricultura e que a reforma agrária favoreceria o aumento da produção e o seu acesso à terra. A sua exploração pelos patrões e a situação de miséria no campo os moviam para os centros urbanos em prol de conseguir o seu sustento.

Dessa forma, trabalhadores do campo e da cidade ligados à ACO se uniram para a construção desse manifesto, pois, segundo a ACO, o desemprego, a injustiça e a exploração foram fatores que promoveram a sua concórdia. Dessa forma, ao tratarem sobre o trabalhador no Nordeste pós-1964, verificavam a relação ínfima entre as condições de trabalho do campo e da cidade, e a identificação dos elementos comuns de reivindicação. Para a ACO,

Eles se confundem no analfabetismo, nas condições humilhantes da habitação, na medicância, nas doenças endêmicas, na mortalidade infantil, na dignidade espezinhada, na sub-alimentação, nos filhos sem escola, nos sindicatos sem vitalidade, na previdência social inoperante, no desemprego, na falta de lideranças, na marginalização, enfim⁹⁹².

Dom Helder Câmara em 1966 fez conferências com a temática da justiça social, em que denunciava a situação dos trabalhadores e a relação entre patrão e operário no Nordeste. Por exemplo, no dia 16 de dezembro, na Escola de Química da Universidade Federal de Pernambuco, a pauta principal de sua fala foi denunciar os abusos cometidos contra os trabalhadores. Esse bispo era um dos mentores e apoiadores da ACO, ajudando os seus líderes a tornar público os desmandos patronais nos anos de chumbo no Brasil. Para os seus militantes⁹⁹³,

Não se pode ficar calado e omissos quando se sabe que até o chamado Projeto RITA, implantado no Nordeste pelo Prof. Morris Asimow, e que se destina a motivar as

⁹⁹¹ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.14.

⁹⁹² *Ibid.*

⁹⁹³ O termo “*militante*” era a forma como os membros dos movimentos ligados ao “cristianismo da libertação” se tratavam. Portanto, esse conceito é carregado pelo sentido temporal, religioso e político daquela época.

forças de comunidades do interior para a implantação de pequenas e médias indústrias, com base em matérias-primas locais, está traindo suas finalidades, na medida em que, adotando tecnologias avançadas, tem escasso poder de absorção de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que, nas fábricas já existentes, o tratamento dados aos trabalhadores em nada difere do geral⁹⁹⁴.

A menção do RITA no manifesto não se fez só pela crítica em relação ao uso de maquinários tecnológicos que desfavoreceria a ampliação de vagas de emprego, mas também às condições de trabalho dos seus operários. Para a ACO, no Cariri cearense, onde se realizara o projeto-piloto, espaço cuja experiência se instalara a mais tempo, a situação era humilhante.

Numa das fábricas (cerâmica), por exemplo, os operários estão sujeitos a uma atividade pesada, exaustiva e perigosa para a própria saúde. Além de só muito poucos terem carteira profissional assinada e receberem salário família, a ninguém é paga gratificação por insalubridade, nem mesmo aos que trabalham no forno de queima de matéria-prima, onde devido à temperatura-ambiente, um homem, normalmente, não pode trabalhar mais de um ano. Noutra fábrica do mesmo programa (calçado), pagam-se salários vergonhosos. Na secção de confecção de caixas, a operária que mais ganha, recebe, apenas, quatro mil e seiscentos cruzeiros (velhos) por semana. Entretanto, o Projeto RITA é apontado e contado como um dos grandes instrumentos de desenvolvimento regional⁹⁹⁵.

Esses rastros das condições dos trabalhadores nas fábricas do RITA agregaram mais elementos, para a análise feita anteriormente, mediante os dados estatísticos contidos nos documentos oficiais das empresas submetidas à SUDENE. A sua resistência estava associada a incorporação de um conjunto amplo de experiências operárias e camponesas que também experimentavam tais condições no chão das fábricas e das fazendas. Para a ACO, nas capitais nordestinas a opressão não estava apenas na fábrica, esses trabalhadores ao chegarem nas cidades procuravam moradia e se submetiam as condições desumanas e insalubres.

Portanto, os bairros que foram fundados pelos trabalhadores do campo que chegavam aos centros urbanos de seus estados se edificaram de forma espontânea e não planejada. Dessa forma, as condições de infraestrutura básica eram inexistentes, levando-os a viverem na miséria. Ao chegarem nas capitais, como Fortaleza, agregavam-se ao exército de desempregados, por exemplo, com a modernização nos anos 1960 de suas fábricas do setor têxtil foram demitidos 50% dos funcionários.

Essa situação se agravava, ou seja, o paternalismo reforçava a situação de injustiça do trabalhador. Essa relação era usada como “suborno das consciências” e

⁹⁹⁴ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.20.

⁹⁹⁵ *Ibidem*, p.21.

“amaciamento da capacidade reivindicatória”⁹⁹⁶. Isso lhe induzia defender posições contrárias aos interesses de seu grupo social, ou seja, comprava-se “o silêncio para esmagar a dignidade humana”⁹⁹⁷. Juntamente a isso, acobertava-se a exploração da miséria dos trabalhadores. Para exemplificar isso, citaram o caso de um proprietário de dada fábrica de tecidos em Pernambuco que se elegeu para um cargo no legislativo e conseguiu o voto dos operários “a troca de importâncias que oscilaram entre três e cinco mil cruzeiros (velhos)”⁹⁹⁸.

Os manejos da classe patronal em submeter os trabalhadores se dava tanto pela via simbólica como pela ação concreta. A primeira servia para amaciá-los, usando, para isso, a religião para construir elementos comuns e de igualdade; posteriormente, quando se tinha certo equilíbrio de força, se aproveitavam para impor as suas ações e ideias. Para isso, legitimavam-se mediante a retórica e a prática autoritária, usavam o argumento da perseguição e da punição para aqueles que se revoltavam contra as suas medidas.

Certa fábrica cearense, resolveu comemorar o Natal com bonitas mensagens de solidariedade humana, de fraternidade cristã, de “paz na Terra e Glória a Deus nas alturas”. Mas, no fim da semana, descontou nos salários o dinheiro correspondente ao dia de Natal. Também no Ceará, um Moinho facilita, aos trabalhadores, a compra de bicicletas, liquidificadores, máquinas de costura e outros aparelhos utilitários, descontando o pagamento em parcelas mensais. Esse é o preço do silêncio, pois quando alguém reclama ou manifesta descontentamento, por mais legítima que seja a reação, simplesmente é punido com a demissão sumária⁹⁹⁹.

Uma certa servidão do trabalhador ao mandonismo dos empresários fora pelo manifesto colocado como movido pelo medo e insegurança. Esse criado pela alta do desemprego e pela lei do mais forte. Atrelado a isso, a ausência de lideranças sindicais, causara o sentimento de abandono e de falta de amparo de uma instituição que os protegessem perante as imposições dos patrões: “Mêdo, inclusive, de serem considerados subversivos, que é a primeira classificação que recebe alguém que cede à tentação de reclamar. E o mêdo aprofunda-se na vida e na mentalidade do operário: medo de falar, medo de ouvir, medo, até, de pensar”¹⁰⁰⁰.

Outro caráter de destaque foi a subnutrição dos trabalhadores nordestinos. Alguns programas assistencialistas foram fundados pelo governo, mas só conseguiram resolver o problema da fome por alguns dias, retornando a dificuldade. Por exemplo, o Programa

⁹⁹⁶ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.25.

⁹⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁹⁸ *Ibid*, p.25-26.

⁹⁹⁹ *Ibidem*, p.26.

¹⁰⁰⁰ *Ibid*.

Alimentos pela Paz, da Aliança para o Progresso, “autêntica esmola oficial, que regionaliza o espírito de mendicância e destrói a capacidade de luta pela promoção humana”¹⁰⁰¹. Essa crítica era feita mediante a defesa por uma educação política e uma política de educação para o trabalhador. Reivindicaram, assim, a construção de uma política de educação que promovesse a “promoção dos trabalhadores”¹⁰⁰². A SUDENE construiu o Seminário de Educação e desenvolvimento em dezembro de 1966 em Recife, mas não seguiu essa linha. A ACO comentou que se propagava uma educação que transformava o homem em mero consumidor e competidor; e a SUDENE compactuava com ela: “jovens operários que vagueiam de emprego em emprego”¹⁰⁰³. Colocaremos em seguida um pedaço do trecho do documento desse órgão federal contido no Manifesto:

Assim, será necessário que cada homem, como propulsor do desenvolvimento, possa capacitar-se profissionalmente, criar hábitos novos, atitudes, valores e aspirações que permitam uma participação efetiva no processo de expansão, tanto da oferta quanto da demanda dos bens e serviços. A forma precípua de promover tal desenvolvimento nos é dada pela educação. Por outro lado, considerando o homem como beneficiário do desenvolvimento, condições de melhor estar devem ser promovidas. Deve ser facilitado ao homem o acesso generalizado a essas condições que lhe permitam integrar-se no universo e nos meios humanos, fruir dos bens de cultura, do conhecimento em si, das artes, da literatura, expandir, orientar seu lazer, desenvolver relações afetivas e sociais mutualmente enriquecedoras¹⁰⁰⁴.

Para ACO, em uma fábrica de Fortaleza, quando o trabalhador era admitido tinha que assinar, “por coação, um documento em que se comprometem a não querer carteira profissional assinada, a não pagar a Previdência Social e a não sindicalizarem”¹⁰⁰⁵. Dessa forma, o trabalhador era explorado nesse projeto de desenvolvimento do Nordeste, promovido pelo governo federal mediante os seus órgãos oficiais, como a SUDENE. Para isso, narraram uma lista de casos que aconteciam no Nordeste com o trabalhador.

- Conceber, apenas, quatro horas de repouso a um operário doente de hepatite, quando o médico havia ordenado uma licença de 30 dias. (Fortaleza);
- manter sem registro, sem 13º mês, sem férias e sem acesso aos benefícios da Previdência Social, operários com mais de quatro anos de trabalho contínuo numa empresa (Recife);
- não pagar as horas extras que se exigem aos operários para atender à demanda do produto que se fabrica. (Natal);

¹⁰⁰¹ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.27.

¹⁰⁰² *Ibid*, p.28.

¹⁰⁰³ *Ibidem*, p.29.

¹⁰⁰⁴ *Ibid*.

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*, p.34.

- Não pagar os aumentos salariais garantidos pelos contratos e acordos coletivos, forçando a uma situação de fome, porquanto o aumento do custo de vida é contínuo (São Luiz, caso dos arrumadores);
- afastar do trabalho os operários antigos e substituí-los por menores, a quem pagam salários inferiores (Alagoás, fábricas de tecidos);
- desconhecer, no caso das domésticas, o direito às férias, ao repouso semanal, a horário certo, a um tratamento humano, enfim¹⁰⁰⁶.

Para pressionar os operários e convencê-los a realizar o que queriam, os patrões transferiam aqueles especializados para o trabalho braçal, como forma de punir e demonstrar que o crescimento na empresa não se associava a capacitação, mas a sua relação com o empregador e sua doação para a maior produtividade das fábricas. Colocavam também no cargo de chefia os operários estrangeiros e obrigavam os mais antigos a fazerem acordos a fim de saírem da empresa: saíam “humilhados e ofendidos” com esses “acordos injustos”¹⁰⁰⁷. O mal tratamento se fazia como forma de estratégia patronal para conseguir que o trabalhador pedisse a sua demissão. Essa violência simbólica e física se fazia pela carga excessiva de trabalho, pelas repetições dos movimentos e pela falta de equipamentos de proteção. Por exemplo, os que adquiriam a deficiência visual das péssimas condições de trabalho na empresa eram “jogados de um lado para outro, de turno em turno”¹⁰⁰⁸, até concordarem em pedir demissão e consentirem o acordo abusivo do patrão, era o caso de uma fábrica de tecidos em Aracajú. Os trabalhadores no Nordeste também eram “obrigados a assinar recibos em que atestam receber o salário mínimo quando, na verdade, lhes pagam menos”¹⁰⁰⁹. Os empresários pós-1964 lutavam com mais força para destruir a estabilidade do trabalhador. Nesse jogo político e econômico com o governo de então não consideravam nem “os direitos conquistados, nem a garantia da legislação, nem as consequências que se projetam nas famílias dos operários estáveis demitidos”¹⁰¹⁰.

- Em Aracajú, uma operária, com 26 anos de casa, foi forçada a aceitar acordo de, apenas, 100 mil cruzeiros (velhos);
- Em Natal, numa fábrica de confecções, não deixam o operário ir além de cinco anos de trabalho contínuo. Ao chegar ao terceiro ou quarto ano, demitem-no sumariamente, substituindo-o por um recém contratado;
- Em Fortaleza e, praticamente, em toda a região há fábricas que, sistematicamente, demitem os operários antes de atingirem um ano de trabalho, para readmití-los, depois, para novo período;
- Numa fábrica em Paulista (Pernambuco), boa parte dos auxiliares de escritório era constituída por trabalhadores antigos no lugar, sem curso de especialização, mas

¹⁰⁰⁶ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.34.

¹⁰⁰⁷ *Ibidem*, p.36.

¹⁰⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁰⁹ *Ibidem*.

¹⁰¹⁰ *Ibid.*

com prática de muitos anos. Recentemente, os que, entre esses auxiliares, tinham mais de vinte anos de casa, foram obrigados a transmitir seus conhecimentos a experiência a jovens recém-admitidos, as quais, ganhando já melhores salários, os substituíram pouco depois. Como os antigos recusaram as condições do acordo que a empresa lhes propunha, foram colocados, sem função, noutra setor e, pouco tempo depois, simplesmente demitidos.

- Ainda em Paulista, um operário estável que cedeu às pressões e aceitou um acordo de 800 mil cruzeiros (velhos), já tentou duas vezes suicídio, devido à miséria em que vive com sua família¹⁰¹¹.

A situação operária no Nordeste se poderia verificar por meio da análise do desenvolvimento e das condições de trabalho nas indústrias têxteis que passaram por uma crise no final da década de 1950. Em um diagnóstico da SUDENE, em 1961, foram destacados pela ACO que os equipamentos usados eram ultrapassados, desfavorecendo o aumento da produção e acarretando uma maior recorrência de acidentes de trabalho, além do excesso de mão de obra e da falta de financiamento. Essas seriam as causas de seu estrangulamento no Nordeste. Para lhe dar capacidade de sobreviver e competir, se investiu na modernização de seu maquinário e se promoveu programas de capacitação de sua mão de obra. Mais da metade das 61 fábricas no Nordeste foi atingida por essa reforma. Essa modernização, que substituiu as máquinas mecânicas pelas automáticas, gerou uma onda de desemprego que causou o impacto considerado nas capitais nordestinas. Para ACO, “não se pode aceitar que a atitude da SUDENE se limite a observar os fatores de ordem econômica, desprezando as repercussões sociais da reforma”¹⁰¹². Essas reformas empreendidas pela SUDENE não levaram em consideração as condições dos trabalhadores, olhando apenas para questões meramente técnicas. Para ACO,

Em nome do progresso e do desenvolvimento estão sendo jogados na miséria alguns milhares de trabalhadores, sem que se tomem quaisquer decisões paralelas, visando a oferta de novos empregos para esses homens sacrificados. Na Companhia Paulista de Tecidos, de Pernambuco (mais de dois mil operários em duas fábricas), foram demitidos, entre 9 de janeiro e 2 de fevereiro do corrente ano, 300 (trezentos) operários estáveis, entre os quais cinco membros da diretoria do respectivo Sindicato, num desrespeito duplo à lei da estabilidade. O fato de todos os demitidos serem operários com mais de dez anos de casa, caracteriza o objetivo da decisão da empresa: eliminar dos seus quadros os operários estáveis. Tanto assim é que, após as demissões, a empresa admitiu novos empregados para alguns dos setores, como é o caso dos escritórios¹⁰¹³.

Isso estava provocando um clima instável nos municípios que as possuíam. Alguns Sindicatos enfrentaram tal problema, outros não. Por exemplo, em Recife foram

¹⁰¹¹ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.37.

¹⁰¹² *Ibidem*, p.44.

¹⁰¹³ *Ibid.*

demitidos 700 operários em 1967. Essa omissão dos sindicatos, cujo setor jurídico era fraco e a burocracia da justiça do trabalho tornava lento os seus processos, provocava uma situação de miséria. Por exemplo, a ACO citou o caso de dois operários de uma fábrica de tecelagem em Recife. O tecelão, tido como “operário-modelo”, tinha mais de 22 anos de serviço e detinha o primeiro lugar de eficiência em seu setor de serviço; a tecelã, tinha 18 anos de empresa também era considerada eficiente, recebeu até gratificações que corroboravam com essa imagem. No ano de 1965, ambos não quiseram pegar a sexta máquina imposta pelo patrão. A sua decisão era embasada e viam claramente o jogo do empregador para os prejudicar: “Além do espaço físico que mais uma máquina exigiria, e de estar caracterizada uma alteração do contrato de trabalho, êles sabiam que o índice de produtividade cairia, com os consequentes prejuízos financeiros”¹⁰¹⁴.

Essa empresa não “admitia rebeldia”, foram transferidos para outra empresa do grupo empresarial, mas essa se localizava em um bairro mais distante que requeria um maior deslocamento, gastos com o transporte e com o tempo de percurso. Tal troca era uma punição que usava da violência simbólica para mostrar ao trabalhador que o patrão manda e controla. Além disso, esses operários só chegaram a trabalhar nessa nova fábrica depois de sofrerem tortura mental feita por seu patrão mediante os dispositivos temperamentais:

Foram, primeiro, colocados numa casa de isolamento (chamada “Museu”), sem trabalho. Após várias semanas de chantagens e ameaças, para que aceitassem um acordo extorsivo, chamaram-nos, finalmente, ao trabalho mas para máquinas de mais difícil operação e pior remuneração do que as da antiga fábrica¹⁰¹⁵.

Essa tecelã recorreu à justiça para denunciá-lo e requerer os seus direitos trabalhistas, mas a falta de assistência jurídica foi colocada pela ACO como um dos fatores que a desfavoreceu, fizera-se um acordo em 9 de fevereiro de 1967. Já o processo do tecelão aguardava o julgamento no T.R.T de Pernambuco. Para ACO, “o fato dos trabalhadores, mesmo assim, ganharem quase sempre as questões, prova que a atitude patronal desrespeita e fraudada a própria legislação, mas a ação corretiva dos tribunais de trabalho frequentemente se torna inútil, pela demora com que se processa”¹⁰¹⁶.

Esse mal funcionamento da justiça do trabalho acabava favorecendo os desmandos e as injustiças dos patrões contra os operários, que ao longo do processo eram perseguidos e explorados. Outro fator destacado era a omissão e o afastamento dos líderes

¹⁰¹⁴ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.50.

¹⁰¹⁵ *Ibid.*

¹⁰¹⁶ *Ibidem*, p.51.

sindicalis que deixavam o cargo, e aqueles que assumiam eram oportunistas que o usavam para realizar seus próprios interesses e não da classe trabalhadora: “é a prostituição do sindicalismo”¹⁰¹⁷.

Esse manifesto recebeu maior visibilidade que o primeiro, a materialidade de sua produção também proporcionou uma ampla divulgação para os trabalhadores nas várias dioceses do Nordeste. Por exemplo, em Jaboatão o apresentou e o explicou para 1500 operários e camponeses no SESI da cidade. Nessa atividade estavam presentes o assistente da ACO, Padre Romano, o presidente da Câmara dos vereadores, do sindicato dos ferroviários e o do sindicato rural, tendo naquele momento o apoio dos operários e camponeses que confirmavam em testemunho o que o manifesto denunciava¹⁰¹⁸.

Os descasos e as opressões vivenciadas pela classe trabalhadora também eram verbalizados por meio do *Jornal Grito no Nordeste*, boletim criado pela Ação Católica Rural em 1967, publicado em Recife e com uma periodicidade trimestral. Apesar de criado na sede regional do movimento, tinha-se correspondentes nas várias células da ACR nos estados do Nordeste.

Para denunciar o descaso e a perseguição dos donos de engenho pertencente a zona canavieira de Pernambuco, entrevistara o delegado sindical do engenho Garapú, Pedro Cícero. Esse boletim deu visibilidade aos trabalhadores e às suas reivindicações, a ideia não era informar, mas falar em alta voz. Isso significava chamar atenção, impactar e tentar acordar grupos para o que estava acontecendo com o trabalhador do campo e da cidade: “Patrões em atraso com os trabalhadores, desrespeito às leis trabalhistas e, em consequência as famílias morrendo de fome”¹⁰¹⁹.

Isso promoveu no sindicato rural de Caabo uma votação favorável a uma greve coletiva, com durabilidade de 3 meses, que foi solucionada com a intervenção da justiça do trabalho que deu causa ganha aos trabalhadores. O uso pelos trabalhadores dos mecanismos da justiça do trabalho era importante também como forma de resistência e de garantir que sua voz não fosse silenciada. A primeira pergunta da entrevista feita pela equipe da ACR ao Pedro Cícero fora sobre os motivos da greve. Para o referido trabalhador, ela se fez:

Para exigir dos patrões o pagamento dos 13º salários de 63,64,65,66; pagamento também dos feriados que eles não vinham pagando; por causa também de não cumprimento por parte dos patrões com o salário proposto no último acordo

¹⁰¹⁷ ACO. Ação Católica Operária adverte. **Nordeste**: Desenvolvimento sem justiça. Recife, 1º de maio de 1967, p.56.

¹⁰¹⁸ “trabalhadores aplaudem manifesto”. **Diário de Pernambuco**. Terça-feira, 25 de julho de 1967, p.3.

¹⁰¹⁹ ACR. Entrevista. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, Janeiro e março, 1967, n.1, p.11.

trabalho: salário de 1.820 cruzeiros velhos e só pagavam 1.320 cruzeiros velhos. Contrato de trabalho de seis horas e eles davam tarefa do trabalhador passar 16 horas pelos mesmos CR\$ 1.320. Férias vencidas que nunca foram pagas. A greve foi feita para que tudo isso fôsse cumprido¹⁰²⁰.

No caso do engenho onde trabalhava, engenho Garapú, não se deflagrou a greve, pois se fizera um acordo com o patrão. Duas propostas foram pensadas: a primeira obrigava o empregador pagar os salários atrasados mediante “um hectare de terra dado ao trabalhador pelo débito com escritura passada e material para uma casa pôsto no pé da construção”¹⁰²¹, direito a 8 meses de serviço ou 10 hectares de terra para o seu cultivo no engenho de Tabatinga, e se o trabalhador pretendesse comprar a referida propriedade o patrão era obrigado a ajudá-lo com as questões técnicas e financeiras; a segunda, por sua vez, era que o proprietário doasse ao sindicato rural um de seus engenhos, no caso se requeria o Setubal, para que se tentasse uma experiência de reforma agrária, dividindo-o em lotes para os trabalhadores.

Segundo o Pedro Cícero, alguns aceitaram a primeira proposta, outros rejeitaram as duas. Dessa forma, a classe ficou dividida e perdeu força para realizar uma greve coletiva. Contudo, aqueles que aceitaram estavam afoitos, pois o patrão não tinha realizado nada do combinado até aquele momento em que esse delegado sindical participou da entrevista. Os que não compactuaram com o acordo foram convocados por Cícero para irem a Justiça do Trabalho para solucionar o caso mediante a sua intervenção¹⁰²².

O uso das entidades religiosas ajudava a construir na classe trabalhadora rural características que promoviam a edificação de uma consciência e sentimento de pertencimento ao grupo. Por exemplo, sendo perguntado sobre o papel da ACR junto aos trabalhadores Cícero respondeu:

Ela ajudou e muito; além de espírito de união, ela ajudou na formação da mentalidade do povo. Por exemplo: ninguém aceitou a proposta de acordo feita pelo sindicato porque ele não ouviu os trabalhadores antes de prôpor acôrdo ao patrão. Outra coisa foi a mentalidade da criação de um maior espírito de responsabilidade da parte do povo. Ninguém foi pela conversa dos outros. A gente queria que cada um pensasse e assumisse por si mesmo o acôrdo que lhe parecesse melhor¹⁰²³.

A opressão feita pelo patrão aos trabalhadores do campo, especialmente da região canavieira pernambucana, era posta por outros depoimentos ao longo das publicações feitas

¹⁰²⁰ ACR. Entrevista. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, Janeiro e março, 1967, n.1, p.11.

¹⁰²¹ *Ibidem*, p.11-12.

¹⁰²² *Ibid.*

¹⁰²³ *Ibidem*, p.12-13.

pelo referido Boletim. Por exemplo, Maximino Pereira de Lima relatou um caso, o de Ambrósio. Esse trabalhador tinha 6 filhos e trabalhava a mais de 14 anos, mas seu salário era muito pouco. Para Lima, a sua família “vivia na maior necessidade. Tudo morrendo de fome, porque o seu salário não era nem a metade do salário mínimo”¹⁰²⁴. Revoltado com a sua situação, entendeu que não poderia reivindicar os seus direitos sozinho, pois tinha medo das consequências de um confronto direto com o empregador: “êle vendo que estava sendo injustiçado com a sua família resolveu sindicalizar-se para ter fôrça de cobrar os seus direitos”¹⁰²⁵. Como reação a isso, seu patrão o demitiu. Na matéria “Fala um sindicalista”, publicada em 1967, no Boletim Grito no Nordeste, escrita por um trabalhador que como forma de se proteger não colocou o seu nome, temos o seu Grito materializado nas linhas de sua narrativa:

Quando nós começamos a desempenhar um trabalho pela conquista dos nossos direitos, sem esquecer os nossos deveres; quando nós condenamos as injustiças praticadas aos pobres trabalhadores que tanto lutam no meio rural a serviço dos que possuem terras e só querem moradores enquanto estes podem derramar suor em quantidade, chamam-nos subversivos. Mas o salário que estes ganham não dá para o sustento da pobre família, que muitas vezes come uma ave por dia. E assim estas famílias vivem uma vida de miséria. Por isso, somos tratados de subversivos, mas já basta de calúnias! Porque a maior subversão - são famílias abandonadas nos bairros pobres das cidades, onde se forma o anel da miséria¹⁰²⁶.

Os trabalhadores rurais nessa luta contra os donos de engenho na zona da mata pernambucana também sofreram o ápice da violência: o assassinato. Em 1968, no engenho Mariúna, em Goiana (PE), o trabalhador Joaquim Celso Leão foi assassinado. Segundo comunicou o presidente do sindicato, o crime foi realizado por Esnaldo Menezes de Freitas, rendeiro do engenho, em companhia de seus comparsas.

De acôrdo com a versão oferecida pelo Sindicato dos trabalhadores rurais de Goiana, no dia 23 do mês passado, o rendeiro do engenho Mariúna, Ednaldo Menezes de Freitas, acompanhado dos seus empregados, Ademir Correia, Luiz Benvindo, Manoel de tal e o ajudante de tratorista conhecido por Dedo, após afastar o trabalhador rural Joaquim Celso Leão, para um lugar êrmo, assassinou-o com um tiro na garganta¹⁰²⁷.

¹⁰²⁴ ACR. “Um camponês fala”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, n.1, Janeiro-março, 1967, p.13-14.

¹⁰²⁵ *Ibidem*.

¹⁰²⁶ *Ibid*, p.1.

¹⁰²⁷ ACR. “A situação do campo”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.5, janeiro-março, 1968, p.3.

No outro dia, os trabalhadores no caminho do engenho encontraram-no ainda respirando. Segundo a matéria, José Gomes da Penha, Antônio Carneiro de Almeida, José Felipe e o presidente do Sindicato de Goiana, José Estêvão, acharam Joaquim ainda vivo, mas ele não conseguiu sobreviver. Esses trabalhadores relataram que a bala atingiu o seu pescoço e que o rendeiro do engenho Mariúna e seus comparsas tinham cometido o assassinato. O seu falecimento no dia 25 gerou comoção e deixou os trabalhadores em alerta de possíveis novos ataques: “adiantaram ainda os dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura que em Goiana o clima é de insegurança, principalmente porque Ednaldo Menezes de Freitas, em 1965”, pois “já matou um outro trabalhador rural, por motivo de pouco importância, crime que lhe valeu pouco tempo de prisão”¹⁰²⁸. Esse relato fora colocado com o intuito de exemplificar a situação de tensão e conflito que vivenciavam. Esse Boletim congregava relatos de experiências de outros estados nordestino, por exemplo, o Padre José Maria de Aratuba (Ceará), relatara-os em sua matéria a “situação de Francisco Benevides”¹⁰²⁹. Em sua narrativa, dava visibilidade as condições de vida e de trabalho de Francisco Benevides. Vejamos o seu grito:

Vive na terra do patrão onde mora numa choupana velha, planta num pedacinho de chão que lhe dá umas dez cargas de rapadura e alguns sacos de farinha (10 alqueires ou seja 120 quilos). Não tem direito ao almoço nem assistência médica, nem à escola. O patrão pede este operário 3 dias de serviço por semana a quem paga Ncr 1,00 por dia. Os outros três dias são do operário. Ele que se vire. Conclui-se que o Operário ganha apenas Ncr 3,00 por semana, por mês Ncr12,00. Ninguém pode viver com 12 cruzeiros por mês. O operário para não morrer de fome com a sua família tem que comprar fiado nas budegas. Nesta hora o patrão aparece novamente mostrando-se consciente ou inconscientemente mal-intencionado e diz para o operário: “Eu posso te fornecer fiado até o comêço da safra, mas tu tens que me venderes primeiro, antes de vender a outro, os produtos que plantaste no pedacinho de chão que te dei para plantar, a fim de pagares o fiado do fornecimento”, depois de me pagares poderás vender o resto a quem quiseres¹⁰³⁰.

José Maria questionou em seu texto sobre como estavam os trabalhadores no Pernambuco, realçado as condições vivenciadas no Ceará. Francisco Lopes, do sítio Cantinho no Ceará, reforçou as condições de miséria vivenciada pelos trabalhadores em contraponto ao discurso propagado de desenvolvimento do Nordeste, por exemplo, pela SUDENE. Para quem era ele? O que ele seria? Para Lopes: “Fiquei revoltado com o sofrer dos operários das usinas daí...Aqui no Ceará já sabemos tôdas as escravidões dêste povo. Vamos trabalhar pela

¹⁰²⁸ ACR. “A situação do campo”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.5, janeiro-março, 1968, p.4.

¹⁰²⁹ *Ibid*, p.5.

¹⁰³⁰ ACR. “ Situação de Francisco Benevides”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.5, janeiro-março, 1968, p.5.

liberdade”. Contudo, não se contentou e fez uma pergunta a mais: “Estes patrões são americanos?”¹⁰³¹. Os trabalhadores de Caicó no Rio Grande do Norte também publicaram as suas experiências e as opressões vivenciadas. A equipe da ACR em Caicó afirmou que verificaram “várias injustiças sociais. Patrões que jogam cavalos dentro das lavouras dos moradores. Diários de trabalho: N Cr\$ 0,80 por dia. Patrões que proíbem aos trabalhadores de participar dos sindicatos, dizendo que é uma associação comunista”¹⁰³².

A ausência de confiança e o medo difuso se faziam presentes no cotidiano dos trabalhadores do campo. Para tentar se escudar nesses anos de chumbo buscavam proteção de homens poderosos. Segundo o ACR, nos dados fornecidos pelas suas equipes locais na construção de seu relatório geral composta por 13 camponeses vindos das usinas pernambucanas, dentre elas Tiúma e Pumati, destacaram a miséria e a fome vivenciada pelas suas famílias. O pagamento dado pelo patrão não era suficiente para comprar o alimento básico, a falta de união da classe, o medo e a desconfiança afetavam-na. A frase que se propagava era esta: “Não vale a pena procurar apoio em pau sem sombra”¹⁰³³.

Em entrevista concebida ao Correio da Manhã, Dom Antonio Batista Fragoso, bispo de Crateus (Ceará), iniciou-a dizendo que não falava em nome da Igreja, mas em seu nome. Esse esclarecimento se fazia importante, pois era sinal cifrado do conflito e divisão interna da Igreja Católica em relação ao apoio ou não do governo. O bispo de Crateús acrescentou dizendo que a sua fala se alicerçava na “situação áspera” que vivenciava a sua diocese, por exemplo, os impactos da seca e o problema do analfabetismo¹⁰³⁴. Para ele, alfabetizar os camponeses seria dar possibilidades de se politizarem e construir uma consciência de classe. Isso não era bem visto por aqueles que estavam nos poderes políticos e econômicos naquele momento, ou seja, o analfabetismo era usado como instrumento da subalternidade.

Portanto, para Fragoso, “operários e camponeses continuam sendo uma massa de marginalizados. Não se respeita a livre sindicalização; servimos de cobaia para testes de amaciamento do povo nos ensaios de antiguerilhas”¹⁰³⁵. Dom Fragoso desabafava dizendo que as poucas iniciativas realizadas para alfabetizar o camponês era mediante a chamada educação de base – “desenvolvidas nas comunidades rurais” para o “treinamento dos

¹⁰³¹ ACR. “Situação de Francisco Benevides”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.5, janeiro-março, 1968, p.6.

¹⁰³² ACR. “Depoimentos”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.7, 1968, p.9-10.

¹⁰³³ *Ibidem*, p.13.

¹⁰³⁴ “Dom Fragoso pede Democracia total”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de janeiro de 1968, p.11.

¹⁰³⁵ *Ibid.*

animadores populares”¹⁰³⁶. Contudo, esses homens e mulheres estavam sendo “olhados e catalogados como “subversão”, “agitação”, “comunismo”, pelo poder econômico local e por algumas áreas militares”¹⁰³⁷. Os conflitos entre membros da Igreja e o governo militar era destacado por ele, principalmente as tensões com Dom Helder, D. José Delgado e D. José Pires. Nessa narrativa, trouxe as suas memórias que se mesclavam com as conversas que tivera com os seus colegas bispos que lhe transmitiram as condições de perseguição que os militares faziam aos membros da Igreja que se colocavam contrários à sua política¹⁰³⁸.

Eu recordo o fechamento arbitrário da Rádio Educadora da Arquidiocese de São Luís, os interrogatórios a propósito da publicação e difusão do manifesto da Ação Católica Operária, as investigações do SNI sobre o clero do Cariri e de alguns bispos e padres de várias áreas nordestinas. Esse clima de policiamento, suspeição e espionagem não facilita um diálogo alto, franco, leal e adulto¹⁰³⁹.

Defendeu, então, o “pleno exercício dos direitos do homem no Brasil”, a reformulação da “Lei de Segurança, Lei de Imprensa e o Super-Ministério do Conselho de Segurança Nacional, em termos democráticos”¹⁰⁴⁰, a defesa da liberdade de manifestação do pensar, nas organizações e na imprensa, a construção de um “programa de Educação de Base dos Adultos”¹⁰⁴¹. Seguindo essa linha, destacou que o Brasil deveria assumir no cenário internacional uma política independente, ou seja, sair da relação entre “satélite-Brasil e a metrópole-Estados Unidos”, dar “anistia aos cassados e expatriados de 1964”, especialmente aos professores e técnicos; fazer uma reforma de base mediante o debate de “todas as classes sociais”¹⁰⁴².

Para voltar a democracia, defendeu que os militares deveriam entregar o governo do país aos civis. Para isso, era preciso, para Frago, realizar a “desmilitarização progressiva da política brasileira, reservando-se as Forças Armadas a sua missão específica”¹⁰⁴³. Essa fala do Bispo de Crateús, em menos de 4 anos depois do golpe civil-militar, era um indício que a ditadura estava sendo construída, ou seja, em 1964 os que a apoiaram ou não imaginavam que as Forças Armadas iriam permanecer no governo e que fariam o possível para se perpetuar nele. Frago, como outros bispos, estava sendo atacado, dentro e fora da Igreja, por

¹⁰³⁶ “Dom Frago pede Democracia total”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de janeiro de 1968, p.11.

¹⁰³⁷ *Ibid.*

¹⁰³⁸ *Ibidem.*

¹⁰³⁹ *Ibid.*

¹⁰⁴⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁴¹ *Ibid.*

¹⁰⁴² *Ibidem.*

¹⁰⁴³ *Ibid.*

sua oposição em relação ao regime, como também pela defesa que esses líderes religiosos faziam dos movimentos católicos ligados aos trabalhadores e suas lutas sociais.

Por exemplo, a lei que criou em 1966 o Fundo de Garantia dos Trabalhadores (FGTS) foi um dispositivo do governo militar para tornar precária a situação do trabalhador e colocar o fim de sua estabilidade, primando pela rotatividade de mão de obra que passara a ser legitimada pelo afrouxamento jurídico da lei do trabalho. Fizera-se também buscando conter o arrocho salarial e tornar os sindicatos apenas órgãos assistencialistas e não políticos, tornando-os aparelhos ideológicos do Estado que buscavam construir um sentimento de integração nacional.

O medo provinha da opressão vivenciada pelos camponeses, principalmente com a perseguição aos membros das *Ligas Camponesas*¹⁰⁴⁴, afetando, assim, uma rede mais ampla de resistência. Pós-1964 o medo não era apenas um sentimento movido por proposições, mas pelo relato de suas experiências, por exemplo, com as perseguições feitas por causa das posições políticas e das ações de luta, empreendidas para melhorar as suas condições de trabalho e de vida. A proibição de sindicalização por parte dos patrões que colocavam a demissão como punição ao trabalhador que a fizesse levou esses operários a procurarem participar de grupos que pudessem lutar pelos seus direitos e se protegerem, ao mesmo tempo, dessas investidas.

O camponês tem medo – porque há muito tempo vem sofrendo opressão. Quando alguns não querem se unir é com medo de serem expulsos da terra (do engenho ou da usina) e daí passarem a sentir mais fome. Quando alguém quer se unir e tenta esta união com os outros, é logo taxado de subversivo ou de comunista. “As vez alguém fica nos vigiando quando nos ajuntamos numa determinada casa, êste alguém nos pergunta logo o que estamos fazendo”¹⁰⁴⁵.

Dessa forma, o enfraquecimento da ação do sindicato¹⁰⁴⁶ era relatado pelo trabalhador, em que o seu uso aparece como forma de desmobilização e não de união. Entretanto, tinha-se outras formas de congregar o grupo sem transparecer uma reunião

¹⁰⁴⁴ Segundo Montenegro (2019), as injustiças cometidas contra os trabalhadores rurais, particularmente os dos engenhos, os impulsionaram para a criação das Ligas Camponesas que se revoltavam contra as práticas de opressões dos patrões. Para isso, denunciavam publicamente, faziam passeatas e mobilizações para resolver tais problemas. O ápice foi a desapropriação da fazenda Galileia, servindo como símbolo do movimento. MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

¹⁰⁴⁵ ACR. “Depoimentos”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.7, 1968, p.13.

¹⁰⁴⁶ Segundo Prost, o sindicato foi pensado como um instrumento usado para auxiliar no processo de conscientização dos “produtores e criadores de riqueza”: “Poder-se-ia resumir este sistema de representações dizendo que o objetivo do sindicalismo é transformar os operários em trabalhadores”. PROST, Antoine. *Social e cultural indissociavelmente*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.132.

política. Os órgãos católicos foram utilizados nesse sentido, como forma de resistir usando outras maneiras e espaços. Pensamos, segundo Castoriadis, a atuação dos trabalhadores fora e dentro do sindicato, consideramos que os sindicatos limitavam a luta operária ao acordo feito entre o padrão e o governo, como também o seu uso naquele momento como aparelho ideológico do estado.

Portanto, as apropriações dos meios jurídicos, vindas da construção dessas entidades para que os trabalhadores conseguissem alguns direitos no Brasil a partir de 1964, eram mais limitadas. Por exemplo, o direito à greve fora retirado e a perseguição aos líderes sindicais contrários ao golpe-civil militar se fizera com mais afinco. Pensamos a luta dos trabalhadores à margem dos sindicatos seria olhar o trabalhador em sua vida cotidiana e social que não se limitava a uma instituição de controle do governo. Para ele, “as ações mais importantes e mais eficazes se tem realizado sempre a margem das organizações existentes”¹⁰⁴⁷. Dessa forma, percebemos, a partir de fins dos anos 1960, o levante dos trabalhadores contra o próprio sindicato, usado para oprimi-los e intimidá-los pela classe patronal e pelos poderes públicos.

Uma crítica era que os “sindicatos estão dependendo muito dos presidentes”, isso simbolizava a profissionalização burocrática do presidente do sindicato, ligado mais aos interesses particulares do que aos do coletivo, e a falta de comunicação entre os dirigentes e os dirigidos era um exemplo concreto disso. Os presidentes dos sindicatos:

Ás vezes não é um camponês, mas um intercentor e não sendo da classe não compreende o camponês. É necessário que seja um homem de ação, que esteja a par do sofrimento do campo. O Sindicato deve educar os trabalhadores. Um rapaz chegou a dizer que deixou de assistir as reuniões do Sindicato, porque lá so saíam “fofocas”, isto é: palavras sem ação”. A escolha do Presidente do Sindicato deve ser feita entre os camponeses, o que geralmente não se faz, porque o trabalhador não tem confiança no outro trabalhador¹⁰⁴⁸.

Juntamente com os trabalhadores urbanos e os camponeses, temos os estudantes que construíram também movimentos sociais que buscaram defender os seus direitos e um ensino superior no Brasil livre do imperialismo cultural e econômico norte-americano. A tensão universitária entre estudantes e o MEC-USAID se fizera mais forte em 1968, incidentes de rua ocorreram em Rio de Janeiro e sinalizavam a Costa e Silva que essas manifestações poderiam seguir os rumos das que ocorreram em Paris em maio do referido

¹⁰⁴⁷ “las acciones más importantes y más eficaces se han realizado siempre al margen de las organizaciones existentes”. CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero: Cómo luchar**. Barcelona: Tusquets editores, 1979, p.319.

¹⁰⁴⁸ ACR. “Depoimentos”. **Grito no Nordeste**. Boletim da Ação Católica Rural, ano 2, n.7, 1968, p.14.

ano¹⁰⁴⁹. Para o Jornal Le Monde, “a tensão na universidade persiste no Rio de Janeiro, onde as manifestantes derrubaram um carro da polícia no centro da cidade. A polícia está em alerta”¹⁰⁵⁰.

O medo dos governantes-generais era que a “agitação levaria novamente a uma “tentativa de subversão” dirigida contra o regime”¹⁰⁵¹. As manifestações continuaram em vários estados brasileiros, como Salvador (Bahia). O deputado Martins Rodriguez destacou que a estratégia da censura dos meios de imprensa e o controle do judiciário feito pelos militares não conseguiram conter as movimentações antigoverno. Encontros e reuniões de vários grupos sociais se espalhavam pelo território nacional a fim de arquitetar uma maneira de seu retorno ao estado democrático de direito. Para o Le Monde,

Em Brasília, cinco mil pessoas, incluindo estudantes, professores e padres católicos, se manifestaram contra a política do governo. Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a polícia montada dispersou violentamente uma manifestação. Em Recife, capital do estado de Pernambuco, os estudantes se manifestaram sem incidentes, mas anunciaram que uma nova manifestação aconteceria na terça-feira contra a “ditadura”. Na intervenção do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, governador de Pernambuco, decidiu libertar os estudantes presos na quinta-feira passada¹⁰⁵².

Essas manifestações estudantis se iniciaram pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e se espalharam em outras instituições, a crítica a reforma universitária, que o governo militar defendia realizar nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, reforçava o movimento. Duas solicitações eram feitas pelos alunos e professores: 1- liberação de fundos para a educação nacional, por exemplo, o investimento em pesquisa e a formação de laboratórios que não existiam; 2- a não transformação das Universidades em Fundações, pois essa permitiria a sua intervenção pelo investimento privado.

¹⁰⁴⁹ Segundo Motta, “os protestos contra o MEC-USAID foram crescendo a partir de 1967, quando se tornaram tema central da UNE e de diversos eventos, como um seminário nacional sobre infiltração imperialista na educação. O repertório dos protestos incluía passeatas, comícios e pichações, muitas vezes culminando em ato de forte simbolismo, a queima da bandeira dos Estados Unidos”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.126.

¹⁰⁵⁰ “La tension universitaire persiste à Rio-de-Janeiro, où des manifestants ont renversé une voiture de police dans le centre de la ville. La police est en état d’alerte”. A.F.P. “Brésil: la tension universitaire persiste”. **Le Monde**, Paris, 14 juin 1968, p.1, tradução nossa.

¹⁰⁵¹ “l’agitation ne débouche à nouveau vers une “tentative de subversion” dirigée contre le régime”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹⁰⁵² “A Brasilia, cinq mille personnes, comprenant des étudiants, des professeurs et des prêtres catholiques, ont alors manifesté contre la politique gouvernementale. A Porto-Alegre, capitale de l’État de Rio-Grande-do-Sul, la police montée a dispersé avec violence une manifestation. A Recife, capitale de l’État de Pernambouc, des étudiants ont manifesté sans incident, mais ils ont annoncé qu’une nouvelle manifestation aurait lieu mardi contre “la dictature”. Sur l’intervention de l’archevêque d’Olinda et Recife, Mgr Helder Camara, le gouverneur de Pernambouc, a décidé la libération des étudiants arrêtés jeudi dernier”. A.F.P. “Brésil: manifestations antigouvernementales à Brasilia, Recife, Bahia et Porto-Alegre”. **Le Monde**, Paris, 02 juillet 1968, p.1, tradução nossa.

O projeto da reforma universitária e sua transformação em fundação que seguia o modelo norte-americano era o ponto chave da luta dos que pertenciam ao mundo acadêmico no Brasil após 1964. A entrada do capital privado na Universidade, mediante fundação, retirava a sua autonomia, como também mudava o seu foco de atuação social. As manifestações continuaram no Rio de Janeiro, como também as repressões por parte do poder público: “os participantes dessa manifestação serão presos e julgados de acordo com a legislação sobre segurança do estado”¹⁰⁵³.

Segundo Atcon, para a modernização da Universidade implementada após-1964, se tinha como elemento importante o projeto RITA nas IES conveniadas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além disso, o referido intelectual mencionou que a incorporação do projeto no orçamento da SUDENE deveria ter um espaço preciso em seu Terceiro Plano Diretor, que de fato aconteceu. Contudo, destacava a importância do projeto e criticava o corte de verbas posteriores. Essa postura assentava que esses não se justificavam, resplandecendo, assim, que o propósito com o RITA não era a industrialização da região e nem a qualificação do corpo técnico das Universidades, mas era outro que não estava tão visível, pois as “sommas envolvidas no Plano Asimow são relativamente pequenas e, em termos da implementação dos propósitos da SUDENE, de altíssimo alcance, de modo que, nenhum corte justifica-se em projetos dessa natureza”¹⁰⁵⁴.

Segundo Bernard¹⁰⁵⁵, o RITA foi envolvido nas disputas entre o governo e as universidades em relação às reformas institucionais divulgadas pelo MEC-USAID. Com a redução orçamentária que essas IES sofriam pós-1964, não era possível suportar esses programas e desviar suas verbas para mantê-los, sem o retorno do investimento federal nessas atividades de extensão, colocá-las-iam em perigo. Para ele, tais manifestações em 1968 se deram, principalmente, no Ceará¹⁰⁵⁶. Do mesmo modo, a PUDINE aumentou os investimentos brasileiros, mas dentro de seus projetos o que imperava eram os princípios técnicos e culturais norte-americanos. Para Bernard, essa “assistência poderia fornecer o

¹⁰⁵³ “les participants à cette manifestation seraient arrêtés et jugés en application de la législation sur la sécurité de l’État”. “Brésil: seize mille étudiants en grève”. *Le Monde*, Paris, 8 juin 1968, p.1, tradução nossa.

¹⁰⁵⁴ ATCON, Rudolph P. **Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira**. Brasil: MEC/Diretoria do Ensino Superior, 1966, p.108.

¹⁰⁵⁵ Doutor em Direito com a tese em economia e sociologia, trabalhou no exército francês no período da Segunda Guerra. Atuou também como economista do departamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em Paris, professor da Universidade de Paris e da Ecole Libre des Sciences Politiques.

¹⁰⁵⁶ BERNARD, Philippe. Le role de l’Université dans un pays en voie de développement: un exemple dans le Nordeste brésilien. *Revue d’Histoire moderne et contemporaine* (1954 -). T.19e, N°4 (Oct.-Dec, 1972).

motivo para o descontentamento dos alunos com esses programas, o que poderia prejudicá-los a médio ou longo prazo”¹⁰⁵⁷.

Por exemplo, em Alagoas os protestos estudantis se davam devido aos acordos firmados entre a USAID e as Universidades a fim de realizar tais reformas. Elas eram tanto estruturais como curriculares. O Reitor Simões estava, segundo Hilliker, mais interessado em construir a cidade Universitária da UFAL do que responder aos problemas que impactavam a sua vida acadêmica. O conflito instalado entre o reitor, os estudantes e os professores também atingiram o RITA que se tornou seu programa universitário em 1964. Para Hilliker, “há razões para acreditar que os leves protestos estudantis de junho de 1965 contra o Projeto RITA não foram gerados pelo antiamericanismo”¹⁰⁵⁸. Entretanto, surgira “por uma relutância de alguns membros do corpo docente e estudantil em ver os estudos industriais e de engenharia começarem usurpar o prestígio até então reservado aos assuntos mais sérios e tradicionais”¹⁰⁵⁹.

O programa RITA passou a concentrar o prestígio e fora colocado como principal atividade de extensão das IES no Nordeste. O governador de Alagoas verificou os seus problemas e tentou reordená-lo, concentrando novamente as verbas nesse projeto, retirando, por outro lado, o fomento e fortalecimento dos programas de pesquisa que não se ligava a ele:

A decisão dos EUA de suspender o Projeto RITA de Alagoas no final de 1967 provavelmente concentrou a atenção de Lamenha no problema do que fazer com a continuidade. Seu reconhecimento de seu valor passado e potencial aparentemente o induziu a tomar medidas concretas para garantir sua sobrevivência em condições operacionais auspiciosas. O Projeto foi habilmente removido da direção da Universidade, e recebeu um orçamento, e recebeu grandes quartos com ar-condicionado e instalações para fins instrucionais. Talvez o mais importante de tudo seja, Lamenha fez com que um jovem engenheiro educado dos EUA de talento excepcional (Mario Melro) assumisse as rédeas com instruções para se reportar diretamente a ele¹⁰⁶⁰.

¹⁰⁵⁷ “cette aide pourrait fournir le motif d’une désaffection des étudiants à l’égard de ces programmes, ce qui pourrait leur nuire à moyen ou à long terme”. BERNARD, Philippe. Le rôle de l’Université dans un pays en voie de développement: un exemple dans le Nordeste brésilien. **Revue d’Histoire moderne et contemporaine** (1954 -). T.19e, N°4 (Oct.-Dec, 1972), p.665, tradução nossa.

¹⁰⁵⁸ “There is reason to believe the mild student protest in June, 1965 against the RITA Project were not generated by anti-Americanism”. HILLIKER, Grant Gilbert. **Alagoas – a state on the move**. USA: Department of state Bureau of Inter-American Affairs, A-41, november 6, 1967, p.8, tradução nossa.

¹⁰⁵⁹ “By a reluctance on the part of some members of the faculty and student body to see engineering and industrial studies begin to usurp the prestige heretofore reserved to the more staid and traditional subjects”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹⁰⁶⁰ “Prospects did not begin to look good for the RITA Projects, however, until Governor Lamenha saw the real problem and began to correct it. The U.S. decision to phase the Alagoas RITA Project out at the end of 1967 probably focussed Lamenha’s attention on the problem of what to do about continuity. His recognition of its past and potential value apparently induced him to take concrete steps to insure its survival under auspicious operating conditions. The Project was deftly removed from University direction, and provided with a budget, and given large airconditioned quarters with facilities for instructional purposes. Perhaps most significantly of all, Lamenha saw to it that a young U.S. educated engineer of exceptional talent (Mario Melro) took the reins with

O clima a partir de 1966 não figurava um cenário propício para o alvorecer e a exaltação do governo militar, os movimentos sociais se fizeram por linhas difusas em que as suas redes se espalharam pelos grupos sociais que sofreram diretamente as ações políticas e econômicas conservadoras do regime. Pensarmos, portanto, esses sinais encarnados da resistência seria vê-las como característica humana, cuja inquietação existencial moveu relações políticas em seu cotidiano. Por exemplo, analisamos essas disputas nos engenhos e nas lutas estudantis contra a modernização conservadora das IES brasileiras, via acordo MEC-USAID. O caldo dos movimentos sociais começava a engrossar, o receio dos militares de um contragolpe que os tiraria do poder era eminente, os gritos pela redemocratização não eram mais tão fracos como se pensavam e se colocavam pela opinião pública. Era preciso, enfim, construir cercos para defender a continuação de seu projeto político e econômico.

6.2 Cercos

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra). Poderíamos dizer que o passado se faz presente¹⁰⁶¹.

Na citação acima, da historiadora Beatriz Sarlo, destacou-se a relação conflituosa entre história e memória para se construir uma narrativa sobre o passado. A força da história oral na produção de uma historiografia contemporânea, para ela, reforçou o elemento da testemunha como uma fonte primária de análise. Essa guinada subjetiva favoreceu os pesquisadores sociais olharem para outros ângulos do passado. Outros elementos, citados pela referida autora, são os meios audiovisuais para a exposição pública de algo, como também a edificação de uma simbólica do olhar.

Essas formas de narrativa, portanto, inscrevem as experiências dos sujeitos em temporalidades e demarcam uma característica eminentemente histórica, a saber, a sua ligação com o tempo. Para ela, “a narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e

instructions to report directly to him”. HILLIKER, Grant Gilbert. **Alagoas – a state on the move**. USA: Department of state Bureau of Inter-American Affairs, A-41, november 6, 1967, p.8, tradução nossa.

¹⁰⁶¹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.10.

a cada variante torna a se atualizar”¹⁰⁶². Essa fundação de relatos sobre o passado por meio da “dimensão temporal subjetiva” nos possibilita ver a aceleração do tempo. A condição advinda dos produtos tecnológicos, serviços e modificações afetaram a subjetividade dos homens e mulheres após a Segunda Guerra Mundial. De um lado, o desespero, as economias que tentavam se regenerar, a busca de empréstimos e uma tutela política para consegui-los; do outro, a exaltação das nações que saíram com uma imagem fortalecida, a divulgação de seu estilo de vida como aquele que deveria ser copiado pelas demais nações desejosas de *status* no cenário internacional.

Nos tópicos anteriores, trabalhamos algumas imagens do comunismo que se atrelavam a estes projetos de ajuda financeira promovidos na América para os países que tencionavam modificar as suas condições materiais, por exemplo, a Operação Pan-Americana, a Aliança para o Progresso e o Projeto RITA. O primeiro foi forjado por Juscelino Kubitschek para responder as necessidades mais urgentes dos países americanos; o segundo, uma proposta dos EUA para resolver esses empasses. O projeto RITA, objeto desta pesquisa, ligara-se às finalidades e metas desses dois primeiros, tendo em vista que a formação de seus técnicos se compunha por norte-americanos e brasileiros. A cultura política deixada por JK também se fez presente nos círculos dos intelectuais brasileiros e o desejo de receber as verbas advindas da Aliança os fizeram incorporar a ideologia norte-americana.

O manejo das lembranças das relações entre Brasil e Estados Unidos impulsionou uma temporalidade subjetiva para se pensar um futuro para a nação, cuja maneira inventada, para isso, fora olhar para a história dos Estados Unidos de uma forma teleológica e sacra. A difusão e propagação desses objetivos se deu pelo *American way of life*, vinculado a sua produção cinematográfica às artes visuais, ao campo da música, dentre outros. Segundo Ayerbe, a política externa dos EUA, defendida pelo presidente Kennedy com a URSS, dera-se pela tentativa de flexibilidade em prol de prevenir o conflito direto¹⁰⁶³. Para mostrar a sua superioridade e atrair países para o seu bloco, usou o campo tecnológico, produtivo e comercial para demonstrar e propagar o estilo de vida norte-americano.

Para Sarlo, depois da ditadura militar na América Latina, acontecimento esse ocorrido nos anos da Guerra Fria, a memória sobre ela era um dever para o historiador, destacando a experiência vivenciada na Argentina com a punição dos crimes cometidos naquele momento, por exemplo. No instante de tensão dos anos 1960 e 1970, para ela, o

¹⁰⁶² SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.25.

¹⁰⁶³ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: editora UNESP, 2002.

pensamento sobre determinadas questões se reduziam devido a atuação dos órgãos repressores. A cautela por parte de alguns intelectuais era usada como forma de se proteger naquele mundo invertido, cujas liberdades se restringiram. Portanto, “o mundo se dividia claramente em amigo e inimigo e, sob uma ditadura, é preciso manter a certeza de que a separação é taxativa. A crítica à luta armada, por exemplo, parecia tragicamente paradoxal, quando os militantes eram assassinados”¹⁰⁶⁴.

Essa dicotomia maniqueísta entre o bem e o mal, o amigo e o inimigo, não se traduziu na quebra de elos de amizade, seja de teor individual ou coletivo. Mas essa marcação simbólica inscrevia os sujeitos em uma lista de subversivos, cujo discurso transmitido na vida prática era o de que deveriam ser aniquilados para o bem da Nação. O reservatório do ódio manejado pelos militares, mediante os dispositivos temperamentais e a introjeção de elementos da cultura burguesa na classe menos favorecida, ganhava vigor.

Segundo Ricoeur, a violência se constitui a partir de dois polos: as ilusões da dissidência e as tentações da ordem. A primeira transmite todas as instituições como instrumentos de repressão e de poder, dando-lhes suporte para impor essa violência; a segunda advém do medo e do ódio, elementos que a sustenta e a fortalece na relação de opressão. Por exemplo, para Ricoeur, quando a classe média se sente insegura, expressa esse estado mediante a defesa de posturas sintetizadas por duas palavras: a lei e o medo. Isso se faz para dissolver as leis que abalam a sua situação de equilíbrio socioeconômico, indicando de uma forma não-criativa e conservadora medidas que visam o retorno a ordem. Segundo o referido autor, “é assim que a tentação da ordem se insinua, no cerne da vida pessoal. Cada um se apega àquilo que lhe parece conservar certa consistência no seio da confusão geral: família, métier, lazeres concebidos segundo a dimensão privada”¹⁰⁶⁵.

Entendemos que nos anos 1960, o Projeto RITA e a sua relação com a história do Brasil se forjaram por sujeitos; o que chegou até nós não são eles, mas as suas máscaras e as suas assinaturas imprimidas em um determinado tempo e espaço. Como, portanto, nessas assinaturas, os discursos ligaram uma imagem pejorativa sobre os grupos opositores ao governo e à ideia de defesa da nação?

Tal introdução acima se fez necessária para demarcarmos e pensarmos traços sobre o contexto de implantação do RITA no Brasil, ou seja, os anos 1960. Década essa de tensões no campo político e econômico, de crises e golpes, da produção de extremismos que

¹⁰⁶⁴ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.19.

¹⁰⁶⁵ RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p.152.

deixavam o clima mais obscuro e hostil. O exame da conjuntura histórica aqui não está colocado como pano de fundo, mas como elemento fundamental para se entender sua implantação e seu desenvolvimento. Não olharmos o contexto como objeto, seria tornar a análise vazia, desconexa e sem vitalidade.

Na narrativa aqui produzida, tencionamos deixar cheiros que possam mover as lembranças, que impulsionem reflexões, que afetem o corpo e a curiosidade dos que terão contato com esta tese. Não buscamos tratar os vários aspectos que perfizeram os anos 1960 na história do Brasil, por exemplo, o social e o cultural. Escolhemos, todavia, aquele que se ligava diretamente ao Projeto RITA e à relação entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a saber, a intervenção militar feita no ano de 1967 no Nordeste brasileiro em prol de destruir os opositores ao golpe civil-militar de 1964.

Em fins dos anos 1950, a situação econômica do Brasil era instável, a sua balança comercial desfavorável, a alta inflação não lhe atraía investidores e os seus produtores perderam espaços no mercado interno e externo. O governo federal conteve gastos em prol de equilibrar as suas contas e injetar investimentos no setor primário e secundário para a sua recuperação econômica. Entretanto, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, promoveram-se embates sobre a subida à presidência de seu vice, João Goulart. As reações a isso implantaram instabilidades e construíram grupos que moviam alguns princípios em comum. Essa organização tinha como objetivo expurgar uma possível ordem que desfavorecesse os seus interesses. Isso resultou na tomada do cenário político de certo radicalismo e extremismo de direita e esquerda. Para amenizar a situação política, se fez um acordo conciliatório que retirou o país do regime presidencialista e o colocou no parlamentarista, mas tal manobra não fora suficiente para acalmar os ânimos.

A criação em São Paulo do Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD) se munira de um considerado fluxo de capital que “visava auxiliar financeiramente partidos e candidatos conservadores”¹⁰⁶⁶. Por exemplo, a “União pelo Ceará” foi financiada por essa entidade, chegando a eleger em 1962 o governador do Estado, Virgílio Távora (União Democrática Nacional - UDN) e o seu vice, Joaquim de Figueiredo Correia (Partido Social Democrata - PSD), bem como os referidos senadores: Wilson Gonçalves (PSD); Carlos Jereissati (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB); os seus suplentes, respectivamente, Vicente Férrer Augusto Lima (PSD) e Antônio Jucá (PTB). Segundo D’Araujo e Joffily, o golpe civil

¹⁰⁶⁶ MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1927-1966)**. Fortaleza: Editora ABC, 2005, p.216.

militar de 1964 tinha outros elementos que lhe davam suporte, mas o “anticomunismo foi a argamassa a dar unidade para decisão do golpe e a posterior implantação da ditadura”¹⁰⁶⁷.

Pós-1964 se constituiu não como uma revolução econômica burguesa, imagem essa defendida pelos que deram o golpe, mas, para Oliveira, como uma contrarrevolução que em alguns aspectos se assemelhava ao fascismo “que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão”¹⁰⁶⁸.

Consoante Pesavento, o ato Institucional nº1 decretado pelos militares em 1964 possibilitava a cassação do mandato de políticos que fossem considerados subversivos e corruptos¹⁰⁶⁹. O primeiro governo militar tinha como *slogan* o combate ao comunismo. Para isso, concentrou os cargos de ministros nas mãos de integrantes da força armada. Esse aumento de militares no executivo central, tornou-o fechado e restrito à pauta da política e ideologia dos generais que estavam à frente do golpe. A meta era o alinhamento com os EUA e controlar a inflação. Um dos instrumentos, para tal fito, foi o arrocho salarial que afetou a vida dos(as) trabalhadores(as) que viviam em condições precárias. Para consolidar tal proposta se empreendeu o firmamento de empréstimos com os EUA, por exemplo, mediante a Aliança para o Progresso.

Nessa caça aos políticos subversivos, os olhares do governo federal e dos embaixadores dos EUA no Brasil se fizeram com mais foco no Nordeste. Nesse sentido, os deputados de oposição a Virgílio Távora¹⁰⁷⁰ no Ceará colocaram alguns questionamentos sobre a sua imagem política, por exemplo, se ele compactuava ou não com esse golpe civil-militar. Esse olhar de suspeição se motivava pelos vários dilemas vivenciados em Pernambuco com Miguel Arraes¹⁰⁷¹, que deixava os homens que controlavam e observavam as relações entre o corpo e a política descontentes com as suas aparições públicas. Nesse olhar, feito por esses grupos sobre as posturas do governador, empreenderam a tentativa de

¹⁰⁶⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O tempo do regime autocrático**: ditadura militar e redemocratização. Quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.14.

¹⁰⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o onnitórrico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.72.

¹⁰⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O Brasil Contemporâneo**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1994.

¹⁰⁷⁰ Virgílio Távora, político e militar cearense. Iniciou na política em 1950 como deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), atuou também nos seguintes cargos: major (1950-1951); Deputado Federal (1954); vice-presidente da diretoria nacional da UDN (1957-1959); membro do Conselho Nacional do Serviço Social Rural (1959); ministro da Viação e Obras Públicas no governo parlamentarista de João Goulart (1961); governador do Ceará (1962) e apoiou o golpe civil-militar de 1964.

¹⁰⁷¹ Miguel Arraes, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Nos anos 1960 estava ligado ao Partido Social Trabalhista (PST). Dentre outras funções, atuou nas seguintes: prefeito de Recife (1960-1963); governador de Pernambuco (1963-1964), (1987-1990), (1991-1994); deputado federal (1987-1975), (1991-1994), (2003-2005); deputado estadual (1951-1959).

verificar as possíveis pistas que revelassem a sua posição na defesa e propagação do chamado pensamento subversivo. Nesse teatro político, em que para a sustentação da legitimidade de uma nova ordem se retirava dos lugares de poder homens e mulheres, os que comungavam com outras ideias deveriam ser silenciados, sendo necessário efetuar uma guerra contra eles e os seus aliados. Para isso, puseram nas redes de comunicação da época uma imagem que clarificava a presença do outro, mas o assentava como fraco e promoviam maneiras para o desarticular politicamente e socialmente.

O embaixador estadunidense Lincoln Gordon¹⁰⁷² averiguou as posições e as ideias de Miguel Arraes, buscando ter com ele uma conversa oficial em março de 1964. Tal representação simbólica do poder, por meio da presença do bloco capitalista, representado por esse embaixador dos EUA, não era uma conversa amistosa e não tencionava ajudar caritativamente o estado de Pernambuco, mas tinha como finalidade averiguar as posturas de seu governador, visando, assim, construir uma política de coerção. Consoante Napolitano, o trabalho do referido embaixador era mapear aqueles que buscavam o seu apoio, quem eram os “conspiradores de plantão”¹⁰⁷³.

Esse intuito se firmou para edificar um quadro político que pudesse ver as possíveis redes de relação e onde os investimentos estadunidenses seriam feitos. Então, o apoio se embasava não em uma análise técnica e em uma ajuda humanitária às regiões mais necessitadas, mas se fez mediante o apoio da sua ideologia política e econômica. Portanto, o foco era detectar os conspiradores que almejavam retirar o Brasil de seu domínio e jogá-lo no outro bloco do conflito geopolítico que se arrastara nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento específico, “o problema para os EUA não era a falta de conspiradores, mas seu excesso. Era preciso separar aventureiros, oportunistas e hesitantes das lideranças mais confiáveis e efetivas”¹⁰⁷⁴.

Nesse momento, Miguel Arraes construiu uma fachada protecionista no confronto *face a face*¹⁰⁷⁵ com o representante dos EUA no Brasil. Essa dissimulação manejou uma imagem de administrador sério, evitando os assuntos que fugiam a esse enquadramento temático. Falaram, por exemplo, nas condições dos agricultores e do campo, bem como no financiamento para o crescimento da produção agrícola. Conforme Gordon, os EUA ajudariam o Estado por meio da ajuda técnica nas áreas de transporte e saúde, na construção

¹⁰⁷² Embaixador dos EUA no Brasil (1961-1966). Teve um papel fundamental para a afirmação da Aliança para o Progresso na América Latina, especificamente, no Brasil.

¹⁰⁷³ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p.58.

¹⁰⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁵ GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

de indústrias para amenizar os problemas com a imigração que assolava a sua Capital que recebia, por sua vez, um contingente de mão de obra¹⁰⁷⁶. Tal situação aumentava a demanda para o mercado de trabalho formal, gerando a ampliação em seu número de desempregados e do trabalho informal. Nesses embates e conflitos de ideias entre esses dois sujeitos, Gordon, em seu relatório para o governo norte-americano, destacou que o único ponto que não causou discordância entre eles foi ao se falar sobre o Projeto Morris Asimow (ou RITA).

O uso pelo embaixador estadunidense de tal projeto como porta de entrada para favorecer a posição e a ideologia capitalista para aquele governador, que se colocava claramente contra a Aliança para o Progresso, foi a primeira estratégia para adentrar e propor um pacto com ele. Para Gordon,

Ele (Miguel Arraes) volta lá (Cariri cearense) de vez em quando para visitar seus pais e expressou o mais intenso entusiasmo pelo Projeto Asimow. Ele disse que o tipo de estudo pragmático do desenvolvimento e da viabilidade industrial de pequeno e médio porte, estudos concentrados no uso de materiais locais era exatamente o que necessitava na área do Recife, poderia dar uma grande contribuição para solução dos problemas de lá. A certa altura, ele disse que, de todas as coisas que os Estados Unidos estavam fazendo no Nordeste, o Projeto Asimow era a única coisa que realmente havia atraído seu entusiasmo. A conversa foi notável pela completa ausência de referência à cena política nacional, a aguda tensão em Pernambuco e seus ataques anteriores à Aliança para o Progresso¹⁰⁷⁷.

Nessa mesma linha de pensamento, quando o presidente Castelo Branco visitou o Ceará, segundo Mota, alguns deputados estaduais denunciaram Virgílio Távora como antirrevolucionário. Ele, contudo, afirmou que o “Virgílio é revolucionário e de primeira hora”¹⁰⁷⁸, tendo como suporte o apoio que Távora deu ao golpe de 1964. Tal afirmativa moveu as marcas simbólicas de poder que fizeram com que tais deputados saíssem de sua posição de reação ao governador e aos seus projetos para serem os seus defensores e propagadores mais íntimos.

Tais suspeitas se fizeram em relação a algumas de suas posturas por estar se comunicando com as várias classes de trabalhadores no Ceará. A verificação e afirmação de um governador no Nordeste que comungasse com suas ideias serviu para corroborar que tinha

¹⁰⁷⁶ GORDON, Lincoln. **Report of the embassy of the United States in Brazil**. Recife, 1964.

¹⁰⁷⁷ “He returns there from time to time to visit his parentes, and he expressed the most intense enthusiasm for the Asimow Project. He said that sort of down – to – Earth study of small and médium industrial development through feasibility, studies concentrating on the use of local materials was exactly what was needed in of approach in the Recife area could make a great contribution to solution of the problems there. At one point, he said that of all the things the United States was doing in the Northeast, the Asimow Project was the one thing that really had enlisted his enthusiasm. The conversation was noteworthy for the complete absence of reference to the nacional political scene, the acute tension in Pernambuco itself, and his earlier attacks on the Alliance for Progress”. *Ibidem*, p.2, tradução nossa.

¹⁰⁷⁸ MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1927-1966)**. Fortaleza: Editora ABC, 2005, p.229.

um estado vizinho a Pernambuco que conteria as reações vindas de Miguel Arraes contra o golpe civil-militar. Portanto, a preocupação estava em Pernambuco e na possibilidade desse governador arrastar, por exemplo, uma parte do Ceará e de outros estados em um processo de reação ao poder instalado, haja vista as relações familiares e políticas que o referido político tinha com o Cariri cearense.

Para os deputados ligados aos militares, era preciso saber se efetivamente Virgílio estava em qual dos lados, pois o seu jogo retórico colocava-o em uma posição intermediária entre um e outro, como também seu estigma de popular carregava várias acepções positivas e negativas advindas daquele momento político de tensão. Entendemos, conforme Goffman, que o estigma é alimentado e se constitui pela visibilidade que liga a identidade social à individual¹⁰⁷⁹. Para ele, a visibilidade não é a possibilidade de ser conhecido, não é uma “intrusibilidade”, não se permeia por contingências de focos perceptivos. Contudo, o público se compromete com aquilo que é posto na superfície da exterioridade das relações interpessoais. Essa identificação, por exemplo, de Virgílio com alguns grupos cearenses, com as posturas e as ideias do governo brasileiro e estadunidense nos anos aqui referidos, se fomentou pela manipulação de seu estigma, ou seja, de sua estereotipia¹⁰⁸⁰.

Essa construção de uma identidade pessoal se pautava pelo realce de elementos diferenciadores, de uma visibilidade como único e singular na vida cotidiana grupal. Tal elemento de unicidade do indivíduo foi um “apoio de identidade” que promoveu certa estruturação de papéis emergentes em rotinas e padrões nos espaços de convívio social. Fora essa identidade manejada por Virgílio e Arraes que os defenderam dos ataques dos grupos que lhes eram contrários e do cenário da instabilidade política vivenciada entre 1960 e 1964 no Brasil. A afirmação de posições e o ocultamento de outras faziam parte de uma teatralidade do poder, cujo reconhecimento cognitivo projetava sua imagem pública em uma relação indireta com os seus espectadores.

As fontes analisadas, neste trabalho, expõem essa especificidade, em que percebemos essas identidades pessoais sendo constantemente refeitas por meio da afirmação de uma imagem pública que demandava um manejo discursivo para pôr e depor estigmas que ajudariam ou não nesse processo. Para Gomes, a ambivalência do termo popular nos jornais,

¹⁰⁷⁹ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Editora Guanabara, 1981.

¹⁰⁸⁰ Para Goffman, a estereotipia é “o “perfil” de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter; a estereotipia está classicamente reservada para fregueses, orientais e motoristas, ou seja, pessoas que caem em categorias muito amplas e que podem ser estranhas para nós”. *Ibidem*, p.61.

por exemplo, levava a algumas interpretações equivocadas sobre a figura de determinados políticos em um momento de turbulência em que se ansiava solidificar posturas em contraponto a outras. Portanto, essa palavra transitava por vários sentidos e ambiguidades, levando em consideração que a edificação dos discursos políticos depois de 1964 “se constrói – tanto na situação, quanto nas várias oposições – como um discurso antipopulista”¹⁰⁸¹.

Esse clima de temor fomentou a focalização do Centro de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA) em uma investigação, nos primeiros anos da década de 1960, dos candidatos e eleitos ao governo dos estados brasileiros. Tal olhar de controle e vigilância colocava uma tensão diplomática entre os EUA e o Brasil, tendo em vista sua intervenção indireta nos caminhos trilhados pela política econômica interna. Por exemplo, as ajudas diretas realizadas aos governos estaduais que se aproximavam dos seus ideais sem a intermediação do governo federal. Para Napolitano, a partir de 1959, os olhares dos estadunidenses se direcionavam aos rumos da política brasileira, principalmente a do Nordeste, com o advento das Ligas Camponesas e o receio de que se transformasse em uma *Sierra Maestra* à moda brasileira¹⁰⁸².

Mencionamos Virgílio Távora por ter sido visto como suspeito por alguns deputados, mas sua imagem se limpou pelo enquadramento social dado por Castelo Branco, pois perante a plateia dos que denunciaram as suas posições, verificamos o jogo político produzido por posições extremadas. Isso representava uma forma de angariar benefícios do governo federal com a delação dos políticos ditos subversivos. Tal postura não se colheu no momento, mas se construiu ao longo do tempo pelas redes de apoio ao golpe civil-militar que faziam estudos dos líderes políticos e econômicos considerados nocivos aos seus objetivos. Nesse sentido, enviou-se para a Casa Branca um memorando sobre Virgílio Távora no dia 28 de fevereiro de 1963. Tal documento foi escrito pelo Secretário Executivo William H. Brubeck. Nele o autor endossou a possibilidade de um colóquio amigável entre o governador eleito do Ceará em 1962 e os EUA, bem como alegou que essa aproximação ajudaria para uma mediação política com os outros governadores do Nordeste brasileiro, destacando, por outro lado, que sua vitória representava uma derrota da esquerda no Estado. Nesse detalhamento sobre a vida e as posições políticas de Virgílio Távora, Brubeck delimitou as suas relações políticas e a sua visão sobre a Aliança para o Progresso:

¹⁰⁸¹ GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Raquel (Org). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.44.

¹⁰⁸² NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Tavora, de 44 anos, é um membro influente e progressista da UDN e um político de estatura nacional. Depois de uma carreira militar precoce (ele ainda mantém uma comissão de reserva), Tavora serviu dois mandatos no gabinete de deputados, foi secretário nacional da UDN, e foi Ministro dos Transportes no primeiro gabinete parlamentar sob Goulart. Apesar de ser membro do principal partido de oposição, Távora está pessoalmente próximo do presidente Goulart e pode exercer uma influência significativa sobre o presidente brasileiro. [...] Távora tem uma visão clara da Aliança para o Progresso e, apesar de crítico de certos aspectos, é geralmente favorável a esse programa. Ele é amigo dos Estados Unidos. Tavora está visitando este país com sua esposa. Seu inglês é inadequado e ele está recebendo um intérprete¹⁰⁸³.

Ao construir o seu estigma nos anos após 1964, Virgílio Távora incorporou as necessidades de mudança instantânea, tomou outras posturas e aproximou a sua vida profissional, política e suas ideias ao regime em voga. Para isso, usou elementos do passado, de sua vida pública e privada para afirmar o pacto com os militares e os Estados Unidos da América. Tal transmutação de sua retórica e fachada se construiu devido a sua eleição como governador que partiu dos meios eminentemente democráticos, diferente do que aconteceu com a tomada do poder federal pelos militares em 1964. Contudo, para gerar sua filiação com esse grupo, afirmava sua patente de militar e de homem público, asseverando, para isso, dois elementos que a endossariam, a saber, a defesa da disciplina e da liberdade como fundamentais para a efetivação da “ordem e do progresso democráticos”¹⁰⁸⁴. Em sua entrevista dada a imprensa no referido momento da ruptura democrática com o golpe civil-militar, Virgílio Távora se colocou, reverberando em seus discursos as palavras de ordem e endossando o seu apoio ao golpe. Para ele,

No momento em que desaparecem a hierarquia e o direito de opção, chega-se ao caos e à desordem, desencadeando-se então as forças insopitáveis do ódio e do ressentimento que lançam inevitavelmente empregados contra empregadores, soldados e sargentos contra oficiais. No Ceará, o Governo atual tem executado e continuará executando, de modo firme e inarredável uma administração baseada no planejamento e na justiça, em nome do interesse coletivo, sem permitir desordens nem agressões geradas do ódio entre as classes. Repito o que já disse várias vezes no extremo limite das minhas forças, o Governo do Ceará manterá a paz e a tranquilidade social. Entendo que outro não poderá ser o caminho de todos os que

¹⁰⁸³ “The 44 year old Tavora is an influential and progressive member of the UDN and a politician of national stature. After an early military career (he still holds a reserve commission), Tavora served two terms in the chamber of deputies, was national secretary of the UDN, and was Minister of Transport in the first parliamentary cabinet under Goulart. Although a member of the leading opposition party, Tavora is personally close to President Goulart and may be able to exert a significant influence on the Brazilian President. [...] Tavora has a clear view of the Alliance for Progress and, while critical of certain aspects, is generally favorable to that program. He is friendly to the United States. Tavora is visiting this country with his wife. His English is inadequate and he is being provided with an interpreter”. BRUBECK, William H. **Documenting U.S-Brazil relations**, 1963, p.5, tradução nossa.

¹⁰⁸⁴ **O Povo**, 1964, p.1.

detêm uma parcela do poder neste País. Ainda é tempo de restaurar a paz exigida pela família brasileira¹⁰⁸⁵.

O Golpe Civil-Militar de 1964 passou a injetar e a propagar a defesa de um modelo de modernização, do equilíbrio inflacionário e do extermínio da corrupção como forma de se manter no poder. Alguns grupos políticos e religiosos que sopesaram a restauração da democracia, com o passar do tempo perceberam o endurecimento militar, sua propaganda política que marcava simbolicamente outra forma de governo e de relações de poder. Para Siqueira, o pacto com os setores capitalistas nacionais, estrangeiros e tecnocratas provocou a anulação da “participação popular e a participação das classes médias urbanas”¹⁰⁸⁶. Essa defesa se baseava na afirmação do patriotismo, levantando a bandeira da Nação por meio do sentimento ufanista e intransigente, traduzido pela ideologia transmitida por uma disciplina que viesse a fabricar uma “lógica da acumulação nacional, viabilizada pelo capital monopolista”¹⁰⁸⁷.

Contudo, reações se fizeram contra a entrada e a permanência dos militares no governo brasileiro, indo desde movimentos de pequeno porte até tentativas de articular uma resistência armada com o seu endurecimento, principalmente, a partir da promulgação do AI-5 em 1968. No Nordeste, destacamos as resistências ocultas e as tentativas de planejar uma ação direta que fora descoberta pelo órgão de inteligência do governo em 1967.

Nos sertões nordestinos, assim, organizavam-se grupos a fim de combater o governo instituído, por exemplo, uma parte deles se ligava ao Partido Comunista e às Ligas Camponesas. Dentre essas mobilizações, focamos na intervenção militar contra “guerrilheiros” que se organizara no interior dos estados nordestinos em 1967 e tinha como centro o interior do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Para o general Sousa Aguiar, um dos responsáveis pela operação,

Terá lugar nas regiões de Crato (Ce) – Salgueiro (PE) – Juazeiro (BA), a maior concentração de tropas jamais presenciada no Nordeste, com a realização das manobras do IV Exército, no corrente ano, ocasião em que se contará com a cooperação dos 2º e 3º Distritos Navais, da 2º Zona Aérea e da Polícia Militar de Pernambuco[...] Mais de 10.000 homens [...] vindos do Maranhã, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, envolverão centenas de guerrilheiros refugiados no interior de Pernambuco, cujo cerco será finalizado com o lançamento de paraquedistas do Exército, nas proximidades de Salgueiro¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸⁵ **O Povo**, 1964, p.1.

¹⁰⁸⁶ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: EDUFES, 2001, p.30.

¹⁰⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸⁸ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

A citação acima relata as manobras realizadas contra os chamados “guerrilheiros” que estariam nos sertões do Ceará, Pernambuco e Bahia. Esse confronto feito em 1967 precisava se legitimar. Para isso, utilizaram o patriotismo como meio de consolidar e divulgar essas ações e dá-las o signo de primordial para manter a ordem em prol do progresso nacional. Os indícios de duelos entre guerrilheiros e hoste legalista, em 1967, no sertão do Nordeste, clarearam essa ação, cujo montante de recursos humanos e financeiros movidos fora considerado, e o seu aparato militar não se configuraria em um treinamento para os seus oficiais sobre guerrilha, imagem essa passada pelos generais.

O detalhamento das espacialidades em que se escondiam ou habitavam fora feito para informar os leitores dos jornais ligados aos Diários Associados de Assis Chateaubriand (DA), imprensa de grande tiragem no território nacional. Verificamos, portanto, matérias sobre essa operação no Jornal Unitário (JU) – CE e no Jornal Diário de Pernambuco – PE. Tais imprensas do DA divulgavam que uma tarefa saneadora se realizava no sertão nordestino e se demarcava um círculo sanitário a esses grupos. Isso se fez para impedir o alastramento dos “guerrilheiros” e sufocar os seus integrantes em determinadas cidades. Atrelada à essa funcionalidade pragmática se construiu uma simbólica para dar a visibilidade de que nem todo o Nordeste apoiava esse movimento contestatório. Esse jogo retórico e imagético remontava à construção de um fosso entre as classes envolvidas e aquelas que se apresentavam nas ações com o estigma de delinquentes.

Para o Diário de Pernambuco, essas “manobras militares anti-guerrilhas” foi denominada “Operação Espírito de Guararapes”, tinha esta delimitação escalar do território em que atuara: 1.550.000 quilômetros quadrados. Tal medição abrangeu os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí. Para isso, reuniu-se 10 mil homens para realizá-la¹⁰⁸⁹.

A matéria “Manobras anti-guerrilha em nove estado”, publicada no Diário de Pernambuco, foi uma síntese produzida a partir da coletiva de imprensa dada pelo comandante do IV Exército, general Rafael de Souza Aguiar; que recebeu os jornalistas recifenses e do sul do país em seu gabinete. Nesse momento, enfatizou em sua narrativa que “o papel da guerra anti-guerrilha” empreendido nos sertões do Nordeste era uma forma estratégica para acabar com a subversão que se alastrava pelos estados da região¹⁰⁹⁰.

¹⁰⁸⁹ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

¹⁰⁹⁰ *Ibid.*

Nesse intuito, tais imprensas, ao corroborarem com os discursos dos militares, manejaram o signo escrito e o imagético para comprovar uma imagem negativa dos que eram contrários ao regime, bem como demonstrar sua força para sufocar tais levantes. O uso de fotografias em suas matérias se fizera em prol de munir-se das imagens visuais como veículo para divulgar o acontecimento; tal recurso se ligava a incorporação feita no senso comum desse artefato como prova da verdade. Para Borges, a fotografia se utilizara na Guerra Fria para manter a bipolarização do mundo e era o elemento manejado para justificar as ditaduras implementadas na América Latina nos anos 1960 e 1970¹⁰⁹¹. Trabalhar com esse artefato tecnológico promoveu sua entrada de forma mais eficaz na intimidade e no cotidiano das pessoas, impôs dada linguagem e lógica por meio da relação entre as imagens e os textos escritos sobre determinado fato.

Olhamos, portanto, para essas fotografias, relacionando-as com os textos que as precedem e que se firmaram em suas legendas, pois tais indicativos se construíram para levar o leitor a caminhar pelos códigos culturais e políticos que a imprensa defendia. Contextualizar essas imagens não é suficiente para entendermos a escolha do jornal por colocá-las, levando em consideração que elas são as selecionadas de um rol de fotografias retiradas na época. Verificamos, por exemplo, as diferenças entre as fotos usadas no Jornal Unitário e no Diário de Pernambuco. Por isso, vemos a sua gramática imagética, as particularidades do olho dos fotógrafos que fixaram por meio de suas lentes um momento chave para ilustrar o discurso da intervenção em prol de ter o patrocínio da opinião pública.

Portanto, as fotografias retiradas pelos profissionais dessas imprensas tinham objetivos claros e bem demarcados. Dessa forma, vemos que nelas acoplavam a realidade com a ficção, o conotativo com o denotativo, a ilusão com a emoção, a utopia com a distopia; cristalizaram, por fim, momentos, ideias e temporalidades¹⁰⁹². O cruzamento entre os textos escritos e os imagéticos nos auxiliou apreender os indícios da edificação de um campo visual sobre os que eram contrários ao golpe civil-militar. Isso moveu-nos a pensar uma política do lembrar e do esquecer, da dobradiça entre a identidade e a alteridade.

A intervenção militar no Nordeste feita a fim de exterminar um foco de guerrilheiros se justificou como uma prevenção do governo por meio, primeiramente, de prisões ilegais de homens e mulheres que moravam nas cidades e eram considerados suspeitos. Esse movimento não se organizara como a experiência da guerrilha do Araguaia (1972-1975), mas como uma semente que se massacrara antes de sua implantação. Tal postura

¹⁰⁹¹ BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹⁰⁹² *Ibidem*.

e a descoberta desses grupos corroboraram com esta imagem do Nordeste divulgada pelos diplomatas estadunidenses e pelos militares em seus documentos oficiais: era um espaço privilegiado para a fermentação do comunismo. Além disso, algumas iniciativas técnicas e financeiras se agenciaram em seu território com o apoio dos órgãos de fomento norte-americano, visando usá-los como meio de espionagem territorial e para sua transformação ideológica. Nessa perspectiva, o RITA foi um importante veículo para controlar sutilmente espaços estratégicos no Nordeste que serviriam enquanto palco de revolta contra o governo constituído.

Em suma, o cerco militar feito contra homens e mulheres em seu território, chamados pelos militares de guerrilheiros, tornara-se um dispositivo, pois tinha um fluxograma interestadual cujas fronteiras se tornavam os lugares-fontes onde se inventava uma prática política dissidente, por exemplo, as dos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia, a saber, respectivamente, Salgueiro, Cariri e Juazeiro. Ao interditá-las, conseguiram uma zona de atuação direta contra as redes de resistência erguidas no sertão adentro, desconectaram as caatingas que se ligavam por meio da fluidez de seus caminhos geopolíticos. Nessa ação, segundo a matéria do *Jornal Unitário*, alguns guerrilheiros se viram desprotegidos e começaram a se dispersar para outros locais do Nordeste, por exemplo, os que estavam no Cariri foram ao sertão de Pernambuco, em Salgueiro; pois o encontro dos outros grupos significava uma condição de proteção e caminhos de fuga caso necessitassem. Contudo, as frentes construídas pelo exército para exterminá-los se faziam de todos os lados e o IV Exército realizava manobras no interior pernambucano.

No Nordeste, a primeira reação militar a essas resistências entre 1964 e 1967 antes da Operação Espírito de Guararapes, em parceria com o governo estadual e local, realizou-se para desorganizar os grupos opositores a partir da prisão de suas lideranças, sejam intelectuais ou aqueles que consideravam subversivos. No jornal *Diário da Manhã* (JDM)¹⁰⁹³, verificamos matérias em 1964 que relataram essa investida bélica como sanadora e preventiva. Nesse manejo discursivo e imagético feito por tal imprensa, produziu-se um convencimento e legitimação do regime em voga. Ela, outrossim, fazia parte de uma divulgação em nível nacional realizada pela corrente que a corroborava, por exemplo, nesta matéria jornalística: “Ministro da Justiça tranquiliza a Nação”¹⁰⁹⁴.

¹⁰⁹³ Jornal de circulação diária e matutino, fundado na cidade de Recife - Pernambuco em 16 de abril de 1927. Foi criado para ser um instrumento de oposição ao governo, mas tal propósito se transformara à medida que foram mudando seus donos, chegando ao ponto de apoiar o golpe de 1964.

¹⁰⁹⁴ “Ministro da Justiça tranquiliza a Nação”. *Diário da Manhã*, Recife, n. 4.929, 1964, p.1.

Três elementos nesse título movimentavam os campos visuais de quem o lia. Eram estes: justiça, paz e pátria. Tais fatores expressavam a emanação da voz que vinha do desejo de manter uma modernização conservadora no Brasil. Para isso, propagava-a como uma *boa nova* a partir de certos elementos escatológicos e proféticos conectados a um sentimento de pertencimento social. Isso se fizera para convencer os atingidos por essa informação e restaurar certa ordem nestes três estados em 1964, considerados os *focos de subversão*: Goiás, São Paulo e Ceará¹⁰⁹⁵. Para o Ministro da Justiça, Milton Campos, tais reações não se considerariam, pois se tratava de uma minoria insatisfeita, ou seja, os brasileiros deveriam enxergá-la como “episódios isolados” que não colocavam em crise a soberania do governo instituído. Portanto, para ele, esses inconformismos “não configuram uma crise do regime e nem representam qualquer ameaça a instituição”¹⁰⁹⁶.

Fizeram, então, rituais para demonstrar sua potência e que sua imagem de crise se apagasse da pauta pública. Tal representação se impunha devido aos movimentos contestadores do regime militar. Para essa imprensa, esses conflitos desmanchavam a imagem de ordem, paz e harmonia nacional divulgada pelo governo. Por isso, defenderam posições mais duras concernentes aos seus opositores. Verificamos que tal movimento procurou, principalmente, apagá-los da memória social, desenquadrando-a através de uma não tessitura narrativa¹⁰⁹⁷, atrelando-a à figuras negativas da mitologia cristã e reforçando o silêncio de uma memória das lágrimas. Consoante Pollak, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”¹⁰⁹⁸. Tal relação entre silêncio e esquecimento, resistência e discurso oficial ao se pensar o passado fez-nos ponderar que essa construção da memória social se deu a partir de 1964 por uma ritualização do presente que impulsionou leituras mediatizadas do passado brasileiro. Nesse intuito, o uso dos elementos simbólicos da identidade nacional como a bandeira e a guerra do Paraguai se empregaram para solidificar um espírito moldado pelas ideias e ideais defendidos pelo governo militar.

Contudo, consideramos que houve a resistência do silêncio e transmissão oculta de elementos na memória familiar, colocando-a como secreta e como elemento de uma identidade negada, isto é, como “memória das tragédias”¹⁰⁹⁹ enquanto dolorosa e de infortúnio, e que foi apagada como um mecanismo de defesa e sobrevivência. Isso gerou uma

¹⁰⁹⁵ “Ministro da Justiça tranquiliza a Nação”. **Diário da Manhã**, Recife, n. 4.929, 1964, p.1.

¹⁰⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁷ ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1997.

¹⁰⁹⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.5.

¹⁰⁹⁹ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

amnésia social, cujos traços se desligaram dos jogos de pertencimento coletivo. Dessa forma, as redes familiares e de amizades moviam o xadrez político e ideológico, buscando saber a melhor hora para a revelação, resguardando-se perante o ataque daquela possível ameaça não-visível. Pois, ao expor suas memórias, esses sujeitos ativam uma rede de conexões que não se tem mais controle. Entretanto, sabe-se que as reações a elas aconteceram, pois algumas imagens pejorativas sobre o comunismo e aqueles que o aderiam se incorporavam no imaginário social, cuja relação entre as imagens e os discursos sobre tal perspectiva política gerava práticas sociais e políticas concretas de repúdio contra os seus defensores.

Entendemos, segundo Pesavento, que a imagem é a enunciação da ausência e move símbolos para tornar presente o distante. Por exemplo, levar ao conhecimento dos que estavam fora dos espaços de intervenção da propaganda da segurança nacional atrelada às forças armadas. Dessa forma, temos o confronto entre a imagem texto e a fotográfica, ambas “são simbólicas e exprimem uma metaforização do social”, cuja representação tem as curvaturas dos sistemas de valores e sua “significância extrapola os limites do representado”¹¹⁰⁰. Portanto, olhamos as imagens do comunismo em suas dobras visuais e discursivas na imprensa brasileira após 1945.

Para Napolitano, os conspiradores contra o governo de Jango e a favor da intervenção militar tinham como principal elemento de afirmação a união pelo anticomunismo e “a doença infantil do antirreformismo dos conservadores”¹¹⁰¹. Para isso, os jornais nacionais, apoiando tal iniciativa, construíram a Rede da Democracia em relação a João Goulart e a rede de imagens contra o comunismo. Nesse intuito, vincularam-se à “linha liberal conservadora” que faziam a leitura de que o Brasil caminhava para o comunismo e a subversão impulsionado pelo poder central (Presidência da República). A exceção a esse grupo, segundo o referido historiador, era o jornal Última Hora que tinha uma postura em favor do trabalhismo e do reformismo. Para ele, “a luta pelas “reformas”, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tornava-se a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado”¹¹⁰².

Nesse jogo de figurações discursivas, produzido por alguns jornais e grupos intelectuais no Nordeste apoiadores dos militares, construíra-se enunciados, imagens e retóricas ritualísticas que destruíam sua representação como espaço transgressor da ordem. Para isso, a imprensa unida, principalmente aos Diários Associados, deu visibilidade e

¹¹⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1994, p.152.

¹¹⁰¹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p.43.

¹¹⁰² *Ibidem*.

confirmou que grupos no Estado defendiam-no e destacavam-no, por exemplo, no caso do Ceará, a naturalidade de seu líder, o cearense e futuro presidente Castelo Branco¹¹⁰³. Nesse sentido, no jornal Tribuna do Ceará (JTC), destacaram as matérias sobre algumas cidades do Estado que realizaram a *Marcha da Família* em prol de tornar aparente a aliança entre Igreja, Golpe e grupos civis. Para isso, comentou-se sobre tal movimento no município de Pentecoste da seguinte forma: “[...] o Povo de Pentecoste começava a se aglomerar em frente à Igreja do acampamento do DNOCS a fim de aguardar o início da MARCHA DA FAMILIA PENTECOSTE COM DEUS PELA LIBERDADE RESTAURADA”¹¹⁰⁴.

O clima propagado de integração e força para salvaguardar o Brasil da ideologia comunista se reforçou no Nordeste. Contudo, isso se forjara para esconder que era um dos focos de oposição para minar os grupos que se posicionavam e empreender o seu silêncio. A Igreja Católica, que seguia a linha teológica e política de Dom Helder Câmara, se aliava aos grupos contestatórios. Isso possibilitou outro elemento diferenciador para os olhares dos militares para essa espacialidade. Na matéria divulgada pela Revista Cruzeiro sobre o discurso de João Calmon, parlamentar capixaba, destacou-se os conflitos intensificados entre a Igreja e o Estado no Nordeste em 1967.

Esse político participou da coletiva dada pelo General Raphael de Sousa Aguiar sobre a “Operação Espírito de Guararapes” em Recife e foi um dos que traduziram essa mensagem para a imprensa do Rio de Janeiro. Por isso, iniciou sua exposição mencionando as seguintes falas do general do IV Exército: a operação deve “inspirar-nos para expulsar do Brasil os invasores comunistas e os seus aliados conscientes ou inconscientes, inclusive os inocentes úteis”¹¹⁰⁵. Dessa forma, a mensagem do general era perseguir todos que se aproximavam, sejam militantes ou simpatizantes. Os “inocentes úteis” eram aqueles que não tinham o conhecimento sobre a teoria marxista e nem se afirmavam como tal, mas por outros motivos ligavam-se ao grupo ou pessoas que participavam do movimento. Para os militares, esse elo afetivo levá-lo-iam em algum momento a ajudá-los.

Na oratória desse parlamentar, em sua fala na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, comentou-se que Dom Hélder Câmara, aproveitando a solenidade realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco, feita na solenidade de outorga do título de cidadão

¹¹⁰³ FARIAS, José Airton de. **Além das armas**: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 11-15.

¹¹⁰⁴ “Pentecoste fez também a sua marcha da família”. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, ano 2, n.2094, terça-feira, 5 de maio de 1964, p.1.

¹¹⁰⁵ “João Calmon aborda o conflito entre a Igreja e o Exército”. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1967, p.160.

pernambucano, declarou sua oposição ao ressurgimento do “espírito de Guararapes”, versando, assim, que as iniciativas das forças armadas e esse espírito deveriam ser “para expulsão do território nacional dos invasores que estão roubando o nosso minério”¹¹⁰⁶. A escolha do general Aguiar em nomear a Operação contra as guerrilhas de “Espírito de Guararapes” foi uma afronta e um posição perante as orientações e objeções do referido arcebispo. Para João Calmon,

Esse conflito poderá acarretar consequências de extrema gravidade. A capacidade de proselitismo de D. Hélder Câmara e dos padres do Nordeste é infinitamente maior do que a capacidade de proselitismo de Julião, de Arraes, somados e multiplicados por cem. As teses defendidas por D. Hélder Câmara e pelos padres que o acompanhavam serão apresentadas nos púlpitos de todas as igrejas do Nordeste e, como nós, sabemos, há, no Nordeste, como em todo o Brasil, muito mais igrejas do que quarteis¹¹⁰⁷.

Segundo Calmon, esse bispo, propagador do *Cristianismo da Libertação*, defendia que o “Espírito de Guararapes” não era o posto pelos militares, ou seja, utilizar a força nacional para expulsar os comunistas, mas sim usá-la para libertar o Brasil dos que roubavam os seus recursos naturais, os seus bens e deixavam sua população mais pobre do que antes. A influência de Helder causava medo em Calmon pela amplitude, reconhecimento e visibilidade que tinha. Esse embate sobre o uso do passado, por meio de sua leitura no presente feita pelos militares e Dom Hélder, manejava os elementos e as linguagens existentes na luta cotidiana da vida das pessoas para chamar a atenção para o projeto de Brasil que cada um defendia. Por exemplo, o “Espírito de Guararapes” se atrelava à guerra contra o Paraguai e o seu uso no fortalecimento de uma identidade cívica no Brasil.

Para Calmon, o exército fortaleceria suas fileiras, primeiramente, dando um salário que o fizesse diferenciar dos operários. Essa posição se fez, pois naquele momento os baixos salários dos militares os colocavam no mesmo *status* de um operário de fábrica, o que Calmon chamou de uma “proletarização das forças armadas”. Tal falta de incentivo desmobilizava as futuras gerações a entrarem na carreira militar e o aumento da incorporação de camadas “mais humildes da população”. Destarte, o quadro familiar nessa instituição de um poder aquisitivo diminuiu, porquanto os continuadores dessa tradição não viam com bons olhos renovar seus votos assumindo a profissão de seus genitores. Contudo, a maioria dos cargos da oficialidade, naquele momento, estavam nas mãos da classe média. O discurso de

¹¹⁰⁶ “João Calmon aborda o conflito entre a Igreja e o Exército”. **Revista O Cruzeiro**, 23 de dezembro de 1967, p.160.

¹¹⁰⁷ *Ibidem*.

reclame do referido parlamentar tem o seguinte conteúdo: “O filho do militar já não quer seguir a carreira das armas porque o seu companheiro, filho do vizinho que trabalha em empresa privada, pode ter automóvel, enquanto ele, filho do militar, anda, no máximo, numa bicicleta”¹¹⁰⁸. Portanto, o aumento do poder aquisitivo era necessário para que o militar pudesse comprar os artefatos considerados símbolos da modernidade e da aceleração dos novos tempos, pois se ele não podia usufruir do conforto advindo da tecnologia após 1945, para Calmon, a profissão deixava de ser atrativa para as novas gerações.

Outro elemento, fora a proletarização do clero, cujos membros não vinham da classe abastarda e média da sociedade, mas da classe mais pobre. Isso possibilitava apenas o recurso do salário dado pela paróquia como renda para sua sobrevivência, resplandecendo sua aproximação nas causas dos mais pobres, já que pertencia a esse quadro socioeconômico. Para ele, o embate entre essas duas forças de sustentação dos sistemas organizacionais da vida cotidiana no Brasil se acentuara:

De um lado, as classes armadas, pensando em termos de expulsão do invasor comunista e, de outro lado, o clero pensando em termos de expulsão do invasor que rouba o nosso minério ou, mais especificamente, segundo o padre Helder Câmara, como ele gosta de ser chamado, “uma luta contra o imperialismo do dinheiro”. Imperialismo do dinheiro significa, de acordo com Dom Hélder Câmara, o “imperialismo norte-americano”¹¹⁰⁹.

A outra parte da Igreja Católica, ligada ao conservadorismo, realizou as marchas, usou a comoção, o sentimento aversivo aos transgressores da moral e dos bons costumes e a visão distorcida em relação ao embate político no início dos anos 1960. Por exemplo, para corroborar o apoio ao golpe, assentava-o como se fosse em favor de *Deus contra os ateus*. Consideramos a complexidade da tomada de poder do país pelos militares em 1964, sendo um projeto que se consolidou e tornou os seus objetivos claros ao longo do processo. Segundo Napolitano, eles usaram imagens e discursos de um civismo conservador e um catolicismo retrógrado. Para exemplificar tal assertiva mencionou as Marchas da Família que miravam “o comunismo, mas queria acertar o reformismo”¹¹¹⁰. Ter isso em consideração, possibilitou-nos perceber os usos do passado para justificar ações por meio da alimentação da imagem de um fantasma, bem como convencer a opinião pública sobre o caminho liberal e conservador a ser

¹¹⁰⁸ “João Calmon aborda o conflito entre a Igreja e o Exército”. **Revista O Cruzeiro**, 23 de dezembro de 1967, p.160.

¹¹⁰⁹ *Ibidem*, p.160-161.

¹¹¹⁰ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p.54.

percorrido, forjando, para isso, a imagem dos que arquitetaram o golpe como salvadores da pátria.

Em matéria referente à *Marcha da Família* em Fortaleza, além do discurso escrito, colocou-se em sua capa uma foto de grupos levando faixas a favor da intervenção nacional dos militares. A imagem-foto foi utilizada como estratégia de convencimento imagético, cuja assimilação inconsciente de sua validade se propagou através dessa sutileza figurativa, especialmente para um território detentor de grande quantidade de analfabetos. Além dessa, tinha outra considerada a representação de seu ápice. Nela visualizamos o encerramento da *Marcha* na Catedral de Fortaleza e a promoção do vínculo imagético da Igreja, símbolo da força divina com a representação do poder militar-armamentista. Portanto, conforme o JTC, “a monumental “marcha da família com Deus pela liberdade” quando chegou em frente à Catedral para agradecer ao todo poderoso a consolidação de nossa democracia e pedir a benção para os novos dirigentes do Brasil”¹¹¹¹.

Dessa forma, a partir de 1964, as imprensas apoiadoras do golpe civil-militar fizeram uma quantidade considerada de matérias e imagens na tentativa de forjar um consentimento coletivo e convencer aos seus consumidores que essa intervenção se realizara para o *bem da Pátria*. Para isso, o apoio das instituições detentoras de um poder-simbólico e disciplinador se fizera importante para agregar diversos grupos sociais a esse fito. Foi nessa conjuntura interna, atrelada ao clima de instabilidade política e econômica, que alguns jornais entre 1964 e 1968 fortaleceram o governo dos militares utilizando como argumento um dado livramento nacional dos ideais comunistas. Para isso, carregaram e reforçaram as múltiplas imagens pejorativas que se construíram sobre ele nas décadas passadas.

Esse combate era uma defesa do liberalismo econômico, em molde estadunidense, e de seu capitalismo imperialista. Com os militares, o Brasil se abriu sem reservas a esse capital estrangeiro, ficou preso às suas armadilhas e imposições financeiro-políticas, visando conseguir dada modernização nacional a partir de seu patrocínio. Para a maioria da imprensa brasileira se tornou primaz a tarefa de divulgar as imagens negativas sobre o comunismo e exaltar o golpe civil-militar como inaugurador de uma nova fase de bonança à nação. Tais atitudes resguardavam os interesses econômicos e políticos que permeavam seu sistema de comunicação, promovendo até certo ponto frustrações desse sonho com os abusos e as corrupções cometidos anos depois. Nesse sentido, os Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand se envolveram nesse movimento de adesão ao regime. Logo, quando

¹¹¹¹ “Cerca de cinquenta mil pessoas na marcha da família: povo estava mesmo com Deus contra o comunismo”. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, ano 7, n.2104, segunda-feira, 17 de abril de 1964, p.1.

verificamos as suas matérias, encontramos uma constante exposição de imagens e discursos de ataque aos chamados *subversivos* pós-1964. Essa constatação se embasava nas posturas de seu proprietário e de seus apoiadores em mantê-lo.

Essa imprensa manobrou a população, deixou-a confusa e por meios da demonstração de imagens e discursos reforçou o poder simbólico do regime, levou-a a concordar com ele e a entregar seus opositores. Além disso, divulgava as prisões e repressões em todo o Brasil a fim de torná-la conhecida para promover seu domínio pelo medo, como também tornar conhecida a presença de seus espões, gerando um clima de vigilância e monitoramento repressivo para mantê-lo. Representá-lo era a maneira de avigorar e demonstrar sua força em manter a ordem. Tal sutileza do disciplinamento, outrossim, empreendera-se nas microiniciativas realizadas pelo exército nas cidades consideradas focos da transgressão.

Nesse sentido, os jornais vinculados aos Diários Associados deixaram nítidos aos seus leitores que o Nordeste estava sendo perquirido, supervisionado, monitorado e vigiado pelas forças armadas. Por exemplo, em 13 de dezembro de 1964, o *Jornal Unitário* divulgou uma matéria concernente às investigações acerca de tais suspeitas. Ela servia de alerta a sociedade civil para que pudesse amparar o governo na tarefa de desvendá-lo e sufocá-lo. Essa desconfiança incidiu, principalmente, sobre as cidades de Quixadá e Juazeiro do Norte no Ceará. As prisões e as torturas encetaram no ano de 1964 em prol de frear a organização de grupos opositores, abolir as conjecturas e estorvar presumíveis reações. Portanto, o discurso oficial do governo difundiu e apregou imagens de injunção disciplinar utilizando a sutileza enunciadora e os traços simbólicos repressivos. Para a referida imprensa,

Várias prisões serão efetuadas em Quixadá e cidades vizinhas, onde um foco de subversão acaba de ser descoberto pelo Serviço Secreto do Exército. Também em Juazeiro do Norte foram efetuadas quinze prisões, de elementos subversivos, os quais estão sendo transportados para Fortaleza, onde deverão prestar depoimento perante as autoridades militares. [...] Todos os presos políticos no interior do Estado serão transportados, para o Grupo de Obuses, em nossa Capital onde funciona o Inquérito Policial Militar responsável pelas investigações acerca de atividades contra revolucionárias¹¹¹².

Tal investida militar, em prol de descobrir movimentos que contestavam o regime em voga, agenciou um processo conflituoso entre as regiões e suas diferenças classistas e grupais para descobrir esses espaços de oposição. Em relação ao Cariri cearense, esse

¹¹¹² “Prisões em Quixadá e Juazeiro por subversão”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, domingo, 13 de dezembro 1964, p.9.

inquérito feito pelos militares em 1964 foi importante enquanto território influenciado pelo estado de Pernambuco. Essas prisões, portanto, ameaçaram e comoveram as lideranças da resistência. Apesar disso, anos após essa investida, descobrira-se uma organização contestatória ao golpe em suas terras. Para o SSG, isso servia para o encontro de sujeitos que procuravam dialogar, planejar e traçar ações políticas contra o golpe de 1964. Nesse sentido, o SSG prendeu alguns suspeitos de subversão no Cariri, por exemplo, em Juazeiro do Norte foram feitas “15 prisões”¹¹¹³.

No manejo retórico do Ministro da Justiça e em sua incorporação pela imprensa nacional, acalmaram os ânimos delimitando as regiões a serem combatidas. No Nordeste brasileiro, portanto, as ações com prisões e intervenções preventivas se fizeram a partir da afirmação de uma imagem extremada de medo a um possível governo comunista e a exaltação dos militares como salvadores da pátria. Para o JDM, o Ministro Milton Campo reconheceu um “quadro de crise” que se iniciara pelo Ceará. Para controlar tal situação alguns excessos foram cometidos. Justificando-os, colocou que o clima favoreceu esse extremismo e o “comportamento das autoridades militares”. Contudo, estavam tranquilos pois “a opinião pública cearense aplaudiu, sem restrições, o resultado de uma ação saneadora mais enérgica”¹¹¹⁴.

Tal clima de suspeita sobre o Nordeste se fortaleceu quando o Serviço Secreto do Governo (SSG) detectou a existência de um grupo de guerrilheiros em 1967. Contudo, descobrira-se que o foco era maior, empreendendo, a partir disso, uma organização militar para silenciá-lo. Para isso, teve-se o apoio armamentista estadunidense¹¹¹⁵. O fortalecimento bélico do exército era um símbolo da pretensão de sua possível permanência no governo; bem como demonstrava que precisavam acabar com essa ameaça e usaram-na enquanto justificativa para sua conservação.

Não obstante, essas iniciativas passaram a ser criticadas, pois eram autoritárias e visivelmente selecionadoras de pessoas que pudessem servir como exemplo em seu *teatro do terror*¹¹¹⁶. Esse espetáculo construiu uma proteção às investidas dos grupos que antes os apoiavam a partir da imagem do medo e fomentaram um sentimento de proteção perante o clima social da época. A autoridade, por meio da força militar, movimentava um imaginário

¹¹¹³ **Unitário**, ano LIX, n.31832, 15 de setembro de 1965, p. 6.

¹¹¹⁴ “Ministro da Justiça tranquiliza a Nação”. **Diário da Manhã**, n. 4.929, 1964, p.1.

¹¹¹⁵ Segundo o JU, aviões contra “Guerrilhas” tinham chegado em Pernambuco desde 15 de setembro de 1965: “Recife, 14(11)- A segunda zona Aérea constará a partir de 1 de outubro próximo, com cinco aviões norte-americanos equipados com metralhadoras e outras armas especializadas na guerra guerrilha, a exemplo do que já ocorre nas bases do Porto Alegre, Santa Cruz e Brasília”. **Unitário**, *op.cit.*

¹¹¹⁶ THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

fantasmagórico de proteção coletiva divulgada para a realização do golpe. A partir de 1968 o governo não requeria mais a aprovação dos grupos civis, pois tinham meios legais para realizar as suas atividades de repressão e manutenção do poder.

Portanto, as ações tomadas em 1964 e 1965, com as prisões de alguns caririenses para prevenir a edificação de reações contra o governo, fracassaram. Em 1967 a SSG tomou conhecimento de que no Ceará se criaram grupos que pretendiam construir uma guerrilha em parceria com os pernambucanos. Conforme o discurso propagado pelo Jornal Unitário, seria uma invasão dos subversivos nos sertões da caatinga.

Por exemplo, na Câmara dos Vereadores de Juazeiro do Norte em 24 de abril de 1967, o vereador Francisco Gomes Machado solicitou aos seus pares uma ação para se pedir explicações aos militares do considerado “número de prisões que se efetua em Juazeiro”¹¹¹⁷. Para isso, citou as várias ocorrências e solicitou à Comissão de Polícia da Casa para que levasse ao delegado local, nela se discorreu sobre o assunto e requereu esclarecimentos referentes às prisões que não tinham bases para serem efetuadas. Esse assunto ao longo das atas da câmara municipal fora silenciado, os termos de cassação de mandato se assentaram como forma de controlar o legislativo, as leis promulgadas pelos militares anteriores a 1968, ligadas a Lei de Segurança Nacional, assentaram-se como maneiras de calar a oposição.

Dessa forma, essas prisões sem base jurídica não eram meras ações militares convencionais, mas teria que representar uma ação que demonstrasse a força e o pulso forte do governo. No final do ano, essas investigações se tornaram mais violentas. Nesse sentido, no caso do Ceará construíram como posto militar avançado a cidade de Iguatu para essa intervenção. As tropas saíram de Fortaleza em direção ao sul do Estado e se instalaram em Iguatu, no Posto de Comando Avançado, para organizar o ataque a fim de construir um cerco contra os guerrilheiros. Essa manobra feita pelo IV Exército em uma operação chamada *Espírito de Guararapes* se empreendeu no Cariri em 13 de novembro de 1967, tinha o foco de encurralar os guerreiros do Ceará, Pernambuco, Maranhão e Piauí, pois “trata-se de uma manobra que será realizada em quase todo o Nordeste”¹¹¹⁸, especificamente, o cerco “dos insurretos, numa área entre Salgueiro, Crato e Juazeiro”¹¹¹⁹.

Esses “entre-lugares” desterritorializados se constituíram como cartografia da resistência no Nordeste brasileiro. Foi, portanto, nesse espaço onde se organizaram tais ações de contestação ao golpe civil-militar. Para combatê-las no Cariri (CE), em Caxias (MA), em

¹¹¹⁷ Ata da sessão ordinária da Câmara dos vereadores de Juazeiro do Norte, nº 13, 24 de abril de 1967, p.28.

¹¹¹⁸ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

¹¹¹⁹ *Ibidem*.

Salgueiro (PE), em Juazeiro (BA) e Picos (PI) o IV Exército reuniu 10 mil homens para fazer emboscadas e exterminá-las. Isso se realizara nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 1967, participando delas as tropas pertencentes a 10ª Região Militar sediadas em Fortaleza, Teresina e São Luiz. Para isso, divulgaram na imprensa de cada Estado que o exército se amparava por uma técnica de combate chamada, por eles, de moderna, de base norte-americana e com métodos não convencionais para retirar informações dos presos. Para o general Sousa Aguiar, a diferença entre a guerra moderna e a convencional se pautava por singularidades. Sua análise se fez para compreender como as práticas de luta se transmutavam de uma reivindicação pacífica para uma que defendia a luta armada.

No início de sua exposição sobre o que significa guerra convencional, ou a tradicionalmente antiga, e guerra moderna, ou guerrilha em guerra subversiva se mais um pouco dividindo a guerrilha em guerra subversiva ou pré-revolucionária, fase em que os inimigos do regime se dão à prática de agitação das via nacional para que, uma vez conturbada, seja mais fácil o esfacelamento da ordem, da hierarquia e da paz social. Posteriormente chamada de guerra revolucionária, de ações rápidas, e armadas. Finalmente, surge o período da guerra psicológica, de causar desânimo, desconfiança e abatimento no adversário, para enfraquecê-lo. Depois a chamada guerra de guerrilha, de que tanto já se fala, por sua frequência na América Latina e na Ásia¹¹²⁰.

Conforme Ianni, a modernização das forças armadas não favoreceu sua profissionalização, mas sua politização, em que se construiu o militar político. Por isso, após 1945, as forças armadas na América, ao realizarem golpes, tomaram outra atitude da recorrente, ou seja, não entregaram a direção do país para um civil, mas defenderam sua permanência no poder. Para o referido sociólogo, a política de contra-insurreição e a ação cívica norteavam sua doutrina, a substituição da defesa nacional pelo princípio da segurança nacional e a construção de uma “cultura da violência”¹¹²¹. Por exemplo, a Doutrina da Segurança Nacional se tornou uma “técnica de asfixia política”¹¹²².

Portanto, a atuação nesse território para acabar com os grupos opositores se fez mediante a investida armada e a “guerra psicológica”. Para isso, divulgava-se que uma “conflagração geral” acontecia no sertão nordestino e que tinha como promotores os “guerrilheiros que obedecem a planos de sublevação de nítida inspiração comunista”¹¹²³. Buscando elemento do passado para endossar a ação, comparou-a com a defesa do território

¹¹²⁰ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

¹¹²¹ IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.99.

¹¹²² *Ibidem*, p.109.

¹¹²³ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”, *op.cit.*

nacional feita no século XVII, contudo colocavam que os do século XX, diferente do anterior, era mais nefasto¹¹²⁴.

Na construção da imagem dos comunistas como inimigos da nação, adjetivavam chamando-os de “solerte e traiçoeiro” e colocavam as suas táticas como sofisticadas. Construíram, portanto, sua imagem como a cabeça de minerva: os comunistas, para o general Aguiar, preferiam “as armas da propaganda e explora a técnica das meias verdades, dos falsos silogismos e “slogans””¹¹²⁵. Colocavam também que os focos de guerrilheiros conturbavam “a vida nacional” e perturbavam “a paz social das populações nordestinas”¹¹²⁶.

Nomeados como terroristas pelos militares, esses homens e mulheres do sertão nordestino utilizavam as técnicas da guerrilha, por exemplo, o uso de ataques não convencionais. Na área da operação, demarcada juridicamente mediante a atuação do IV Exército, vivera-se em 1967 o que os militares definiram de “Teatro de Operações Guararapes”, que tinha o objetivo de “adestrar os combatentes na luta contra um inimigo insidioso e cruel. Nesse tipo de “guerra”, os guerrilheiros, desapoitados pela população civil, sentirão mais uma vez os altos propósitos das Forças Armadas, em defesa da democracia”¹¹²⁷. Nesse intuito, defendiam que os comunistas ludibriaram com as suas ideias essa população e com esse teatro se buscava educá-la. Tal esclarecimento favorecia a recuperação do apoio à causa do golpe de 1964; se isso acontecesse as suas “preciosas vidas serão poupadas, pois delas precisamos para o bem do Brasil”¹¹²⁸. Discurso esse contraditório, haja vista que essa ação se realizara contra sertanejos que não possuíam armamentos e nem uma técnica de guerrilha mais apurada para se defender, como também reforçou em várias partes de seu discurso que os “inocentes inúteis” não seriam poupados.

Essa operação serviu para testar as armas e as táticas de combate. Afirmavam que era uma simulação que ocorria em várias partes do Brasil a fim de adestrar os soldados e equipá-los de um saber de guerra que visava prevenir o Nordeste da “ditadura comunista”, para isso ocupara “as posições estratégicas, tanto nas capitais como no interior da região”¹¹²⁹. Nesse discurso de camuflagem, em que se colocava a simulação como forma de investigações locais prenderem integrantes de grupos opositores ao governo. Nas manobras feitas em Recife, João Pessoa, Natal, Salvador, Aracaju, Teresina e Maceió, colocavam os movimentos

¹¹²⁴ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

¹¹²⁵ *Ibidem*.

¹¹²⁶ “Começou deslocamento de tropas para manobras do quarto exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, quarta-feira, 1 de novembro de 1967, p.8.

¹¹²⁷ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste”, *op.cit*.

¹¹²⁸ *Ibidem*.

¹¹²⁹ “IV Exército- treinamentos”. **Diário de Pernambuco**, Recife, sábado, 4 de novembro de 1967, p.8.

subversivos como hipotéticos, mas se contradiziam dizendo o seguinte: “são hipóteses consideradas como fatos reais pelos altos comandantes militares”¹¹³⁰. Tal manobra discursiva visava proteger a imagem dos militares que ainda precisava do apoio da opinião pública. Por exemplo, o AI-5 ainda não estava em vigor.

Além disso, formou-se, psicologicamente, os soldados que participaram da manobra, modelando-os no chamado “Espírito de Guararapes”, defendido pelas forças armadas, e destacando os elementos da ideologia comunista que ajudariam a detectar os seus seguidores. Nas trilhas da narrativa, a manobra e essas imagens foram colocadas como fundamentais para o “bem do Brasil”. Para o referido general,

As tropas do IV Exército, imbuídas desse espírito agressivo, não darão tréguas nem quartel aos invasores do Nordeste. Nestas Manobras, os soldados serão instruídos para não ceder aos bondosos sentimentos de confraternização com o inimigo. Todavia se procurará inculcar na tropa, o alto valor do tratamento respeitoso e condigno a ser dispensado aos vencidos¹¹³¹.

Tal discurso se fez pela dissidência de parte dos soldados do exército que tinham se incorporado às forças opositoras, por exemplo em Caxias. Para o general do IV Exército, eles aprenderam com essa repressão física e psicológica que o “adversário vem de outras plagas”¹¹³². Esse teatro enfatizou a imagem de que eles estavam fazendo isso para a Segurança Nacional. Nesse processo de legitimação com a opinião pública era necessário endossar que o exército tinha o “papel de guardião da integridade da Pátria”¹¹³³.

Segundo o jornalista Luis Valóis, enviado pelos Diários Associados para registrar as manobras em Salgueiro, a chegada do general Rafael de Sousa Aguiar no interior nordestino proporcionou a vistoria em sua caatinga para averiguar como se empreendeu o “teatro de operação”. Tal indício não denotava uma visita aleatória, mas significativa, pois o programado pelo IV Exército era exterminar os focos de subversão em 3 dias, o que não foi alcançado. Então, o general averiguou os motivos dessas “ações de guerra que há quinze dias” se empreendera pela orientação dos seguintes generais: Rodrigo Otávio Jordão Ramos, “comandante da 7ª Região Militar, de Salvador”; Augusto Pereira, “da Infantaria Divisionária de Natal”; Dilermando Gomes Monteiro, “da 10ª Região Militar, de Fortaleza” e Vinitius

¹¹³⁰ “Manobras já empregaram quase quatro mil homens”. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 7 de novembro de 1967, p.7.

¹¹³¹ “Dez mil homens farão a maior manobra militar do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, terça-feira, 31 de outubro de 1967, p.10.

¹¹³² *Ibidem*.

¹¹³³ *Ibid*.

Notare, “do Primeiro Grupamento de Engenharia de Construção, de João Pessoa”¹¹³⁴. O objetivo era destruir a “mais poderosa tentativa de implantação do comunismo no Nordeste”, que, para ele, fazia-se mediante a aglomeração de forças subversivas em suas caatingas. Esse jornalista assentou que para derrubar o “Governo Constitucional do Brasil para o que havia recrutado um verdadeiro exército “de elementos comunistas””¹¹³⁵.

Contudo, a matéria acalmava a população dando elementos que pudessem edificar o sentimento de confiança nas forças armadas. O uso do armamento e das estratégias de guerra, naquele momento da manobra, era colocar em prática o que aprenderam. Para Luis Valóis, os oficiais do IV Exército que ficaram responsáveis pela Operação tinham experiências na área, “estágios em famoso centro de guerra dessa natureza, existente no Panamá” e atuação em regiões de conflito fronteiriço, por exemplo, nas organizações militares dos Estados Unidos e nas selvas amazônicas. Portanto, para Sousa Aguiar, esses profissionais foram designados para montar a operação. Outra pauta, era a defesa da “legalidade democrática do Brasil”. Essa imagem-força se movera para que as pessoas entendessem que as operações realizadas eram para manter tal “legalidade”¹¹³⁶. Na narração do referido jornalista, de como surgiu e começou a ganhar terreno os “insurretos”, verificamos a pluralidade de seguimentos da sociedade que compunham esse grupo:

Paulatinamente, os guerrilheiros surgiam em focos de agitação, pelas capitais e pelas cidades do interior, mais vulneráveis a uma insurreição dessa ordem. Ambientes estudantis eram agitados; parques fabris vinham sendo convulsionados tentativas de infiltrações comunistas se faziam sentir nas fileiras do Exército, pontos sensíveis da administração nacional eram injuriados e assim se agitava todo o Nordeste¹¹³⁷.

Para o jornalista, quando o general do IV Exército soube desses focos, arquitetou uma reação armada contra esses grupos para a “defesa do regime e do governo da República”¹¹³⁸. Para isso, colocou em marcha o exército e demonstrou a sua “superioridade bélica, de efetivo humano, de ação violenta”¹¹³⁹. Isso ocorrera mediante o seu avanço saindo do litoral das capitais do Nordeste, em uma demonstração de ritual de poder perante a população local, seguindo em linha reta e vertical a fim de encurralar os ditos guerrilheiros. Isso permitiu seu não alastramento e sua entrada para o Polígono das Secas, especificamente,

¹¹³⁴ “Manobras terminam e “guerrilheiros” são “derrotados” pelo exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹³⁵ *Ibidem*.

¹¹³⁶ *Ibid.*

¹¹³⁷ *Ibidem*.

¹¹³⁸ *Ibid.*

¹¹³⁹ *Ibidem*.

no território fronteiriço entre Ceará, Piauí, Bahia e Pernambuco. Esse esquema atingiu, principalmente, Crato, Petrolina e Juazeiro, cidades centrais na cartografia do Polígono. Contudo, para esse jornalista, o medo ainda rondava, pois algumas regiões acidentadas do Nordeste favoreceriam sua fuga. Nesse jogo de demonstração de força para dar visibilidade simbólica a formação do exército, para o Diário de Pernambuco,

Surgiu, então, a tática fulminante aí seriam lançados paraquedistas do Exército que, com as forças que afluíam do litoral e outros pontos, aplicavam o cerco em forma de bloqueio, apertavam o cinturão, faziam fogo de artilharia para desarticular os insurretos e a infantaria avançava, protegida por bombardeio a cargo da Força Aérea Brasileira, até a rendição implacável. Em síntese, foi a tática adotada pelo IV Exército. A Sexta Região Militar partiu de tropas de Salvador e Aracaju. A Sétima Região Militar e Sétima Divisão de Infantaria desencadearam a sua marcha de Recife e outras cidades, a Décima Região Militar, a quem coube papel arriscado pela vigorosa Concentração de insurretos na área sob sua jurisdição, mediou a sua caminhada de Fortaleza bem sincronizada com as colunas de ID/7, de Natal¹¹⁴⁰.

Em sua visita a cidade do Crato, no Ceará, o general do IV Exército, Rafael de Sousa Aguiar, ouviu os oficiais sobre as condições da operação no Cariri cearense. De uma forma bem singela, o jornalista expôs a crítica feita pelos soldados: a “exploração do primeiro general subordinado”¹¹⁴¹. No entanto, logo em seguida, reafirmou a soberania dessa instituição, descrevendo as seguintes palavras do comandante da 10ª Região Militar, Dilermando Gomes Monteiro: “A situação está definida, a guerra está ganha, embora os tiros ainda sejam ouvidos no campo da luta”¹¹⁴².

Nesse momento se construiu os heróis de guerra para alimentar o “Espírito de Guararapes”. O general Sousa Aguiar solicitou no momento da reunião com seus generais no Crato um instante de silêncio para fazer uma homenagem aos soldados que morreram pela pátria, principalmente, aqueles que tomaram naquele dia no campo de batalha: “o general Sousa Aguiar pediu um minuto de silêncio pelo herói que ruíra algumas horas antes – o aspirante médico Valdeci, do 15º Regimento de Infantaria, num desastre fatal com ambulância em que seguia para o combate, à altura de Patos, na Paraíba”¹¹⁴³. Essa construção se fez durante e depois das manobras para dar sentido aqueles que entregavam sua vida para defender os ideais do Exército, cunhando, nessa teatralidade, o vínculo entre a morte e o ato heroico.

¹¹⁴⁰ “Manobras terminam e “guerrilheiros” são “derrotados” pelo exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁴¹ *Ibidem*.

¹¹⁴² *Ibid.*

¹¹⁴³ *Ibidem*.

Por exemplo, na seção de homenagem e condecoração dada aos militares no Boletim Geral da Polícia Militar de Pernambuco, feita pelo Comandante Geral Clóvis Wanderley Filho, destacamos duas menções honrosas dadas aos generais pernambucanos que participaram da “Operação Espírito de Guararapes” em novembro de 1967. O primeiro deles foi José Edilson Noronha Galvão, comandante da Cia Motorizada e Capitão do Quadro de Acesso (QA). Os elogios a sua pessoa se faziam mediante o destaque de sua capacidade de comando, de seu “espírito de iniciativa” e do amor devotado pela corporação. Para eles, sua atuação heroica deu visibilidade a sua tropa, elogiada pelos altos generais da operação, mas também para a elevação do “conceito de Polícia Militar de Pernambuco, como força encarregada da manutenção da ordem e da segurança interna”¹¹⁴⁴. Por isso, o Comandante Geral de Pernambuco disse o seguinte: “com justo orgulho que louvo o Capitão Noronha”¹¹⁴⁵. O segundo foi o Tenente Ateniense Alves Machado, Comandante do 3ª BPM, destacando que a sua dedicação favoreceu o êxito da operação e repetiu as mesmas qualidades seladas no primeiro comandante. Para Clóvis Walderley Filho, a atuação desse militar nas “manobras do IV Exército – “Operação Espírito de Guararapes”” contribuiu para o êxito alcançado pelos elementos da PMP, empregados em apoio ao IV Exército e à 2ª Zona Aérea”¹¹⁴⁶.

Dessa forma, a ereção e a ressignificação de mitos manejavam traços e elementos do sagrado e do profano, esotérico e exotérico, mediante uma “operação mítico-cosmológica”¹¹⁴⁷ que sacralizava homens e mulheres na flutuação da textualidade bélica. Para Morin, magia, rito e mito “sacralizam as regras de organização da sociedade”¹¹⁴⁸, justificando a dominação por meio de elementos transcendentais que mascarava o poder de classe.

Outra estratégia no jogo psicológico que arquitetaram foi ligar a imagem dos generais à fé popular do Nordeste. Para isso, o general Sousa Aguiar, ao terminar sua reunião no Crato, se dirigiu com sua comissão para o Juazeiro do Norte para visitar o túmulo de Padre Cícero Romão Batista.

Deixando o Crato fortalecido pela coesão, disciplina, bravura e patriotismo de seus soldados, o general Sousa Aguiar dirigiu-se, a Juazeiro indo visitar a igreja de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, onde se acha o túmulo do Padre Cícero. Missão dolorosa teve o general Sousa Aguiar ao visitar em sua enfermaria o sargento Farias, que pertencia aos guerrilheiros e não era, portanto, do seu Exército. Mas aquele

¹¹⁴⁴ POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO. Quartel do Comando Geral. **Boletim Geral**, Recife, 1967, p.2487.

¹¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹¹⁴⁶ *Ibid.*

¹¹⁴⁷ MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. Portugal: Produções Europa-América, 1973, p.163.

¹¹⁴⁸ *Ibidem*.

adversário subalterno também cumpria a sua tarefa quando caiu ferido pela explosão de um petardo no momento em que instruía um grupo de insurreto¹¹⁴⁹.

Tal discurso de comoção, de piedade e generosidade, que marcou a figura do general ao visitar esse espaço sagrado em Juazeiro, enfatizava as palavras-*slogans* “coesão”, “disciplina”, “bravura” e “patriotismo” em prol de construir uma humanidade nos generais que realizaram essa “missão dolorosa”. Por exemplo, esse acontecimento não se fazia devido ao seu olhar caridoso tal como a narrativa destacava. Entretanto, nas linhas do não-dito, verificamos que o autor deixou escapar que o sargento Faria não se enquadrava nas palavras-*slogans* colocadas acima, pelo contrário, estava junto com o grupo dos guerrilheiros e o instruía em sua defesa contra a operação militar. Então, essa “missão dolorosa” foi uma visita de enquadramento imagético sobre o papel do exército, em que se usara a persuasão da hierarquia institucional para que o soldado decidisse sair de sua condição de “adversário subalterno”¹¹⁵⁰.

Depois disso, o comandante do IV Exército foi para Salgueiro. A operação, nesse espaço, estava na responsabilidade dos generais Rodrigo Otávio Jordão Ramos e Augusto Pereira, este pertencia a Infantaria Divisionária de Natal. Na reunião com esses oficiais, Sousa Aguiar escutou deles o relatório das “missões de guerra” em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Depois das manobras no Cariri, alguns guerrilheiros que se concentravam na região atravessaram a fronteira estadual e se encaminharam para Salgueiro. Para o Jornal Unitário, “os guerrilheiros estão sendo tangidos do Cariri em tempo rápido e vencendo alguns obstáculos já se dirigem a Salgueiro”¹¹⁵¹.

Para Luiz Valois, representante do Jornal Unitário no Cariri, os guerrilheiros estavam sendo concentrados em Petrolina, Salgueiro e Crato. Nesses locais, o cenário parecia de “um campo de guerra” que sofreu bombardeios na área com aviões da Força Aérea Brasileira. Logo após as manobras, se buscaram comemorar com o culto a bandeira, desfile militar e almoço. Destacava o referido colunista que ocorrera dois supostos acidentes, um deles com o estudante de medicina Valdeci, pertencente ao 15º Regimento da Infantaria, que foi atropelado; e o segundo com o sargento do Tiro de Guerra de Juazeiro do Norte, “atingido por um petardo”¹¹⁵².

¹¹⁴⁹ “Manobras terminam e “guerrilheiros” são “derrotados” pelo exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹¹⁵¹ “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁵² VALOIS, Luiz. Sertanejos acompanham com interesse manobras militares anti-guerrilhas. **Diário de Pernambuco**. Recife, sábado, 18 de novembro de 1967, p.8.

Dessa forma, a cidade de Salgueiro se transformou em uma “praça de guerra” e no “eixo principal do desfecho das manobras”. A paisagem descrita do caminho para se chegar a esse espaço e em suas próprias vias urbanas constituíram indícios de que era o último reduto da resistência.

Os caminhos que lhe dão acesso estão cheios de crateras, pontes danificadas, instalações elétricas, na rede pública, avariadas, como sinais positivos da ação do inimigo, no seu esforço de barrar o avanço das tropas. Em várias campinas, os prisioneiros são vistos cercados por pelotões reforçados enquanto o centro da cidade parece mais um campo de concentração de viaturas fortemente equiparadas que estão chegando dos vários pontos do Nordeste de onde partiram as forças legalistas¹¹⁵³.

O clima estava tenso, o sol escaldante do sertão nordestino deixava o campo de batalha mais pesado tanto para os guerrilheiros como para as tropas legalistas. Estes foram bloqueados em Salgueiro por aqueles, não se tinha mais como fugir do confronto direto. Depois do meio-dia começou o disparo da artilharia pesada do IV Exército a fim de quebrar as barreiras feitas pelos “insurretos”. A infantaria se colocou em marcha para impor a redenção dos que ainda resistiam. Logo após às três horas da tarde, a esquadrilha da força aérea brasileira “realizou intensos bombardeiros sobre o último reduto dos guerrilheiros, fazendo o lançamento de foguetes e bombas incendiárias bem como o metralhamento”. Depois disso, “caiu totalmente o derradeiro baluarte do inimigo. Terminaram as manobras”¹¹⁵⁴.

Tendo completado as manobras, as forças armadas arquitetaram um programa festivo para comemorar a finalização da “Operação Espírito de Guararapes”, iniciada com o pronunciamento do general do IV Exército que fez uma análise sobre as manobras. Tal ritualismo cívico usou de cerimônias para criar momentos que impactassem as memórias dos que participaram ou não, a saber, mediante a sua divulgação pelos meios da imprensa. Nesse momento, o uso de sinais sonoros, como a música tocada pela orquestra militar, os tiros das armas, o soar das marchas dos soldados, os apitos dos comboios e automóveis, concretizavam-no.

Para Catroga, no instante desse tipo de ritual “se suspende o tempo profano”, essa por meio da edificação de “cadeias de solidariedade imaginárias”, “de comunhão quase

¹¹⁵³ “Manobras terminam e “guerrilheiros” são “derrotados” pelo exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁵⁴ *Ibidem*.

mística”¹¹⁵⁵ em que as pessoas reunidas o fazem por meio de elos que partilham e os tornam um. Essa sacralidade do ato se colocou a serviço do patriotismo ufanista e barrista defendido pelas forças armadas. Por isso, seu uso pela instituição militar, cujo *slogan* se conectava ao sentimento patriótico, perfilara os símbolos nacionais, como o hino e a bandeira. Isso nos possibilitou ver tal representação arquitetada e vendida por esse grupo como “quase totêmica ao patriotismo”¹¹⁵⁶. Nesse momento ritual, como elemento simbólico de status na hierarquia dos “defensores da pátria”, listou-se os nomes dos oficiais que estavam presentes:

Na qualidade de observador do 3º Distrito Naval, encontra-se no teatro de operações o capitão-de-mar – e Guerra Wagner Volnei, do Corpo de Fuzileiros Navais do Recife, afora outros oficiais da Armada brasileira chegados de outros distritos Navais. Como representante do chefe do Estado Major do Exército, general Orlando Geisel, aqui também se acha o coronel Abelardo Xavier da Silveira Cavalcante. Por outro lado, o comandante da Polícia Militar de Pernambuco, coronel Vanderlei Filho veio pessoalmente observar as manobras. O capitão Davis Welker, do Exército Norte-Americano, servindo a assistir os exercícios e revelou-se profundamente impressionado com a rapidez dos ataques, com as tramas revolucionárias. Várias autoridades civis nordestinas são vistas entre a oficialidade, nas reuniões para estudo de planos e de check-up das vitórias alcançadas e os sucessos ocorridos¹¹⁵⁷.

Em meio as festividades, as notícias de acidentes continuavam chegando com regularidade no quartel da Operação, por exemplo, “uma viatura transportando tropas pertencentes ao 20 Batalhão de Caçadores, sediado em Alagoas, teria capotado ou sofrido um acidente à noite de ontem, em certo trecho de sua marcha para Salgueiro, conduzindo tropas”¹¹⁵⁸. O general Aguiar, nesse momento, leu as condolências do Ministro do Exército para a família do médico Valdeci, morto na emboscada na Paraíba, e confirmou a presença do ministro no restante das “comemorações de vitória legalista contra os guerrilheiros subversivos no Nordeste brasileiro”¹¹⁵⁹.

Outro elemento destacado por esse oficial era afirmar o significado do “Espírito de Guararapes” do Exército em contraponto ao de D. Helder Câmara, aproveitando o fim das manobras para reforçar tal questão. Para isso, repetiu múltiplas vezes os êxitos alcançados nas manobras em um almoço ao meio-dia na presença de generais, autoridades políticas, civis e jornalistas em Salgueiro. Nesse processo, o ritual se tornou eficaz mediante as repetições e

¹¹⁵⁵ CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005, p.61.

¹¹⁵⁶ *Ibidem*, p.154.

¹¹⁵⁷ “Manobras terminam e “guerrilheiros” são “derrotados” pelo exército”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹¹⁵⁹ *Ibid.*

regularidades¹¹⁶⁰ das ações e gestões feitas pelos arautos que tomavam o púlpito do salão de reuniões para se pronunciar. Isso favoreceu o fortalecimento dos dispositivos forjados para a manutenção desses grupos no poder, tornando-o significativa e impregnando-o nos poros dos que assistiam. Então, afirmou-se esse espírito e moveu-se o ego das tropas. Tal discurso começou desta forma:

Reunidos em torno de nossa Bandeira, nesta data em que se comemorará o setuagésimo oitavo aniversário de sua criação, sentimos que sua presença altaneira, drapejando ao sol e ao vento no sertão nordestino, fortalece nossa fé no futuro glorioso deste Brasil incomparável, onde o povo e o Exército se irmanam, na mais perfeita compreensão, unidos para a luta que lhe é comum, em defesa dos ideias democráticos¹¹⁶¹.

Elementos que os buscassem ligar a um sentimento brasileiro se manejaram como maneira de defender sua execução como benéfica ao Brasil. Portanto, a “motivação cívica” se renovava, para eles, com a presença do IV Exército nas cidades atingidas, especialmente Salgueiro, cujas comemorações e festejos no final das manobras de 1967 se deram com o culto a bandeira. Essa Operação serviu para treinar os efetivos do exército brasileiro com as técnicas que alguns oficiais aprenderam com os norte-americanos. Duas condições para eles eram necessárias para realizá-la. A primeira era a de que os integrantes do IV Exército a realizasse de forma planejada, não deixando o desânimo ou os empecilhos retirá-los do foco. A segunda era a de que o sentimento individual se movesse pelas virtudes e por um ego que favorecesse o fortalecimento do “Espírito de Guararapes”. O autor da referida matéria questionou o que era esse Espírito, pois sua manutenção e promoção se destacara antes, durante e depois das manobras. Depois da Operação, então, definiu-se desta maneira:

Porque se sentiu a necessidade de hastear o Pavilhão Nacional, nas cidades e nos campos por onde passagem as tropas do Exército, como um brando de alerta aos bons brasileiros, levando-os a uma franca colaboração com os seus soldados, não só para destruir os guerrilheiros, mas, também, os seus arautos. O “Espírito de Guararapes”, relembrando o heroísmo de nossos antepassados, continua significando amor ao Brasil, cujos filhos tem o dever patriótico de continuar lutando para expulsar de seu território os elementos indesejáveis, hoje piores do que ontem, constituídos pelos comunistas ativos, seus indecisos seguidores e os simpatizantes úteis¹¹⁶².

¹¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹¹⁶¹ “Sousa Aguiar lembra no sertão o espírito dos Guararapes”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁶² *Ibid.*

Nesse momento de comemoração se entregou também condecorações às personalidades “ilustres” e se prestaram homenagens aos governadores de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia presentes na festividade. Estava também presente o Ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares. Dessa forma, terminou-se o discurso de abertura da solenidade.

Finalmente é nosso desejo levar às demais autoridades federais, estaduais e municipais, aqui presentes ou representadas, e ao povo nordestino que conosco se irmanou nas cidades e nos campos, o nosso profundo reconhecimento pela inestimável colaboração e grande apoio prestadas às tropas do IV Exército, em suas manobras de combate aos guerrilheiros. Que a motivação desta “Operação Espírito de Guararapes” possa encorajar e estimular os fracos e indecisos, é tudo quanto almejamos para o bem comum.

“Salve bandeira querida
Que te elevas formosa
Salve pátria ditosa
Por quem daremos a vida!”¹¹⁶³

Logo após o Ministro do Exército fazer o seu discurso, agradeceu a comissão de políticos e militares que fizeram o seu traslado do aeroporto até o espaço do evento, detalhando, assim, os nomes. Tentando demonstrar uma harmonia na situação de Segurança, declarou o seguinte:

[...] a operação anti-guerrilha nada tem a ver com a Segurança Nacional, que é coisa muito ampla, mas diretamente diz respeito ao treinamento militar das tropas que dela participam agora, nesta vasta área do Nordeste. Sobre as manobras finais da Operação, declarou assistido aos exercícios realizados em São Paulo e no território de Roraima, na Amazônia, onde o Exército vem realizando grande tarefa de interiorização e revalorização nacional, “ajudando com muita vibração o Brasil a redescobrir-se e conquistar-se a si mesmo”¹¹⁶⁴.

Tendo realizado essas ações intensamente em Salgueiro, Crato e Barra do Paragi, segundo o general Aguiar, procurou-se “nesse interior um grupo que se prestasse de figuração, ou seja, de fazer o papel de guerrilheiro. Não houve ninguém que quisesse se prestar a esse papel”¹¹⁶⁵. Segundo afirmava, recebeu cartas anônimas dos que tinham “coloração vermelha”, que expunham a sua insatisfação e se “sentiam-se feridos” com as manobras¹¹⁶⁶.

¹¹⁶³ “Sousa Aguiar lembra no sertão o espírito dos Guararapes”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹¹⁶⁵ *Ibid*, p.6.

¹¹⁶⁶ *Ibidem*.

Entre 1968 e 1973, período conhecido como “milagre” brasileiro, se provocou uma ruptura nas propagandas anticomunistas, pois o foco era vender a imagem do progresso do Brasil vinculada ao regime militar. Os traços do crescimento se deram por meio da dependência ao capital norte-americano que injetou dólares na economia e aumentou a dívida externa brasileira. Para Ianni, tal “milagre” fora o mesmo que ocorrera na Alemanha nos anos 1950 e no Japão nos anos 1970, ambos “produzidos pelo capitalismo norte-americano e as suas agências de propaganda”¹¹⁶⁷. Essa influência do imperialismo norte-americano se evidencia nas políticas de industrialização dos países dependentes, por exemplo, Brasil e Índia. Contudo, tal impacto se fez sentir também em microespacialidades, como nas fábricas e igrejas.

6.2.1 A inversão das imagens

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência, deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade¹¹⁶⁸.

No intuito de fortalecer a imagem do Exército e ter a legitimidade da opinião pública para a “Operação Espírito de Guararapes”, os militares usaram as fotografias como instrumento de poder e visibilidade. Analisamos essa questão a partir das matérias publicadas nos jornais acoplados aos Diários Associados de maior fluxo no Ceará e em Pernambuco, a saber, o Jornal Unitário e o Jornal Diário de Pernambuco. As imagens se relacionavam e se associavam às mensagens que se transmitiram mediante as indicações da escrita dos jornalistas das matérias. Em nosso mapeamento das fontes visuais, detectamos que as fotos não se repetiram nos jornais, tinham traços comuns, mas o foco da narrativa de cada jornal era singular. Os discursos propagados pelo Jornal Unitário objetivavam informar aos cearenses o seu teor enunciativo e se direcionava para esse público. Já, por sua vez, o Diário de Pernambuco destacava o papel dos recifenses para a expulsão dos “subversivos” no Nordeste. Ambos detalharam a operação que ocorreu nos vários estados, enaltecendo os generais, pernambucanos ou cearenses para a manutenção da ordem em seus referidos territórios. No Diário, temos duas fotografias, cuja qualidade não é boa, mas descrevemo-las. Outro elemento significativo nessa figuração foram as legendas.

¹¹⁶⁷ IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p.18.

¹¹⁶⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006.

Foto 1: No túmulo do padre Cícero – o general Rafael de Sousa Aguiar, que se encontrava inspecionando as manobras das tropas do IV Exército, no interior do Nordeste, visita o túmulo do padre Cícero, na cidade de Juazeiro do Norte.

Foto 2: Frente à Frente aos guerrilheiros – Soldados das forças regulares, em pleno centro comercial da cidade de Salgueiro, lutam contra os “guerrilheiros”, dentro dos planos de adestramento militar, traçados pelo IV Exército, para este ano¹¹⁶⁹.

Essas fotografias produziam enunciados, ligavam-se a uma rede de imaginários sobre o comunismo, as condições sociais, culturais e religiosas do sertão nordestino, gerando, assim, uma memória gráfica do momento por meio da montagem de dada narrativa sobre a “Operação”, permeada, por sua vez, pela cultura visual que cada fotógrafo, jornalista e editor tinha, como também pelo seu público leitor. Segundo Aquino, coletar imagens e objetos, escrever relatos de experiências e roteiros nos permite ver que tal prática delimita e norteia, para os seus usuários e fabricantes, “sobre o que e como recordar, demarcando identidade e status”¹¹⁷⁰.

Essa construção de uma memória por meio da fotografia se arquitetou por meio de uma continuidade simétrica da informação passada, de um planejamento dos que tentaram promovê-la a fim de torná-la assimilável e cognoscível pelos que a consumiam. Entendemos, segundo Todorov, que a memória é a interação entre lembrança e esquecimento, a supressão e a conservação, uma seleção racional ou irracional¹¹⁷¹. Dessa forma, temos nessas fotografias de um lado, a memória traumática e trágica, do outro a exemplar. A trágica se converteu em um dever em prol de não se fazer esquecê-lo, moveu-se pelos traços do acontecimento, pelas versões que ecoaram paralelo ao silêncio do discurso oficial da imprensa e do poder público que se motivavam e se faziam presente mediante o testemunho. Vemo-la, assim, por meio do não-dito ou em uma leitura a contrapelo. A memória exemplar é mais visível, pois se criou com a intensão de assumir o espaço da lembrança oficial de tal acontecimento. Para Todorov, a memória faz generalizações, mas com limites, resguardando a identidade dos sujeitos, “somente a relação entre si, estabelece comparações que permite destacar as semelhanças e as diferenças”¹¹⁷².

¹¹⁶⁹ “Sousa Aguiar lembra no sertão o espírito dos Guararapes”. **Diário de Pernambuco**, Recife, domingo, 19 de novembro 1967, p.12.

¹¹⁷⁰ AQUINO, Livia. **Picture Ahead**: a Kodak e a construção do turista-fotógrafo. São Paulo: Edição do Autor, 2016, p.143.

¹¹⁷¹ TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

¹¹⁷² “solamente los relaciona entre sí, estableciendo comparaciones que permiten destacar las semejanzas y las diferencias” “Somente a relação entre si, estabelece comparações que permite destacar as semelhanças e diferenças”. *Ibidem*, 2008, p.78, tradução nossa.

As fotografias colocadas nas matérias do *Jornal Unitário* são de melhor qualidade, por isso, postamos ao longo da análise para que o leitor possa visualizar. A primeira fotografia expressava a forma militar do governo, demonstrava tanto seu arsenal humano como bélico que seria usado para controlar possíveis revoltas. Portanto, na primeira gravura colocada, buscou-se expor as zonas de operação e tinha a seguinte legenda: “Veículos das tropas legalistas se movimentam pela zona do Cariri, levando homens para combater os “guerrilheiros””¹¹⁷³. A tentativa do fotógrafo era a de pegar um ângulo que favorecesse fixar na imagem a mensagem da chegada de um número considerado de militares na região e transmitisse pela foto retirada os signos dos carros em movimento. Entendemos, de acordo com Schwarcz, que a imagem não se colocou, neste trabalho, como ilustração, mas como documento e “produção de representações, costumes, percepções [...] elementos que circulam, interpelam e negociam”¹¹⁷⁴.

Dessa forma, os silêncios sobre um posicionamento oposto se transmitiram pela tentativa de eternizar dada ideologia, temporalidade e paisagem mediante a tentativa de forjar uma memória sobre algo. Portanto, a paisagem captada na foto I trouxe elementos da natureza simbólica dos rastros de uma representação do sertão nordestino e de sua vegetação, como também o corte da estrada que dava acesso aos seus espaços. A imagem heroica dos militares ao passarem livremente por essa paisagem sertaneja, que causava medo e era olhada como inóspita, simbolizava sua dominação pelas forças militares. Essa metamorfose da paisagem natural à memória histórica construiu escalas topográficas que nos permitiu conferir os seus contornos fantasmagóricos. Para Schama, olhá-los “sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais”¹¹⁷⁵. Portanto, fora esse rastro de mitos sobre o papel das forças armadas na história política do Brasil e sobre a imagem do comunismo que ponderamos a partir dessas fontes.

¹¹⁷³ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha””. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2014, p.393.

¹¹⁷⁵ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.27.

Figura 9 - Zonas de Operações



Fonte: “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

Esse sistema de signos demarcou uma textualidade discursiva e imagética, jogou em um cruzamento de visualidades em que os afetos e as sensibilidades do fotógrafo, dos que pagaram para a sua retirada, o ânimo dos agentes que tutelaram esse procedimento, os olhares culturais e a efervescência do momento foram elementos acionados em seu processo de construção social. Nele a imagem se alocara em um diálogo com outros referentes. Entretanto, entendemos que ela não é o real, e tão pouco reflete os interesses tal qual planejados pelos que a solicitaram. Por isso, a necessidade de construir outros meios para induzir o leitor à dada leitura dela nos forneceu traços dos pequenos silêncios¹¹⁷⁶.

Nela verificamos que as curvas da estrada possibilitaram mostrar ao leitor o desfile dos carros e do arsenal dos militares. Na margem da foto percebemos a cabeça de um militar, remetendo a ficcionalidade da fotografia, ou seja, os registradores do momento vieram com as forças armadas e naquele momento escolheram aquela paisagem para registrar uma memória oficial. Mostrar o uso da força humana para controlar os “insurretos” não era suficiente nos anos da corrida armamentista. Portanto, para o exército, era fundamental demonstrar o seu poderio bélico. A segunda imagem, consolidou essa ideia, cujo foco estava na paisagem artificial, nos artefatos tecnológicos feitos para a guerra. As suas legendas clarificavam os objetivos e os significantes indicados pelo Jornal para aquelas imagens. Eram estas: “canhões contra guerrilhas”; “os canhões do 10º GO foram transportado de trem para o

¹¹⁷⁶ Para Schwarcz, “à frente das lentes todos podem virar “outros” e criar novas realidades para si e para os demais: uma impostura tão calculada como por vezes inesperadas. Tudo parece estar pronto – os papéis previamente estabelecidos e os locais demarcados -, mas pequenas ou grandes agências podem alterar significativamente o resultado final. Aí estão imprevisíveis do ofício que mesmo que sem a intenção, acabaram por flagrar escravos nos mais diferentes situações: de coadjuvantes viravam personagem principal”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2014, p.416.

Cariri a fim de combater os guerrilheiros que infestam os brejos caririenses e parte do sertão de Pernambuco”¹¹⁷⁷.

Figura 10 - “Canhões contra Guerrilhas”



Fonte: “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

O uso do texto e da imagem nessa foto se fizera por meio de tecnologias de simulações e mediações, ou seja, a ligação ao imaginário construído sobre a relação entre a Guerra Fria, o avanço tecnológico e a corrida armamentista. Fez-se necessário, assim, expor um teatro sobre a força bélica. Para isso, registrou-se uma foto que pegasse um ângulo que ampliasse o tamanho do arsenal das armas utilizadas na operação. Dessa forma, a relação entre o poder e a imagem nos fez perceber a tensão entre a textualidade escrita e a imagética na tentativa de erigir uma fixidez da imagem-texto. Entendemos, segundo Mitchell, que a analogia entre a imagem e o poder se realiza por meio do contato entre a realidade e a ilusão, a publicidade de massa e a propaganda, em outras palavras “trata de especificar a relação entre as imagens e os discursos, apreendida, entre coisas, como uma relação de poder”¹¹⁷⁸.

Conforme Mitchell, as imagens são utilizadas para construção da opinião pública, levando em consideração que essa esfera da sociedade se caracterizava pelo uso livre da razão e da discussão. O seu controle é a perpetuação e a manutenção de formas de intervir nessa liberdade de pensar e opinar sobre a *res publica*. Para ele, a esfera pública seria “uma espécie de contraponto utópico das imagens de poder e os interesses especiais, um lugar de liberdade

¹¹⁷⁷ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁷⁸ “Trata de especificar la relación entre las imágenes y el discurso, entendida, entre cosas, como una relaciona de poder”. MITCHELL, W.J.T. **Teoría de la imagen**: ensayos sobre representación verbal y visual. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.13, tradução nossa.

frete ao poder”¹¹⁷⁹. Dessa forma, o poder manejaria figuras para sua incorporação na vida cotidiana, por exemplo, as “figuras de coação, dominação e resistência, a esfera pública se imagina como a cena de um livre colóquio”¹¹⁸⁰.

Na tentativa de atingir a esfera pública e construir um assentamento do regime e de suas ações na opinião pública, os discursos em torno da “Operação Espírito de Guararapes” foi além de uma ênfase discursiva sobre a Segurança Nacional, o combate a corrupção e a violência. Primando pela ordem, assentou como elemento de sua afirmação o suporte visual para convencer a população sobre essas manobras. Para isso, sua textualidade imagética, suas descrições e narrações contra os grupos opositores do golpe civil-militar no Nordeste brasileiro fora importante nesse momento para materializar uma imagem que favorecesse levar as pessoas a apoiarem as decisões consideradas mais duras e antipopulares do governo.

Por exemplo, as ligações demonstradas entre as tropas e os esquemas nos estados em prol de sufocar os grupos resistentes se construíram como sinais para dar credibilidade aos que estavam no poder. Usaram para confirmar sua postura, ordenar o que chamavam de desordem por meio do endurecimento das ações, do autoritarismo e do cerceamento das liberdades. Nesse caminho, destacamos a descrição feita pelo *Jornal Unitário* dos que fizeram ou ajudaram a ação militar no sul cearense empreendida pelo IV Exército. Com um estilo de sagração daqueles considerados os heróis da pátria, citaram o apoio nessa empreitada dado pelas tropas do Segundo Distrito Naval e da Terceira Zona Aérea que tinha como sede a cidade de Recife (Pernambuco). O exército que se concentrou em Iguatu, por sua vez, era formado de “cerca de 1.200 soldados da 10ª Região Militar” que “foram deslocados de ontem até hoje para o Cariri, onde serão movimentadas nos exercícios de treinamento na guerra contra guerrilhas”¹¹⁸¹ e coordenado pelo Coronel Sotero Rocha (comandante), Ten. Cel. Pedro Teófilo, Coronel Carlindo Simão e Coronel Torres de Melo.

Juntamente a eles, atrelou-se os seguintes oficiais da cidade do Crato: “O General Dilermando Monteiro, comandante da 10ª Região Militar, o Coronel Hermani Moreira de Castro, chefe do Estado-Maior da 10ª RM e o Capitão Virgílio Ney Gomes de Borba, seu ajudante de Ordem”¹¹⁸². Portanto, a menção dos nomes daqueles que participaram da ação

¹¹⁷⁹ MITCHELL, W.J.T. *Teoría de la imagen*: ensayos sobre representación verbal y visual. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.315, tradução nossa.

¹¹⁸⁰ “La esfera pública sería una especie de contrapunto utópico de las imágenes de poder y los intereses especiales, un lugar de libertad frente al poder. Si el poder se muestra a través de figuras de coacción, dominación y resistencia, la esfera pública se imagina como la escena de una conversación libre”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹¹⁸¹ “Começa amanhã operação contra guerrilha no Cariri”. “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 12 de novembro de 1967, p.11.

¹¹⁸² “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de

militar se colocaram como forma de enaltecê-los, de inventar sua imagem como mantenedores da ordem e da segurança do território nacional. A demonstração dessa força, requeria dar visibilidade a sua posse de uma tecnologia armamentista moderna, bem como de estratégias de combate, por exemplo, a guerrilha. Nesse sentido, o cerco de ataque aos guerrilheiros no Cariri veio por meio de três direções: da cidade de Iguatu, do sertão pernambucano e do Piauí. Segundo o *Jornal Unitário*, o 25º BC derrotou os “guerrilheiros” em Picos, Piauí, partindo para a próxima parada, o Cariri cearense. O 24º BC ficou responsável por realizar essa intervenção em Caxias, Maranhão. Contudo, as ações no Ceará foram mais impactantes, por exemplo, “em Orós, as tropas do Exército evitaram que a cidade fosse atacada por “guerrilheiros”, que pretendiam levar a efeito uma grande sabotagem”¹¹⁸³.

A repetição de algumas informações foram marcações feitas para impregnar e incorporar na memória das pessoas a figuração imagética construída pelos militares. Por exemplo, tanto o *Jornal Unitário* como o *Diário de Pernambuco* destacaram que essa ação serviu para colocar em prática algumas técnicas modernas e não-convencionais de combate, sendo planejado, assim, que depois de terminada as forças legalistas se concentrariam em Salgueiro e Pernambuco para realizar uma avaliação sobre o uso das armas e estratégias de guerra por eles manejadas. Para fortalecer essas ideias, utilizaram a descrição das armas como visualidade enunciativa para os leitores dos jornais, bem como a exposição espetacular do poder bélico usado na operação. Elas foram estas: “fuzil automático-leve e mais morteiros-lança de apoio no combate as “guerrilhas””¹¹⁸⁴.

Esse jogo entre imagem e poder nos possibilitou ver os usos da fotografia para a perpetuação de uma cultura política, a incorporação de práticas autoritárias e a ressignificação de outras advindas do uso das experiências anteriores. O elo empreendido pelas imagens entre passado e presente se fez a fim de construir formas de se dar com os dilemas de outrora e do presente. Na figura 12, verificamos a tentativa dos fotógrafos em pegar um momento sem pose, mas essa tentativa ficcional de produzir esse olhar foi desfalcada pelas subjetividades dos generais em cotejo, o uso dos que foram responsáveis pela ação se apresentaram bem arrumados, ao lado de uma choupana, demonstrando as dificuldades no campo de batalha, e a planilha em suas mãos simbolizava que as manobras foram planejadas e não se fizeram aleatoriamente.

novembro de 1967, p.8.

¹¹⁸³ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha””. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁸⁴ *Ibidem*.

Figura 11 - “Uma pausa na manobra”



Fonte: “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

A exposição de tais dados se deu a fim de enquadrar uma memória oficial¹¹⁸⁵, marginalizar olhares opostos, transformar imagens bélicas em provas de efeitos e edificar certos heróis nacionais. Nesse manejo, o *Jornal Unitário* defendeu um olhar e destruiu outros, cuja visibilidade colocava-o em questão, mas permitia urdir um tecido social que mantinha suas estruturas institucionais. Nesse detalhamento, a exposição de números e nomes, de fotos e discursos dava cheiros e cores aos objetivos almejados. Tais ingredientes se moviam para perseguir imagens que colocavam em conflito os campos visuais de certa tradição política e a ressonância de outros quadros ideológicos. O governo de então temia que o sentimento de revolta penetrasse nas diversas instituições da sociedade, minassem os seus alicerces de disciplinamento e controle.

Segundo relato dos representantes dessa imprensa na cidade do Crato, a saber, Teixeira Cruz e Felizardo Cardoso, a perseguição de guerrilheiros se fizera pelo 23º Batalhão de Caçadores e 10º Grupo de Obuses. Consoante eles, o Ceará seria salvo pela ação de mais de 1000 militares que expulsariam os resistentes de suas cidades. Esse montante era formado por 721 soldados recrutados em Fortaleza, 264 de Teresina e 581 de São Luiz do Maranhão. A descrição ritual de sua chegada ao campo de batalha foi utilizada nos moldes de uma narrativa heroica que primava pela visualidade da força. Tal descrição feita para corroborar com as imagens postadas ao lado da matéria dava visibilidade a essa força bélica.

A imagem da crise deveria ser exterminada, para isso, descreveram o advento das forças legalistas na região. Nela percebemos resquícios de uma reação que se assentara nessa

¹¹⁸⁵ ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1997; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

narrativa para colocar aqueles que eram contrários ao golpe civil-militar como opositores da Nação. Essas cores, movedoras de imagens e discursos, impulsionaram a construção de uma ressonância e memória oficial sobre essa intervenção. Olhamo-la buscando enquadramentos de traços marginais em sua narrativa e abrindo alguns ramos que a deram significância. Dar visibilidade fora uma tentativa de tornar inteligível as suas sombras e vestígios, deixando nítido, para isso, os movimentos de resistência ao golpe de 1964 no sertão nordestino. Os jornalistas do Unitário fizeram uma narração detalhada sobre a chegada das tropas militares, colocando até o horário de seu advento, “2 horas da madrugada”, “22 viaturas”, “além de carros de manutenção, suprimento, ambulância e carro-oficina”¹¹⁸⁶. Contudo, em meio a essa narrativa, emanou-se um teor de revolta quando se mencionou que ao se aproximar de Missão Velha o comboio dos militares “foi atacado pelos “guerrilheiros” em escaramuças rápidas”¹¹⁸⁷.

A imagem abaixo, foi um exemplo dos comboios que eram preparados para realizar o confronto direto nas cidades do Cariri, a descrição dela colocou em realce a organização dos soldados em seu aparelhamento e que o confronto chegou ao seu “clímax, com a derrota de boa parte do contingente inimigo”¹¹⁸⁸. Enquanto o oficial de maior patente se preparou para a fotografia, o soldado-operário realizava o trabalho braçal de organizar e carregar os objetos para o comboio. Nessa foto, ficou nítida a crítica feita pelos soldados ao general Sousa Aguiar sobre o abuso de autoridade de alguns generais, ou seja, as relações de poder no campo de batalha se marcavam pela violência simbólica e pela exploração classista dentro das forças armadas. Nesse momento, temos um quadro de oficiais ligados à classe média e mais abastada da sociedade brasileira. Dessa forma, nas relações entre o oficial e o soldado de baixa patente teve-se um remanejamento do capital econômico em simbólico. Segundo Bourdieu, tais relações produzem dependência econômica entre as partes ancoradas e envolvidas pelas roupagens das relações morais¹¹⁸⁹. Isso fundamentaria a legitimação do arbitrário como forma de manter durante um longo tempo uma pessoa em seu domínio. Temos, portanto, para ele, uma violência aberta e simbólica, uma censurada e suavizada, uma reconhecida e desconhecida.

¹¹⁸⁶ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸⁸ *Ibid*.

¹¹⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Figura 12 - “Antes do combate”



Fonte: “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

As resistências dos guerrilheiros se realizaram em um confronto direto com as tropas no Cariri, apesar das forças legalistas terem limpado os arredores de Iguatu, local escolhido como acampamento general das tropas militares. Para esses jornalistas, as forças do exército estavam “agindo lentamente, uma vez, que suspeitavam que os “guerrilheiros” agissem disfarçadamente, atacando-a de surpresa”¹¹⁹⁰, como também “durante a realização dos combates, as “guerrilhas” já fizeram várias baixas às forças regulares”¹¹⁹¹. Quando em Crato os embates chegaram ao seu clímax, para os jornalistas Teixeira Cruz e Felizardo Cardoso, deram “continuidade à perseguição aos “guerrilheiros comunistas, que ali se encontram conflagrados”¹¹⁹².

Tais jornalistas narraram essa ação heroificando os militares como mártires nacionais. Isso se reforçava pelas fotos colocadas ao lado das matérias escritas, uma sutil descrição dos detalhes, no intento de enobrecer essa intervenção e dar realce às consequências físicas do combate. Em contraponto, os que agiram contra o golpe civil-militar eram representados como criminosos e não detentores de amor pela pátria. O quadro imagético pintado por essa imprensa cearense espalhou os seus cheiros e suas cores para influenciar os sentidos e as percepções de seus leitores. Segundo os correspondentes do JU, Teixeira Cruz e Felizardo Cardoso,

¹¹⁹⁰ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁹¹ “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁹² *Ibidem*.

O Capitão René Gouveia de Miranda, da 10ª região Militar saiu às 14h de Iguatu, sob um sol violento, enfrentando a estrada poeirenta que liga a Icó, acompanhado destes repórteres. Depois de Lavras da Mangabeira a marcha foi batida e a Serra de São Pedro foi vencida já a noite. Nas proximidades de Juazeiro do Norte, na localidade de Palmeirinha, fomos abordados de surpresa por dois soldados armados de fuzil automático leve, o FAL. O Capitão René mostrou então a bandeira branca de arbitragem. Os soldados estendem a bandeira branca de arbitragem. Os soldados então deixaram a caminhoneta passar e se embrenharam num matagal mais ou menos ralo, mas com alguns coqueiros. O Capitão René Gouveia viajava com o carro abarrotado de bombas “cabeça de Nêgo” e balas de festim para os guerrilheiros que àquela altura – domingo – estavam escondidos nas matas dos municípios de Barbalha e Juazeiro tinham o Crato em seu poder, embora estivessem encurralados noutros locais e derrotados em Missão Velha pelas forças do 10º Grupo de Obuses e do 23º Batalhão de Caçadores. Mas em Juazeiro, no Tiro de Guerra eles não mais se encontravam, haviam debandado provavelmente para a zona do brejo, lugar mais seguro, pois as tropas vinham a todo pano de Missão Velha. Mas a munição chegou a ser entregue depois de muito trabalho. E o trabalho de arbitragem cumprido à risca pelo Capitão René Gouveia de Miranda¹¹⁹³.

Depois de encerrada as repressões contra as guerrilhas urbanas concentradas em Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Picos e Caxias, construíram-se rituais e sinais visuais da conversão dos “insurretos” às ideias do governo. Esses elementos simbólicos os batizavam e os preveniam de uma possível retaliação, o medo da morte e o não respeito pelos direitos humanos foram usados para silenciá-los concernentes às ações autoritárias dos militares. A imagem dos feridos pela nação se empregara por aqueles que tinham a responsabilidade de registrar o momento. Esse cortejo do sangue dos mártires ecoava nos elos de uma sensibilidade brasileira movida por uma subjetividade que não conseguia separar o público do privado, colocá-los como filhos das brasileiras, por exemplo, era ter o apoio da ala das mulheres que adotariam em suas orações a alma desse soldado. Nesse momento, temos a lógica material da escassez e a lógica simbólica da distinção. Para Bourdieu, ela se constitui pela oposição entre a dinâmica social e a cibernética social, ou seja, as lutas simbólicas incorporam uma objetivação na vida prática das pessoas por meio do reconhecimento diário de certos elementos que as caracterizam. Por exemplo, ligar essas imagens às figuras religiosas dos mártires.

¹¹⁹³ “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

Figura 13 - ““Ferido” por guerrilheiro”



Fonte: “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

Utilizando-se do medo, as práticas rituais da força armada promoveram um esquecimento das memórias divergentes sobre a “Operação Espírito de Guararapes”, enquadrando-as, ao longo do tempo, em uma lembrança de dor, pautada por uma posição de resistência e de estratégia de sobrevivência. Concordamos com Pollak, que seu manejo perpassou o conflito entre o coletivo e a individualidade, o desejo social e as necessidades mais subjetivas de quem a experimentara¹¹⁹⁴. Dessa forma, aqueles que viveram torturas e a destruição de sua fachada moral perante a sociedade caririense moveram estratégias para se reconstruir e se proteger¹¹⁹⁵ diante dessas perseguições. Tal manobra se fez porque alguns homens que pertenciam à resistência integravam parte do quadro do exército e se colocavam como oposição. Então, a sua exibição pública e o seu pedido de perdão em um palco nas cidades onde o exército interviera era fundamental para seu fortalecimento, ou seja, alguns guerrilheiros eram “elementos do próprio Exército, devidamente disfarçados. Trata-se de soldados dos Tiros de Guerra da Região Centro-Sul”¹¹⁹⁶

O exército, assim, procurou transformá-los em exemplo para certo teatro educativo contra a transgressão, ou seja, utilizaram-no para exemplificar a imagem do filho arrependido, para reverberar sua negação das ideias comunistas, seu ingresso no grupo dos apoiadores do golpe e sua destruição social no quadro dos resistentes. Essa foi sua primeira atitude nesse ato teatral, simbólico e educativo. Esse arrependimento se expusera visualmente

¹¹⁹⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

¹¹⁹⁵ *Ibidem*, p.200-212.

¹¹⁹⁶ “Exército libera o Cariri da ação de “Guerrilha”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

enquanto representação da conquista contra a subversão, ou seja, usaram do impacto de um testemunho, de sua exposição enunciativa e somática para fomentar a corroboração de certa veracidade, enquanto ação positiva do golpe civil-militar e destruição social dos grupos opositores. Conforme o JU,

Os “guerrilheiros” vencidos e convencidos da fragilidade de seus pontos de vista, reintegrados no clima de patriotismo sadio tomarão parte nestas concentrações, ombreados com as “tropas vencedoras”. A partir das 8 horas do dia 13 de novembro o comando da 10ª Região Militar, para fazer face ao desenvolvimento das operações e maior felicidade de controle estabelecerá em Iguatu o seu posto de comando avançado de onde partirá para o Cariri, permanecendo até o final das hostilidades. Participarão da luta contra as guerrilhas no Nordeste as tropas do segundo Distrito Naval e da terceira zona Aérea, ambos sediados na capital pernambucana¹¹⁹⁷.

A segunda meta do exército, pós-derrota da guerrilha, era realizar um mutirão de palestras que propendessem precaver a população local dessas ideias ditas subversivas. Acoplou a esse discurso o da Igreja local. Essa segunda atitude dos militares se vinculou à sutileza do controle via discursos e imagens propagadas pela imprensa que os apoiava, tendo como exemplo a repressão aos possíveis focos dos chamados antinacionalistas. Portanto, essa disciplina discursiva, enquanto ação de vigilância e manutenção do *status quo*, colocou as memórias dessa resistência no caldeirão do silêncio, moldando-as através das balas, do medo, da violência, dos símbolos e das relações de poder que a coloria.

Tal finalidade se firmou mesmo antes do início da ação, ou seja, o espetáculo de uma concentração cívico-militar em Crato, Juazeiro, Picos, Caxias e Salgueiro era uma forma de operar outras maneiras de eliminar as hostilidades contra o governo instituído. Depois dessa ação das tropas legalistas contra os guerrilheiros a fim de expulsá-los do Cariri cearense, direcionaram-se até a cidade de Salgueiro no Pernambuco. Nessa localidade, aconteceu no dia 19 de novembro uma festa para comemorar a vitória contra a resistência dos grupos de guerrilheiros, reforçando que esse ritual festivo era importante depois “das penosas, mas vibrantes manobras do Cariri”¹¹⁹⁸. Tal constatação nos deu indícios de que essa resistência tinha sido intensa e tal manobra ritual de exaltação dos militares não passou de mais um dispositivo de colocar os guerrilheiros imersos em imagens marginais e provocar o seu esquecimento. Por exemplo, outro dispositivo utilizado para expor uma imagem de controle e ordem do governo foi divulgar que nas zonas pertencente ao território de onde

¹¹⁹⁷ “Exército vai combater “Guerrilha” no Cariri”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 14 de novembro de 1967, p.8.

¹¹⁹⁸ “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 11 de novembro de 1967, p.8.

partiu o cerco seriam atingidas por uma “assistência social as populações civis, seja através de medicina preventiva, seja educando e orientando os habitantes do interior”¹¹⁹⁹.

Figura 14 - “O encerramento das manobras”



Fonte: “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 11 de novembro de 1967, p.8.

Essa ação militar de intervenção no Cariri proveu no final festas cívicas (Imagem VI), uma comemoração para eternizar os atos e colocar no rol da história a marca do exército como grande benfeitor do território, haja vista que teria livrado os brejos do sertão nordestinos dos grupos “subversivos”¹²⁰⁰. Nesse momento, as prisões e as mortes daqueles considerados traidores dos ideais do governo se apagaram da memória nacional, seus nomes foram propositadamente esquecidos. O ato cívico do desfile das tropas nas praças centrais de algumas cidades marcava a presença do exército, demonstrava sua força humana e armamentista, bem como aproximava-o da população.

Era, portanto, esse momento do contato, dos abraços distribuídos ao público, da parada para as fotos e da exaltação da identidade militar. Para o *Jornal Unitário*, nesses rituais “o bulício e a movimentação de tropas darão um colorido às suas quietas ruas”. Por exemplo, na cidade de Salgueiro essa “festa de confraternização” se fizera depois da intervenção no Cariri, trouxe para participar dela o Ministro do Exército. Isso significava dar visibilidade a hierarquia militar, impregnar nos espetáculos uma aula de relações de poder e *status*, da

¹¹⁹⁹ “Derrota espera guerrilhas nos campos de Salgueiro”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LIX, n.83.463, 11 de novembro de 1967, p.8.

¹²⁰⁰ *Ibidem*.

possibilidade de diferenciar os níveis sociais e profissionais – por exemplo, por meio das roupas, das insígnias, dos símbolos, da estrutura do desfile, da maneira como os soldados e a população de cada localidade participava dela. Nesse sentido, os militares de maior patente foram os últimos no desfile, contudo vinham no automóvel, juntamente com outras autoridades políticas e religiosas da cidade, cercados, por sua vez, por um aparato de segurança militar. Para o A Ação, tais atividades foram chamadas de “ação psicológica”¹²⁰¹.

Portanto, o IV Exército regeu uma política do silêncio e esquecimento desse fato. Para isso, construiu dispositivos que maneiram a sensibilidade, o medo e as lembranças de sofrimento das famílias afetadas. As construções de rituais cívicos se fizeram para expor suas personagens dentro de uma trama de dor e frustração, transformando-a em uma *lembrança maldita*. Esse teatro do exemplo em suas dimensões somáticas, discursivas e imagéticas não se realizara por meio do fuzilamento dos guerrilheiros em praça pública, mas em sua obrigação de enunciar a adesão ao governo que significava, por sua vez, um aniquilamento social de seus ideais e posições contrárias ao golpe. Esse regime também agregou um discurso ideológico de *apartheid* dentro do Projeto RITA que em determinados escritórios incorporavam os sujeitos ditos subversivos pelos militares, mas que possuíam um alto grau técnico-científico, por exemplo, o engenheiro Eudoro Santana. Para Simião,

O engenheiro Eudoro Santana nasceu na cidade de Quixeramobim e foi líder estudantil da Juventude Universitária Católica – JUC, no início dos anos 60. Como ativista estudantil, participou da direção do centro acadêmico do curso de Engenharia Civil da UFC. Foi vice-presidente da União Estudantil, participou da direção do centro acadêmico do curso de Engenharia Civil da UFC. Foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, e foi o primeiro estudante da UFC a participar do Conselho Universitário, além de ter representado várias vezes o Ceará junto a União Nacional dos Estudantes – UNE. Em 1964, como engenheiro concursado da Petrbras, morando em Salvador, foi demitido e teve seus direitos políticos cassados. Em seu depoimento, Eudoro lembra que quem contribuiu para a sua libertação da primeira prisão foi o governador do Estado Virgílio Távora. Em seguida, recebeu a proposta de fazer parte do Projeto Asimow, um projeto da UFC, em parceria com a Universidade da Califórnia, com o objetivo de estruturar empresas no Brasil. Passou a morar no Cariri, primeiro no Crato, depois Juazeiro e Barbalha. Era engenheiro, responsável pela empresa cerâmica CECASA, em Barbalha, e a LUNA S/A, em Juazeiro¹²⁰².

Portanto, o endurecimento do governo militar com o AI-5 favoreceu a legalização da tortura e posturas autoritárias que se praticavam para afirmar e legitimar os generais no comando da nação. Com a prisão de membros da Ação Católica e a deportação do Padre José

¹²⁰¹ **A AÇÃO**, Crato, ano XXVIII, n.1.209, 4 de novembro de 1967, p.1.

¹²⁰² **SIMIÃO**, Cicero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio**: o Cariri cearense na ditadura militar. Fortaleza: INESP, 2019, p.135.

Comblin, missionário belga, em 1972, Dom Helder e outros Bispos do Nordeste se colocaram contra o acontecido, denunciando o regime em voga. Padre José Comblin defendia o *Cristianismo da Libertação*, realizava missões no Nordeste, atuava na formação dos futuros sacerdotes e na orientação da Juventude Operária Católica. Em suas posições, criticava a ideologia da Segurança Nacional dos regimes militares implantados na América Latina.

Nesse sentido, na matéria publicada “A carta dos Bispos”, em 1972, iniciam dizendo que “as autoridades parecem se terem convencido de que a subversão se deslocou do Sul para o Nordeste e, especialmente, para Fortaleza e o Recife”¹²⁰³. A não explicitação do nome do bispo que fez o protesto e a colocação pluralizada do termo favoreceu uma proteção a essa autoridade religiosa. Entretanto, quando se colocava que o banimento do padre moveu a escrita do texto de denúncia e o referido sacerdote era o seu colaborador, pressupõe-se que era Dom Helder Câmara, pois Padre José tinha estado no Instituto de Teologia de Recife, na criação de seminários rurais em Pernambuco e Paraíba. Para a referida matéria, “até quando o anticomunismo será usado como pretexto para a manutenção das injustiças que bradam aos céus?”¹²⁰⁴

A manchete sobre o banimento do padre José Combin figurou no Jornal Voz Operária, órgão do Partido Comunista brasileiro, que o Destacamento de Operações de informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI- CODI) não receava fazer as suas intervenções em público. Por exemplo, para a referida imprensa, em Olinda em “plena luz do dia”: trucidaram “a pauladas uma jovem mulher grávida e metralhar um estudante que tentava a fuga a nado”¹²⁰⁵. Um caso marcante fora que o geólogo Ezequias Rocha, mesmo com advogado, Heleno Fragoso, e um *habeas corpus*, foi encontrado morto “com as mãos algemadas”¹²⁰⁶. A Carta dos bispos fora um manifesto divulgado no dia 1º de maio (data dedicada ao trabalhador) feito por D. Hélder Câmara e D. José Lamartine Soares e encaminhado para o episcopado brasileiro e para seus fiéis a fim de denunciar “o terrorismo oficial”¹²⁰⁷ que acontecia em Pernambuco e em outros espaços do Nordeste brasileiro.

Tal documento não era retórico e nem fantasioso, queria cobrar providências das autoridades do governo para que as práticas de tortura e perseguição a homens e mulheres que se colocavam contrários ao governo parassem. Nessa lista de “subversivos” construída pelo CODI, não se buscava o diálogo, mas a execução e acusação por crimes que destruíssem a

¹²⁰³ “A carta dos Bispos”. **O Povo**, Fortaleza, 1972, p.1.

¹²⁰⁴ *Ibid.*

¹²⁰⁵ “Terrorismo oficial”. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, n.88, junho de 1972, p.8.

¹²⁰⁶ *Ibidem.*

¹²⁰⁷ *Ibid.*

suas imagens perante a sociedade, fazendo-a assim corroborar com a pena de morte e com os atos de tortura feitos contra eles. Estava bem presente para Helder a experiência que os Dominicanos vivenciaram em 1968 em São Paulo, especialmente a de Frei Tito, devido ao contato que havia tido quando este participou de um dos grupos ligados à Ação Católica no Nordeste¹²⁰⁸.

O depoimento desse Dominicano ressoava e causava medo quando os generais apresentavam aos bispos que estavam investigando o seu clero. Essa estratégia de dominação pelo medo, não se pautava apenas pela força armamentista, mas pela destruição da credibilidade do denunciado que era “apedrejado” pela sociedade, mesmo sendo inocente. Esse discurso que inaugurava uma religião cívica, buscava fazer um culto a imagem de seus heróis e de seus símbolos, por exemplo, a bandeira e destruir o seu oposto, buscando e fabricando elementos que levassem seus fiéis a os condenarem à morte física e simbólica. O Frei Tito foi torturado e sofreu essa morte simbólica, isso foi tão forte que não conseguiu mais levar o seu corpo-carne quando o seu espírito estava morto, cometendo suicídio logo após essa experiência traumática. Em seu Auto de qualificação e interrogatório de 20 de novembro de 1968, perante seus acusadores, representado pelo delegado Edsel Magnotti, sua trajetória nos movimentos católicos colocados de “esquerda” fora muito destacada no inquérito¹²⁰⁹.

O seu forjamento tinha um propósito, as perguntas eram direcionadas a sua participação nesses movimentos antes de entrar na Ordem dos Dominicanos, ou seja, quando ainda era um estudante secundarista. Esse enfoque construiu uma imagem oportunista de Frei Tito, fazendo crer que ele tinha usado a Ordem para as suas intenções subversivas. Nesse documento, colocara-se que os outros dominicanos receberam com surpresa a participação de Tito na Ação Católica. Essa narração de surpresa significava uma descoberta de algo, como se Frei Tito estivesse escondendo isso. Isso era um jogo de manobra para destruir a sua imagem dentro e fora da instituição. Entretanto, isso para os de fora da Ordem funcionou, pois não conheciam os trâmites do ingresso de um homem ou uma mulher em uma Ordem Religiosa, principalmente a dominicana¹²¹⁰.

Por exemplo, no processo para seu ingresso, os padres que o acompanhava fizeram um vasto relatório sobre ele, entrevistaram padres e membros dos movimentos que o candidato participava desde 1964. A invenção desse espanto era desmedida, pois o movimento era a Ação Católica, entidade oficial da Igreja Católica que possuía registros de controle nas

¹²⁰⁸ SECRETÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA; DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Auto de qualificação e interrogatório. Indiciado: Tito de Alencar Lima: “Frei Tito”. 20 de novembro de 1968.

¹²⁰⁹ *Ibidem*.

¹²¹⁰ *Ibid.*

paróquias, dioceses, bem como nos Arquivos do Vaticano. Outro indício que derruba isso era que ele era o coordenador da equipe regional do Nordeste da Juventude Estudantil Católica, que tinha sua sede em Recife, figurando, assim, a sua visibilidade para a juventude católica no Nordeste. Esse *status* causava medo, pois as redes de relações que tinha não se reduziam a Fortaleza, no Ceará, e nem aos Dominicanos. Outro elemento usado contra ele foi a sua participação na União Estadual de Estudantes em São Paulo, quando morava no convento dos Dominicanos¹²¹¹, localizado na referida cidade.

Em anexo ao Auto, o DOPS colocou a lista dos bens encontrados em sua tutela. Percebemos a intervenção dos investigadores nesse documento por meio do grifo com uma caneta. Primeiramente grifaram o nome do acusado e, posteriormente, o material que portava, considerado, para eles, provas de sua subversão. Será listado a seguir os livros marcados dentre os vários existentes na lista, considerados as “mais perigosas leituras subversivas”: “livro editado em francês de Partisans com o título “Ou vriers Étudiants un seul combat””; “um impresso mimeografado contendo 10 folhas, com o título “Programa para a União Nacional dos Estudantes” editado pela UEE”; “folha mimeografada com o título (manifesto) – “luta contra ditadura e a lei de segurança nacional”; “impresso mimeografado com oito folhas, com o título “Informe da Diretoria da União Nacional dos Estudantes”; “livro de autoria de Ho Chi Minh, com o título “Poemas do Cárcere”¹²¹²; “livro editado em francês com o título “General V.N. GIAP – Guerre du peuple armée du peuple”; “livro editado por Sinal-Editora e Distribuidora, intitulado “Marxismo segundo Althusser”; “um livro editado em Francês por Initiation Philosophique de autoria de Henri Lefebvre com o título “problemes actuels du marxisme”; “um folheto contendo as seguintes frases Gremio-Agora 1º de maio dia de luta “Martires de Chicago”. Praça da Sé Pedra no Sodré”¹²¹³. Além dessa lista destacavam na construção desse regime de acusação uma “fotografia de Frei Tito de Alencar Lima, apreendida em seu poder, na qual está lendo o “Manual dun Guerrillero”¹²¹⁴.

Essas eram algumas das provas colocadas nos Autos contra o referido frei. Portanto, a construção desse regime de acusação, cujo ordenamento jurídico era burlado e transformado para se adequar aos interesses dos que o conduziam, se fez por meio da propagação de uma falsa neutralidade e da construção de provas que partiam de suposições baseadas em aspectos da trajetória de cada sujeito: Tito de Alencar era marcado pelas

¹²¹¹ SECRETÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA; DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Auto de qualificação e interrogatório. Indiciado: Tito de Alencar Lima: “Frei Tito”. 20 de novembro de 1968.

¹²¹² *Ibid*, p.1.

¹²¹³ *Ibidem*, p.2.

¹²¹⁴ *Ibid*, p.269.

experiências nos movimentos estudantis católicos que eram considerados de esquerda pelos militares e desde 1964 se punham claramente contrários ao golpe civil-militar. O peso dessa trajetória, tornou o processo de libertação de Tito mais doloroso, as marcas que os seus torturadores buscaram deixar nele destruiu com a sua alma de militante, forma como chamavam os integrantes da JEC, bem como seu ardor revolucionário.

Desse rol de “leituras perigosas”, vamos analisar o “Programa para a União Nacional dos Estudantes”, publicado pela UEE-SP em setembro de 1968. Nesse documento, se tem um ataque direto a reforma educacional implantada pelo governo após 1964. Tal tentativa de modernizar o ensino superior não era vista com bons olhos. De um lado, buscava eliminar os empasses da vida acadêmica, desburocratizando as estruturas universitárias, de outro adaptava-as “as necessidades do atual capitalismo”¹²¹⁵. Uma das questões levantadas era que tal reforma não visava a qualidade da formação dos estudantes, mas a massificação de um ensino técnico-especializado “com instrução média, capazes de aplicar a ciência, mas incapazes de fazer a ciência”¹²¹⁶.

No discurso dos estudantes, essa universidade seria empresarial. Tal caracterização atrelava ao termo o propósito que se tornava prioritário, ou seja, a educação como fonte de lucro para o capitalismo. Nessa estrutura se tinha dois modelos de ensino: os técnicos com instrução média, formados pelos cursos de curta duração, e a elite dirigente, formada em cursos mais completos. Essa reforma conservadora no ensino universitário no Brasil provocou uma crise nas estruturas que o alicerçavam até então. Para eles, “vagam instalações, dispensa dos professores, cobranças de anuidades”, bem como a “redução das verbas destinadas à educação”¹²¹⁷.

A transferência da responsabilidade em manter a Universidade estava sendo transferida para a iniciativa privada, fazendo-a mudar de filosofia e finalidade. O corte de verbas, principalmente, vivenciados em todas as áreas, sentida de forma impactante ou mais tênue, embargava as pesquisas científicas em curso. Qual a diferença entre o regime anterior e o proposto pelo MEC, chamado de Universidade empresarial?

O regime anterior garantia a autonomia universitária, tendo como seu núcleo organizador e administrativo o “conselho curador”, as “autoridades universitárias” e os empresários que financiam determinadas pesquisas e ações acadêmicas. Tal diversidade e

¹²¹⁵ UEE. “Programa para a União Nacional dos Estudantes”. São Paulo, UEE-SP, setembro de 1968, p.5.

¹²¹⁶ *Ibidem*.

¹²¹⁷ *Ibid*.

amplitude garantiria a sua proteção contra as “injunções políticas”¹²¹⁸. A empresarial seria planejada pelo modelo jurídico, estilísticos e com metas voltadas ao regime empresarial de funcionamento, por exemplo, pautada pela competição de mercado e pelo aumento dos lucros. Essas balizas influenciariam e impactariam a qualidade do serviço oferecido, bem como a transformaria em uma instituição de nível técnico, apesar de oferecer o grau superior, ou seja, a ciência não seria produzida, mas só ensinada e aplicada.

A repressão aos estudantes e suas manifestações foi uma maneira de impor essa política educacional, como também as intervenções dos objetivos políticos do governo militar, visando camuflar as contradições, combater as resistências ao golpe civil-militar existentes dentro dessas instituições e garantir a implementação desse modelo universitário defendido pelo MEC-USAID. Para isso, utilizaram de alguns dispositivos para minar a resistência por dentro, começando pelos que estavam em suas bordas: “o aumento relativo de vagas, a criação de bolsas, os novos currículos, a repressão ao movimento- estudantil”¹²¹⁹. De acordo com esse documento,

A partir disto, pode-se colocar que uma possível Universidade Crítica, não é uma nova Universidade paralela ou fora do sistema de ensino do governo, mas a Universidade Brasileira que existe – transformada no que for possível conseguir através de uma ação política correta – criticando-se a si mesma, enquanto instrumento de dominação supra-estrutural¹²²⁰.

Essa era a principal temática desse documento visto como prova de subversão pelo DOPS e que serviu como um dos documentos usados para a condenação de Frei Tito. Portanto, a máquina repressiva, construída pelo estado, almejava silenciar aqueles que lutavam para o seu retorno ao caminho democrático e que combatiam o seu ingresso de forma violenta nas manobras do capitalismo econômico no modelo norte-americano.

Os embates entre os resistentes e o governo imposto promoveram uma construção de discussões múltiplas nas redes de comunicação da época e serviram como elementos para a construção da opinião pública. Essa se usara para legitimar as ações do governo contra o grupo opositor e limitar essa ação. Por isso, o manejo de imagens que pudessem demonizar determinados grupos servia como forma de corroborar com ações cruéis a fim de manter o que chamaram de “ordem e o progresso”.

O levante de grupos opositores ao governo militar se fazia também mediante essas ações estudantis nas Universidades que se colocavam contrárias ao convênio feito entre a

¹²¹⁸ UEE. “Programa para a União Nacional dos Estudantes”. São Paulo, UEE-SP, setembro de 1968, p.5.

¹²¹⁹ *Ibidem*, p.7.

¹²²⁰ *Ibid*, p.6.

USAID e as IES do Brasil, colocando como prerrogativa para tal reação a perda da autonomia da produção científica nacional e sua ideologização por meio do financiamento do capital norte-americano. A ligação entre os militares e os Estados Unidos da América por meio de seus projetos de ajuda financeira se buscou abordar ao longo dos parágrafos anteriores. Dando prosseguimento a essa reflexão, destacamos que o Projeto RITA na tensão do ano de 1965 foi alvo de intrigas e resistências que se retomaram em 1967. Isso se fizera, pois alguns intelectuais das Universidades entenderam que o projeto não visava industrializar as regiões atingidas, mas espionar o que se produzia e se dizia a fim de manter o controle do território americano.

Grant Gilbert Hilliker, embaixador dos EUA, em seu relatório enviado a Casa Branca para o Departamento de Estado e CIA, sobre os acontecimentos que movimentavam o Brasil em 1967, fortalecia a imagem dos governadores que apoiavam a *Aliança para o Progresso*, realçando a sua representação como políticos “anti-corruptos”. Por exemplo, o governador Lamenha Filho de Alagoas. Para Hilliker, os projetos promovidos mediante a parceria com a USAID em Alagoas tiveram continuidade e foram preservados com o governo de Lamenha Filho. A manutenção dessa parceria levaria o desenvolvimento do Estado, pois, segundo ele, “a recente pesquisa agroindustrial patrocinada pela USAID revela excelentes condições para o desenvolvimento agroindustrial em Alagoas”¹²²¹.

Para defender a sua imagem, fez o comparativo com o político Muniz Falcão que se candidatou nas eleições de 1965 ao governo de Alagoas. Para Hilliker, tal político era o representante da “demagogia, crime, corrupção, violência e flerte com o comunismo”¹²²². O governo federal interveio nesse Estado, colocou como interventor em 1966 o General João Batista e utilizou como justificativa para tal escopo o alto índice de violência que ocorria em seu território. Esse oficial ficou 6 meses, posteriormente, entrou Lamenha Filho. O embaixador enalteceu sua figura dizendo que transformaria “a imagem de Alagoas de uma escuridão quase inabalável para uma de esperança, luz e progresso”¹²²³, que nascera mediante o uso do chamado “*political insight*” e “*executive psychology*”. Essas duas características enaltecidas da fachada desse líder político eram movidas na tentativa de resolver problemas conjunturais e culturais que imperavam naquela espacialidade: “Alagoas foi dilacerado pela corrupção e pelo crime em 1966. Os jornais estavam cheios de denúncias de tiroteios, pois

¹²²¹ “[...] a recente USAID sponsored agro-industrial survey reveals excelente conditions for agro-industrial development in Alagoas”. HILLIKER, Grant Gilbert. **Alagoas – a state on the move**. USA: Department of state Bureau of Inter-American Affairs, A-41, november 6, 1967, p.2, tradução nossa.

¹²²² “[...] demagoggy, crime, corruption, violence, and flirtation with Communism”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹²²³ “[...] to transform the image of Alagoas from one of almost unrelieved darkness too ne of hope, light and progress”. *Ibid*, p.3, tradução nossa.

essa parecia ser a forma aceita de resolver disputas sérias, tanto que os matadores de aluguel mantinham cemitérios particulares para suas vítimas”¹²²⁴.

Reduzir os crimes de violência foi o seu *slogan* de campanha e os caminhos percorridos nos primeiros meses de sua administração depois do assassinato de Mendes, o pistoleiro mais influente da região em que se localizava a capital do Estado, Maceió. Contudo, em outubro a paz que reinava acabara devido ao assassinato do político e prefeito de Marechal Deodoro. As tensões aumentaram na Assembleia Legislativa, os ataques verbais nas sessões ordinárias, os conflitos de família aguçaram até que o “assassinato e o homem que pagou para tê-lo feito, irmão de um senador federal, foram prontamente presos”¹²²⁵. Esses casos, contudo, não se usaram para desmerecer as iniciativas do governador, mas para enaltecer o seu esforço na transformação social e cultural. Para isso, destacar os espaços em que deu certo essa política foi feito com nitidez em prol da maquinação figurativa de sua identidade política: “No coração da zona de violência, Santana do Ipanema, o vereador Evaldo Bulhões foi levado a dizer, em discurso recente, que sua cidade, outrora atormentada pelo crime, havia finalmente encontrado a paz”¹²²⁶.

Contudo, para ele, o Bispo de Alagoas não apoiava o arcebispo Dom Helder Câmara, isso diminuía os protestos e os movimentos sociais contra o referido governador. Essa relação entre o governador e o bispo, o elo entre líderes religiosos e políticos se usou como um dispositivo para se manter o controle de uma população arraigada nos valores tradicionais do catolicismo. As imagens negativas repassadas sobre esse arcebispo para os oficiais e embaixadores tinham o intuito de solicitar à cúpula da Igreja Católica em Roma sua transferência, ou seja, procurou-se maneiras de justificar “o desejo do governo brasileiro de transferi-lo (Helder) do Nordeste”¹²²⁷.

O embargador expôs tal cenário para entender o que produziu as manifestações dos estudantes em Alagoas em 1967. Essas tinham como motivação a luta contra o convênio entre a USAID e MEC, atrelando-a à insatisfação na classe dos operários que, com o aumento do desemprego e a desvalorização dos seus salários, requeriam melhorias, por exemplo, a troca de bens materiais, como rádio, por comida se tornava comum no referido ano. A ênfase

¹²²⁴ “Alagoas was torn by corruption and crime in 1966. Newspapers were filled with reports of shootings as this seemed to be the accepted way of resolving serious disputes, so much so that hired killers maintained private graveyards for their victims”. HILLIKER, Grant Gilbert. **Alagoas – a state on the move**. USA: Department of state Bureau of Inter-American Affairs, A-41, november 6, 1967, p.3, tradução nossa.

¹²²⁵ *Ibid.*

¹²²⁶ “It assassion and the man who paid to have it done, a brother of a Federal Senator, were promptly arrested. [...] In the very heart of the zone of violence, Santana do Ipanema, City Councilman Evaldo Bulhões was moved to say in a recente speech that his city formerly plagued by crime, had finally found peace”. *Ibidem*.

¹²²⁷ “[...] reaction to the Brazilian Government’s desire to have him (Helder) transferred from the N.E”. *Ibid.*, p.5.

da narrativa era expor que o governador estava “sinceramente tentando fazer algo construtivo”¹²²⁸. A preocupação colocada pelo político norte-americano era com as mudanças objetivas que ocorrera em Alagoas que geraria as condições necessárias para o fomento de ideias ligadas ao comunismo.

Todos os contatos afirmaram que nenhum elemento subversivo comunista de qualquer consequência existe em Alagoas. A desinfeção baseada na privação econômica existe, assim como o ressentimento em casos individuais contra práticas trabalhistas arbitrarias e severas que poderiam ser exploradas por líderes subversivos se as condições tornassem isso possível. Que o governo não esteja excessivamente preocupado com a atividade subversiva ou terrorista neste momento é evidente da ausência de medidas especiais de segurança¹²²⁹.

A imagem do comunismo como atraso e o capitalismo como avanço foi usada para fortalecer os elementos dicotômicos entre barbárie e civilização. Esse termo barbárie se ligava à negação dos princípios cristãos e ocidentais no senso prático das pessoas, mas verificamos o seu uso pelo capital econômico para ter força de intervenção na vida diária das populações. A civilização representava o modelo norte-americano de desenvolvimento, principalmente, o defendido pela Aliança para o Progresso. Esse embaixador, então, afirmou que o conceito de desenvolvimento de Alagoas foi construído pelo governador Lamenha Filho, e que possíveis problemas e denúncias sobre ele iriam ser esclarecidas, pois o referido político era a imagem do que eles defendiam.

A tensão aumentou com o conflito entre o governador, defensor dos acordos USAID – MEC e o reitor da Universidade de Alagoas, Dr. A. C. Simões, contrário as propostas. Para ele, “a intransigência de Simões já havia custado ao Projeto RITA o fim do sofrimento”¹²³⁰. O projeto RITA se vinculava a essa IES desde junho de 1964. As reações a esse convênio em 1965 buscaram representá-lo, desconectando de possíveis forças subversivas, haja vista a tentativa de manter a imagem de Alagoas como espaço livre de tais influências. As prisões dos estudantes continuaram. Em 1968, a Polícia Federal prendera,

¹²²⁸ “[...] that the Governor is sincerely attempting to do something constructive”. HILLIKER, Grant Gilbert. **Alagoas – a state on the move**. USA: Department of state Bureau of Inter-American Affairs, A-41, november 6, 1967, p.6-7.

¹²²⁹ “All contacts affirmed that no communist subversive elements of any consequence whatever exist in Alagoas. Disaffection based on economic deprivation does exist as well as resentment in individual cases against arbitrary and harsh labor practices which might be exploited by subversive leaders if conditions made this possible. That the Government is not overly concerned about subversive or terrorista activity at this time is evident from the absence of special security measures”. *Ibid*, p.7.

¹²³⁰ “The intransigence of Simoes had already cost the RITA Project no end of grief”. *Ibidem*, p.8.

alegando o crime de subversão em Fortaleza, estes estudantes: José Machado Bezerra (do Instituto de Física da UFC) e José Tibúrcio de Lima Dantas (pré-universitário)¹²³¹.

Enfim, nesse cenário de tensões, a construção no início da década de 1960 do Projeto Asimow no Ceará e sua ampliação como RITA para o Nordeste brasileiro se conectava com suas experiências iniciais feitas no Cariri cearense. Esse convênio feito entre a Universidade do Ceará e a Universidade da Califórnia moveu técnicos das duas referidas instituições e financiamentos, por exemplo, da USAID, Fundação Ford e SUDENE. Contudo, não se pensava que a implantação de fábricas se ligava às questões técnicas de engenharia e economia na construção fabril, olhou-se as outras áreas que fomentariam uma transformação mais substancial da população atingida por essas indústrias planejadas.

Em fins da década de 1960, tivemos o endurecimento do golpe civil-militar com o AI-5, a construção do chamado “milagre-brasileiro” que cronologicamente se convencionou demarcar entre 1969 e 1973. Isso se deu como uma forma de realçar que o endurecimento produziu benefício. Esse “maquiamento” dos dados econômicos se evidenciava no Nordeste quando em 1970 a seca aprofundou as péssimas condições econômicas e sociais que a sua população vivia. Esse contradiscurso se fazia não somente pela defesa nos púlpitos das Assembleias e reuniões, mas pelos relatos do avanço das multidões, do medo do outro que não mais estava distante; como também demonstrava as consequências derivadas da falta de políticas públicas para o combate à seca, do abandono do homem do campo e do sucateamento da SUDENE desde 1964.

¹²³¹ “Polícia Federal prende estudantes por subversão”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LX, n.83.770, Fortaleza, quarta-feira, 27 de novembro de 1968, p.1.

7 A OUTRIDADE

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto¹²³².

As proposições citadas acima feitas por Stuart Hall nos servirá para iniciar a nossa reflexão sobre este capítulo. Nele ponderaremos como o outro foi representado nos discursos da opinião pública no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países no final da década de 1960 e início da de 1970. O outro é visto como outridade, ou seja, a diferença é o rastro. Segundo Derrida (1991), esse possui facetas em suas apresentações, envolve-se por dois movimentos díspares, a saber, ao ser propagado, também o silencia; ao indicar a si, ao mesmo tempo se oculta.

Seguindo essa linha, o seu decifrar-se é sua característica de *différance*. Esse termo agrega um procedimento teórico-metodológico a partir dos sentidos do verbo diferir. Ao utilizar o termo diferença e *différance*, buscamos ligá-los para ver a mediação temporal e espacial, ou seja, o “devir-tempo do espaço e devir-espaço do tempo”¹²³³, vendo, assim, o tempo e o espaço dentro da temporalidade, retirando, por sua vez, a pretensão de pureza de um e de outro¹²³⁴.

A partir disso, analisaremos, de forma mais particular, esses rastros mediante o olhar para as multidões que abalaram o cotidiano nordestino em 1970 a procura de trabalho e alimento, o discurso de tentativa de implantação do Projeto RITA em outros países e a sua venda como produto viável, mesmo dando sinais no Brasil de fracasso. Enfim, a codificação feita das multidões e do RITA reinventaram sentidos e se colocaram em trânsito para representá-lo visualmente, dando-lhe assim um caráter de espetáculo e o ligando como integrante de um determinado fluxo temporal.

7.1 As multidões

A seca de 1958, ao contrário do que previam os intelectuais, seria o tempo de solidificação de uma tradição de ações coletivas, efêmeras, diretas e autônomas – o tempo das multidões¹²³⁵.

¹²³² HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2016, p.31.

¹²³³ DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991, p.39.

¹²³⁴ DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

¹²³⁵ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000, p.180.

Na citação acima do historiador Frederico de Castro Neves, temos a marcação simbólica do ano de 1958 como fio de uma tradição das multidões no Ceará. O final dos anos 1950, para o referido pesquisador, circunscreveu mudanças na forma como homens e mulheres se relacionaram com as ações assistencialistas do governo. Para essa multidão desconhecida, que saqueava e invadia armazéns em busca de comida para saciar a sua fome nos períodos de seca, cunhou-se o termo genérico para sua nomeação: flagelados¹²³⁶. Essa designação, contudo, carregava consigo elementos negativos, preconceitos e discriminações, bem como a aproximação de alguns desses sujeitos ao sofrimento cristão. Visualizamos essa incorporação na amplitude e aprofundamento das práticas de piedade cristã popular, que olhava o sofrimento como uma purgação dos pecados. Entretanto, a partir de 1958 as ações de resistência agregavam para si um valor político que não se emanava de fora, mas se fazia de dentro.

Essa especificidade destacava a apropriação desses sujeitos políticos que incorporavam o conceito de justiça para legitimar e justificar as suas ações de rebeldia contra a ordem instalada. Essa tradição criou o temor e as formas de negociação entre a multidão e os poderes públicos, por exemplo. Consoante Neves, essa tradição foi percebida pelas forças políticas da época e, posteriormente a ela, se afirmavam que os governantes precisavam priorizar a negociação com os flagelados¹²³⁷. Para o deputado Ténorio Cavalcante, existiam duas indústrias rendosas no Brasil, a saber, o comunismo e a seca¹²³⁸. Essas foram usadas pelos políticos para conseguir o que desejavam mediante a relação de *apadrinhamento*¹²³⁹ e compra de voto.

Ao pensar o conceito de multidão, Frederico de Castro Neves incorporou as sugestões do historiador George Rudé¹²⁴⁰. Para além do uso do termo, deu-lhe pistas a fim de compreender que a fome provocada nos períodos de seca fazia parte de uma estrutura além da

¹²³⁶ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000.

¹²³⁷ *Ibidem*.

¹²³⁸ CAVALCANTE, Ténorio. “Duas industrias rendosas no Brasil: a do comunismo e a das secas”. **Jornal Unitário**, Fortaleza n.34.208, segunda-feira, 9 de janeiro de 1962, p.1.

¹²³⁹ Segundo Schwartzman, o paternalismo reforça a exclusão social, retirando da pessoa, que é atingida por essa prática, a cidadania. Para ele, enfim, o paternalismo tem dois lados, o primeiro é a proteção e “o outro lado da moeda do paternalismo é a submissão e a subserviência”. SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004, p.25.

¹²⁴⁰ Para Rudé, as multidões deveriam ser pensadas e mensuradas por meio de um método classificatório, levando em consideração o comportamento e a crença, como também o espaço onde se encontra e o tempo em que se ocorrera as suas ações. Tais elementos são colocados por ele como fundamentais para situá-la geográfica e historicamente, comportamental e sociologicamente. RUDÉ, George. **A multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1750-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991.

econômica e política, ou seja, inseria-se na de sentimentos¹²⁴¹. Assim, a valorização das várias estruturas destacavam as singularidades e a complexidade do objeto de estudo analisado. O elemento da seca se ligava a um sistema mais amplo meticulosamente engendrado, cujas redes políticas e econômicas foram validadas pelos discursos racionais, por exemplo, os construídos pelos relatórios das frentes de serviço¹²⁴², como não lógicos e tendo como base o saber do senso comum.

Pensamos, assim, que o termo flagelado se construiu enquanto uma estereotipagem. Para Hall, a naturalização da representação “assegura o “fechamento” discursivo ou ideológico”¹²⁴³. A estereotipagem produz essa fixidez da diferença, dá visibilidade a elos de cisão que a diferencia do considerado normal, ajuda a manter a “ordem social e simbólica”, abrindo as possibilidades de laços. Isso “tende a ocorrer onde existe enormes desigualdades de poder”¹²⁴⁴. Para ele, portanto, em prol disso se conecta a representação à diferença, ao poder, em sua ampla acepção.

Ela, outrossim, é um tipo de poder, cujo não-dito é fantasiado, bem como investida pelo poder imanado do político e das maneiras de usá-lo e abusá-lo. Circulá-la é dar mais poder aos que se colocam como seus solucionadores ou produtores, sendo, assim, efeitos que são produzidos e produzem divisões e ambivalência, legitimidade e derrogação¹²⁴⁵. Dessa forma, a permanência do termo “flagelado” é um indício de sua estereotipagem, das camadas temporais e simbólicas sobrepostas que davam sentido a ele em determinado momento, trazendo do passado, para isso, alguns elementos e ligando-os aos vivenciados, aos fantasiados e aos projetados no campo operatório do saber-poder.

Por exemplo, na seca de 1970 o termo flagelado também era vigente para se referir aos homens e às mulheres que sofriam os efeitos da seca no Nordeste brasileiro, bem como a (re)invenção da tradição¹²⁴⁶, tanto política como camponesa, construída em 1958. Contudo, esse processo se forjara dentro de um contexto político diferenciado dos anos 1950: a Ditadura Civil-Militar após o ato Institucional AI-5. Como se dera essa tradição de

¹²⁴¹ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000.

¹²⁴² Conforme Ferreira, nos relatórios das estradas construídas nesse momento, fornece-nos indícios sobre as estruturas e condições de trabalho que se implantavam nesses espaços de obras. O caráter provisório dos acampamentos é um fator importante para se perceber que as enfermárias existentes nas frentes também eram de igual teor. FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos, trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas Obras Públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

¹²⁴³ HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016, p.171.

¹²⁴⁴ *Ibidem*.

¹²⁴⁵ *Ibid*.

¹²⁴⁶ HOBBSBAWN, Eric J; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

negociação política entre a multidão e os generais? Como a repressão militar atuara para desmobilizar a política assistencialista ligada às frentes de serviço?

Nesse momento, o espectro da fome dava visibilidade à inconsistência do chamado “milagre brasileiro”. Dessa forma, consideramos que a fome não era somente orgânica¹²⁴⁷, mas também política¹²⁴⁸. Isso agregou às multidões de famintos que se formava no Nordeste brasileiro outras características e linhas de lutas sociais. Dessa forma, a escassez de alimentos, derivada da falta de chuva ou de seu excesso, provocava um déficit nas culturas alimentares nordestinas, ou seja, na fabricação dos produtos essenciais da cesta básica dos trabalhadores. Segundo Rowell, nos anos 1960 se verificara o déficit nessa produção e o aumento de seu preço, principalmente, do feijão e do milho. Esses dois produtos não eram meros elementos da alimentação ligados ao biológico, mas parte de um sistema alimentar nordestino que aponta o seu cunho cultural. Para Montanari, o sistema alimentar “é depositário das tradições e da identidade de um grupo”¹²⁴⁹, como também nele se realiza as trocas culturais por meio do cozinhar e do comer.

Juntamente a isso, a safra do algodão fora afetada pelo excesso de chuva que provocou a perda dos produtos e a diminuição de seu padrão. Portanto, para ele, “a qualidade dos primeiros lotes de algodão sertão e seridó escorrendo para os gins é classificada abaixo da média devido à colheita úmida e a indústria não espera mais colheitas, embora a redução exata das estimativas originais ainda não seja conhecida”¹²⁵⁰. Edward Rowell, ministro dos EUA e representante da USAID no Nordeste, destacou que além da SUDENE, tal órgão também contribuiu em atividades, colocando os seus agentes para trabalhar nas ““frentes de trabalho” para aliviar a situação”¹²⁵¹, bem como se tomava a ação de fechar as fronteiras estaduais para “impedir a saída dos estoques de alimentos existentes”¹²⁵².

Esse panorama veio a se modificar em 1970 quando a seca provocou perdas econômicas para uma população já fragilizada pelo abalo político e financeiro desencadeado em 1964. Tal situação de instabilidade no campo movimentara os camponeses a se unirem com outros grupos, como os operários e os estudantes para combaterem as injustiças sociais no mundo do trabalho, principalmente as vivenciadas pós-1964, cuja chancela do governo federal dava-lhe robustez. A partir de 1967 os movimentos reivindicatórios se tornaram mais

¹²⁴⁷ CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Autores, 1984.

¹²⁴⁸ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A questão agrária na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

¹²⁴⁹ MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

¹²⁵⁰ ROWELL, Edward J. **Who will get Rita in Pernambuco?** USA: Department of State Bureau of Inter-American affairs, A-26, sep 4, 1964, p.4.

¹²⁵¹ *Ibidem*.

¹²⁵² *Ibid*.

constantes, 1968 fora um ano de lutas intensas e agudas, bem como o endurecimento do regime militar com o AI-5.

Nesses anos, para o *Jornal A Classe Operária*¹²⁵³, usavam-se as seguintes palavras de ordem: “abaixo a ditadura militar”; “fora com os ianques”; “liberdade para os presos políticos”; “viva a guerra popular”¹²⁵⁴. Por exemplo, a passeata organizada pelos estudantes reuniu 100 mil na Guanabara, bem como as realizadas em Fortaleza e Curitiba¹²⁵⁵. No ano de 1969, mesmo com a repressão militar, as ações de massa contra o governo instalado se fizeram presente. Para o *Jornal A Classe Operária*, “operários, camponeses, intelectuais e setores do clero manifestam inconformismo, reivindicam direitos e exigem liberdades democráticas”, por exemplo, “as greves estudantis da Bahia, a invasão de restaurantes universitários em Belo Horizonte e o movimento por vagas nas escolas em Porto Alegre marcam o reinício das ações populares contra a ditadura, depois da promulgação do Ato Institucional nº5”¹²⁵⁶.

No dia 1º de maio de 1969, se comunicou o aumento de 20% no salário dos trabalhadores, a estipulação do novo salário-mínimo fora denominado pelos trabalhadores de “salário-miséria”, pois desde 1964 os militares o tinham congelado. O salário-mínimo defendido pelo governo era de 156 cruzeiros novos, mas esse não se constituía pelo valor proporcional a inflação e as perdas salariais da classe trabalhadora, por exemplo, os que moravam nos centros urbanos, como São Paulo, “156 cruzeiros novos mal chegam para pagar o aluguel de um barraco”¹²⁵⁷. Dessa forma, para o *Jornal A Classe Operária*,

Salários de fome e repressão aos movimentos reivindicatórios constituem o centro da política da ditadura em relação aos proletariados. As organizações sindicais vivem praticamente sob intervenção ministerial. Os dirigentes de sindicatos que não rezam pela cartilha do coronel Passarinho são sumariamente destituídos de seus cargos. As entidades sindicais deixaram de exercer qualquer função em defesa dos interesses dos trabalhadores. Estão reduzidas a meros postos de assistência social¹²⁵⁸.

O governo federal fez uma réplica à opinião pública, que colocava esse salário-mínimo como uma “ofensa aos trabalhadores”¹²⁵⁹. Para esse poder público, nas áreas mais desenvolvidas no Brasil, o trabalhador ganhava mais de um salário. A resposta a essa

¹²⁵³ Periódico fundado pelo Partido Comunista do Brasil.

¹²⁵⁴ “retorno as aulas e as lutas”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.28, ano 4, março de 1969, p.2.

¹²⁵⁵ *Ibidem*.

¹²⁵⁶ “Amplitude nas ações de massas”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.30, ano 4, maio de 1969, p.1.

¹²⁵⁷ “Salário-Miséria”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.30, ano 4, maio de 1969, p.2.

¹²⁵⁸ *Ibid*.

¹²⁵⁹ “Salários de miséria”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, maio de 1970, p.10.

alegação foi direta e rápida: “É uma mentira deslavada”¹²⁶⁰. O jornal *A Classe Operária* destacou que em São Paulo 70% dos operários recebiam um salário, mas o custo de vida era elevado; nos outros estados brasileiros essa classe recebia abaixo do salário-mínimo e “para agravar a situação, o novo decreto da ditadura congela os valores do salário-mínimo por três anos”¹²⁶¹. Os editores desse jornal gritaram mediante as palavras gravadas em suas páginas, deixando-nos rastros sobre esse embate: “a ditadura militar, confiante na força das suas armas, prossegue, assim, na política de esfomeamento da classe operária”¹²⁶². Para exemplificar essa política, chamada por eles de “esfomeamento”, mostraram dados relativos às horas gastas no trabalho e o resultado disso por meio de sua transformação em alimentos: “Em 1965, um trabalhador, para comprar 1 quilo de pão, precisava de 1 hora e 18 minutos de trabalho. Em 1969 necessitou de 2 horas e 27 minutos”¹²⁶³.

Para Oliveira, no Brasil o estado mais industrializado, São Paulo, tinha uma base salarial em 1968 menor que a de 1964. Essa sua conclusão o fez sistematizar três fases em relação ao salário-mínimo após 1944: de 1944 a 1951 o poder aquisitivo se reduziu pela metade; de 1952 a 1957 houve avanços, mas esses eram intercalados por depressões; e a terceira constituída depois de 1958, momento de baixa prolongada dos salários – tal situação se agravava a partir de 1964. Para o referido autor, nessas fases se criou e introjetou uma ilusão nos trabalhadores de que a remuneração feita pela indústria era superior a do campo, servindo como elemento de atração dos camponeses para a cidade e a sua incorporação à massa de mão de obra que recorria às vagas de emprego abertas pelas fábricas¹²⁶⁴.

Essa demagogia entre o discurso e a prática do governo militar se sentia mais forte em 1969 na renda familiar, cuja perda foi de 70% do salário do responsável pelo seu sustento. O FGTS e o PIS levantavam recursos que retiravam de seu soldo em prol da “ilusão de um rendimento futuro” e que, ao mesmo tempo, perdia estabilidade no emprego e um reajuste salarial mais justo em relação a inflação¹²⁶⁵.

Essa contabilização do tempo e sua transformação em dinheiro afetou diretamente o sistema alimentar da família do operário e do camponês, por exemplo, a compra do pão, alimento principal de sua mesa, era um sinal do aumento da subnutrição desses homens e mulheres, cuja renda não garantia as substâncias básicas para sua sobrevivência e nem

¹²⁶⁰ “Salários de miséria”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, maio de 1970, p.10.

¹²⁶¹ *Ibid.*

¹²⁶² *Ibidem.*

¹²⁶³ *Ibid.*

¹²⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o onnitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

¹²⁶⁵ “A política antioperária da ditadura: palavreado demagógico e medidas de arrocho”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n.88, julho de 1972, p.2.

tampouco para os seus filhos e filhas. Nesse mesmo ano, conforme o jornal *A Classe Operária*, os metalúrgicos de São Paulo fizeram uma carta aberta ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata (1969-1974). Nela fizeram também cálculos matemáticos, comparando a compra dos alimentos básicos para o trabalhador entre 1965 e 1970, mostrando que o preço dos produtos alimentícios subiu em cinco anos 560% enquanto o salário-mínimo 370%¹²⁶⁶. Dessa forma, o desgaste detectado era de 190% no poder de consumo desses produtos: “podemos afirmar que, em 5 anos, os trabalhadores não tiveram nenhum aumento salarial. Enquanto isso, cresceram sem cessar os lucros dos empresários”¹²⁶⁷. O discurso de revolta emergiu com o descaso com a família do trabalhador, pois os poderes públicos firmavam o seu apoio com a classe patronal e retirava mais direitos dos trabalhadores, colocando como justificativa que o sofrimento era necessário para recuperar a economia do Brasil.

Os trabalhadores se revoltavam, pois entendiam que a conta da construção desse “novo Brasil”, defendido pelos militares, estava sendo paga somente por eles; eram eles que sofriam com a fome e a miséria, que não possuíam uma casa digna para morar e perderam a sua estabilidade no emprego. O jornal *A Classe Operária* questionava o substancial aumento nos salários do presidente e do vice-presidente nesse momento em que se pregava cortes nos gastos públicos, arrocho salarial e outras medidas administrativas em prol do equilíbrio inflacionário: “O primeiro passará a ganhar 8 mil cruzeiros, mais 2 mil cruzeiros de representação, enquanto o segundo abischoitará dos cofres públicos um vencimento de 6 mil cruzeiros mais 1 mil de representação. E, note-se, esses dois sinistros personagens tem todas as suas despesas pagas pelo dinheiro dos contribuintes”¹²⁶⁸.

Os movimentos sociais de massa não se fizeram somente nas cidades, mas também no campo. Segundo Sigaud, os trabalhadores dos engenhos, por exemplo, sofriam com a suspensão de seus soldos, tal medida os obrigavam a usar os produtos que tinham de suas roças e aqueles que não possuíam essa reserva sofriam com a fome. A partir de 1950, os movimentos sociais nos engenhos se fortaleceram mediante a ajuda organizativa do Partido Comunista e dos Católicos de esquerda. Para a referida autora, as ligas camponesas e os sindicatos eram instrumentos usados para reivindicar melhorias nos trabalhos do campo, bem como a reforma agrária. Após 1964, o PCB foi colocado na ilegalidade, os movimentos católicos foram perseguidos e o Estado interveio nos sindicatos. Isso provocou nos

¹²⁶⁶ “Salários de miséria”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, maio de 1970, p.10.

¹²⁶⁷ *Ibidem*.

¹²⁶⁸ *Ibid*.

trabalhadores um sentimento de medo e insegurança¹²⁶⁹. Portanto, os camponeses, para Moura, são cultivadores ligados ao campo. Dessa forma, esses atores sociais no Nordeste brasileiro promoveram mudanças e tinham um sistema econômico de cunho familiar¹²⁷⁰. Tais fatores, colocados acima sobre a construção da imagem de um “novo Brasil”, foram elementos da *doxa* capitalista que se incorporara na consciência subjetiva do trabalhador. Para Ziegler, esse processo de alienação emergia devido a uma “dimensão escatológica laica”¹²⁷¹ presente em seu cotidiano.

Atrelado a isso, temos também uma flexibilidade de funções, ou seja, esse camponês também realizava outros tipos de trabalho para complementar a sua renda. Para Forman, a politização que ocorrera com esse tipo de trabalhador nos anos 1950 e 1960 se defrontava com o projeto de industrialização rural. Esse projeto, colocado tanto pelos poderes públicos como pelos latifundiários, afirmava que essas medidas favoreceriam a fixação dos camponeses nos territórios e os daria certa qualidade de vida¹²⁷². O impacto dessa perspectiva se dera durante os anos 1960 e 1970, em que passaram a perceber que tal processo favorecia o aumento da lucratividade do patrão, o empobrecimento do operário e uma maior precarização do trabalho no campo. Por exemplo, a partir desse momento se requeria uma formação técnica e especializada que esses trabalhadores não possuíam. Para Forman,

Como uma panacéia de modernização do setor rural, a industrialização figura em primeiro plano nos projetos desenvolvimentistas da USAID e de uma quantidade de projetos de desenvolvimento patrocinados por universidades no Brasil. Seguindo o exemplo do Projeto Asimow, através do qual a Universidade da Califórnia tomou a si o desenvolvimento de uma série de pequenas indústrias caseiras no Estado do Ceará, diversas indústrias leves foram estabelecidas em todo o Nordeste nos anos 1960 pela RITA (Rural Industrial Technical Assistance), sob o patrocínio conjunto de governos estaduais brasileiros e de universidades americanas¹²⁷³.

A seca de 1970, atrelada ao desamparo do trabalhador, às perdas de seus direitos, à opressão da classe patronal no campo e na cidade, moveu inquietações e movimentos para a rua. Entretanto, nesses anos de chumbo, detinham outra estética política: a fome era biológica, política e social, ou seja, os camponeses e camponesas queriam o alimento para saciar a sua privação biológica, mas também tinham fome de justiça, queriam gritar para a sociedade e denunciar as opressões que sofriam. No Rio de Janeiro, em 1970, o estudante baiano, Édson

¹²⁶⁹ SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenheiros. *Estudos Históricos*, n.18, 1996.

¹²⁷⁰ MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.

¹²⁷¹ ZIEGLER, Jean. *Destruição massiva: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

¹²⁷² FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

¹²⁷³ *Ibidem*, p.145.

Luís, foi morto pela polícia carioca. Os baianos, então, foram para as ruas de Salvador para se manifestarem contra esse assassinato no dia 28 de março de 1970. Nesse momento, distribuíram o folheto “Testemunho de Judas”¹²⁷⁴, feito em versos e assinado pela UNE, UBES, UEB e Associação dos Estudantes Secundaristas. Nele fizeram “um sério desmascaramento da ditadura, de sua política contra o povo e os interesses nacionais”¹²⁷⁵, denunciaram, enfim, as torturas. Vejamos o seu epílogo:

Lutemos unidos, baianos,
Para acabar a opressão
Embora o inimigo seja forte
Nós é que temos razão.
A verdade um dia triunfa
Com fé em Deus, arma na mão
Unidos como um só homem
Libertemos a Nação¹²⁷⁶.

No ano 1970, se questionou a SUDENE sobre as formas pelas quais tratavam a seca no Nordeste, essa solicitação buscava uma precisão dos focos, como também uma política de emergência mais firme, haja vista os 950 mil quilômetros da área nordestina. Para isso, requereu-se a criação de um seminário com técnicos para rever o planejamento e as atividades em seus espaços. Nele se discutiu sobre os fluxos migratórios nos períodos de estiagem e quais as condições econômicas nas frentes de trabalho. Uma indagação dava origem a essas questões: Por que alguns grupos não foram se alistar em 1970, mesmo passando por dilemas socioeconômicos vindos dos fatores climáticos?

Com a ideia defendida pelo poder público federal que o Brasil, naquele ano, vivenciava um equilíbrio inflacionário que permitia um avanço no desenvolvimento do Nordeste, legitimou-se os cortes orçamentários nas políticas para amenizar o impacto da seca, e, conseqüentemente, a atuação da SUDENE na capacitação e atuação *in loco* com os camponeses nordestinos. Por exemplo, empreenderam acabar de uma forma progressiva as frentes de serviço. Esse discurso público, em sua invenção de uma narrativa do encaixe, foi combatido pela expressividade discursiva, imagética e oculta dos saques, dos flagelados, do medo da elite política e econômica que tinha corroborado com o golpe civil-militar, pois tal sentimento se alicerçava em uma aversão de certa revolução que surgiria das massas famintas. Para combater isso, se amenizou os “dramáticos episódios de êxodo rural e corrida às frentes

¹²⁷⁴ “Baianos vão às ruas”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.40, ano 6, abril de 1970, p.11.

¹²⁷⁵ *Ibidem*.

¹²⁷⁶ *Ibid.*

de trabalho” e o seu “impacto sobre a opinião pública nacional”¹²⁷⁷, reorganizando às pressas a estrutura que estava sendo desmontada pelo governo federal.

A SUDENE fez ações preventivas para manter o nordestino em sua terra, uma dessas estratégias era afirmar por meio de um discurso econômico e quantitativo, feito pelos técnicos do BNB, que indiciava a sua recuperação econômica, o crescimento do emprego e a reconstrução de sua imagem, que a expectativa de crescimento industrial seria de 9,3% anual no triênio 1970-1973. A criação desse órgão em 1959 dava um novo tratamento para o problema da seca no Nordeste a fim de conseguir seu desenvolvimento, utilizando, para isso, o planejamento na tentativa de corrigir a sua situação econômica de vulnerabilidade e o seu crescimento desproporcional em relação ao Centro-Sul. Essas iniciativas se vinculavam aos objetivos precisos para edificar nos anos pós-1945 uma “unidade nacional” e um “desenvolvimento harmônico do País”¹²⁷⁸. Para o jornal *A Classe Operária*,

As Frentes de Trabalho que a ditadura voltou a organizar objetivam sustar, de imediato, a maré montante das ações camponesas e manter as massas flageladas sob rígido controle. Suas características e finalidades são idênticas às das anteriores. Entretanto, as frentes não conseguem satisfazer as exigências de trabalho conseguem satisfazer as exigências de trabalho da imensa massa de flagelados. Pelos cálculos da ditadura, nelas trabalham atualmente uns 300 mil homens. Existem umas 20 Frentes no Piauí, 18 no Ceará, 23 em Pernambuco, 17 na Paraíba, 11 no Rio Grande do Norte, 1 em Alagoas, 3 em Sergipe e 3 na Bahia¹²⁷⁹.

Para o referido periódico, os camponeses do Nordeste tinham uma condição diferente, ou seja, “já tem alguma consciência do processo de espoliação que sofreram e estão vivendo”¹²⁸⁰. O governo utilizou como maneira de desmobilizar os camponeses que iam para as frentes de serviço em 1970 a fixação do pagamento da diária de trabalho em um valor de 2 cruzeiros. Esse baixo valor não permitia o sustento desses homens e mulheres espalhados no sertão nordestino – tais cortes orçamentários fomentaram um clima de insatisfação entre esses grupos. Tal defesa do valor da diária tornava-os cada vez mais dependentes do armazém e dos senhores que controlavam as frentes, como também gerava uma sobrecarga de trabalho que deveria ser cumprida depois do expediente para a complementação da renda. A estratégia que se usou na época para burlar essa postura dos poderes públicos era o alistamento de mais de uma pessoa da família a fim de aumentar o seu soldo. O empobrecimento dessa população se

¹²⁷⁷ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. Frentes de serviço: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.4.

¹²⁷⁸ *Ibidem*.

¹²⁷⁹ “As frentes de trabalho no Nordeste”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.44, ano 7, agosto de 1970, p.4.

¹²⁸⁰ *Ibid.*

alicerçava pela disparidade entre o crescimento demográfico e o baixo rendimento da agricultura, haja vista que essa se fiava em prol da sobrevivência e não para sua venda. Para os discursos públicos nesse período, o Nordeste “é uma espécie de “cactos” humanos, acostumado à mesa frugal, afeito a viver com um mínimo de calorias” e “sua fome qualitativa e quantitativa é crônica”¹²⁸¹. Para o memorando da SUDENE,

O governo federal ao fixar à diária dos flagelados em dois cruzeiros, quis naturalmente desencorajar a maior corrida às frentes de serviço que abriu, para limitar os seus gastos e não comprometer a sua política de controle das emissões de papel-moeda e por este meio impedir que a inflação fugisse às rédeas do seu controle. Mas antes que o ano terminasse o governo, através da SUDENE, fixou data para a desmobilização de todas as frentes de emergência abertas em 70. Foi uma decisão adotada antes que se soubesse se em 71 haveria ou não inverno¹²⁸².

Os poderes públicos deram o foro de legalidade a esse salário nas Frentes de Trabalho. Para o Ministro da Agricultura do Brasil, Luís Fernando Cirne Lima, não se poderia aumentá-lo para 4 cruzeiros, pois se o fizessem, com a normalização das condições ambientais, os flagelados se recusariam a retornar a sua terra de origem¹²⁸³. Essa miséria propagada e mantida pela Lei do soldo nas frentes levava famílias a viverem com esse valor que não dava para comprar os mantimentos necessários para sua sobrevivência. Defenderam a não distribuição de alimentos pela Comissão Brasileira de Alimentos (COBAL), “afirmam que não podem distribuir de graça gêneros nem refeições aos flagelados por que isso “só viria agravar a situação com novos problemas de ordem social”¹²⁸⁴, bem como passaram a olhar para as perdas financeiras de comerciantes, valorizando mais a circulação do capital do que as vidas perdidas nas Frentes de Serviço, com o superfaturamento dos produtos alimentícios: “alegam, ainda, que os comerciantes estão suportando prejuízos e o comércio não deve ser extinto”¹²⁸⁵.

Para controlar os camponeses nas frentes, o exército tomou para si a responsabilidade e divulgou a sua imagem como “protetor dos flagelados”¹²⁸⁶. A proteção não era para os camponeses que trabalhavam nas frentes, mas para a classe patronal e a sua propriedade privada. Esse resguardo nada mais era que prisão, a retirada da liberdade e a opressão de

¹²⁸¹ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. Frentes de serviço: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.4.

¹²⁸² *Ibidem*.

¹²⁸³ “As frentes de trabalho no Nordeste”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.44, ano 7, agosto de 1970, p.4.

¹²⁸⁴ *Ibid.*

¹²⁸⁵ *Ibidem*.

¹²⁸⁶ *Ibid.*

possíveis motins; por exemplo, com a sua concentração em um único local era mais fácil mantê-los distantes da cidade e se salvaguardar os bens privados de prováveis saques.

Na verdade, debaixo da vigilância dos militares, os camponeses são submetidos a humilhações e vexames de toda a ordem. As frentes se converteram em autênticos campos de concentração. Os trabalhadores não tem direito a nada. Enquanto a comida, a água, a condução e os medicamentos para os militares são de primeira qualidade, os flagelados comem quando podem, bebem água poluída, andam a pé dezenas de quilômetros e vivem sob precárias condições de saúde e assistência. Qualquer gripe mais forte os dizima¹²⁸⁷.

Com o aumento do número de pessoas em situação de miséria, “a fome vem grassando de forma acentuada e o número de mortes por inanição e falta de assistência está aumentando”¹²⁸⁸. Essas frentes não tinham suporte para acolher o crescente número de homens e mulheres que buscavam auxílio. Milhares ficavam sem ocupação nas frentes, provocando, assim, uma tragédia para os que perdiam seus filhos e parentes; mesmo aqueles que conseguiam a ocupação, passavam pela perda de alguém mais próximo, haja vista que o “salário de miséria” não garantia uma nutrição adequada para os trabalhadores e suas famílias.

Além disso, os comerciantes vendiam os alimentos com preços superfaturados, fazendo com que os trabalhadores se endividassem na compra da farinha que na cidade custava 500 cruzeiros velhos e na frente 600, por exemplo. Dessa forma, viviam sem “comer quase sal e gordura”¹²⁸⁹ e sob a opressão dos poderes públicos “os flagelados estão se dando conta de que por trás disso há grossa negociata, e incrível exploração de sua miséria, de que acha-se em execução um tenebroso plano de matá-las de fome”¹²⁹⁰. O medo rondava os camponeses, pois não sabiam como reagir contra as ações de humilhação e tortura psicológica que vivenciavam na frente de trabalho, por exemplo, quando os poderes públicos a cercaram com pau-a-pique. Contudo, isso os levou a inquietação e esclareceu para a opinião pública que o governo só abriu as frentes devido à pressão dos camponeses que solicitavam ajuda. Os poderes públicos, entretanto, não realizaram as ações necessárias para amenizar os danos com a seca, tendo como intuito as estratégias de proteção da propriedade privada e não das vidas dos camponeses ali reunidos.

¹²⁸⁷ “As frentes de trabalho no Nordeste”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.44, ano 7, agosto de 1970, p.4.

¹²⁸⁸ “Movimentam-se novamente os flagelados”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.45, ano 7, setembro de 1970, p.10.

¹²⁸⁹ *Ibidem*.

¹²⁹⁰ *Ibid*.

Ao detectarem essa posição política “começam a se agitar novamente e a se mobilizar para a conquista de seus direitos”¹²⁹¹. Por exemplo, em algumas frentes, os trabalhadores teceram abaixo-assinados a fim de resolver o problema, bem como listaram suas reivindicações. Essa tática de luta se associou a outras: “Promovem falas ou reuniões para apresentar coletivamente suas reclamações aos administradores militares e civis das Frentes”¹²⁹². Isso se empreendia para exigir um melhor tratamento, ou seja, que “não sejam tratados como bichos e que lhes seja dispensada efetiva assistência médica, quando enfermos”¹²⁹³. Tal movimento se efetivou por meio de “algumas paralizações de serviço, em virtude da falta de alimentos e porque os trabalhadores exigem fornecimento suplementar”¹²⁹⁴.

Para exemplificar esses movimentos sociais, o jornal *A Classe Operária* destacou que em Iguatu “os trabalhadores das Frentes realizaram uma greve por suas reivindicações”¹²⁹⁵. Os flagelados ali reunidos se denominaram de a “União Patriótica dos Camponeses Oprimidos”¹²⁹⁶. Essa reunião deu origem a um documento que teve o mesmo nome e a decisão final de sua assembleia fora esta: “Nossa decisão deve ser: Ninguém vai morrer de fome em Iguatú! Vamos nos unir e buscar alimentos onde houver, vamos às fazendas dos grandes donos de terras e repartir entre nós a fartura que eles juntaram às custas de nosso suor!”¹²⁹⁷. Em versos, construídos com uma rítmica que movimentava o levante, tocava na sensibilidade daqueles que perdiam os seus filhos e suas filhas, que não aguentavam mais chorar pelas injustiças e opressões que vinham dos vários lados, inclusive dos poderes públicos, terminaram desta forma esse documento: “Camponeses unidos de armas na mão\Acabam de vez as pragas do sertão\ A seca, o Exército, o latifúndio, os americanos e a exploração”¹²⁹⁸.

Esse elo entre o sofrimento e a leitura bíblica se amarrou pela expressão “pragas” em associação às pragas do Egito. Entretanto, os camponeses fizeram essa leitura escatológica a partir de sua realidade social perante seus inimigos, vendo que a sua libertação dependia da unidade do grupo e de sua luta efetiva contra as opressões advindas das “pragas do sertão”. O seu destino não estava entregue nas mãos de uma divindade, o que provocaria uma naturalização do sofrimento e o seu uso comum como forma de santificação. Entendiam,

¹²⁹¹ “Movimentam-se novamente os flagelados”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.45, ano 7, setembro de 1970, p.10.

¹²⁹² *Ibid.*

¹²⁹³ *Ibidem.*

¹²⁹⁴ *Ibid.*

¹²⁹⁵ *Ibidem.*

¹²⁹⁶ *Ibid.*

¹²⁹⁷ *Ibidem.*

¹²⁹⁸ *Ibid.*

todavia, que o seu destino e sofrimento eram causados por essas pragas que deveriam ser combatidas aqui na terra. Essa nova estética política movimentava o corpo e provocava novas associações entre o discurso religioso e os movimentos sociais; era preciso que os camponeses se congregassem com “armas na mão”.

Nesse embate político, o Ministro do Interior, “sorridente, afirmou que há seca apenas no Piauí”¹²⁹⁹, nos outros estados se tem uma “simples “estiagem””¹³⁰⁰. Isso se fizera como uma forma de minimizar as políticas de auxílio aos camponeses, destacando também que as medidas empreendidas contra a seca eram movidas por “aproveitadores dessa calamidade periódica”¹³⁰¹. Esse discurso alheio a realidade tentava negatizar o sofrimento e desprezar os 50 mil camponeses que vagavam nos sertões nordestinos em 1970, buscando trabalho e comida.

Os açudes, construídos com dinheiro do povo e localizados nas terras dos latifundiários, não resolveram o problema nem servem à massa camponesa. As providências do governo têm muito mais caráter repressivo, como é tradição, do que de auxílio efetivo. No Ceará, de 100 prefeitos que exigiam medidas, o governador declarou despudoradamente: “podem pedir as tropas que quiserem”. E quando soube que mais de 500 camponeses ocuparam a feira municipal de Acopiara e se apoderara de frutas e cereais, tomou “providências: enviou forte contingente policial para “garantir a segurança da cidade”¹³⁰².

A paisagem das feiras eram tristes, homens e mulheres, segundo Efgard Chastel, professor de Agronomia do São Francisco (Bahia), comiam as frutas podres, alguns camponeses nordestinos “comiam ratos e se achavam descontentes porque o governo cogitava de realizar uma campanha pela extinção de sua única fonte de alimentação”¹³⁰³, outros se alimentavam de raízes e folhas. Esse cenário era um rastro do desespero desses trabalhadores e trabalhadoras que não sabiam mais como sobreviver e saciar a sua fome, os assaltos passaram a ser recorrentes em prol de levantar os produtos alimentícios. Por exemplo, na Paraíba, 2 mil camponeses atacaram o caminhão de café, “consumiram a carga e exigiram que o motorista lhes comprasse rapadura e farinha para alimentar suas famílias”¹³⁰⁴. Em Senador Pompeu, município do interior do Ceará, “500 flagelados entraram na cidade e reclamaram das autoridades que lhes fossem dados trabalhos e alimentação”¹³⁰⁵; mas nesse Estado os casos não paravam de acontecer. Em Mombaça mais de mil camponeses “foram às casas de

¹²⁹⁹ “Flagelos no Nordeste”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, setembro de 1970, p.4.

¹³⁰⁰ *Ibidem*.

¹³⁰¹ *Ibid.*

¹³⁰² *Ibidem*.

¹³⁰³ *Ibid.*

¹³⁰⁴ *Ibidem*.

¹³⁰⁵ *Ibid.*

comércio para obter comida”¹³⁰⁶, “outra multidão de camponeses cercou o prédio da prefeitura de Quixadá e obrigou o prefeito a fornecer-lhes refeições”¹³⁰⁷ e em Crato os “assaltos de trens e confiscos de suas cargas”¹³⁰⁸ eram recorrentes.

O governo militar ficou apreensivo com essas ações camponesas que ocorriam mesmo com o AI-5 e os teatros do horror cometidos em algumas regiões a fim de repudiar e construir um medo na população em relação aos militares. Essa disciplina pelo terror não estava fazendo efeito nos camponeses nordestinos. O pânico se generalizou na cúpula militar que governava o Brasil. Para o *Jornal A Classe Operária*,

O próprio ditador voou para o Nordeste. Desandou a fazer demagogia, mas só obteve como resposta o desprezo dos camponeses. Os órgãos de divulgação, que tiveram ordens de dar a mais ampla cobertura à visita de Garrastazu, mostram-se preocupados com a frieza e até mesmo hostilidade com que ele foi recebido pelos flagelados. Os camponeses, com toda razão, nem sequer levantaram-se para cumprimentá-lo. Responderam às suas ofensas (a um camponês – que comia apenas feijão perguntou se não gostava de uma “pinguinha”..) com ríspidas palavras: “queremos comida e trabalho”¹³⁰⁹.

A sua demagogia foi escancarada, e para tentar se aproximar dos camponeses criticou alguns de seus ministros, alegando que iria impô-los resolver urgentemente os problemas colocados pelos camponeses, “a demagogia, porém, tem pernas curtas”¹³¹⁰. O presidente da SUDENE, respondendo as críticas ao salário pago nas frentes, disse o seguinte: “Este salário é mais do que suficiente e não há necessidade alguma de pensar-se em alterá-lo”¹³¹¹. Os camponeses entenderam essa fala como um escárnio a sua posição, pois “o feijão adquirido pela SUDENE está estragado e não pode ser consumido”¹³¹².

A seca teve maior impacto no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, a multidão de camponeses resistiram a “tragédia da fome, da falta de trabalho e das injustiças”¹³¹³. A sua luta política era respaldada por uma imagem que os impulsionava a se levantar contra os que faziam descaso de sua situação. A imagem de corpos estirados nas estradas de retirantes, onde urubus se concentravam ao seu redor para comer as suas vísceras e as de seus filhos, bem

¹³⁰⁶ “Flagelos no Nordeste”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, setembro de 1970, p.4.

¹³⁰⁷ *Ibidem*.

¹³⁰⁸ “Intensifica-se a luta dos flagelados”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.41, ano 6, setembro de 1970, p.11.

¹³⁰⁹ *Ibidem*.

¹³¹⁰ *Ibid*.

¹³¹¹ *Ibidem*.

¹³¹² *Ibid*.

¹³¹³ “A seca e os problemas do Nordeste”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.43, ano 7, julho de 1970, p.1.

como a venda destes, fizeram os retirantes “manifestar inconformismo, a reivindicar com firmeza comida, trabalho e outros direitos”¹³¹⁴.

A seca de 1958 e a criação da SUDENE fomentaram um diferenciado olhar para o Nordeste e para o seu desenvolvimento. Com o Golpe civil-militar de 1964, os generais, que o fizeram, defendiam a ordem e o fim da corrupção, “trombetaram aos quatros ventos que a seca e seus resultados catastróficos haviam passado à história”¹³¹⁵. A partir disso, a SUDENE, sob a coordenação dos militares, divulgou uma imagem falaciosa de um “Novo Nordeste”, em um franco desenvolvimento nos anos 1960. Os camponeses não tinham terra para plantar e nem fábrica para trabalhar, a penetração das “trustes norte-americanas e de seus agentes”¹³¹⁶ e a incorporação de seus modelos requeria uma qualificação de mão de obra que camponeses não possuíam, nem tampouco os artesãos.

Isso se reforçara pelo abandono dos investimentos realizados pela SUDENE na agricultura e na política de irrigação. Essa prática governamental se voltou para a construção de indústrias no campo e na cidade a fim de desenvolver a região, provocando, assim, a diminuição do investimento e a falta de políticas públicas para o fortalecimento do setor primário que era sua principal atividade econômica. Por exemplo, o projeto RITA se favoreceu desse investimento. Contudo, com a falência de seus projetos fabris, o Nordeste não se industrializou e o setor agrícola se desmobilizou sem investimento e expectativas de recuperação.

A estiagem fora o fator que deu impulso e visibilidade ao que ocorria no campo, com a seca de 1970 a situação de miséria dos camponeses não foi possível ser amenizada pelos poderes locais, pois se formaram uma multidão reunida pela fome.

Devido, porém ao agravamento das condições das massas camponesas nordestinas, logo aos primeiros sinais da estiagem, revelou-se o desespero dos flagelados. Estes, em vez de rogar de Deus e aos poderosos, como antes, se dirigiram às cidades e exigiram das autoridades comida e trabalho. Quando não atendidos, confiscavam alimentos e os distribuíram entre si. Em dezenas de cidades, os prefeitos foram constrangidos a solicitar dos governos estaduais e central auxílio para satisfazer as necessidade imediatas dos camponeses. “Trata-se de fome e não de subversão. Não basta só a repressão “tiveram de admitir os alcaides. Outras formas de ação indicavam que os camponeses elevavam o nível de suas iniciativas. O movimento se avolumava”¹³¹⁷.

¹³¹⁴ “A seca e os problemas do Nordeste”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.43, ano 7, julho de 1970, p.1.

¹³¹⁵ *Ibid*, p.1-2.

¹³¹⁶ *Ibidem*, p.2.

¹³¹⁷ *Ibid*.

O falseamento dos dados do governo era denunciado pelo jornal *A Classe Operária* como um despudor para com os que precisavam se alistar nas frentes de serviço. Por exemplo, no Ceará até junho de 1970 trabalhavam 30 mil, “segundo os cálculos do governo, entretanto, isso beneficiava 500 mil pessoas”¹³¹⁸. Isso contribuiu para o aumento da insatisfação das massas camponesas.

No Ceará, destacamos os seguintes movimentos sociais: em Piquet Carneiro, “centenas de camponeses organizaram-se, pararam 3 trens de carga, confiscaram a mercadoria”¹³¹⁹ e distribuíram os alimentos entre as suas famílias; em Iguatu, os retirantes invadiram a cidade muitas vezes pedindo comida e trabalho, “confiscaram gêneros alimentícios e, por fim, enfrentaram resolutamente a polícia e os elementos do Tiro de Guerra”¹³²⁰; em Tauá, os camponeses também foram a sede do município para solicitar comida e trabalho. Nesse sertão do sudoeste cearense os flagelados “cansados das promessas”¹³²¹ foram em levante para a frente do Banco e da sede da prefeitura com mil lavradores. Nesse momento, os gritos ressoavam as suas reivindicações, afirmavam que só sairiam do local se fossem alistados nas frentes de serviço. A polícia entrou em confronto com eles, “quis prender alguns dos camponeses mais destacados, a massa se colocou firmemente contra tal arbitrariedade, dispondo-se a ir em peso para a cadeia”¹³²². De mãos atadas com o enfretamento e a luta dos camponeses, os “prepostos da ditadura foram obrigados, três dias depois, a alistar os flagelados numa nova frente de serviço”¹³²³.

Senador Pompeu, Solonópole, Independência, Campos Sales, Mombaça e Acopiara foram abandonadas pelos seus prefeitos. Esses administradores se retiraram dos municípios e se dirigiram à Fortaleza para se resguardar das cobranças e dos movimentos sociais dos camponeses que lhes requeriam ações para resolver os impasses listados. Diziam que essa atitude se fizera para se protegerem contra a “cólera dos camponeses”, pois “as forças repressivas do Estado ficaram atônitas em face do ânimo e da amplitude do movimento camponês”¹³²⁴. Esse medo da cólera se tinha devido ao receio de uma reação contra as tentativas de intimidação feitas por esses governos a essa multidão. Por exemplo, esses

¹³¹⁸ “A seca e os problemas do Nordeste”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.43, ano 7, julho de 1970, p.2.

¹³¹⁹ “Camponeses dão exemplo de luta”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.43, ano 7, julho de 1970, p.7.

¹³²⁰ *Ibidem.*

¹³²¹ *Ibid.*

¹³²² *Ibidem.*

¹³²³ *Ibid.*

¹³²⁴ *Ibidem.*

alcaldes usaram o “espantallo do “terrorismo” e propagaram “o boato de que tais movimentos não eram causadas pela fome e sim por agentes subversivos”¹³²⁵.

Para o jornal *A Classe Operária*, essa postura de repressão teve um efeito que os deixaram com medo do que aconteceria nesses municípios quando esse boato chegasse ao seu conhecimento. Por exemplo, em reação a ele “os camponeses multiplicaram as ações da invasão e confiscos e elevaram o nível de sua combatividade”¹³²⁶. Médici fora a Crateús para tentar conversar com os camponeses. Esses se organizaram e juntaram mil pessoas para marcharem até a entrada da cidade para entregar nas mãos do presidente os abaixo-assinados e petições, por exemplo, neles se exigiam o salário-mínimo de acordo com a promulgação da lei federal. O referido general, entretanto, “passou velozmente, demonstrando seu medo ao povo e que seu fim era enganar os camponeses e não ajudá-los de fato”¹³²⁷. O encontro entre o Presidente e a população local ocorreu quando entrou na cidade sendo resguardado pelos militares que o protegia. Dessa forma, os cultivadores sentiram o desprezo e o ódio que esse governante demonstrou ao fugir do encontro inicial. Na cidade protestavam a sua condição salarial e os motivos infundados do governo em não o aumentar, pois, “os oficiais e graduados do exército, destacados para manter a “ordem” nas frentes de trabalho, recebem 40 cruzeiros de diária extra além do soldo de 1.200 cruzeiros ou mais, por mês”¹³²⁸.

A não resposta do governo às reivindicações desse movimento impulsionava ações mais fortes e o levava a atos de confronto. Em Caririaçu, Itapipoca, Senador Pompeu e Arneiroz, a luta para a criação de novas frentes continuava apesar de saberem que dentro delas as condições dos trabalhadores eram desumanas. Levando isso em consideração, reclamavam também contra a “falta de medicamentos e de assistência médica”, a subalimentação e os “maus tratos”¹³²⁹. O sentimento de coletividade e irmandade, dada consciência de classe difusa, adentrava e permeava nos camponeses que se uniam por motivos coletivos e pela experiência da fome. Esses laços forjados no momento, de um estado de saciedade biológica e da privação da liberdade, impulsionavam ações de recíproca proteção, por exemplo “numa vila do sertão central, 300 camponeses armados tomaram, a cadeia pública local para libertar 2 companheiros injustamente presos”¹³³⁰.

¹³²⁵ “Camponeses dão exemplo de luta”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.43, ano 7, julho de 1970, p.7.

¹³²⁶ *Ibid.*

¹³²⁷ *Ibidem.*

¹³²⁸ *Ibid.*

¹³²⁹ *Ibidem.*

¹³³⁰ *Ibid.*

Os posseiros da Bahia também se levantaram contra os grileiros que buscaram retirá-los de suas terras, a polícia em vez de ajudá-los agiram violentamente em favor dos grileiros. Os lavradores assustados e encurralados adentraram nas matas baianas e começaram a pegar em armas para combater essa invasão. Primeiramente, fizeram uma emboscada e liquidaram dois soldados e o sargento-comandante. Um novo comandante organizou as tropas e cercaram novamente as terras dos posseiros, “só não enforcaram o novo comandante em atendimento às suplicas de um sacerdote”¹³³¹. A polícia se juntou com os jagunços e assassinaram dois camponeses “com mais de 200 tiros”¹³³². Essas mortes não foram por acaso, esses homens eram considerados as cabeças do movimento. Com a morte das “cabeças da resistência”¹³³³ também aumentaram as formas de repressão na localidade, o teatro do terror buscava abalar os posseiros e tirar-lhes a força de luta mediante o medo da morte e o sentimento de desolação com o assassinato de seus companheiros. Isso não fora suficiente para impedir o movimento. Então, os “grileiros e o governo apelaram para a surrada tática do engôdo e da mentira”¹³³⁴. Para isso, “afastaram o comandante odiado, ofereceram títulos de posse e fizeram promessas de compra das terras ocupadas pelos camponeses. Assim, esperavam acabar com a luta. Não se iludindo, os posseiros mantêm-se vigilante e imprimem maior vigor a sua resistência”¹³³⁵.

Para o jornal *A Classe Operária*, esse caso não era isolado, na região cacaueteira da Bahia a luta entre os cultivadores e os latifundiários eram constantes, as reivindicações daqueles eram em favor de melhores salários e de sobrevivência nas fazendas de cacau. As greves parciais eram uma estratégia de luta usada pelo grupo, por exemplo, através dela conseguiram acabar com o regime do “barracão”¹³³⁶. Com a seca de 1970, a diminuição da colheita promoveu a alta dos preços dos produtos alimentícios e a exploração dos assalariados: “a fome ronda os lares camponeses”¹³³⁷. Com esse medo, os trabalhadores se uniram para que o patrão não despedisse os seus companheiros, em uma defesa mútua fortalecida pelos laços de amizade e grupais. Para o jornal *A Classe Operária*,

Como demonstram os fatos, a Bahia não é um “oásis de paz e progresso” como a ditadura apregoa. Ao contrário, agravam-se as contradições de classes. Os velhos males do regime avolumam-se. A reação procura reprimir violentamente qualquer

¹³³¹ “Lutam os camponeses da Bahia”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.46, ano 7, outubro de 1970, p.11.

¹³³² *Ibidem*.

¹³³³ *Ibid.*

¹³³⁴ *Ibidem*.

¹³³⁵ *Ibid.*

¹³³⁶ *Ibidem*.

¹³³⁷ *Ibid.*

protesto popular. Mas tudo será, em vão. As massas populares se dispõem cada vez mais a lutar. E lutam¹³³⁸.

Os movimentos sociais no Ceará também se tornaram mais intensos no segundo semestre de 1970. Quixeramobim foi invadida em outubro de 1970 por mais de 1.500 flagelados que “saquearam o comércio e permaneceram concentrados nos arredores”¹³³⁹; as ameaças desse grupo eram constantes e para sua moeda de troca requeriam que fossem providenciadas vagas de trabalho. Em Catarina, os cultivadores revoltados invadiram o prédio da prefeitura municipal e saquearam o seu comércio, levando, principalmente, farinha, rapadura e feijão. Em Canindé, no dia 14 de outubro de 1970, os flagelados “exigiam emprego nas frentes de trabalho”¹³⁴⁰, por isso “para evitar o saque do comércio, o prefeito mandou distribuir gêneros alimentícios aos camponeses”¹³⁴¹. Esse agravamento da situação se dera com a redução da safra de algodão e a falta de vagas nas frentes de trabalho criadas no referido ano: “protestos e até greves se manifestam nas construções de rodovias e açudes”¹³⁴².

Para se utilizar de formas de contentamento ou que favorecessem um círculo de encantamento promotor do esquecimento de sua condição social, por exemplo, a ditadura militar usou o futebol para promover dias de calmaria nas frentes de serviço: o governador de Pernambuco, visando camuflar a situação problemática em que vivia a população mais pobre de seu estado “enviou dezenas de bolas de futebol para as frentes de trabalho do Alto Sertão”, em suas entrevistas nos jornais locais expunha que se fizera isso “para levantar a moral dos flagelados” ato apoiado pelo superintendente da SUDENE sob o argumento de que as bolas “farão com que os flagelados esqueçam os seus sofrimento”¹³⁴³. O Bispo de Afogados, criticou essa postura dizendo o seguinte: “as necessidades dos flagelados são outras [...] Eles passam fome nas frentes de trabalho, desmaiam de inanição. A diária que recebem, de dois cruzeiros, não dá para um quilo de feijão”, isto é, “há flagelados bebendo lama, à falta de água e comida”, bem como “grassam as doenças nas frentes de trabalho”: gripe, sarampo, varíola e tifo¹³⁴⁴.

À falta de água, muitos chegam a beber lama. Sem assistência médica e remédios, centenas de pessoas, principalmente crianças, cujos organismos debilitados pela

¹³³⁸ “Lutam os camponeses da Bahia”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.46, ano 7, outubro de 1970, p.11.

¹³³⁹ “Flagelados exigem comida e trabalho”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.46, ano 7, outubro de 1970, p.12.

¹³⁴⁰ *Ibidem*.

¹³⁴¹ *Ibid.*

¹³⁴² *Ibidem*.

¹³⁴³ *Ibid.*

¹³⁴⁴ *Ibidem*.

fome não têm resistência às doenças, morrem diariamente vitimadas pelo sarampo, a gripe, o tifo e outras enfermidades. Isso, depois do ministro da saúde da ditadura, após inspeção no local, ter afirmado que ninguém morreria por falta de remédios¹³⁴⁵.

Segundo o jornal *Unitário*, em Fortaleza, o delegado federal de Saúde, o médico Bolivar Bassos Gonçalves, pedira ao Ministério da Saúde 50 mil doses de vacina antitíficas em prol de socorrer os enfermos das frentes de serviço do Ceará, por exemplo, no interior do Estado crescia os casos de Poliomielite¹³⁴⁶.

Além disso, as multidões se movimentavam em seus quatro cantos. 200 flagelados invadiram Aracoiaba. Isso acontecia pela segunda vez no mesmo ano, reforçando o clima de insegurança para a população local que também estava faminta e na miséria. O DNOCS até aquele momento não tinha liberado as verbas necessárias para a abertura das frentes de serviço. Dessa forma, o político Tadeu Amaro, candidato à prefeitura municipal, convidou os invasores para um ginásio com a ajuda de grupos locais, Igreja e professores, buscando alimentá-los. Essas iniciativas visavam proteger e responder aos questionamentos dos comerciantes locais, por exemplo¹³⁴⁷.

Nesse intuito, criara-se a Campanha Nacional de Alimentação Escolar que buscou alimentar as crianças dos flagelados no período de férias. Pedro Almino, diretor da Campanha, tinha como foco em 1970 também aquelas que não estavam matriculadas nas escolas dos municípios cearenses. Essa campanha visava atingir a faixa etária de 3 a 7 anos, bem como as crianças em idade escolar. Para ele, tinha-se “300 toneladas de leite em pó, seis toneladas de feijão, dez toneladas de aveia, 40 toneladas de CSM – produto que contém leite, soja e milho, e dez toneladas de trigo laminado”¹³⁴⁸.

¹³⁴⁵ “Nordeste: extinção das frentes agrava situação”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.47, ano 7, novembro de 1970, p.6.

¹³⁴⁶ “Pedidas mais vacinas para os flagelados”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.211, quarta-feira, 21 de outubro de 1970, p.2.

¹³⁴⁷ *Ibidem*, p.6.

¹³⁴⁸ “Alimentação para os filhos dos flagelados”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.115, terça-feira, 27 de outubro de 1970, p.2.

Figura 15 - “Em busca de abrigo”



Fonte: “Políticos corrompem flagelados”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LXVIII, n.24.124, terça-feira, 10 de novembro de 1970, p.1.

Esta foto acima fora estampada em um dos principais jornais de longa tiragem no Ceará, o Unitário. Anterior a foto se colocara o título “Em busca de abrigo”, entretanto a matéria denunciava o uso dessa condição de fragilidade pelos políticos, que se aproveitavam do sofrimento e da miséria dessas famílias para se elegerem. Relatavam que, aproximadamente, 10 famílias chegavam diariamente na Capital vindas do interior. O sofrimento e a tristeza eram sentimentos mais enfatizados pelo colunista. Para ele, o sorriso das crianças simbolizava o cansaço do percurso percorrido e do desespero de não ter pão e nem farinha para saciar sua fome. Esse discurso impactante pela imagem que se descrevera fazia parte das artimanhas de urdir um regime de verdade ao fato relatado, que tinha a finalidade de delatar os usos e abusos de tal condição pelos políticos locais como, por exemplo, era acusado o deputado estadual arenista, Wilmar Pontes¹³⁴⁹.

Tal parlamentar estaria comprando os votos dessas famílias vulneráveis, usando como moeda de troca alimentos, roupas ou dinheiro em espécie. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) investigava tal denúncia, principalmente a dada pelo deputado Wilson Roriz da situação irregular que ocorria no Cariri. Para isso, reuniu-se a Polícia Federal, o DOPS e os departamentos locais em prol de resolver tal problema¹³⁵⁰.

Em novembro a imprensa cearense divulgava que o número de flagelados diminuiria. Esse dado dava bases para o decréscimo das frentes de serviço e dos investimentos federais em prol do auxílio a essas famílias, por exemplo, afirmavam que passara de 72.405 alistados

¹³⁴⁹ “Políticos corrompem flagelados”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LXVIII, n.24.124, terça-feira, 10 de novembro de 1970, p.1.

¹³⁵⁰ *Ibidem*.

para 64.070¹³⁵¹. Dessa forma, a SUDENE iniciou um plano para liberar esses flagelados das frentes, como a diminuição de seu regime de serviço, por exemplo, dando-lhes mais tempo para que fizessem a sua própria plantação. O DNOCS fez uma reunião com os seus engenheiros para construir um cronograma que demarcava janeiro e fevereiro de 1971 como data de sua desmobilização total, como também prometera que os agricultores teriam a ajuda do órgão para a normalização de suas atividades¹³⁵².

A situação de miséria aumentou no Nordeste em dezembro de 1970, retornou-se “a invasão de cidades interioranas por famintos à procura de alimentos e de serviço remunerado”¹³⁵³. Por exemplo, Brejo Santo, localizada no Ceará. Espalhavam-se boatos e clamores no discurso público sobre uma leva de homens e mulheres famintos que se aproximavam de seu território, seus políticos e sua elite local se posicionaram contrárias a atitude de corte orçamentário do governo mediante o medo e o temor que tal boato viesse a acontecer, ou seja, a efetivação em seus espaços de novas migrações, saques e invasões. Expunham desta forma a sua angústia perante tal impasse: “se, porventura, as chuvas retardarem e as frentes forem todas extintas, dentro do prazo preconizado pela SUDENE, então não saberíamos dizer o que poderá acontecer”¹³⁵⁴.

Em dezembro de 1970, os administradores das frentes iniciaram uma maratona de dispensas de trabalhadores alegando motivos de saúde, não fizeram mais alistamento de novos e diminuíram o número de funcionários que atuavam nessa atividade pela SUDENE¹³⁵⁵. Nessa perspectiva, 100 trabalhadores fizeram uma reunião com o engenheiro José Guilherme, responsável e coordenador das frentes de serviço no Ceará (9 frentes e 5 sub-frentes). Em tal encontro Guilherme transmitiu e usou o seu poder de fala para desmobilizar esses trabalhadores, plano esse feito e defendido pelo governo estadual. Uma das alegações dadas por esse funcionário público era a de que se o inverno não fosse bom, se organizaria um plano de assistência e, para corroborar com essa ideia, mencionou o caso da SEVOME e a fundação do plano de Nucleação artificial em Pernambuco. Para o jornal *A Classe Operária*,

A pretendida extinção das frentes de trabalho encerra uma dupla jogada: de um lado, o trabalho conjunto permite aos camponeses discutir seus problemas, melhor se organizar e lutar por seus direitos. Manifestações de descontentamento se verificam

¹³⁵¹ “Cai frequência de flagelados às frentes”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.125, quarta-feira, 11 de novembro de 1970, p.2.

¹³⁵² “A sudene e as secas”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.132, sexta-feira, 20 de novembro de 1970, p.4.

¹³⁵³ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. *Frentes de serviço: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970*. Fortaleza: DNOCS, 197, p.4.

¹³⁵⁴ *Ibidem*, p.4.

¹³⁵⁵ *Ibidem*, p.8.

nas frentes de trabalho, como por exemplo em Quixelô (Ceará), onde os camponeses foram à greve e obrigaram a administração a reduzir a tarefa individual dos trabalhadores de remoção diária de 20 metros cúbicos de terra para 4 apenas, além de terem obtido água limpa para beber no serviço e nos barracos e um maior fornecimento, pela COBAL, de gêneros alimentícios a preços mais baixos. O segundo objetivo da ditadura, ao extinguir as frentes de trabalho, é forçar os camponeses do Nordeste a irem trabalhar na Transamazônica. Na realidade, apesar de toda a pressão que exercem, os governantes não conseguem arrastar, nem mesmo à força os camponeses da região para a morte na região amazônica¹³⁵⁶.

Por exemplo, mais de 3 mil famílias cearenses foram consultadas pelo INCRA se gostariam de participar desse projeto, 200 se colocaram à disposição¹³⁵⁷: “A conclusão do INCRA é que os camponeses não confiam no governo nem em suas promessas. Preferem enfrentar a seca e a exploração dos latifundiários, como vêm fazendo, a deixar-se explorar numa região inóspita e insalubre”¹³⁵⁸.

Na tentativa de acalmar uma possível retaliação quando repassava as notícias relativas ao desmonte da estrutura das frentes de serviço, Guilherme destacou que os flagelados teriam uma ajuda financeira para que retomassem as atividades agrícolas. O início de tal subsídio, portanto, marcou o fim da antiga forma de assistência por conta da seca praticada pelo governo¹³⁵⁹. Uma resistência a tais programas que se implantaram teve um contra discurso, ou segundo Scott, um discurso oculto que mostrava a sua resistência, resguardando a identidade dos sujeitos que participavam dessas ações¹³⁶⁰. Portanto, esse mover de um grupo que tinha uma pauta naquele momento em comum causava aflição para os que as recebiam, pois se poderia promover motins.

Em 25 de dezembro, mil homens invadiram Itapajé, colocando suas condições aos poderes públicos locais: trabalho e comida. O prefeito do referido município os orientou a irem para Fortaleza conversar com o governador. Essa disputa e jogo entre os poderes era uma forma de colocar empecilhos e desmobilizar essa multidão, que pertencia a “Serrote Sêco e Oiticica onde desenvolviam atividades agrícolas em sítios e pequenas roças”¹³⁶¹. O prefeito Jauro Barros solicitava ao governo estadual a autorização de aumentar as vagas da frente responsável pelo açude Moçó e o de Irauçuba.

¹³⁵⁶ “Nordeste: extinção das frentes agrava situação”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.47, ano 7, novembro de 1970, p.6.

¹³⁵⁷ “Deslocamento forçado de camponeses”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.48, ano 7, dezembro de 1970, p.2.

¹³⁵⁸ *Ibidem*.

¹³⁵⁹ MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL/SUDENE. Frentes de serviço: estudo sócio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Fortaleza: DNOCS, 1971, p.8.

¹³⁶⁰ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra livre, 2013.

¹³⁶¹ “Seca volta a ser espantinho”. **Jornal Unitário**, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.132, terça-feira, 25 de dezembro de 1970, p.3.

O prefeito Jauro Bastos se retirou da cidade para ir diretamente à sede da SUDENE em Fortaleza para requerer o auxílio para resolver o problema. A mobilização dessas pessoas para adquirir os elementos de sua subsistência causou temor de que se implantasse uma situação de violência incontornável no município. Tal prefeito negociou com o coordenador desse órgão que repassava os cortes orçamentários e a política de desmonte da velha política de assistência no período da seca. Contudo, ele não poderia voltar ao município sabendo que a opinião pública local esperava uma resolução. Então, defendeu a ampliação de uma frente de serviço no município de Irauçuba. Para Bastos, os camponeses poderiam ser “aproveitados na construção do açude Mocó”; tal iniciativa resolveria “um problema de ordem social e acima de tudo de ordem humana”. No Cariri, além de Brejo Santo, Nova Olinda passou por dificuldades com o aumento dos flagelados em seu território, pois “não há qualquer produção, qualquer atividade em roça, pois não existem as mínimas condições para tanto. Os agricultores famintos procuram a prefeitura”¹³⁶².

Em Assaré, Canindé, Meruoca e Irauçuba, dentre outros no Ceará iniciaram novamente os saques ao comércio local com a finalidade de conseguir “trabalho e comida”¹³⁶³. No ano de 1970, a ditadura passou a realizar campanhas que buscavam supostamente treinar os soldados das Forças Armadas e os pertencentes às forças estaduais, chamadas “operações anti-guerrilhas”¹³⁶⁴. Os camponeses questionavam esse teatro do horror, que além de uma demonstração de força militar e de violência com os que chamavam de subversivos, era uma forma de intimidá-los, e sabiam que esses subversivos eram todos aqueles que se colocavam contrários ao governo e reivindicavam os seus direitos perante um Estado autoritário.

Por exemplo, nesse momento acontecera uma “verdadeira orgia de violências” desencadeadas “contra os habitantes dos arredores de Fortaleza”¹³⁶⁵. A imagem de força desse tipo de governo militar se deu pela força simbólica de possuir armamentos. Esse desejo não custava barato, ou seja, o referido regime não poupava investimentos nesse setor. Os camponeses criticaram essa atitude governamental que gastara uma quantia expressiva nesses supostos treinamentos em outubro de 1970, causando terror e mortes no Ceará. Para o jornal *A Classe Operária*,

¹³⁶² “Seca volta a ser espantalho”. *Jornal Unitário*, Fortaleza, ano LXVIII, n.20.132, terça-feira, 25 de dezembro de 1970, p.3.

¹³⁶³ “Nordeste: extinção das frentes agrava situação”. *Jornal A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n.47, ano 7, novembro de 1970, p.6.

¹³⁶⁴ *Ibid.*

¹³⁶⁵ *Ibidem.*

Foi tão grande a repercussão negativa, que o comando da 10ª Região Militar se viu obrigado a, pelo rádio e imprensa, dar constantes notícias procurando tranquilizar a população, estarecida e indignada com as arbitrariedades. Mas as demonstrações de força não resolvem os problemas dos flagelados. Estes, sob as palavras-de-ordem de COMIDA E TRABALHO, vão intensificando suas lutas e se organizando melhor. A força dos trabalhadores organizados e dispostos a tudo é a única que os militares que assaltaram o Poder respeitam e temem¹³⁶⁶.

Essa conjuntura dos anos 1960 e 1970 afetou a construção e a permanência do Projeto Asimow, pois as indústrias projetadas se ligavam à produção do campo, em outras palavras, eram chamadas indústrias rurais de beneficiamento dos produtos agrícolas e faziam parte de um plano mais amplo de industrialização do campo. As duas imagens sobre o Nordeste aqui mencionadas, a seca e o comunismo, moveram iniciativas para tal fito visando resguardar o seu território, mas, ao mesmo tempo, a estrutura social vigente. Quando se propôs construir tais empresas, colocando em parcerias universidades brasileiras e norte-americanas, o principal elemento a ser levantado pelos seus técnicos foi a força do capital privado interno das localidades atingidas para traçar sua possível fundação, haja vista que tal elemento era colocado pelo professor Morris Asimow como fundamental para a implantação de seu projeto. Esse desejo de industrialização também ocorria em outras partes, países pobres incorporavam esse discurso e o modelo estadunidense que vinha associado a ajudas financeiras. O projeto RITA, ao se tornar parte das ações da USAID, também teve uma ampliação para além de sua região piloto, que, primeiramente, foi o Cariri cearense, e posteriormente ampliou-se para o Nordeste brasileiro.

No próximo tópico, analisaremos alguns indícios de sua existência em outras partes do mundo, bem como a propagação de Morris Asimow como articulador e propagador do RITA nesses outros locais dentro e fora do continente americano. Não tencionamos aprofundar essas questões, mas indicar seus rastros, haja vista que para fazer uma imersão nessas temáticas precisaríamos acessar o rol de documentação existentes sobre o RITA nos Estados Unidos, como também nos países afetados. Enfim, o que alicerçava sua expansão para além das Américas?

7.2 Para além das Américas

Os americanos conheciam os riscos de uma publicidade exclusivamente “ideológica”. Palavras de ordem como “nação”, “vitória”, “futuro”, “povo”, ditas ao sabor de seu próprio significado, lembravam discursos dos ditadores europeus nazi-

¹³⁶⁶ “Nordeste: extinção das frentes agrava situação”. **Jornal A Classe Operária**, Rio de Janeiro, n.47, ano 7, novembro de 1970, p.6.

facistas. A grande vantagem americana era a maneira como atrelavam essas palavras a uma outra: consumo [...]. Na paradoxal situação de uma “guerra sem guerra”, o consumo se tornou o motor do desenvolvimento tecnológico”¹³⁶⁷.

As ideias que emanavam do fio condutor demarcado pelo discurso de industrialização se alicerçavam na imagem de conforto, consumo, tecnologia e ciência, levavam em seu bojo o olhar e as bases ideológicas de quem propunha o seu modelo como o mais viável. Conforme Tota, tais bases eram camufladas a fim de adentrar nos territórios. Essa estratégia se fazia para penetrar mediante essa brecha e ultrapassar as resistências associadas ao discurso de identidade e soberania nacional presente nos países em processo de descolonização a partir de 1945¹³⁶⁸.

A imposição direta e escancarada dos ideais norte-americanos em determinada nação não surtiria efeitos positivos, mas aguçaria a resistência existente sobre as práticas imperialistas antigas e as que se formulavam após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Visentini, a descolonização afro-asiática nasceu em uma época de crise dos modelos imperialistas antigos e a ascensão de novos. Nessa visão, os Estados Unidos figuravam neste segundo grupo, cujos programas de investimento de capitais ultrapassavam as suas fronteiras. O seu crescimento na política e economia internacional favoreceu a instalação de suas empresas nos territórios que aceitavam o seu pacto. Para o referido historiador, essa disputa ocorria entre os EUA e os países liberais europeus na incorporação de novos domínios por meio de uma nova forma de imperialismo, denominado nesta tese como sendo de fisionomia cultural¹³⁶⁹.

Essa fisionomia revelava a sua fachada, aquilo que chegaria e venderia de forma direta, mas isso não significava dizer que não influenciavam econômica e politicamente. Pelo contrário, o uso da expansão da cultura americana se ligava a maneira como essa sociedade se colocava em relação a tais áreas. Andar por esses caminhos era nadar na sutileza do cotidiano, semear um terreno propício para a frutificação do desejo de ser como os EUA. Esse anseio de espelhamento, de aproximação em prol de galgar também aquele lugar de poder, transformava-se na prática em posições de submissão e subserviência onde tal anseio passava a ser projetado para um futuro inalcançável.

Em relação aos países africanos, para Visentini, as nações ocidentais que defendiam o modelo liberal se inquietavam pela aproximação firmada entre algumas dessas novas nações

¹³⁶⁷ TOTA, Antonio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2013, p.189.

¹³⁶⁸ *Ibidem*.

¹³⁶⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. As independências, o neocolonialismo e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

com a URSS e a China popular¹³⁷⁰. Pensarmos, então, esse território é ter em mente a diversidade cultural e social do continente, as rivalidades interafricanas existentes e aguçadas pela colonização. Por exemplo, a particularidade da África do Sul que construiu o *Apartheid*, difere da realidade sociocultural do restante do continente¹³⁷¹.

Portanto, verificamos os discursos construídos sobre a implantação do RITA em outros países enquanto inscrições da violência imperialista¹³⁷² em relação aqueles para os quais foram endereçados. Caminhando por uma análise textual, detectamos os rastros da diferença imersos em um saber-poder encarnados por esses projetos, como também as fissuras contidas no que foi idealizado na tentativa de desnaturalizar a imagem inventada por Morris Asimow.

O RITA, ao mesmo tempo em que se espalhou no Nordeste brasileiro, ultrapassou as fronteiras nacionais chegando a atingir outros países. Para Abrahams, “os projetos Asimow foram realizados posteriormente em cinco estados do Nordeste do Brasil, Equador e México. Os projetos estão agora em vários estágios de desenvolvimento nas Filipinas, Coréia do Sul, Tailândia e em vários países da América Central e do Sul e África”¹³⁷³.

A sua expansão se deu mediante a propaganda implementada por Morris Asimow e a USAID, bem como sua incorporação às políticas de ajuda técnica e financeira do governo norte-americano aos países mais pobres. Nos EUA, essa encampação teve resistência de alguns técnicos do órgão e políticos estadunidenses. Por exemplo, em uma conversa via telegrama entre o deputado Otto Passman e Rutherford Poats, este comentou que a USAID disponibilizaria a quantia de 150 mil dólares para a implantação do RITA na Coreia do Sul, como também técnicos e estudantes norte-americanos para atuarem no projeto no verão de 1966. Para isso, escolheu a Universidade de Michigan como seu responsável. Para Poats,

O objetivo do programa, como você vê aqui, é envolver as universidades da Coréia na administração prática de negócios e na gestão de negócios, algo que é chamado nesta extensão industrial do país. Está levando adiante no campo industrial o que

¹³⁷⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes. As independências, o neocolonialismo e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013; MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Portugal: Edições Pedagogo, 2013; MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

¹³⁷¹ CHAZAN, Naomi (Org). **Politics and societs in contemporary Africa**. United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1999.

¹³⁷² SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹³⁷³ “Asimow Projects subsequently have been undertaken in five states of the Northeast of Brazil, Ecuador and Mexico. Projects are now at various stages of development in the Philippines, South Korea, Thailand and in several countries of Central and South América and Africa”. ABRAHAMS, Allen. **Engineers, entrepreneurs and the Asimow Project**. Proceedings, conference on Engineering in a Developing Economy (“University of the West Indies”), 1965, p.45, tradução nossa.

tem sido tão bem sucedido na extensão agrícola pelas universidades. Eles precisarão de uma pequena equipe no ano fiscal de 1966, trabalhando em detalhes neste projeto e selecionando os participantes para treinamento. A equipe completa chegaria e iria trabalhar em um projeto específico daqui a um ano¹³⁷⁴.

A justificativa para sua implantação era a sua propagação e os bons resultados que supostamente se colhia no Nordeste brasileiro. Para Poats, no início de 1966 funcionavam 13 indústrias nesse espaço. Contudo, o importante, para ele, não eram as fábricas e a possibilidade de emprego gerado com sua criação, mas “mais importante, em minha opinião” que o RITA “mudou a atitude dos departamentos de negócios e economia das universidades nessa área e os converteu na tendência de ter uma visão doutrinária ou clássica de como ajudar os negócios e como se envolver nos negócios”¹³⁷⁵. Passman criticou Poats dizendo que para ele o projeto não era bom, mas torcia para que desse certo, pois a USAID só apoiaria algo viável¹³⁷⁶.

Na correspondência entre Silvio O. Conte e David Bronheim sobre as potencialidades do desenvolvimento de pequenos negócios na América Latina se destacara o RITA como um importante programa que implantava pequenas empresas por meio de poucos investimentos. Por exemplo, na “Nicarágua, segundo a qual o Banco Nacional administra um fundo para empréstimos a pequenos empresários que não conseguem obter crédito das fontes normais”¹³⁷⁷. Esse tipo de crédito se coligava a um conselho comercial e a um programa de supervisores de crédito da USAID, que fazia uma avaliação para decidir os que permaneceriam ou não com a Assistência técnica-financeira.

O fundo desse empréstimo era aproximadamente de 2 milhões de dólares. Até dezembro de 1966 a USAID formava 574 pessoas por ano pelos programas de assistência técnica em projetos de consultoria comercial e industrial. Isso chegou a ter um gasto de 20

¹³⁷⁴ “The purpose of the program as you see here is to involve the universities in Korea in practical business administration na business management, something that is called in this country industrial extension. It is carrying forward in the industrial field what has been so successful in the agricultural extension by universities. They will need to have a small team in fiscal year 1966 working up this project in detail and selecting the participants for training. The full team would arrive and go to work on particular project 1 year hence”. U.S. **Congress House Committee on Appropriations**. Hearings, v.8; 89th Congress, 1st session, Washington: U.S. Government Printing Office, 1965; **Foreign Assistance and Related Agencies Appropriations for 1966**. Independent offices Appropriations for 1966, v.09. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966, p.1096, tradução nossa.

¹³⁷⁵ “more important in my opinion it has changed the attitude of the business and economics departments of the universities in that area and converted them from a tendency to have a doctrine or classical view of how to help business and how to be involved in business”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹³⁷⁶ *Ibid*, p.1097, tradução nossa.

¹³⁷⁷ “Nicaragua whereby the National Bank administers a fund for loans to small businessmen people who are unable to obtain credit from the normal sources”. U.S. **Economic Assistance Statement of the Secretary of state testimony of members of congress, interested organizations and individuals**. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966, p.718, tradução nossa.

milhões de dólares. Segundo dados disponibilizados pelo conselho econômico da USAID, entre 75% e 80% desse investimento foram em projetos de pequenas e médias empresas (comércio e indústria), dentre eles temos os que se congregaram no RITA. Esse programa de treinamento contemplou 879 latinos que fizeram cursos nos Estados Unidos da América. Em 1966 se programou recrutar jovens para participar desses programas. Para isso, estipulou-se a quantia entre 100 e 150 candidatos para estudar de duas semanas a um ano¹³⁷⁸. O mapa abaixo, construído pela Missão Norte-americana sobre a América, destacara o papel estratégico do Brasil diante dos outros países do continente.

¹³⁷⁸ U.S. Economic Assistance Statement of the Secretary of state testimony of members of congress, interested organizations and individuals. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966, p.718, tradução nossa.

Mapa 1 - América Latina



Fonte: U.S. Report of the Special study mission to the Dominican Republic, Guyana, Brazil and Paraguay. 90th Congress, 1st Session-House of representatives, report n°219. Washington: U.S. Government Printing Office, May 1, 1967, p.1.

Na América Andina, especialmente, na Bolívia, Colômbia, Equador e Peru se construiu também um programa de assistência visando os seus artesãos e os artesanatos rurais. Isso favorecia o desenvolvimento da indústria artesanal e a sua propaganda para a comercialização no exterior. Por isso, “um total de 15 especialistas foram enviados para a área de quatro países para ajudar a melhorar o design dos produtos e organizar a produção. Estimase que 60.000 andinos tenham se beneficiado com este programa”¹³⁷⁹.

Na República Dominicana se investiu 100 mil dólares pela USAID para auxiliar pequenos empresários e artesãos que tinham também o investimento privado, comercial e dos bancos locais¹³⁸⁰. Posteriormente, citou-se a experiência do RITA-Brasil e mencionou-se que quase 25 pequenas empresas estavam funcionando devido ao projeto, realçando que a USAID tencionava realizar consultorias desse tipo também nos EUA, que tinha como meta atrair novos empreendimentos para o seu território que visassem o desenvolvimento da comunidade¹³⁸¹. Essa ajuda norte-americana a esse país, que se dera a partir de 1961, mergulhava-o em um conflito externo político, pois os presidentes Kennedy e Johnson dos Estados Unidos da América expunham que sua ajuda era em favor do desenvolvimento e do fortalecimento do regime democrático da República Dominicana. Contudo, segundo Ayerbe, na prática era a continuação da política *big stick*¹³⁸² do presidente Theodore Roosevelt com uma nova roupagem, em que se trocou a Inglaterra pela URSS¹³⁸³.

Esses dados foram mencionados por David Bronheim a fim de responder ao questionamento de Silvio O. Conte para dizer que a Nicarágua não estava sozinha, que existiam tais experiências e grupos em outros países: “Sei que na Nicarágua o governo patrocina o que se aproxima do equivalente a um programa de administração de pequenas empresas projetado para promover esse tipo de empresa de pequeno porte e que também estuda a possibilidade de investimento. Agora, estamos vendo algo assim para alguns outros países”¹³⁸⁴.

¹³⁷⁹ “a total of 15 specialists were sent to the four-country area to help improve design of products and to organize production. It is estimated that 60,000 Andeans have benefitted from this program”. U.S. **Economic Assistance Statement of the Secretary of state testimony of members of congress, interested organizations and individuals**. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966, p.718, tradução nossa.

¹³⁸⁰ *Ibidem*.

¹³⁸¹ *Ibid*.

¹³⁸² Estilo diplomático construído pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1901-1909) como resultado da Doutrina Monroe (1823) que defendia a criação de uma política externa para obstruir a intervenção europeia, particularmente britânica, na América.

¹³⁸³ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

¹³⁸⁴ “I know in Nicaragua the Government sponsors what comes close to the equivalent of a small business administration program designed to promote this kind of small business na also survey the possibility of investment. We are now looking at something like this for a couple of the other countries”. U.S. **Economic**

Em 1968, o RITA tinha os estudos de viabilidade de 23 indústrias e 8 novas para serem arquitetadas. Além disso, 44 técnicos receberam formação nos EUA destacando as seguintes áreas: promoção industrial, os estudos de viabilidade do *design* e de engenharia industrial¹³⁸⁵.

Na troca de correspondência entre V.R.Hansen e David Bronheim, um dos temas tratados fora o término do contrato do RITA. Nessa documentação, se anexou o seguinte documento: “Termination of Rita contract in Northeast Brazil”. Nele primeiramente se fez a sua apresentação, sua amplitude espacial, suas relações com as Universidades norte-americanas e brasileiras. Em novembro e dezembro de 1966, os congressistas Selden e Mailliard da *House Committee on Foreign Affairs* fizeram uma avaliação sobre ele. Essa atividade levou-os a realizar duras críticas ao RITA. O Comitê sugeriu que a Missão da USAID no Brasil fizesse revisões dele e uma consulta independente aos participantes, essa pesquisa durou, então, seis semanas.

Nesse período, empreendeu-se uma análise financeira e estrutural de seus propósitos, por exemplo, verificaram as plantas da LUNA S/A e da Eletromáquinas S/A no Ceará; como também a análise dos programas realizados em Pernambuco, Alagoas e Bahia. Isso os levou as seguintes conclusões: 1- insuficiência do financiamento do governo brasileiro; 2 - a falta de investimento do capital privado, pois o retorno do RITA não era alto e rápido como propagavam; 3 - o não uso dos técnicos existentes no Brasil; 4 - em alguns estados a comunidade não teve interesse em apoiar; 5 - as dificuldades econômicas e de propaganda prejudicaram a permanência e a lucratividade das empresas¹³⁸⁶.

Isso provocou, em 1968, uma eliminação progressiva de projetos e parcerias entre a USAID e as universidades norte-americanas, a saber, a San Francisco State College, Brooklyn Polytechnic Institute e Colorado State University. Por exemplo, iniciou-se investindo 450 mil dólares, mas com os cortes em 1968 o investimento passou a ser de 285 mil dólares¹³⁸⁷. Vejamos um trecho da conversa entre os dois:

Sra. Hansen: Observo que, no projeto de indústria e comércio da página 35, você está solicitando pelo menos US \$ 285.000 para atividades da RITA. O relatório selden da Missão Especial de Estudo para a América Latina recomendou a

Assistance Statement of the Secretary of state testimony of members of congress, interested organizations and individuals. Washington: U.S. Government Printing Office, 1966, p.718, tradução nossa.

¹³⁸⁵ U.S. **Agency for international development Alliance for progress.** Program and Project Data. Presentation to the Congress – Fy. Washington: U.S. Government Printing Office, 1969, p.43.

¹³⁸⁶ U.S. **Congress House. Foreign Assistance and Related Agencies Appropriations for 1968** (Part 2: Economic Assistance). Washington: U.S. Government Printing Office, 1967, p.1391-1392.

¹³⁸⁷ *Ibidem.*

interrupção deste projeto. Você propõe seguir em frente, apesar das recomendações dessa missão especial de estudo do Comitê de Relações Exteriores da Câmara?

Bronheim: Não. Levamos muito a sério o relatório e, na verdade, estamos cortando. O contrato que eu mencionei para você.

Sra. Hansen: Suas estimativas de orçamento refletem esse corte?

Sr. Bronheim: Sim.

Sra. Hansen: Então o comitê poderia cortar esses US \$ 285.000.

Sr. Bronheim: Não inteiramente.

Sra. Hansen: Bem, por que não?

Sr. Bronheim: Existem cinco contratados. Planejamos rescindir contrato em três estados brasileiros em 30 de junho de 1968.

Sra. Hansen: É melhor você nos apresentar um relatório sobre exatamente o que está encerrando e o que não está.¹³⁸⁸

Ao mesmo tempo em que se ampliava pelo Brasil e por outros países, o RITA era criticado. O seu objetivo inicial não foi alcançado, por exemplo, aquele formulado por Morris Asimow com o projeto piloto no Cariri. Dentre as críticas colocadas, destacavam que não se esperou a consolidação dos primeiros projetos fabris para ampliar a experiência e que a USAID fez isso de forma rápida e simultânea, requerendo, assim, uma estrutura organizativa inexistente. Em 1962, enquanto os projetos fabris se concentravam apenas no Cariri, o professor Asimow conseguia dar suporte. A partir de 1964 os projetos se ampliaram em pouco tempo para os outros estados e países, a sua tutela teve que ser dividida sem conseguir estruturar uma equipe para acompanhá-los, as Universidades que eram incorporadas mandavam os seus técnicos que muitas vezes tiveram um contato direto com a teoria de Morris Asimow no Brasil.

Do continente africano, onde alguns países tinham vivenciado o processo de descolonização recente, reverberava para os EUA a possível abertura desses espaços ao apoio da URSS. O RITA serviu então para divulgar o modelo de industrialização norte-americano, usando elementos anticomunistas e de consumo-conforto como marcos e brechas para tal intervenção. O discurso de Morris Asimow no Congresso Econômico africano inscrevia o

¹³⁸⁸ “Mrs. Hansen: I note under the industry and commerce project on page 35 you are requesting at least \$ 285, 000 for RITA activities. The selden report of the Special Study Mission to Latin America, recommended this project be discontinued. Do you propose to go ahead despite the recommendations of that special study mission of the House Foreign Affairs Committee?”

Mr. Bronheim: No. We have taken their report very much to heart and in fact are cutting back. The contract I mentioned to you.

Mrs. Hansen: Do your budget estimates reflect that cut?

Mr. Bronheim: Yes.

Mrs. Hansen: So the committee could cut out this \$ 285, 000.

Mr. Bronheim: Not entirely.

Mrs. Hansen: Well, why not?

Mr. Bronheim: There are five contractors involved. We plan to terminate contract in three Brazilian states as of June 30, 1968.

Mrs. Hansen: You better bring up a report to us as to exactly what you are terminating and what you are not”. U.S. **Congress House. Foreign Assistance and Related Agencies Appropriations for 1968** (Part 2: Economic Assistance). Washington: U.S. Government Printing Office, 1967, p.1393-1394, tradução nossa.

imperialismo cultural norte-americana como superior, colocando a industrialização pregada por esse modelo como salvacionista da situação de pobreza do continente.

Nesse jogo de convencimento, manejou o ego local e os elementos que davam integridade aos países, delimitando as suas semelhanças e, principalmente, suas diferenças em relação ao Nordeste brasileiro. A década de 1960 foi de reconstrução para o continente que vivenciava o processo de descolonização, momento de ruptura externa e de conflitos internos provocados, por exemplo, pela delimitação de programas de governo, de sistemas e posições políticas que se deveriam seguir. A implantação do RITA na África não foi fruto do acaso, mas estava dentro das estratégias políticas e das relações internacionais entre os EUA e esses países e sua imersão no conflito da Guerra Fria. O Brasil figurou, nessa relação, como modelo para Morris Asimow implantar seus projetos fabris nesse continente.

Desde 1962 alguns seminários se realizaram em Addis Ababa, capital da Etiópia, sobre a edificação de indústrias como forma de expandir o desenvolvimento dos territórios mais pobres. Nesses encontros, se buscava acolher e ouvir as experiências de programas em execução e considerados de sucesso para serem implantados e adaptados em alguns espaços africanos. Para isso, a Comissão Econômica da África se reunia com a Comissão Econômica da América Latina e Ásia. Tais comissões eram ligadas a Organização das Nações Unidas (ONU), que assumira o RITA como possibilidade de desenvolvimento para esses territórios. Entendemos que os discursos-saberes produzidos por essas comissões eram encarnados por elementos que davam credibilidade ao projeto no campo das experiências cotidianas. Segundo Hall, “o discurso produz, através de diferentes práticas de representação, bolsas de estudos, exposições, literatura, pintura, etc [...] uma forma de conhecimento racionalizado do outro (orientalismo) profundamente envolvida nas operações de poder (imperialismo)”¹³⁸⁹. Quais, então, foram manejadas por Morris Asimow?

Em 1967, o referido professor californiano fez uma conferência na Addis Ababa, capital da Etiópia (África), buscando divulgar os resultados do projeto RITA e implantá-los em alguns países do continente africano. Essa conferência foi publicada pela Comissão Econômica da África. Para isso, traduziram a sua conferência feita em inglês também para o francês. Verificamos ambos os documentos e não detectamos nenhuma mudança em relação ao conteúdo original publicado em inglês. Essa estratégia buscava atingir a África britânica e francesa, que estavam vivenciando o processo de descolonização. A implantação desse

¹³⁸⁹ HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016, p.195.

projeto norte-americano era uma tentativa de enquadrar esses países nos propósitos políticos e econômicos dos Estados Unidos da América.

Essa conferência feita por Asimow tinha o seguinte título em inglês e em francês: “Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E Brazil”¹³⁹⁰; “Détermination, sélection et exécution des projets au niveau local: expérience et enseignements résultant des projets entrepris dans le nord-est du Brésil”¹³⁹¹.

A partir da experiência realizada no Nordeste brasileiro, Morris Asimow sistematizou as suas ideias buscando construir uma estética da verdade e elementos de identificação para atrair tanto os políticos locais como os possíveis investidores. Para Asimow, dois caminhos poderiam ser seguidos para ajudar no suposto desenvolvimento de uma localidade: por um lado os microplanos pautados pela micro economia, por outro a macro economia relacionada a política nacional. A sua tentativa era conciliar esses dois caminhos, tentando ver nos contrastes dessas vias e zonas de contato, por exemplo, entre o investimento público e privado, entre uma política regionalista e a nacional. Para isso, as suas fábricas tinham duas fases em seu processo de implantação. Para ele,

Em sua primeira fase, busca estabelecer diretrizes e objetivos do esforço de desenvolvimento e orçar os recursos disponíveis ao governo para auxiliar o desenvolvimento. Pretende especificar os critérios pelos quais julgar cada candidato - projeto em referência à compatibilidade com o plano geral e aos benefícios sociais para as nações. Na segunda fase, os projetos selecionados dentre os candidatos são incorporados a um plano agregado. Isso permite a previsão de eventos econômicos e sociais que podem ser comparados com as metas projetadas e, por fim, prepara o terreno para a próxima rodada de macro planejamento¹³⁹².

¹³⁹⁰ UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level**: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil. UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.1

¹³⁹¹ UNITED NATIONS. Commission économique pour l’Afrique; Nations Unies. Conseil Economique et Social (1967-09). **Détermination, sélection et exécution des projets au niveau local**: expérience et enseignements résultant des projets entrepris dans le Nord -Est du Brésil. NU. CEA Conférence des Planificateurs Africains (2ème: 1967, déc. 4 - 15 : Addis Abeba, Ethiopie). Addis Ababa, 1967, p.1.

¹³⁹² “In its first phase it seeks to establish directions and goals of the development effort and to budget the resources available to the government for assisting development. It purports to specify the criteria by which to judge each candidate – project in reference to compatibility with the general plan and to social benefits to the nations. In the second phase the projects, selected from among the candidates are incorporated into an aggregated plan. This enables forecasting of economic and social events which may then be compared with projected goals and finally prepares the ground for the next round of macro-planning”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level**: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil, *op.cit.*, tradução nossa.

O que garantiria a visibilidade e o sucesso da implantação das indústrias? Para ele, fazer uma avaliação das condições de infraestrutura dos espaços que poderiam receber o programa seria o primeiro passo, pois, antes de se pensar na visibilidade e no sucesso, deve-se olhar para os elementos básicos para sua implantação. Primeiramente, a existência de uma grande cidade, que deveria se localizar necessariamente perto de vilas rurais e de centros de comércio agrícolas do interior. Estarmos próximos desses centros, para ele, seria fundamental, pois nele se tem o fluxo de produtos para a compra e venda na região, seja agrícola, industrial ou artesanal. Escolher, assim, localidades centrais de regiões que tenham uma potencialidade comercial seria fundamental em uma época de crise ligada a macroeconomia nacional e internacional, pois o mercado interno teria condições para sustentar e manter o funcionamento das fábricas, por mais que as exportações de seus produtos tenham um declínio.

Nesse intuito, ao planejar indústrias rurais, Morris Asimow conciliou o setor agrícola com o industrial, a cidade com o campo para usar a força econômica existente nos países atingidos pelo RITA que tinham como sua principal característica e bases sustentadoras o setor primário. Sem o uso desse recurso era inviável realizar a industrialização nesses territórios. O uso de novas técnicas, de máquinas para aumentar e dar eficácia a produção agrícola era o primeiro passo para implantar produtos que requeriam maiores investimentos. O RITA tinha como proposta a construção dessas indústrias rurais que, para Asimow, demandaria pouco capital para sua implantação, haja vista, por exemplo, que a matéria-prima em sua maioria seria disponibilizada pela própria comunidade a um baixo custo.

Outro segmento que investiria nesses projetos era a classe média local, motivá-los e incentivá-los por meio de um bom *marketing* sobre a viabilidade de lucros que derivaria desse empreendimento era fundamental. Isso fora considerado para sua ascensão, pois, juntamente com ele, colocava também o restante da população que poderia contribuir de outras maneiras. Segundo Asimow,

Cidade e país. Isso é verdade apesar da grande disparidade de números entre os dois grupos. Em números, os consumidores de classe média talvez consigam constituir cerca de 10% da população da região e fornecer talvez 70% do mercado viável de bens produzidos pela indústria. [...] A expansão de um mercado regional depende muito sensivelmente do aumento de dinheiro renda da classe mais pobre. A proporção da renda familiar que pode entrar no mercado como despesa discricionária aumenta rapidamente (mais rapidamente que uma taxa linear) quando a renda excede um nível de subsistência. É o incremento acima da subsistência na renda da classe mais pobre que cria um mercado crescente para bens produzidos na indústria e se reflete em uma crescente prosperidade na região. Assim, criar um

aumento na renda monetária da classe mais pobre é um problema central na aceleração do desenvolvimento econômico¹³⁹³.

Nessa divulgação do modelo dos projetos fabris por ele feito no Nordeste brasileiro, destacou que ao serem implantados auxiliaram na diminuição do processo de migração do campo para a cidade por meio do aumento do emprego nas zonas rurais, destacando que, naquela determinada realidade, o crescimento da população rural era desproporcional com a quantidade de terra que continuava a mesma e nas mãos dos mesmos proprietários.

Para ele, a sociedade é formada pelas instituições, dessa forma, para conseguir ter êxito em seu projeto tencionava congregá-las em prol do que chamou de “progresso social e econômico”, dentre elas destacou as organizações fraternas, as ordens religiosas, as agências governamentais e os bancos, por exemplo. Não bastaria para implantar o Projeto RITA no continente africano somente créditos e a ajuda técnica dos governos locais e dos EUA, mas também, no olhar do referido professor, era necessário construir nos municípios escolhidos como centros industriais uma “psicologia coletiva” que proporcionasse sentimentos de esperança no futuro, retirá-los da depressão, insegurança, isolamento e da falta de consciência sobre o progresso. Esse horizonte de expectativa¹³⁹⁴, forjado por Asimow, se alicerçava na ideia de progresso no sentido linear, cujo crescimento material simbolizaria a saída desses países pobres para outro nível econômico. Segundo Asimow, “essa força psíquica é um recurso de enorme valor na implementação de um programa de desenvolvimento impulsionado internamente”¹³⁹⁵.

Sua defesa era pela “prosperidade regional” e pela permanência das pessoas em suas localidades, favorecida pela instalação dos projetos fabris. Portanto, a eficiência industrial defendida por ele deveria garantir oportunidades para os jovens tanto em relação à

¹³⁹³ “Both town and country. This is true despite the great disparity in numbers between the two groups. In numbers, the middle-class consumers may perhaps constitute about 10 percent of the population of the region and provide perhaps 70 percent of the viable market for industry produced goods. [...] Expansion of a regional market depends very sensitively on a rise in money income of the poorer class. The proportion of the family income which can enter the market as discretionary expenditure rises rapidly (faster than a linear rate) once the income exceeds a subsistence level. It is the increment above subsistence in the poorer class incomes which creates an increasing market for industry produced goods and is reflected in a rising prosperity in the region. Thus, creating an increase in the money income of the poorer class is a central problem in accelerating economic development”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.3-4, tradução nossa.

¹³⁹⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2006.

¹³⁹⁵ “this psychic force is a resource of enormous value in implementing an internally driven development programme”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil,** *op.cit.*, p.6, tradução nossa.

empregabilidade como em relação à qualificação profissional. Para comover a classe média que estava ouvindo os seus discursos, destacou que ela só conseguia mandar 1 ou 2 filhos para continuar seus estudos na capital, e que com o projeto os jovens que possuíam um alto desempenho intelectual teriam outras oportunidades, já que as condições locais e familiares não possibilitavam o desenvolvimento dessas capacidades. Dessa forma, o RITA poderia “open new vistas” (abrir novas possibilidades) e o treinamento vindo dos convênios universitários daria retorno para o futuro. Esse apelo aos representantes dos países africanos para que olhassem para o futuro dos filhos foi usado por ele para legitimar a importância do RITA para o desenvolvimento africano.

Em outras palavras, as estatísticas reunidas profissionalmente, compiladas e publicadas e com dez anos de idade ou que foram reunidas em um setor diferente podem não ser tão valiosas quanto um estudo mais cru, no local, que se aplica diretamente à situação atual, os alunos do ensino médio e os cidadãos geralmente são um recurso valioso que pode ser organizado em uma atividade de coleta de dados bastante eficaz. Além de atender à principal necessidade de coleta de informações, um importante efeito secundário é alcançado ao envolver imediatamente setores da população no processo de desenvolvimento. Posteriormente, segmentos mais altos da comunidade de negócios também são chamados a obter informações e dados nas áreas de atividade nas quais possuem conhecimentos específicos. O ato de participação é um elemento importante para promover uma atitude positiva em relação ao desenvolvimento econômico e gerar uma revolução psicológica¹³⁹⁶.

Portanto, o caráter da comunicação era destacado no discurso de Morris Asimow como elemento fundamental para possibilitar o fluxo dos projetos fabris e o seu crescimento. Para isso, informara que se devia utilizar os meios da imprensa, TV e rádio, propagandas em “posters and billboards” e aquelas utilizadas pela comunidade local para formar uma opinião pública positiva para o RITA. Essa “mensagem do desenvolvimento econômico pode ser esclarecida e compreensível através dos recursos formais de comunicação disponíveis. Desse

¹³⁹⁶ “To put it in other words, statistic which have been professionally gathered na compiled and published and which are now ten years old, or which were gathered in a different industry may be not nearly as valuable as a cruder, on-the-spot study, which applies directly to the situation at hand, High School students, and citizens generally are a valuable resource which may be organized into a fairly effective data-gathering activity. Besides serving the primary need of gathering information, an important secondary effect is achieved by immediately involving sectors of the population in the process of development. Later, higher segments of the business community are also called upon to obtain information and data in areas of activity in which they have specific expertise. The act of participation is an important element in fostering a positive attitude toward economic development and in generating a psychological revolution”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.8-9, tradução nossa.

modo, o programa é avançado através da conquista de apoio popular e, ao mesmo tempo, reduz o risco de rumores distorcidos”.¹³⁹⁷

Nesse jogo discursivo, esse engenheiro da UCLA lançou mão de uma narrativa histórica generalista e tradicional, em que os elementos da “glória do passado” enalteceria os heróis daquele momento que emprenderiam a sua construção no continente. O RITA também significaria o moderno, mas não destruiria a tradição de cada país; por outro lado, propôs o seu uso como dispositivo para legitimar as indústrias nascentes.

Se por acaso o desenvolvimento acabasse com um reavivamento moderno das indústrias antigas, isso pareceria particularmente adequado e apropriado para os habitantes. O espírito e a tradição do passado podem se tornar um recurso psicológico valioso na preparação para o movimento no futuro. Foi mesmo o elan que mobilizou todos os recursos da região¹³⁹⁸.

Isso se fizera na tentativa de divulgar um espírito novo nos presentes, pois sem as pessoas não se podiam promover nenhum projeto de desenvolvimento. A sua fala era, principalmente, feita com o objetivo de “inflamar o espírito de desenvolvimento de uma região”¹³⁹⁹. Dessa forma, tocou em elementos que envolvessem cada classe social presente, tentando vendê-lo como elemento importante para conseguir o desenvolvimento dos países e a melhoria de vida para os presentes. O uso dos recursos humanos e naturais era um elemento importante tanto para conseguir os investimentos de capitais como de créditos e técnicos dos fundos privados das comunidades presentes. Dessa forma, era preciso ter um exército de mão de obra, que se tornava barata e mais viável ao lucro na perspectiva capitalista, e a produção ou proximidade dos produtores das matérias-primas, que as deveriam vender a um baixo custo, sejam agrícolas ou minerais.

Os estudos preliminares feitos por técnicos vinculados a Universidade dos EUA e as Universidades locais eram fundamentais para Asimow planejar o tipo de indústrias viáveis para cada país. Para isso, recomendou a ida desses profissionais às moradias das donas de casa, dos vendedores, profissionais locais e líderes das comunidades que teriam uma lista da

¹³⁹⁷ “message of economic development can be made clear and understandable through the available formal communication resources. Thereby the programme is advanced through gaining popular support while reducing the hazard of distorted rumour”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.9, tradução nossa.

¹³⁹⁸ “If fortuitously the development should lead to a modern revival of ancient industries this would seem particularly fitting and proper to the inhabitants. The spirit and tradition of the past can become a valuable psychological resource in preparing for the movement into the future. It was even prove to be the elan which mobilizes all the resources of the region”. *Ibidem*, tradução nossa.

¹³⁹⁹ “to ignite the spirit of development of a region”. *Ibid*, p.10, tradução nossa.

demanda de produtos necessários para o consumo local, e também para que tivessem acesso para analisar os projetos fabris que se tentaram implantar nesses locais para que não se cometesse os mesmos erros, olhando assim para a tradição e empregabilidade como dois fatores fundantes. Nessa análise das opções de indústrias que deveriam ser implantadas teriam que seguir estes caminhos:

Primeiro, cada projeto candidato é examinado à luz dos planos nacionais para estabelecer se é compatível com os objetivos globais. O mercado para o produto proposto é avaliado aproximadamente e comparado com uma estimativa dos requisitos de capital. Se a projeção de renda estiver favoravelmente relacionada ao investimento, ela será mantida na lista de projetos candidatos. Finalmente, a lista é ordenada e a parte superior dos projetos mais favoráveis é provisoriamente selecionada para estudos de viabilidade mais aprofundados¹⁴⁰⁰.

Para isso, propunha a construção de um programa de liderança usando os mais influentes da comunidade como um primeiro passo nessa empreitada. Por exemplo, cada chefe político deveria indicar 5 ou 10 homens de confiança que investiriam nos projetos e iniciariam a construção das redes de sócios dos projetos fabris. Seria feito também uma entrevista com eles, buscando criar, assim, um consenso dos desejos relatados pelos entrevistados. Enfim, “é esse quadro de líderes empresariais que deve ser cultivado e seu sólido apoio obtido para o programa”¹⁴⁰¹. Era preciso expor os projetos aos investidores para convencê-los a investir. Para isso, buscou-se usar esse encontro para dirimir dúvidas, construir uma aproximação e confiança. Isso produziria, segundo Asimow, o comprometimento deles com os estudos preliminares, e, posteriormente, a implantação das empresas. O RITA teria para cada empresa um grupo de pesquisadores que olharia para as suas particularidades, posterior a essa fase aconteceria reuniões gerais em prol de compartilhar experiências e afiná-las a filosofia defendida pelo professor Morris Asimow e a USAID.

Contudo, seria feito primeiro um projeto piloto que daria base para a criação dos demais. Essa experiência se acrescentaria aos estudos específicos feitos por cada grupo particular. Verificar a sua viabilidade econômica era importante para sua ampliação e expansão para outros países ou municípios africanos. A ênfase na participação do capital local

¹⁴⁰⁰ “First each candidate project is examined in the light of national plans to establish whether it is compatible with global objectives. The market for the proposed product is evaluated roughly and compared with an estimate of the capital requirements. If the projection of income is favourably related to the investment it is retained on the list of candidate projects. Finally the list is ordered and the upper cut of the more favourable projects are tentatively selected for deeper feasibility studies”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.13-14, tradução nossa.

¹⁴⁰¹ “it is this cadre of business leaders who must be cultivated and their solid support obtained for the programme”. *Ibidem*, p.14, tradução nossa.

e da comunidade se destacara como uma estratégia de sobrevivência em período de crise econômica e de exportação. Verificar as condições ajudaria, para ele, a não cometer o erro de arquitetar indústrias inviáveis. Por isso, os grupos deveriam lançar mão das tecnologias usadas em cada comunidade, construir uma organização e um *marketing*, levantar os dados sobre a disponibilidade de matéria-prima na localidade escolhida para a criação da fábrica. Para Asimow, tinha-se seis níveis de estudos dos projetos: 1- “análise de necessidades” 2 - “análise de atividades”; 3- “síntese”; 4- “realização física”; 5- “Totalidade econômica”; 6- “Viabilidade financeira”¹⁴⁰².

Esse estudo de viabilidade era um documento importante e necessário para iniciar a mobilização de financiamento interno para as fábricas, assim como se fizera no Brasil, buscando a ajuda do BNB e da SUDENE. Essa formalização caracterizava a empresa como uma corporação dentro da legalidade do país, dando-lhe de fato e de direito as possibilidades também para concorrer a editais de apoio financeiro abertos pelos governos locais. Depois dos “feasibility study” (“estudo de viabilidade”) se tinha o “preliminary design” (“design preliminar”). Nele, cada equipe fazia projetos fabris (estrutura) a serem construídos, levando em consideração os recursos econômicos, naturais e sociais de cada localidade. Conforme Asimow, se algum projeto precisar usar uma tecnologia e um capital econômico grande para a sua criação, tal plano deveria ser revisto pela equipe e pelos técnicos gerais¹⁴⁰³.

Para a construção de uma imagem positiva, se fazia necessário manter o mesmo grupo de técnicos que iniciaram os trabalhos e que possuíam saber local e sobre o percurso de sua execução. Sem essa inscrição positiva no corpo societal nenhum grupo e instituição ajudaria financeiramente as empresas nascente. Para isso, o Morris Asimow destacava que era necessário o seguinte: a clareza nas contas, na criação e na administração dos recursos. Portanto, a orientação dada por ele era mercantil, e não industrial, ou seja, devia-se construir fábricas cuja demanda de produção era muita e a oferta pouca. O foco, enfim, era os produtos de ampla procura no mercado. Dessa forma, ter homens chamados, por ele, de *chave* (key) das fábricas garantiria a sua sustentação. Esse “*key man*” (homem chave) deveria ter as seguintes características: 1- habilidade de comércio e conhecimento do mercado local; 2 – compreender o funcionamento da produção e das técnicas empregadas em sua produção¹⁴⁰⁴. Para ele, “por

¹⁴⁰² 1- “needs analysis” 2 – “activity analysis”; 3- “synthesis”; 4- “physical realizability”; 5- “Economic whileness”; 6- “Financial feasibility”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.20, tradução nossa.

¹⁴⁰³ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁴ *Ibid*, p.21.

esse motivo, é importante que o *key* possa ficar com o projeto desde a formação legal, através de projetos preliminares e compra, equipamento, construção dos prédios e instalação de máquinas, organização das equipes de trabalho e início das operações e o desenvolvimento do controle de qualidade¹⁴⁰⁵.

Morris Asimow defendeu que a implantação das fábricas não mudaria a região se não acontecesse uma mudança mental de sua população. Esse processo de educação para o que se propunha garantia a perpetuação dessas experiências e a sua sobrevivência nas mentes dos que foram atingidos por ela. O treinamento formal se pautava por duas linhas: a teoria da organização e a gestão de produção. Esse curso proposto tinha a duração de 20 semanas na capital do país e na Universidade local. Destacava que a qualificação era para ser feita paralelo aos estudos de implantação dos projetos, mas, se não fosse possível, deveria se primar pela qualificação dos técnicos, elegendo, para isso, principalmente, os jovens que teriam tempo e disponibilidade para se dedicar plenamente ao projeto e ao curso, comprometendo-se com ele como também tornando ele parte de sua vida profissional. Além disso, promoveria bolsas de estudos para os gerentes fazerem uma capacitação nas Universidades norte-americanas, semelhante ao convênio firmado no Nordeste brasileiro sob a chancela e o apoio financeiro da USAID.

Esse discurso estava imbuído novamente pela imagem do futuro, em que os jovens teriam tempo e energia para acompanhar todas as suas etapas, como também espalhar as experiências adquiridas neles. Nesse processo seletivo dos técnicos, destacou que era necessário quebrar o ciclo das famílias locais, no sentido de considerar as habilidades e não os vínculos de parentesco. Essa estrutura organizativa do RITA defendida por Asimow derivou de sua experiência adquirida no projeto piloto Asimow, realizado a partir de 1962 no Cariri cearense e depois de 1964 no Nordeste brasileiro, com a alcunha de RITA. Para ele,

Em geral, os procedimentos descritos acima pareciam funcionar razoavelmente bem no local do Nordeste do Brasil e, em revisão, parecem ter validade universal para regiões semelhantes em outras partes do mundo. Os sucessos podem ser resumidos bastante brevemente; quatro indústrias estão funcionando agora, com um ano ou mais de experiência operacional. Algumas outras indústrias estão em vários estágios de materialização. Um instituto permanente da universidade foi estabelecido (PUDINE - Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste), que continua o programa de desenvolvimento com uma equipe totalmente brasileira.

¹⁴⁰⁵ “For this reason it is important that the key may stay with the project from the legal formation through the preliminary designs and the purchasing of, equipment, construction of the buildings and installation of machinery, organizing the work Crews and the start up of the operations and the development of quality control”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil.** UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.21, tradução nossa.

Institutos semelhantes foram estabelecidos em outras grandes universidades do Nordeste¹⁴⁰⁶.

Essa defesa do desenvolvimento do continente africano por meio da construção de projetos fabris defendidos por Morris Asimow era uma forma de fortalecer a disputa entre esses novos países que incorporavam modelos de governo e ajudas econômicas. Nesse período, os ideais comunistas adentravam na África e se ligavam aos seus projetos de emancipação. Por exemplo, no sudoeste da África. Essa população também lutava contra o *apartheid*, promovido pela população branca. Segundo Vichniac,

Não é de surpreender que os brancos em meu país conduzam suas políticas racistas de uma maneira particularmente determinada. Mais de um terço deles são formados por ex-nazistas. Em 1946, na verdade, 12.000 alemães depois se refugiaram no sudoeste da África e muitos dos que se exilaram na Espanha e nos países árabes se juntaram a eles: dinheiro e poder são mais fáceis de reunir aqui. Hoje, dos quais 12.000 são militares como instrutores ou se tornaram inspetores políticos da polícia, não é incomum vê-los saudando hitleristas em bares e outros locais públicos. Estão agrupados em um partido político, o Deutsch Arbeitskreisse, vinculado ao NDP; eles têm um jornal, escolas, clubes. Como podemos combatê-los em condições em que vivemos fora da guerra de guerrilha? graças a outros países africanos. vamos nos organizar e posso garantir que os guerrilheiros não deixarão de se intensificar nos próximos meses¹⁴⁰⁷.

Na batalha contra essa perspectiva, por exemplo, desde 1966 se criou uma lei no sul da África que suprimia o comunismo, ou seja, grupos e partidos que o defendiam passaram a

¹⁴⁰⁶ “In general, the procedures outlined in the foregoing appeared to work reasonably well in the locale of Northeast Brazil and in review they seem to have universal validity for similar regions in other parts of the world. The successes can be summed up rather briefly; four industries are now functioning, with a year or more of operating experience. Some other industries are in various stages of being materialized. A permanent institute of the university has been established (PUDINE- University Programme of Industrial Development of North East) which continues the development programme with a wholly Brazilian – Staffed team. Similar institutes have been established at the other major universities of the Northeast”. UNITED NATIONS. Economic and Social Council; United Nations. Economic Commission for Africa (1967-09). **Project identification, selection and implementation on the local level**: experience realized and lessons learned in N.E. Brazil. UN. ECA Conference of African planners (2nd session: 1967, Dec. 04 - 15: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa, 1967, p.24, tradução nossa.

¹⁴⁰⁷ “Il ne faut pas s'étonner que les Blancs de mon pays mènent leur politique raciste d'une manière particulièrement déterminée. Plus d'un tiers d'entre eux est composé d'anciens nazis. En 1946, en effet, 12 000 Allemands se sont réfugiés dans le Sud-Ouest africain. Par la suite, nombre de ceux qui s'étaient exilés en Espagne et dans les pays arabes les ont rejoints : l'argent et la puissance sont plus faciles à cueillir chez nous. Ils sont 35 000 aujourd'hui dont 12 000 font partie de l'armée en qualité d'instructeurs ou sont devenus des inspecteurs de la police politique. Il n'est pas rare de les voir faire le salut hitlérien dans les bars et autres lieux publics. Ils sont groupés dans un parti politique, le Deutsch Arbeitskreisse affilié au N.P.D ; ils possèdent un journal, des écoles, des clubs. Comment peut-on lutter contre eux dans les conditions où nous vivons autrement que par la guérilla? Nous avons pu obtenir des armes grâce à d'autres pays africains. Nous arrivons à nous organiser et je puis vous assurer que la guérilla ne manquera pas de s'intensifier au cours des mois à venir”. VICHNIAC, Isabelle. “La guérilla est le seul moyen de lutte contre les nazis qui font la loi, nous déclarons le responsable du Mouvement de libération clandestin du Sud-Ouest africain”. **Le mondé**, 05 mai 1967, p.1, tradução nossa.

ser severamente combatidos, o que também se estendeu para o sudoeste africano. A ONU resistia no Sudoeste para que também não incorporasse a política do *apartheid*.

Contudo, nos termos do “projecto de alteração geral à lei”, apresentado em primeira leitura quarta-feira perante o Parlamento da África do Sul, a lei sobre a “supressão do comunismo” será agora aplicada ao sudoeste da África com e retroativo desde 1950. De acordo com a nova lei, a polícia agora tem o poder de prender e reter sem mandado por duas semanas qualquer pessoa considerada suspeita de atividades hostis à segurança do estado. Além desse período, a prisão preventiva pode ser prorrogada por ordem judicial, com base em informações fornecidas exclusivamente pela polícia. Os tribunais, no entanto, terão o direito de exigir mais investigações e ordenar uma possível mudança no regime de detenção”¹⁴⁰⁸.

Os países ocidentais passaram a lutar contra o movimento comunista no continente africano que associava o seu discurso com o nacionalismo, construindo assim as bases para a emancipação. Em Dakar, em 1965, já se tinha feito julgamentos de alguns integrantes do Partido de Independência da África que eram comunistas. Esse grupo era processado por conspirar contra a segurança do estado e pelo assassinato de Barra Goudiaby. O líder desse grupo, e Charles Greye, o recrutador, foram condenados a 10 anos de trabalho forçado¹⁴⁰⁹. Esses rastros nos possibilitaram entender a existência de guerrilhas em alguns espaços africanos. Para reforçar o discurso maniqueísta entre bem e mal, afirmaram que um dos acusados teria feito treinamento em Cuba.

O Partido da Independência da África foi dissolvido em agosto de 1960, depois que ativistas pertencente a esse movimento causaram incidentes sangrentos em Saint-Louis. Entrou no esconderijo, o P.A.I nunca cessou sua ação. As autoridades de Dakar responsabilizam seus líderes pelos distúrbios desencadeados na capital senegalesa por ocasião das eleições de 1º de dezembro de 1963. Em março passado, certos elementos do P.I.I havia formado no leste do Senegal um maquis ao qual pertenciam os vinte e nove condenados da quinta-feira¹⁴¹⁰.

¹⁴⁰⁸ “Or, aux termes du “projet d’amendement général à la loi”, qui a été présenté en première lecture mercredi devant le Parlement sud-africain, la loi sur la “suppression du communisme” s’appliquera désormais au Sud-Ouest africain avec effet rétroactif depuis 1950. [Aux termes de la nouvelle loi, la police est désormais autorisée à arrêter et à détenir sans mandat pendant deux semaines toute personne considérée comme suspecte d’activités hostiles à la sécurité de l’Etat. Au-delà de ce délai, la détention préventive pourra être prolongée par décision de justice, sur la base d’éléments fournis exclusivement par la police. Les magistrats auront toutefois le droit de réclamer un supplément d’enquête et d’ordonner un éventuel changement du régime de détention.]”. “La loi sur la “suppression du communisme” sera appliquée au sud-ouest africain”. **Le mondé**, 15 octobre 1966, p.1, tradução nossa.

¹⁴⁰⁹ “Condamnation de Vingt-neuf membres du parti Africain de L’indépendance (procomunista)”. **Le mondé**, 26 juin 1965, p.1.

¹⁴¹⁰ “Le parti africain de l’indépendance a été dissous en août 1960, après que des militants appartenant à ce mouvement eurent provoqué des incidents sanglants à Saint-Louis. Entré dans la clandestinité, le P.A.I. n’a jamais cessé son action. Les autorités de Dakar tiennent ses dirigeants pour responsables des émeutes déclenchées dans la capitale sénégalaise à l’occasion des élections du 1er décembre 1963. En mars dernier certains éléments du P.I.I. avaient constitué au Sénégal oriental un maquis auquel appartenaient les vingt-neuf condamnés de jeudi”. *Ibidem*, tradução nossa.

Essa inscrição de poder reforçava a subalternidade daquele território, colocado pelas culturas imperialistas do Ocidente como frágeis e que precisavam ser tutelados rumo ao desenvolvimento. Por exemplo, a França e a Grã-Bretanha buscaram também fazê-lo, mas a imagem imperialista de seus modelos anterior a Segunda Guerra Mundial os fazia ter mais cautela. Os novos países africanos viam também as suas ações como uma tentativa de recolonização do território por outras matrizes. Nesse cenário, os EUA se aproveitaram para se aproximar desses espaços e oferecer ajuda técnica e econômica.

Enfim, em 1969, a Comissão Econômica para África (ECA), aliada aos Bancos Africanos de Desenvolvimento, à Organização da Unidade Africana e à ONU construíram um elo para cooperar e realizar ações juntas em prol do desenvolvimento sub-regional e regional africano. Contudo, não deixaram de afirmar que tinham noções diferentes dos caminhos a serem trilhados para o desenvolvimento econômico africano, mas que os problemas sociais e financeiros desse processo estavam requerendo uma ação conjunta para a sua resolução¹⁴¹¹.

¹⁴¹¹ “La Commission économique de L’O.N.U pour L’Afrique coordonnera son action avec celle de L’O.U.A”. **Le monde**, 15 février 1969, p.1.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cicatrizes que a agressão deixou no rosto do passado são indelévels. Guerras e rumores de guerra, lutas de classe, choques entre denominações religiosas ou grupos, raciais e étnicos, rivalidades por postos e por poder na política ou nos negócios, os ódios gerados pelo nacionalismo e pelo imperialismo, os estragos do crime, os enfrentamentos da vida privada, da discórdia conjugal aos feudos familiares – tudo isso, e mais, é um testemunho convincente de que a agressão forneceu a maior parte do combustível para a ação e a mudança histórica¹⁴¹².

A citação de Peter Gay foi colocada acima como forma introdutória destas considerações. Gostaríamos de retirar-lhe alguns fios que nos possibilite realizar essa parte da tese, a saber, “ódios gerados pelo nacionalismo e pelo imperialismo”, “os enfrentamentos da vida privada”, “agressão”, “lutas de classe”, “rivalidades”¹⁴¹³. Verificamos, também, essas cicatrizes marcadas nos anos 1960 no Brasil, momento de tensões e insegurança advindas de mudanças políticas e econômicas que geraram agressões que penetraram a superfície da sociedade brasileira, chegando, assim, em suas raízes mais profundas. A partir de 2018, visualizamos essa cultura das agressões e do ódio no Brasil sem as camuflagens culturais e sociais que as encobria, foi no momento de crise que palavras, gritos de guerra e *slogans* mais agressivos ganharam solidez e se aliaram em meio a insegurança e medo de se perder o conquistado, tocando as cicatrizes abertas das experiências anteriores.

Nesse trabalho, analisamos a construção e implantação do projeto norte-americano RITA no Nordeste brasileiro que tinha como seu idealizador o professor californiano Morris Asimow. Para isso, ponderamos sobre o seu projeto piloto ocorrido no Cariri cearense, os dilemas e as dificuldades enfrentadas, seus elos e afastamentos com a ciência produzida no Ceará pela Universidade do Ceará, sua ampliação para outros estados após o golpe civil-militar em 1964, o cenário político e sociais que o envolvia a partir desse momento. Esse projeto visava industrializar o campo e, para Asimow, em prol desse fito, dever-se-ia construir pequenas e médias empresas mediante o capital privado interno. O planejamento científico mediado pela Universidade e por um projeto de engenharia bem arquitetado levaria ao aumento do lucro e a mudança mental daquela localidade, ou seja, fazendo-a incorporar na cultura do capitalismo.

Pensamos, assim, que a incorporação das Universidades brasileiras no ideal divulgado à época fazia com que a sua presença na sociedade fosse efetiva. Isso, por exemplo,

¹⁴¹² GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.11.

¹⁴¹³ *Ibidem*.

fazia-se mediante projetos de extensão que visavam mudar a realidade da comunidade atingida. Portanto, cabia às Instituições de Ensino Superior usar a ciência produzida pelos seus pesquisadores-docentes para desenvolver a nação. O convênio firmado entre a Universidade do Ceará (UC) e a Universidade da Califórnia (UCLA) era enaltecido pelo reitor daquela, Martins Filho, por seu estado tomar a dianteira nesse projeto. Essa colocação se fizera devido as tensões entre os dirigentes dessa instituição e os da Universidade de Pernambuco (UP), por exemplo, com Gilberto Freyre. Essa busca de visibilidade pela UC só poderia ser alcançada colocando em xeque a soberania política e no campo do saber da UP no Nordeste.

Nesse sentido, Martins Filho ofereceu a Morris Asimow o suporte técnico-científico que pertencia ao Instituto de Antropologia e do Instituto de Economia da UC. Ambos buscaram dar suporte ao projeto Asimow que se realizara no Cariri a partir de 1962. Alguns cientistas desses órgãos tinham ressalvas sobre o projeto, mas o imperialismo cultural se impunha e os tornavam subalternos a essa autoridade acadêmica. Alguns lançaram críticas diretas ao projeto em seu processo de instalação, por exemplo, os técnicos da SUDENE anterior a 1964 que investia na edificação dessas fábricas com cautela, requerendo seu melhor detalhamento, dentre outros fatores. Pós-1964 o RITA ganhou verbas específicas firmadas em seu plano diretor, bem como a sua ampliação para outros estados nordestinos.

Nessa ampliação, a equipe norte-americana aumentou, novas universidades brasileiras e norte-americanas foram incorporadas, como a Universidade de Pernambuco e a Universidade de Utah (EUA). Nesse período, os conflitos se aguçaram no campo e na cidade. O golpe civil-militar estava se transformando em ditadura, grupos pediam a volta do país para sua condição democrática. O ano de 1967 fora de embates diretos entre os movimentos sociais (formados por estudantes, trabalhadores do campo e da cidade) e o regime militar. O projeto RITA tinha sido ampliado após a sua incorporação como um programa da USAID, visualizando-o como um importante meio também para a firmação de convênios acadêmicos entre o Ministério da Educação (MEC) e as Universidades Norte-americanas. Os estudantes em 1967 reforçavam a sua luta contra os acordos MEC-USAID e o projeto de reforma universitária que visava retirar a sua autonomia e implantar o modelo estadunidense em sua organização institucional.

O RITA fora criticado também nas várias Universidades que participavam de seus acordos internacionais. Além disso, os camponeses estavam sendo oprimidos tanto pelo regime governamental, que compactuava com os latifundiários, como pelos seus técnicos, que não incorporavam essa mão de obra, alegando que ela não era qualificada. Aqueles que

conseguiam se empregar nessas fábricas sofriam com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Pensamos, assim, o projeto RITA imerso nesse cenário não como pano de fundo, mas como parte dele, compondo e dando sentido. Verificando esses elos, compreendemos a sua rápida ampliação, como também as dificuldades que o levaram a acabar. Por exemplo, os cortes de verbas da USAID e do Governo Federal, levando as Universidades brasileiras a tentarem manter os projetos estaduais mediante o uso dos fundos universitários.

O uso do RITA, projeto científico do engenheiro Morris Asimow, em prol de incorporar a cultura capitalista no Nordeste brasileiro, se fazia no intuito político e econômico, por exemplo, para proteger esse espaço estratégico do comunismo. Esse discurso do bem e do mal manejado para legitimar o poder norte-americano no Ocidente se fez também presente em sua implantação em outros países, como os do continente africano.

Percorremos, então, os rastros desse projeto RITA, desnaturalizando a sua imagem de um plano científico para o desenvolvimento, pensando, dessa forma, que o uso da ciência e a sua produção não estava desassociado da sociedade, não se fez apartado de escolhas políticas e econômicas, por exemplo. A influência desses fatores mudou os seus rumos e objetivos firmados no planejamento inicial, deu-lhe alargamento, transformando-o em artefato do jogo imperialista em determinado tempo e espaço.

Considerarmos que esses pontos foram importantes para colocar esse projeto científico imersos no tempo, detectarmos as camadas temporais usadas em sua formulação e planejamento, como também vermos a teoria se transformar em técnicas por meio da experiência vivenciada com a fundação de cada fábrica e, conseqüentemente, os sujeitos que a faziam, povoavam o seu chão e a dava existência: os trabalhadores.

Buscamos verificar esses sujeitos por meio dos indícios existentes na documentação analisada nesta pesquisa. Devido a amplitude da proposta aqui feita, analisar o RITA, não focamos em cada região, mas olhamo-la de forma panorâmica. Isso nos deu possibilidades de entendermos as relações Brasil e EUA. Enfim, analisamos uma memória difusa advinda de um rol de documentos que nos possibilitou ter o contato com diversos sentidos, que nos favoreceu diversos odores, alguns deles traçamos aqui por meio de um fio condutor que nos deu o suporte teórico-metodológico para a sua construção: a história da ciência, da técnica e do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura (1961-1964). *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. São Paulo: Editora Campus, 1995. p.197-212.
- AGOSTINHO, Marcia; AMORELLI, Dirceu; RAMALHO, Simone. **Introdução à engenharia**. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2015.
- ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006.
- AQUINO, Livia. **Picture Ahead: a Kodak e a construção do turista-fotógrafo**. São Paulo: Edição do Autor, 2016.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARON, Raymond. **República Imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: 90 Graus, 1994.
- BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BALANDIER, Georges. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. São Paulo: Editora Guanabara, 1976.
- BAZZO, Walter Antônio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à engenharia: conceitos, ferramentas e comportamentos**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *In*: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.185-212.

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Mágia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONNEUIL, Christophe. **Histoire des sciences et des savoirs**: Le siècle des technosciences (Depuis 1914). Paris: Editions du Seuil, 2015.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BRAGANÇA FILHO, Antonio Ferreira de. **A CHESF e o desenvolvimento do Nordeste**. Recife: CHESF, 1969.
- BROWKER, Geof. O desenvolvimento da investigação industrial. *In*: SERRES, Michel. *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996. p. 103-130.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculos no meio dos caminhos**: modelos eclesiais em conflito na Região Nordeste II (1965-1990). 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.09-24.
- CASTRO, Antônio Barros de. **Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Autores, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero**: proletariado y organización. Barcelona: Tusquets editores, 1979.
- CASTORIADIS, Cornelius. **La experiencia del movimiento obrero**: Cómo luchar. Barcelona: Tusquets editores, 1979.
- CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. São Paulo: Editora Presença, 1980.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos; MENEZES, Eugênia Maria Simões César; MELO, José Alberto Taváres da Cunha; FILHO, Osmil Torres Galindo. **Nordeste do Brasil: um desenvolvimento conturbado**. Recife: Editora Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAZAN, Naomi (Org). **Politics and societs in contemporary Africa**. United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1999.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Francisco Alves, 1990.

COHEN, David. FOREIGN ASSISTANCE SERIES – EUA. **The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project**. Interviewed by John Pielemeieir, EUA, January. 2018.

COLOMBO, Luciléia. A SUDENE e a mudança institucional no regime militar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.8, n.13, p.153-175, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Rubens Vaz da. **O primeiro passo: um testemunho sobre o Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973.

COSTA, Rubens Vaz da. **O Desenvolvimento Regional no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Ministério do Interior/BNB, 1969.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva neto**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida

Neves (org). **O tempo do regime autóritário**: ditadura militar e redemocratização. Quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.14-59.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934). 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 1983.

DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o barroco. Campinas: Papyrus, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**, 1972-1990. France: Les Éditions de Minuit, 2003.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed.34, 1996.

DESCARTES, René. **Discurso do Método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DIVINE, Robert; BREEN, T.H; FREDRICKSON, George M; HAL WILLIAMS, R; ROBERTS, Randy. **América**: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DONATI, P; MALO, A; MASPERO, G (org). **La vita come relazione**: un dialogo fra teologia, filosofia e scienze sociali. Roma: Studies Series – EDUSC, 2016.

DOWNEY, Gary Lee; BEDDOES, Kacey. **What is Global engineering Education for? The making of International Educators**. California: Morgan & Claypool Publishers LLC, 2011.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1964.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e da civilização. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

ELLUL, Jacques. **La edad de la técnica**. Barcelona: OCTAEDRO, 2003.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Homo-domesticação/cultura material**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

FARIAS, José Airton de. **Além das armas: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil republicano: Economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos, trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas Obras Públicas em tempos de secas**. (Ceará, anos 1950). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Editora Hucitec/ História Social- USP, 1998.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade de Campinas, São Paulo, 2002.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOX, Roger. **Brazil's minimum price policy and the agricultural sector of Northeast Brazil**. Washington, D.C: Research Report, 1979.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Assis Daniel. **Faça-se luz**: Energia e Força no Nordeste brasileiro (Cariri cearense, 1949-1972). Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

GOMES, Assis Daniel. **Da “Terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso”**: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte. Salvador: Pontocom, 2015.

GOMES, Assis Daniel. **“Faça-se luz”**: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Raquel (Org). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GOMBRICH, E.H. **Los uso de las imágenes**: estudios sobre la función social del arte y la comunicación visual. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Editora Guanabara, 1981.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAHAM, Clarence H. **Robert Sessions Woodworth (1869-1962)**. Washington D.C: National Academy of sciences, 1967.

GRAHAM, Richard. **Grã-bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

HOBSBAWN, Eric J; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IANNI, Octávio. **Imperialismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA, André Pedrosa de. **Pioneiros dos métodos de Projeto (1962-1973)**: redes na gênese da metodologia do Design. 2012. Dissertação (Mestrado em Design) – Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed.34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**: técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1964.

LEROI-GOURHAN, André. **Evolução e técnica**: o homem e a matéria. Lisboa: Edições 70, 1964.

LÖWY, Michael. La théologie de la libération : Leonardo Boff et Frei Betto. Bruxelles, Belgique, **RISAL.INFO**, article publié le 14 mars 2007. Link: http://risal.collectifs.net/article.php3?id_article=2065.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Caravana Farkas: itinerários do documentário brasileiro. **O olho da história**, n.9, p.1-12, 2006.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Viva Cariri! Imagens do sagrado no documentário brasileiro. **Trajeto**: Revista de História da UFC, v.4, n.8, p.75-88, 2006.

MACHADO, Luis Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, v.13, n.35, jan.abri, 1999. p.199-215.

MADDISON, Angus. La política económica y sus resultados en Europa 1913-1970. In: CIPOLLA, Carlo M (org). **Historia económica de Europa**: El siglo XX. Barcelona: Editora Ariel, 1981. p.46-112.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.72-93.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Montecristo Editora, 2012.

MELLO, Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e Sociabilidade moderna. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.559-658.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.

MITCHELL, Philip R. **Everything happens for the best**: a cross-cultural Romance during the early years of the peace corps. New York: Page Publishing, 2017.

MITCHELL, W.J.T. **Teoría de la imagen**: ensayos sobre representación verbal y visual. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatis rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.218-243.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MOWERY, David C; ROSENBERG, Nathan. **Trajetórias da inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro**: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORGAN, Robert P. **Science and technology for development**. Washington: Pergamon Policy Studies, 1979.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Produções Europa-América, 1973.

MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1927-1966)**. Fortaleza: Editora ABC, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

MUMFORD, Lewis. **Arte e técnica**. Lisboa: Edições 70, 1952.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Paulo Elpídio de Menezes. As ciências sociais no Ceará: dos primórdios à sua institucionalização. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota (org). **Memórias das ciências sociais na UFC: um exercício de análise institucional**. Fortaleza: Edições UFC, 1999. p.13-84.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-Ce, 1989.

OLIVEIRA, Rubem Mendes. **A questão da técnica em Spengler e Heidegger**. Belo Horizonte: Tessitura, 2006.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o onniterrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORTIZ, Renato. Cultura, modernidad e identidades. **Nueva sociedad**, nº137, mayo-junio, p.17-23, 1995.

PAPA PAULO VI. **Populorum Progressio: sobre o desenvolvimento dos povos**. São Paulo: Paulus, 2000.

PESTRES, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/UNICAMP**, v.6, n.1, p.03-56, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1994.

PERROUX, François. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo: o Brasil e a América Latina. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org). **Olhando para dentro (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p.143-227.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PROST; Antoine; VINCENT, Gérard (org). **História da vida privada**: da guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

RAY, Kapil; SIBUM, Otto. **Histoire des sciences et des savoirs**: modernité et globalisation. Paris: Editions du Seuil, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Ed.34, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celeste (org). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RÉMOND, René. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma (1964-1967). *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). São Paulo: Editora Campus, 1995. p. 213-231.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio Ribeiro. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROETT, Riordan. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.85-91, 1997.

ROWELL, Edward J. **Who will get Rita in Pernambuco?**. USA: Department of State Bureau of Inter-american affairs, 1964.

RUDÉ, George. **A multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1750-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAMPAIO, Paulo Leite. **O Projeto Asimow e a industrialização do interior do Ceará**. 1992. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Regional do Cariri, Crato, 1992.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Os pensadores**: vários textos. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SERRES, Michel. Prefácio que convida o leitor a não negligenciar a sua leitura para perceber a intenção dos autores e compreender a disposição deste livro. *In*: SERRES, Michel. *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996. p.103-130.

SERRES, Michel. *et al.* **Elementos para uma História das Ciências**. Lisboa: Terramas, 1996. 3 v.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos Históricos**, n.18, p. 361-388, 1996.

Σκορλέτος, Χριστόδουλος-Μάριος. **Σχεδίαση ηλεκτρικού οχήματος για καθημερινή μετακίνηση σε μεγάλες πόλεις**. 2012.109p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Projeto de Produto e Sistemas) – Escola Politécnica, Universidade do Egeu, Grécia, 2012.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte de resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLÖGEL, Karl. **En el espacio leemos el tiempo**: sobre historia de la civilización y geopolítica. Madrid: Ediciones Siruela, 2007.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2014. p. 391-431.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Os economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia**: un juego de poder. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

SILVA, Marcelo Squinca. **Energia Elétrica**: estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Um rio entre diversas temporalidades**: o Jaguaribe a partir da construção do Açude Orós (1958-1964). 2018. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SIMON, Herbert.A. **Encyclopaedia Britannica**, 05 february 2020. Link: <https://www.britannica.com/biography/Herbert-A-Simon>. Acces date: may 11, 2020.

SIMIÃO, Cicero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio**: o Cariri cearense na ditadura militar. Fortaleza: INESP, 2019.

SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: EDUFES, 2001.

SOARES, Eudaldo. **Pensamento católico brasileiro**: influências e tendências. Marília: Oficina Universitária, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A questão agrária na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

SOUSA, J. Colombo de. **O Nordeste e a tecnocracia da Revolução**. Brasília: Horizonte, 1981.

SPENGLER, Oswald. **O homem e a técnica**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1980.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SFEZ, Lucien. **Técnica e ideologia**: un juego de poder. Argentina: Siglo XXI Editores, 2005.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operária Inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward P. **Exterminismo e guerra fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memória**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOTA, Antonio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2013.

VAN DAMME, Stéphane (org). **Histoire des sciences et des savoirs**: de la renaissance aux lumières. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

VIANA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-guerra (1945-1955). *In*: GIAMBIOGI, Fabio (org). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 21-43.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNART/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEIL, Kurt E. Resenha do livro Introdução ao Projeto de Engenharia de Morris Asimow. **R.A.E**, Estados Unidos da América, v. 29, 1968.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.7-72.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZIEGLER, Jean. **Destruição massiva**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez Editora, 2012.